

**PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS/MG****DECISÃO DOS RECURSOS  
(INFRARRELACIONADOS)****I  
DOS RECURSOS**

Trata-se de recursos interpostos pelos candidatos infra relacionados concorrentes ao Concurso de Provas destinado ao preenchimento de vagas e formação de cadastro de reserva do quadro de servidores efetivos da Prefeitura Municipal de Divinópolis/MG, que insurgem contra a publicação do gabarito preliminar, conforme disposto no **Edital Nº 1, DE 28 DE MAIO DE 2024**.

**RECURSOS INTERPOSTOS À COMISSÃO EXAMINADORA**

Inscrição	Nome	Cargo
200060004284	Gerado Vitor De Resende	Advogado da Assistência Social
200060025780	Vilma Aparecida Messias	Advogado da Assistência Social
200060019656	Adivaldo Caetano	Agente de Administração
200060027991	Amanda Gabriela Sousa Alves	Agente de Administração
200060014614	Amanda Khan Dos Santos	Agente de Administração
200060009886	Amanda Mariana Santos Barros	Agente de Administração
200060001296	Amanda Mendes Da Costa	Agente de Administração
200060023933	Ana Luiza Ferreira Krull	Agente de Administração
200060018255	Ana Paula Ferreira	Agente de Administração
200060005268	Ana Paula Silva	Agente de Administração
200060010426	Barbara Luiza Tavares Teodoro	Agente de Administração
200060006202	Bryan Vasconcelos Barreto	Agente de Administração
200060029346	Caled Tarique Pereira	Agente de Administração
200060018512	Carlos Eduardo De Castro Ribeiro	Agente de Administração
200060031934	Clarice Soares De Siqueira	Agente de Administração
200060001726	Cristiana Peixoto De Souza	Agente de Administração
200060000056	Darcliê Resende Dos Santos	Agente de Administração
200060017731	Edna Maria Santos De Oliveira Amorim	Agente de Administração
200060016800	Erika Fernanda Silva	Agente de Administração
200060014743	Estela Mara Sousa Cruz	Agente de Administração
200060006787	Fabiana Maria Dos Santos Teixeira	Agente de Administração
200060012647	Fernanda Aparecida Silva	Agente de Administração
200060007612	Fernanda Cristina Teodoro	Agente de Administração
200060016105	Gabriela Sousa Araujo	Agente de Administração
200060015323	Giovana Ferreira De Andrade	Agente de Administração

200060002566	Helen Pinto Duarte	Agente de Administração
200060001738	Heliane Raimunda Assunção	Agente de Administração
200060035964	Henrique Ferreira De Melo	Agente de Administração
200060014640	Henrique Silva Leite	Agente de Administração
200060001088	Igor Duarte	Agente de Administração
200060006687	Jaline Lucia Rodrigues	Agente de Administração
200060000744	Janaína Gomes Da Silva Salomé	Agente de Administração
200060004514	João Henrique Figueiredo Pereira	Agente de Administração
200060021844	Jordania Aparecida Dos Reis	Agente de Administração
200060024705	Jose Junior Da Silva	Agente de Administração
200060008308	Julia Oliveira Vilela	Agente de Administração
200060025329	Júlio César Ramos Filho	Agente de Administração
200060018676	Kailane Hillary Gomes Da Silva Sousa	Agente de Administração
200060015665	Larissa Clara Ribeiro De Castro Martins	Agente de Administração
200060011890	Leonardo Henrique Sabbatini	Agente de Administração
200060006257	Lilian Alves De Vasconcelos Sena	Agente de Administração
200060035556	Lilian Maria Da Silva	Agente de Administração
200060005193	Lívia Siqueira Campos	Agente de Administração
200060008128	Lorena Diniz Almeida	Agente de Administração
200060020814	Lucas Deodato Silva	Agente de Administração
200060028666	Marcia Cristina Da Silva	Agente de Administração
200060009433	Marco Antonio Andrade Ramos	Agente de Administração
200060029868	Maria Luiza D Eca De Lima	Agente de Administração
200060020632	Maria Maquilene De Sousa	Agente de Administração
200060029759	Mariana Barbosa Santos	Agente de Administração
200060006978	Mariana Hellen Araujo	Agente de Administração
200060000097	Mariana Lima Souza	Agente de Administração
200060004496	Mateus Cordeiro Costa	Agente de Administração
200060017689	Naiara Aparecida Da Silva	Agente de Administração
200060014875	Natália Cardoso Da Silva	Agente de Administração
200060027534	Natan Cassimiro Batista Figueiredo	Agente de Administração
200060001371	Nathan Kenedy De Camargos	Agente de Administração
200060010732	Naum Paulo Silva	Agente de Administração
200060030490	Otavio Moreira Peres	Agente de Administração
200060000326	Rafaela Campos Amaral	Agente de Administração
200060000241	Rafaela Martins Neves Moreira	Agente de Administração
200060019650	Raissa Gomes Fabrini	Agente de Administração
200060000412	Renan Ribeiro Damaceno	Agente de Administração
200060014522	Samara Santos Ávila	Agente de Administração
200060013755	Sara Aparecida Dos Santos	Agente de Administração
200060016930	Sofia Marchiori Ouverney	Agente de Administração
200060024276	Stephany Teixeira Gonçalves	Agente de Administração
200060035508	Tamyris Rosa Dos Santos	Agente de Administração
200060022148	Thaina Padua Venceslau	Agente de Administração
200060005126	Thiago Robert Campos Garcia	Agente de Administração
200060006903	Tulio Braz Rabelo	Agente de Administração
200060031792	Vinícius De Oliveira Neves	Agente de Administração
200060008672	Antonioni Alves Dos Reis	Agente de Operação e Fiscalização de

		Transporte e Trânsito
200060005710	Danrley Pereira Santos	Agente de Operação e Fiscalização de Transporte e Trânsito
200060025361	Lucas Filgueiras Gontijo	Agente de Operação e Fiscalização de Transporte e Trânsito
200060000753	Marcus Vinicius Borges De Paula	Agente de Operação e Fiscalização de Transporte e Trânsito
200060006059	Wilson Satil De Sousa	Agente de Operação e Fiscalização de Transporte e Trânsito
200060022124	André Rodrigues Coimbra	Agente de Saúde
200060010382	Barbara Luiza Tavares Teodoro	Agente de Saúde
200060033788	Danilo De Campos Medeiros	Agente de Saúde
200060019270	Diogo Fernandes Nascimento De Oliveira	Agente de Saúde
200060024834	Fabricio Martins Guimarães	Agente de Saúde
200060008842	Gabriela Sousa Gontijo	Agente de Saúde
200060035110	Giane Tavares Leal	Agente de Saúde
200060018992	Josimar Faustino Da Silva	Agente de Saúde
200060015472	Juliana Felipe	Agente de Saúde
200060007584	Katrin Ferreira Canabrava Hotz	Agente de Saúde
200060007421	Leticia Kelly Fernandes	Agente de Saúde
200060016425	Maria Luiza Rodrigues De Araújo	Agente de Saúde
200060000300	Rafaela Campos Amaral	Agente de Saúde
200060002549	Thaynara Gabrielle Silva	Agente de Saúde
200060005238	Thiago Robert Campos Garcia	Agente de Saúde
200060038444	Jacqueline Coutinho Faria	Agente Funerário
200060006213	Lilian Alves De Vasconcelos Sena	Agente Funerário
200060000876	Aline Fernanda Ferreira De Andrade	Agente Sanitário - Fiscal de Saúde
200060038264	Augusto Bebiano Correa	Agente Sanitário - Fiscal de Saúde
200060000274	Istefferson Felipe Santos	Agente Sanitário - Fiscal de Saúde
200060008280	Jonas Fernandes Tavares	Agente Sanitário - Fiscal de Saúde
200060001036	Laura Nogueira Faria	Agente Sanitário - Fiscal de Saúde
200060006115	Leandro Bessa Silva	Agente Sanitário - Fiscal de Saúde
200060001130	Maria Eduarda Ribeiro Siqueira	Agente Sanitário - Fiscal de Saúde
200060019099	Michele Regina Da Silva	Agente Sanitário - Fiscal de Saúde
200060010686	Millena Cristina Freitas	Agente Sanitário - Fiscal de Saúde
200060030600	Viviany Colen Morato Teodoro	Agente Sanitário - Fiscal de Saúde
200060002608	Yasmin Eduarda De Oliveira	Agente Sanitário - Fiscal de Saúde
200060000309	Fernando Augusto Soares	Analista Ambiental
200060017001	Leandro De Matos	Analista Ambiental
200060006991	Paola Brizola De Castilho	Analista Ambiental
200060022431	Rodrigo Wesley De Oliveira	Analista Ambiental
200060002574	Amanda Cristina Silva De Lima	Arquiteto
200060014598	Amanda Ferreira De Souza	Arquiteto
200060001044	Cíntia Miranda	Arquiteto
200060013738	Clara Albani Rezende Da Costa	Arquiteto
200060005557	Débora Emanuela Campos Silva	Arquiteto
200060001317	Débora Lamounier Cardoso	Arquiteto
200060005916	Erick Aparecido De Lacerda	Arquiteto
200060014031	Helder Costa Caetano	Arquiteto

200060015367	Ignez Camila Filipino Da Silveira	Arquiteto
200060006044	Jéssica Thaís Pereira Reis	Arquiteto
200060006195	Laís Babora Martins	Arquiteto
200060007873	Leticia Sousa	Arquiteto
200060008742	Mariana Azevedo De Sousa	Arquiteto
200060038790	Natielle Vilaça Da Silva	Arquiteto
200060020616	Nayara De Castro Maciel	Arquiteto
200060016020	Regina Debora Silva Cunha Batista	Arquiteto
200060008549	Renan De Castro Costa Homem	Arquiteto
200060021685	Alexandra De Lourdes Da Silva	Assistente Educacional
200060004149	Ana Clara Teixeira Silva	Assistente Educacional
200060002459	Ana Júlia Candido	Assistente Educacional
200060002043	Barbara Fernanda Ramos Fernandes	Assistente Educacional
200060018383	Bianca Aparecida Vaz Flauzino	Assistente Educacional
200060003399	Brenda Fernanda Da Silva Amaral	Assistente Educacional
200060005553	Brenda Flauzina De Oliveira	Assistente Educacional
200060019825	Brenda Souza Da Silva	Assistente Educacional
200060000941	Brunna Bresolini	Assistente Educacional
200060026618	Eliana Maria De Sousa	Assistente Educacional
200060032697	Elisangela Aurora Dias	Assistente Educacional
200060004347	Elisangela De Azevedo	Assistente Educacional
200060000790	Fabiana Dias Dos Santos	Assistente Educacional
200060028576	Fernanda Camargos	Assistente Educacional
200060015493	Flavio Rodrigues Da Rocha	Assistente Educacional
200060011306	Gabriel Henrique De Sousa	Assistente Educacional
200060006789	Gabriela Nayara Rodrigues Leal	Assistente Educacional
200060015542	Gabriela Sousa Belchior	Assistente Educacional
200060001562	Gabrielle Fernanda Almeida	Assistente Educacional
200060003373	Graziele Cristina Alves Siqueira	Assistente Educacional
200060003927	Grazielle Dos Santos Soares	Assistente Educacional
200060025275	Henrique Espindola De Souza	Assistente Educacional
200060014979	Hudson Martins Paim	Assistente Educacional
200060014952	Isadora Aparecida Dos Santos	Assistente Educacional
200060008787	Jennipher Siqueira De Mendonça	Assistente Educacional
200060004564	João Henrique Figueiredo Pereira	Assistente Educacional
200060019457	Josiane Meire Ferreira	Assistente Educacional
200060018991	Josimar Faustino Da Silva	Assistente Educacional
200060008369	Julia Oliveira Vilela	Assistente Educacional
200060001633	Juliele Mendes De Moura	Assistente Educacional
200060019207	Kátia Gonçalves Campolina Ferreira	Assistente Educacional
200060025481	Keila Soares Benfica	Assistente Educacional
200060013297	Larissa De Oliveira Bittencourt	Assistente Educacional
200060017452	Larissa De Santana Souza	Assistente Educacional
200060023060	Laura Soares Tavares	Assistente Educacional
200060029130	Leticia Santos De Brito Oliveira	Assistente Educacional
200060017800	Liliane Cristina De Carvalho	Assistente Educacional
200060012439	Liluana Fernanda Ferreira De Araujo	Assistente Educacional
200060015615	Lorena Joana Alves Morais	Assistente Educacional

200060002522	Lorena Reisler Melo	Assistente Educacional
200060023083	Lorena Resende Silva	Assistente Educacional
200060033119	Lucas Deodato Silva	Assistente Educacional
200060008690	Ludmilla Rosa Vilas Boas	Assistente Educacional
200060014738	Márcia Aparecida De Faria	Assistente Educacional
200060028668	Marcia Cristina Da Silva	Assistente Educacional
200060035128	Marco Aurelio Oliveira Moraes	Assistente Educacional
200060033829	Marcus Salvio Pieroni	Assistente Educacional
200060009095	Maria Auxiliadora Caetano Vilela	Assistente Educacional
200060024677	Maria Gabriela Murilo Da Silveira	Assistente Educacional
200060001520	Mariana Cristina Silva	Assistente Educacional
200060022343	Mariana Otavila Mendes Oliveira	Assistente Educacional
200060004659	Marina Karoliny Vaz	Assistente Educacional
200060012584	Meire Barbosa De Oliveira	Assistente Educacional
200060010155	Nathielly Louise Ferreira Nunes	Assistente Educacional
200060020760	Polyana Gabriela Ribeiro	Assistente Educacional
200060031160	Priscila Da Silva Freitas	Assistente Educacional
200060026789	Renata Antonia Da Silva	Assistente Educacional
200060028927	Rikles Glauber Fernandes	Assistente Educacional
200060011981	Roberta Cristina Cardoso Da Silva	Assistente Educacional
200060025487	Rogério Soares Benfica	Assistente Educacional
200060003163	Sarah Gabriel	Assistente Educacional
200060006921	Schirley Silva Ferreira Dos Santos	Assistente Educacional
200060009399	Shirlei Aparecida Dos Santos Bessa	Assistente Educacional
200060019237	Sirlene De Lourdes Silva	Assistente Educacional
200060016931	Sofia Marchiori Ouverney	Assistente Educacional
200060018156	Sonia Salatiel De Oliveira	Assistente Educacional
200060014196	Stela Jordana Costa Moura	Assistente Educacional
200060004660	Suelaine Freitas	Assistente Educacional
200060037004	Suellem Cristina Silva De Oliveira	Assistente Educacional
200060038217	Talita Batista Silva	Assistente Educacional
200060002581	Thaynara Gabrielle Silva	Assistente Educacional
200060009985	Thuany Valeska Dos Santos Diogo	Assistente Educacional
200060024714	Valeria Aparecida Da Silva Goncalves	Assistente Educacional
200060003270	Vanessa Corrêa Ramos Soares	Assistente Educacional
200060024855	Ana Paula Ribeiro	Assistente Social
200060013674	Gislene Cleide De Sousa	Assistente Social
200060008876	Nayara Alves Moraes	Assistente Social
200060013675	Gislene Cleide De Sousa	Assistente Social da Educação
200060024480	Diego Valério De Almeida	Atendente Consultório Dentário - PSF
200060010918	Rosangela Aparecida Silva	Atendente Consultório Dentário - PSF
200060008082	Adriana Cristina Oliveira	Bibliotecário
200060008801	Karine De Souza Resende	Bibliotecário
200060010485	Kassia Maria De Miranda Oliveira	Bibliotecário
200060001807	Brenda Caroline Carvalho De Oliveira	Contador
200060027555	Dayana Karoll Martins Lima	Contador
200060018147	Ingrid Naytiara Silva Ribeiro De Assis	Contador
200060029865	Luis Henrique Inacio Nunes	Contador

200060001124	Alexandre Nazar Correa	Dentista - Especialização em Endodontia
200060001407	Aline Da Conceição Alves Miranda	Dentista para atendimento ao PSF
200060015269	Amanda Dos Santos Mancuzo	Dentista para atendimento ao PSF
200060011718	Anderson De Freitas Mourao Cota	Dentista para atendimento ao PSF
200060027220	André Felipe Nogueira	Dentista para atendimento ao PSF
200060009125	Andre Wester Da Silva Ferreira	Dentista para atendimento ao PSF
200060035239	Bianca Luiza Ponciano De Paula	Dentista para atendimento ao PSF
200060016521	Camila Mendonça Veloso	Dentista para atendimento ao PSF
200060012695	Christiane Fátima Oliveira	Dentista para atendimento ao PSF
200060007959	Cintia De Castro Santos	Dentista para atendimento ao PSF
200060017088	Claudia Teixeira De Souza	Dentista para atendimento ao PSF
200060012824	Davi De Jesus Lemos Da Silva Santos	Dentista para atendimento ao PSF
200060015171	Eduarda Dias Lemos	Dentista para atendimento ao PSF
200060036144	Eliziane Heringer Leal Silva	Dentista para atendimento ao PSF
200060019276	Guilherme Silveira	Dentista para atendimento ao PSF
200060018584	Gustavo Henrique Marçal Reis	Dentista para atendimento ao PSF
200060013943	Isabella Cássia Cunha Cardoso	Dentista para atendimento ao PSF
200060003476	Isadora Campos Alves	Dentista para atendimento ao PSF
200060002663	Jose Vitor Melo Silva	Dentista para atendimento ao PSF
200060003161	Joyce Emília Lemos Da Silva	Dentista para atendimento ao PSF
200060025142	Julia Coelho Rodrigues	Dentista para atendimento ao PSF
200060004787	Junio Santos Manso	Dentista para atendimento ao PSF
200060003953	Karolyna Caetano Vilela Bessas	Dentista para atendimento ao PSF
200060018031	Laís Menezes De Oliveira	Dentista para atendimento ao PSF
200060015205	Lara Maria Silva	Dentista para atendimento ao PSF
200060025472	Lara Trota	Dentista para atendimento ao PSF
200060029986	Larissa Dos Santos Faria	Dentista para atendimento ao PSF
200060001730	Lauane Talita Mendonça	Dentista para atendimento ao PSF
200060000449	Laura Araújo Santiago	Dentista para atendimento ao PSF
200060000133	Marcelly Cristina Vieira	Dentista para atendimento ao PSF
200060000282	Maria Eduarda Carneiro Da Silva Medeiros	Dentista para atendimento ao PSF
200060007215	Maria Elisa Resende Toledo	Dentista para atendimento ao PSF
200060022562	Maria Paula Avelar Cardoso	Dentista para atendimento ao PSF
200060003255	Michel Breno José Da Silva	Dentista para atendimento ao PSF
200060002734	Natalia Torres Versiane	Dentista para atendimento ao PSF
200060026131	Patrícia Alessandra Lamounier	Dentista para atendimento ao PSF
200060011545	Patricia Araujo Da Silva	Dentista para atendimento ao PSF
200060017646	Thays Danielly Fernandes Silva	Dentista para atendimento ao PSF
200060023354	Wesley Castro Fonseca	Dentista para atendimento ao PSF
200060022575	Alessandro Pedro Ribeiro	Educador de Trânsito
200060005353	Ana Caroline Santos	Educador de Trânsito
200060012590	Adriana Ferreira Silva	Enfermeiro
200060003995	Alef Martins De Medeiros Reis	Enfermeiro
200060021325	Ednilson Messias De Oliveira	Enfermeiro
200060018563	Gabriela Morato Lopes	Enfermeiro
200060000390	Gabriella Estefânia Fernandes Soares	Enfermeiro
200060012315	Greiciele Gomes De Paulo	Enfermeiro
200060012704	Hélida Silva Salomé	Enfermeiro

200060015119	Ilda Conceição De Araújo	Enfermeiro
200060005286	Janaina Wyrá Abrantes Franco	Enfermeiro
200060005886	Juliana Vidal Bandeira Andrade	Enfermeiro
200060001773	Kassio Moises Melo Gomes	Enfermeiro
200060002986	Meire Gardenne Adami	Enfermeiro
200060032437	Michele De Sousa	Enfermeiro
200060010679	Patricia Aparecida Dos Santos Marinho	Enfermeiro
200060003918	Rafaella Cristina Sousa Santana	Enfermeiro
200060022034	Rafaella Gontijo Do Nascimento Sant Ana	Enfermeiro
200060031328	Thayse Raquel Pantaleão Monteiro Euzébio	Enfermeiro
200060012581	Adriana Ferreira Silva	Enfermeiro para atendimento ao PSF
200060003993	Alef Martins De Medeiros Reis	Enfermeiro para atendimento ao PSF
200060000228	Ana Carolina Reis Peres Corgozinho	Enfermeiro para atendimento ao PSF
200060011317	Bianca Fonte Boa Gonçalves Pio	Enfermeiro para atendimento ao PSF
200060002556	Bianca Silva Ferreira	Enfermeiro para atendimento ao PSF
200060006777	Camila Fernandes Dos Santos	Enfermeiro para atendimento ao PSF
200060002964	Camila Ferreira Porto	Enfermeiro para atendimento ao PSF
200060026866	Deborah Amaral Donnini	Enfermeiro para atendimento ao PSF
200060014536	Deborah Franscielle Da Fonseca	Enfermeiro para atendimento ao PSF
200060007672	Fabiana Castro De Faria	Enfermeiro para atendimento ao PSF
200060008346	Fabiana Flavia Tome	Enfermeiro para atendimento ao PSF
200060028220	Fagna Costa Cordeiro Morais	Enfermeiro para atendimento ao PSF
200060001109	Gabriele De Souza Severino	Enfermeiro para atendimento ao PSF
200060000261	Gabriella Estefânia Fernandes Soares	Enfermeiro para atendimento ao PSF
200060013091	Guilhermina Da Silva Resende	Enfermeiro para atendimento ao PSF
200060012700	Hélida Silva Salomé	Enfermeiro para atendimento ao PSF
200060015127	Ilda Conceição De Araújo	Enfermeiro para atendimento ao PSF
200060027810	Isadora Fernanda Campos Nepomuceno	Enfermeiro para atendimento ao PSF
200060004591	Isadora Ferrante Lima	Enfermeiro para atendimento ao PSF
200060028406	Izadora Ferreira Gomes	Enfermeiro para atendimento ao PSF
200060004042	Janaina Wyrá Abrantes Franco	Enfermeiro para atendimento ao PSF
200060029344	Júlia Cordeiro Aris De Carvalho	Enfermeiro para atendimento ao PSF
200060007812	Karina Maria Vicença Gomides Vasconcelos	Enfermeiro para atendimento ao PSF
200060024303	Karolyne Reis Ferreira	Enfermeiro para atendimento ao PSF
200060001785	Kassio Moises Melo Gomes	Enfermeiro para atendimento ao PSF
200060013038	Laeny Catarina Dias Freitas	Enfermeiro para atendimento ao PSF
200060007923	Larissa Carvalho De Castro	Enfermeiro para atendimento ao PSF
200060020649	Leila Cristine Do Nascimento	Enfermeiro para atendimento ao PSF
200060017637	Letícia Karla Martins	Enfermeiro para atendimento ao PSF
200060037511	Lidia Christina Vasconcelos Borges	Enfermeiro para atendimento ao PSF
200060000369	Lorrayne Sebastiane Dos Santos	Enfermeiro para atendimento ao PSF
200060002976	Meire Gardenne Adami	Enfermeiro para atendimento ao PSF
200060004014	Meriele Sabrina De Souza	Enfermeiro para atendimento ao PSF
200060019129	Nelson Almeida Da Silva	Enfermeiro para atendimento ao PSF
200060022035	Rafaella Gontijo Do Nascimento Sant Ana	Enfermeiro para atendimento ao PSF
200060023387	Rayane Gonçalves Vieira	Enfermeiro para atendimento ao PSF
200060018728	Renata Domingos Bastos	Enfermeiro para atendimento ao PSF
200060002589	Sabrina Mara De Morais	Enfermeiro para atendimento ao PSF

200060019229	Sarah Rocha Dessimoni	Enfermeiro para atendimento ao PSF
200060002652	Stefane Lopes Vieira	Enfermeiro para atendimento ao PSF
200060028523	Tainá De Souza Santana	Enfermeiro para atendimento ao PSF
200060004025	Taís Rocha Bregues	Enfermeiro para atendimento ao PSF
200060020205	Talita Ruas De Aquino	Enfermeiro para atendimento ao PSF
200060005591	Thais Adrielle Souza Amaral	Enfermeiro para atendimento ao PSF
200060011360	Thais Stefany Alves	Enfermeiro para atendimento ao PSF
200060004086	Thaíse Azevedo De Souza	Enfermeiro para atendimento ao PSF
200060002644	Tiago Ricardo De Oliveira Lima	Enfermeiro para atendimento ao PSF
200060017550	Vanessa Raquel Ribeiro Resende	Enfermeiro para atendimento ao PSF
200060008517	Veronica Rayane Pereira Dutra	Enfermeiro para atendimento ao PSF
200060039448	Carlos Roberto Dos Santos Oliveira Neto De Souza	Engenheiro Agrimensor
200060001343	Luis Philippe Ventura Rodrigues	Engenheiro Agrimensor
200060035611	Conrado Augusto Rosi Denadai	Engenheiro Agrônomo
200060033914	Pablo Felipe Sousa Ferreira	Engenheiro Agrônomo
200060019335	Diego Souza Mota	Engenheiro Civil
200060005183	Guilherme Freitas Ramos Grande	Engenheiro Civil
200060005742	Gustavo De Souza Belchior	Engenheiro Civil
200060017995	Hyan Saldanha Maciel Corgozinho	Engenheiro Civil
200060033122	João Paulo Gonçalves Da Silva	Engenheiro Civil
200060016710	Lays Mengez Lima Mourão	Engenheiro Civil
200060027703	Leonardo Faleiro Gomes	Engenheiro Civil
200060018736	Lucas Henrique De Almeida Santos	Engenheiro Civil
200060012798	Luis Otávio Fonseca Neves Júnior	Engenheiro Civil
200060006408	Maria Eliza Moreira Teixeira	Engenheiro Civil
200060010616	Paviel Carlos Da Costa Diniz	Engenheiro Civil
200060000212	Rafaela Martins Neves Moreira	Engenheiro Civil
200060006849	Rita Daniela Ferreira	Engenheiro Civil
200060025607	Saymon Áquila Martins Lima	Engenheiro Civil
200060005797	Tiago Martins Dos Santos Caetano	Engenheiro Civil
200060012805	William Motta Duarte	Engenheiro Civil
200060022282	Brenda Caroline Saldanha Cedro	Engenheiro de Segurança do Trabalho
200060009874	Lilyan Valéria Cruz Silva	Engenheiro de Segurança do Trabalho
200060017134	Mariana Silva Bispo Gregório	Engenheiro de Segurança do Trabalho
200060017455	Marllon Antônio Alves	Engenheiro de Segurança do Trabalho
200060014033	Wisley Geraldo Costa	Engenheiro de Segurança do Trabalho
200060019660	Aline Tatiane Oliveira Mendes	Farmacêutico
200060024298	Carlos Antonio Ferreira Da Silva	Farmacêutico
200060000048	Fernanda Mendonça	Farmacêutico
200060003703	Júlio Fernandes De Souza	Farmacêutico
200060002447	Lorena Aparecida Alves Bessa	Farmacêutico
200060008444	Maria Clara De Faria E Silva	Farmacêutico
200060017966	Mário Henrique Santos De Sousa	Farmacêutico
200060004064	Ricardo Augusto Dos Santos Silva	Farmacêutico
200060014279	Sania De Oliveira Morais	Farmacêutico
200060003936	Silvio José Elisei Carvalho Junior	Farmacêutico
200060000540	Aleandra Alves Silva	Fiscal de Obras



200060024901	Aline Faria Lopes	Fiscal de Obras
200060005772	Gustavo De Souza Belchior	Fiscal de Obras
200060006050	Jéssica Thaís Pereira Reis	Fiscal de Obras
200060033110	João Paulo Gonçalves Da Silva	Fiscal de Obras
200060006101	Leandro Bessa Silva	Fiscal de Obras
200060018926	Lucas Henrique De Almeida Santos	Fiscal de Obras
200060015259	Lucas Souza Sales	Fiscal de Obras
200060000189	Rafaela Martins Neves Moreira	Fiscal de Obras
200060000686	Raul Gustavo Alves Da Silva	Fiscal de Obras
200060000579	Giovanni Alves Da Silva Miranda	Fiscal de Posturas
200060011424	Michel Marcos Dos Santos	Fiscal de Posturas
200060000864	Thais Gontijo Resende	Fiscal de Posturas
200060003340	Vandeuza Silva Francisco	Fiscal de Posturas
200060008992	Agenor Augusto Souza Lemos	Fiscal de Rendas
200060002407	Aline Alves Oliveira	Fiscal de Rendas
200060009603	Amanda Maluf Campos Nascimento	Fiscal de Rendas
200060002716	Andreza Leticia Oliveira Carvalho	Fiscal de Rendas
200060001206	Ane Caroline Silva Eloi	Fiscal de Rendas
200060006973	Christiane Prado Lara	Fiscal de Rendas
200060000264	Daniela Luzia Eloi	Fiscal de Rendas
200060020316	Dayana Karoll Martins Lima	Fiscal de Rendas
200060004301	Diogo José Jeremais	Fiscal de Rendas
200060023274	Gabriela Amaral Simões	Fiscal de Rendas
200060028290	Gabriela Juliana Gonçalves	Fiscal de Rendas
200060002478	Isabela Alves Dos Santos	Fiscal de Rendas
200060026381	Janaina Vieira Da Silva	Fiscal de Rendas
200060032990	Leandra Guadanini Rigueira Carlos	Fiscal de Rendas
200060008452	Leandro Meireles Tavares	Fiscal de Rendas
200060019666	Lorran Alexandre Tavares	Fiscal de Rendas
200060018335	Lucas Alves De Oliveira	Fiscal de Rendas
200060024342	Marcelle Matilde Tufi Santos	Fiscal de Rendas
200060001368	Marco Thulio Faria Silveira	Fiscal de Rendas
200060015424	Marfizia Elen Almeida Souza	Fiscal de Rendas
200060019089	Michele Regina Da Silva	Fiscal de Rendas
200060002700	Natache Oliveira Viana	Fiscal de Rendas
200060011141	Renato Remo Renucci	Fiscal de Rendas
200060008681	Roberth Oliveira Jordão	Fiscal de Rendas
200060002436	Roberto Lacerda Oliveira	Fiscal de Rendas
200060024179	Rodrigo Israelita Lopes Silva	Fiscal de Rendas
200060023447	Sergio Martins Nunes	Fiscal de Rendas
200060014760	Stephan Gomes Dos Santos	Fiscal de Rendas
200060003764	Taynan Augusto Ferreira	Fiscal de Rendas
200060021489	Thais Morais Mendes	Fiscal de Rendas
200060026340	Valter Junio Rodrigues	Fiscal de Rendas
200060009104	Victor Afonso Da Costa	Fiscal de Rendas
200060014460	Viviane Cristine Garcia Renucci	Fiscal de Rendas
200060024042	Walter Cecilia De Carvalho Filho	Fiscal de Rendas
200060001827	Wellington Rubens Martins	Fiscal de Rendas

200060012729	Wesllen Silva Teles	Fiscal de Rendas
200060000534	Yara Santos De Oliveira Pedrosa	Fiscal de Rendas
200060003698	Júlio Fernandes De Souza	Fiscal de Saúde Bioquímico
200060006639	Sabrina Aparecida Cobal	Fiscal de Saúde Bioquímico
200060001509	Aline Da Conceição Alves Miranda	Fiscal de Saúde Dentista
200060011721	Anderson De Freitas Mourao Cota	Fiscal de Saúde Dentista
200060000310	Jeisebel Iasmim Gabriele De Faria	Fiscal de Saúde Dentista
200060022563	Maria Paula Avelar Cardoso	Fiscal de Saúde Dentista
200060017647	Thays Danielly Fernandes Silva	Fiscal de Saúde Dentista
200060034521	Fabricia Almeida Diniz	Fiscal de Saúde Enfermeiro
200060019673	Gabriella Estefânia Fernandes Soares	Fiscal de Saúde Enfermeiro
200060020212	Paola Karol Martins Lima	Fiscal de Saúde Enfermeiro
200060031125	Pedro Henrique Batista De Freitas	Fiscal de Saúde Enfermeiro
200060024661	Valéria De Fátima Lacerda Vasconcelos	Fiscal de Saúde Enfermeiro
200060000301	Alex Rabelo De Souza	Fiscal de Saúde Farmacêutico
200060010869	Camila Santos De Souza	Fiscal de Saúde Farmacêutico
200060008616	Karina Rocha Dutra	Fiscal de Saúde Farmacêutico
200060015220	Alice Aparecida Da Silva	Fisioterapeuta
200060001305	Dayanne Gabriela De Melo Marques	Fisioterapeuta
200060016643	Flávia Divina Da Silva	Fisioterapeuta
200060021824	Jordania Aparecida Dos Reis	Fisioterapeuta
200060037834	Leticia Casagrande Barbosa	Fisioterapeuta
200060021876	Leticia Ribeiro Da Silva	Fisioterapeuta
200060033200	Lucas De Paulo Teixeira	Fisioterapeuta
200060005221	Lucas Martins De Moraes	Fisioterapeuta
200060001197	Mayra De Souza Alves	Fisioterapeuta
200060024302	Pedro Henrique De Oliveira Pereira	Fisioterapeuta
200060032980	Ana Júlia Estevam Corrêa	Fonoaudiólogo
200060029190	Andressa Antunes De Freitas	Historiador
200060026584	Clarissa Raquel Da Silva Gomes	Médico Auditor
200060032834	Jhony Everson Goncalves	Médico Auditor
200060028499	Bruna De Oliveira Caetano	Médico Dermatologista
200060023119	Nathalie Silva Cirilo	Médico Dermatologista
200060013201	Aline Rezende De Oliveira	Médico Generalista PSF
200060022138	Brenio Felipe Batista Pereira	Médico Generalista PSF
200060013677	Fernando Henrique De Sousa	Médico Generalista PSF
200060032985	Flavia Ferreira Cassiano	Médico Generalista PSF
200060005168	Hamilton Tadeu Da Silva	Médico Generalista PSF
200060016548	Laura Silva Lemos Santos	Médico Generalista PSF
200060025178	Mariela Sthefany Silva	Médico Generalista PSF
200060001470	Raphael Alves Rocha	Médico Generalista PSF
200060025233	Rayssa Prado Rodrigues	Médico Generalista PSF
200060024627	Rodolfo Augusto De Oliveira Mano	Médico Generalista PSF
200060021233	Tiago Mello Rigo	Médico Generalista PSF
200060013798	Kellen Silva Sousa	Médico Ginecologista
200060012499	Karen Maria Marcal Ribeiro	Médico Hematologista
200060019483	Natália Archanjo Vasconcelos Chaves	Médico Infectologista
200060002599	Tamires Aparecida Alves Borges	Médico Otorrinolaringologista

200060004653	Jéssica Aparecida Fernandes Rabelo	Médico Pediatra
200060021114	Tássia Viviane Cardoso De Souza	Médico Pediatra
200060004617	Camila Eugênia Fonseca Passos	Médico Pneumologista
200060030626	Daiana Dutra De Paula	Médico Regulador
200060024625	Rodolfo Augusto De Oliveira Mano	Médico Regulador
200060012154	Breno Alvarenga Ferraz	Médico Supervisor Hospitalar
200060009271	Alicia Maria Teles De Faria	Médico Veterinário
200060027493	Jairo Jose Costa Ferreira	Médico Veterinário
200060010366	Joanna Oliveira Marçal	Médico Veterinário
200060035824	Rossine De Melo Tavares	Médico Veterinário
200060020330	Cristian Resende	Motorista de Veículos Leves
200060020337	Elias Calazans Ramos	Motorista de Veículos Leves
200060019014	Mueller Ednilson Vasconcelos Da Silva	Motorista de Veículos Leves
200060016418	Rafael Evangelista Silva	Motorista de Veículos Leves
200060029305	Carlos Vitor Dos Anjos De Oliveira	Motorista de Veículos Pesados
200060037498	Daniel Bruno Do Rego	Motorista de Veículos Pesados
200060013511	Edcarlos Magela De Souza Melo	Motorista de Veículos Pesados
200060039016	Felipe Antonio Carmo	Motorista de Veículos Pesados
200060019702	Filipe Santos Castro	Motorista de Veículos Pesados
200060007706	Helder Alves De Oliveira	Motorista de Veículos Pesados
200060025248	Rone Eduardo Mine	Motorista de Veículos Pesados
200060028090	Wesley Geraldo De Souza	Motorista de Veículos Pesados
200060018430	Katia Maise Chagas	Museólogo
200060021081	Flavia Lara De Castro Castilho	Nutricionista
200060037781	Gustavo Felix Ávila	Nutricionista
200060003009	Kelly Daldegan Machado Silva	Nutricionista
200060004131	Lidiane Ribeiro Batista	Nutricionista
200060028930	Luana Moreira Fonseca	Nutricionista
200060000468	Lázara Aparecida Duarte	Oficial de Serviços Coveiro
200060023870	Antonio De Assis Dos Santos Junior	Procurador do Município
200060022506	Bárbara Kelly Moreira Ramos	Procurador do Município
200060026444	Carlos Magno De Assis Dutra	Procurador do Município
200060015412	Celio Junior Fonseca	Procurador do Município
200060017115	David Willian De Freitas Reis	Procurador do Município
200060006078	Debora Faria Castro	Procurador do Município
200060015521	Gabriel Lucas Carvalho E Oliveira	Procurador do Município
200060024649	Gabriela Gomes Oliveira	Procurador do Município
200060003039	Jean Luiz Pereira	Procurador do Município
200060003277	João Victor Santos Gonçalves	Procurador do Município
200060030614	Luiz Eduardo Da Silva Araújo	Procurador do Município
200060002344	Maria Angélica Pamplona Gonçalves Oliveira	Procurador do Município
200060001718	Maria Cássia Jesus De Faria	Procurador do Município
200060029832	Mario Henrique Gontijo De Araujo	Procurador do Município
200060025783	Vilma Aparecida Messias	Procurador do Município
200060037467	Vinicius Duarte Pessoa	Procurador do Município
200060012614	Vivian Petrone De Souza	Procurador do Município
200060007462	Wemerson Ventura Da Silva	Procurador do Município
200060010443	Amanda Sthefanie Costa	Professor de Educação Física

200060013968	Andre Fagner Da Silva Andrade	Professor de Educação Física
200060029187	Andre Ribeiro De Freitas	Professor de Educação Física
200060007088	Dayvson Alexandre De Andrade	Professor de Educação Física
200060019741	Karla Michel Rodarte	Professor de Educação Física
200060001605	Larissa Daniele Da Silva	Professor de Educação Física
200060014035	Luana Aparecida Dias Bazilio	Professor de Educação Física
200060024443	Maicon Wilker Camargos Pereira	Professor de Educação Física
200060014169	Manuell Octávio Duarte	Professor de Educação Física
200060021047	Paulo Alexandre Rodrigues Silva	Professor de Educação Física
200060015895	Rafael Santana De Almeida	Professor de Educação Física
200060016459	Samuel Bruno Cândido	Professor de Educação Física
200060026118	Victor Hugo Barbosa	Professor de Educação Física
200060022456	Amanda Gabriela Sousa Alves	Professor de Língua Estrangeira Moderna
200060020681	Fernanda De Oliveira Nascimento	Professor de Língua Estrangeira Moderna
200060000331	Núbia Da Fonseca Silva	Professor de Língua Estrangeira Moderna
200060011204	Emily De Araújo Nunes	Professor de Música - Canto
200060007872	Rodrigo Pardini Corrêa	Professor de Música - Educação e Teoria Musical
200060016118	Eduardo Laudares	Professor de Música - Flauta
200060016047	Paulo Rogério Ribeiro	Professor de Música - Teclado e Tecnologia Musical
200060003655	Juliane Thalita De Souza	Professor de Música - Violino
200060008036	Adriana Cristina Oliveira	Professor em Atuação na Educação Infantil e Anos iniciais do Ensino Fundamental
200060013066	Adriano Nunes De Oliveira	Professor em Atuação na Educação Infantil e Anos iniciais do Ensino Fundamental
200060020627	Alessandra Ferreira Fontes	Professor em Atuação na Educação Infantil e Anos iniciais do Ensino Fundamental
200060026536	Alexandra Maria Da Costa	Professor em Atuação na Educação Infantil e Anos iniciais do Ensino Fundamental
200060013018	Alícia Vitória Cardoso Chagas	Professor em Atuação na Educação Infantil e Anos iniciais do Ensino Fundamental
200060010344	Aline Batista Martins	Professor em Atuação na Educação Infantil e Anos iniciais do Ensino Fundamental
200060021009	Aline Cristina Pinto Gonçalves	Professor em Atuação na Educação Infantil e Anos iniciais do Ensino Fundamental
200060018484	Amanda Cristina Silva Gomes	Professor em Atuação na Educação Infantil e Anos iniciais do Ensino Fundamental
200060017077	Amanda Fernandes	Professor em Atuação na Educação Infantil e Anos iniciais do Ensino Fundamental
200060014098	Ana Carolina Ribeiro Rodrigues	Professor em Atuação na Educação Infantil e Anos iniciais do Ensino Fundamental
200060004167	Ana Clara Teixeira Silva	Professor em Atuação na Educação Infantil e Anos iniciais do Ensino Fundamental
200060021579	Ana Cristina Maciel Silva	Professor em Atuação na Educação Infantil e Anos iniciais do Ensino Fundamental
200060030143	Ana Gabriela Cardoso Silva Martins	Professor em Atuação na Educação Infantil e Anos iniciais do Ensino Fundamental
200060009535	Ana Karla Augusto	Professor em Atuação na Educação Infantil e Anos iniciais do Ensino Fundamental
200060017480	Ana Luiza Candida Rafael	Professor em Atuação na Educação Infantil e Anos iniciais do Ensino Fundamental

200060023632	Ana Paula Dos Santos Silva	Professor em Atuação na Educação Infantil e Anos iniciais do Ensino Fundamental
200060012232	Ana Paula Felizardo	Professor em Atuação na Educação Infantil e Anos iniciais do Ensino Fundamental
200060023598	Andrea Fernanda Silva Machado	Professor em Atuação na Educação Infantil e Anos iniciais do Ensino Fundamental
200060026366	Andreia Carla Ferreira	Professor em Atuação na Educação Infantil e Anos iniciais do Ensino Fundamental
200060028187	Andreia Ferreira Carvalho	Professor em Atuação na Educação Infantil e Anos iniciais do Ensino Fundamental
200060000797	Andreza Ferreira Fontes	Professor em Atuação na Educação Infantil e Anos iniciais do Ensino Fundamental
200060022715	Ariane Crisóstomo Bárbara	Professor em Atuação na Educação Infantil e Anos iniciais do Ensino Fundamental
200060023471	Ariane De Fátima Ferreira Albino	Professor em Atuação na Educação Infantil e Anos iniciais do Ensino Fundamental
200060006444	Ariston Mike Ferreira Galdino	Professor em Atuação na Educação Infantil e Anos iniciais do Ensino Fundamental
200060022174	Bárbara Gabriele Lourenço Almeida Gontijo	Professor em Atuação na Educação Infantil e Anos iniciais do Ensino Fundamental
200060018386	Bianca Aparecida Vaz Flauzino	Professor em Atuação na Educação Infantil e Anos iniciais do Ensino Fundamental
200060016327	Bianca Guimarães Rabelo Oliveira	Professor em Atuação na Educação Infantil e Anos iniciais do Ensino Fundamental
200060026867	Bruna De Oliveira Camargos Batista	Professor em Atuação na Educação Infantil e Anos iniciais do Ensino Fundamental
200060024038	Bruna Mariano Lucas Coelho	Professor em Atuação na Educação Infantil e Anos iniciais do Ensino Fundamental
200060030125	Bruna Rodrigues Paiva Santos	Professor em Atuação na Educação Infantil e Anos iniciais do Ensino Fundamental
200060000849	Brunna Bresolini	Professor em Atuação na Educação Infantil e Anos iniciais do Ensino Fundamental
200060006673	Cacilda Aparecida Da Cunha Rodrigues Campos	Professor em Atuação na Educação Infantil e Anos iniciais do Ensino Fundamental
200060003483	Camila Alves De Oliveira Carvalho	Professor em Atuação na Educação Infantil e Anos iniciais do Ensino Fundamental
200060033370	Camila Batista Da Silveira	Professor em Atuação na Educação Infantil e Anos iniciais do Ensino Fundamental
200060007434	Camila Esteves Santos	Professor em Atuação na Educação Infantil e Anos iniciais do Ensino Fundamental
200060020453	Camila Lourenço Paiva	Professor em Atuação na Educação Infantil e Anos iniciais do Ensino Fundamental
200060031113	Carla Pereira Gonzaga	Professor em Atuação na Educação Infantil e Anos iniciais do Ensino Fundamental
200060001553	Cássia Silva De Abreu	Professor em Atuação na Educação Infantil e Anos iniciais do Ensino Fundamental
200060019824	Cátia Helena De Jesus Silva	Professor em Atuação na Educação Infantil e Anos iniciais do Ensino Fundamental
200060018906	Cintia Maria Pereira De Araújo	Professor em Atuação na Educação Infantil e Anos iniciais do Ensino Fundamental
200060016127	Claudete Aparecida Da Fonseca Rocha	Professor em Atuação na Educação Infantil e Anos iniciais do Ensino Fundamental
200060012576	Claudete Carla Da Silva	Professor em Atuação na Educação Infantil e Anos iniciais do Ensino Fundamental
200060021040	Claudia Virgínia Gomes De Santana Gonçalves	Professor em Atuação na Educação Infantil e

		Anos iniciais do Ensino Fundamental
200060020751	Cleide Cibele Dos Santos	Professor em Atuação na Educação Infantil e Anos iniciais do Ensino Fundamental
200060008256	Daiana Godoi Rodrigues	Professor em Atuação na Educação Infantil e Anos iniciais do Ensino Fundamental
200060013135	Daliane Martins Papas Silva	Professor em Atuação na Educação Infantil e Anos iniciais do Ensino Fundamental
200060024408	Dalva Aparecida Matoso Soares	Professor em Atuação na Educação Infantil e Anos iniciais do Ensino Fundamental
200060023679	Daniel Otaviano De Araujo	Professor em Atuação na Educação Infantil e Anos iniciais do Ensino Fundamental
200060009701	Danielle De Faria Moura	Professor em Atuação na Educação Infantil e Anos iniciais do Ensino Fundamental
200060015740	Daniely De Sousa Andrade	Professor em Atuação na Educação Infantil e Anos iniciais do Ensino Fundamental
200060010393	Davi Bernardes Maximiano	Professor em Atuação na Educação Infantil e Anos iniciais do Ensino Fundamental
200060020797	Davi Stracci	Professor em Atuação na Educação Infantil e Anos iniciais do Ensino Fundamental
200060018499	Débora Cristina Alves	Professor em Atuação na Educação Infantil e Anos iniciais do Ensino Fundamental
200060015453	Dieine Jeniffer Carvalho De Andrade	Professor em Atuação na Educação Infantil e Anos iniciais do Ensino Fundamental
200060035860	Dirlene Maria Santana	Professor em Atuação na Educação Infantil e Anos iniciais do Ensino Fundamental
200060012027	Diva Cristina De Almeida	Professor em Atuação na Educação Infantil e Anos iniciais do Ensino Fundamental
200060026219	Elaine Cristina De Faria Pereira	Professor em Atuação na Educação Infantil e Anos iniciais do Ensino Fundamental
200060030091	Elaine Cristina Ribeiro Dos Santos	Professor em Atuação na Educação Infantil e Anos iniciais do Ensino Fundamental
200060023009	Eleusa Adriana Aniceto	Professor em Atuação na Educação Infantil e Anos iniciais do Ensino Fundamental
200060026624	Eliana Maria De Sousa	Professor em Atuação na Educação Infantil e Anos iniciais do Ensino Fundamental
200060016887	Eliana Renée Miranda Santos	Professor em Atuação na Educação Infantil e Anos iniciais do Ensino Fundamental
200060018779	Erika Alves Mascarenhas	Professor em Atuação na Educação Infantil e Anos iniciais do Ensino Fundamental
200060025223	Fabiana Aparecida Pereira	Professor em Atuação na Educação Infantil e Anos iniciais do Ensino Fundamental
200060024970	Fabiana Dias	Professor em Atuação na Educação Infantil e Anos iniciais do Ensino Fundamental
200060029539	Fabiana Ferreira Da F Almeida	Professor em Atuação na Educação Infantil e Anos iniciais do Ensino Fundamental
200060006951	Fernanda Barbosa Guimarães	Professor em Atuação na Educação Infantil e Anos iniciais do Ensino Fundamental
200060007105	Fernanda Geralda Mendonca Costa	Professor em Atuação na Educação Infantil e Anos iniciais do Ensino Fundamental
200060029191	Fernanda Rodrigues De Melo	Professor em Atuação na Educação Infantil e Anos iniciais do Ensino Fundamental
200060024755	Flávia Gonçalves	Professor em Atuação na Educação Infantil e Anos iniciais do Ensino Fundamental
200060028295	Flávia Stella De Barros	Professor em Atuação na Educação Infantil e Anos iniciais do Ensino Fundamental

200060022461	Franciele Mara Araujo	Professor em Atuação na Educação Infantil e Anos iniciais do Ensino Fundamental
200060000098	Franciele Santana Nascimento	Professor em Atuação na Educação Infantil e Anos iniciais do Ensino Fundamental
200060007891	Gabriela De Freitas Manata Godoy	Professor em Atuação na Educação Infantil e Anos iniciais do Ensino Fundamental
200060015537	Gabriela Sousa Belchior	Professor em Atuação na Educação Infantil e Anos iniciais do Ensino Fundamental
200060020794	Gabriele Barbosa Lagares	Professor em Atuação na Educação Infantil e Anos iniciais do Ensino Fundamental
200060028139	Gabrielle Cristina Carvalho Ribeiro	Professor em Atuação na Educação Infantil e Anos iniciais do Ensino Fundamental
200060026447	Gabrielle Gonçalves Vieira	Professor em Atuação na Educação Infantil e Anos iniciais do Ensino Fundamental
200060003114	Geiziane De Fatima Pereira	Professor em Atuação na Educação Infantil e Anos iniciais do Ensino Fundamental
200060000472	Geysiane Aparecida Mariano	Professor em Atuação na Educação Infantil e Anos iniciais do Ensino Fundamental
200060005458	Gilsilene Maria Cordeiro	Professor em Atuação na Educação Infantil e Anos iniciais do Ensino Fundamental
200060011418	Giovana Cristiane Dos Santos Ferreira	Professor em Atuação na Educação Infantil e Anos iniciais do Ensino Fundamental
200060027044	Girlene Mends De Souza	Professor em Atuação na Educação Infantil e Anos iniciais do Ensino Fundamental
200060033645	Gisele Mota Da Fonseca Oliveira	Professor em Atuação na Educação Infantil e Anos iniciais do Ensino Fundamental
200060011288	Gislene Augusta Vieira	Professor em Atuação na Educação Infantil e Anos iniciais do Ensino Fundamental
200060024874	Gláucia Aparecida De Oliveira	Professor em Atuação na Educação Infantil e Anos iniciais do Ensino Fundamental
200060023569	Graciele De Sousa	Professor em Atuação na Educação Infantil e Anos iniciais do Ensino Fundamental
200060003872	Graziela Lourenço Marra Fonte Boa	Professor em Atuação na Educação Infantil e Anos iniciais do Ensino Fundamental
200060003904	Grazielle Dos Santos Soares	Professor em Atuação na Educação Infantil e Anos iniciais do Ensino Fundamental
200060006659	Gustavo De Oliveira Costa	Professor em Atuação na Educação Infantil e Anos iniciais do Ensino Fundamental
200060008938	Gustavo Henrique De Almeida	Professor em Atuação na Educação Infantil e Anos iniciais do Ensino Fundamental
200060024946	Ilza Diniz De Oliveira Soares	Professor em Atuação na Educação Infantil e Anos iniciais do Ensino Fundamental
200060018256	Isabel De Souza Menezes Gontijo	Professor em Atuação na Educação Infantil e Anos iniciais do Ensino Fundamental
200060017243	Isabela De Souza Moura	Professor em Atuação na Educação Infantil e Anos iniciais do Ensino Fundamental
200060007592	Isabela Rochelle Silva Moura	Professor em Atuação na Educação Infantil e Anos iniciais do Ensino Fundamental
200060023663	Izis Cristina Ventura	Professor em Atuação na Educação Infantil e Anos iniciais do Ensino Fundamental
200060010976	Jaine Claudina Bernardo	Professor em Atuação na Educação Infantil e Anos iniciais do Ensino Fundamental
200060020008	Janaína Maia Da Costa	Professor em Atuação na Educação Infantil e Anos iniciais do Ensino Fundamental
200060008790	Jennipher Siqueira De Mendonça	Professor em Atuação na Educação Infantil e

		Anos iniciais do Ensino Fundamental
200060003981	Jéssica Kyara Oliveira Pádua	Professor em Atuação na Educação Infantil e Anos iniciais do Ensino Fundamental
200060000888	Jéssica Sousas De Oliveira	Professor em Atuação na Educação Infantil e Anos iniciais do Ensino Fundamental
200060011575	Jessika Gabriela Ferreira	Professor em Atuação na Educação Infantil e Anos iniciais do Ensino Fundamental
200060030451	Josiane Ferreira Da Silva	Professor em Atuação na Educação Infantil e Anos iniciais do Ensino Fundamental
200060014855	Joyce Rezende Chagas	Professor em Atuação na Educação Infantil e Anos iniciais do Ensino Fundamental
200060017449	Juliana Castro E Coelho	Professor em Atuação na Educação Infantil e Anos iniciais do Ensino Fundamental
200060026841	Juliana De Paula Monteiro Souza	Professor em Atuação na Educação Infantil e Anos iniciais do Ensino Fundamental
200060001805	Karen Luiza De Souza Soares	Professor em Atuação na Educação Infantil e Anos iniciais do Ensino Fundamental
200060020379	Karina Verissimo Oliveira	Professor em Atuação na Educação Infantil e Anos iniciais do Ensino Fundamental
200060022716	Karine Andrade Amaral	Professor em Atuação na Educação Infantil e Anos iniciais do Ensino Fundamental
200060024590	Karla Aparecida Santana	Professor em Atuação na Educação Infantil e Anos iniciais do Ensino Fundamental
200060025161	Karolyne Camylla Costa Silva Guimarães	Professor em Atuação na Educação Infantil e Anos iniciais do Ensino Fundamental
200060010460	Kassia Maria De Miranda Oliveira	Professor em Atuação na Educação Infantil e Anos iniciais do Ensino Fundamental
200060019187	Kátia Gonçalves Campolina Ferreira	Professor em Atuação na Educação Infantil e Anos iniciais do Ensino Fundamental
200060006170	Kátia Juliana De Oliveira	Professor em Atuação na Educação Infantil e Anos iniciais do Ensino Fundamental
200060001723	Katriny Lopes Ferreira	Professor em Atuação na Educação Infantil e Anos iniciais do Ensino Fundamental
200060025471	Kelli Oliveira Benfica	Professor em Atuação na Educação Infantil e Anos iniciais do Ensino Fundamental
200060014989	Kelly Aparecida De Oliveira Piassi	Professor em Atuação na Educação Infantil e Anos iniciais do Ensino Fundamental
200060024718	Kenia Da Costa Teixeira	Professor em Atuação na Educação Infantil e Anos iniciais do Ensino Fundamental
200060000476	Lais Elaine De Oliveira	Professor em Atuação na Educação Infantil e Anos iniciais do Ensino Fundamental
200060005599	Laís Fernanda De Sousa	Professor em Atuação na Educação Infantil e Anos iniciais do Ensino Fundamental
200060010435	Larissa Cássia De Souza Jorge	Professor em Atuação na Educação Infantil e Anos iniciais do Ensino Fundamental
200060013660	Laura Claiane Queiroz Machado	Professor em Atuação na Educação Infantil e Anos iniciais do Ensino Fundamental
200060030577	Leonília Santos Evangelista	Professor em Atuação na Educação Infantil e Anos iniciais do Ensino Fundamental
200060035439	Letícia Cristina Furtado	Professor em Atuação na Educação Infantil e Anos iniciais do Ensino Fundamental
200060036983	Leticia Do Carmo Bueno	Professor em Atuação na Educação Infantil e Anos iniciais do Ensino Fundamental
200060007551	Leticia Emanuela Gomes De Sousa	Professor em Atuação na Educação Infantil e Anos iniciais do Ensino Fundamental



200060035533	Letícia Pires Lemos	Professor em Atuação na Educação Infantil e Anos iniciais do Ensino Fundamental
200060016450	Leticia Silva Diniz	Professor em Atuação na Educação Infantil e Anos iniciais do Ensino Fundamental
200060014299	Lidiane Resende Alvim	Professor em Atuação na Educação Infantil e Anos iniciais do Ensino Fundamental
200060016809	Lilian Marcia Pereira Carvalho	Professor em Atuação na Educação Infantil e Anos iniciais do Ensino Fundamental
200060005025	Liliane Thainã Da Costa	Professor em Atuação na Educação Infantil e Anos iniciais do Ensino Fundamental
200060014083	Livia Maria Ribeiro	Professor em Atuação na Educação Infantil e Anos iniciais do Ensino Fundamental
200060025922	Lorena Aparecida De Oliveira	Professor em Atuação na Educação Infantil e Anos iniciais do Ensino Fundamental
200060030407	Lorena Kellme Silva Costa	Professor em Atuação na Educação Infantil e Anos iniciais do Ensino Fundamental
200060001792	Lorena Maira Da Costa Fernandes	Professor em Atuação na Educação Infantil e Anos iniciais do Ensino Fundamental
200060020848	Luciana Pereira Braga Amaral	Professor em Atuação na Educação Infantil e Anos iniciais do Ensino Fundamental
200060000136	Luciana Vilela	Professor em Atuação na Educação Infantil e Anos iniciais do Ensino Fundamental
200060026986	Ludmilla Da Silva Ribeiro	Professor em Atuação na Educação Infantil e Anos iniciais do Ensino Fundamental
200060008042	Luiza Nunes Candido	Professor em Atuação na Educação Infantil e Anos iniciais do Ensino Fundamental
200060025054	Márcia Cordeiro De Souza	Professor em Atuação na Educação Infantil e Anos iniciais do Ensino Fundamental
200060017756	Marcia Diniz Pereira	Professor em Atuação na Educação Infantil e Anos iniciais do Ensino Fundamental
200060002778	Márcia Helena Da Costa	Professor em Atuação na Educação Infantil e Anos iniciais do Ensino Fundamental
200060009490	Marciele Rita De Cássia Resende	Professor em Atuação na Educação Infantil e Anos iniciais do Ensino Fundamental
200060002646	Marcinzia Pereira De Melo	Professor em Atuação na Educação Infantil e Anos iniciais do Ensino Fundamental
200060008972	Margarete Dias Da Cruz	Professor em Atuação na Educação Infantil e Anos iniciais do Ensino Fundamental
200060002561	Maria Inês De Faria Ferreira	Professor em Atuação na Educação Infantil e Anos iniciais do Ensino Fundamental
200060015441	Maria Luiza Rodrigues De Araújo	Professor em Atuação na Educação Infantil e Anos iniciais do Ensino Fundamental
200060006108	Maria Simoni Da Silveira Silva	Professor em Atuação na Educação Infantil e Anos iniciais do Ensino Fundamental
200060001569	Mariana Cristina Silva	Professor em Atuação na Educação Infantil e Anos iniciais do Ensino Fundamental
200060022289	Mariana Otavila Mendes Oliveira	Professor em Atuação na Educação Infantil e Anos iniciais do Ensino Fundamental
200060002028	Marinelma Silva Ferreira De Oliveira	Professor em Atuação na Educação Infantil e Anos iniciais do Ensino Fundamental
200060001551	Maristella Amaral Santos	Professor em Atuação na Educação Infantil e Anos iniciais do Ensino Fundamental
200060011173	Marli Elza Camargos Lagares De Araújo	Professor em Atuação na Educação Infantil e Anos iniciais do Ensino Fundamental
200060006929	Michelle Aparecida Rodrigues Batista	Professor em Atuação na Educação Infantil e

		Anos iniciais do Ensino Fundamental
200060009250	Michelle Fernanda Silva	Professor em Atuação na Educação Infantil e Anos iniciais do Ensino Fundamental
200060007024	Moises Ramon Amaral Lima	Professor em Atuação na Educação Infantil e Anos iniciais do Ensino Fundamental
200060020053	Munique De Sousa Dias	Professor em Atuação na Educação Infantil e Anos iniciais do Ensino Fundamental
200060006866	Naiara Alvarenga Gomides	Professor em Atuação na Educação Infantil e Anos iniciais do Ensino Fundamental
200060002625	Natália Lima Florentino	Professor em Atuação na Educação Infantil e Anos iniciais do Ensino Fundamental
200060021448	Nathalia Karine Goncalves	Professor em Atuação na Educação Infantil e Anos iniciais do Ensino Fundamental
200060014616	Nayara Amâncio Pereira Hollermann	Professor em Atuação na Educação Infantil e Anos iniciais do Ensino Fundamental
200060018646	Pâmella Rwany Batista Ribeiro Do Vale	Professor em Atuação na Educação Infantil e Anos iniciais do Ensino Fundamental
200060010433	Patricia Aquino Marques	Professor em Atuação na Educação Infantil e Anos iniciais do Ensino Fundamental
200060023570	Patricia Coimbra Ramos	Professor em Atuação na Educação Infantil e Anos iniciais do Ensino Fundamental
200060017370	Paula Dayane Teixeira	Professor em Atuação na Educação Infantil e Anos iniciais do Ensino Fundamental
200060019171	Polyana Gabriela Ribeiro	Professor em Atuação na Educação Infantil e Anos iniciais do Ensino Fundamental
200060016782	Priscila Das Mercês De Oliveira	Professor em Atuação na Educação Infantil e Anos iniciais do Ensino Fundamental
200060012878	Priscila Prado Gonçalves	Professor em Atuação na Educação Infantil e Anos iniciais do Ensino Fundamental
200060006431	Rafael De Oliveira	Professor em Atuação na Educação Infantil e Anos iniciais do Ensino Fundamental
200060028917	Rafaela Jose Da Silva Viana	Professor em Atuação na Educação Infantil e Anos iniciais do Ensino Fundamental
200060013651	Rafaela Leocádia Neves Da Costa	Professor em Atuação na Educação Infantil e Anos iniciais do Ensino Fundamental
200060027468	Raja Reda Zorkot Santanna	Professor em Atuação na Educação Infantil e Anos iniciais do Ensino Fundamental
200060006640	Raquel De Jesus Evangelista	Professor em Atuação na Educação Infantil e Anos iniciais do Ensino Fundamental
200060013938	Rayra Katrine Silva	Professor em Atuação na Educação Infantil e Anos iniciais do Ensino Fundamental
200060027701	REJANE CONCEIÇÃO MIRANDA	Professor em Atuação na Educação Infantil e Anos iniciais do Ensino Fundamental
200060008418	Renata Alves Barbosa	Professor em Atuação na Educação Infantil e Anos iniciais do Ensino Fundamental
200060010404	Renata Oliveira Moura Alcântara	Professor em Atuação na Educação Infantil e Anos iniciais do Ensino Fundamental
200060013971	Roberta Oliveira Melo	Professor em Atuação na Educação Infantil e Anos iniciais do Ensino Fundamental
200060005188	Rosilene Santos	Professor em Atuação na Educação Infantil e Anos iniciais do Ensino Fundamental
200060023701	Rosimeire Oliveira Laurindo	Professor em Atuação na Educação Infantil e Anos iniciais do Ensino Fundamental
200060005512	Rubens Tadeu De Melo Cassiano	Professor em Atuação na Educação Infantil e Anos iniciais do Ensino Fundamental

200060013106	Rubia Cristina Dos Santos Teixeira	Professor em Atuação na Educação Infantil e Anos iniciais do Ensino Fundamental
200060000227	Sabrina Da Silva Dias	Professor em Atuação na Educação Infantil e Anos iniciais do Ensino Fundamental
200060026640	Sandra Fernandes Pereira	Professor em Atuação na Educação Infantil e Anos iniciais do Ensino Fundamental
200060025621	Sangela Alves De Faria Reis	Professor em Atuação na Educação Infantil e Anos iniciais do Ensino Fundamental
200060029586	Sarah Rute Ferreira	Professor em Atuação na Educação Infantil e Anos iniciais do Ensino Fundamental
200060002152	Selma Maria Jesus	Professor em Atuação na Educação Infantil e Anos iniciais do Ensino Fundamental
200060029113	Shirley Aparecida Cruz De Azevedo	Professor em Atuação na Educação Infantil e Anos iniciais do Ensino Fundamental
200060020807	Silmara Ribeiro Da Silva	Professor em Atuação na Educação Infantil e Anos iniciais do Ensino Fundamental
200060022117	Silvana Aurora Leopoldino	Professor em Atuação na Educação Infantil e Anos iniciais do Ensino Fundamental
200060029948	Silvane Garcia Lopes	Professor em Atuação na Educação Infantil e Anos iniciais do Ensino Fundamental
200060003810	Sirlene Aparecida De Araujo Pereira	Professor em Atuação na Educação Infantil e Anos iniciais do Ensino Fundamental
200060019138	Solange Nunes	Professor em Atuação na Educação Infantil e Anos iniciais do Ensino Fundamental
200060004604	Suelaine Freitas	Professor em Atuação na Educação Infantil e Anos iniciais do Ensino Fundamental
200060016308	Talita Gomes Santos	Professor em Atuação na Educação Infantil e Anos iniciais do Ensino Fundamental
200060001949	Tamara Cristina Ferreira Dias	Professor em Atuação na Educação Infantil e Anos iniciais do Ensino Fundamental
200060001963	Tamires Costa Santos	Professor em Atuação na Educação Infantil e Anos iniciais do Ensino Fundamental
200060013861	Tamyris Aparecida De Castro	Professor em Atuação na Educação Infantil e Anos iniciais do Ensino Fundamental
200060027995	Tatiani Danúbia De Andrade	Professor em Atuação na Educação Infantil e Anos iniciais do Ensino Fundamental
200060019501	Tayná Alves Gaia	Professor em Atuação na Educação Infantil e Anos iniciais do Ensino Fundamental
200060032051	Taynara Maria Matias Pimentel	Professor em Atuação na Educação Infantil e Anos iniciais do Ensino Fundamental
200060005712	Thayná De Carvalho Silva	Professor em Atuação na Educação Infantil e Anos iniciais do Ensino Fundamental
200060038330	Twila Da Cunha Eugenio	Professor em Atuação na Educação Infantil e Anos iniciais do Ensino Fundamental
200060029876	Vanessa Rodrigues De Melo	Professor em Atuação na Educação Infantil e Anos iniciais do Ensino Fundamental
200060031662	Vanusa Ribeiro Ferreira Frias	Professor em Atuação na Educação Infantil e Anos iniciais do Ensino Fundamental
200060005556	Vitória Emanuelle Gomides Medeiros	Professor em Atuação na Educação Infantil e Anos iniciais do Ensino Fundamental
200060032090	Walquiria Maria Dos Reis Dutra	Professor em Atuação na Educação Infantil e Anos iniciais do Ensino Fundamental
200060002452	Izabela Aparecida Gontijo	Professor em Atuação nos Anos Finais do Ensino Fundamental na Área de Ciências Humanas

200060021968	Katrini Rosa Nunes Diniz	Professor em Atuação nos Anos Finais do Ensino Fundamental na Área de Ciências Humanas
200060025864	Marco Aurelio Oliveira Morais	Professor em Atuação nos Anos Finais do Ensino Fundamental na Área de Ciências Humanas
200060024667	Maria Gabriela Murilo Da Silveira	Professor em Atuação nos Anos Finais do Ensino Fundamental na Área de Ciências Humanas
200060007533	Renata Maia Peres	Professor em Atuação nos Anos Finais do Ensino Fundamental na Área de Ciências Humanas
200060008895	Victor Hugo Araujo Oliveira	Professor em Atuação nos Anos Finais do Ensino Fundamental na Área de Ciências Humanas
200060008566	Vinicio Caetano Vilela	Professor em Atuação nos Anos Finais do Ensino Fundamental na Área de Ciências Humanas
200060036025	Alexandra Nayara Alves Pinto	Psicólogo
200060014509	Aline Geralda Vieira De Melo	Psicólogo
200060015496	Eduarda Maria Amaral Bernardes	Psicólogo
200060015072	Eduardo Augusto Gonçalves Cruz	Psicólogo
200060008468	Felipe Borges Guimarães	Psicólogo
200060020054	Marcela De Souza Alves	Psicólogo
200060012730	Paula Cristina De Melo Gonçalves	Psicólogo
200060007112	Paulo Henrique Pereira Lopes	Psicólogo
200060018355	Reucislainy De Oliveira Lopes	Psicólogo
200060027440	Ronnie Machado Santos Vieira	Psicólogo
200060022720	Sara Ferreira E Silva	Psicólogo
200060014523	Aline Geralda Vieira De Melo	Psicólogo da Educação
200060003372	Letícia Rodrigues Santos	Psicólogo da Educação
200060030692	Luiz Henrique De Assis Miranda	Psicólogo da Educação
200060007126	Paulo Henrique Pereira Lopes	Psicólogo da Educação
200060018652	Ana Maria Oliveira De Araújo	Supervisor Orientador de Ensino
200060015607	Andre Luis Meireles Prata	Supervisor Orientador de Ensino
200060009812	Ariane Cintia Ribeiro	Supervisor Orientador de Ensino
200060007436	Camila Esteves Santos	Supervisor Orientador de Ensino
200060009398	Carina Xavier Florentino	Supervisor Orientador de Ensino
200060020752	Cleide Cibele Dos Santos	Supervisor Orientador de Ensino
200060029971	Dayana De Andrade	Supervisor Orientador de Ensino
200060039280	Elaine Aparecida Batista Matos	Supervisor Orientador de Ensino
200060004272	Everton Ambrósio Tavares	Supervisor Orientador de Ensino
200060008743	Fernanda Oliveira Fernandes	Supervisor Orientador de Ensino
200060030318	Gabriel Teodoro Marques Dos Santos	Supervisor Orientador de Ensino
200060002435	Izabela Aparecida Gontijo	Supervisor Orientador de Ensino
200060026092	Janaina Mendes Souki	Supervisor Orientador de Ensino
200060001745	Katriny Lopes Ferreira	Supervisor Orientador de Ensino
200060005205	Lais Carvalho De Andrade	Supervisor Orientador de Ensino
200060008046	Leticia Emanuela Gomes De Sousa	Supervisor Orientador de Ensino
200060002013	Luciana Vilela	Supervisor Orientador de Ensino

200060001512	Manuell Octávio Duarte	Supervisor Orientador de Ensino
200060028530	Maria Katia Ribeiro Camargos	Supervisor Orientador de Ensino
200060018645	Pâmella Rwany Batista Ribeiro Do Vale	Supervisor Orientador de Ensino
200060017372	Paula Dayane Teixeira	Supervisor Orientador de Ensino
200060006437	Rafael De Oliveira	Supervisor Orientador de Ensino
200060012842	Ramon Santana De Aguiar	Supervisor Orientador de Ensino
200060010414	Renata Oliveira Moura Alcântara	Supervisor Orientador de Ensino
200060021257	Reysla Andrade Da Silva	Supervisor Orientador de Ensino
200060007545	Rodrigo Henrique Da Silva	Supervisor Orientador de Ensino
200060026626	Rosângela Maria Gonçalves	Supervisor Orientador de Ensino
200060013108	Rubia Cristina Dos Santos Teixeira	Supervisor Orientador de Ensino
200060020809	Silmara Ribeiro Da Silva	Supervisor Orientador de Ensino
200060008847	Soraia Gontijo Maia	Supervisor Orientador de Ensino
200060001980	Tamara Cristina Ferreira Dias	Supervisor Orientador de Ensino
200060004602	Thamires Cardoso De Paiva	Supervisor Orientador de Ensino
200060001826	Valdirene Dos Santos Nunes	Supervisor Orientador de Ensino
200060022596	Aline Fabiana De Siqueira	Técnico de Enfermagem
200060000650	Batiane Aparecida Pereira Vieira	Técnico de Enfermagem
200060028236	Cassia De Abreu Araujo	Técnico de Enfermagem
200060021676	Cristiane Da Silva Ribeiro	Técnico de Enfermagem
200060005615	Eliazaro De Oliveira Ribeiro	Técnico de Enfermagem
200060000061	Fernanda Mendonça	Técnico de Enfermagem
200060004912	Fernando Divino Martins	Técnico de Enfermagem
200060015886	Helen Rosa Florencio	Técnico de Enfermagem
200060000244	Isabela Botelho Aguiar	Técnico de Enfermagem
200060012498	Karhen Ester Costa Silva	Técnico de Enfermagem
200060023573	Maria Eugenia Silva Poppe	Técnico de Enfermagem
200060002154	Marta Maria Gregório Dos Santos	Técnico de Enfermagem
200060018134	Nelice De Fatima Oliveira Souza	Técnico de Enfermagem
200060011125	Rejane Kelly Pereira	Técnico de Enfermagem
200060023571	Roseli Alves Vieira	Técnico de Enfermagem
200060005687	Sérgio Dos Santos Oliveira	Técnico de Enfermagem
200060007271	Silvia Botelho Pereira	Técnico de Enfermagem
200060004723	Sirlene Maria Rocha	Técnico de Enfermagem
200060013233	Suelem Antonia Amancio	Técnico de Enfermagem
200060007209	Tatiane Maria Custodio Da Silva	Técnico de Enfermagem
200060007767	Tatyani Victoria Américo Pessanha	Técnico de Enfermagem
200060001517	Walter De Carvalho Souza	Técnico de Enfermagem
200060016542	Alexsandra Gambogi Cantinho	Técnico de Enfermagem PSF
200060000627	Batiane Aparecida Pereira Vieira	Técnico de Enfermagem PSF
200060004507	Bruna Alves De Oliveira	Técnico de Enfermagem PSF
200060025824	Bruna Ramos Alvarenga Fernandes	Técnico de Enfermagem PSF
200060000498	Cintia Aparecida Da Silva	Técnico de Enfermagem PSF
200060000882	Cristina Aparecida Coelho Silva	Técnico de Enfermagem PSF
200060015256	Deborah Martim Rodrigues	Técnico de Enfermagem PSF
200060002253	Delcilene Justino Dos Santos Cordeiro	Técnico de Enfermagem PSF
200060005052	Dioney Dos Passos	Técnico de Enfermagem PSF
200060005610	Eliazaro De Oliveira Ribeiro	Técnico de Enfermagem PSF

200060016570	Eline Bruna Batista Carvalho	Técnico de Enfermagem PSF
200060000717	Fabiana Dias Dos Santos	Técnico de Enfermagem PSF
200060008349	Fabiana Flavia Tome	Técnico de Enfermagem PSF
200060021952	Fernanda Silva Lemos	Técnico de Enfermagem PSF
200060000930	Fernando Henrique	Técnico de Enfermagem PSF
200060025296	Fransciene Cristina Marciano	Técnico de Enfermagem PSF
200060000482	Gisele Silva Dos Santos	Técnico de Enfermagem PSF
200060019139	Guilherme Barttiliery Silva Souza	Técnico de Enfermagem PSF
200060003458	Helen Alvarenga Silva	Técnico de Enfermagem PSF
200060015885	Helen Rosa Florencio	Técnico de Enfermagem PSF
200060000225	Isabela Botelho Aguiar	Técnico de Enfermagem PSF
200060004641	Juliana Raimunda Pereira	Técnico de Enfermagem PSF
200060017787	Junia Aparecida Ferreira	Técnico de Enfermagem PSF
200060023750	Karla Guimarães Borges	Técnico de Enfermagem PSF
200060007567	Larissa Ellen Duarte Ribeiro	Técnico de Enfermagem PSF
200060035700	Lauane Talita Mendonça	Técnico de Enfermagem PSF
200060001127	Laura Lislely de Oliveira	Técnico de Enfermagem PSF
200060003237	Lorraine Cristina Jacinto Sousa	Técnico de Enfermagem PSF
200060012294	Luciene Oliveira Carvalho	Técnico de Enfermagem PSF
200060000826	Maria Cristina Pereira Lobato	Técnico de Enfermagem PSF
200060023576	Maria Eugenia Silva Poppe	Técnico de Enfermagem PSF
200060008033	Natália Bruna Luzia De Oliveira Souza	Técnico de Enfermagem PSF
200060012683	Neila Vilela De Oliveira	Técnico de Enfermagem PSF
200060018135	Nelice De Fatima Oliveira Souza	Técnico de Enfermagem PSF
200060000708	Patrícia Maria Aparecida Silva	Técnico de Enfermagem PSF
200060027426	Paula Yascara Silva Felix	Técnico de Enfermagem PSF
200060016708	Pedro Henrique Dias Quadros	Técnico de Enfermagem PSF
200060023574	Roseli Alves Vieira	Técnico de Enfermagem PSF
200060021474	Ruthe Rocha Rezende Marques	Técnico de Enfermagem PSF
200060001041	Sabrina Espíndola Batista	Técnico de Enfermagem PSF
200060002359	Silvania Soares Oliveira Da Guarda	Técnico de Enfermagem PSF
200060007359	Silvia Botelho Pereira	Técnico de Enfermagem PSF
200060002681	Tatiane Maria Custodio Da Silva	Técnico de Enfermagem PSF
200060000260	Thulio Henrique De Souza	Técnico de Enfermagem PSF
200060001499	Walter De Carvalho Souza	Técnico de Enfermagem PSF
200060008226	Paulo Henrique Carmo Gonçalves	Técnico de Informática
200060001788	Bruna Souza Melo	Técnico de Laboratório
200060017968	Mário Henrique Santos De Sousa	Técnico de Laboratório
200060006047	Paula Batista Mendes	Técnico de Laboratório
200060027677	Priscila Santana Gonçalves	Técnico de Laboratório
200060001078	Suelem Aparecida Barcelos Ferreira	Técnico de Laboratório
200060019250	Jéssica Geralda Alves Duarte	Técnico de Radiologia
200060020044	Adivaldo Caetano	Técnico Escolar
200060001666	Aline Aparecida Goncalves Moreira	Técnico Escolar
200060001611	Amanda Mendes Da Costa	Técnico Escolar
200060033910	Beatriz Barbosa Do Nascimento	Técnico Escolar
200060018042	Breno Ferreira Freitas	Técnico Escolar
200060015526	Clarice Soares De Siqueira	Técnico Escolar

200060022802	Claudia Lorrainy Lopes Ferreira Da Silva	Técnico Escolar
200060029967	Dayana De Andrade	Técnico Escolar
200060031520	Douglas Barbosa Santana	Técnico Escolar
200060002472	Elisangela De Azevedo	Técnico Escolar
200060003173	Fabricio Tiagodos Santos	Técnico Escolar
200060011175	Gabriel Henrique De Sousa	Técnico Escolar
200060009681	Gabriela De Freitas Manata Godoy	Técnico Escolar
200060001504	Gabrielle Fernanda Almeida	Técnico Escolar
200060033795	Geisa Toledo	Técnico Escolar
200060030564	Hudson Martins Paim	Técnico Escolar
200060037135	Jacqueline Alves Silva Dos Santos	Técnico Escolar
200060028427	Keila Soares Benfica	Técnico Escolar
200060018133	Kenia Tassia Pereira	Técnico Escolar
200060012497	Laís Souza Mateus	Técnico Escolar
200060018160	Laura Mendes Chagas	Técnico Escolar
200060024805	Liliane Cristina De Carvalho	Técnico Escolar
200060002591	Lorena Reisler Melo	Técnico Escolar
200060023085	Lorena Resende Silva	Técnico Escolar
200060030436	Maria Guilherminda Lopes Da Silva	Técnico Escolar
200060014685	Patricia Ferreira Velozo Dos Santos Teixeira	Técnico Escolar
200060029632	Regiane Tamires Sousa Lopes	Técnico Escolar
200060016929	Sofia Marchiori Ouverney	Técnico Escolar
200060024277	Stephany Teixeira Gonçalves	Técnico Escolar
200060039221	Talita Gomes Duarte Viana	Técnico Escolar
200060003022	Thiago Gomes Mendonça	Técnico Escolar
200060032549	Wilander Poppe De Oliveira	Técnico Escolar
200060029768	Júlia Da Mata Resende	Turismólogo

II  
DA DISPOSIÇÃO E DOS FUNDAMENTOS  
ANÁLISE DOS RECURSOS

As questões suscitadas pelos recorrentes são a seguir analisadas:

**Cargo: Advogado da Assistência Social**

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
<b>7</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Diferentemente do que ocorre na matemática, na língua portuguesa a ordem dos fatores pode alterar o produto. A ordem das palavras no enunciado obedece a princípios de organização do sistema linguístico. Podemos tomar como exemplo a relação entre substantivos e adjetivos. A posição habitual do adjetivo é depois do substantivo. Nesse caso, o adjetivo exprime, de modo direto, claro, a característica do substantivo. Exemplo: *Um riacho de águas tranquilas corta a planície verde*.

Entretanto, o falante, muitas vezes, para destacar o adjetivo e lhe atribuir um valor mais pessoal, mais subjetivo, inverte a posição, criando uma sequência do tipo adjetivo + substantivo: *Passava longas horas cuidando de seu pequeno jardim*. Agora, compare estes dois enunciados:

1. Venha para sua **nova** casa. / 2. Venha para sua casa **nova** .

Veja que o adjetivo “nova” muda de sentido. Em 1, quando o adjetivo “nova” está antes do substantivo “casa”, o adjetivo “nova” significa outra casa, uma casa que é diferente da atual, mas não que foi construída recentemente. Já em 2, quando “nova” está depois de “casa”, “nova” passa a significar recém-construída, uma casa que nunca foi usada.

Conclui-se que, em alguns contextos, a mudança de posição de uma palavra em relação a outra pode provocar mudança de sentido.

Sendo assim, ao analisar os quatro fragmentos apresentados, concluímos que em A, a mudança de posição do termo *algum* provoca alteração de sentido. *Algum lugar* é um lugar que existe, mas que é indeterminado, é impreciso, não se sabe exatamente onde se localiza. *Lugar algum* é um lugar que não existe. Há, portanto, a ideia de negação da existência de um lugar.

Em B *certo ativismo / ativismo certo* , a mudança de posição da palavra *certo* altera o sentido do enunciado. *Certo* (pronome) *ativismo* é algum ativismo, um ativismo com um quê de indeterminação. *Ativismo certo* (adjetivo) é um ativismo exato, determinado, correto.

Em D, a mudança de posição de *qualquer* também altera o sentido. *Qualquer circunstância* aponta para a ideia de circunstância sem limitação, todas as circunstâncias, circunstância inespecífica, sem determinação, aleatória. *Circunstância qualquer* sugere circunstância específica, determinada, porém sem valor, sem importância, sem relevância, circunstância comum, sem nada de especial.

Apenas em C a mudança de posição dos termos não altera o sentido. Dizer *salutar percentual* ou *percentual salutar* é, basicamente, a mesma coisa. **Portanto, o gabarito é letra C.**

Fontes:

- <https://www.recantodasletras.com.br/gramatica/5307213> Acesso em 23/06/2024.
- AZEREDO, J. C. **Gramática Houaiss da língua portuguesa** . 2. ed. São Paulo: Publifolha, 2008.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. **Nova Gramática do Português Contemporâneo** . Rio de Janeiro: Lexikon, 2014.
- SACCONI, Luiz A. **Nossa gramática completa** . 34.ed. São Paulo: Matrix, 2021.

Tipo 1 - BRANCA
-----------------

16
----

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Apenas um dos estagiários diz uma verdade, de modo que os demais mentem:

- Se Fernando diz uma verdade, os demais mentem. Não há contradições e Cícero propagou o vírus no sistema.
- Se Cícero diz uma verdade, os demais mentem. Então Fernando e Cícero propagaram o vírus no sistema = CONTRADIÇÃO
- Se Hamilton diz uma verdade, os demais mentem. Então Fernando e Cícero propagaram o vírus no sistema = CONTRADIÇÃO
- Se Anderson diz uma verdade, os demais mentem. Então Fernando mente e diz uma verdade ao mesmo tempo = CONTRADIÇÃO

Tipo 1 - BRANCA
-----------------

24
----

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Analisando as assertivas mesmo isoladamente ou de forma global, não há erro a invalidar a assertiva.

O fato de a assertiva ter especificado a cobrança judicial não a torna incorreta. É a literalidade do art. 7º, VI, da LGPD.

Art. 7º O tratamento de dados pessoais somente poderá ser realizado nas seguintes hipóteses:

.....



III - pela administração pública, para o tratamento e uso compartilhado de dados necessários à execução de políticas públicas previstas em leis e regulamentos ou respaldadas em contratos, convênios ou instrumentos congêneres, observadas as disposições do Capítulo IV desta Lei;

IV - para a realização de estudos por órgão de pesquisa, garantida, sempre que possível, a anonimização dos dados pessoais;

VI - para o exercício regular de direitos em processo judicial, administrativo ou arbitral, esse último nos termos da Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996 (Lei de Arbitragem).

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
------------------------

<b>28</b>
-----------

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

De fato, no âmbito do Município de Divinópolis, o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais obedecia ao quórum de 2/3 (dois terços), ou seja, maioria qualificada.

Contudo, a Emenda à LOM n. 014/09 deu nova redação ao art. 48, §1º, *in verbis*:

*“§ 1º O Projeto de Lei Complementar é aprovado por maioria dos membros da Câmara Municipal, observados os demais termos da votação das leis ordinárias. (NR - Emenda à LOM nº 014/09)”*

Assim, o gabarito encontra-se em consonância com a legislação vigente da municipalidade.

Anote-se que as alternativas A, B e C (considerando o caderno tipo 1 – branco) estão incorretas conforme art. 51, §4º; art. 48, LOM; e art. 52; respectivamente.

Confirma-se, portanto, o gabarito preliminar divulgado.

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
------------------------

<b>31</b>
-----------

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A questão impugnada aborda os métodos de interpretação da Constituição.

Isso porque, ao analisar o enunciado e o conteúdo doutrinário especializado, verifica-se que o método descrito na questão refere-se, de fato, ao método científico-espiritual. Este método, conforme doutrina de Pedro Lenza, orienta-se pela análise da norma constitucional considerando a realidade social e os valores subjacentes ao texto constitucional, enfatizando a natureza dinâmica da Constituição e sua constante renovação em sintonia com as mudanças sociais. Esse é exatamente o sentido exposto no enunciado da questão, que menciona a interpretação da Constituição como um instrumento dinâmico e atualizado, elementos característicos do método científico-espiritual. Por outro lado, o método hermenêutico-concretizador, conforme reconhecido pela doutrina, parte da Constituição para a situação concreta, sendo um processo hermenêutico que se utiliza das pré-compreensões do intérprete e realiza um "movimento de ir e vir" entre os contextos subjetivos e objetivos. Diferentemente do método científico-espiritual, o hermenêutico-concretizador, embora também considere a realidade social, destaca o papel das pré-compreensões do intérprete e do chamado "círculo hermenêutico", conceitos ausentes na descrição apresentada no enunciado, o que evidencia que o método hermenêutico-concretizador não se adequa plenamente à questão.

Logo, a resposta correta é, com efeito, a alternativa A, qual seja, método científico-espiritual.

Diante do exposto, julga-se improcedente o recurso, mantendo-se o gabarito divulgado.

Fonte:

- LENZA, Pedro. Direito Constitucional Esquematizado. 27. ed. São Paulo: SaraivaJur, 2023.

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A questão impugnada aborda o direito de toda mulher a fazer-se acompanhada nas unidades de saúde, em conformidade com a Lei n.º 8.080, de 19 de setembro de 1990. O item I não se encontra em plena conformidade com o dispositivo mencionado. A redação apresentada no item I afirma que a indicação do profissional de saúde do sexo feminino é obrigatória, o que contraria a previsão legal, que dispõe tratar-se de indicação preferencial. Segundo o art. 19-J, §2º, da Lei n.º 8.080/1990, a unidade de saúde deve indicar uma pessoa para acompanhar a paciente que não tenha indicado acompanhante, "preferencialmente profissional de saúde do sexo feminino", e não obrigatoriamente.

Note-se: "Art. 19-J. [...] § 2º No caso de atendimento que envolva qualquer tipo de sedação ou rebaixamento do nível de consciência, caso a paciente não indique acompanhante, a unidade de saúde responsável pelo atendimento indicará pessoa para acompanhá-la, **preferencialmente** profissional de saúde do sexo feminino, sem custo adicional para a paciente, que poderá recusar o nome indicado e solicitar a indicação de outro, independentemente de justificativa, registrando-se o nome escolhido no documento gerado durante o atendimento."

Logo, o item I está, com efeito, incorreto, de modo que apenas os itens III e IV estão corretos.

Diante do exposto, julga-se improcedente o recurso, mantendo-se o gabarito divulgado.

**Cargo: Agente de Administração**

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE	Tipo 3 - AMARELA	Tipo 4 - AZUL
1	5	3	4

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

De acordo com a leitura do texto, seguem as análises das alternativas de respostas:

A constante busca por sensação de prazer estimula o vício ao celular: alternativa correta. " Além disso, os estímulos rápidos ocasionam a liberação de dopamina pelo cérebro , conhecida como hormônio do prazer e da satisfação. À primeira vista, pode parecer bom, mas o uso exagerado cria um ciclo que faz o cérebro buscar cada vez mais essa sensação."

A angústia e a falta de acesso à comunicação virtual estimulam a nomofobia: alternativa incorreta. A nomofobia pode ser desenvolvida pelo uso exagerado das redes sociais como é anunciado no título do texto. Segundo o texto, a angústia e o desconforto gerados pela falta de comunicação são características de um quadro vicioso, portanto, é uma consequência da nomofobia. " Porém, o uso exagerado, principalmente das redes sociais, pode gerar um quadro de vício, que se caracteriza pela angústia e pelo desconforto gerados pela falta de acesso à comunicação via internet."

Quadros de ansiedade e agonia estimulam a procura por redes sociais e, assim, ocasionando a dependência da internet: alternativa incorreta. A ansiedade e a agonia são características da nomofobia. "A ansiedade e a agonia provocadas por estar separado de dispositivos com acesso a redes sociais, ou apenas de imaginar esse cenário, são os principais indicativos da nomofobia."

Apesar de não fugirem de relacionamentos presenciais, as pessoas dependentes das redes sociais preferem se relacionar virtualmente.: alternativa incorreta. "As pessoas evitam se socializar em ambientes que não têm acesso à internet. Amanda explica que esse estresse causado pelo medo de ficar incomunicável dificulta a manutenção e a criação de novas relações humanas. "Em caráter comportamental, essa pessoa pode evitar estar em ambientes onde seja impossibilitada de usar o celular", exemplifica a especialista.

Fontes:

- AQUINO, Renato. **Interpretação de Textos:** teoria e 815 questões comentadas. Série Concursos. 15. ed. Niterói: Impetus, 2014. 519p.
- CEREJA, William Roberto; MAGALHÃES, Thereza Cochar; CLETO Ciley.

- **Interpretação de textos** : construindo competências e habilidades em leitura. Ensino Médio. 2. ed. São Paulo: Atual, 2012. 304p.
- O próprio texto.

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE	Tipo 3 - AMARELA	Tipo 4 - AZUL
2	6	4	5

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A questão tem como base o emprego da vírgula no seguinte trecho: “Em um mundo altamente conectado, a procura de uma prevenção contra essa fobia é difícil, mas não impossível.” No primeiro momento “Em um mundo altamente conectado” ocorre a presença de adjunto adverbial de lugar. Segundo a gramática da língua portuguesa, os adjuntos adverbiais deslocados e de longa extensão, mais de três palavras, devem ser separados por vírgula. No segundo momento a vírgula antecede a conjunção adversativa “mas”. E conforme as regras gramaticais, as orações coordenadas sindéticas adversativas devem vir separadas por vírgula. Assim, a alternativa correta é “ Na primeira situação, a vírgula separa adjunto adverbial deslocado e na segunda situação para separar oração adversativa”, sendo a alternativa C a correta.

**Fontes:**

- CEREJA, William Roberto; MAGALHÃES, Thereza Cochar. **Gramática Reflexiva**: texto, semântica e interação. Ensino Médio. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. 448p. vol. único. (Conforme nova ortografia).
- CUNHA, Celso; CINTRA, Luís F. Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo** . 6. ed. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, 2013. 800p.

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE	Tipo 3 - AMARELA	Tipo 4 - AZUL
3	7	5	9

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A palavra “indivíduo” termina em hiato e é proparoxítona. A alternativa está incorreta. Na língua portuguesa, a palavra “indivíduo” termina em ditongo Crescente, como isso, apresenta quatro sílabas sendo que a sílaba tônica é a penúltima “ví”, se tratando de uma paroxítona, como se verifica no dicionário da Academia Brasileira de Letras: in•di•ví•duo[origem: Do lat. *individuus* 'indivisível'.]

A palavra “realidade” apresenta ditongo Crescente formado por uma semivogal e uma vogal: alternativa incorreta, pois “e” é considerado vogal assim como a letra “a”. Portanto, como não se forma sílaba sem vogal ou com mais de uma vogal, a vogal “e” forma sílaba com a consoante “l” e a vogal “a” forma sílaba sozinha.

A palavra “mais” é formada por ditongo decrescente e classifica-se como monossílabo: alternativa correta. Para haver formação de sílaba é necessário haver vogal. A letra “a” é vogal e a letra “i” é semivogal. Assim, ficam numa única sílaba. Pelo fato da vogal vir antes da semivogal, há um ditongo decrescente, indicando a união da vogal 'e' com a semivogal 'i' na mesma sílaba.

A palavra “Medeiros” é formada por hiato e é classificada como paroxítona. Alternativa incorreta. Apesar da palavra ser paroxítona, ela é formada por ditongo.

**Fontes:**

- <https://servbib.academia.org.br/dlp/verbete.xhtml?entrada=indiv%C3%ADduo>
- CIPRO NETO, Pasquale; INFANTE, Ulisses. **Gramática da Língua Portuguesa**. Ensino Médio Integrado. Reformulada 3. ed. São Paulo: Scipione, 2010. 584p. (Conforme acordo ortográfico).
- HOUAISS, Antônio. Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro, Ed. Objetiva, 2001.

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE	Tipo 3 - AMARELA	Tipo 4 - AZUL
6	1	7	10

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

No trecho Amanda explica que esse estresse causado pelo medo de ficar incomunicável dificulta a manutenção e a criação de novas relações humanas, a palavra “que” vem após ao verbo “explicar”, assim, “que esse estresse causado pelo medo de ficar incomunicável dificulta a manutenção e a criação de novas relações humanas” está no trecho como complemento do verbo explicar que é transitivo direto, portanto, o “que” introduz uma oração subordinada substantiva objetiva direta, letra D.

Para ser subjetiva deveria exercer a função de sujeito. Exemplo: É importante que você venha.

Adjetiva restritiva: introduz uma informação indispensável e tem valor adjetivo e, por isso, exercem a função sintática de adjunto adnominal. Exemplo: O bolo que Fátima fez estava formidável.

Adjetiva explicativa: acrescenta uma informação ao termo antecessor, esclarecendo melhor o que foi dito. Sempre vem destacada por vírgulas.

Fontes:

- CIPRO NETO, Pasquale; INFANTE, Ulisses. **Gramática da Língua Portuguesa**. Ensino Médio Integrado. Reformulada 3. ed. São Paulo: Scipione, 2010. 584p. (Conforme acordo ortográfico).
- CUNHA, Celso; CINTRA, Luís F. Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo** . 6. ed. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, 2013. 800p.

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE	Tipo 3 - AMARELA	Tipo 4 - AZUL
7	4	9	2

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A questão avalia a classe gramatical das palavras sublinhadas e solicita que seja assinalada a alternativa cuja classe indicada esteja correta. A partir desse contexto, seguem as seguintes considerações:

“Em um mundo altamente conectado, a procura de uma prevenção contra essa fobia é difícil, mas não impossível.” (9º§) – a palavra destacada é verbo. Alternativa incorreta, pois apesar de o verbo “procurar” na terceira pessoa do singular no presente do indicativo ser “procura”, no contexto, a palavra é substantivo feminino, tanto que vem antecedida pelo artigo feminino “a”.

“[...] que se caracteriza pela angústia e pelo desconforto gerados pela falta de acesso à comunicação via internet.” (1º§) – as palavras são substantivos primitivos. Alternativa incorreta, pois enquanto “angústia” é substantivo primitivo, “desconforto” é substantivo derivado de “conforto”.

“[...] uma vez que elas possuem a potência de tirar os sujeitos do presente e direcionar para algo que, muitas vezes, é mais confortável que a realidade.” (5º§) – o vocábulo algo é artigo indefinido. Alternativa incorreta, visto que “algo” se trata de pronome indefinido.

“[...] a promoção de vínculos saudáveis também em caráter presencial são essenciais para uma vida plena’, ressalta Amanda.” (11º§) – a palavra destaca é adjetivo feminino. Alternativa correta, pois “plena” está ligada ao substantivo “vida”. Na morfologia, o adjetivo é uma classe que concorda com o substantivo em gênero, masculino e feminino, e em número, singular e plural. Quanto ao gênero, ele pode ser biforme e uniforme. Este último utiliza uma única forma para concordar com o substantivo. Já o outro apresenta formas distintas tanto para masculino quanto para feminino.

Fontes:

- CIPRO NETO, Pasquale; INFANTE, Ulisses. **Gramática da Língua Portuguesa**. Ensino Médio Integrado. Reformulada 3. ed. São Paulo: Scipione, 2010. 584p. (Conforme acordo ortográfico).
- CUNHA, Celso; CINTRA, Luís F. Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo** . 6. ed. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, 2013. 800p.
- AULETE, Caldas. **Dicionário contemporâneo da Língua Portuguesa** . 3. ed. Rio de Janeiro: Delta, 1980. v. 5.

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE	Tipo 3 - AMARELA	Tipo 4 - AZUL
8	10	1	8

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A questão tem como base o seguinte trecho “Em um mundo altamente conectado, a procura de uma prevenção contra essa fobia é difícil, mas não impossível.” A partir de sua análise, conclui-se que:

O período é composto: “Em um mundo altamente conectado, a procura de uma prevenção contra essa fobia é difícil” é o primeiro período e “mas não impossível” é a segundo período. Portanto, a alternativa “ Se trata de período simples” está incorreta.

O segundo período “mas não impossível” é uma oração coordenada sindética adversativa. Ressalta-se que o verbo ser está oculto (mas não é impossível). Assim, a alternativa “[...] mas não impossível” é uma oração coordenada assindética é incorreta.

O período inicia-se com “Em um mundo altamente conectado” e seguido de vírgula. O trecho se trata de um adjunto adverbial de lugar deslocado e longo, por isso, é separado por vírgula. Portanto, é a alternativa correta.

Em “[...] a procura de uma prevenção contra essa fobia é difícil[...]” o predicado é verbo-nominal. A afirmativa é incorreta, pois o predicado é formado a partir de um verbo de ligação, portanto, predicado nominal. O predicado verbo-nominal a apresenta dois núcleos: o verbo e o nome. O verbo (transitivo ou intransitivo) expressa uma ideia de ação realizada pelo sujeito da oração. O nome (substantivo ou adjetivo) apresenta um estado ou qualidade do sujeito ou atribui uma característica ao objeto. Exemplo: Maria saiu e está feliz.

Fontes:

- CIPRO NETO, Pasquale; INFANTE, Ulisses. **Gramática da Língua Portuguesa**. Ensino Médio Integrado. Reformulada 3. ed. São Paulo: Scipione, 2010. 584p. (Conforme acordo ortográfico).
- CUNHA, Celso; CINTRA, Luís F. Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo** . 6. ed. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, 2013. 800p.

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE	Tipo 3 - AMARELA	Tipo 4 - AZUL
9	2	10	7

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Crase é a contração da preposição a com outro a, que pode ser artigo definido ou pronome demonstrativo (aquela, aquele, aquilo). É indicada pelo acento grave. Como regra geral, só se usa crase antes de palavras femininas. A exceção são os pronomes demonstrativos aquele e aquilo. A questão solicita que seja assinalada a alternativa cuja justificativa para o uso do acento grave se difere dos demais. Assim, em:

A diretoria determinou novas restrições às visitas noturnas.

“Profissionais indicam um consumo mais consciente em relação ao conteúdo, ao tempo e à frequência[...]”.

“[...] que se caracteriza pela angústia e pelo desconforto gerados pela falta de acesso à comunicação via internet.”

O uso do acento grave indicador de crase se justifica nas opções anteriores devido à regência nominal das palavras “acesso”, relação” e restrições”, pois exigem a preposição “a” que posteriormente ocorre a presença de palavras femininas. Assim, acontece a fusão dos dois “as” marcada pelo acento grave.

Em À primeira vista, pode parecer bom, mas o uso exagerado cria um ciclo que faz o cérebro buscar cada vez mais essa sensação.”, o acento se justifica por se tratar de uma locução feminina, portanto, é a alternativa a ser marcada.

Fontes:

- CIPRO NETO, Pasquale; INFANTE, Ulisses. **Gramática da Língua Portuguesa**. Ensino Médio Integrado. Reformulada 3. ed. São Paulo: Scipione, 2010. 584p. (Conforme acordo ortográfico).
- CUNHA, Celso; CINTRA, Luís F. Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo** . 6. ed. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, 2013. 800p.

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE	Tipo 3 - AMARELA	Tipo 4 - AZUL
10	3	8	6

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A ortografia é um conjunto de regras estabelecidas pela gramática normativa que orienta a grafia correta das palavras. Em 1990, foi estabelecido pelos países lusófonos este novo acordo. No entanto, apenas em 2016 que entrou em uso. Assim, algumas palavras tiveram alterações em sua forma de grafar, Outras permaneceram com a grafia anterior. Já as palavras que surgiram a partir de 2016 seguem as regras do novo acordo. A partir deste contexto e considerando que todas as palavras foram retiradas do texto base, as seguintes exposições quanto à questão:

dia a dia: O novo Acordo Ortográfico alterou o uso do hífen. Assim, a expressão dia-a-dia deixou de ser escrita com hífen. Locuções não têm hífen, salvo em exceções consagradas pelo uso (à queima-roupa, ao deus-dará, por exemplo).

Pré-histórico: Pré-história: Quando o prefixo é tônico acentuado (pós, pré, pró) e o segundo elemento é entendido separadamente, usa-se hífen: pós-graduação, pré-datado, pré-escolar, pré-história, pré-natal, pró-africano, pré-sal.

Cana-de-açúcar: Nomes das espécies animais e vegetais também continuam com hífen, estejam ou não ligados por preposição ou outro elemento: louva-a-deus, bem-te-vi, João-de-barro, cana-de-açúcar, pimenta-do-reino, copo-de-leite, castanha-do-pará, couve-flor.

Ressignificação: a palavra é formada pelo prefixo “re” que significa “de novo” ou “novamente” + a palavra significação.

De acordo com a Academia Brasileira de Letras, a palavra significa: “ Dar novo sentido, valor, forma ou função a (algo), geralmente com o intuito de superar padrões (comportamentais, psíquicos, estéticos, morais, ideológicos, etc.) estabelecidos pela tradição ou pela experiência de um indivíduo ou grupo social.”

Por se tratar de uma palavra recente no vocabulário brasileiro, ela não apresenta grafia anterior, portanto, não sofreu alteração a partir do novo acordo.

Fonte:

- HOUAISS, Antônio. Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro, Ed. Objetiva, 2001.

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE	Tipo 3 - AMARELA	Tipo 4 - AZUL
11	16	13	17

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Claramente a questão aborda valores financeiros em seu texto, mas isso não significa que o conteúdo seja matemática financeira. Os valores financeiros são dados apenas para criar um contexto, sendo que o conteúdo abordado no item trata de sistema de equações lineares.

Dessa forma, ratifica-se o gabarito preliminar.

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE	Tipo 3 - AMARELA	Tipo 4 - AZUL
12	18	14	19

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A questão traz uma situação em que um motorista precisa fazer paradas a cada 30 minutos de viagem. Assim, pergunta sobre uma viagem com 240 km de distância, percorrendo 80 km por hora, quantas paradas esse motorista deverá fazer.

Sabe-se que o tempo total de viagem é de 3 horas, pois a cada hora percorre 80 km.

Entretanto, ao percorrer durante a última meia hora, o motorista terá chegado ao seu destino, concluindo a viagem.

Dessa forma não haverá parada para descanso, pois não há mais viagem a ser continuada.

A explicação a seguir ilustra uma possível solução para a questão:

Se a pessoa viaja 80 km por hora, ela fará a viagem em 3 horas. Porém, ela deve fazer paradas de 10 min a cada 30 min. Assim, conclui-se que serão 5 paradas de 10 min.

**Saída?** \_\_Trecho 1\_\_ /**Parada 1/** \_\_Trecho 2\_\_ /**Parada 2/** \_\_Trecho 3\_\_ /**Parada 3/** \_\_Trecho 4\_\_ /**Parada 4/** \_\_Trecho 5\_\_ /**Parada 5/** \_\_Trecho 6\_\_? **Chegada**

A respeito do conteúdo programático, o edital traz os tópicos razões especiais e lógica quantitativa, os quais são abordados na questão.

Dessa forma, ratifica-se o gabarito preliminar.

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE	Tipo 3 - AMARELA	Tipo 4 - AZUL
13	17	15	18

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Primeiramente, destaca-se que  $1/28$  é equivalente a 3,57%, o que corresponde à alternativa D, dada como gabarito preliminar.

O item é enfático ao dizer que “após essa divisão, as vagas restantes serão sorteadas entre todos os alunos não selecionados.”.

Ou seja, o sorteio ocorrerá com as 4 vagas restantes entre os alunos não selecionados inicialmente.

Dessa forma, verifica-se que a questão é clara ao explicar a situação hipotética apresentada.

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE	Tipo 3 - AMARELA	Tipo 4 - AZUL
15	20	11	13

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A questão solicita a menor quantidade de fio para que a referida ligação seja feita. Dessa forma, entende-se que a menor quantidade será dada pelo segmento de reta que une os dois pontos. Entender que essa ligação poderia ser feita pela borda é ignorar a solicitação de que seja a “menor quantidade de fio”. Dessa forma, não há ambiguidade no entendimento do item, sendo uma alternativa para sua solução calcular a metade do comprimento da diagonal do retângulo (que é o formato da parede).

Como se tem uma parede com 4 metros por 3 metros, sua diagonal terá 5 metros. Portanto, o comprimento do fio deverá ser metade de 5 metros, ou seja, 2,5 metros.

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE	Tipo 3 - AMARELA	Tipo 4 - AZUL
16	14	17	20

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Primeiramente destaca-se que a questão se enquadra em razões especiais e em regra de três, não fugindo aos temas previstos no edital.

Sobre a correção do item, apresenta-se uma proposta de solução para evidenciar que não há falhas no gabarito preliminar:

Inicialmente tem-se 12 litros de suco, sendo 5 partes de água e 1 de mistura concentrada.

Assim, tem-se 10 litros de água e 2 de mistura concentrada.

Após consumirem  $\frac{3}{4}$  do suco, restam: 2,5 litros de água e 0,5 litro de mistura concentrada.

Deseja-se fazer uma calda cuja proporção indicada é 2,5 partes de água para 1 parte de mistura concentrada. Como restaram 0,5 litro de mistura concentrada, basta que se adicione outro 0,5 litro para que a proporção fique 2,5 partes para 1 parte.

Diante o exposto, verifica-se que o item não apresenta incorreção.

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE	Tipo 3 - AMARELA	Tipo 4 - AZUL
18	15	19	11

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

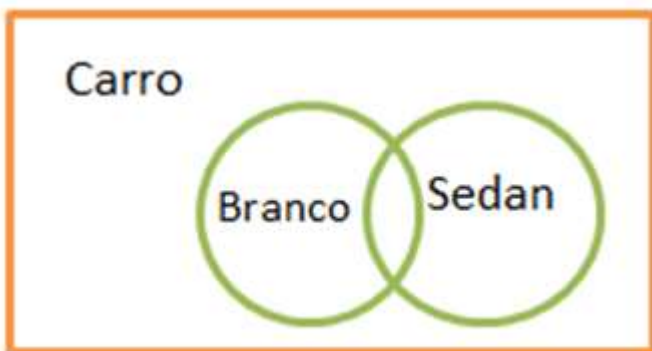
A questão apresenta uma situação de um personagem colecionador de carros. O enunciado informa que este personagem possui 15 veículos de vários modelos e cores e dá mais algumas informações sobre a coleção: “Dos 15 carros, 8 são carros do tipo Sedan e, desses, 2 são da cor branca” e solicita uma alternativa que relaciona corretamente os conjuntos do enunciado.

Não houve dúvidas quanto ao fato de que “Sedan” é um subconjunto do conjunto “Carros”, pois todos os “Sedan” da questão estão dentro do conjunto “Carros”.

A dúvida residiu sobre os carros brancos. O enunciado informa que entre os 8 sedans, 2 são brancos. Mas o enunciado informa que são 15 veículos de vários modelos e cores. Ou seja, há outros 7 veículos na coleção e qualquer um deles podem ser brancos.

Assim, “brancos” não é subconjunto de “sedan”, pois, afirmar isto, significa dizer que todos os carros brancos da coleção são sedan (neste caso teríamos a situação de subconjunto), mas isso não é informado no enunciado.

O diagrama de Venn a seguir ilustra a situação trazida na questão:



Com base no diagrama, percebe-se que podem existir carros brancos que não são sedan. Portanto, branco não é subconjunto de sedan.

Ratifica-se o gabarito preliminar.

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE	Tipo 3 - AMARELA	Tipo 4 - AZUL
20	11	16	12

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Tem-se os valores A, B, C e D em uma tabela. Com isso, tem-se o seguinte sistema de equações:

i)  $A + B = 500$

ii)  $B + C = 400$

iii)  $C + D = 550$

iv)  $A + C = 450$

i – ii

$A - C = 100$

$A = C + 100$

iii – ii

$D - B = 150$

$D = B + 150$

iii – iv

$D - A = 100$

$D = A + 100$

Conforme se verifica D é valor maior, conforme gabarito preliminar.



Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE	Tipo 3 - AMARELA	Tipo 4 - AZUL
21	23	22	24

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Na questão deve-se considerar as características das memórias que compõem a hierarquia de memória do computador, marcar V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas, e assinalar a sequência CORRETA. A alternativa C, com a sequência “V, F, V” é a opção CORRETA.

Os itens I e III são verdadeiros. No entanto, o item II é falso.

Item II. **Memória DDR:** é um tipo de memória ROM não volátil.

A Memória DDR é um tipo de memória RAM volátil .

O tema da questão encontra-se em NOÇÕES DE INFORMÁTICA - conhecimentos básicos de microcomputadores PC-Hardware [MORIMOTO, 2012].

Portanto, existe uma alternativa CORRETA na questão, letra C, sendo o gabarito mantido.

Fonte:

- MORIMOTO, C. E. Hardware II: o guia definitivo. 2º Ed. Porto Alegre: Sul Editores, 2012.

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE	Tipo 3 - AMARELA	Tipo 4 - AZUL
23	25	21	25

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Na questão deve-se considerar os tipos de portas dos computadores e assinalar a alternativa CORRETA que corresponde à porta responsável por conectar dispositivos de armazenamento externos ao computador. A alternativa A, descrito "USB" é a opção CORRETA.

O tema da questão encontra-se em NOÇÕES DE INFORMÁTICA - conhecimentos básicos de microcomputadores PC-Hardware [MORIMOTO, 2012].

Portanto, existe uma alternativa CORRETA na questão, letra A, sendo o gabarito mantido.

Fonte:

- MORIMOTO, C. E. Hardware II: o guia definitivo. 2º Ed. Porto Alegre: Sul Editores, 2012.

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE	Tipo 3 - AMARELA	Tipo 4 - AZUL
24	21	24	22

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Na questão deve-se considerar o escalonamento de processos em um sistema operacional e assinalar a alternativa CORRETA. A alternativa D, descrito “Decide qual processo será executado pelo processador” é a opção CORRETA.

A alternativa B está INCORRETA baseado em [MACHADO, 2013], como descrito a seguir:

O escalonamento de processos não gerencia permissões de usuários. O gerenciamento de permissões de usuário envolve determinar quais recursos e operações cada usuário pode acessar no sistema.

Portanto, existe uma alternativa CORRETA na questão, letra D, sendo o gabarito mantido.

Fonte:

- MACHADO, FRANCIS. Arquitetura de Sistemas Operacionais. 5º ed. Rio de Janeiro: GEN LTC, 2013.

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE	Tipo 3 - AMARELA	Tipo 4 - AZUL
26	29	28	30

**Recurso Procedente. Gabarito alterado para alternativa B.**

Com base no Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Divinópolis (Lei Complementar nº 9/1992) e a modificação sofrida a partir da Lei Complementar 171 de 2014, o gabarito da presente questão deve ser alterado para a letra **B**. O que se afirma na alternativa **B** está correto, posto que a idade mínima mencionada na assertiva está em conformidade com a disposição do art. 7º, inciso IV, da Lei Complementar nº 9 de 3 de dezembro de 1992, qual seja o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Divinópolis:

*Art. 7º São requisitos básicos para ingresso no serviço público:*

*IV - idade mínima de 18 (dezoito) anos;*

As demais assertivas estão erradas. A alternativa **D** está incorreta, pois está em desacordo com o art. 7º, inciso III do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Divinópolis:

*Art. 7º São requisitos básicos para ingresso no serviço público:*

*III - a quitação com as obrigações militares e eleitorais;*

Já a alternativa **C** está incorreta, pois o fato de Marta não ser brasileira a torna inapta para o ingresso no serviço público, conforme art. 7º, inciso I, da Lei supramencionada. Por fim, a alternativa **A** está incorreta, uma vez que tanto Jorge quanto Marta não poderão ingressar no serviço público. Jorge, devido ao fato de possuir apenas 15 (quinze) anos na data de inscrição para o concurso público, não cumprindo assim a idade mínima especificada no art. 7º, inciso IV, da Lei Complementar nº 9 de 3 de dezembro de 1992. Já Marta, em razão de não ser brasileira, o que a torna inapta para o ingresso no serviço público, conforme art. 7, inciso I, da referida norma.

Diante da análise e, com base atualização legislativa supracitada, o recurso deve ser deferido, reconhecendo a alteração de gabarito para a letra **B**.

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE	Tipo 3 - AMARELA	Tipo 4 - AZUL
27	30	29	27

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A **questão** tem como comando identificar a assertiva correta, o gabarito está certo ao apontar a letra **A**. A alternativa **A** é correta, já que retrata a disposição do art. 158, inciso II da Lei Complementar nº 9 de 3 de dezembro de 1992, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Divinópolis:

*Art. 158. Sem qualquer prejuízo, poderá o servidor ausentar-se do serviço:*

*II - por 1 (um) dia, para se alistar como eleitor;*

Já as demais alternativas estão incorretas. A alternativa **B** está errada, pois está em desacordo com o art. 158, inciso I da Lei Complementar nº 9 de 3 de dezembro de 1992, uma vez que o servidor poderá ausentar-se do serviço por 1 (um) dia para doação de sangue e não 2 (dois) dias como mencionado na assertiva. Do mesmo modo, o que se afirma na alternativa **D** está errado, já que a disposição legal em questão não abrange o falecimento de qualquer familiar, mas sim familiares específicos mencionados no inciso IV do art. 158 da Lei Complementar nº 9 de 3 de dezembro de 1992. Por fim, a alternativa **C** está incorreta, pois aponta equivocadamente o número de dias que o servidor poderá ausentar-se em virtude de casamento, 8 (oito) dias consecutivos, conforme disposto no art. 158, inciso III da referida norma.

Diante do exposto, com base nas fundamentações apresentadas, conclui-se que o recurso não procede, pois a questão foi elaborada de acordo com os critérios estabelecidos e a resposta correta está fundamentada nos conteúdos exigidos. Portanto, a decisão de manter a questão e a alternativa correta deve ser mantida.

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE	Tipo 3 - AMARELA	Tipo 4 - AZUL
29	27	30	26

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O enunciado da **questão** tem como objetivo a identificação da exceção. Apesar do enunciado mencionar o art. 125 da Lei Orgânica do Município de Divinópolis, o comando da questão aponta para analisar as assertivas com base na norma supracitada, qual seja, a Lei Orgânica do Município de Divinópolis e suas disposições. Logo, o gabarito está correto ao apontar a afirmativa **D** como a exceção, ou seja, a incorreta. A alternativa **D** está incorreta, já que aponta uma exceção ao dever do município, posto que também é dever do mesmo preservar os bens móveis e imóveis de propriedade privada, em que for constatada a existência de valor histórico, conforme o art. 125, inciso III da Lei Orgânica do Município de Divinópolis/MG:

*Art. 125. É dever do Município:*

*III - preservar bens móveis e imóveis, de propriedade pública ou particular, em que for constatada existência de valor histórico, arquitetônico, arqueológico, paisagístico, bibliográfico, artístico ou ecológico.*

Já a alternativa **B** está correta ao traduzir a disposição do inciso II do art. 125 da Lei Orgânica do Município de Divinópolis/MG. Do mesmo modo, o que se afirma na alternativa **A** está de acordo com o inciso I do art. 125 da norma supracitada. Por fim, a alternativa **C** está correta, conforme disposição do art. 126, caput da Lei Orgânica do Município de Divinópolis/MG:

*Art. 126. A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de fatos relevantes para a cultura do Município.*

Diante do exposto, com base nas fundamentações apresentadas, conclui-se que o recurso não procede, pois a questão foi elaborada de acordo com os critérios estabelecidos e a resposta correta está fundamentada nos conteúdos exigidos. Portanto, a decisão de manter a questão e a alternativa correta deve ser mantida.

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE	Tipo 3 - AMARELA	Tipo 4 - AZUL
30	28	26	29

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A **questão** tem como comando identificar a assertiva correta, o gabarito está certo ao apontar a letra **C**. A alternativa **C** está correta, pois está em acordo com o art. 116 da Lei Complementar nº 9, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Divinópolis/MG:

*Art. 116. O abono familiar será pago, ainda, nos casos em que o servidor, ativo ou inativo, deixar de perceber, temporariamente, vencimento ou provento.*

A alternativa **B** está incorreta, pois a Lei Complementar nº 9, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Divinópolis/MG delimita uma faixa etária em seu art. 113, alínea a`, qual seja menor de 21 (vinte e um) anos. Do mesmo modo, a alternativa **D** está incorreta, posto que o prazo apontado, de dez anos, está em desacordo com o art. 113, alínea d` da norma supracitada, que aponta o prazo mínimo de 05 (cinco) anos sob dependência econômica do servidor.

Por fim, a alternativa **A** está errada, uma vez que contraria a condição do cônjuge do sexo feminino não ser contribuinte de instituição previdenciária, de acordo com o art. 113, alínea c` da Lei Complementar nº 9, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Divinópolis/MG.

Diante do exposto, com base nas fundamentações apresentadas, conclui-se que o recurso não procede, pois a questão foi elaborada de acordo com os critérios estabelecidos e a resposta correta está fundamentada nos conteúdos exigidos. Portanto, a decisão de manter a questão e a alternativa correta deve ser mantida.

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE	Tipo 3 - AMARELA	Tipo 4 - AZUL
31	35	32	33

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O enunciado da referida questão deixa evidente que a atuação de Márcia está relacionada com a implementação de ações voltadas para a reestruturação dos processos (organizando as atribuições). Dentre as atividades destacam-se: otimizar o fluxo de trabalho, garantir a distribuição adequada das tarefas, assegurar a alocação eficiente dos recursos, a comunicação das responsabilidades e a organização da estrutura hierárquica.

Sendo assim, ela está atuando na etapa de organização, por meio da implementação das ações. Com isso, o planejamento já foi realizado anteriormente, agora está na etapa de organizar e implementar as ações.

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE	Tipo 3 - AMARELA	Tipo 4 - AZUL
32	36	34	40

**Recurso Procedente. Questão Anulada.**

A função de comunicação utilizada “quando as pessoas seguem normas e procedimentos de trabalho ou quando comunicam qualquer problema de trabalho ao seu superior imediato”, pode gerar uma ambiguidade de interpretação para os candidatos. O fato de “seguir normas e procedimentos está diretamente ligada à função de controle, mas ao comunicar “problemas de trabalho” pode também remeter a informação.

Sendo assim, a questão foi anulada.

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE	Tipo 3 - AMARELA	Tipo 4 - AZUL
35	39	40	34

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

De acordo com o Arquivo Nacional (2019, p. 17), para que a administração pública e as organizações privadas possam tornar acessíveis as informações contidas nos documentos sob sua guarda, alguns princípios devem ser observados, entre eles o princípio da proveniência ou princípio do respeito aos fundos e o princípio do respeito à ordem original.

**Princípio da proveniência ou princípio do respeito aos fundos:** é um princípio básico da arquivologia e determina que o arquivo produzido por um órgão ou entidade, pessoa ou família não deve ser misturado aos de outras entidades produtoras.

**Princípio do respeito à ordem original:** estabelece que o arquivo deve conservar a organização dada pelo órgão ou entidade, pessoa ou família que o produziu (produção e acumulação orgânica).

Diante dos princípios apresentados, observa-se que a alternativa correta representa o princípio da Proveniência (Letra A).

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE	Tipo 3 - AMARELA	Tipo 4 - AZUL
36	40	33	38

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

De acordo com Chiavenato (2022, p. 219), tem-se a seguinte configuração da questão:

**Afirmativa I. FALSA.** O poder (não desenvolvimento) significa dar poder às pessoas, delegando autoridade e responsabilidade em todos os níveis da organização. Isso significa dar importância e confiar nas pessoas, dar-lhes liberdade e autonomia de ação.

**Afirmativa II. VERDADEIRA.** A motivação busca proporcionar motivação às pessoas para incentivá-las continuamente. Isso significa reconhecer o bom desempenho, recompensar os resultados, permitir que as pessoas participem dos resultados de seu trabalho e festejar o alcance de metas.

**Afirmativa III. VERDADEIRA.** A liderança significa orientar as pessoas, definir objetivos e metas, abrir novos horizontes, avaliar o desempenho e proporcionar retroação.

**Afirmativa IV. FALSA.** O desenvolvimento (não engajamento) significa dar recursos às pessoas em termos de capacitação e desenvolvimento pessoal e profissional. Isso significa treinar continuamente, proporcionar informação e conhecimento, ensinar continuamente novas técnicas, criar e desenvolver talentos na organização.

Sendo assim, a questão está correta e o recurso é considerado improcedente.

Fonte:

- CHIAVENATO, I. **Comportamento organizacional:** a dinâmica do sucesso das organizações. 4ª Ed. São Paulo: Atlas, 2022.

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE	Tipo 3 - AMARELA	Tipo 4 - AZUL
39	32	35	31

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

De acordo com o Manual da Presidência da República (2018, p. 32), os documentos do padrão ofício devem obedecer à seguinte formatação:

a) tamanho do papel: A4 (29,7 cm x 21 cm) e não papel ofício. Alternativa B está incorreta.

g) impressão: na correspondência oficial, a impressão pode ocorrer em ambas as faces do papel. Alternativa C está correta.

i) destaques: para destaques deve-se utilizar, sem abuso, o negrito. Deve-se evitar destaques com uso de itálico, sublinhado, letras maiúsculas, sombreado, sombra, relevo, bordas ou qualquer outra forma de formatação que afete a sobriedade e a padronização do documento. Alternativa A está incorreta.

j) palavras estrangeiras: palavras estrangeiras devem ser grafadas em itálico. Alternativa D está incorreta.

Fonte:

- BRASIL, Presidência da República. **Manual de Redação da Presidência da República** . 3 ed. Brasília: Presidência da República, 2018.

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE	Tipo 3 - AMARELA	Tipo 4 - AZUL
40	33	36	35

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

De acordo com o Manual da Presidência da República (2018):

**CLAREZA:** deve ser a qualidade básica de todo texto oficial. Pode-se definir como claro aquele texto que possibilita imediata compreensão pelo leitor. Não se concebe que um documento oficial ou um ato normativo de qualquer natureza seja redigido de forma obscura, que dificulte ou impossibilite sua compreensão. A transparência é requisito do próprio Estado de Direito: é inaceitável que um texto oficial ou um ato normativo não seja entendido pelos cidadãos. O princípio constitucional da publicidade não se esgota na mera publicação do texto, estendendo-se, ainda, à necessidade de que o texto seja claro.

**I. A diretora do departamento pessoal encontrou o servidor saindo do setor de recursos humanos.** A frase tem duplo sentido. Não fica claro se é a diretora ou o servidor que age. Assim, pode-se entender que a diretora encontrou o servidor que saía do setor de RH ou que o servidor encontrou a servidora quando ela saía do RH.

CORRETO: infringiu o princípio da CLAREZA.

**COESÃO** : o texto deve dispor de forma lógica e ordenada as partes importantes, de modo a favorecer a conexão e a harmonia entre seus elementos: uma ideia deve levar à outra.

**II. O Presidente convocou seus ministros para uma reunião. O Presidente assinou o acordo. O presidente propôs reduzir as alíquotas.** O Presidente convocou seus ministros para uma reunião. Nela, o Chefe do Executivo Federal assinou o acordo. Além disso, (ele) propôs reduzir as alíquotas.

INCORRETO: infringiu o princípio da COESÃO e não do USO DA NORMA CULTA.

**USO DA NORMA CULTA:** Em razão de seu caráter público e de sua finalidade, os atos normativos e os expedientes oficiais requerem o uso do padrão culto do idioma, que acata os preceitos da gramática formal e emprega um léxico compartilhado pelo conjunto dos usuários da língua.

**III. Senhor Gerente, Segue a Norma de Procedimento referente a Licença Médica para análise. Favor informar até o dia 04/11/2024 se a alteração ou sugestão.** Senhor Gerente, Segue a Norma de Procedimento referente à Licença Médica para análise. Favor informar até o dia 04/11/2024 se há alteração ou sugestão.

INCORRETO: infringiu o princípio do USO DA NORMA CULTA e não da COESÃO.

**CONCISÃO:** o texto deve conter apenas o essencial. Deve transmitir o máximo de informações com o mínimo de palavras. Para tanto, é necessário o conhecimento do assunto e a revisão textual, a fim de evitar redundâncias desnecessárias de ideias ou expressões inúteis.

**IV. Em relação aos servidores da Subsecretaria de Administração Geral que trabalham na Coordenação de Gestão de Pessoas, faz-se necessário esclarecer que a modalidade de teletrabalho acabou de ser autorizada.** O teletrabalho foi autorizado aos servidores da Coordenação de Gestão de Pessoas.

CORRETO: infringiu o princípio da CONCISÃO.

Fonte:

- BRASIL, Presidência da República. **Manual de Redação da Presidência da República** . 3 ed. Brasília: Presidência da República, 2018.

**Cargo: Agente de Operação e Fiscalização de Transporte e Trânsito**

**Tipo 1 - BRANCA**

**4**

**Recurso Procedente. Gabarito alterado para alternativa B.**

Todas as alternativas de respostas são justificativas para o emprego da vírgula, porém em contextos diferentes.

No seguinte contexto o “[...] mesmo aqueles que não têm a alteração biológica no cérebro, mas a diferença para um diagnóstico está na frequência e na intensidade.” (8º§)", a alternativa correta é letra B, Oração coordenada sindética. O Fragmento é composto por duas orações que se unem através da conjunção adversativa “mas”. Esta conjunção introduz a segunda oração que é coordenada sindética adversativa que, segundo a gramática da Língua Portuguesa, deve vir antecedida por vírgula.

Aposto: alternativa incorreta. Aposto: é usado para explicar, resumir ou comentar um termo anterior. Para isso, o aposto pode aparecer entre vírgulas, isolando o termo do restante da oração. Exemplo: José, o coordenador da equipe, indicará o funcionário do mês.

Adjunto adverbial de longa extensão: alternativa incorreta. Adjuntos adverbiais deslocados e formados por mais de três palavras devem vir separados por vírgulas. Exemplo: No jardim da praça central, há ipês amarelos.

Oração subordinada adjetiva explicativa: alternativa incorreta. As orações subordinadas adjetivas explicativas são introduzidas pelo pronome “que” sendo separadas por vírgulas e com valor explicativo.

Assim, o gabarito foi alterado para letra B.

Fontes:

- CEREJA, William Roberto; MAGALHÃES, Thereza Cochar. **Gramática Reflexiva:** texto, semântica e interação. Ensino Médio. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. 448p. vol. único. (Conforme nova ortografia).
- CUNHA, Celso; CINTRA, Luís F. Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo** . 6. ed. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, 2013. 800p.

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A palavra “como” pode exercer muitas funções, a depender do contexto. Assim, seguem as análises de cada alternativa, a saber:

Trata-se de preposição com sentido de “na posição de”. Alternativa incorreta. Esta justificativa cabe a contextos como: Como bom cidadão, devo respeitar as leis. Na posição de bom cidadão, devo respeitar as leis.

Pode ser substituído por “a saber”, pois introduz uma explicação. Alternativa incorreta. Quando está introduzindo uma explicação ou exemplificação, tem o sentido de: a saber, assim como, isto é. Exemplo: Algumas pessoas nasceram para cuidar dos outros como médicos, enfermeiros, bombeiros, etc.

Expressa sentido de conformidade, portanto, pode ser substituído por “conforme”. Alternativa incorreta. Ao substituir o termo “como” por “conforme”, o trecho fica com a compreensão comprometida: “Conforme a região frontal é quem regula o comportamento humano por meio do autocontrole, falhas na bioquímica dessa região levam às alterações de impulsos e inquietação. A oração a seguir é um exemplo em que o “como” expressa ideia de conformidade e pode ser substituído por conforme: “Como foi planejado, a palestra começou no horário marcado”.

Transmite ideia de causa e tem valor de “uma vez que”. Nesse caso, a oração iniciada pela referida conjunção (que é uma oração subordinada adverbial causal) significa a própria causa do que se diz na outra oração, podendo ser substituída por “uma vez que” sem prejuízo de sentido para o trecho, portanto, é a alternativa correta. Assim, o fato da região frontal ser quem regula o comportamento humano por meio do autocontrole, falhas na bioquímica dessa região levam às alterações de impulsos e inquietação.

A alternativa correta é a letra B: Transmite ideia de causa e tem valor de “uma vez que”.

Fontes:

- CEREJA, William Roberto; MAGALHÃES, Thereza Cochar. **Gramática Reflexiva**: texto, semântica e interação. Ensino Médio. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. 448p. vol. único. (Conforme nova ortografia).
- CUNHA, Celso; CINTRA, Luís F. Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo** . 6. ed. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, 2013. 800p.

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O comando da questão determina que seja analisado o uso ou não do hífen em palavras iniciadas pelo prefixo pré- ou “pre-”: Conforme as regras ortográficas quanto ao uso ou não do hífen em palavras com o prefixo “pré”, assinale a alternativa correta.

Conforme as regras ortográficas, o que determina o uso do hífen mediante o prefixo “pré” é a tonicidade. Assim, usa-se “pré” com hífen quando o prefixo pré- for tônico, tendo uma pronúncia aberta. Assim, pré-história, pré-análise, pré-matrícula, pré-consulta, pré-aviso são palavras escritas com hífen.

Sempre que o prefixo pre- for átono, tendo uma pronúncia fechada (ê), deverá ser escrito sem hífen. Nesses casos, o prefixo é escrito sem acentuação gráfica, não tendo uma autonomia fonética. Nessas palavras, o segundo elemento não mantém a sua autonomia vocabular, juntando-se ao prefixo. O prefixo pre- ocorre assim apenas em palavras perfeitamente lexicalizadas, não estando disponível para a criação de novas palavras, como em preexistente, predeterminado e pressupor.

Assim, a alternativa que apresenta o par de palavras escrito adequadamente conforme as regras ortográficas é pré-análise, predeterminado.

Fontes:

- LUFT, Celso Pedro. **Moderna gramática brasileira**. 2. Ed. Globo, 2002. 265 p.
- HOUAISS, Antônio. Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro, Ed. Objetiva, 2001.
- SACCONI, Luiz Antonio. **Nossa gramática completa Sacconi** : teoria e prática. 31. ed. São Paulo: Nova Geração Gram. 2011. 592p.

**Recurso Procedente. Questão Anulada.**

Conforme as regras quanto ao acento grave indicador de crase, seguem as análises das afirmativas:

I – Os atendimentos iniciarão à partir de segunda-feira. O emprego está incorreto, pois não se usa crase antes de verbo e partir é verbo.

II – A reunião terá início às 16h. Em indicação de horas exatas, ocorre o uso da crase. Devemos lembrar que, antes da indicação de horas determinadas, sempre se usa artigo definido (a ou as). Por essa razão é que existe crase quando se mencionam horários: às doze horas, às sete e meia

III – Os agentes visitaram às áreas de risco de desabamento. O acento crase está incorreto. O verbo visitar é transitivo direto. Quem visita, visita algo ou alguém. O substantivo “visita” é que exige preposição quando estiver diante de um adjunto adverbial de lugar. Exemplo: A visita à escola nova foi interessante. Haverá crase apenas nos casos em que ocorrer contração entre a preposição a e o artigo definido.

Portanto, devido ao erro material na afirmativa I, em “à partir”, apenas a afirmativa II está correta. Assim, devido à ausência de uma alternativa correta, o recurso é procedente e a questão anulada.

Fontes:

- CEREJA, William Roberto; MAGALHÃES, Thereza Cochar. **Gramática Reflexiva**: texto, semântica e interação. Ensino Médio. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. 448p. vol. único. (Conforme nova ortografia).
- CUNHA, Celso; CINTRA, Luís F. Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo**. 6. ed. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, 2013. 800p.

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A questão contextualiza uma situação em um jogo, denominado “stop”, em que as letras são escolhidas de forma aleatória e traz uma situação em que 2 jogadores colocam números de 0 a 3 para sorteá-las, de modo que A = 0, B = 1, C = 2, D = 3, E = 4, F = 5 e G = 6.

Como os jogadores colocam números de 0 a 3, os resultados possíveis para as letras são:

	0	1	2	3
0	0	1	2	3
1	1	2	3	4
2	2	3	4	5
3	3	4	5	6

**Letra A:** (Soma = 0) 1 possibilidade

**Letra B** (Soma = 1) 2 possibilidades

**Letra C** (Soma = 2) : 3 possibilidades

**Letra D** (Soma = 3) : 4 possibilidades

**Letra E** (Soma = 4) : 3 possibilidades

**Letra F** (Soma = 5) : 1 possibilidades

Ratifica-se o gabarito preliminar.



**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Os Municípios como entes autônomos possuem capacidade de se auto-organizar, autolegislar, autogovernar e auto-administrar. Nesta seara, a auto-organização municipal ocorre por meio da Lei Orgânica Municipal (LOM) que, é a lei que rege o Município, e deve atender aos princípios insculpidos na Constituição Federal e na Constituição Estadual. Embora a Lei Orgânica Municipal seja a lei máxima dentro do território municipal, está sujeita a subordinação frente à Constituição Estadual e Federal.

A regras referentes ao Processo Legislativo insculpidas na Constituição Federal são de reprodução obrigatória nas Constituições Estaduais e nas Leis Orgânicas Municipais, e devem ser observadas, ainda que não expressas em seus textos. Por isso, entende-se que por ser o Processo Legislativo norma de reprodução obrigatória e, pelo fato de as Leis Orgânicas Municipais buscarem seu fundamento de validade na Constituição Federal e na Constituição Estadual, as Leis Orgânicas Municipais também devem se submeter ao Processo Legislativo insculpido na Carta Magna, incluindo o processo de reforma da Constituição.

Assim, devido ao fato de a decretação de intervenção federal representar um momento de exceção do Estado, a limitação à reforma do texto constitucional visa garantir sua proteção contra possíveis alterações descabidas que possam afrontar a normalidade constitucional.

As Leis Orgânicas Municipais, independente de qual órgão estiver sob intervenção estadual ou federal, não podem ser emendadas, sob pena de afronta direta ao dispositivo constitucional e o artigo 47 da Lei Orgânica do Município de Divinópolis.

Mantendo como única alternativa correta o gabarito apresentado pela banca examinadora.

Fontes:

- DIVINÓPOLIS/MG. Lei Orgânica Do Município De Divinópolis/MG. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/lei-organica-divinopolis-mg> . Acesso em: 30 de outubro de 2024.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm) . Acesso em: 30 de outubro de 2024.
- Novelino, Marcelo. Curso de direito constitucional.17. ed. Rev., ampl. e atual. São Paulo: Ed. Juspooldivm,2022.

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

De acordo com o ANEXO I, DOS CONCEITOS E DEFINIÇÕES, temos o conceito de **OPERAÇÃO DE TRÂNSITO** - monitoramento técnico, baseado nos conceitos de engenharia de tráfego, das condições de fluidez, de estacionamento e de parada na via, de forma a reduzir as interferências, tais como veículos quebrados, sinistrados, estacionados irregularmente atrapalhando o trânsito, prestando socorros imediatos e informações aos pedestres e condutores. (Redação dada pela Lei nº 14.599, de 2023)

Fonte:

- [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L9503Compilado.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9503Compilado.htm)

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O Estatuto do Idoso, Lei nº 10.741/2003, prevê, em seu artigo 39, que idosos maiores de 65 anos têm direito à gratuidade para utilizar os transportes públicos coletivos, exceto nos serviços especiais. Para que o idoso tenha acesso à gratuidade, ele deve apresentar qualquer documento que comprove sua idade. A lei não exige nenhum tipo de carteira especial ou cadastro para a concessão do benefício. No parágrafo 2º do mesmo artigo, está previsto a reserva de 10% dos assentos dos coletivos, devidamente identificados com a indicação de que são preferenciais para idosos. Para viagens interestaduais, ou seja, entre estados diferentes, o artigo 40 do Estatuto prevê a quantia de 2 vagas gratuitas para idosos, além de desconto de 50% do valor das passagens, caso as vagas gratuitas já estejam ocupadas e o idoso comprove renda igual ou inferior a 2 salários mínimos. O artigo 41 garante a reserva de 5% das vagas em estacionamentos públicos e privados para idosos. Por fim, o artigo 42 assegura prioridade e segurança para idoso nos procedimentos de embarque e desembarque dos veículos do sistema de transporte coletivo.

Fonte:

- Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003.

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A sustentabilidade e a ecologia estão relacionadas ao trânsito de diversas formas, como:

Mobilidade urbana sustentável: a ideia é criar um sistema de transporte que minimize o impacto ambiental, promova a inclusão social e a eficiência. Para isso, é possível integrar diferentes modos de transporte, como o transporte público, ciclovias, pedestres e planejamento urbano inteligente.

Veículos menos poluentes: é possível utilizar veículos que sejam menos poluentes e, assim, contribuir para a redução das emissões de gases que prejudicam o meio ambiente.

Preservação da fauna e flora: o transporte sustentável pode ajudar a preservar a fauna e a flora, pois a construção de novas estradas e vias de trânsito pode destruir habitats naturais.

Economia local: o transporte sustentável pode impulsionar a economia local e a produção de tecnologias mais limpas.

Humanização no trânsito: o desenvolvimento de termos ambientais, como “humanização no trânsito”, pode ajudar a diagnosticar os problemas causados pelo comportamento inadequado do ser humano.

Fonte:

- <https://www.gov.br/dnit/pt-br/assuntos/noticias/transito-e-meio-ambiente-uma-relacao-dialogica-e-sustentavel>

Tipo 1 - BRANCA

4

**Recurso Procedente. Gabarito alterado para alternativa B.**

Todas as alternativas de respostas são justificativas para o emprego da vírgula, porém em contextos diferentes. No seguinte contexto o “[...] mesmo aqueles que não têm a alteração biológica no cérebro, mas a diferença para um diagnóstico está na frequência e na intensidade.” (8<sup>º</sup>§)”, a alternativa correta é letra B, Oração coordenada sindética. O Fragmento é composto por duas orações que se unem através da conjunção adversativa “mas”. Esta conjunção introduz a segunda oração que é coordenada sindética adversativa que, segundo a gramática da Língua Portuguesa, deve vir antecedida por vírgula.

Aposto: alternativa incorreta. Aposto: é usado para explicar, resumir ou comentar um termo anterior. Para isso, o aposto pode aparecer entre vírgulas, isolando o termo do restante da oração. Exemplo: José, o coordenador da equipe, indicará o funcionário do mês.

Adjunto adverbial de longa extensão: alternativa incorreta. Adjuntos adverbiais deslocados e formados por mais de três palavras devem vir separados por vírgulas. Exemplo: No jardim da praça central, há ipês amarelos.

Oração subordinada adjetiva explicativa: alternativa incorreta. As orações subordinadas adjetivas explicativas são introduzidas pelo pronome “que” sendo separadas por vírgulas e com valor explicativo.

Assim, o gabarito foi alterado para letra B.

Fontes:

- CEREJA, William Roberto; MAGALHÃES, Thereza Cochar. **Gramática Reflexiva:** texto, semântica e interação. Ensino Médio. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. 448p. vol. único. (Conforme nova ortografia).
- CUNHA, Celso; CINTRA, Luís F. Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo** . 6. ed. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, 2013. 800p.

Tipo 1 - BRANCA

7

**Recurso Procedente. Questão Anulada.**

Conforme as regras quanto ao acento grave indicador de crase, seguem as análises das afirmativas:

I – Os atendimentos iniciarão à partir de segunda-feira. O emprego está incorreto, pois não se usa crase antes de verbo e partir é verbo.

II – A reunião terá início às 16h. Em indicação de horas exatas, ocorre o uso da crase. Devemos lembrar que, antes da indicação de horas determinadas, sempre se usa artigo definido (a ou as). Por essa razão é que existe crase quando se mencionam horários: às doze horas, às sete e meia

III – Os agentes visitaram às áreas de risco de desabamento. O acento crase está incorreto. O verbo visitar é transitivo direto. Quem visita, visita algo ou alguém. O substantivo “visita” é que exige preposição quando estiver diante de um adjunto adverbial de lugar. Exemplo: A visita à escola nova foi interessante. Haverá crase apenas nos casos em que ocorrer contração entre a preposição a e o artigo definido.

Portanto, devido ao erro material na afirmativa I, em “à partir”, apenas a afirmativa II está correta. Assim, devido à ausência de uma alternativa correta, o recurso é procedente e a questão anulada.

Fontes:

- CEREJA, William Roberto; MAGALHÃES, Thereza Cochar. **Gramática Reflexiva:** texto, semântica e interação. Ensino Médio. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. 448p. vol. único. (Conforme nova ortografia).
- CUNHA, Celso; CINTRA, Luís F. Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo**. 6. ed. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, 2013. 800p.

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE
1	7

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Abaixo, reproduzem-se definições para o termo “empistolado” e “pistolão” de modo a corroborar a alternativa apontada como correta, conforme os dicionários Michaelis On-line e Dicionário Online de Português:

*empistolado*

*em·pis·to·la·do*

*adj*

*Favorecido por pistolão; recomendado por alguém importante.*

*Significado de Empistolado*

*adjetivo, substantivo masculino*

*[Brasil] Diz-se de, ou aquele que é protegido por pistolão, que tem bons empenhos.*

*Significado de Pistolão*

*substantivo masculino Pistola grande.[Brasil] Fig. Pessoa influente que intervém em favor de outra.*

Fontes:

- <https://dicionario.priberam.org/empistolado>
- <https://www.dicio.com.br/empistolado/>
- <https://www.dicio.com.br/pistolao/>

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE
2	8

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Seguem, abaixo, as definições para os termos “apinhado” e “frondoso”, de modo a corroborar a resposta apontada como correta.

*apinhado*

*a·pi·nha·do*

*adj*

*1 Em forma de pinha.*

*2 Muito cheio; abarrotado: Estante apinhada de livros.*

*3 por ext, fig Em que há aglomeração; adensado, amontoado: Estudantes apinhados na porta da escola.*

*sm*

*Reg (RS) Aglomeração, porção de coisas apinhadas.*

*frondoso*

*fron·do·so*

*adj*

*1 Que tem fronde ou que se encontra coberto, revestido de fronde (ramos, galhos etc.).*

*2 Que apresenta copas; copado, denso, cerrado.*

*3 por ext, fig Diz-se de tudo aquilo que se caracteriza por muitas ramificações, com inúmeras variações, conclusões, possibilidades e/ou alternativas.*

*4 fig Que é pródigo, abundante; que é extenso, prolixo.*

Ambos os termos referem-se à abundância de algo; neste caso, as jabuticabas. A alternativa que aponta o termo “frondosas” como a resposta é, portanto, a correta.

Fontes:

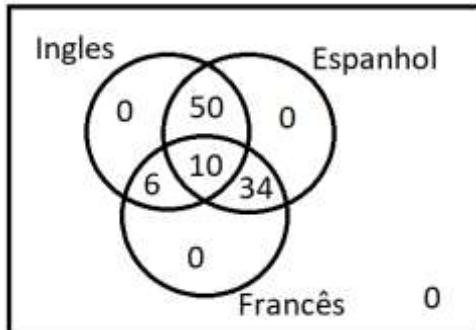
- <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/frondoso/>

- <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/apinhado/>

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE
11	15

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

De acordo com as informações do enunciado, pode-se montar o seguinte diagrama de Venn:



O enunciado solicita quantos estudantes fazem os cursos de francês e espanhol. Esse contingente inclui aqueles estudantes que fazem apenas francês e espanhol e aqueles estudantes que fazem os três cursos. De acordo com o diagrama, são  $34 + 10 = 44$  estudantes.

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE
13	17

**Recurso Procedente. Gabarito alterado para alternativa C.**

De acordo com as informações do enunciado, pode-se montar o seguinte sistema de equações lineares, em que  $x =$  lado do quarto de Fernanda e  $y =$  lado do quarto de seu filho:

$$\begin{cases} 4x + 4y = 40 \\ x^2 + y^2 = 52 \end{cases}$$

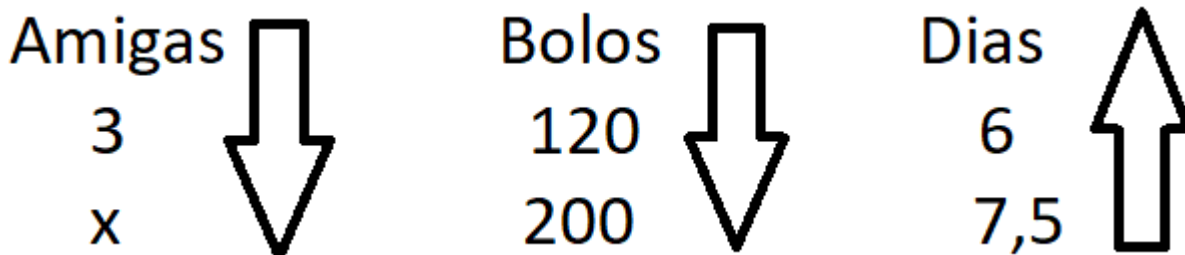
cuja solução é  $x=6$  e  $y=4$ . Assim a razão entre o lado da base do quarto de Fernanda e o lado da base do quarto de seu filho é  $6/4 = 1,5$ .

Dessa forma, o gabarito deve ser alterado para a resposta correta 1,5.

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE
14	18

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A questão envolve o conhecimento de regra de três composta, presente na ementa. De acordo com as informações do enunciado, pode-se montar o seguinte esquema de regras de três composta:



Assim, o valor de  $x$  deve satisfazer:

$$\frac{3}{x} = \frac{120}{200} * \frac{7,5}{6} \rightarrow x = 4$$

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE
16	19

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O enunciado da presente questão solicita a partir de qual quantidade de votos recebidos um candidato consegue, **necessariamente**, garantir sua eleição. Assim, qualquer número a partir dessa quantidade de votos garante, **necessariamente**, que o candidato seja eleito. Observe a situação em que um candidato possuindo 80 votos não consiga ser eleito:

1º= 81, 2º= 81, 3º= 81, 4º= 80, 5º= 0 e 6º= 0

A partir de 81 votos, necessariamente, o candidato estará eleito.

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE
17	13

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Seja X a quantidade de cachorros fêmea no canil e Y a quantidade de cachorros macho. De acordo com as informações do enunciado, pode-se montar o seguinte sistema:

$$\begin{cases} X + Y = 118 \\ X = 6(Y + 1) \end{cases}$$

cuja solução é X = 102 e Y = 16. Assim, há 16 cachorros macho no canil.

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE
21	22

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A banca examinadora esclarece que a avaliação realizada foi pautada nos critérios técnicos e específicos exigidos para o cargo de Agente de Saúde.

Reiteramos que a disciplina de Informática integra o conteúdo programático do cargo, em conformidade com o requisito de nível médio.

O recurso foi indeferido, uma vez que a resposta apresentada não abordou os aspectos técnicos solicitados na questão.

A título de esclarecimentos, o cargo de agente de saúde consta no edital no quadro de cargos de Nível Médio.

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE
22	23

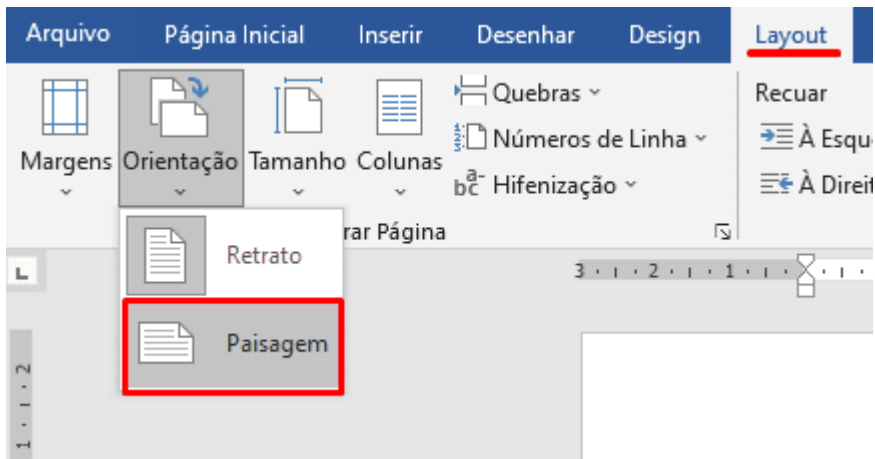
**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A alternativa correta da questão é a letra C) Paisagem.

Existem apenas dois tipos de orientação de página: Retrato (orientação vertical) e Paisagem (orientação horizontal).

Alterar a orientação da página para paisagem ou retrato

1. Para alterar a orientação do documento inteiro, selecione a guia Layout > Orientação.
2. Escolha Retrato ou Paisagem.



3.

No Microsoft Word, a orientação de página "Paisagem" oferece uma visualização horizontal, ideal para documentos que contêm gráficos e tabelas amplas, proporcionando uma melhor organização e legibilidade para esses elementos.

Fonte:

- Alterar a orientação da página para paisagem ou retrato. Disponível em: <https://support.microsoft.com/pt-br/office/alterar-a-orienta%C3%A7%C3%A3o-da-p%C3%A1gina-para-paisagem-ou-retrato-9b5ac1af-9998-4a37-962b-a82b689572a9>

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE
24	25

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A alternativa correta é a letra D) HTTPS

A questão propõe identificar um protocolo amplamente utilizado para a transmissão segura de dados pela internet em termos de segurança nativa na transmissão de dados em rede pública é o HTTPS (Hypertext Transfer Protocol Secure)

O protocolo de transferência de hipertexto (HTTP) é um conjunto de regras que orienta a comunicação entre cliente e servidor. Quando você visita um site, o navegador envia uma solicitação HTTP ao servidor Web, que responde com uma resposta HTTP. O servidor Web e o navegador trocam dados como texto simples. Contudo, como esses dados não são protegidos, eles ficam vulneráveis a interceptações de terceiros.

Já o protocolo de transferência de hipertexto seguro (HTTPS) é uma extensão segura do HTTP, que criptografa a comunicação entre navegador e servidor. No HTTPS, o navegador e o servidor estabelecem uma conexão segura antes de transferir dados, garantindo que as informações trocadas permaneçam privadas e protegidas contra ataques. Com o uso do SSL/TLS, o HTTPS assegura a confidencialidade e integridade dos dados, protegendo informações sensíveis como credenciais de login, dados bancários e informações pessoais, especialmente ao serem transmitidas em redes públicas, como a internet. O protocolo HTTPS (Hypertext Transfer Protocol Secure) é amplamente utilizado em sites para garantir a confidencialidade e a integridade dos dados transmitidos, sendo considerado o protocolo padrão para comunicações seguras na internet. Ele é essencial na proteção contra ataques de intermediários (man-in-the-middle) e na preservação da privacidade e integridade dos dados dos usuários.

O protocolo FTP (File Transfer Protocol): embora baseado no TCP, não oferece criptografia nativa. A transmissão de dados ocorre em texto plano, a menos que seja utilizado o FTPS ou SFTP, que são versões seguras do FTP. O protocolo FTP original não foi projetado para transmissão segura e não possui segurança incorporada.

O protocolo SMTP (Simple Mail Transfer Protocol): é um protocolo padrão para envio de emails, que também não possui criptografia nativa. Para garantir segurança na transmissão de e-mails, são necessários complementos como SSL/TLS, mas o SMTP em sua forma original não é seguro.

Com a crescente preocupação com a privacidade e segurança dos dados, o HTTPS se tornou o padrão para quase todos os sites e aplicativos online, sendo amplamente adotado para proteger informações sensíveis. Navegadores modernos até mesmo emitem alertas de segurança para sites que utilizam HTTP em vez de HTTPS, incentivando a adoção do protocolo seguro.

Portanto, a alternativa que responde a questão é a letra D) HTTPS

Fontes:

- COMER, Douglas E. Redes de computadores e internet. Grupo A, 2016. E-book. ISBN 9788582603734. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788582603734/>. Acesso em: 22 out. 2024.
- LAMBERT, Joan; LAMBERT, Steve. Windows 10. Grupo A, 2016. E-book. ISBN 9788582604144. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788582604144/>. Acesso em: 22 out. 2024.
- VELLOSO, Fernando de C. Informática: Conceitos Básicos . Grupo GEN, 2022. E-book. ISBN 9788595159099. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595159099/>. Acesso em: 22 out. 2024..
- Qual é a diferença entre HTTP e HTTPS?. Disponível em: <https://aws.amazon.com/pt/compare/the-difference-between-https-and-http/>. Acesso em 22 out. 2024.

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE
27	28

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A resposta correta reproduz na literalidade os termos do Art. 44, da Lei Complementar nº 009, de 3 de dezembro de 1992 - Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Divinópolis vejamos.

Art. 44 O aproveitamento de servidor que se encontre em disponibilidade dependerá de prévia comprovação de sua capacidade física e mental, por junta médica oficial.

Fonte:

- <https://sapl.divinopolis.mg.leg.br/media/sapl/public/normajuridica/1992/1739/9.pdf>

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE
28	26

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Nos exatos termos da Lei:

CAPÍTULO VIII

DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E A SAÚDE

Art. 165 A assistência à saúde do servidor ativo ou inativo e de sua família, assim considerados o cônjuge ou companheiro e os dependentes, compreende assistência médica, hospitalar, odontológica, psicológica e farmacêutica prestada pelo Sistema Único de Saúde ou diretamente, pelo órgão ou entidade ao qual estiver vinculado o servidor ou ainda, mediante convênio, na forma estabelecida em ato próprio.

Art. 166 Fica assegurada a assistência gratuita, em creches e na pré-escola, para os filhos e dependentes dos servidores, desde o nascimento até os 06 (seis) anos de idade.

Art. 167 Será garantido pelo Município o transporte gratuito do Servidor que preste serviço na zona rural, e ao residente no meio rural que preste serviço na zona urbana.

A afirmativa C não está contemplada no rol do CAPÍTULO VIII Lei Complementar nº 009, de 3 de dezembro de 1992 - Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Divinópolis.

Fonte:

- <https://sapl.divinopolis.mg.leg.br/media/sapl/public/normajuridica/1992/1739/9.pdf>



Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE
32	37

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A questão aborda as orientações para a prevenção da toxoplasmose, uma infecção parasitária que pode trazer complicações graves, especialmente para gestantes. As orientações fornecidas pela agente de saúde Ana Carla se referem a medidas preventivas corretas, exceto a alternativa V, que não se aplica diretamente à prevenção da toxoplasmose.

Analisando cada uma das afirmações:

- I. Lavar bem as frutas e vegetais antes de consumi-los: Correto. A toxoplasmose pode ser contraída pelo consumo de alimentos contaminados com o parasita, como frutas e vegetais mal lavados.
- II. Lavar bem as mãos após manusear carne crua e evitar consumir carne mal cozida: Correto. Carnes malcozidas podem conter o parasita *Toxoplasma gondii*, por isso a manipulação e o consumo devem ser cuidadosos.
- III. Manter os gatos dentro de casa para evitar que eles cacem animais que podem estar infectados: Correto. Os gatos podem contrair a toxoplasmose ao caçar e ingerir animais infectados, como roedores.
- IV. Usar luvas ao limpar a caixa de areia dos gatos e, após o procedimento, lavar as mãos com água e sabão: Correto. A exposição aos oocistos eliminados nas fezes de gatos é uma das principais vias de infecção, e essa medida ajuda a prevenir o contato.
- V. Tomar suplementos vitamínicos para fortalecer o sistema imunológico: Incorreto. Embora a saúde geral da gestante seja importante, a suplementação vitamínica não é uma medida específica de prevenção da toxoplasmose.

Fontes:

- Brasil. Ministério da Saúde. Vigilância e controle de zoonoses, arboviroses, e combate a animais peçonhentos [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. – Brasília: Ministério da Saúde, 2023. xx p. : il. – (Programa Saúde com Agente; E-book 24). Disponível em: <https://conacs.org.br/wp-content/uploads/2023/09/E-book-24-Vigil%C3%A2ncia-e-Controle-de-Zoonoses-Arboviroses-e-Combate-a-Animais-Pe%C3%A7onhentos.pdf>
- Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Atenção ao pré-natal de baixo risco. Brasília: Ministério da Saúde. (Série A. Normas e Manuais Técnicos) (Cadernos de Atenção Básica, n° 32). 2012:318p. Disponível em: [http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cadernos\\_atencao\\_basica\\_32\\_prenatal.pdf](http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cadernos_atencao_basica_32_prenatal.pdf)

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE
35	40

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

As sanções disciplinares são penalidades aplicadas a profissionais que cometem infrações ou violam normas éticas, legais ou regulamentares no exercício de suas funções, conforme estabelecido pela legislação.

Tais sanções têm como objetivo punir condutas inadequadas, corrigir comportamentos e garantir a manutenção da ética e do profissionalismo no ambiente de trabalho.

Dessa forma, elas não são exclusivas de uma única profissão, estando, portanto, em conformidade com o que foi solicitado no edital.

A sequência de sanções disciplinares previstas pelos Códigos de Ética Profissionais, são: advertência verbal, multa, censura, suspensão ou cassação do direito ao exercício profissional. Portanto, a alternativa correta é:

Advertência verbal, multa, censura, suspensão ou cassação do direito ao exercício profissional.

As outras alternativas estão incorretas porque incluem sanções que não são previstas em Códigos de Ética Profissional:

- Alternativa B: Inclui "transferência para outra unidade de saúde", que não é uma sanção ética prevista no Código de Ética Profissional. Além disso, a "advertência verbal" deve vir antes da "advertência por escrito", o que também está fora de ordem.

- Alternativa C: Também menciona "transferência para outra unidade de saúde", que não é uma sanção disciplinar prevista no código. Além disso, a "advertência por escrito" não é uma sanção ética prevista no código.
- Alternativa D: Inclui "transferência para outra unidade de saúde" e "demissão por justa causa", que não são penalidades éticas aplicadas conforme o código. Essas sanções se referem mais a questões administrativas e trabalhistas, e não éticas.

Fontes:

- Conselho Nacional de Técnicos em Agentes Comunitários de Saúde (Brasil). Código de ética do profissional técnico em agente comunitário de saúde. Criado pela Resolução 001/2014 e alterado pela Resolução 017/2015. 2015. Disponível em: <https://contacs.org.br/codigo-de-etica>.
- Brasil. Ministério da Saúde. Ética Profissional e Relações Interpessoais [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. - Brasília : Ministério da Saúde, 2022. 55 p. : il. – (Programa Saúde com Agente; E-book 4). Disponível em: [https://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/programa\\_saude\\_agente\\_etica\\_relacoes\\_interpessoais.pdf](https://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/programa_saude_agente_etica_relacoes_interpessoais.pdf)

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE
37	34

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A questão está relacionada ao tema do edital Sistemas de Informação em Saúde. Neste escopo a PNIIS tem como um dos seus principais objetivos promover a produção e o uso de dados e informações em saúde, para apoiar a geração de conhecimento, a tomada de decisões e as ações de vigilância em saúde, visando melhorar a gestão e os serviços de saúde.

Analisando as alternativas:

- A) Incorreta, pois a PNIIS não visa dar autonomia irrestrita aos gestores para compartilharem dados de saúde, uma vez que a proteção dos dados pessoais é regida por normas como a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).
- B) Incorreta, pois a PNIIS não tem como foco a integração internacional dos sistemas de saúde, e a globalização dos sistemas públicos não é o objetivo central.
- C) Incorreta, pois a PNIIS não busca restringir os dados de saúde, mas sim promover a circulação controlada e responsável dessas informações para melhorar a saúde pública.
- D) Correta, já que a PNIIS busca fomentar a produção e o uso de dados e informações em saúde, proporcionando a geração de conhecimento e subsidiando ações como vigilância em saúde.

Fontes:

- Brasil. Ministério da Saúde. Portaria GM/MS nº 1.768, de 30 de julho de 2021. Altera o Anexo XLII da Portaria de Consolidação GM/MS no 2, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre a Política Nacional de Informação e Informática em Saúde (PNIIS). Diário Oficial da União. 2021. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-gm/ms-n-1.768-de-30-de-julho-de-2021-335472332>
- Brasil. Ministério da Saúde. Sistemas de Informação em Saúde, Uso De Prontuário Eletrônico e Ferramentas de Apoio ao Registro das Ações dos Agentes de Saúde [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. – Brasília: Ministério da Saúde, 2023. 64 p. : il. – (Programa Saúde com Agente; E-book 11). Disponível em: <https://conacs.org.br/wp-content/uploads/2023/09/E-book-11-Sistemas-de-Inforna%C3%A7%C3%A3o-em-Sa%C3%BAde.pdf>

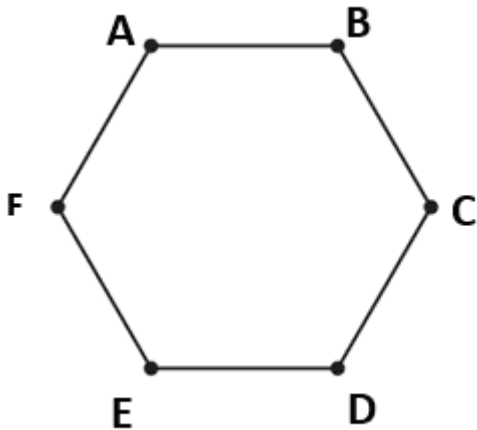
Tipo 1 - BRANCA

12

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Primeiramente destaca-se os pontos A e D não são adjacentes e que ligá-los por uma bandeirola não os tornaria adjacentes. O contexto da questão explica que não podem ser conectados, por exemplo, os postes A e B.

A questão apresenta uma situação em que bandeirolas devem ser amarradas entre 2 postes, dispostos em um formato hexagonal, conforme figura a seguir.



Sabe-se que dois postes vizinhos não podem ser utilizados para amarrar as bandeirolas. Assim, um poste localizado na posição A poderá ser conectado aos postes C, D e E.

Verifica-se, portanto, que cada poste poderá ser conectado a outros 3 postes.

Tipo 1 - BRANCA

16

**Recurso Prejudicado. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Recurso prejudicado, pois solicita alteração de gabarito para a alternativa já indicada no gabarito preliminar.

Tipo 1 - BRANCA

18

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A questão apresenta uma situação de um jogador que ganha 20 pontos para cada vitória e perde 10 pontos a cada derrota e pergunta quantas derrotas esse jogador teve ao concluir 10 partidas e obter um total de 140 pontos.

Sabe-se que se ganhasse as 10 partidas, esse jogador teria acumulado 200 pontos.

Porém, se ele perde uma partida, sua pontuação seria de 170 pontos, pois ele não ganharia os 20 pontos da vitória e perderia 10 pontos pela derrota.

De forma semelhante, ao perder 2 partidas, esse jogador terá acumulado 160 pontos pelas 8 vitórias e perdido 20 pelas derrotas, totalizando 140 pontos.

Com isso, verifica-se que foram 2 derrotas.

Tipo 1 - BRANCA

1

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Abaixo, reproduzem-se definições para o termo “empistolado” e “pistolão” de modo a corroborar a alternativa apontada como correta, conforme os dicionários Michaelis On-line e Dicionário Online de Português:

*empistolado*

*em·pis·to·la·do*

*adj*

*Favorecido por pistolão; recomendado por alguém importante.*

*Significado de Empistolado*

*adjetivo, substantivo masculino*

*[Brasil] Diz-se de, ou aquele que é protegido por pistolão, que tem bons empenhos.*

*Significado de Pistolão*

*substantivo masculino Pistola grande.[Brasil] Fig. Pessoa influente que intervém em favor de outra.*

Fontes:

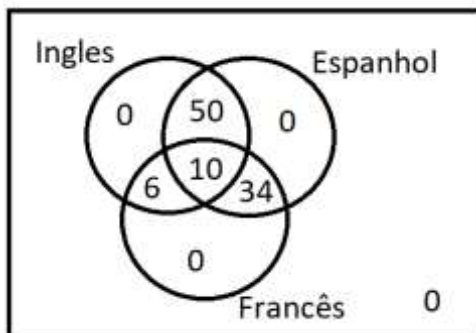
- <https://dicionario.priberam.org/empistolado>
- <https://www.dicio.com.br/empistolado/>
- <https://www.dicio.com.br/pistolao/>

Tipo 1 - BRANCA

11

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

De acordo com as informações do enunciado, pode-se montar o seguinte diagrama de Venn:



O enunciado solicita quantos estudantes fazem os cursos de francês e espanhol. Esse contingente inclui aqueles estudantes que fazem apenas francês e espanhol e aqueles estudantes que fazem os três cursos. De acordo com o diagrama, são  $34 + 10 = 44$  estudantes.

Tipo 1 - BRANCA
-----------------

13
----

**Recurso Procedente. Gabarito alterado para alternativa C.**

De acordo com as informações do enunciado, pode-se montar o seguinte sistema de equações lineares, em que  $x$  = lado do quarto de Fernanda e  $y$  = lado do quarto de seu filho:

$$\begin{cases} 4x + 4y = 40 \\ x^2 + y^2 = 52 \end{cases}$$

cuja solução é  $x=6$  e  $y=4$ . Assim a razão entre o lado da base do quarto de Fernanda e o lado da base do quarto de seu filho é  $6/4 = 1,5$ .

Dessa forma, o gabarito deve ser alterado para a resposta correta 1,5.

Tipo 1 - BRANCA
-----------------

16
----

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O enunciado da presente questão solicita a partir de qual quantidade de votos recebidos um candidato consegue, **necessariamente**, garantir sua eleição. Assim, qualquer número a partir dessa quantidade de votos garante, **necessariamente**, que o candidato seja eleito. Observe a situação em que um candidato possuindo 80 votos não consiga ser eleito:

1º= 81, 2º= 81, 3º= 81, 4º= 80, 5º= 0 e 6º= 0

A partir de 81 votos, necessariamente, o candidato estará eleito.

Tipo 1 - BRANCA
-----------------

32
----

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Após análise detalhada, esclareço que a questão aborda a rotulagem nutricional frontal, que é um componente fundamental da embalagem dos produtos alimentícios. A resolução da diretoria colegiada 429 de 2020 (a que se refere o comando da questão) dispõe sobre a rotulagem nutricional de alimentos embalados e não traz padronizações sobre embalagens em sua forma geral, ela estabelece diretrizes específicas para a rotulagem nutricional, o que inclui as opções apresentadas nas alternativas.

As alternativas II e III estão incorretas, pois, de acordo com o texto da RDC 429/2020 a declaração da rotulagem nutricional frontal deve estar localizada na metade SUPERIOR do painel principal (e não inferior), em uma única superfície contínua e ter a MESMA orientação do texto das demais informações veiculadas no rótulo.

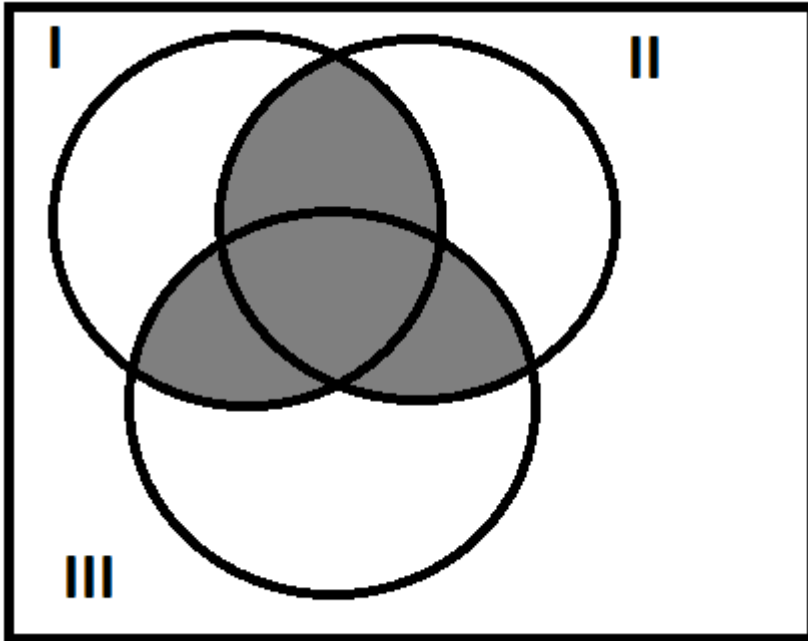
As alternativas I e IV estão corretamente descritas conforme o Art. 21 desta resolução.

As afirmativas estão diretamente correlacionadas à rotulagem nutricional frontal e suas exigências, refletindo corretamente o conteúdo da resolução. Assim, as alternativas formuladas não geram dúvida sobre o foco da questão.

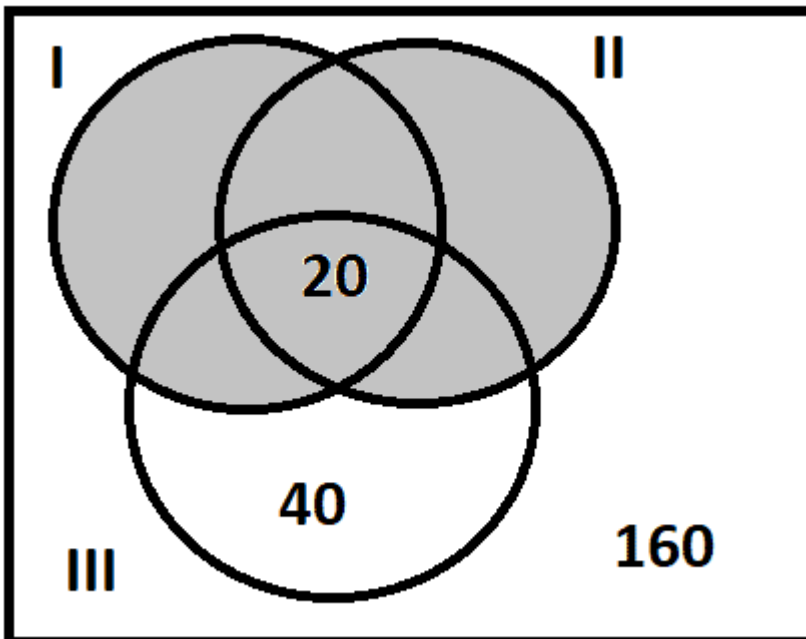
Portanto, o recurso foi indeferido, pois a questão está alinhada com a legislação pertinente.

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

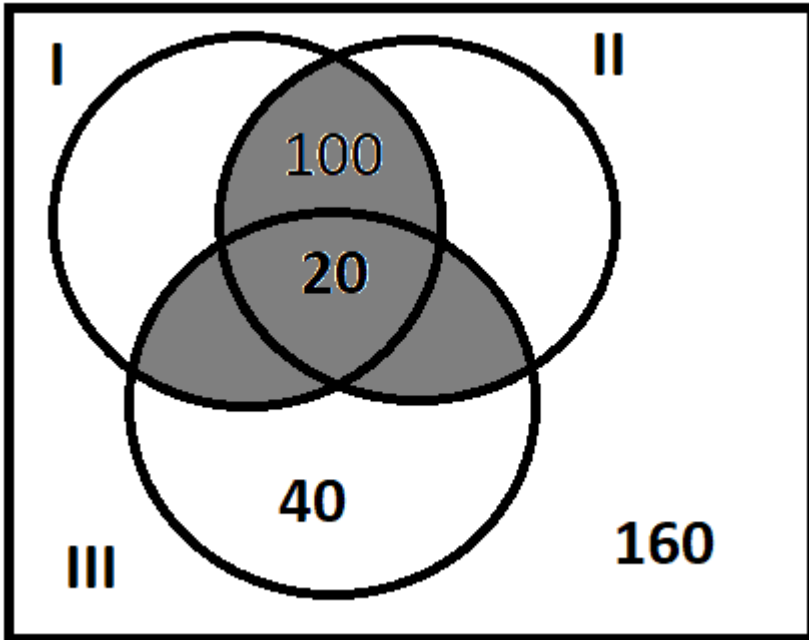
O enunciado questiona quantas pessoas, no mínimo, foram aprovadas em pelo menos duas das provas I, II e III. O número de pessoas que foram aprovadas em pelo menos duas provas é dado pela área cinza do seguinte diagrama:



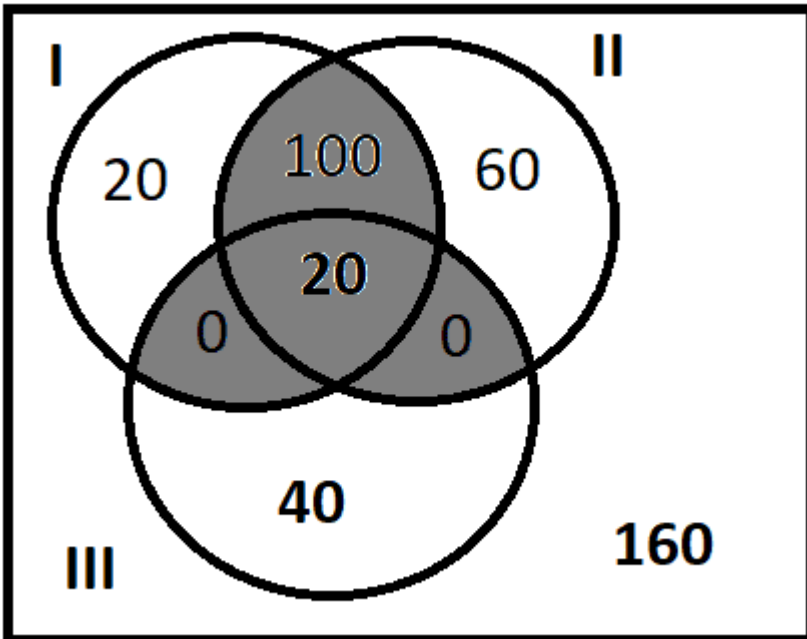
Com o primeiro, quarto e quinto resultados apresentados no enunciado, pode-se construir o seguinte diagrama:



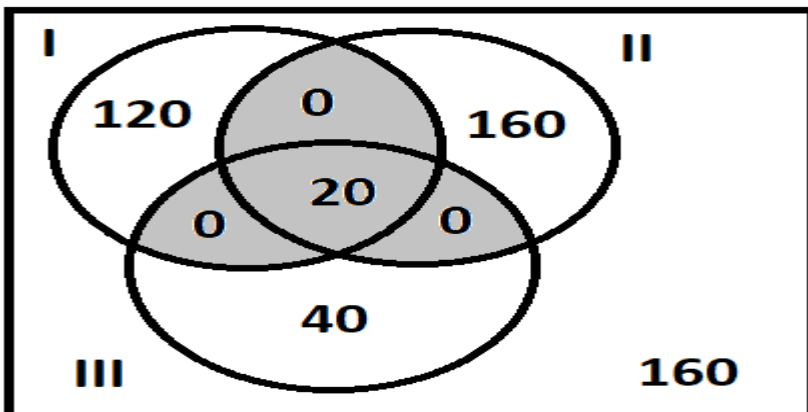
Assim, sobram  $400(\text{total de candidatos}) - 160 - 40 = 200$  para o total das áreas preenchidas em cinza (pelo menos uma aprovação nas provas I e II). De acordo com o enunciado, 140 candidatos foram aprovados na prova I e 180 candidatos foram aprovados na prova II. Assim, usando o princípio da adição de conjuntos, o número de candidatos que foram aprovados nas duas provas (I e II) é dado por  $140 (\text{prova I}) + 180 (\text{prova II}) - 200 (\text{total}) = 120$  e tem-se o seguinte diagrama:



Assim, o número mínimo de candidatos aprovados em pelo menos duas provas é 120, conforme o seguinte diagrama:



Em qualquer outra possibilidade, haverá mais de 120 alunos aprovados em pelo menos duas provas. Se a resposta para esta questão fosse 20, teríamos o seguinte diagrama:



Essa situação não retrata a realidade, pois  $120+20+160+40+160 > 400$  (total de candidatos)

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
------------------------

<b>15</b>
-----------

**Recurso Procedente. Questão Anulada.**

A questão apresenta ambiguidade, uma vez que não fica evidente que a equivalência das 4 moedas do país A deve ser dada pelo total dos valores apresentados em cada uma das alternativas. Se nas alternativas estivesse escrito “10 moedas do país B **mais** 20 moedas do país C” e “10 moedas do país B **mais** 30 moedas do país C” seria evitada esta ambiguidade. Assim, a questão deve ser anulada.

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
------------------------

<b>19</b>
-----------

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A questão solicita qual das afirmativas é **necessariamente** correta. Analisando cada uma:

- Cada filho gastou mais que R\$ 840,10: Falso, pois 4 filhos podem ter gastado R\$ 1.000,00 e o filho restante ter gastado o valor de R\$240,60.
- Algum filho gastou entre R\$ 848,00 e R\$ 849,00: Falso, pois 4 filhos podem ter gastado R\$1.000,00 reais e o filho restante ter gastado o valor de R\$240,60.
- Algum filho gastou menos que R\$ 848,00: Falso, pois cada filho pode ter gastado R\$ 848,12.
- Algum filho gastou mais que R\$ 848,10: Correta, pois a divisão mais igualitária do dinheiro é exatamente cada filho gastar R\$ 848,12.

Assim, **necessariamente**, algum filho gastou mais de R\$ 848,10.

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
------------------------

<b>21</b>
-----------

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Conforme o art. 6º, XXXVIII, da Lei n. 14.133/2021, a concorrência é a modalidade licitatória a ser usada para contratação de bens e serviços especiais e de obras e serviços comuns e especiais de engenharia. Já o pregão (XLI) é a modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, que são aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado (inciso XIII).

Por sua vez, o leilão é a modalidade de licitação para alienação de bens imóveis ou de bens móveis inservíveis ou legalmente apreendidos a quem oferecer o maior lance (XL).

Por fim, a Lei de Licitações e Contratos dispensam a licitação, entre outras, na hipótese de “bens ou serviços produzidos ou prestados no País que envolvam, cumulativamente, alta complexidade tecnológica e defesa nacional” (art. 75, IV, ‘f’)

Desse modo, os objetos indicados nos itens da questão serão licitados por meio da seguinte modalidade, nessa ordem: I. Concorrência; II. Concorrência; III. Pregão; IV. Leilão; V. Licitação dispensável, não havendo impedimento para a sua correta resolução.

Assim, deve ser mantido o gabarito preliminar.

**Legislação pertinente:**

Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

XIII - bens e serviços comuns: aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado;

XXXVIII - concorrência: modalidade de licitação para contratação de bens e serviços especiais e de obras e serviços comuns e especiais de engenharia, cujo critério de julgamento poderá ser:

XL - leilão: modalidade de licitação para alienação de bens imóveis ou de bens móveis inservíveis ou legalmente apreendidos a quem oferecer o maior lance;



XLI - pregão: modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto;

XLII - diálogo competitivo: modalidade de licitação para contratação de obras, serviços e compras em que a Administração Pública realiza diálogos com licitantes previamente selecionados mediante critérios objetivos, com o intuito de desenvolver uma ou mais alternativas capazes de atender às suas necessidades, devendo os licitantes apresentar proposta final após o encerramento dos diálogos;

Art. 28. São modalidades de licitação:

I - pregão;

II - concorrência;

III - concurso;

IV - leilão;

V - diálogo competitivo.

[...]

Art. 32. A modalidade diálogo competitivo é restrita a contratações em que a Administração:

I – vise a contratar objeto que envolva as seguintes condições:

a) inovação tecnológica ou técnica;

b) impossibilidade de o órgão ou entidade ter sua necessidade satisfeita sem a adaptação de soluções disponíveis no mercado; e

c) impossibilidade de as especificações técnicas serem definidas com precisão suficiente pela Administração;

II – verifique a necessidade de definir e identificar os meios e as alternativas que possam satisfazer suas necessidades, com destaque para os seguintes aspectos:

a) a solução técnica mais adequada;

b) os requisitos técnicos aptos a concretizar a solução já definida;

c) a estrutura jurídica ou financeira do contrato;

[...]

Art. 75. É dispensável a licitação:

[...]

IV - para contratação que tenha por objeto:

f) bens ou serviços produzidos ou prestados no País que envolvam, cumulativamente, alta complexidade tecnológica e defesa nacional;

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
------------------------

<b>28</b>
-----------

### **Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A seguir, demonstra-se o fundamento legal e justificativas para cada afirmativa:

- “I. João, ocupante de cargo em comissão e que não é servidor efetivo do Município, praticou conduta que enseja a penalidade de suspensão; nesse caso, prevê a lei que João deve ser exonerado do cargo.”
  - Julgamento : Verdadeiro, conforme art. 199 da Lei Complementar nº 009, de 3 de dezembro de 1992 - Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Divinópolis, a exoneração de cargos em comissão de não ocupante de cargo efetivo será aplicada nos casos de infração sujeita às penalidades de suspensão e de demissão.
- “II. A acumulação de cargos públicos é ilícita em qualquer caso, ainda que comprovada a compatibilidade de horários, ressalvada a hipótese de exercício de mais de um cargo comissionado.”
  - Julgamento : Falso, conforme art. 182 e 183 da LC nº 009/1992.
- “III. O estatuto assegura licença, de igual período, tanto ao servidor quanto à servidora que obtiverem guarda judicial para fins de adoção.”
  - Julgamento : Falso. Os períodos de licença paternidade e maternidade são distintos, conforme art. 131 e 133 da LC nº 009/1992, conforme redação atualizada pela Lei Complementar nº 216, de 05/11/2021. Assim, o erro da afirmativa está no trecho “de igual período”. Descabem alegações de que se aplica ao caso o RE 778.889/PE, julgado pelo STF, pois naquele caso discutiu-se a

possibilidade de lei instituir prazos diferenciados de licença-maternidade às servidoras gestantes e às adotantes, o que não é o caso da questão em tela.

Ratifica-se, portanto, o gabarito preliminar divulgado.

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
------------------------

<b>38</b>
-----------

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Independente do local em que possa haver aspersão ou percolação de chorume é notório que materiais à base dos elementos “arenito compactado de permeabilidade inferior a 10-2 mm/s ou geomembranas de polietileno plúmbico de baixa densidade (PPBD)” não evitariam um processo de lixiviação/percolação, visto que tais produtos não existem, sendo a alternativa em questão considerada incorreta. Além disso, os arenitos são rochas sedimentares caracterizadas por sua alta taxa de permeabilidade.

**Cargo: Arquiteto**

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
------------------------

<b>1</b>
----------

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Um texto é tematicamente orientado; quer dizer, desenvolve-se a partir de um determinado tema, o que lhe dá unidade e coerência.

A identificação desse tema é fundamental, pois só assim é possível apreender o sentido global do texto, discernir entre suas partes, principais e outras secundárias, parafraseá-lo, dar-lhe um título coerente ou resumi-lo.

Em um texto argumentativo, como é o caso do texto 1, as ideias principais, sem dúvida, são aquelas que mais diretamente convergem para o tema central do texto.

O candidato deve ser capaz de identificar do que trata o texto, com base na compreensão do seu sentido global, estabelecido pelas múltiplas relações entre as partes que o compõem. Isso é feito ao relacionarem-se diferentes informações para construir o sentido completo do texto.

Sendo assim, faz-se necessário que o candidato compreenda que o texto discorre sobre **a rejeição aos fenômenos de mudança da língua**. A não aceitação das mudanças da língua pode ocorrer por diversos motivos, tais como desconhecimento, preconceito... O autor começa o texto dizendo que foi tachado por seus leitores de "destruidor da língua". Ele não concorda com essa ideia porque sabe utilizar a norma culta - o que demonstra ao longo de todo o texto -, mas também reconhece que a língua é um organismo vivo, complexo, sofre alterações no tempo e no espaço e não se restringe às regras impostas pela gramática normativa. Justamente por conhecer, compreender e respeitar as mudanças naturais da língua, é capaz de fazer um uso mais "livre, natural", pois sabe que não há apenas uma única maneira de utilizar a linguagem. É por essa razão que ele estabelece uma comparação entre o caderno de receitas da vovó e a gramática tradicional. Ambas têm o seu valor, sua importância e dão sua contribuição, mas um único caderno de receitas não abarca todas as receitas e toda a história da culinária. De modo semelhante, não se pode restringir todos os fenômenos linguísticos à descrição e à normatização feita pela gramática, que são apenas uma vertente dos estudos linguísticos. Valorizar apenas a variedade culta ou formal da língua como se ela fosse a única legítima e correta é rejeitar as demais variedades, que são igualmente eficientes e válidas. **Portanto, o gabarito é letra B.**

Fontes:

- ABAURRE, Maria Luiza M.; ABAURRE, Maria Bernadete; PONTARA, Marcela. **Português: contexto, interlocução e sentido**. 3ª ed. São Paulo: Moderna, 2016.
- CEREJA, William. COCHAR, Thereza. CLETO, Ciley. **Interpretação de Textos: Construindo Competências e Habilidades em Leitura**. 1ª ed. São Paulo: Atual, 2009.

- KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. **Ler e compreender os sentidos do texto** . São Paulo: Contexto, 2006.
- ROSENAL, Marcelo et al. **Interpretação de textos e semântica para concursos** . Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
<b>2</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A compreensão de um texto se dá não apenas pelo processamento de informações explícitas, mas, também, por meio de informações implícitas. Ou seja, a compreensão se dá pela mobilização de um modelo cognitivo, que integra as informações expressas com os conhecimentos prévios do leitor ou com elementos pressupostos no texto. Para que tal integração ocorra, é fundamental que as proposições explícitas sejam articuladas entre si e com o conhecimento de mundo do leitor, o que exige uma identificação dos sentidos que estão nas entrelinhas do texto (sentidos não explicitados pelo autor). Tais articulações só são possíveis, no entanto, a partir da identificação de pressupostos ou de processos inferenciais, ou seja, de processos de busca dos “vazios do texto”, isto é, do que não está “dado” explicitamente no texto.

Nessa questão, é imprescindível que o candidato faça uma leitura atenta do texto e perceba que um "destruidor da língua" é um usuário ou falante da língua que, por alguma razão, não utiliza as regras da gramática normativa em todas as situações de interação verbal, sobretudo na modalidade escrita. Sendo assim, "destruidor da língua" é alguém que utiliza uma linguagem mais informal ou coloquial, que se encontra em desacordo com as regras da linguagem formal ou culta. **Portanto, o gabarito é letra A.**

Desconhecer ou conhecer os princípios de análise sintática não garante ao usuário da língua o desenvolvimento da competência escritora, da mesma forma que ignorar ou conhecer as variações linguísticas também não é condição para o exercício eficiente da escrita. Assim, as letras B e D estão incorretas.

Fontes:

- ABAURRE, Maria Luiza M.; ABAURRE, Maria Bernadete; PONTARA, Marcela. **Português: contexto, interlocução e sentido** . 3ª ed. São Paulo: Moderna, 2016.
- CEREJA, William. COCHAR, Thereza. CLETO, Ciley. **Interpretação de Textos: Construindo Competências e Habilidades em Leitura** . 1ª ed. São Paulo: Atual, 2009.
- KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. **Ler e compreender os sentidos do texto** . São Paulo: Contexto, 2006.
- ROSENAL, Marcelo et al. **Interpretação de textos e semântica para concursos** . Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
<b>4</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A compreensão de um texto se dá não apenas pelo processamento de informações explícitas, mas, também, por meio de informações implícitas. Ou seja, a compreensão se dá pela mobilização de um modelo cognitivo, que integra as informações expressas com os conhecimentos prévios do leitor ou com elementos pressupostos no texto. Para que tal integração ocorra, é fundamental que as proposições explícitas sejam articuladas entre si e com o conhecimento de mundo do leitor, o que exige uma identificação dos sentidos que estão nas entrelinhas do texto (sentidos não explicitados pelo autor). Tais articulações só são possíveis, no entanto, a partir da identificação de pressupostos ou de processos inferenciais, ou seja, de processos de busca dos “vazios do texto”, isto é, do que não está “dado” explicitamente no texto.

Nessa questão, é imprescindível que o candidato faça uma leitura atenta do texto e perceba que o autor não concorda com a ideia de ser chamado de "destruidor da língua", porque sabe utilizar a norma culta - o que demonstra ao longo de todo o texto -, mas também compreende a dinâmica da língua, reconhece que a língua é um

organismo vivo, complexo, sofre alterações no tempo e no espaço e não se restringe às regras impostas pela gramática normativa. Justamente por conhecer, compreender e respeitar as mudanças naturais da língua, é capaz de fazer um uso mais "livre, natural", pois sabe que não há apenas uma única maneira de utilizar a linguagem. **Portanto, o gabarito é letra D.**

Fontes:

- ABAURRE, Maria Luiza M.; ABAURRE, Maria Bernadete; PONTARA, Marcela. **Português: contexto, interlocução e sentido** . 3ª ed. São Paulo: Moderna, 2016.
- CEREJA, William. COCHAR, Thereza. CLETO, Ciley. **Interpretação de Textos: Construindo Competências e Habilidades em Leitura** . 1ª ed. São Paulo: Atual, 2009.
- KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. **Ler e compreender os sentidos do texto** . São Paulo: Contexto, 2006.
- ROSENAL, Marcelo et al. **Interpretação de textos e semântica para concursos** . Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
<b>5</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Os textos, independentemente do gênero a que pertençam, se constituem de sequências com determinadas características linguísticas, como classe gramatical predominante, estrutura sintática, pre-domínio de determinados tempos e modos verbais, relações lógicas. Assim, dependendo dessas características, temos os diferentes tipos textuais.

Os gêneros textuais são inúmeros, dependendo da função de cada texto e das diferentes situações comunicacionais. O mesmo não acontece com os tipos textuais, que são poucos: **narração, argumentação, exposição, injunção e descrição.**

Considerando o gênero receita culinária como um todo, a tipologia predominante é a injuntiva, pois o objetivo principal é instruir ou orientar procedimentos. Assim, a receita culinária ensina, instrui o leitor sobre como preparar um prato.

Todavia, para responder à questão com segurança, faz-se necessário considerar que o gênero textual receita culinária, normalmente, é dividido em duas partes bem distintas: os ingredientes e o modo de preparo. Apesar de a integração das duas partes ser imprescindível para a constituição do gênero, elas apresentam tipologias textuais diferentes, em função, sobretudo, de seus propósitos comunicativos.

Na primeira parte, na qual se encontram relacionados os ingredientes, estipula-se as quantidades necessárias para realizar a receita. Essas quantidades vêm listadas, de forma detalhada, em unidades de medidas. Assim, temos a **tipologia descritiva** . Já a segunda parte - o modo de preparo - tem como finalidade instruir o leitor acerca de um procedimento. Fornece uma informação que condiciona a conduta do leitor, incitando-o a agir. Dessa forma, temos a **tipologia injuntiva. Portanto, o gabarito é letra A.**

Fontes:

- ABAURRE, Maria Luiza M.; ABAURRE, Maria Bernadete; PONTARA, Marcela. **Português: contexto, interlocução e sentido** . 3ª ed. São Paulo: Moderna, 2016.
- CEREJA, William. COCHAR, Thereza. CLETO, Ciley. **Interpretação de Textos: Construindo Competências e Habilidades em Leitura** . 1ª ed. São Paulo: Atual, 2009.
- KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. **Ler e compreender os sentidos do texto** . São Paulo: Contexto, 2006.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, Ângela Paiva; MACHADO, Anna Rachel; BEZERRA, Maria Auxiliadora. **Gêneros textuais & Ensino** . Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
- ROSENAL, Marcelo et al. **Interpretação de textos e semântica para concursos** . Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A significação das palavras não é fixa, nem estática. Por meio da imaginação criadora do homem, as palavras podem ter seu significado ampliado, deixando de representar apenas a ideia original (básica e objetiva).

É o que ocorre na linguagem conotativa, figurada ou metafórica, em que as palavras são empregadas com um sentido novo, para dar maior expressividade à comunicação.

Dessa forma, as figuras de linguagem constituem uma forma de expressão que consiste no emprego de palavras em sentido figurado, isto é, em um sentido diferente daquele em que convencionalmente são empregados.

As figuras de linguagem são normalmente utilizadas para tornar mais expressivo o que queremos dizer. Empregadas tanto na modalidade escrita quanto na falada, em registro formal ou informal, ampliam o significado de uma palavra, suprem a falta de termos adequados, criam significados diferentes.

No comando da questão, o enunciado "Ou seja, todo mundo – e ninguém." apresenta uma **antítese**, ou seja, oposição de ideias entre todo mundo, a maioria das pessoas e ninguém. Dessa forma, faz-se necessário identificar, nas alternativas, aquela que também apresenta uma antítese.

Em A, existe uma antítese, pois novamente há oposição simples de ideias entre os termos "positivas" e "negativas" que, semanticamente, são opostos. Em B, há uma personificação em "o caderno da vovó, que *ensina*". Em C, há uma metáfora quando o autor afirma que "a norma culta é uma *fatia* do universo linguístico". Por fim, em D, há uma hipérbole em "naquelas páginas estão contidos *todos* os sabores e saberes".

Vale destacar que o comando da questão prevê a análise da **relação** entre os termos "todo mundo" e "ninguém" e não somente a análise de um dos termos. Dessa forma, considerando, no contexto, a relação estabelecida entre ambos, tem-se uma antítese. **Portanto, o gabarito é a letra A.**

Fontes:

- ABAURRE, Maria Luiza M.; ABAURRE, Maria Bernadete; PONTARA, Marcela. **Português: contexto, interlocução e sentido**. 3ª ed. São Paulo: Moderna, 2016.
- CEREJA, William. COCHAR, Thereza. CLETO, Ciley. **Interpretação de Textos: Construindo Competências e Habilidades em Leitura**. 1ª ed. São Paulo: Atual, 2009.
- KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. **Ler e compreender os sentidos do texto**. São Paulo: Contexto, 2006.
- ROSENTAL, Marcelo et al. **Interpretação de textos e semântica para concursos**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A locução adjetiva é um recurso expressivo da língua portuguesa que desempenha um papel essencial na formação de descrições precisas e na economia linguística. Consiste na utilização de duas ou mais palavras que, juntas, exercem a função de um adjetivo, qualificando substantivos.

Em uma frase, seja ela escrita ou falada, a locução adjetiva tem o objetivo de facilitar a compreensão e permitir que o discurso fique mais sofisticado.

Na maioria dos casos, a locução é formada por uma preposição e um substantivo.

Nas alternativas A, B e D, as locuções **de porco**, **de mármore** e **de alimentos** poderiam ser substituídas por seus adjetivos correspondentes, ou seja, algumas locuções adjetivas se encontram diretamente relacionadas com um adjetivo. Esses adjetivos são, respectivamente, **suína**, **marmórea** e **alimentar/alimentícia**. Embora seja mais recorrente o termo *Engenharia de Alimentos* para designar a área da ciência que trabalha com as principais técnicas para garantir um processo saudável e de conservação dos alimentos em uma indústria, a locução *de alimento* tem como adjetivos correspondentes *alimentar* ou *alimentícia*.

No entanto, outras locuções não podem ser substituídas por adjetivos, uma vez que não há adjetivos correspondentes, como é o caso da locução **de receitas**.

Vale destacar que o termo “de receita” exerce a função de qualificador do substantivo “caderno”. Em vez de “caderno de receitas”, poder-se-ia falar em caderno *de cálculos* , caderno *de poemas* , caderno *de anotações* , caderno *com/sem pauta* , caderno *de música* , caderno *de caligrafia* ... Fica claro que as locuções adjetivas destacadas atribuem características ao termo “caderno”. A expressão “de receita”, portanto, qualifica, especifica, restringe o sentido do substantivo “caderno”, particularizando-o, isto é, esse termo exerce função de adjetivo. Assim, “de caderno” é uma locução adjetiva.

Alguns gramáticos poderiam considerar “caderno de receitas” como locução substantiva. A justificativa seria o fato de que “caderno de receitas” é um nome para um objetivo com função específica: registrar receitas culinárias. Se considerarmos essa análise, ainda assim será possível isolar o substantivo “caderno”, que continuará sendo caracterizado pela locução adjetiva “de receitas”. Convém ressaltar que essa análise é possível porque a questão exige a análise apenas do termo “caderno de receitas” sem estar contextualizado em um período ou parágrafo do texto.

Tomemos outro exemplo: a expressão “cadeira de rodas” pode ser considerada uma locução substantiva pelo fato de ser um nome para um equipamento com função bastante específica, ou seja, cadeira equipada com rodas e utilizada por pessoas sem ou com mobilidade reduzida. Ainda assim, “de rodas” continua exercendo função de locução adjetiva, já que, no interior da locução substantiva “cadeira de rodas”, o termo “de rodas” continua caracterizando o substantivo “cadeira”. Assim, nesse exemplo, “de rodas” é locução adjetiva de “cadeira” tanto quanto “de receita” é locução adjetiva de “caderno”.

Por fim, convém esclarecer que o termo “culinário” é um adjetivo. No entanto, não é adjetivo correspondente à locução “de receitas”, uma vez que o significado de “de receitas” não está exclusivamente relacionado à cozinha ou à arte de cozinhar (culinário). Existem outros tipos de receitas, como a receita médica e até mesmo receita para emagrecer, para o cabelo crescer, por exemplo. Um caderno pode ser usado para registrar receitas culinárias, portanto, pode ser um caderno culinário. Todavia, pode também ser utilizado para registrar outros tipos de receitas. Reite rando: embora o texto mencione em diversos momentos a ideia de receita culinária, o mesmo não ocorre no enunciado da questão, que não determinou uma receita em específico. **Portanto, o gabarito é a letra C.**

Fontes:

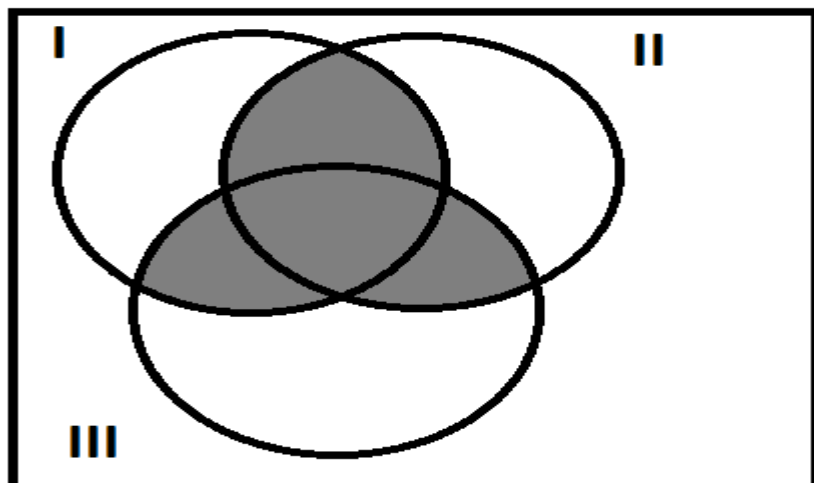
- AZEREDO, J. C. **Gramática Houaiss da língua portuguesa** . 2ª ed. São Paulo: Publifolha, 2008.
- BECHARA, Evanildo. **Moderna Gramática Portuguesa** . 37ª ed. Rio de Janeiro : Lucerna, 1999.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. **Nova Gramática do Português Contemporâneo** . Rio de Janeiro: Lexikon, 2014.
- SACCONI, Luiz A. **Nossa gramática completa** . 34ª ed. São Paulo: Matrix, 2021.

Tipo 1 - BRANCA
-----------------

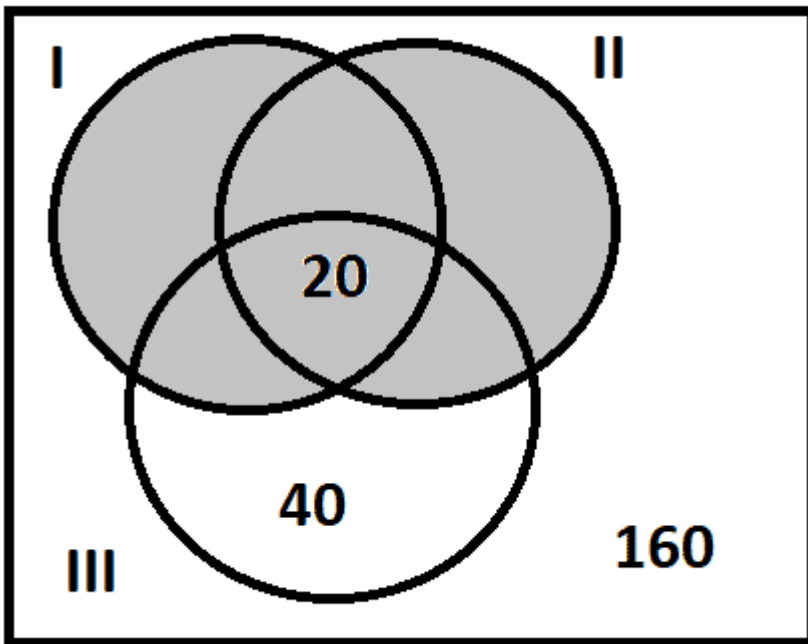
12
----

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

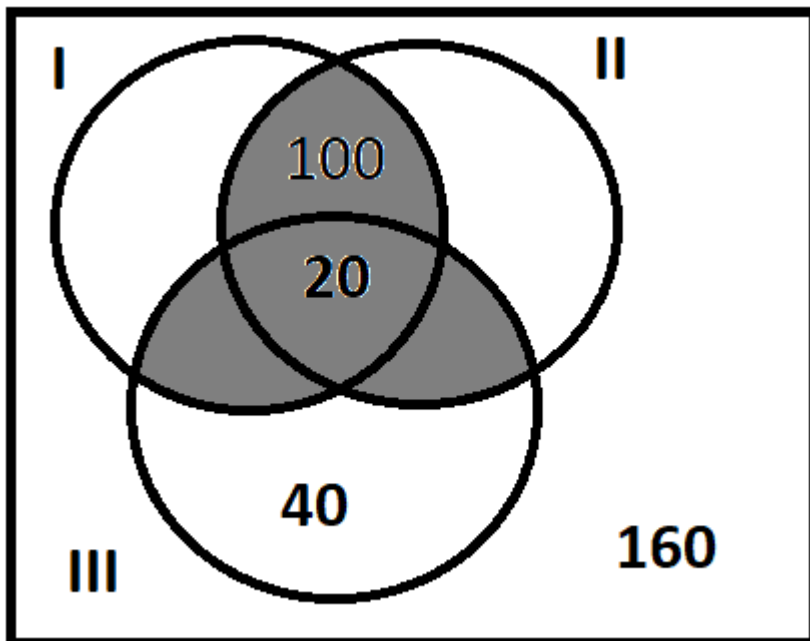
O enunciado questiona quantas pessoas, no mínimo, foram aprovadas em pelo menos duas das provas I, II e III. O número de pessoas que foram aprovadas em pelo menos duas provas é dado pela área cinza do seguinte diagrama:



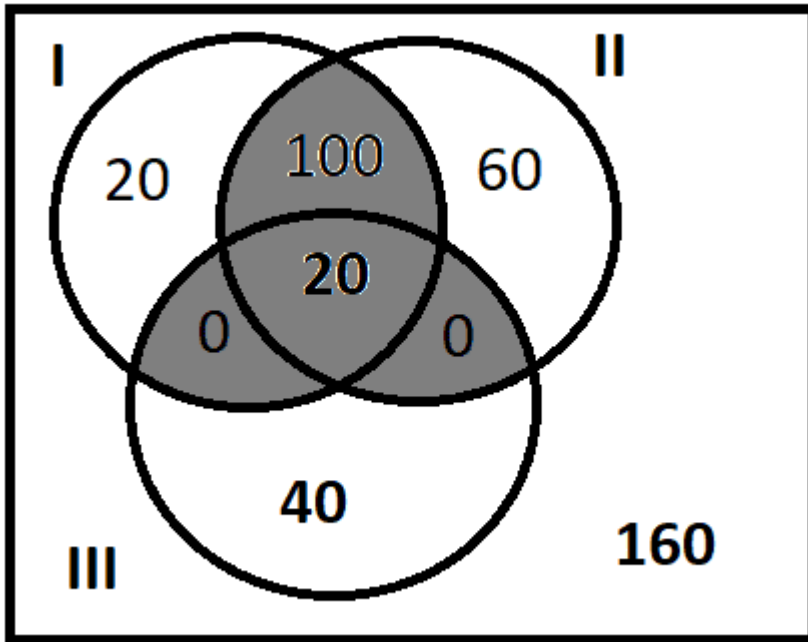
Com o primeiro, quarto e quinto resultados apresentados no enunciado, pode-se construir o seguinte diagrama:



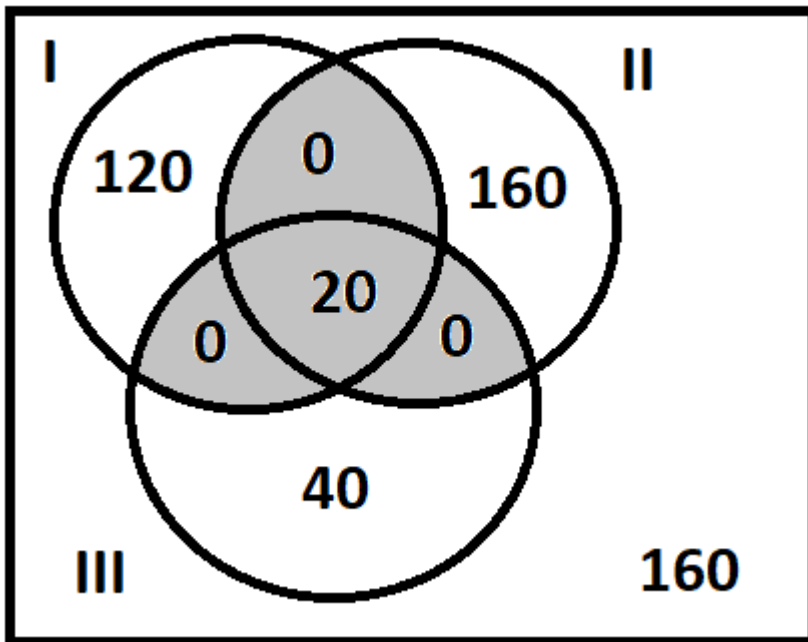
Assim, sobram  $400(\text{total de candidatos}) - 160 - 40 = 200$  para o total das áreas preenchidas em cinza (pelo menos uma aprovação nas provas I e II). De acordo com o enunciado, 140 candidatos foram aprovados na prova I e 180 candidatos foram aprovados na prova II. Assim, usando o princípio da adição de conjuntos, o número de candidatos que foram aprovados nas duas provas (I e II) é dado por  $140 (\text{prova I}) + 180 (\text{prova II}) - 200 (\text{total}) = 120$  e tem-se o seguinte diagrama:



Assim, o número mínimo de candidatos aprovados em pelo menos duas provas é 120, conforme o seguinte diagrama:



Em qualquer outra possibilidade, haverá mais de 120 alunos aprovados em pelo menos duas provas. Se a resposta para esta questão fosse 20, teríamos o seguinte diagrama:



Essa situação não retrata a realidade, pois  $120+20+160+40+160 > 400$  (total de candidatos)

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
<b>13</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Considere o seguinte esquema para resolver a questão:

	Verde	Roxo	Preto	Cinza
Pâmela				
Lindalva				
Silvana				
Letícia				

A partir das informações fornecidas, pode-se preencher as seguintes lacunas:



	Verde	Roxo	Preto	Cinza
Pâmela	não	não		não
Lindalva	sim	não		
Silvana	não	Sim		
Letícia	não	Sim		

Como cada amiga gostou de pelo menos uma camisa, Pâmela só pode ter gostado da camisa preta. Consequentemente, Lindalva não pode ter gostado desta camisa e, portanto, gostou da camisa cinza. Assim, tem-se o esquema completo:

	Verde	Roxo	Preto	Cinza
Pâmela	não	não	Sim	não
Lindalva	sim	não	não	sim
Silvana	não	Sim	Sim	não
Letícia	não	Sim	Sim	não

Assim, a única alternativa correta é que Letícia gostou da camisa preta.

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
<b>15</b>

**Recurso Procedente. Questão Anulada.**

A questão apresenta ambiguidade, uma vez que não fica evidente que a equivalência das 4 moedas do país A deve ser dada pelo total dos valores apresentados em cada uma das alternativas. Se nas alternativas estivesse escrito “10 moedas do país B **mais** 20 moedas do país C” e “10 moedas do país B **mais** 30 moedas do país C” seria evitada esta ambiguidade. Assim, a questão deve ser anulada.

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
<b>19</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A questão solicita qual das afirmativas é **necessariamente** correta. Analisando cada uma:

- Cada filho gastou mais que R\$ 840,10: Falso, pois 4 filhos podem ter gastado R\$ 1.000,00 e o filho restante ter gastado o valor de R\$240,60.
- Algum filho gastou entre R\$ 848,00 e R\$ 849,00: Falso, pois 4 filhos podem ter gastado R\$1.000,00 reais e o filho restante ter gastado o valor de R\$240,60.
- Algum filho gastou menos que R\$ 848,00: Falso, pois cada filho pode ter gastado R\$ 848,12.
- Algum filho gastou mais que R\$ 848,10: Correta, pois a divisão mais igualitária do dinheiro é exatamente cada filho gastar R\$ 848,12.

Assim, **necessariamente**, algum filho gastou mais de R\$ 848,10.

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
<b>20</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Para o conteúdo de raciocínio lógico, Luciana precisou de  $2250/45 = 50 + 5$  (não conseguiu) = 55 dias.

Por outro lado, para o conteúdo de legislação, Luciana precisou de  $3900/60 = 65$  dias. Se ambos os conteúdos ela começou em uma quarta-feira, então:

- Ela finalizou o estudo de raciocínio lógico em uma segunda-feira (Quarta feira + 54 dias)
- Ela finalizou o estudo de legislação em uma quinta-feira. (Quarta feira + 64 dias)

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Conforme o art. 6º, XXXVIII, da Lei n. 14.133/2021, a concorrência é a modalidade licitatória a ser usada para contratação de bens e serviços especiais e de obras e serviços comuns e especiais de engenharia. Já o pregão (XLI) é a modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, que são aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado (inciso XIII).

Por sua vez, o leilão é a modalidade de licitação para alienação de bens imóveis ou de bens móveis inservíveis ou legalmente apreendidos a quem oferecer o maior lance (XL).

Por fim, a Lei de Licitações e Contratos dispensam a licitação, entre outras, na hipótese de “bens ou serviços produzidos ou prestados no País que envolvam, cumulativamente, alta complexidade tecnológica e defesa nacional” (art. 75, IV, ‘f’). Assim, nessa hipótese a regra da licitação é dispensável. Por isso, o enunciado informa que a licitação é, em regra, obrigatória, exigindo, assim, do candidato conhecimento não apenas das modalidades de licitação, mas das hipóteses de dispensa da competição.

Desse modo, os objetos indicados nos itens da questão serão licitados por meio da seguinte modalidade, nessa ordem: I. Concorrência; II. Concorrência; III. Pregão; IV. Leilão; V. Licitação dispensável, não havendo impedimento para a sua correta resolução.

Assim, deve ser mantido o gabarito preliminar.

**Legislação pertinente:**

Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

XIII - bens e serviços comuns: aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado;

XXXVIII - concorrência: modalidade de licitação para contratação de bens e serviços especiais e de obras e serviços comuns e especiais de engenharia, cujo critério de julgamento poderá ser:

XL - leilão: modalidade de licitação para alienação de bens imóveis ou de bens móveis inservíveis ou legalmente apreendidos a quem oferecer o maior lance;

XLI - pregão: modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto;

XLII - diálogo competitivo: modalidade de licitação para contratação de obras, serviços e compras em que a Administração Pública realiza diálogos com licitantes previamente selecionados mediante critérios objetivos, com o intuito de desenvolver uma ou mais alternativas capazes de atender às suas necessidades, devendo os licitantes apresentar proposta final após o encerramento dos diálogos;

Art. 28. São modalidades de licitação:

I - pregão;

II - concorrência;

III - concurso;

IV - leilão;

V - diálogo competitivo.

[...]

Art. 32. A modalidade diálogo competitivo é restrita a contratações em que a Administração:

I – vise a contratar objeto que envolva as seguintes condições:

a) inovação tecnológica ou técnica;

b) impossibilidade de o órgão ou entidade ter sua necessidade satisfeita sem a adaptação de soluções disponíveis no mercado; e

c) impossibilidade de as especificações técnicas serem definidas com precisão suficiente pela Administração;

II – verifique a necessidade de definir e identificar os meios e as alternativas que possam satisfazer suas necessidades, com destaque para os seguintes aspectos:

a) a solução técnica mais adequada;

b) os requisitos técnicos aptos a concretizar a solução já definida;

c) a estrutura jurídica ou financeira do contrato;

[...]

Art. 75. É dispensável a licitação:

[...]

IV - para contratação que tenha por objeto:

f) bens ou serviços produzidos ou prestados no País que envolvam, cumulativamente, alta complexidade tecnológica e defesa nacional;

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
<b>22</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Contrariamente ao afirmado pelo recurso, o art. 13, II, da Lei n. 9.784 veda que seja objeto de delegação a decisão de recurso administrativo, exatamente a hipótese do gabarito, de modo que não poderia haver delegação nessa hipótese, que se dá, conforme o enunciado informa, no curso de processo administrativo.

Assim, deve ser mantido o gabarito preliminar.

**Legislação pertinente:**

Art. 13. Não podem ser objeto de delegação:

- I - a edição de atos de caráter normativo;
- II - a decisão de recursos administrativos;

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
<b>23</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Segundo o art. 5º da CF, LXV, a prisão ilegal será imediatamente relaxada pela autoridade judiciária, isto é, deverá colocar o preso em liberdade de forma imediata e sem condições. Registre-se por didática que a prisão viola a liberdade de locomoção do indivíduo, garantia expressa da CRFB, de modo que tal liberdade apenas pode ser limitada nas estritas hipóteses legais, única alternativa incorreta que atende, portanto, ao comando da questão, visto que não se trata de uma aferição. O enunciado pede para se atende ao comando constitucional. Conforme impõe o inciso LXII do art. 5º, toda prisão é levada ao magistrado, quem deverá avaliar a legalidade da prisão, e, diante da constatação de ilegalidade, a prisão deverá ser imediatamente relaxada.

Ademais, na forma do parágrafo único do art. 6º da CRFB, “todo brasileiro em situação de vulnerabilidade social terá direito a uma renda básica familiar, garantida pelo poder público em programa permanente de transferência de renda, cujas normas e requisitos de acesso serão determinados em lei, observada a legislação fiscal e orçamentária.” Consequentemente, está correta a alternativa correspondente.

Assim, deve ser mantido o gabarito preliminar.

**Legislação pertinente:**

Art. 5º. [...]

X - são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação;

LXV - a prisão ilegal será imediatamente relaxada pela autoridade judiciária;

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

Parágrafo único. Todo brasileiro em situação de vulnerabilidade social terá direito a uma renda básica familiar, garantida pelo poder público em programa permanente de transferência de renda, cujas normas e requisitos de acesso serão determinados em lei, observada a legislação fiscal e orçamentária. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 114, de 2021)

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Contrariamente ao que afirma o recurso, o inciso XIV do art. 37 veda expressamente que os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público sejam computados ou acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores. Esse entendimento, inclusive, já foi reiterado pelo STF em diversos julgados.

A seu turno, servidor público poderá ser tanto nomeado para cargo em comissão como designado para função de confiança, pela dicção do inciso V do art. 37 da CRFB.

Ao contrário do que afirma a alternativa correspondente, o servidor público, entre outros direitos, tem assegurado o exercício do direito de greve nos termos e limites legais (inciso VII).

Em adição, é garantido ao servidor, entre outros direitos, o direito à livre associação sindical.

Assim, deve ser mantido o gabarito preliminar.

**Legislação pertinente:**

Art. 37. [...]

V - as funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento;

VI - é garantido ao servidor público civil o direito à livre associação sindical;

VII - o direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei específica;

XIV - os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público não serão computados nem acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores;

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A Lei n. 14.230/2021 revogou a hipótese inserta no art. 11, II, da Lei de Improbidade, qual seja, retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício. Ademais, deixar de prestar contas no prazo legal apenas configura ato de improbidade administrativa contra princípio da administração pública quando o agente dispor das condições para isso com vistas a ocultar irregularidades, sendo imprescindível, portanto, o dolo específico, o que não foi indicado no enunciado da questão. Com relação à condenação por ato de improbidade com base em capitulação diversa da inicial, há vedação expressa no art. 17, §10-F, inciso I, com redação inserida pela lei supramencionada.

Desse modo, Píndaro e Gaia não praticaram ato de improbidade, apesar de Gaia ter agido dolosamente, pois não há menção ao dolo específico estabelecido pela Lei de Improbidade Administrativa (Lei n. 8.429).

Registre-se que o STJ já sedimentou entendimento de que o ato de improbidade fundado em violação à princípio administrativo fora das figuras previstas na atual redação do art. 11 remete à abolição da tipicidade da conduta e, assim, à improcedência dos pedidos formulados na inicial (AREsp n. 1.174.735).

Além disso, contrariamente ao asserido pelo recurso, para a resolução da questão, deveriam ser consideradas apenas as informações fornecidas no enunciado, conforme expressa o comando.

Assim, deve ser mantido o gabarito preliminar.

**Legislação pertinente:**

Lei n. 8.429/1992:

Seção

III

Dos Atos de Improbidade Administrativa que Atentam Contra os Princípios da Administração Pública

Art. 11. Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública a ação ou omissão dolosa que viole os deveres de honestidade, de imparcialidade e de legalidade, caracterizada por uma das seguintes condutas: (Redação dada pela Lei nº 14.230, de 2021)

[...]

~~I - retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício;~~

II - (revogado); (Redação dada pela Lei nº 14.230, de 2021)

VI - deixar de prestar contas quando esteja obrigado a fazê-lo, desde que disponha das condições para isso, com vistas a ocultar irregularidades;

[...]

Art. 17. A ação para a aplicação das sanções de que trata esta Lei será proposta pelo Ministério Público e seguirá o procedimento comum previsto na Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), salvo o disposto nesta Lei.

[...]

§ 10-F. Será nula a decisão de mérito total ou parcial da ação de improbidade administrativa que:

I - condenar o requerido por tipo diverso daquele definido na petição inicial; (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021)

AREsp n. 1.174.735: <https://www.stj.jus.br/sites/portalp/Paginas/Comunicacao/Noticias/2024/28042024-A-jurisprudencia-do-STJ-apos-a-Lei-14-230-e-o-tratamento-prioritario-dos-casos-de-improbidade.aspx>

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
------------------------

<b>27</b>
-----------

### **Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Não há previsão de decisão pelo chefe imediato quanto à permanência ou exoneração do servidor; legislações nesse sentido abririam margem para eventuais perseguições ou desvios na avaliação de desempenho. Conforme art. 31 da LC n. 009/1992, o Chefe imediato do servidor em estágio probatório convocará uma comissão eleita pelos próprios trabalhadores de no mínimo 03 (três) servidores do mesmo local de trabalho, que farão a avaliação e competirá ao chefe informar a seu respeito, acatando a decisão da comissão publicamente, 90 (noventa) dias antes do término do período, ao órgão de pessoal, com relação ao preenchimento dos requisitos mencionados no artigo anterior.

O gabarito preliminar divulgado possui embasamento expresso no art. 32 da referida Lei Complementar (“*Art. 32 Ficar dispensado de novo estágio probatório o servidor estável que for nomeado para outro cargo público Municipal.*”). Não há, no dispositivo legal, qualquer condicionante para tal dispensa, cabendo destacar que os fatores avaliados no estágio probatório são aplicáveis a quaisquer cargos da Administração (I – assiduidade; II – disciplina; III - capacidade de iniciativa; IV – produtividade; V – responsabilidade).

Confirma-se, portanto, o gabarito preliminar divulgado.

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
------------------------

<b>28</b>
-----------

### **Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A seguir, demonstra-se o fundamento legal e justificativas para cada afirmativa:

- “I. João, ocupante de cargo em comissão e que não é servidor efetivo do Município, praticou conduta que enseja a penalidade de suspensão; nesse caso, prevê a lei que João deve ser exonerado do cargo.”
  - Julgamento: Verdadeiro, conforme art. 199 da Lei Complementar nº 009, de 3 de dezembro de 1992 - Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Divinópolis, a exoneração de cargos em comissão de não ocupante de cargo efetivo será aplicada nos casos de infração sujeita às penalidades de suspensão e de demissão.
- “II. A acumulação de cargos públicos é ilícita em qualquer caso, ainda que comprovada a compatibilidade de horários, ressalvada a hipótese de exercício de mais de um cargo comissionado.”
  - Julgamento: Falso, conforme art. 182 e 183 da LC nº 009/1992.
- “III. O estatuto assegura licença, de igual período, tanto ao servidor quanto à servidora que obtiverem guarda judicial para fins de adoção.”
  - Julgamento: Falso. Os períodos de licença paternidade e maternidade são distintos, conforme art. 131 e 133 da LC nº 009/1992, conforme redação atualizada pela Lei Complementar nº 216, de 05/11/2021. Assim, o erro da afirmativa está no trecho “de igual período”. Descabem alegações de que se aplica ao caso o RE 778.889/PE, julgado pelo STF, pois naquele caso discutiu-se a possibilidade de lei instituir prazos diferenciados de licença-maternidade às servidoras gestantes e às adotantes, o que não é o caso da questão em tela.

Ratifica-se, portanto, o gabarito preliminar divulgado.

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
------------------------

<b>29</b>
-----------

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Inicialmente, cabe destacar que o comando dispor que Tício informou a Mévio (e não o contrário) é irrelevante para a resolução da questão, que busca o conhecimento do candidato acerca do Estatuto dos Servidores.

A seguir, apresenta-se cada uma das alternativas e seus respectivos fundamentos e justificativas:

- *A) Por ser considerada medida intimidatória e que afeta o direito de autodefesa, a legislação veda a realização de interrogatório do acusado.*
  - Julgamento: incorreta. O art. 222 prevê expressamente a possibilidade de interrogatório do acusado, não sendo medida irregular.
- *B) O processo disciplinar se desenvolve nas fases de instauração, com a publicação do ato que constitui a comissão, e inquérito administrativo, que compreende instrução, defesa, relatório e julgamento.*
  - Julgamento: incorreta. Conforme art. 214, a fase de inquérito administrativo não compreende o julgamento, o qual é proferido por autoridade distinta e se submete a regras próprias. Ademais, a lei cita a fase de publicidade dos atos.
- *C) Ainda que a decisão final do processo final seja desfavorável a Tício, a lei permite a revisão do processo disciplinar, a qualquer tempo, a pedido ou de ofício, quando se aduzirem fatos novos ou circunstâncias suscetíveis de justificarem a inocência do punido ou a inadequação da penalidade aplicada.*
  - Julgamento: correta. A possibilidade de revisão do processo disciplinar é direito garantido ao servidor, nos termos do art. 237.
- *D) Na fase do inquérito, a comissão promoverá de forma sigilosa a tomada de depoimento, acareações, investigações e diligências cabíveis; o servidor somente terá acesso às provas produzidas após a publicação da decisão final do processo disciplinar, oportunidade em que poderá exercer o seu direito de contraditório e ampla defesa.*
  - Julgamento: incorreta. É assegurado ao servidor o direito de acompanhar o processo, pessoalmente ou por intermédio de procurador, arrolar e reinquirir testemunhas, produzir provas e contraprovas e formular quesitos, quando se tratar de prova pericial (art. 219).

Todas as referências acima são da LC 009/1992.

Confirma-se, assim, o gabarito preliminar divulgado.

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
------------------------

<b>31</b>
-----------

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O gabarito que responde à questão consiste em: "Pela compensação entre a receita e o custo total do sistema. Esta questão e sua correta resposta estão em coerência com Lei Orgânica do Município de Divinópolis no que tange à política urbana, considerando-se, especialmente, os artigos 150 à 160. Neste sentido, com embasamento legal, em Divinópolis, "O equilíbrio econômico-financeiro do serviço de transporte coletivo será assegurado pela compensação entre a receita e o custo total do sistema."

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O Código de Posturas do Município de Divinópolis (Lei nº 6.907/2008) trata de arborização pública em Seção II, iniciada em artigo 54 ao 62 e indicando as distâncias mínimas entre árvores, esquinas e postes e as espécies adequadas em distintos contextos.

Neste sentido, o apontamento para o artigo 103, conforme razões recursais, está equivocado uma vez que o referido artigo dispõe sobre concessão de licença de localização e funcionamento comercial, industrial e atividades afins. Ainda, o texto apresentado enquanto possível indicativo de ambiguidade, conforme apresentado: “entre um poste ou entre uma árvore” não está presente na formulação das alternativas. Diante do exposto, sem que haja identificação de equívocos em gabarito ou conforme os apontamentos realizados, indefere-se o recurso.

Conforme artigo 59 e artigo 60:

Art. 59. Em **passeios sem rede elétrica a distância mínima entre uma árvore e outra deverá ser de 8,0m (oito metros)** , nos termos da figura 13 (...)

Art. 60. O plantio das árvores deverá respeitar um recuo mínimo de 9,0m (nove metros) das esquinas, nos termos da **figura 13.**

Segue **imagem de figura 13** conforme texto copiado integralmente de legislação municipal:

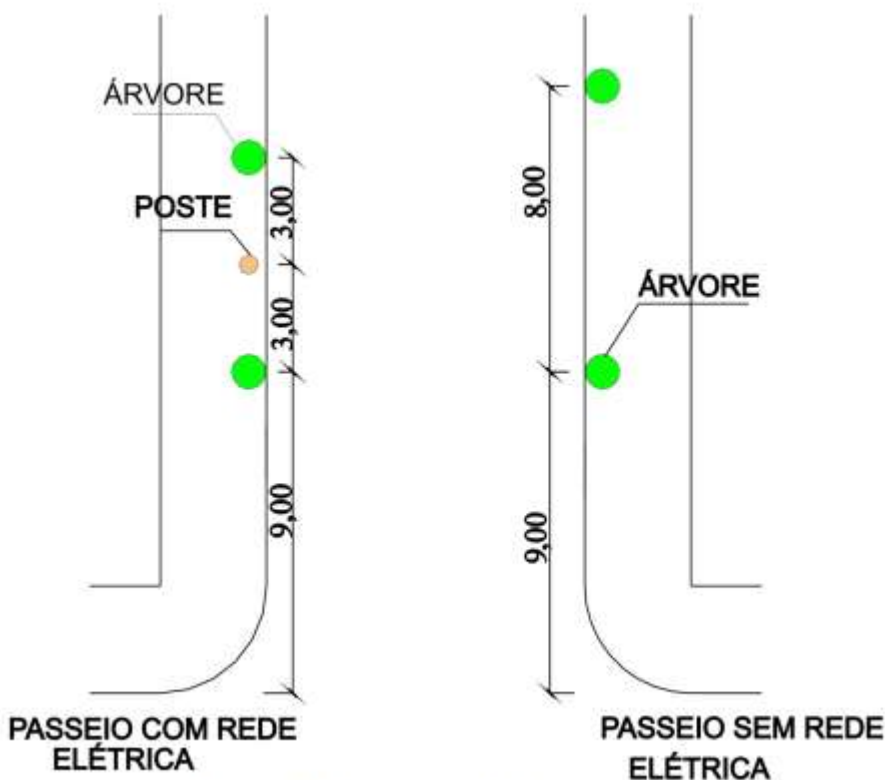


Figura 13: Localização das árvores

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A questão possui como embasamento técnico a Norma Brasileira 9050, considerando suas atualizações.

Diante do exposto, **é possível afirmar que a versão vigente da respectiva NBR não apresenta o texto utilizado em razões recursais.** Isto é, os cálculos apresentados estão incorretos pois não possuem embasamento técnico.

A especificação sobre travessia adequada à marcha de pessoas com mobilidade reduzida está descrito unicamente em página 128 da NBR 9050, com tempo estimado em 0,4 m/s.

Considerando as alternativas e a versão vigente da norma técnica, afirma-se que a resposta preliminar está correta. Neste sentido, calcula-se, por base em versão vigente de norma técnica:

A) 5 segundos para via com 3 metros de largura. **Alternativa incorreta.** Utilizando o valor de 0,4 metros por segundos, uma travessia com 3 metros deve apresentar tempo estimado em 7,5 segundos.

B) 4,56 segundos para via com 3,80 metros de largura. **Alternativa incorreta.** Utilizando o valor de 0,4 metros por segundos, uma travessia com 3,80 metros de largura deve apresentar tempo estimado em 9,5 segundos.

C) 8,25 segundos para via com 3,30 metros de largura. **Alternativa correta. A travessia com 3,30 metros de largura deve apresentar tempo estimado em 8,25 segundos, conforme afirma alternativa**

D) 17,50 segundos para via com 3,50 metros de largura. **Alternativa incorreta.** Utilizando o valor de 0,4 metros por segundos, uma travessia com 3,50 metros de largura deve apresentar tempo estimado em 8,75 segundos.

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
------------------------

<b>35</b>
-----------

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Apesar da lógica apresentada possuir coerência com as políticas adotadas em cenário nacional, é preciso especificar que esta questão possui fundamentação teórica em legislação municipal.

De maneira objetiva, o questionamento sobre patrimônio baseia-se em Plano Diretor de Divinópolis, na Seção V - Das Diretrizes da Política Cultural, apresenta:

Art. 9º O Município de Divinópolis na elaboração do plano setorial relativo a Política Cultural objetivará a promoção do acesso da população aos bens culturais, artísticos e incentivo à produção cultural, com valorização da cultura e das artes em geral, observando as seguintes **diretrizes**:

**I - Implantação de uma política de patrimônio, com vistas à proteção do patrimônio cultural arquitetônico utilizando, além do tombamento, instrumentos de compensação aos proprietários de imóveis de interesse histórico e cultural; (...)**

Com esta fundamentação teórica, é possível afirmar que o artigo destacado apresenta as diretrizes da Política Cultural. Neste sentido, a afirmação correta é que a **implantação de uma política de patrimônio, com vistas à proteção do patrimônio cultural arquitetônico utilizando, além do tombamento, instrumentos de compensação aos proprietários de imóveis de interesse histórico e cultural** é uma das **diretrizes da Política Cultural do Município de Divinópolis**, conforme legislação municipal.

Diante do exposto, mantém-se o gabarito.

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
------------------------

<b>36</b>
-----------

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Ressalta-se que a questão solicita que seja assinalada a alternativa que apresenta uma exceção, isto é, a alternativa que está incorreta.

Torna-se pertinente trazer o artigo 145 da Lei Orgânica do Município de Divinópolis para análise:

Art. 145. Para assegurar as funções sociais do Município e da propriedade, o poder público usará, principalmente, os seguintes instrumentos:

I - imposto progressivo sobre o imóvel;

II - desapropriação por interesse social ou utilidade pública;

III - discriminação de terras públicas, destinadas prioritariamente ao assentamento da população de baixa renda;

IV - inventários, registros, vigilância e tombamento de imóveis;

V - contribuição de melhoria.

Diante do exposto e da fundamentação legal, verifica-se que "servidão administrativa", conforme aponta alternativa em questão, não está incluída nos instrumentos previstos para uso no Município de Divinópolis, logo é a alternativa que está correta considerando o que enunciado solicita.



**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Considerando as disposições legais apresentadas em legislação federal, verifica-se, dentre outros, que em:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS, cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS e institui o Conselho Gestor do FNHIS.

Art. 12. Os recursos do FNHIS serão aplicados de forma descentralizada, por intermédio dos Estados, Distrito Federal e Municípios, que deverão:

(...)

IV – firmar termo de adesão ao SNHIS;

(...)

Neste sentido, as competências do Conselho Gestor do FNHIS – conforme solicita enunciado – estão elencadas em Resolução 1º de 2006: **O CONSELHO GESTOR DO FUNDO NACIONAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL, na forma dos artigos 9º e 15, inciso VI, da Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005, e do art. 6º, inciso VIII, do Decreto nº 5.796, de 6 de junho de 2006, resolve:**

Art. 1º Fica aprovado, na forma do Anexo, o Regimento Interno do Conselho Gestor do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – CGFNHIS.

Portanto, vinculado à legislação para tratativas específicas, verifica-se nesta mesma resolução que decorre dos artigos supracitados:

Art. 7º Compete ao CGFNHIS:

(...)

**II – promover a adesão dos entes federados ao SNHIS, regulamentando o inciso IV, do art. 12, da Lei nº 11.124, de 2005, que dispõe sobre o Termo de Adesão ao Sistema;**

(...)

Diante do exposto, considerando a legislação e as resoluções que dela derivam, bem como as inclusões e modificações pertinentes, verifica-se que o gabarito preliminar divulgado está correto e coerente com a temática.

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O enunciado apresenta a implantação e um centro de referência cultural no “Terreno dos Franciscanos” enquanto situação contextual prevista em lei. Portanto, cabe destacar que o enunciado solicita que o candidato identifique a alternativa que apresenta correspondência totalmente correta, considerando embasamento legal, da definição tipo de área especial em que ocorrerá esta implantação. Em Divinópolis, existem três tipos de “Área Especial”.

No plano setorial relativo a Política Cultural a implantação de centro de referência cultural no “Terreno dos Franciscanos” e sua compatibilização com outros usos, será mediante instituição de Área Especial Localizada. Considerando, portanto, que a área indicada em enunciado, para o referido contexto, é a Área Especial Localizada, verifica-se a descrição legal de suas características:

**Áreas Especiais Localizadas - AEL:** são **áreas urbanas** que, por suas **características relevantes em termos sociais ou ambientais**, assemelham-se às AEE, sendo, entretanto, de **menor alcance quanto à estruturação urbana, limitada ao seu entorno imediato**. Devem receber intervenção urbanística específica, nos moldes das AEE; Neste sentido, a alternativa divulgada em gabarito preliminar é a única correta.

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A referida questão apresenta situação hipotética, baseando-se teoricamente nas diretrizes apresentadas em norma técnica NBR 9050. Neste sentido, considera-se a temática de circulação entre palco, plateia e bastidores e seus respectivos parâmetros.

Não há a integral disposição em norma técnica, a questão apresenta adaptação de acordo com as características elencadas. Ressalta-se, também, que a **s alternativas indicam a presença do respectivo parâmetro: inferior, máximo, superior ou mínimo** – estes a serem assinalados conforme NBR.

Neste sentido, no que tange ao cenário possível para vencer desnível, tem-se:

*Quando houver desnível entre o palco e a plateia, este pode ser vencido através de rampa com as seguintes características:*

(...)

*b) inclinação máxima de 1:6 (16,66%) para vencer uma altura máxima de 0,60 m;*

*c) inclinação máxima de 1:10 (10%) para vencer alturas superiores a 0,60 m;*

(...)

Portanto, em análise detalhadas às alternativas, conforme reprodução de texto da NBR 9050:

A) superior a 60 cm / máxima de 1:10 - **conforme C) está correta.**

B) inferior a 60 cm / máxima de 8,33% - **está incorreta**, pois conforme B) para alturas inferiores a 60 cm a inclinação máxima é de 16,66%, e não 8,33% conforme alternativa.

C) superior a 90 cm / máxima de 1:20 – **está incorreta**, pois conforme C) para alturas superiores a 60 cm a inclinação máxima de 1:10, e não 1:20.

D) de, no máximo, 50 cm / mínima de 12,5% - **está incorreta** pois conforme B) e C) as alturas balizam-se pelo valor de 60 cm – sendo este enquanto altura máxima ou altura inferior a 60 cm. Ainda, para alturas inferiores a 60 cm (como é o caso descrito), a inclinação máxima é de 16,66%, e não 12,5%.

Diante do exposto, não verificam-se equívocos que justifiquem a anulação ou alteração de gabarito pois o gabarito preliminar divulgado está correto.

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Manuais, legislações federais, normas técnicas e afins são de grande valia e pertinência para orientação e correto seguimento de parâmetros técnicos. Caso não haja definição legal específica em determinado município, adotam-se os parâmetros estaduais, ou federais. Porém, cabe salientar, que os municípios possuem autonomia para definição de seus próprios parâmetros indicativos para manutenção, plantio e replantio. Este é o caso do Município de Divinópolis.

Prezando pela função ecológica, no sentido de melhoria do ambiente urbano, e pela segurança, em relação à compatibilidade de raízes, copas e afins, a arborização pública municipal deve basear-se nas especificações indicadas no Código de Posturas.

Salienta-se, também, que o enunciado apresenta uma contextualização, um quadro técnico composto por nomes científicos e nomes populares de espécies a serem utilizadas em arborização urbana, seguido pela pergunta “Quais espécies devem ser aprovadas para plantio em **passeios com rede elétrica?**”

Neste sentido, considera-se a presença de rede elétrica – logo, aparente, pois se a rede elétrica fosse subterrânea este seria indicado enquanto ‘passeios sem rede elétrica’ – como norteador para verificação da compatibilidade em plantio.

Sendo assim, em consulta ao Código de Posturas, e atendimento ao artigo 58, há uma listagem com as espécies que podem ser plantadas (vide texto de legislação: “podendo ser plantadas as seguintes espécies”).

Prezando pela objetividade, o quadro apresentado em questão, em coerência com as espécies indicadas, são: **Senna macranthera (Cássia-macranthera) e Senna bicapsularis (Canudo-de-pito).**

As demais espécies são previamente listadas como indicadas para passeios SEM a presença de rede elétrica ou não indicadas para arborização em calçadas, de maneira geral.

Neste sentido, em Divinópolis, para passeios onde há rede elétrica e de acordo com a disponibilidade vista em alternativas, podem ser plantadas: Cássia-macranthera e Canudo-de-pito.

### Cargo: Assistente Educacional

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE	Tipo 3 - AMARELA	Tipo 4 - AZUL
3	10	6	2

#### Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A única explicação plausível em relação ao trecho apresentado para análise é que “o registro linguístico não era mais coloquial, mas sim formal. A formalidade, ou seja, a convecção das palavras contagiava a história, que evidenciava aspectos mais cerimoniosos”.

As demais afirmativas retratam outras situações evidenciadas no texto, a saber: “[...] parecia-me que eu era filho de todas as mães, que ela era mãe de todos os filhos” (opção de resposta B); “[...] era o livro que falava” (opção de resposta A); e, por fim, “[...] baixou as pálpebras e adormeceu” (opção de resposta C).

Fonte:

- O próprio texto.

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE	Tipo 3 - AMARELA	Tipo 4 - AZUL
4	6	9	7

#### Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

As “cerimônias de apropriação” de que fala o texto constituem um tipo de leitura sensorial. O aluno deve perceber que essa leitura ocorre sempre, cotidianamente, em sua vida de estudante. “Eu quis começar na mesma hora as cerimônias de apropriação” (1º§). As demais afirmativas estão de acordo com o texto de Jean-Paul Sartre. Observe: a “voz de gesso” de que fala o texto trata-se da voz de quem lê o que fala, diferente da voz de quem simplesmente fala (opção de resposta C); a história das Fadas tinha um papel na relação entre mãe e filho, pois era o momento em que mãe e filho se isolavam do mundo e se pertenciam mútua e exclusivamente. O filho se concentrava nas palavras da mãe e se sentia livre na companhia dela e das criaturas do conto de fadas (opção de resposta D); e, por fim, o narrador se mostra ávido em conhecer o universo literário (opção de resposta A).

Fonte:

- O próprio texto.

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE	Tipo 3 - AMARELA	Tipo 4 - AZUL
5	7	10	1

#### Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A expressão “solilóquios” significa: monólogo; discurso em que uma pessoa fala consigo mesma. Na literatura, é um tipo de recurso literário caracterizado por expressar aquilo que se passa na consciência, no espírito, do personagem; momento em que o personagem fala consigo mesmo. As demais associações estão adequadas e coerentes ao contexto em que se encontram empregadas. Observe: esnobe (presunçoso, pedante, presumido, arrogante, convencido); debalde (em vão, inutilmente); e, por fim, débil (frágil, franzino, tênue, fraco, vultuoso).

Fonte:

- CUNHA, Antônio Geraldo da. Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa. 2ª ed. rev. e ampl. De acordo com a nova ortografia. Rio de Janeiro: Lexikon, 2009.

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE	Tipo 3 - AMARELA	Tipo 4 - AZUL
6	8	5	9

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O termo grifado que evidencia seu antecedente indevidamente indicado é: “Peguei os dois volumezinhos, cheirei-os, apalpei-os, abri-os negligentemente na ‘página certa’, fazendo-os estalar. Debalde: eu não tinha a sensação de possuí-los. Tentei sem maior êxito tratá-los como bonecas, acalentá-los, beijá-los, surrá-los. Quase em lágrimas, acabei por depô-los sobre os joelhos de minha mãe” (1ª§) Dessa forma, de acordo com a conjuntura textual, verifica-se que “los” se trata dos “dois volumezinhos”. As demais associações estão corretas e de acordo com o contexto textual.

Fonte:

- O próprio texto.

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE	Tipo 3 - AMARELA	Tipo 4 - AZUL
7	9	2	10

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A crase é facultativa antes de pronomes possessivos acompanhados de palavras femininas de sentido definido. As demais transcrições textuais e/ou afirmativas apresentam casos de obrigatoriedade do uso da crase: a expressão “às vezes” é escrita com crase e indica tempo, significando “ocasionalmente”, “de vez em quando” ou “por vezes” (opção de resposta C); a crase é usada antes de palavras femininas que aceitam artigo definido (opção de resposta D); e, por fim, a crase é usada antes de locuções conjuncionais como “à medida que” (opção de resposta B).

A crase ocorre porque se trata de uma locução (adverbial ou prepositiva) feminina. Dessa forma, tanto “a sua frente” quanto “à sua frente” podem ser consideradas corretas. No entanto, antes dos pronomes possessivos femininos no singular, o uso da crase é facultativo.

Fonte:

- CUNHA, Celso e CINTRA, Luiz F. Lingley. Nova Gramática do Português Contemporâneo. Editora Nova Fronteira. Rio de Janeiro, RJ. 2001.

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE	Tipo 3 - AMARELA	Tipo 4 - AZUL
8	1	3	8

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A palavra “mas” é uma conjunção adversativa que transmite a ideia de oposição ou adversidade. Ela pode ser substituída por outras conjunções adversativas, como: “porém”, “todavia”, “contudo”, “entretanto”, “no entanto” e “não obstante”.

Fonte:

- CUNHA, Celso e CINTRA, Luiz F. Lingley. Nova Gramática do Português Contemporâneo. Editora Nova Fronteira. Rio de Janeiro, RJ. 2001.

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE	Tipo 3 - AMARELA	Tipo 4 - AZUL
9	2	4	6

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Anne-Marie era uma “cega superlúcida” porque não “via” nada, ou seja, não provinha mais dela a realidade contada na história; ainda assim, o livro concedia a ela o total conhecimento sobre a história contada. Dessa forma, é possível perceber claramente, no trecho dado para análise: “ideias contrárias”.

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE	Tipo 3 - AMARELA	Tipo 4 - AZUL
11	15	13	14

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O número n de crianças deve satisfazer:

$$C_3^n = 56 \rightarrow \frac{n!}{(n-3)!3!} = 56 \rightarrow n = 8$$

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE	Tipo 3 - AMARELA	Tipo 4 - AZUL
15	19	17	11

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A situação mais extrema é os 120 funcionários que desempenham suas atividades no segundo andar também desempenharem suas atividades no primeiro andar. Assim, restam  $250-180 = 70$  funcionários que exercem suas atividades, exclusivamente, em outros andares.

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE	Tipo 3 - AMARELA	Tipo 4 - AZUL
16	20	18	17

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Conforme a teoria de partes diretamente proporcionais, a constante de proporcionalidade k deve satisfazer:

$$k = \frac{392000}{23 + 35 + 54} = 3500$$

Assim, a quantia recebida por cada professor é:

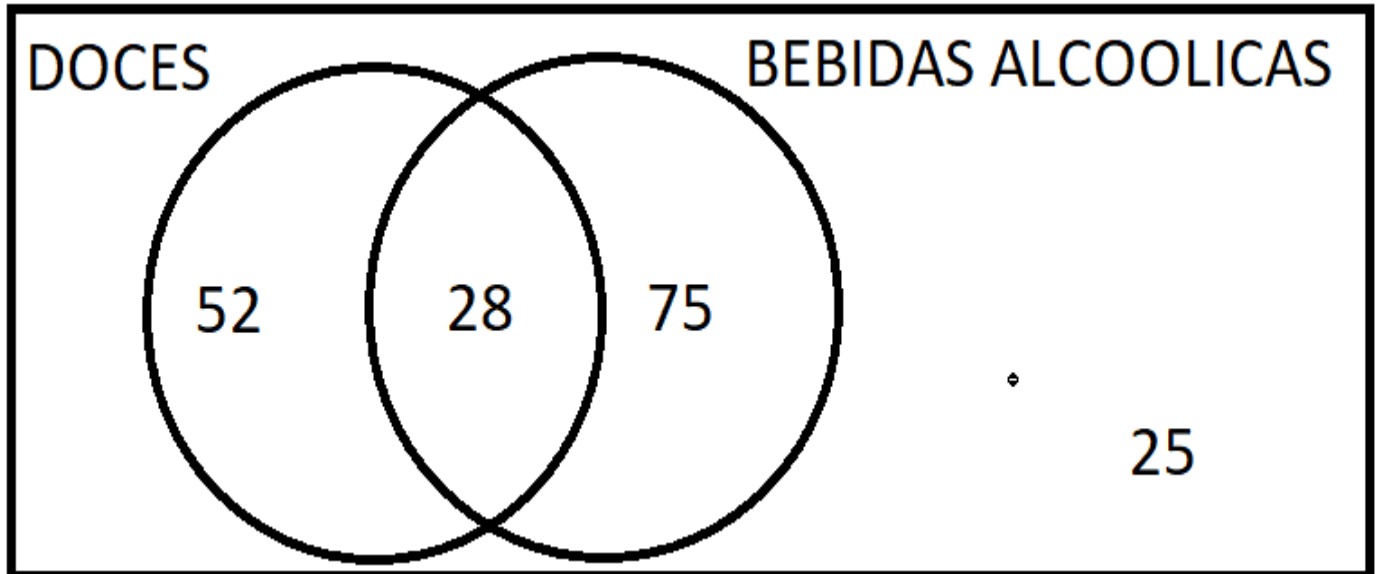
- $23 \cdot 3500 = 80.500$
- $35 \cdot 3500 = 122.500$
- $54 \cdot 3500 = 189.000$

Assim, a diferença é  $189000 - 80500 = 108500$ .

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE	Tipo 3 - AMARELA	Tipo 4 - AZUL
18	14	12	16

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

De acordo com as informações do enunciado, pode-se montar o seguinte diagrama de Venn:



Assim, 25 pessoas responderam que tiveram alteração exclusivamente em outros grupos alimentares.

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE	Tipo 3 - AMARELA	Tipo 4 - AZUL
19	11	14	15

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Gilberto fez uma consulta com um endocrinologista no dia 5 de agosto, uma segunda feira. Conforme as orientações de seu médico, Gilberto fará um tratamento e deve retornar ao médico na quarta sexta-feira do próximo mês. As sextas-feiras do mês de setembro ocorrerão nos dias 6, 13, 20 e 27.

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE	Tipo 3 - AMARELA	Tipo 4 - AZUL
20	12	11	13

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Até 8 canetas, Isabela pode ter retirado 1 caneta de cada uma das cores: azul, preto, verde, vermelho, roxo, laranja, amarelo e rosa. A partir de 9 canetas, necessariamente, Isabela consegue **garantir** que terá duas canetas de mesma cor.

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE	Tipo 3 - AMARELA	Tipo 4 - AZUL
21	25	25	22

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

As questões de informática foram desenvolvidas para um grau de dificuldade com enfoque em situações práticas. A questão discutida aborda “ Conhecimentos básicos de microcomputadores PC-Hardware ”, bem como “ Conceitos gerais de equipamentos e operacionalização ”, itens previstos no conteúdo programático do edital do certame. A afirmação “A” é verdadeira. A “B” é falsa, pois a fonte não armazena dados.

A “C” é falsa a memória RAM é volátil, visto que seus dados não persistem após interrupção da alimentação elétrica.

A “D” é verdadeira e a “E” é falsa pois uma placa de vídeo pode ser útil, mas não é essencial na renderização de texto.

Desta forma, a resposta correta é a alternativa A.

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE	Tipo 3 - AMARELA	Tipo 4 - AZUL
22	23	24	21

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A questão discutida trata de ferramentas e procedimentos amplamente conhecidos e divulgados, especialmente o conceito de “agrupar ilustrações”, recurso necessário para reduzir o esforço de formatação de texto ao evitar que os diferentes componentes da ilustração se separem ao clicar em um deles. Ao agrupar ilustrações, torna-se dispensável selecionar um componente por vez, pois passam a se comportar como uma só imagem, mantendo a possibilidade de edição individual.

A alternativa D não trata da operação de “Mover”, mas sim de “Manter várias formas selecionadas ao mesmo tempo”, conforme exposto a seguir:

D) Manter várias formas selecionadas ao mesmo tempo, mesmo depois de realizar uma operação, como mover uma forma.

Desta forma, a alternativa divulgada em gabarito se mantém válida.

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE	Tipo 3 - AMARELA	Tipo 4 - AZUL
23	24	23	24

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A questão discutida trata de ferramentas e procedimentos amplamente conhecidos e divulgados, especialmente o conceito de vínculo entre planilhas da mesma pasta de trabalho. Trata-se de um recurso muito útil na elaboração de relatórios simples ou elaborados, aproveitando dados já presentes para reduzir redundâncias e erros.

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE	Tipo 3 - AMARELA	Tipo 4 - AZUL
24	22	21	23

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

As questões de informática foram desenvolvidas para um grau de dificuldade e enfoque em situações práticas. Levou-se em conta conhecimentos enquadrados no conteúdo programático previsto em edital, aplicados a situações práticas relativas à área de informática.

A questão discutida aborda “ Noções de Sistemas Operacionais ”, MS-DOS ”, itens previstos no conteúdo programático do edital do certame.

Conforme edital, item 5.1.1 ( Quadro II – cargos de nível médio/técnico ) e do “Anexo I - CARGOS DO QUADRO II” , os conteúdos de informática fazem parte dos requisitos ao cargo de Assistente Educacional.

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE	Tipo 3 - AMARELA	Tipo 4 - AZUL
25	21	22	25

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Conforme o edital, item 5.1.1 (Quadro II – cargos de nível médio/técnico) e "Anexo I - CARGOS DO QUADRO II", os conteúdos de informática fazem parte dos requisitos para o cargo de Assistente Educacional.

As questões de informática foram elaboradas para um grau de dificuldade e enfoque em situações práticas. Foram considerados conhecimentos alinhados ao conteúdo programático previsto no edital, aplicados a situações práticas relativas à área de informática.

A questão discutida aborda "Comunicação de dados" e "Conceitos básicos de Internet", itens previstos no conteúdo programático do edital do certame. Ressalta-se que os assuntos abordados na referida questão estão presentes como conceitos preliminares nas principais bibliografias, bem como em bibliografias alternativas de forma simplificada. Tratam-se de conceitos-chave do tópico.

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE	Tipo 3 - AMARELA	Tipo 4 - AZUL
26	28	30	29

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A **questão** tem como comando identificar a alternativa incorreta de acordo com as disposições relacionadas à educação previstas na Lei Orgânica do Município de Divinópolis. Desse modo, o gabarito está certo ao apontar a letra **A** como a exceção. A alternativa **A** é incorreta uma vez que, já que a ordem correta de preferência mencionada na alternativa está equivocada, conforme o art. 111, parágrafo único da Lei Orgânica do Município de Divinópolis:

*Parágrafo único. O Município atuará prioritariamente no ensino fundamental e, em seguida, na educação infantil.*

Já as demais alternativas estão corretas. A alternativa **B** está correta, pois está de acordo com a disposição do art. 120 d a Lei Orgânica do Município de Divinópolis, o qual prevê que o não oferecimento do ensino fundamental pelo poder público municipal, ou a sua oferta irregular, importam responsabilidade da autoridade competente.

Do mesmo modo, o que se afirma na alternativa **C** está correto, já que conforme a previsão do art. 117, parágrafo único da Lei Orgânica do Município de Divinópolis é facultado ao Município prover, mediante convênio com entidades públicas, faculdades e instituições privadas, atividades de pesquisa e estudos de interesse local de natureza científica ou sócio-econômica.

Por fim, a alternativa **D** também está correta, pois está em conformidade com o art. 119, inciso III da referida lei, o qual expressamente prevê que o dever do Município para com a educação será concretizado mediante a garantia de oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando e ao espaço físico.

Diante do exposto, com base nas fundamentações apresentadas, conclui-se que o recurso não procede, pois a questão foi elaborada de acordo com os critérios estabelecidos e a resposta correta está fundamentada nos conteúdos exigidos. Portanto, a decisão de manter a questão e a alternativa correta deve ser mantida.

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE	Tipo 3 - AMARELA	Tipo 4 - AZUL
27	29	26	30

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A **questão** tem como comando identificar a assertiva correta, o gabarito está certo ao apontar a letra **C**. A alternativa **C** é correta uma vez que está em conformidade com art. 92, § 1º da Lei Complementar nº 9 de 3 de dezembro de 1992, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Divinópolis:

*§ 1º - A diária será concedida por dia de afastamento, sendo devido pela metade quando no deslocamento, a distância for inferior a 50 (cinquenta) quilômetros da sede do Município.*

Já as demais alternativas estão incorretas. A alternativa **A** está errada, pois contraria o art. 92, § 2º da Lei Complementar nº 9 de 3 de dezembro de 1992, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Divinópolis, o qual aponta que nos casos em que o deslocamento da sede constituir exigência permanente do cargo, o servidor



não fará jus às diárias, mas perceberá uma ajuda de custo, cujo valor será estabelecido em ato regulamentar. Do mesmo modo, o que se afirma na alternativa **B** está errado, já que uma vez que Amanda deverá restituir integralmente a diária, conforme o art. 93, caput da lei supracitada.

Por fim, a alternativa **D** está incorreta, pois as despesas com locomoção também são pagas, com base no art. 92, caput da Lei Complementar nº 9 de 3 de dezembro de 1992, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Divinópolis.

Diante do exposto, com base nas fundamentações apresentadas, conclui-se que o recurso não procede, pois a questão foi elaborada de acordo com os critérios estabelecidos e a resposta correta está fundamentada nos conteúdos exigidos. Portanto, a decisão de manter a questão e a alternativa correta deve ser mantida.

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE	Tipo 3 - AMARELA	Tipo 4 - AZUL
28	30	29	27

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A **questão** tem como comando identificar a exceção, qual seja, a alternativa incorreta. Sendo assim, o gabarito está certo ao apontar a letra **C**. A alternativa **C** é incorreta, pois a prerrogativa da assertiva é uma faculdade e não um dever. Além disso é possível a adoção da escala de sobreaviso, de acordo com o art. 21, caput da Lei Complementar nº 9 de 3 de dezembro de 1992, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Divinópolis:

*Art. 21. O ocupante de cargo efetivo ou em comissão fica sujeito à duração normal de trabalho não superior a 08 (oito) horas diárias e 40 (quarenta) horas semanais, facultada a compensação de horários, a redução de jornada e, em casos de serviços essenciais, contínuos ou ininterruptos, a adoção de escala de sobreaviso e de jornada diferenciada, em regime de escala ininterrupta de revezamento.*

As demais alternativas estão corretas. A alternativa **A** está correta conforme a previsão do art. 10, incisos I e II da Lei Complementar nº 9 de 3 de dezembro de 1992, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Divinópolis, o qual expressamente prevê que a reversão e readaptação são formas de provimento em cargo público. Do mesmo modo, o que se afirma na alternativa **B** está certo, já que está de acordo com o art. 17, parágrafo único da lei supracitada, o qual aponta que só poderá ser empossado aquele que for julgado apto física e mentalmente para o exercício do cargo.

Por fim, a alternativa **D** está correta, pois está em conformidade com a previsão do art. 16, § 1º da Lei Complementar nº 9 de 3 de dezembro de 1992, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Divinópolis:

*§ 1º A posse ocorrerá no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação do ato de provimento, prorrogável por mais 30 (trinta) dias, a requerimento do interessado.*

Diante do exposto, com base nas fundamentações apresentadas, conclui-se que o recurso não procede, pois a questão foi elaborada de acordo com os critérios estabelecidos e a resposta correta está fundamentada nos conteúdos exigidos. Portanto, a decisão de manter a questão e a alternativa correta deve ser mantida.

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE	Tipo 3 - AMARELA	Tipo 4 - AZUL
29	26	27	28

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A **questão** tem como comando identificar a assertiva correta, o gabarito está certo ao apontar a letra **A**. A alternativa **A** é correta uma vez que está em conformidade com o art. 131, parágrafo único da Lei Complementar nº 9 de 3 de dezembro de 1992, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Divinópolis:

*Parágrafo único. Em caso de morte da genitora, é assegurado ao cônjuge ou companheiro servidor o gozo de licença-maternidade por todo o período a que teria direito a mãe, exceto no caso de falecimento do filho ou de seu abandono.*

Já as demais alternativas estão incorretas. A alternativa **B** está errada, pois Marcos terá direito à licença paternidade de 20 (vinte) dias consecutivos, tal como disposto no art. 131, caput da Lei Complementar nº 9 de 3 de dezembro de 1992, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Divinópolis. Do mesmo modo, o que se afirma na alternativa

**C** está incorreto, já que Luana terá direito a 30 (trinta) dias de repouso remunerado, conforme o art. 130, § 4º da lei supracitada.

Por fim, a alternativa **D** está incorreta, pois menciona erroneamente a quantidade de parcelamentos, conforme o art. 132 da Lei Complementar nº 9 de 3 de dezembro de 1992, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Divinópolis. Vejamos:

*Art. 132 Para amamentar o próprio filho, até a idade de 6 (seis) meses, a servidora terá direito, durante a jornada de trabalho, a 1 (uma) hora, que poderá ser parcelada em 2 (dois) períodos de meia hora.*

Diante do exposto, com base nas fundamentações apresentadas, conclui-se que o recurso não procede, pois a questão foi elaborada de acordo com os critérios estabelecidos e a resposta correta está fundamentada nos conteúdos exigidos. Portanto, a decisão de manter a questão e a alternativa correta deve ser mantida.

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE	Tipo 3 - AMARELA	Tipo 4 - AZUL
30	27	28	26

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A **questão** tem como comando identificar a alternativa incorreta com base nas diretrizes da Lei Complementar nº 9/1992, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Divinópolis. Desse modo, o gabarito está certo ao apontar a letra **C** como a exceção. A alternativa **C** é incorreta uma vez que está em desconformidade com o § 2º do art. 104 da Lei Complementar nº 9 de 3 de dezembro de 1992, Estatuto dos Servidores, já que tal dispositivo aponta que o valor correto do adicional para atividades perigosas é de 30% e não de 20% como apontado na alternativa.

Já as demais alternativas estão corretas. A alternativa **A** está correta, pois está em conformidade com a literalidade do § 3º do art. 104 da Lei Complementar nº 9 de 3 de dezembro de 1992, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Divinópolis:

*§ 3º O servidor que fizer jus dos adicionais de insalubridade e de periculosidade deverá optar por um deles*

Do mesmo modo, o que se afirma na alternativa **B** está correto, já que está de acordo com o § 4º do art. 104 da lei supracitada, o qual determina que o adicional de periculosidade ou insalubridade cessa com a eliminação das condições ou dos riscos que deram causa a sua concessão.

Por fim, a alternativa **D** também está correta, pois está de acordo com a literalidade do § 1º do art. 104 da Lei Complementar nº 9 de 3 de dezembro de 1992, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Divinópolis:

*§ 1º Nos casos de atividades insalubres o servidor perceberá o adicional respectivamente 40%, 20% e 10% sobre o vencimento do cargo efetivo limitando a base de cálculo a 03 (três) salários mínimos, segundo se classificarem nos graus máximo, médio e mínimo.*

Diante do exposto, com base nas fundamentações apresentadas, conclui-se que o recurso não procede, pois a questão foi elaborada de acordo com os critérios estabelecidos e a resposta correta está fundamentada nos conteúdos exigidos. Portanto, a decisão de manter a questão e a alternativa correta deve ser mantida.

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE	Tipo 3 - AMARELA	Tipo 4 - AZUL
31	34	36	32

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O Conselho Nacional de Educação, por meio da Resolução CNE/CEB nº 4/2009, estabelece as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, definindo que: Art. 5º O AEE é realizado, prioritariamente, nas salas de recursos multifuncionais da própria escola ou em outra de ensino regular, no turno inverso da escolarização, não sendo substitutivo às classes comuns, podendo ser realizado, em centro de atendimento educacional especializado de instituição especializada da rede pública ou de instituição especializada comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com a secretaria de educação ou órgão equivalente dos estados, do Distrito Federal ou dos municípios.

O Programa Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais, instituído pelo MEC/SECADI por meio da Portaria Ministerial nº 13/2007, integra o Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE e o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Viver sem Limite. No contexto da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da

Educação Inclusiva, o Programa objetiva: • Apoiar a organização da educação especial na perspectiva da educação inclusiva; • Assegurar o pleno acesso dos estudantes público alvo da educação especial no ensino regular em igualdade de condições com os demais estudantes; • Disponibilizar recursos pedagógicos e de acessibilidade às escolas regulares da rede pública de ensino; • Promover o desenvolvimento profissional e a participação da comunidade escolar.

Portanto, A, B e D, estão corretas. Alternativa C, está em desacordo com o comando dado, tendo em vista que o programa visa disponibilizar recursos pedagógicos e de acessibilidade às escolas regulares da rede pública de ensino e não em privilegio às escolas especiais da rede pública.

Fontes:

- ARAÚJO, Cláudia Alexandra Góes de. Sala de Recursos Multifuncionais. In: NUNES, Leila Regina d'Oliveira de Paula (Org.). Comunicar é preciso: em busca das melhores práticas na educação do aluno com deficiência. Marília: ABPEE, 2011.
- BRASIL. Documento Orientador Programa Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais. Brasília, DF: MEC, 2012.
- [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=11037-doc-orientador-multifuncionais-pdf&category\\_slug=junho-2012-pdf&Itemid=3](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11037-doc-orientador-multifuncionais-pdf&category_slug=junho-2012-pdf&Itemid=3)
- <ps://www.scielo.br/j/ciedu/a/HN3hD6w466F9LdcZqHhMmVq/>

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE	Tipo 3 - AMARELA	Tipo 4 - AZUL
32	35	37	34

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Ao analisar a vida escolar de Pedro à luz da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional o objetivo é garantir que ele receba uma educação de qualidade, inclusiva e que respeite sua individualidade, preparando-o para ser um cidadão ativo e participativo na sociedade. No que diz respeito a **Educação Integral e Desenvolvimento Global** : reconhecer a importância de uma educação integral, que promova não apenas o desenvolvimento cognitivo de Pedro, mas também suas habilidades sociais, emocionais e físicas. A Lei 9.394/1996 destaca a necessidade de uma educação que contribua para o desenvolvimento pleno do aluno em todas as suas dimensões, preparando-o para ser um cidadão ativo e participativo na sociedade. Entretanto, A LDB dispõe no Art. 58. *Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida **preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.** (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)*

Portanto, considerando a situação hipotética dada, o aluno deverá frequentar a modalidade regular de ensino. Apenas I, II e III estão corretas.

Fonte:

- [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm)

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE	Tipo 3 - AMARELA	Tipo 4 - AZUL
33	36	32	31

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Refere-se ao tema *“Deficiência intelectual; visual; auditiva; transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades-superdotação. E Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.”* publicado no ANEXO I - CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DAS PROVAS OBJETIVAS E DISCURSIVAS PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS/MG EDITAL Nº 1, DE 28 DE MAIO DE 2024.

A supracitada questão aborda em seu comando quais estudantes são considerados elegíveis aos serviços da Educação Especial. De acordo com Lei de Diretrizes e Bases, Lei 9394/96 Art. 4ª item III o **“atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e**

**altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino;** (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

Portanto, estudantes com deficiência: são assim compreendidos como aqueles em conformidade com o dispositivo na Lei Federal nº 13.146/2015, Art. 2º em que “considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas”.

**Considera-se os Tipos de deficiências: Deficiência física, refere-se a impedimentos físicos e/ou motores que demandam o uso de recursos, meios e sistemas que garantam acessibilidade ao currículo e espaços escolares.** São exemplos a paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparésia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, entre tantas outras. **Ainda, podemos ter a deficiência auditiva e surdez; Deficiência visual: tais como a baixa visão, a Visão Monocular. A Deficiência intelectual; Surdo cegueira, ou Deficiência múltipla.** Os **Estudantes com altas habilidades/superdotação**, assim considerados aqueles que demonstram elevado potencial intelectual, acadêmico, de liderança, psicomotor e artístico, de forma isolada ou combinada, além de apresentarem grande criatividade e envolvimento na aprendizagem e realização de tarefas em áreas de seu interesse. Sobre os **Estudantes com /Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD)**, são aqueles estudantes que apresentam quadro clínico caracterizado por deficiência persistente e clinicamente significativa que causa alterações qualitativas nas interações sociais recíprocas e na comunicação verbal e não verbal, ausência de reciprocidade social e dificuldade em desenvolver e manter relações apropriadas ao nível de desenvolvimento da pessoa, conforme o artigo 1º, §1º, da Lei Federal nº 12.764/12. § 1º Para os efeitos desta Lei, é considerada pessoa com transtorno do espectro autista aquela portadora de síndrome clínica caracterizada(...)

Destaca-se que dificuldades ou transtornos de aprendizagem (como dislexia, disortografia, discalculia, disgrafia, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade) não são considerados deficiências, não existindo portanto, uma legislação específica vigente no Brasil que garanta o direito a um professor de apoio exclusivamente para tais alunos. Diferentemente dos Transtornos globais do desenvolvimento (como transtornos do espectro autista/TEA, síndrome de Asperger, síndrome de Rett e outras são considerados deficiências.

**Ressalta-se portanto, que apenas gabarito C é o gabarito correto.**

Fontes:

- [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/l9394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/l9394.htm)
- [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm)
- <https://www.guiadoeducadorinclusivo.org.br/capitulos/capitulo-4>

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE	Tipo 3 - AMARELA	Tipo 4 - AZUL
34	37	31	35

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A supracitada questão solicita em seu comando que o candidato analise três afirmativas com relação ao conceito da infância considerando as grandes transformações na sociedade, no século XVI, sob com o crescente poder da classe burguesa, indicando as corretas.

**Ressalta-se que na idade média, a criança logo era inserida ao universo adulto, limitando-se pouco tempo para viver seu ser “criança”, pois era substituída pelo seu ser “adulto” antes mesmo que isso fosse efetivado. Conforme Áries (1981, p.04) “de criancinha pequena, ela se transformava imediatamente em homem jovem, sem passar pelas etapas da juventude, que talvez fossem praticadas antes da Idade Média e que se tornaram aspectos essenciais das sociedades evoluídas de hoje”.** É possível pensar que a visão que cada sociedade tem de criança era determinante na forma de tratamento que elas davam a essa categoria. Na Idade Média, a infância terminava para a criança ao ser esta desmamada, o que acontecia por volta dos seis a sete anos de idade. A partir dessa idade, ela passava a conviver definitivamente com os adultos. Acompanhava sempre o adulto do mesmo gênero e fazia o mesmo que eles: trabalhava, frequentava ambientes noturnos, bares etc. (CORTEZ, 2011, p.02). Nessa perspectiva, percebe-se que a criança não tinha a liberdade para viver um mundo próprio, ou seja, não tinha um tratamento diferenciado, prevalecia a representação da criança como um adulto em miniatura, não existindo na idade média, o sentimento de infância. **Entretanto, destaca-se que a Idade Média é um período de aproximadamente mil anos da**

história ocidental, que se inicia no século V, com a queda do Império Romano do Ocidente, em 476, e termina no século XV, com a tomada de Constantinopla pelo Império Otomano, em 1453. Diferente do comando dado, que indica após século XVI. Portanto, item III, está incorreto e argumentos que dispõe que item III está correto, não procede,

De acordo com SILVA (2009), o século XVI foi marcado por grandes transformações na sociedade, com o crescente poder da classe burguesa, foram surgindo novos ideais, dando lugar a uma nova sociedade. Houve também o avanço dos conhecimentos científicos, que contribuíram de forma significativa na redução da mortalidade infantil, que segundo (KRAMER, 2003 apud SILVA, 2009, p. 12): [...] a ideia de infância surge no contexto histórico e social da modernidade, com a redução dos índices de mortalidade infantil graças ao avanço da ciência e a mudanças econômicas e sociais. Sabemos que a ideia de infância, da maneira como hoje a conhecemos, nasceu no interior das classes médias que se formavam no interior da burguesia. A “descoberta” da infância teria de esperar pelos séculos XV, XVI e XVII, quando então se reconheceria que as crianças precisavam de tratamento especial, “uma espécie de quarentena”, antes que pudessem integrar o mundo dos adultos” (HEYWOOD, 2004, p. 23). No decorrer dos séculos o conceito de infância foi surgindo, a partir do momento que a criança passou a ser vista diferente de um adulto e começou a viver o ser “criança” dedicando esse tempo ao que se denomina “infância”. Essa nova conceitualização foi uma transformação histórica e social, segundo Niehues e Costa (2012) Foi somente no século XVIII com o surgimento do sentimento de infância, que a concepção de infância se efetivou. A partir daí elas passam, do ponto de vista biológico, a ser tratadas com particularidades, a serem percebidas na sua singularidade por possuírem sentimentos próprios (NIEHUES; COSTA, 2012, p.285). Conclui-se então que não havia uma concepção precisa de infância no período da Idade Média, e que por diversas vezes as crianças eram desdenhadas, o que não quer dizer que tenha sido ignorada, mas invariavelmente era preferível escrever sobre a idade adulta. (HEYWOOD, 2004). Portanto, Itens I e II, estão corretos. Dessa forma, o desenvolvimento do sentimento da infância tornou-se mais presente a partir do século XVI e durante o século XVII, pois com o advento da modernidade, os costumes começaram a mudar, como por exemplo, a preocupação com a educação e cuidado com a criança.

Fontes:

- ARIÈS, Philippe. História social da criança e da família. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1981.
- CORTEZ, C. Z. As representações da infância na idade média. Anais da x jornada de estudos antigos e medievais. Universidade Estadual de Maringá, 2011.
- HEYWOOD, Colin. Uma história da infância: da Idade Média á época contemporânea no Ocidente. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- NIEHUES, M. R.; COSTA, M. Concepções de Infância ao longo da História. Rev. Técnico Científica v. 3, n. 1, 2012.

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE	Tipo 3 - AMARELA	Tipo 4 - AZUL
36	39	38	40

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A supracitada questão aborda o tema Tecnologia Assistiva: conceitos; modalidades; diretrizes; e, aplicação, no contexto inclusivo e trata das novas Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC) que vem vêm se tornando, de forma crescente, importantes instrumentos de nossa cultura e, sua utilização, um meio concreto de inclusão e interação no mundo. **No comando dado, e considerando, as pessoas com deficiência, sobre o uso das TICs utilizadas como Tecnologia Assistiva no contexto educacional, e solicita que o candidato assinale a INCORRETA.**

**Argumentos que dispõe acerca da alternativa D, não ser o gabarito correto, não procede.** Destaca-se que a tecnologia educacional é facilmente confundida com a Tecnologia Assistiva, portanto, se considerarmos um aluno com deficiência física nos membros inferiores e que faz uso de cadeira de rodas, utilizará o computador com o mesmo objetivo que seus colegas: pesquisar na web, construir textos, tabular informações, organizar suas apresentações etc. O computador é para este aluno, como para seus colegas, uma ferramenta tecnológica aplicada no contexto educacional e, neste caso, não se trata de Tecnologia Assistiva. **Qualquer aluno, tendo ou não deficiência ao utilizar um software educacional está se beneficiando da tecnologia para o aprendizado. Sendo assim, na alternativa D, quando afirma que “o professor propõe novas ferramentas tecnológicas com objetivo de diversificar e qualificar o acesso ativo dos alunos às informações e também proporcionar a eles múltiplas formas**

**de organizarem, expressarem e apresentarem os conhecimentos construídos”, refere-se a uma tecnologia educacional para facilitar o aprendizado e não a uma tecnologia assistiva.**

A Tecnologia Assistiva é uma área do conhecimento, de característica interdisciplinar, que engloba produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivam promover a funcionalidade, relacionada à atividade e participação, de pessoas com deficiência, incapacidades ou mobilidade reduzida, visando sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social. (BRASIL, 2007, ata da III reunião, linhas 225-230). Esse conceito é mais lato do que aqueles anteriormente publicados no Decreto 3.298 (BRASIL, 1999) e no Decreto 5.296 (BRASIL, 2004), pois ressalta a característica interdisciplinar da área da TA, permitindo o envolvimento com profissionais de vários campos do conhecimento científico. A tecnologia pode ser considerada Assistiva no contexto educacional: **quando é utilizada por um aluno com deficiência e tem por objetivo romper barreiras sensoriais, motoras ou cognitivas que limitam/impedem seu acesso às informações ou limitam/impedem o registro e expressão sobre os conhecimentos adquiridos por ele ; quando favorecem seu acesso e participação ativa e autônoma em projetos pedagógicos; quando possibilitam a manipulação de objetos de estudo s; e também quando percebemos que sem este recurso tecnológico a participação ativa do aluno no desafio de aprendizagem seria restrito ou inexistente.** São exemplos de TA no contexto educacional os mouses diferenciados, teclados virtuais com varreduras e acionadores, softwares de comunicação alternativa, leitores de texto, textos ampliados, textos em Braille, textos com símbolos, mobiliário acessível, recursos de mobilidade pessoal etc. No campo educacional, por vezes, pode haver uma distinção sutil entre TA e tecnologia educacional.

Como destacou Vygotsky, é sumamente relevante, para o desenvolvimento humano, o processo de apropriação, por parte do indivíduo, das experiências presentes em sua cultura. O autor enfatiza a importância da ação, da linguagem e dos processos interativos, na construção das estruturas mentais superiores (VYGOTSKY, 1987). O acesso aos recursos oferecidos pela sociedade, pela cultura, escola, tecnologias, etc., influenciam determinantemente nos processos de aprendizagem da pessoa. Mas a limitação do indivíduo, quando portador de deficiência, tende a tornar-se uma barreira a este aprendizado. Considerando que o recurso será utilizado por um aluno que enfrenta alguma barreira em função de sua deficiência (sensorial, motora ou intelectual) e este recurso/estratégia o auxiliará na superação desta barreira. Importante destacar que o recurso estará sempre apoiando o aluno na realização de uma tarefa e proporcionando a ele a participação autônoma no desafio educacional, visando sempre chegar ao objetivo educacional proposto. **E, sem este recurso o aluno estaria em desvantagem ou excluído de participação. Portanto, caso o recurso da TA não fosse utilizada pelo aluno, ele não teria o apoio necessário para desenvolver ou realizar a tarefa dada. Por conseguinte, está também é uma afirmativa correta, no que se refere ao comando dado.**

**Destarte, a banca mantém gabarito publicado D.**

Fontes:

- BRASIL. SDHPR - Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência - SNP. 2009.
- BRASIL. SDHPR - Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência - SNP. 2012
- COOK, A.M. & HUSSEY, S. M. (1995) Assistive Technologies: Principles and Practices. St. Louis, Missouri. Mosby - Year Book, Inc. DECRETO Nº 5.296 de 02 de dezembro de 2004 - DOU de 03/122004.
- DECRETO Nº 5.296 de 02 de dezembro de 2004 - DOU de 03/122004. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-)
- DECRETO Nº 3.298, de 29 de dezembro de 1999. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d3298.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm)
- LIMA, Niusarete Margarida de. Legislação Federal Básica na área da pessoa portadora de Deficiência. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, 2007. PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 362, DE
- [http://inf.ufes.br/~zegonc/material/Comp\\_Sociedade/ZEGONC\\_Tecnologias\\_Assistivas\\_Livro\\_Introducao\\_TA.pdf](http://inf.ufes.br/~zegonc/material/Comp_Sociedade/ZEGONC_Tecnologias_Assistivas_Livro_Introducao_TA.pdf)
- <https://atividadeparaeducacaoespecial.com/wp-content/uploads/2014/07/TECNOLOGIA-ASSISTIVA-E-EDUCA%C3%87%C3%83O-ESPECIAL.pdf>

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE	Tipo 3 - AMARELA	Tipo 4 - AZUL
37	40	35	39

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Há uma série de riscos ocupacionais que afetam os professores e assistentes e que devem ser identificados nos programas de segurança e saúde citados, em especial o Programa de Gerenciamento de Riscos - PGR. É necessário entender que as causas que afetam a saúde do trabalhador estão determinadas pelos fatores de riscos ocupacionais, que podem ser classificados em agentes físicos, químicos, biológicos, mecânicos e de origem ergonômica, resultantes da organização do trabalho. Entre as situações que afetam mais a saúde dos professores nos ambientes de trabalho, podemos citar especialmente as alterações psíquicas, a sobrecarga de trabalho e a postura ereta prolongada, o que leva a um significativo absenteísmo e presenteísmo e uma necessidade de repensar a organização do trabalho, como um todo, assim como aos aspectos sociais, econômicos e psíquicos envolvidos em cada profissional de ensino.

Entretanto, o comando dado na supracitada questão solicita que indique dentre as alternativas dadas considerando os professores e os assistentes educacionais da escola, indique a alternativa que NÃO é uns dos riscos ocupacionais para prevenção de acidentes que os afetam. Portanto, dentre as citadas, apenas “riscos químicos e biológicos”(exposição a produtos de limpeza, bactérias), uma vez que refere-se a riscos ocupacionais que afetam trabalhadores da limpeza e de preparação de alimentos na escola. O profissional de limpeza encontra riscos de origem química quando manipula ou aplica produtos de limpeza nos ambientes aplica produtos de limpeza nos ambientes da escola. Muitos produtos podem afetar a saúde por contato com a pele, com as mucosas ou se forem aspirados. Principais riscos que afetam os profissionais de limpeza e preparação de alimentos. Riscos biológicos, por sua vez, são encontrados principalmente nas instalações sanitárias e, por vezes, na área da cozinha e lavanderia, se houver. Vírus, bactérias e produtos químicos podem afetar a saúde e trazer doenças, que muitas vezes, tem sua manifestação anos após a exposição ao agente.

Destaca-se ainda que a implementação de medidas de prevenção e controle é essencial para garantir a segurança do trabalho e reduzir os riscos de acidentes e doenças ocupacionais. Essas medidas visam eliminar ou minimizar os perigos presentes no ambiente de trabalho, protegendo os trabalhadores e promovendo um ambiente saudável e seguro.

Fontes:

- <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/conselhos-e-orgaos-colegiados/comissao-tripartite-partitaria-permanente/normas-regulamentadora/normas-regulamentadoras-vigentes>
- <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/assuntos/inspecao-do-trabalho/seguranca-e-saude-no-trabalho/canpat-2/canpat-2023/cartilha-seg-saude-para-escolas-2023-compactado.pdf>

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE	Tipo 3 - AMARELA	Tipo 4 - AZUL
39	32	34	37

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A supracitada questão, solicita em seu comando que o candidato considere o papel do Conselho Escolar garantidor do cumprimento dos direitos infantojuvenis, **especificamente relacionado à Escola, quando** os dirigentes e responsáveis de estabelecimentos de ensino fundamental em quais situações deverão comunicar a este órgão. Considerando o Estatuto da Criança e Adolescente, ART 56 *Os dirigentes de estabelecimentos de ensino fundamental comunicarão ao Conselho Tutelar os casos de:*

*I - maus-tratos envolvendo seus alunos; II - reiteração de faltas injustificadas e de evasão escolar, esgotados os recursos escolares; III - elevados níveis de repetência (Estatuto da Criança e do Adolescente, 1990).*

**Portanto, apenas Alternativa C está correta.**

Argumentos que dispõe acerca do ato infracional estar correto, não procede, quem deve abordar o ato infracional de criança ou de adolescente, independente de idade, é a Polícia Militar (art. 244 do Código do Processo Penal e artigo 144 da Carta Magna) que tem o devido treinamento e dever legal. Depois dessa abordagem há dois caminhos. Um: se for criança (indivíduo entre 0 e 12 anos incompletos) a política de assistência social poderá conceder o

Conselho Tutelar poderá APLICAR (determinará) medidas de proteção conforme o art. 105 do ECA. Se for adolescente (pessoa de 12 a 18 anos incompletos) esse poderá receber medidas socioeducativas, aplicadas pelo juiz.

Fontes:

- [https://www.jusbrasil.com.br/artigos/o-conselho-tutelar-e-a-escola/406162997#:~:text=Os%20dirigentes%20de%20estabelecimentos%20de,e%20do%20Adolescente%2C%201990\).](https://www.jusbrasil.com.br/artigos/o-conselho-tutelar-e-a-escola/406162997#:~:text=Os%20dirigentes%20de%20estabelecimentos%20de,e%20do%20Adolescente%2C%201990).)
- [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm)

**Cargo: Assistente Social**

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
------------------------

<b>2</b>
----------

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A compreensão de um texto se dá não apenas pelo processamento de informações explícitas, mas, também, por meio de informações implícitas. Ou seja, a compreensão se dá pela mobilização de um modelo cognitivo, que integra as informações expressas com os conhecimentos prévios do leitor ou com elementos pressupostos no texto. Para que tal integração ocorra, é fundamental que as proposições explícitas sejam articuladas entre si e com o conhecimento de mundo do leitor, o que exige uma identificação dos sentidos que estão nas entrelinhas do texto (sentidos não explicitados pelo autor). Tais articulações só são possíveis, no entanto, a partir da identificação de pressupostos ou de processos inferenciais, ou seja, de processos de busca dos “vazios do texto”, isto é, do que não está “dado” explicitamente no texto.

Nessa questão, é imprescindível que o candidato faça uma leitura atenta do texto e perceba que um "destruidor da língua" é um usuário ou falante da língua que, por alguma razão, não utiliza as regras da gramática normativa em todas as situações de interação verbal, sobretudo na modalidade escrita. Sendo assim, "destruidor da língua" é alguém que utiliza uma linguagem mais informal ou coloquial, que se encontra em desacordo com as regras da linguagem formal ou culta. **Portanto, o gabarito é letra A.**

Desconhecer ou conhecer os princípios de análise sintática e as regras gramaticais não garantem ao usuário da língua o desenvolvimento da competência escritora, da mesma forma que ignorar ou conhecer as variações linguísticas também não é condição para o exercício eficiente da escrita. Assim, as letras B, C e D estão incorretas.

Fontes:

- ABAURRE, Maria Luiza M.; ABAURRE, Maria Bernadete; PONTARA, Marcela. **Português: contexto, interlocução e sentido** . 3ª ed. São Paulo: Moderna, 2016.
- CEREJA, William. COCHAR, Thereza. CLETO, Ciley. **Interpretação de Textos: Construindo Competências e Habilidades em Leitura** . 1ª ed. São Paulo: Atual, 2009.
- KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. **Ler e compreender os sentidos do texto** . São Paulo: Contexto, 2006.
- ROSENAL, Marcelo et al. **Interpretação de textos e semântica para concursos** . Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.



**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A compreensão de um texto se dá não apenas pelo processamento de informações explícitas, mas, também, por meio de informações implícitas. Ou seja, a compreensão se dá pela mobilização de um modelo cognitivo, que integra as informações expressas com os conhecimentos prévios do leitor ou com elementos pressupostos no texto. Para que tal integração ocorra, é fundamental que as proposições explícitas sejam articuladas entre si e com o conhecimento de mundo do leitor, o que exige uma identificação dos sentidos que estão nas entrelinhas do texto (sentidos não explicitados pelo autor). Tais articulações só são possíveis, no entanto, a partir da identificação de pressupostos ou de processos inferenciais, ou seja, de processos de busca dos “vazios do texto”, isto é, do que não está “dado” explicitamente no texto.

Nessa questão, é imprescindível que o candidato faça uma leitura atenta do texto e perceba que o autor não concorda com a ideia de ser chamado de "destruidor da língua", porque sabe utilizar a norma culta - o que demonstra ao longo de todo o texto -, mas também compreende a dinâmica da língua, reconhece que a língua é um organismo vivo, complexo, sofre alterações no tempo e no espaço e não se restringe às regras impostas pela gramática normativa. Justamente por conhecer, compreender e respeitar as mudanças naturais da língua, é capaz de fazer um uso mais "livre, natural", pois sabe que não há apenas uma única maneira de utilizar a linguagem.

**Portanto, o gabarito é letra D.**

Fontes:

- ABAURRE, Maria Luiza M.; ABAURRE, Maria Bernadete; PONTARA, Marcela. **Português: contexto, interlocução e sentido** . 3ª ed. São Paulo: Moderna, 2016.
- CEREJA, William. COCHAR, Thereza. CLETO, Ciley. **Interpretação de Textos: Construindo Competências e Habilidades em Leitura** . 1ª ed. São Paulo: Atual, 2009.
- KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. **Ler e compreender os sentidos do texto** . São Paulo: Contexto, 2006.
- ROSENTAL, Marcelo et al. **Interpretação de textos e semântica para concursos** . Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A locução adjetiva é um recurso expressivo da língua portuguesa que desempenha um papel essencial na formação de descrições precisas e na economia linguística. Consiste na utilização de duas ou mais palavras que, juntas, exercem a função de um adjetivo, qualificando substantivos.

Em uma frase, seja ela escrita ou falada, a locução adjetiva tem o objetivo de facilitar a compreensão e permitir que o discurso fique mais sofisticado.

Na maioria dos casos, a locução é formada por uma preposição e um substantivo.

Nas alternativas A, B e D, as locuções **de porco**, **de mármore** e **de alimentos** poderiam ser substituídas por seus adjetivos correspondentes, ou seja, algumas locuções adjetivas se encontram diretamente relacionadas com um adjetivo. Esses adjetivos são, respectivamente, **suíno**, **marmórea** e **alimentar/alimentícia** . Embora seja mais recorrente o termo *Engenharia de Alimentos* para designar a área da ciência que trabalha com as principais técnicas para garantir um processo saudável e de conservação dos alimentos em uma indústria, a locução *de alimento* tem como adjetivos correspondentes *alimentar* ou *alimentícia* .

No entanto, outras locuções não podem ser substituídas por adjetivos, uma vez que não há adjetivos correspondentes, como é o caso da locução **de receitas** .

Vale destacar que o termo “de receita” exerce a função de qualificador do substantivo “caderno”. Em vez de “caderno de receitas”, poder-se-ia falar em caderno *de cálculos* , caderno *de poemas* , caderno *de anotações* , caderno *com/sem pauta* , caderno *de música* , caderno *de caligrafia* ... Fica claro que as locuções adjetivas destacadas atribuem características ao termo “caderno”. A expressão “de receita”, portanto, qualifica, especifica,

restringe o sentido do substantivo “caderno”, particularizando-o, isto é, esse termo exerce função de adjetivo. Assim, “de caderno” é uma locução adjetiva.

Alguns gramáticos poderiam considerar “caderno de receitas” como locução substantiva. A justificativa seria o fato de que “caderno de receitas” é um nome para um objetivo com função específica: registrar receitas culinárias. Se considerarmos essa análise, ainda assim será possível isolar o substantivo “caderno”, que continuará sendo caracterizado pela locução adjetiva “de receitas”. Convém ressaltar que essa análise é possível porque a questão exige a análise apenas do termo “caderno de receitas” sem estar contextualizado em um período ou parágrafo do texto.

Tomemos outro exemplo: a expressão “cadeira de rodas” pode ser considerada uma locução substantiva pelo fato de ser um nome para um equipamento com função bastante específica, ou seja, cadeira equipada com rodas e utilizada por pessoas sem ou com mobilidade reduzida. Ainda assim, “de rodas” continua exercendo função de locução adjetiva, já que, no interior da locução substantiva “cadeira de rodas”, o termo “de rodas” continua caracterizando o substantivo “cadeira”. Assim, nesse exemplo, “de rodas” é locução adjetiva de “cadeira” tanto quanto “de receita” é locução adjetiva de “caderno”.

Por fim, convém esclarecer que o termo “culinário” é um adjetivo. No entanto, não é adjetivo correspondente à locução “de receitas”, uma vez que o significado de “de receitas” não está exclusivamente relacionado à cozinha ou à arte de cozinhar (culinário). Existem outros tipos de receitas, como a receita médica e até mesmo receita para emagrecer, para o cabelo crescer, por exemplo. Um caderno pode ser usado para registrar receitas culinárias, portanto, pode ser um caderno culinário. Todavia, pode também ser utilizado para registrar outros tipos de receitas. Reiterando: embora o texto mencione em diversos momentos a ideia de receita culinária, o mesmo não ocorre no enunciado da questão, que não determinou uma receita em específico. **Portanto, o gabarito é a letra C.**

Fontes:

- AZEREDO, J. C. **Gramática Houaiss da língua portuguesa** . 2ª ed. São Paulo: Publifolha, 2008.
- BECHARA, Evanildo. **Moderna Gramática Portuguesa** . 37ª ed. Rio de Janeiro : Lucerna, 1999.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. **Nova Gramática do Português Contemporâneo** . Rio de Janeiro: Lexikon, 2014.
- SACCONI, Luiz A. **Nossa gramática completa** . 34ª ed. São Paulo: Matrix, 2021.

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
------------------------

<b>11</b>
-----------

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

De acordo com as informações do enunciado, somente um dos netos mentiu, de modo que os demais netos disseram a verdade. Além disso, as quantidades de bolinhas de gude deles são distintas. É necessário avaliar cada afirmação:

- Se Arthur mente, os demais falam a verdade. Consequentemente, ele e Diego possuem 8 bolinhas de gude = CONTRADIÇÃO.
- Se Bernardo mente, os demais falam a verdade. Consequentemente, Arthur possui 4 e 8 bolinhas de gude = CONTRADIÇÃO.
- Se Celso mente, os demais falam a verdade. Consequentemente, Diego possui 8 bolinhas de gude, Bernardo possui 10 bolinhas de gude, Arthur possui 4 bolinhas de gude e Celso possui 6 bolinhas de gude = CORRETO
- Se Diego mente, Arthur possui 4 e 8 bolinhas de gude = CONTRADIÇÃO

Assim, Arthur, Bernardo e Celso possuem, no total, 20 bolinhas.

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
------------------------

<b>15</b>
-----------

**Recurso Procedente. Questão Anulada.**

A questão apresenta ambiguidade, uma vez que não fica evidente que a equivalência das 4 moedas do país A deve ser dada pelo total dos valores apresentados em cada uma das alternativas. Se nas alternativas estivesse escrito “10 moedas do país B **mais** 20 moedas do país C” e “10 moedas do país B **mais** 30 moedas do país C” seria evitada esta ambiguidade. Assim, a questão deve ser anulada.

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
------------------------

<b>21</b>
-----------

**Recurso Prejudicado. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Não há razões recursais a serem apreciadas.

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
------------------------

<b>26</b>
-----------

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Diante do caso hipotético narrado, temos:

- Ana está incorreta. Conforme art. 45, XIV c/c art. 10, não existe “Poder Judiciário Municipal”. O município dispõe apenas dos Poderes Executivo e Legislativo, tratando-se de regra basilar da federação brasileira.

- Jana está incorreta. O art. 44, IX, prevê que tal matéria cabe à Câmara Municipal, mas com a sanção do Prefeito.

- Por fim, Lana está correta. Tal possibilidade está prevista no art. 62, V.

Todas as referências acima são da Lei Orgânica Municipal.

Assim, somente Lana está correta. Confirma-se, portanto, o gabarito preliminar divulgado.

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
------------------------

<b>27</b>
-----------

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Não há previsão de decisão pelo chefe imediato quanto à permanência ou exoneração do servidor; legislações nesse sentido abririam margem para eventuais perseguições ou desvios na avaliação de desempenho. Conforme art. 31 da LC n. 009/1992, o Chefe imediato do servidor em estágio probatório convocará uma comissão eleita pelos próprios trabalhadores de no mínimo 03 (três) servidores do mesmo local de trabalho, que farão a avaliação e competirá ao chefe informar a seu respeito, acatando a decisão da comissão publicamente, 90 (noventa) dias antes do término do período, ao órgão de pessoal, com relação ao preenchimento dos requisitos mencionados no artigo anterior.

O gabarito preliminar divulgado possui embasamento expresso no art. 32 da referida Lei Complementar (“*Art. 32 Ficar dispensado de novo estágio probatório o servidor estável que for nomeado para outro cargo público Municipal.*”). Não há, no dispositivo legal, qualquer condicionante para tal dispensa, cabendo destacar que os fatores avaliados no estágio probatório são aplicáveis a quaisquer cargos da Administração (I – assiduidade; II – disciplina; III - capacidade de iniciativa; IV – produtividade; V – responsabilidade).

Confirma-se, portanto, o gabarito preliminar divulgado.

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
------------------------

<b>28</b>
-----------

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A seguir, demonstra-se o fundamento legal e justificativas para cada afirmativa:

- “I. João, ocupante de cargo em comissão e que não é servidor efetivo do Município, praticou conduta que enseja a penalidade de suspensão; nesse caso, prevê a lei que João deve ser exonerado do cargo.”
  - Julgamento : Verdadeiro, conforme art. 199 da Lei Complementar nº 009, de 3 de dezembro de 1992 - Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Divinópolis, a exoneração de cargos em comissão de não ocupante de cargo efetivo será aplicada nos casos de infração sujeita às penalidades de suspensão e de demissão.
- “II. A acumulação de cargos públicos é ilícita em qualquer caso, ainda que comprovada a compatibilidade de horários, ressalvada a hipótese de exercício de mais de um cargo comissionado.”
  - Julgamento : Falso, conforme art. 182 e 183 da LC nº 009/1992.
- “III. O estatuto assegura licença, de igual período, tanto ao servidor quanto à servidora que obtiverem guarda judicial para fins de adoção.”
  - Julgamento : Falso. Os períodos de licença paternidade e maternidade são distintos, conforme art. 131 e 133 da LC nº 009/1992, conforme redação atualizada pela Lei Complementar nº 216, de 05/11/2021. Assim, o erro da afirmativa está no trecho “de igual período”. Descabem alegações de que se aplica ao caso o RE 778.889/PE, julgado pelo STF, pois naquele caso discutiu-se a possibilidade de lei instituir prazos diferenciados de licença-maternidade às servidoras gestantes e às adotantes, o que não é o caso da questão em tela.

Ratifica-se, portanto, o gabarito preliminar divulgado.

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
------------------------

<b>31</b>
-----------

**Recurso Prejudicado. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Recurso prejudicado por não apresentar questionamentos a respeito das questões aplicadas na prova objetiva.

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
------------------------

<b>35</b>
-----------

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A Lei Maria da Penha, nº 11.340/2006, não estabelece as Delegacias da Mulher como instâncias exclusivas e obrigatórias para o registro de casos de violência doméstica.

A Lei Maria da Penha não determina que as Delegacias da Mulher sejam a única via para o registro de ocorrências de violência doméstica. Embora as Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAMs) tenham sido criadas para oferecer suporte específico às mulheres em situação de violência, a legislação permite que o registro das denúncias seja realizado em qualquer delegacia. O objetivo é garantir o acesso à justiça, mesmo em locais onde não haja uma delegacia especializada, facilitando a denúncia em qualquer instituição policial.

Fonte:

- Brasil. Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006). Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm). Acesso em: 21 out. 2024.

Tipo 1 - BRANCA

15

**Recurso Procedente. Questão Anulada.**

A questão apresenta ambiguidade, uma vez que não fica evidente que a equivalência das 4 moedas do país A deve ser dada pelo total dos valores apresentados em cada uma das alternativas. Se nas alternativas estivesse escrito “10 moedas do país B **mais** 20 moedas do país C” e “10 moedas do país B **mais** 30 moedas do país C” seria evitada esta ambiguidade. Assim, a questão deve ser anulada.

Tipo 1 - BRANCA

1

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

De acordo com o enunciado da questão “ Pode-se compreender a partir do título atribuído ao texto, “Trabalho análogo à escravidão está longe de ser viés ultrapassado no Brasil”, que:”, a alternativa “**D**) Situação de trabalho comparado à escravidão, no Brasil, pode ser constatada como real e atual, havendo uma distância entre esta e uma outra realidade.” foi corretamente indicada como correta. Situação de trabalho comparado à escravidão = Trabalho análogo à escravidão; no Brasil = no Brasil; pode ser constatada como real e atual, havendo uma distância entre esta e uma outra realidade = está longe de ser viés ultrapassado. A alternativa “**A**) O processo de escravidão no Brasil foi um período de longa duração com **consequências** que permanecem até os dias atuais.” não pode ser indicada como correta, não há referência a consequências. A alternativa “**B**) Possibilidades de trabalho análogos à escravidão no Brasil são uma realidade nos dias atuais a **serem concretizadas.**” não pode ser considerada correta, tal realidade já está concretizada de acordo com o título do texto. A alternativa “**C**) Em decorrência dos trabalhos comparáveis à escravidão, faz-se necessário que novas políticas públicas sejam implementadas na sociedade atual.” não pode ser considerada correta, **não há referência a necessidades** no título apresentado.

Fontes:

- AQUINO, Renato. Interpretação de Textos. Ed. Impetus.
- COSTA, S. R. Dicionário de gêneros textuais. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.
- DIONISIO, A. P. Gêneros Textuais e Multimodalidade. In: KARWOSKI, A. M; GAYDECZKA, B. ; BRITO, K. S. (Org.) . Gêneros textuais: reflexões e ensino. São Paulo: Parábola Editorial, 2011, p.137-152.
- EMEDIATO, W. A fórmula do texto: redação, argumentação e leitura. São Paulo: Geração Editoria, 2004.
- FIORIN, J. L.; SAVIOLI, F. P. Lições de texto: leitura e redação. São Paulo: Ática, 2006. GARCIA, O. M. Comunicação em prosa moderna. 27. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010.

Tipo 1 - BRANCA

2

**Recurso Procedente. Questão Anulada.**

De acordo com o enunciado da questão “Considerando o primeiro parágrafo do texto, é possível observar o emprego do acento grave indicador de crase. Assinale a afirmativa correta em relação à(s) ocorrência(s) relacionada(s).”, a alternativa “**C**) A indicação de crase vista em “à escravidão” permite reconhecer uma relação entre termos que se relacionam diretamente na oração.” não pode ser indicada como correta. A crase é o sinal gráfico (') utilizado para indicar a fusão de duas letras A. Em geral, essa fusão acontece quando, em uma mesma frase, você precisa utilizar a preposição A (pedida depois de alguns verbos transitivos indiretos ou adjetivos) e o

artigo A, que precede palavras femininas. Exemplos: Vou à (a preposição + a artigo) academia. Para identificar se a crase é necessária, uma das maneiras possíveis é trocar a palavra que acompanha o A por uma palavra masculina. Se o À se transformar em AO, significa que se trata da fusão entre uma preposição e um artigo. Se o A se mantiver mesmo ao lado de uma palavra masculina, ele não leva crase.

“O ano de 2023 foi marcado por um número alarmante de denúncias de trabalho análogo à escravidão no Brasil, com um total de 3.422 registros em apenas 12 meses, representando um aumento de 61% em relação ao ano anterior, de acordo com dados do Ministério de Direitos Humanos e Cidadania. Assim como o racismo, o trabalho análogo à escravidão tende a ser visto como uma questão superada – talvez porque ainda haja aqueles que optam pela ignorância ou trazem consigo vieses enraizados de uma sociedade historicamente colocada à margem.” (1º§) Em “à escravidão” os termos não se relacionam de forma direta, a regência entre “análogo” e “escravidão” acontece de forma indireta já que há o emprego da preposição “a” identificada por meio do registro de “à” = a (preposição) mais a (artigo). Ocorre que os termos não estão relacionados diretamente, mas sim indiretamente já que trata-se de transitividade indireta tendo a preposição como termo que liga indiretamente o termo regido ao termo regente. A alternativa “A) A expressão “à margem” recebe acento grave pelo mesmo motivo visto em “à escravidão”.” não pode ser indicada como correta. “à margem” •De lado, ao abandono (ex.: A cultura foi deixada à margem). Não se trata de uma exigência de regência, mas sim de uma expressão cristalizada por se tratar de uma locução feminina.

Fontes:

- BECHARA, E. Moderna gramática portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- CUNHA, C.; CINTRA, L. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Lúxikon, 2013.
- LUFT, Celso Pedro. Dicionário Prático de Regência Verbal. Ática, 2008.

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
------------------------

<b>3</b>
----------

### **Recurso Procedente. Questão Anulada.**

De acordo com o enunciado da questão “Assinale, a seguir, a alternativa que apresenta a reescrita que se mostra INCOERENTE, considerando o contexto em que o trecho destacado está inserido.”, a alternativa “C) “Esse cenário evidencia uma realidade desafiadora e inaceitável vivenciada no Brasil e, neste sentido, a questão requer uma resposta coordenada e vigorosa da sociedade civil, do governo e do setor privado.” (2º§) / Assim, esse cenário evidencia uma realidade desafiadora e inaceitável vivenciada no Brasil e, todavia, a questão requer uma resposta coordenada e vigorosa da sociedade civil, do governo e do setor privado.” atende adequadamente ao enunciado proposto. Na construção de um texto, assim como na fala, usamos mecanismos para garantir ao interlocutor a compreensão do que se lê / diz. Esses mecanismos linguísticos que estabelecem a conectividade e a retomada do que foi escrito / dito são os referentes textuais e buscam garantir a coesão textual para que haja coerência, não só entre os elementos que compõem a oração, como também entre a sequência de orações dentro do texto. Essa coesão também pode muitas vezes se dar de modo implícito, baseado em conhecimentos anteriores que os participantes do processo têm sobre o tema. Dessa forma, com o emprego de diferentes procedimentos, sejam lexicais (repetição, substituição, associação), sejam gramaticais (emprego de pronomes, conjunções, numerais, elipses), constroem-se frases, orações, períodos, que irão apresentar o contexto – decorre daí a coerência textual. Um texto incoerente é o que carece de sentido ou o apresenta de forma contraditória. Muitas vezes, essa incoerência é resultado do mau uso daqueles elementos de coesão textual. Na organização de períodos e de parágrafos, um erro no emprego dos mecanismos gramaticais e lexicais prejudica o entendimento do texto. Construído com os elementos corretos, confere-se a ele uma unidade formal. Nas palavras de Evanildo Bechara, “o enunciado não se constrói com um amontoado de palavras e orações. Elas se organizam segundo princípios gerais de dependência e independência sintática e semântica, recobertos por unidades melódicas e rítmicas que sedimentam estes princípios”. Por coesão, entende-se ligação, relação, nexos entre os elementos que compõem a estrutura textual. Há diversas formas de se garantir a coesão entre os elementos de uma frase ou de um texto: 1. Substituição de palavras com o emprego de sinônimos ou de palavras ou expressões de mesmo campo associativo. 2. Nominalização – emprego alternativo entre um verbo, o substantivo ou o adjetivo correspondente (desgastar / desgaste / desgastante). 3. Repetição na ligação semântica dos termos, empregada como recurso estilístico de

intenção articulatória, e não uma redundância - resultado da pobreza de vocabulário. Por exemplo, “Grande no pensamento, grande na ação, grande na glória, grande no infortúnio, ele morreu desconhecido e só.” (Rocha Lima)

4. Uso de hipônimos – relação que se estabelece com base na maior especificidade do significado de um deles. Por exemplo, mesa (mais específico) e móvel (mais genérico). 5. Emprego de hiperônimos - relações de um termo de sentido mais amplo com outros de sentido mais específico. Por exemplo, felino está numa relação de hiperonímia com gato. 6. Substitutos universais, como os verbos vicários (ex.: Necessito viajar, porém só o farei no ano vindouro.)

A coesão apoiada na gramática dá-se no uso de conectivos, como certos pronomes, certos advérbios e expressões adverbiais, conjunções, elipses, entre outros. A elipse se justifica quando, ao remeter a um enunciado anterior, a palavra elidida é facilmente identificável (Ex.: “O jovem recolheu-se cedo. ... Sabia que ia necessitar de todas as suas forças.” O termo “o jovem” deixa de ser repetido e, assim, estabelece a relação entre as duas orações.). Dêiticos são elementos linguísticos que têm a propriedade de fazer referência ao contexto situacional ou ao próprio discurso. Exercem, por excelência, essa função de progressão textual, dada sua característica: são elementos que não significam, apenas indicam, remetem aos componentes da situação comunicativa. Já os componentes concentram em si a significação. Somente a coesão, contudo, não é suficiente para que haja sentido no texto, esse é o papel da coerência, e coerência se relaciona intimamente a contexto. Quanto à conjunção utilizada na reescrita proposta e identificada como incoerente, de acordo com o expresso anteriormente, “todavia” trata-se de uma conjunção coordenativa com o mesmo sentido de: mas, contudo, porém, no entanto, entretanto. O que causa a incoerência destacada em relação ao fragmento original correspondente. A alternativa “**D**” “No entanto, a escassez de auditores fiscais é um desafio adicional que precisa ser superado, além dos cortes orçamentários dos últimos anos que têm agravado ainda mais a situação, tornando mais difícil a realização de inspeções e a aplicação eficaz das leis trabalhistas.” (3º§) / A escassez de auditores fiscais, no entanto, é um desafio adicional a ser superado, além dos cortes orçamentários dos últimos que têm agravado ainda mais tal situação, tornando mais difícil a realização de inspeções e a aplicação eficaz das leis trabalhistas.” atende ao enunciado proposto.

“A publicação mais recente da Lista Suja, documento que divulga pessoas físicas e empresas que submetem trabalhadores a mão de obra forçada, jornadas exaustivas, condições degradantes ou restrição de locomoção, adicionou 248 empregadores em 2024, totalizando 654 e representando o maior número desde sua criação pelo Ministério do Trabalho e Emprego, em 2003. Esse cenário evidencia uma realidade desafiadora e inaceitável vivenciada no Brasil e, neste sentido, a questão requer uma resposta coordenada e vigorosa da sociedade civil, do governo e do setor privado.

No entanto, a escassez de auditores fiscais é um desafio adicional que precisa ser superado, além dos cortes orçamentários **dos últimos anos que têm** agravado ainda mais a situação, tornando mais difícil a realização de inspeções e a aplicação eficaz das leis trabalhistas. Por isso, a criação de concursos públicos e o investimento na estrutura de fiscalização são essenciais para garantir inspeções regulares e uma resposta eficaz às violações trabalhistas.” O apagamento do termo “anos” compromete a coerência textual, inviabilizando o entendimento da mensagem conforme o texto original.

#### Fontes:

- BECHARA, E. Moderna gramática portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- CUNHA, C.; CINTRA, L. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Lúxikon, 2013.
- LUFT, Celso Pedro. Dicionário Prático de Regência Verbal. Ática, 2008.
- ROCHA LIMA, Gramática normativa da língua portuguesa. 31ª ed. (retocada e enriquecida). Rio de Janeiro, José Olympio Editora, 1992.

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
<b>25</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O procedimento de dispensa de licitação é perfeitamente regular e válido, sendo previsto na Lei de Licitações. Ademais, erra a afirmativa ao dispor que “a única hipótese admitida por Lei para a sua realização são as compras de pequeno valor”; ao contrário, são diversas as hipóteses de dispensa previstas no art. 75 da Lei Federal n. 14.133/2021.

Ratifica-se, portanto, o gabarito preliminar divulgado.

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
<b>38</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O gabarito oficial aponta a alternativa A como incorreta, pois apresenta um erro conceitual significativo. A afirmativa sugere que a formação dos assistentes sociais prescinde da importância das relações de gênero como eixo central para a compreensão das desigualdades sociais. No entanto, a formação em Serviço Social não ignora as relações de gênero; ao contrário, articula gênero, classe e raça/etnia como categorias essenciais para a análise das desigualdades sociais. Essa omissão, portanto, caracteriza a incorreção da alternativa A.

Quanto à alternativa D, cabe esclarecer que a afirmativa, embora possa apresentar uma visão parcial do processo de integração da temática de gênero na formação em Serviço Social, reflete uma realidade: a inclusão de gênero como tema central ainda está em processo de construção e ampliação nas disciplinas obrigatórias dos cursos de Serviço Social. Embora a temática seja amplamente discutida e abordada em atividades complementares e extracurriculares, sua plena integração em todas as disciplinas da grade curricular obrigatória ainda enfrenta desafios, como é o caso de muitas instituições de ensino.

Ressaltamos que o reconhecimento da importância da questão de gênero no Serviço Social não elimina o fato de que a integração total dessa temática nas disciplinas obrigatórias ainda não é uma realidade uniforme em todos os cursos. Assim, a alternativa D está correta ao afirmar que esse processo é "em construção" e enfrenta desafios, não havendo, portanto, erro ou incoerência na sua formulação.

Com base nesses argumentos, mantenho a validade da questão e do gabarito oficial, entendendo que a alternativa A continua sendo a única incorreta, conforme já exposto no gabarito.

Fonte:

- IAMAMOTO, Marilda Vilela. *Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. [livro eletrônico] 1. ed. São Paulo: Cortez, 2021.

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
<b>39</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Após análise do recurso interposto, apresentamos os esclarecimentos quanto à questão mencionada.

A questão versa sobre a abordagem da democratização do capitalismo em oposição ao anticapitalismo, em um contexto de crises gerais do capitalismo, de acordo com a perspectiva marxista. O gabarito aponta a alternativa D como a correta, e justificamos essa escolha com base nos seguintes pontos:

A alternativa D aborda a proposta de mitigação das desigualdades socioeconômicas por meio de políticas de redistribuição de renda, universalização da educação e garantia de acesso aos serviços de saúde pública, preservando os fundamentos do sistema de mercado. Essa afirmativa reflete a proposta de democratização do capitalismo, que busca atenuar os efeitos das crises e as disparidades geradas pelo sistema, sem, no entanto, desmantelar a estrutura capitalista como um todo. Ou seja, não advoga pela abolição do capitalismo, mas pela



implementação de medidas que humanizem e suavizem seus efeitos, o que está em consonância com as propostas reformistas dentro do sistema capitalista.

As demais alternativas foram consideradas incorretas porque:

- Alternativa A: Defende a liberalização irrestrita dos mercados, o que é mais alinhado com uma perspectiva neoliberal, e não com a democratização do capitalismo. A livre concorrência sem regulação não aborda diretamente as contradições capitalistas e as desigualdades, podendo até intensificá-las, o que é contrário à ideia de democratização.
- Alternativa B: Propõe a centralização rigorosa do poder econômico e político sob o controle estatal, com o objetivo de desmantelar as classes sociais. Essa proposta se aproxima de uma perspectiva socialista, voltada para o fim do capitalismo, e não para sua democratização.
- Alternativa C: Trata da erradicação da propriedade privada dos meios de produção, o que também está associado ao anticapitalismo e à transição para um modelo de gestão coletiva, como proposto no socialismo e no comunismo. Novamente, esta alternativa se opõe à democratização do capitalismo, pois envolve a superação do sistema capitalista.

Fonte:

- HARVEY, David. *O Enigma do Capital: e as crises do capitalismo*. São Paulo, SP: Boitempo, 2011.

**Cargo: Atendente Consultório Dentário – PSF**

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE
26	21

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O modernismo é um estilo de época que caracterizou a maioria das obras literárias do século XX. Ele é marcado pela experimentação e oposição à arte acadêmica. No Brasil, teve início em 1922, com a Semana de Arte Moderna. Essa primeira fase, a mais radical, conta com autores como Oswald de Andrade, Mário de Andrade e Manuel Bandeira.

A segunda, iniciada em 1930, é composta por poetas como Carlos Drummond de Andrade e Cecília Meireles. Já a prosa dessa fase possui romancistas como Graciliano Ramos e Erico Verissimo. A terceira, iniciada em 1945, traz poemas de Ferreira Gullar e João Cabral de Melo Neto, a poesia concreta de autores como Haroldo de Campos e a prosa de Clarice Lispector e João Guimarães Rosa.

O modernismo é caracterizado pela inovação e oposição aos valores estéticos tradicionais. Esse estilo de época vigorou durante algumas décadas do século XX, de forma que se desenvolveu em um contexto marcado por duas guerras mundiais. No Brasil, o modernismo surgiu no final da República Velha e se desenvolveu durante o Estado Novo, o governo de JK e a ditadura militar iniciada em 1964. No contexto brasileiro, o modernismo é dividido em três fases: a primeira (1922-1930), a segunda (1930-1945) e a terceira (1945-1978).

Frente ao exposto, mantenha-se o gabarito oficial.

Fonte:

- <https://brasilecola.uol.com.br/literatura/modernismo.htm>.

Tipo 1 - BRANCA

2

**Recurso Procedente. Questão Anulada.**

De acordo com o enunciado da questão “Considerando o primeiro parágrafo do texto, é possível observar o emprego do acento grave indicador de crase. Assinale a afirmativa correta em relação à(s) ocorrência(s) relacionada(s).”, a alternativa “C) A indicação de crase vista em “à escravidão” permite reconhecer uma relação entre termos que se relacionam diretamente na oração.” não pode ser indicada como correta. A crase é o sinal gráfico (´) utilizado para indicar a fusão de duas letras A. Em geral, essa fusão acontece quando, em uma mesma frase, você precisa utilizar a preposição A (pedida depois de alguns verbos transitivos indiretos ou adjetivos) e o artigo A, que precede palavras femininas. Exemplos: Vou à (a preposição + a artigo) academia. Para identificar se a crase é necessária, uma das maneiras possíveis é trocar a palavra que acompanha o A por uma palavra masculina. Se o À se transformar em AO, significa que se trata da fusão entre uma preposição e um artigo. Se o A se mantiver mesmo ao lado de uma palavra masculina, ele não leva crase.

“O ano de 2023 foi marcado por um número alarmante de denúncias de trabalho análogo à escravidão no Brasil, com um total de 3.422 registros em apenas 12 meses, representando um aumento de 61% em relação ao ano anterior, de acordo com dados do Ministério de Direitos Humanos e Cidadania. Assim como o racismo, o trabalho análogo à escravidão tende a ser visto como uma questão superada – talvez porque ainda haja aqueles que optam pela ignorância ou tragam consigo vieses enraizados de uma sociedade historicamente colocada à margem.” (1º§) Em “à escravidão” os termos não se relacionam de forma direta, a regência entre “análogo” e “escravidão” acontece de forma indireta já que há o emprego da preposição “a” identificada por meio do registro de “à” = a (preposição) mais a (artigo). Ocorre que os termos não estão relacionados diretamente, mas sim indiretamente já que trata-se de transitividade indireta tendo a preposição como termo que liga indiretamente o termo regido ao termo regente. A alternativa “A) A expressão “à margem” recebe acento grave pelo mesmo motivo visto em “à escravidão”.” não pode ser indicada como correta. “à margem” •De lado, ao abandono (ex.: A cultura foi deixada à margem). Não se trata de uma exigência de regência, mas sim de uma expressão cristalizada por se tratar de uma locução feminina.

Fontes:

- BECHARA, E. Moderna gramática portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- CUNHA, C.; CINTRA, L. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Lúxikon, 2013.
- LUFT, Celso Pedro. Dicionário Prático de Regência Verbal. Ática, 2008.

Tipo 1 - BRANCA

3

**Recurso Procedente. Questão Anulada.**

De acordo com o enunciado da questão “Assinale, a seguir, a alternativa que apresenta a reescrita que se mostra INCOERENTE, considerando o contexto em que o trecho destacado está inserido.”, a alternativa “C) “Esse cenário evidencia uma realidade desafiadora e inaceitável vivenciada no Brasil e, neste sentido, a questão requer uma resposta coordenada e vigorosa da sociedade civil, do governo e do setor privado.” (2º§) / Assim, esse cenário evidencia uma realidade desafiadora e inaceitável vivenciada no Brasil e, todavia, a questão requer uma resposta coordenada e vigorosa da sociedade civil, do governo e do setor privado.” atende adequadamente ao enunciado proposto. Na construção de um texto, assim como na fala, usamos mecanismos para garantir ao interlocutor a compreensão do que se lê / diz. Esses mecanismos linguísticos que estabelecem a conectividade e a retomada do que foi escrito / dito são os referentes textuais e buscam garantir a coesão textual para que haja coerência, não só entre os elementos que compõem a oração, como também entre a sequência de orações dentro do texto. Essa coesão também pode muitas vezes se dar de modo implícito, baseado em conhecimentos anteriores que os

participantes do processo têm sobre o tema. Dessa forma, com o emprego de diferentes procedimentos, sejam lexicais (repetição, substituição, associação), sejam gramaticais (emprego de pronomes, conjunções, numerais, elipses), constroem-se frases, orações, períodos, que irão apresentar o contexto – decorre daí a coerência textual. Um texto incoerente é o que carece de sentido ou o apresenta de forma contraditória. Muitas vezes, essa incoerência é resultado do mau uso daqueles elementos de coesão textual. Na organização de períodos e de parágrafos, um erro no emprego dos mecanismos gramaticais e lexicais prejudica o entendimento do texto. Construído com os elementos corretos, confere-se a ele uma unidade formal. Nas palavras de Evanildo Bechara, “o enunciado não se constrói com um amontoado de palavras e orações. Elas se organizam segundo princípios gerais de dependência e independência sintática e semântica, recobertos por unidades melódicas e rítmicas que sedimentam estes princípios”. Por coesão, entende-se ligação, relação, nexos entre os elementos que compõem a estrutura textual. Há diversas formas de se garantir a coesão entre os elementos de uma frase ou de um texto: 1. Substituição de palavras com o emprego de sinônimos ou de palavras ou expressões de mesmo campo associativo. 2. Nominalização – emprego alternativo entre um verbo, o substantivo ou o adjetivo correspondente (desgastar / desgaste / desgastante). 3. Repetição na ligação semântica dos termos, empregada como recurso estilístico de intenção articulatória, e não uma redundância - resultado da pobreza de vocabulário. Por exemplo, “Grande no pensamento, grande na ação, grande na glória, grande no infortúnio, ele morreu desconhecido e só.” (Rocha Lima) 4. Uso de hipônimos – relação que se estabelece com base na maior especificidade do significado de um deles. Por exemplo, mesa (mais específico) e móvel (mais genérico). 5. Emprego de hiperônimos - relações de um termo de sentido mais amplo com outros de sentido mais específico. Por exemplo, felino está numa relação de hiperonímia com gato. 6. Substitutos universais, como os verbos vicários (ex.: Necessito viajar, porém só o farei no ano vindouro.) A coesão apoiada na gramática dá-se no uso de conectivos, como certos pronomes, certos advérbios e expressões adverbiais, conjunções, elipses, entre outros. A elipse se justifica quando, ao remeter a um enunciado anterior, a palavra elidida é facilmente identificável (Ex.: “O jovem recolheu-se cedo. ... Sabia que ia necessitar de todas as suas forças.” O termo “o jovem” deixa de ser repetido e, assim, estabelece a relação entre as duas orações.). Dêiticos são elementos linguísticos que têm a propriedade de fazer referência ao contexto situacional ou ao próprio discurso. Exercem, por excelência, essa função de progressão textual, dada sua característica: são elementos que não significam, apenas indicam, remetem aos componentes da situação comunicativa. Já os componentes concentram em si a significação. Somente a coesão, contudo, não é suficiente para que haja sentido no texto, esse é o papel da coerência, e coerência se relaciona intimamente a contexto. Quanto à conjunção utilizada na reescrita proposta e identificada como incoerente, de acordo com o exposto anteriormente, “todavia” trata-se de uma conjunção coordenativa com o mesmo sentido de: mas, contudo, porém, no entanto, entretanto. O que causa a incoerência destacada em relação ao fragmento original correspondente. A alternativa “D) “No entanto, a escassez de auditores fiscais é um desafio adicional que precisa ser superado, além dos cortes orçamentários dos últimos anos que têm agravado ainda mais a situação, tornando mais difícil a realização de inspeções e a aplicação eficaz das leis trabalhistas.” (3º§) / A escassez de auditores fiscais, no entanto, é um desafio adicional a ser superado, além dos cortes orçamentários dos últimos que têm agravado ainda mais tal situação, tornando mais difícil a realização de inspeções e a aplicação eficaz das leis trabalhistas.” atende ao enunciado proposto.

“A publicação mais recente da Lista Suja, documento que divulga pessoas físicas e empresas que submetem trabalhadores a mão de obra forçada, jornadas exaustivas, condições degradantes ou restrição de locomoção, adicionou 248 empregadores em 2024, totalizando 654 e representando o maior número desde sua criação pelo Ministério do Trabalho e Emprego, em 2003. Esse cenário evidencia uma realidade desafiadora e inaceitável vivenciada no Brasil e, neste sentido, a questão requer uma resposta coordenada e vigorosa da sociedade civil, do governo e do setor privado.

No entanto, a escassez de auditores fiscais é um desafio adicional que precisa ser superado, além dos cortes orçamentários **dos últimos anos que têm** agravado ainda mais a situação, tornando mais difícil a realização de inspeções e a aplicação eficaz das leis trabalhistas. Por isso, a criação de concursos públicos e o investimento na estrutura de fiscalização são essenciais para garantir inspeções regulares e uma resposta eficaz às violações trabalhistas.” O apagamento do termo “anos” compromete a coerência textual, inviabilizando o entendimento da mensagem conforme o texto original.

Fontes:

- BECHARA, E. Moderna gramática portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- CUNHA, C.; CINTRA, L. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Lúxikon, 2013.

- LUFT, Celso Pedro. Dicionário Prático de Regência Verbal. Ática, 2008.
- ROCHA LIMA, Gramática normativa da língua portuguesa. 31ª ed. (retocada e enriquecida). Rio de Janeiro, José Olympio Editora, 1992.

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
------------------------

<b>12</b>
-----------

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

De acordo com as informações do enunciado, denote por x o financiamento recebido pela prioridade B. Assim, pode-se montar a seguinte equação:

$$X + 3X + \frac{X}{2} = 81000 \rightarrow X = 18000$$

Assim, o financiamento recebido pela prioridade A é  $18000/2 = 9000$  e o financiamento recebido pela prioridade C é  $18000 \cdot 3 = 54000$ . Assim, a diferença entre os financiamentos de C e A é  $54000 - 9000 = 45000$ .

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
------------------------

<b>36</b>
-----------

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Verificando o capítulo 7 intitulado “Função de apoio à prática docente: a biblioteca no âmbito do planejamento e da organização escolar”.

De acordo com Durban Roca (2012, p. 96), “O coordenador da biblioteca se apresenta enquanto um agente imprescindível para a organização e planejamento educacional. Portanto, **é necessário que seja um professor da própria escola que realize essa função - um docente formado nos aspectos metodológicos e curriculares que a escola necessita desenvolver**. Somente dessa forma poderá exercer, de modo eficaz, sua função de apoio pedagógico, que justifica a existência da biblioteca escolar em uma escola. Nessas circunstâncias, a figura do responsável pela biblioteca escolar formado apenas em biblioteconomia seria vista, no ambiente educacional, como um elemento externo ao sistema, e o seu perfil não seria adequado e nem reconhecido para exercer uma função de apoio pedagógico”.

Consultando outro trecho, mais abaixo, ainda na página 96, que diz o seguinte:

“Neste contexto, a implementação do desenvolvimento da biblioteca escolar deve ser conceituada como uma estratégia para conseguir melhoria nas escolas. Dessa forma, o que viemos denominando recurso humano da biblioteca - o professor que gere e promove o seu uso - deve também, como estratégia integrar-se naquela equipe ou no núcleo pedagógico que tenha a escola destinada para apoiar os processos ou projetos de melhoria.”

Deste modo, fica claro que, para Durban Roca, o coordenador da biblioteca deve ser um professor da própria escola.

Fonte:

- DURBAN ROCA, Glòria; LOSS, Miriam Moema (rev.). *Biblioteca escolar hoje* : recurso estratégico para a escola. Tradução: Carlos Henrique Lucas Lima. Porto Alegre: Penso, 2012. 110 p.

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
------------------------

<b>39</b>
-----------

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Atente-se que a primeira parte do Código de Catalogação Anglo-Americano (CCAA2) trata apenas dos elementos de descrição, do qual o próprio código determinará quais são seus níveis e os elementos que compõem cada um deles. A segunda parte do código é a que trata dos pontos de acesso. Note que, a regra 1.0D trata apenas da descrição de acordo com as oito áreas definidas na International Standard Bibliographic Description (ISBD), sendo elas: título, edição, detalhes específicos do material, publicação e distribuição, descrição física, série, notas, e número normalizado e modalidade de aquisição. Deste modo, os níveis de descrição abarcam apenas as oito áreas previstas

no código, não incluindo os pontos de acesso. A banca não tinha a obrigação de incluir na questão os pontos de acesso nas alternativas, mas o candidato deveria considerá-los ao analisar os elementos mínimos do primeiro nível de descrição. Ou seja:

“primeira indicação de responsabilidade [deve ser incluída], se diferir do cabeçalho da entrada principal em forma ou número, ou se não houver cabeçalho de entrada principal (regra 1.0D1)”.

Portanto, não se deve confundir “descrição” com “ponto de acesso”. O nome do autor de “O pequeno príncipe”, ou seja, Antoine de Saint-Exupéry, que consta no comando da questão, não deve constar na descrição, pois a regra do primeiro nível de descrição proíbe sua inclusão, uma vez que a indicação de responsabilidade não difere do cabeçalho de entrada principal.

Fonte:

- JOINT STEERING COMMITTEE FOR REVISION OF AACR. *Código de catalogação anglo-americano*. 2.ed. Tradução de Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições. São Paulo: FEBAB, 2004. Paginação irregular. (regra 1.0D1).

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
<b>40</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Note que a alternativa trata de “profissionais que atuam no desenvolvimento da prática bibliotecária” e não do “exercício da profissão de Bibliotecário”, que é privativo dos Bacharéis em Biblioteconomia. Mas entenda que não há apenas bibliotecários nas bibliotecas. Geralmente as equipes são formadas por estagiários e auxiliares de biblioteca, responsáveis pelas práticas bibliotecárias mais simples como realizar empréstimos, receber devoluções e guardar livros em estantes.

Além disso, sugiro consulta ao livro “Biblioteca escolar, eis a questão!: do espaço do castigo ao centro do fazer educativo”, de Lúcia Helena Maroto. A autora vai afirmar, na página 81, o seguinte:

“A partir do projeto ‘Letramento Literário no contexto da biblioteca escolar’ da UFMG foram apontados a desvalorização e o desrespeito aos profissionais que atuam na biblioteca escolar. Apesar disso, muitos tomam iniciativas para dinamização do acervo e promoção da leitura literária. Essa constatação está presente no cotidiano dos profissionais que atuam no desenvolvimento da prática bibliotecária na maioria das escolas públicas brasileiras. Muitos profissionais que atuam no desenvolvimento da prática bibliotecária na maioria das escolas públicas brasileiras, mesmo não tendo formação na área, valorizam o trabalho com a leitura, são dedicados e realizam suas atividades com interesse e competência, e quando têm oportunidade, ingressam no curso de graduação em biblioteconomia, para continuar atuando no espaço da biblioteca escolar.”

Portanto, a questão não se trata do exercício privativo da profissão, mas do papel da biblioteca escolar no fazer educativo/pedagógico da escola.

Fonte:

- MAROTO, Lucia Helena. *Biblioteca escolar, eis a questão!* : do espaço do castigo ao centro do fazer educativo. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. 151 p.

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

“Pode-se concluir a partir das ideias e informações apresentadas que:

- I. Um maior investimento em educação midiática é fator a ser mantido de acordo com as pesquisas apresentadas.
- II. A urgência de uma melhor educação midiática justifica-se a partir dos resultados de pesquisa constatados de forma objetiva.
- III. Desigualdades sociais são, muitas vezes, a causa de consequências prejudiciais mediante o acesso às informações na internet.”

De acordo com o enunciado da questão a alternativa “ **D** ) II e III, apenas.” foi adequadamente indicada como correta de acordo com os destaques a seguir:

Vamos começar do começo, o que é educação midiática, afinal? É o "conjunto de habilidades para acessar, analisar, criar e participar de maneira crítica do ambiente informacional e midiático em todos os seus formatos — dos impressos aos digitais" (referência). Em um contexto onde as redes sociais, como o TikTok, têm sido cada vez mais utilizadas por crianças e adolescentes e os perfis em aplicativos de mensagens instantâneas, como o WhatsApp, também têm aumentado nos últimos anos, a educação midiática se mostra essencial. E não é apenas a ampliação do acesso a estas redes e plataformas que aponta a urgência de uma melhor educação midiática, mas a forma como a população interage com os conteúdos delas também.

O relatório "Leitores do século 21: Desenvolvendo habilidades de alfabetização em um mundo digital", da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), realizado entre estudantes brasileiros de 15 anos, constatou que 67,3% deles têm dificuldade em diferenciar fatos de opiniões ao lerem textos. **III - Em outro estudo, somente 27% dos estudantes de escolas públicas e 18% de escolas privadas receberam orientações sobre como avaliar a qualidade das informações online**, mas metade dos professores afirmou ter apoiado os alunos em situações sensíveis na internet, incluindo o uso excessivo de jogos digitais e experiências de discriminação e cyberbullying. 56% das(os) professoras(es) relatam já terem trabalhado com educação para a mídia, mas apenas 20% se sentem bem preparados para ensinar sobre o tema e somente 37% de fato participaram de iniciativas de formação sobre o assunto.

II - Mais alguns números que permitem entender a crescente necessidade de **maior investimento ( I - e não fator a ser mantido) em educação midiática** são os resultantes de pesquisa realizada pela OCDE: aproximadamente 41,9% das(os) estudantes foram ensinadas(os) a usar palavras-chave em mecanismos de busca; 52% aprenderam a avaliar a confiabilidade das informações online; 48,9% discutiram as consequências de compartilhar informações em redes sociais; e 45,7% foram orientadas(os) a identificar informações subjetivas ou tendenciosas.

É preciso manter em mente, também, as desigualdades socioeconômicas, digitais e educacionais, pois um menor acesso a dispositivos digitais e ao direito à educação, por exemplo, pode resultar em uma maior dificuldade na detecção de informações tendenciosas ou falsas. É o que mostra o estudo "Políticas de Educação Midiática", publicado pelo Instituto Veredas sob encomenda da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (Secom).”

Fontes:

- AQUINO, Renato. Interpretação de Textos. Ed. Impetus.
- COSTA, S. R. Dicionário de gêneros textuais. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.
- EMEDIATO, W. A fórmula do texto: redação, argumentação e leitura. São Paulo: Geração Editoria, 2004.
- FIORIN, J. L.; SAVIOLI, F. P. Lições de texto: leitura e redação. São Paulo: Ática, 2006. GARCIA, O. M. Comunicação em prosa moderna. 27. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010.

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

De acordo com o enunciado da questão “A expressão inicial do texto “Vamos começar do começo, [...]” (1º§) pode ser reconhecida como:”, a alternativa “ **A** ) Ênfase atribuída a uma ideia por meio da repetição de determinado efeito de sentido.” Se, por um lado, começar é «principiar, dar começo», por outro, começo significa o ponto onde começa, principia ou se inicia alguma coisa. Sendo assim, «começar pelo começo» é literalmente «dar começo ao começo» ou «começar a começar», que são evidentes redundâncias, pois, do ponto de vista informativo, começo nada acrescenta a começar. Contudo, os pleonasmos podem ter aproveitamento literário e ocorrem muitas vezes enfaticamente (como reforço, conforme o caso em análise), outras com propósito irônico ou humorístico. Exemplo: «Para começar do/pelo começo, é preciso que se diga....». Neste caso, o pleonasma tem paradoxalmente valor expressivo e torna-se uma maneira de dizer o mesmo que «para começar pelo que é prioritário» ou «para começar de maneira metódica». O pleonasma é uma figura de linguagem que consiste em usar palavras redundantes para reforçar a comunicação de forma expressiva e com bom gosto. Quando o pleonasma não é usado como um recurso estilístico, mas por descuido da língua, é chamado de pleonasma vicioso, porque esse tipo de erro é chamado de vício de linguagem. Exemplo da figura de linguagem pleonasma: “E RIR MEU RISO e derramar meu pranto” (Vinicius de Moraes). Exemplo de pleonasma vicioso: ENTREI PARA DENTRO, porque começou a chover. Do Latim, o termo pleonasmu significa superabundância. Como figura de linguagem, o pleonasma é usado com intenção poética, para oferecer maior expressividade ao texto. Também chamado de pleonasma literário, ele é utilizado intencionalmente como recurso estilístico para reforçar o discurso de seu enunciador. Exemplos: “E rir meu riso e derramar meu pranto” (Vinicius de Moraes) “E ali dançaram tanta dança” (Chico Buarque e Vinicius de Moraes) “Me sorri um sorriso pontual e me beija com a boca de hortelã” (Chico Buarque) “Ó mar salgado, quanto do teu sal são lágrimas de Portugal” (Fernando Pessoa) “Morrerás morte vil na mão de um forte” (Gonçalves Dias) “Quando com os olhos eu quis ver de perto” (Alberto de Oliveira) “Chovia uma triste chuva de resignação” (Manuel Bandeira). A alternativa “ **B** ) Uso de palavras redundantes para reforçar a comunicação de forma expressiva e poética.” não pode ser indicada como correta já que, a expressão em análise foi empregada como recurso estilístico e não como redundância, conforme expresso anteriormente. A alternativa “ **C** ) Recurso estilístico denominado vício de linguagem, cujo objetivo é despertar o interesse do leitor.” não pode ser indicada como correta de acordo com o expresso anteriormente. A alternativa “ **D** ) Emprego de expressão com propósito irônico em razão de um conceito que já deveria estar claramente compreendido.” não pode ser considerada correta. Ironia é uma figura por meio da qual se diz o contrário do que se quer dar a entender; uso de palavra ou frase de sentido diverso ou oposto ao que deveria ser empregado, para definir ou denominar algo. Assim tal alternativa não pode ser indicada como correta.

**Fontes:**

- AQUINO, Renato. Interpretação de Textos. Ed. Impetus.
- COSTA, S. R. Dicionário de gêneros textuais. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.
- EMEDIATO, W. A fórmula do texto: redação, argumentação e leitura. São Paulo: Geração Editoria, 2004.
- FIORIN, J. L.; SAVIOLI, F. P. Lições de texto: leitura e redação. São Paulo: Ática, 2006. GARCIA, O. M. Comunicação em prosa moderna. 27. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010.

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A sequência está correta em:”, a alternativa “ **A** ) F, F, V.” foi adequadamente indicada como correta de acordo com os trechos destacados a seguir:

“Vamos começar do começo, o que é (**Primeira afirmativa - não há referência a todos os segmentos sociais** ) educação midiática, afinal? É o "conjunto de habilidades para acessar, analisar, criar e participar de maneira crítica do ambiente informacional e midiático em todos os seus formatos — dos impressos aos digitais" . Em um contexto onde as redes sociais, como o TikTok, (**Segunda afirmativa - Exatamente em virtude das redes sociais citadas é que**

a intervenção de uma educação midiática se faz necessária) têm sido cada vez mais utilizadas por crianças e adolescentes e os perfis em aplicativos de mensagens instantâneas, como o WhatsApp, também têm aumentado nos últimos anos, a educação midiática se mostra essencial) E não é apenas a ampliação do acesso a estas redes e plataformas que aponta a urgência de uma melhor educação midiática, mas a forma como a população interage com os conteúdos delas também.

O relatório "Leitores do século 21: Desenvolvendo habilidades de alfabetização em um mundo digital", da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), realizado entre estudantes brasileiros de 15 anos, constatou que 67,3% deles têm dificuldade em diferenciar fatos de opiniões ao lerem textos. Em outro estudo, somente 27% dos estudantes de escolas públicas e 18% de escolas privadas receberam orientações sobre como avaliar a qualidade das informações online, mas metade dos professores afirmou ter apoiado os alunos em situações sensíveis na internet, incluindo o uso excessivo de jogos digitais e experiências de discriminação e cyberbullying. 56% das(os) professoras(es) relatam já terem trabalhado com educação para a mídia, mas apenas 20% se sentem bem preparados para ensinar sobre o tema e somente 37% de fato participaram de iniciativas de formação sobre o assunto.

**(Terceira afirmativa – relatórios de pesquisas como argumentos)** Mais alguns números que permitem entender a crescente necessidade de maior investimento em educação midiática são os resultantes de pesquisa realizada pela OCDE: aproximadamente 41,9% das(os) estudantes foram ensinadas(os) a usar palavras-chave em mecanismos de busca; 52% aprenderam a avaliar a confiabilidade das informações online; 48,9% discutiram as consequências de compartilhar informações em redes sociais; e 45,7% foram orientadas(os) a identificar informações subjetivas ou tendenciosas.

É preciso manter em mente, também, as desigualdades socioeconômicas, digitais e educacionais, pois um menor acesso a dispositivos digitais e ao direito à educação, por exemplo, pode resultar em uma maior dificuldade na detecção de informações tendenciosas ou falsas. É o que mostra o estudo "Políticas de Educação Midiática", publicado pelo Instituto Veredas sob encomenda da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (Secom). Argumentação é um recurso da linguagem usado na defesa de um ponto de vista acerca de um assunto em situações de debate e discussão de ideias. Os debates formais, ou mesmo os informais, exigem uma ótima capacidade argumentativa por parte dos participantes.

Fonte:

- ERSE, Ricardo do Amaral. Português para os concursos de Técnico e Analista. 3ª edição. Bahia: Editora Juspodivm, 2014.

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
------------------------

<b>10</b>
-----------

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

De acordo com o enunciado da questão "Indique a reescrita do trecho destacado a seguir em que a correção gramatical, assim como semântica, foram preservadas: "E não é apenas a ampliação do acesso a estas redes e plataformas que aponta a urgência de uma melhor educação midiática, mas a forma como a população interage com os conteúdos delas também." (1º§)", a alternativa " C) E não é apenas a ampliação do acesso a estas redes e plataformas que aponta a urgência de uma melhor educação midiática, mas também o modo como a população interage com os conteúdos delas." foi adequadamente indicada como correta. Ocorre uma alteração na posição do vocábulo "também" que não altera o sentido do trecho original e, ainda, a substituição da expressão "a forma" por "o modo", expressões equivalentes semanticamente no contexto apresentado. A alternativa " B) E não é apenas a ampliação do acesso a estas redes e plataformas que aponta a urgência de uma melhor educação midiática, todavia a forma como a população interage com os conteúdos delas." não pode ser indicada como correta. O termo "todavia" não substitui "mas também" sem que haja alteração de sentido. Sinônimo de "mas também" Indica adição: 1 e, além disso, ainda, outrossim, como também, e também, bem como, assim como. Todavia: conjunção coordenativa: mas, contudo, porém, no entanto, entretanto. A alternativa " A) E não é apenas a ampliação do acesso a toda rede virtual que aponta a urgência de uma melhor educação midiática, mas a forma como a população interage com os conteúdos delas também." não pode ser indicada como correta. A expressão "a estas redes" (específico) tem diferente sentido da expressão "a toda rede virtual" (geral).



Fontes:

- BECHARA, E. Moderna gramática portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009. CUNHA, C.; CINTRA, L. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Lúxikon, 2013.
- ERSE, Ricardo do Amaral. Português para os concursos de Técnico e Analista. 3ª edição. Bahia: Editora Juspodivm, 2014.
- ROCHA LIMA, Gramática normativa da língua portuguesa. 31ª ed. (retocada e enriquecida). Rio de Janeiro, José Olympio Editora, 1992.

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
------------------------

<b>11</b>
-----------

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Os dois primeiros vogais devem ser apenas vogais maiúsculas. Já os demais 3 caracteres devem ser algarismos distintos e diferentes de 7. De acordo com a teoria de análise combinatória, poderão ser formados :

- 5 vogais para o primeiro caractere
- 5 vogais para o segundo caractere
- 9 algarismos para o terceiro caractere
- 8 algarismos para o quarto caractere
- 7 algarismos para o quinto caractere

Portanto, há um total de  $5 * 5 * 9 * 8 * 7 = 12600$  códigos distintos

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
------------------------

<b>12</b>
-----------

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A questão possui o conteúdo de razões especiais, presente no edital. Existem algumas razões especiais muito utilizadas em nosso cotidiano, entre as quais se destaca a velocidade média.

Considere que cada volta na lagoa possui  $x$  km. Assim, na ida, foram gastos  $x/22.5$  horas. Na volta, foram gastos  $x/15$  horas. Assim, no trajeto total de  $x+x = 2x$  km, a velocidade média é

$$\frac{2x}{\frac{x}{22.5} + \frac{x}{15}} = 18$$

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
------------------------

<b>13</b>
-----------

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

De acordo com as informações do enunciado, pode-se concluir que fizeram:

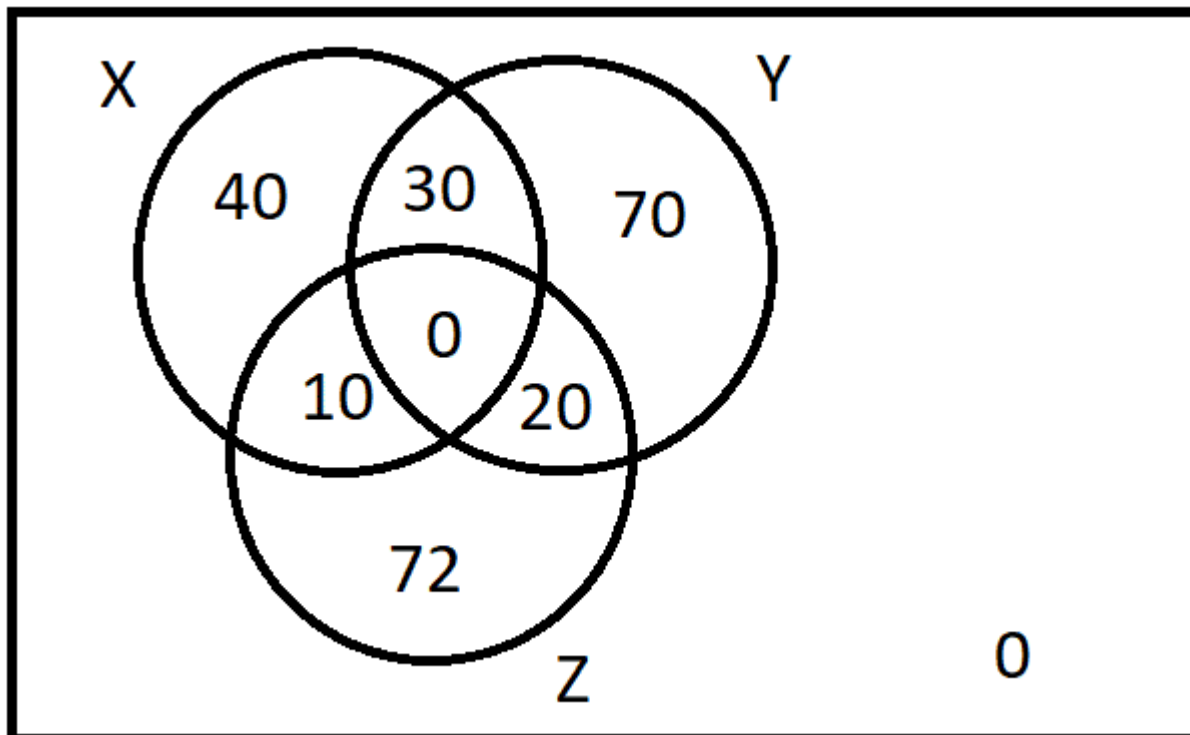
- Apenas 4 atividades: 25 alunos
- Apenas 3 atividades:  $35-25 = 10$  alunos
- Apenas 2 atividades: 44 alunos
- Apenas 1 atividade:  $105 - 44 - 10 - 25 = 26$  alunos

Tipo 1 - BRANCA
-----------------

17
----

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

De acordo com as informações do enunciado, pode-se montar o seguinte diagrama de Venn:



Assim, 72 entrevistados assistem somente o programa Z

Tipo 1 - BRANCA
-----------------

21
----

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O termo “cidadania plena” está relacionada ao conteúdo programático de **Direitos Fundamentais** dentro do **Direito Constitucional**, abordando as dimensões da cidadania (direitos civis, políticos, sociais, econômicos e culturais) e a fruição desses direitos no contexto constitucional brasileiro.

Tipo 1 - BRANCA
-----------------

22
----

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 196, estabelece que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação. Não obstante, o artigo 23 da CF define a competência comum dos entes federativos, especificamente no inciso II, que trata da responsabilidade pela saúde pública: **Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:** II - cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência; [...] Além disso, o artigo 198 da CF define que as ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes: I - descentralização, com direção única em cada esfera de governo; II - atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais; III - participação da comunidade. Destaca-se ainda a Tese de repercussão geral (Tema 793): “Os entes da federação, em decorrência da competência comum, são solidariamente responsáveis nas demandas prestacionais na área da saúde, e diante dos critérios constitucionais de

descentralização e hierarquização, compete à autoridade judicial direcionar o cumprimento conforme as regras de repartição de competências e determinar o ressarcimento a quem suportou o ônus financeiro”. No mais, a questão deixou bem claro o posicionamento a ser seguido pelo candidato para interpretação da questão, já que destacou no comando da questão: [...] "De acordo com a Constituição federal e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal,[...].

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
------------------------

<b>24</b>
-----------

**Recurso Procedente. Gabarito alterado para alternativa B.**

O **controlador responde solidariamente com o operador**. De acordo com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), tanto o controlador quanto o operador de dados podem ser responsabilizados pelos danos causados pelo tratamento inadequado de dados pessoais. O artigo 42 da LGPD estabelece que o controlador ou o operador que, em razão do exercício de atividade de tratamento de dados pessoais, causar dano patrimonial, moral, individual ou coletivo, em violação à legislação de proteção de dados pessoais, é obrigado a repará-lo. O parágrafo 1º do mesmo artigo reforça que os agentes de tratamento respondem solidariamente pelos danos causados. Ressalta-se ainda, que o art. 43 da referida lei exclui a responsabilidade em alguns casos, quais sejam: Art. 43. Os agentes de tratamento só não serão responsabilizados quando provarem: I - que não realizaram o tratamento de dados pessoais que lhes é atribuído; II - que, embora tenham realizado o tratamento de dados pessoais que lhes é atribuído, não houve violação à legislação de proteção de dados; ou III - que o dano é decorrente de culpa exclusiva do titular dos dados ou de terceiro. O que não é o caso sob análise.

Fonte:

- BRASIL. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2018/Lei/L13709.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Lei/L13709.htm).

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
------------------------

<b>26</b>
-----------

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Compulsando com denodo a questão de prova, formal e materialmente, conclui-se que a mesma **não apresenta vícios ou erros** que sugiram a sua anulação ou alteração de gabarito.

O **gabarito provisório** da questão, que indica a **alternativa “C”, está correto**. Logo, reitera-se que a questão não apresenta qualquer imprecisão, em especial:

- i) não havendo erros ou imprecisões no enunciado ou nas alternativas da questão;
- ii) não havendo ausência de resposta entre as alternativas;
- iii) não havendo mais de uma alternativa em conformidade com o enunciado e comando da questão;
- iv) não havendo quaisquer discrepâncias com o conteúdo programático editalício.

Deste modo e antecipadamente, conclui-se que não deverão prosperar as razões de recurso relativas à questão em análise, especialmente pelos **argumentos de Contrarrazões em Recurso** a seguir:

**I** - A questão possui clareza, coerência e coesão de linguagem no seu enunciado, comando e alternativas.

**II** - A questão aborda o assunto “ Concessão de licenças e Regime disciplinar do servidor ”, temática constante do conteúdo programático do edital: Lei Complementar nº 9, de 3 de dezembro de 1992 – Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Divinópolis-MG.

**III** - **A alternativa correta (C) estabelece a assertiva “III” como a única verdadeira**, o que está em conformação com a interpretação dos artigos 194, caput; 206; 208 e 209; todos da Lei Complementar nº 9, de 3 de dezembro de 1992 – Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Divinópolis-MG.

“III. Pedro reincidiu em falta punida com advertência, o que ensejará a imposição de penalidade de suspensão pelo prazo máximo de 90 (noventa) dias, estando garantida sua ampla defesa em sindicância ou processo disciplinar.”

“Art. 194. A suspensão será aplicada em caso de reincidência das faltas punidas com advertência e de violação das demais proibições que não justifiquem infração sujeita a penalidade de demissão, não podendo exceder de 90 (noventa) dias .” **(as disposições legais sublinhadas dão precisão à assertiva “III”)**

Note-se que a assertiva III, *in fine* , obedece aos artigos 206, 208 e 209 que reiteram os princípios e garantias constitucionais de ampla defesa e devido processo legal que, implícita ou explicitamente, deverão sempre ser observados em todo tipo de processo, procedimento, ou sindicância.

**IV - A situação hipotética I** está em desacordo com o artigo 126, §1º.

“I. João, estando internado em tratamento de saúde no hospital local, faz jus à inspeção médica *in loco* , o que não seria possível se já estivesse acamado em sua residência .” **(a divergência com a Lei está sublinhada)**

“Art. 126, § 1º Sempre que necessário, a inspeção médica **será realizada na residência do servidor** ou no estabelecimento hospitalar onde se encontrar internado.”

a) O dispositivo legal é claro e afirma que a inspeção médica, sempre que necessário, será realizada na residência do servidor ou no hospital onde ele estiver internado.

b) Resta demonstrado que a primeira parte da assertiva “I” está correta, mas a segunda contraria a lei, pois se o servidor estiver “acamado em sua residência” também fará jus à inspeção médica.

**V - A situação hipotética II** está em desacordo com o artigo 141, caput e §1º.

“II. Ana requer o direito à licença para atividade política. Ela terá assegurada a licença sem prejuízo de sua remuneração desde a sua escolha como candidata em convenção partidária .” **(a divergência com a Lei está sublinhada)**

“Art. 141 O servidor terá direito a licença sem remuneração, durante o período que mediar entre a sua escolha, em convenção partidária, como candidato a cargo eletivo, e a véspera do registro de sua candidatura perante a Justiça Eleitoral.

§ 1º A partir do registro da candidatura até o 10º (décimo) dia seguinte ao da eleição, o servidor fará jus à licença como se em efetivo exercício estivesse, sem prejuízo de sua remuneração, mediante comunicação, por escrito, do afastamento.”

a) Estaria correto afirmar que Ana terá o direito à licença para atividade política sem prejuízo de sua remuneração “a partir do registro da candidatura até o 10º (décimo) dia seguinte ao da eleição” (§1º, art. 141).

b) O caput do mesmo artigo garante o direito à licença do servidor para atividade política, **sem remuneração**, no interregno entre a sua escolha como candidato e a véspera do registro da candidatura; todavia, estando claro que este não é o tema abrangido pela questão na assertiva II.

Assim, é incontroverso que apenas a afirmativa III é correta, logo, estando preciso o gabarito que indica a alternativa “C” .

**Delibera-se nestas Contrarrazões pela improcedência dos recursos.**

No que tange, (i) recurso desprovido de pedido e/ou fundamentação; (ii) ou quando elaborado de forma genérica, sem o desenvolvimento de argumentos que se atenham especificamente à temática da questão; (iii) ou, por fim, quando seu conteúdo apresenta total disparidade com o assunto da questão: **delibera-se nestas Contrarrazões pela condição de “recurso prejudicado”** .

Fonte:

- Lei Complementar nº 9, de 3 de dezembro de 1992 – Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Divinópolis-MG; e Constituição da República Federativa do Brasil (1988).

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Compulsando com denodo a questão de prova, formal e materialmente, conclui-se que a mesma **não apresenta vícios ou erros** que sugiram a sua anulação ou alteração de gabarito.

O **gabarito provisório** da questão, que indica a **alternativa “B”, está correto**. Logo, reitere-se que a questão não apresenta qualquer imprecisão, em especial:

- i) não havendo erros ou imprecisões no enunciado ou nas alternativas da questão;
- ii) não havendo ausência de resposta entre as alternativas;
- iii) não havendo mais de uma alternativa em conformidade com o enunciado e comando da questão;
- iv) não havendo quaisquer discrepâncias com o conteúdo programático editalício.

Deste modo e antecipadamente, conclui-se que não deverão prosperar as razões de recurso relativas à questão em análise, especialmente pelos **argumentos de Contrarrazões em Recurso** a seguir:

**I** - A questão possui clareza, coerência e coesão de linguagem no seu enunciado, comando e alternativas.

**II** - A questão aborda o assunto “ Provimento em cargo público ”, temática constante do conteúdo programático do edital: Lei Complementar nº 9/1992 do município de Divinópolis (Estatuto dos Servidores Públicos).

**III - A alternativa correta é a “B”**, pois diverge do mandamento do artigo 9º da Lei Complementar nº 9/1992 do município de Divinópolis (Estatuto dos Servidores Públicos). Este dispositivo legal preconiza que “a investidura em cargo público ocorrerá **com a posse**” e não com o exercício em cargo público como assevera a alternativa. Logo, a alternativa “B” se adequa perfeitamente ao comando da questão, que usa o comando “exceto”.

Insta salientar que posse e exercício são etapas diversas para o ingresso do servidor em cargo público. A investidura no cargo se dá pela posse. Já o exercício no cargo é a etapa final, momento em que a investidura já ocorreu, traduzindo-se no efetivo início da prestação do serviço público pelo servidor.

**IV** - Enquanto isto as alternativas “A”, “C” e “D” não atendem ao enunciado e comando da questão, pois afirmam a verdade de acordo com a mesma Lei (o Estatuto dos Servidores Públicos). As afirmações nesta alternativas se adequam precisamente à dicção e compreensão dos seguintes dispositivos legais desta LC nº 9/1992, respectivamente:

Alternativa A: artigo 10, I e IV;

Alternativa C: artigo 28, primeira parte, c/c artigo 29, caput; e

Alternativa D: artigo 27.

Especialmente com relação à alternativa C, analisemos a assertiva e os dispositivos legais inerentes:

“C) A reversão, pela qual é possível o retorno do servidor aposentado por invalidez, far-se-á no mesmo cargo ou no cargo resultante de sua transformação a pedido ou de ofício.”

“ **Art. 28.** Reversão é o retorno à atividade de servidor aposentado por invalidez (...)”

**Art. 29.** A reversão far-se-á no mesmo cargo ou no cargo resultante de sua transformação a pedido ou de ofício.”

É importante esclarecer que, quando a alternativa não assevera sobre os procedimentos e ações legais que a junta médica deve realizar para declarar a insubsistência dos motivos determinantes da aposentadoria por invalidez, isto, em nenhuma hipótese, elide a verdade que a alternativa afirma ao expor a correta definição dessa espécie de provimento em cargo público: “ reversão é o retorno à atividade de servidor aposentado por invalidez ”.

Enfim, não usar o texto completo do dispositivo legal na assertiva, não invalida, necessariamente, a parte textual precisamente correta que foi afirmada. E evidentemente, considere-se também que restam mantidos o sentido e o rigor conceitual do que foi afirmado, pois, afinal, realmente a “reversão é o retorno à atividade de servidor aposentado por invalidez”.

Assim, é incontroverso que apenas a **alternativa B** atende ao enunciado e comando da questão, logo, estando preciso o gabarito que indica esta alternativa como correta.

**Delibera-se nestas Contrarrazões pela improcedência dos recursos .**

No que tange, (i) recurso desprovido de pedido e/ou fundamentação; (ii) ou quando elaborado de forma genérica, sem o desenvolvimento de argumentos que se atenham especificamente à temática da questão; (iii) ou, por fim,

quando seu conteúdo apresenta total disparidade com o assunto da questão: **delibera-se nestas Contrarrazões pela condição de “recurso prejudicado”**.

Fonte:

- Lei Complementar nº 9/1992 do município de Divinópolis (Estatuto dos Servidores Públicos); Constituição da República Federativa do Brasil (1988); MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo. 36ª ed. Ed. Malheiros. São Paulo, 2023; PIETRO, Maria Sylvia Zanella Di. Direito Administrativo. 25ª ed. Ed. Atlas. São Paulo, 2022.

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
<b>31</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Pretende o recorrente a anulação da questão, sob o argumento de que não haveria resposta correta. Sua pretensão, no entanto, não procede, pelas razões a seguir expostas.

O prazo para o encaminhamento do projeto em âmbito federal é até 31 de agosto, conforme art. 35 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, senão vejamos:

*§ 2º Até a entrada em vigor da lei complementar a que se refere o art. 165, § 9º, I e II, serão obedecidas as seguintes normas:*

*(...)*

*III - o projeto de lei orçamentária da União será encaminhado até quatro meses antes do encerramento do exercício financeiro e devolvido para sanção até o encerramento da sessão legislativa.*

Logo, houve infringência à Constituição neste sentido.

Com relação às ofensas aos Princípios, esclarece o MCASP 9ª Edição:

## **2.2. UNIVERSALIDADE**

*Estabelecido, de forma expressa, pelo caput do art. 2º da Lei no 4.320/ 1964, recepcionado e normatizado pelo § 5º do art. 165 da Constituição Federal, determina que a LOA de cada ente federado deverá conter todas as receitas e despesas de todos os poderes, órgãos, entidades, fundos e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.*

Ainda, do Princípio do Equilíbrio, em que pese não ter previsão normativa expressa, decorre a ideia de que as despesas fixadas para o exercício não podem ter valor superior às receitas previstas, a fim de evitar o endividamento congênito do ente.

Desta feita, a alternativa C é a que corretamente se amolda ao comando da questão.

Assim, indefere-se o recurso, mantendo-se inalterado o gabarito preliminar.

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
<b>40</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O candidato recorrente solicita alteração do gabarito da questão para a letra B. Contudo, seus cálculos apresentam impropriedade técnica e o recurso não procede.

Isto porque, conforme a Lei nº 4.266/1963, o benefício do Salário-família é pago pelo Instituto Nacional da Seguridade Social, devendo ser abatido do quantum devido pela empresa, e seu valor é descontado na e-Social.

Assim, temos que a despesa mensal desta empresa com encargos sociais sobre a remuneração será de R\$ 2.200,00 (Contribuição Patronal) + R\$ 800,00 (FGTS) – R\$ 600,00 (Salário-Família).

Desta feita, indefere-se o recurso, mantendo-se inalterado o gabarito preliminar.

Tipo 1 - BRANCA

2

**Recurso Procedente. Questão Anulada.**

De acordo com o enunciado da questão “Considerando o primeiro parágrafo do texto, é possível observar o emprego do acento grave indicador de crase. Assinale a afirmativa correta em relação à(s) ocorrência(s) relacionada(s).”, a alternativa “C) A indicação de crase vista em “à escravidão” permite reconhecer uma relação entre termos que se relacionam diretamente na oração.” não pode ser indicada como correta. A crase é o sinal gráfico (') utilizado para indicar a fusão de duas letras A. Em geral, essa fusão acontece quando, em uma mesma frase, você precisa utilizar a preposição A (pedida depois de alguns verbos transitivos indiretos ou adjetivos) e o artigo A, que precede palavras femininas. Exemplos: Vou à (a preposição + a artigo) academia. Para identificar se a crase é necessária, uma das maneiras possíveis é trocar a palavra que acompanha o A por uma palavra masculina. Se o À se transformar em AO, significa que se trata da fusão entre uma preposição e um artigo. Se o A se mantiver mesmo ao lado de uma palavra masculina, ele não leva crase.

“O ano de 2023 foi marcado por um número alarmante de denúncias de trabalho análogo à escravidão no Brasil, com um total de 3.422 registros em apenas 12 meses, representando um aumento de 61% em relação ao ano anterior, de acordo com dados do Ministério de Direitos Humanos e Cidadania. Assim como o racismo, o trabalho análogo à escravidão tende a ser visto como uma questão superada – talvez porque ainda haja aqueles que optam pela ignorância ou tragam consigo vieses enraizados de uma sociedade historicamente colocada à margem.” (1º§) Em “à escravidão” os termos não se relacionam de forma direta, a regência entre “análogo” e “escravidão” acontece de forma indireta já que há o emprego da preposição “a” identificada por meio do registro de “à” = a (preposição) mais a (artigo). Ocorre que os termos não estão relacionados diretamente, mas sim indiretamente já que trata-se de transitividade indireta tendo a preposição como termo que liga indiretamente o termo regido ao termo regente. A alternativa “A) A expressão “à margem” recebe acento grave pelo mesmo motivo visto em “à escravidão.” não pode ser indicada como correta. “à margem” •De lado, ao abandono (ex.: A cultura foi deixada à margem). Não se trata de uma exigência de regência, mas sim de uma expressão cristalizada por se tratar de uma locução feminina.

Fontes:

- BECHARA, E. Moderna gramática portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- CUNHA, C.; CINTRA, L. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Lúxikon, 2013.
- LUFT, Celso Pedro. Dicionário Prático de Regência Verbal. Ática, 2008.

Tipo 1 - BRANCA

3

**Recurso Procedente. Questão Anulada.**

De acordo com o enunciado da questão “Assinale, a seguir, a alternativa que apresenta a reescrita que se mostra INCOERENTE, considerando o contexto em que o trecho destacado está inserido.”, a alternativa “C) “Esse cenário evidencia uma realidade desafiadora e inaceitável vivenciada no Brasil e, neste sentido, a questão requer uma resposta coordenada e vigorosa da sociedade civil, do governo e do setor privado.” (2º§) / Assim, esse cenário evidencia uma realidade desafiadora e inaceitável vivenciada no Brasil e, todavia, a questão requer uma resposta coordenada e vigorosa da sociedade civil, do governo e do setor privado.” atende adequadamente ao enunciado proposto. Na construção de um texto, assim como na fala, usamos mecanismos para garantir ao interlocutor a compreensão do que se lê / diz. Esses mecanismos linguísticos que estabelecem a conectividade e a retomada do que foi escrito / dito são os referentes textuais e buscam garantir a coesão textual para que haja coerência, não só entre os elementos que compõem a oração, como também entre a sequência de orações dentro do texto. Essa coesão também pode muitas vezes se dar de modo implícito, baseado em conhecimentos anteriores que os

participantes do processo têm sobre o tema. Dessa forma, com o emprego de diferentes procedimentos, sejam lexicais (repetição, substituição, associação), sejam gramaticais (emprego de pronomes, conjunções, numerais, elipses), constroem-se frases, orações, períodos, que irão apresentar o contexto – decorre daí a coerência textual. Um texto incoerente é o que carece de sentido ou o apresenta de forma contraditória. Muitas vezes, essa incoerência é resultado do mau uso daqueles elementos de coesão textual. Na organização de períodos e de parágrafos, um erro no emprego dos mecanismos gramaticais e lexicais prejudica o entendimento do texto. Construído com os elementos corretos, confere-se a ele uma unidade formal. Nas palavras de Evanildo Bechara, “o enunciado não se constrói com um amontoado de palavras e orações. Elas se organizam segundo princípios gerais de dependência e independência sintática e semântica, recobertos por unidades melódicas e rítmicas que sedimentam estes princípios”. Por coesão, entende-se ligação, relação, nexos entre os elementos que compõem a estrutura textual. Há diversas formas de se garantir a coesão entre os elementos de uma frase ou de um texto: 1. Substituição de palavras com o emprego de sinônimos ou de palavras ou expressões de mesmo campo associativo. 2. Nominalização – emprego alternativo entre um verbo, o substantivo ou o adjetivo correspondente (desgastar / desgaste / desgastante). 3. Repetição na ligação semântica dos termos, empregada como recurso estilístico de intenção articulatória, e não uma redundância - resultado da pobreza de vocabulário. Por exemplo, “Grande no pensamento, grande na ação, grande na glória, grande no infortúnio, ele morreu desconhecido e só.” (Rocha Lima) 4. Uso de hipônimos – relação que se estabelece com base na maior especificidade do significado de um deles. Por exemplo, mesa (mais específico) e móvel (mais genérico). 5. Emprego de hiperônimos - relações de um termo de sentido mais amplo com outros de sentido mais específico. Por exemplo, felino está numa relação de hiperonímia com gato. 6. Substitutos universais, como os verbos vicários (ex.: Necessito viajar, porém só o farei no ano vindouro.) A coesão apoiada na gramática dá-se no uso de conectivos, como certos pronomes, certos advérbios e expressões adverbiais, conjunções, elipses, entre outros. A elipse se justifica quando, ao remeter a um enunciado anterior, a palavra elidida é facilmente identificável (Ex.: “O jovem recolheu-se cedo. ... Sabia que ia necessitar de todas as suas forças.” O termo “o jovem” deixa de ser repetido e, assim, estabelece a relação entre as duas orações.). Dêiticos são elementos linguísticos que têm a propriedade de fazer referência ao contexto situacional ou ao próprio discurso. Exercem, por excelência, essa função de progressão textual, dada sua característica: são elementos que não significam, apenas indicam, remetem aos componentes da situação comunicativa. Já os componentes concentram em si a significação. Somente a coesão, contudo, não é suficiente para que haja sentido no texto, esse é o papel da coerência, e coerência se relaciona intimamente a contexto. Quanto à conjunção utilizada na reescrita proposta e identificada como incoerente, de acordo com o expresso anteriormente, “todavia” trata-se de uma conjunção coordenativa com o mesmo sentido de: mas, contudo, porém, no entanto, entretanto. O que causa a incoerência destacada em relação ao fragmento original correspondente. A alternativa “D) “No entanto, a escassez de auditores fiscais é um desafio adicional que precisa ser superado, além dos cortes orçamentários dos últimos anos que têm agravado ainda mais a situação, tornando mais difícil a realização de inspeções e a aplicação eficaz das leis trabalhistas.” (3º§) / A escassez de auditores fiscais, no entanto, é um desafio adicional a ser superado, além dos cortes orçamentários dos últimos que têm agravado ainda mais tal situação, tornando mais difícil a realização de inspeções e a aplicação eficaz das leis trabalhistas.” atende ao enunciado proposto.

“A publicação mais recente da Lista Suja, documento que divulga pessoas físicas e empresas que submetem trabalhadores a mão de obra forçada, jornadas exaustivas, condições degradantes ou restrição de locomoção, adicionou 248 empregadores em 2024, totalizando 654 e representando o maior número desde sua criação pelo Ministério do Trabalho e Emprego, em 2003. Esse cenário evidencia uma realidade desafiadora e inaceitável vivenciada no Brasil e, neste sentido, a questão requer uma resposta coordenada e vigorosa da sociedade civil, do governo e do setor privado.

No entanto, a escassez de auditores fiscais é um desafio adicional que precisa ser superado, além dos cortes orçamentários **dos últimos anos que têm** agravado ainda mais a situação, tornando mais difícil a realização de inspeções e a aplicação eficaz das leis trabalhistas. Por isso, a criação de concursos públicos e o investimento na estrutura de fiscalização são essenciais para garantir inspeções regulares e uma resposta eficaz às violações trabalhistas.” O apagamento do termo “anos” compromete a coerência textual, inviabilizando o entendimento da mensagem conforme o texto original.

Fontes:

- BECHARA, E. Moderna gramática portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- CUNHA, C.; CINTRA, L. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Lexikon, 2013.



- LUFT, Celso Pedro. Dicionário Prático de Regência Verbal. Ática, 2008.
- ROCHA LIMA, Gramática normativa da língua portuguesa. 31ª ed. (retocada e enriquecida). Rio de Janeiro, José Olympio Editora, 1992.

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
<b>22</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O conteúdo programático divulgado apresenta “Portarias do SUS” e “Políticas públicas de saúde”, assuntos abordados na questão.

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
<b>32</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A questão refere-se a localização mais frequente de duas variações anatômicas possíveis de ocorrer: o canal mesiomedial no primeiro molar inferior e o canal em forma de C que a questão pede a maioria dos casos e não o único dente de ocorrência. Segundo Cohen Caminhos da Polpa. 2021.

Autores Louis H. Bergman e Kenneth M. Hargreaves. Editora Guanabara Koogan. 12ª edição. Capítulo 7, páginas 217, 228 ratifica: “Um canal mesiomedial, algumas vezes está presente no sulco de desenvolvimento entre os canais mesiais do primeiro molar inferior. A maioria dos canais em forma de letra C ocorre no segundo molar inferior, mas eles têm sido relatados no primeiro molar inferior, primeiro e segundo pré-molares superiores e primeiro pré-molar inferior”.

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
<b>34</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Quanto ao primeiro item, em quase todos os casos de fraturas radiculares, o segmento apical permanece vital- Cohen Caminhos da Polpa. Autores Louis H. Bergman e Kenneth M. Hargreaves. Editora Guanabara Koogan. 12ª edição. Capítulo 21, página 789.

Quanto ao segundo item, a avulsão em conjunto com fraturas alveolares o tempo de imobilização da contenção flexível é de 4 a 8 semanas. Cohen Caminhos da Polpa. Autores Louis H. Bergman e Kenneth M. Hargreaves. Editora Guanabara Koogan. 12ª edição. Capítulo 21, página 820.

Quanto ao terceiro item, existem poucas indicações para o capeamento pulpar quando exposições pulpares traumáticas são tratadas. A taxa de sucesso desse procedimento (80%) é inferior em comparação com a pulpotomia parcial (95%). Cohen Caminhos da Polpa. Autores Louis H. Bergman e Kenneth M. Hargreaves. Editora Guanabara Koogan. 12ª edição. Capítulo 21, página 797

No que diz respeito ao quarto item, o MTA não tem a mesma popularidade que o hidróxido de cálcio como agente de capeamento pulpar no tratamento de exposições traumáticas devido a um tempo de presa prolongado e descoloração da coroa devido ao preenchimento de óxido de bismuto no material. Cohen Caminhos da Polpa. Autores Louis H. Bergman e Kenneth M. Hargreaves. Editora Guanabara Koogan. 12ª edição. Capítulo 21, página 797. Quanto a composição do MTA da marca Angelus sugiro o artigo “Análise da composição química dos cimentos MTA Angelus® branco, cinza e HP Repair® através de Microscopia Eletrônica de Varredura (MEV) acoplada a Espectrômetro de Energia Dispersiva (EDS)” publicado Rev. Odontol. UNESP 48 • 2019 • <https://doi.org/10.1590/1807-2577.09319>.

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Em relação ao item I- Propriedade de uma substância de irrigação ideal para o tratamento dos canais radiculares: Ter uma baixa tensão superficial. Cohen Caminhos da Polpa Autores Louis H. Bergman e Kenneth M. Hargreaves. Editora Guanabara Koogan. 12ª edição. Capítulo 8, página 268.

Em relação ao item II- Quando o hipoclorito de sódio entra em contato com as proteínas teciduais, formam-se nitrogênio, formaldeído e acetaldeído. As ligações peptídicas são fragmentadas, e as proteínas se desintegram, permitindo que o hidrogênio nos grupos aminas seja substituído pelo cloro, formando as cloraminas. Isso tem papel essencial na efetividade antimicrobiana do hipoclorito. A efetividade antimicrobiana do hipoclorito de sódio, baseada no seu pH alto, é similar ao mecanismo de ação do hidróxido de cálcio- Cohen Caminhos da Polpa Autores Louis H. Bergman e Kenneth M. Hargreaves. Editora Guanabara Koogan. 12ª edição. Capítulo 8, páginas 268/269.

No que diz respeito ao item III - Quando existe suspeita ou confirmação da presença de hipersensibilidade ao hipoclorito de sódio, a clorexidina não deveria ser usada, por conta da presença de cloro em sua composição. Cohen Caminhos da Polpa Autores Louis H. Bergman e Kenneth M. Hargreaves. Editora Guanabara Koogan. 12ª edição. Capítulo 8, página 269.

Em relação ao item IV - A clorexidina é capaz de permanecer na dentina, devido à natureza catiônica da sua molécula. Sua adsorção aos tecidos duros do dente, com liberação gradual prolongada nos níveis terapêuticos é geralmente chamada de efeito residual ou substantividade. Cohen Caminhos da Polpa Autores Louis H. Bergman e Kenneth M. Hargreaves. Editora Guanabara Koogan. 12ª edição. Capítulo 8, página 272.

**Cargo: Dentista para atendimento ao PSF**

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE
1	8

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Um texto é tematicamente orientado; quer dizer, desenvolve-se a partir de um determinado tema, o que lhe dá unidade e coerência.

A identificação desse tema é fundamental, pois só assim é possível apreender o sentido global do texto, discernir entre suas partes, principais e outras secundárias, parafraseá-lo, dar-lhe um título coerente ou resumi-lo.

Em um texto argumentativo, como é o caso do texto 1, as ideias principais, sem dúvida, são aquelas que mais diretamente convergem para o tema central do texto.

O candidato deve ser capaz de identificar do que trata o texto, com base na compreensão do seu sentido global, estabelecido pe-las múltiplas relações entre as partes que o compõem. Isso é feito ao relacionarem-se diferentes informações para construir o sentido completo do texto.

Sendo assim, faz-se necessário que o candidato compreenda que o texto discorre sobre **a rejeição aos fenômenos de mudança da língua**. A não aceitação das mudanças da língua pode ocorrer por diversos motivos, tais como desconhecimento, preconceito... O autor começa o texto dizendo que foi tachado por seus leitores de "destruidor da língua". Ele não concorda com essa ideia porque sabe utilizar a norma culta - o que demonstra ao longo de todo o texto -, mas também reconhece que a língua é um organismo vivo, complexo, sofre alterações no tempo e no espaço e não se restringe às regras impostas pela gramática normativa. Justamente por conhecer, compreender e respeitar as mudanças naturais da língua, é capaz de fazer um uso mais "livre, natural", pois sabe que não há apenas uma única maneira de utilizar a linguagem. É por essa razão que ele estabelece uma comparação entre o caderno de receitas da vovó e a gramática tradicional. Ambas têm o seu valor, sua importância e dão sua contribuição, mas um único caderno de receitas não abarca todas as receitas e toda a história da culinária. De modo semelhante, não se pode restringir todos os fenômenos linguísticos à descrição e à normatização feita pela gramática, que são apenas uma vertente dos estudos linguísticos. Valorizar apenas a variedade culta ou formal da língua como se ela fosse a única legítima e correta é rejeitar as demais variedades, que são igualmente eficientes e válidas. **Portanto, o gabarito é letra B.**

Fontes:

- ABAURRE, Maria Luiza M.; ABAURRE, Maria Bernadete; PONTARA, Marcela. **Português: contexto, interlocução e sentido** . 3ª ed. São Paulo: Moderna, 2016.
- CEREJA, William. COCHAR, Thereza. CLETO, Ciley. **Interpretação de Textos: Construindo Competências e Habilidades em Leitura** . 1ª ed. São Paulo: Atual, 2009.
- KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. **Ler e compreender os sentidos do texto** . São Paulo: Contexto, 2006.
- ROSENAL, Marcelo et al. **Interpretação de textos e semântica para concursos** . Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE
2	6

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A compreensão de um texto se dá não apenas pelo processamento de informações explícitas, mas, também, por meio de informações implícitas. Ou seja, a compreensão se dá pela mobilização de um modelo cognitivo, que integra as informações expressas com os conhecimentos prévios do leitor ou com elementos pressupostos no texto. Para que tal integração ocorra, é fundamental que as proposições explícitas sejam articuladas entre si e com o conhecimento de mundo do leitor, o que exige uma identificação dos sentidos que estão nas entrelinhas do texto (sentidos não explicitados pelo autor). Tais articulações só são possíveis, no entanto, a partir da identificação de pressupostos ou de processos inferenciais, ou seja, de processos de busca dos “vazios do texto”, isto é, do que não está “dado” explicitamente no texto.

Nessa questão, é imprescindível que o candidato faça uma leitura atenta do texto e perceba que um "destruidor da língua" é um usuário ou falante da língua que, por alguma razão, não utiliza as regras da gramática normativa em todas as situações de interação verbal, sobretudo na modalidade escrita. Sendo assim, "destruidor da língua" é alguém que utiliza uma linguagem mais informal ou coloquial, que se encontra em desacordo com as regras da linguagem formal ou culta. **Portanto, o gabarito é letra A.**

Desconhecer ou conhecer os princípios de análise sintática e as regras gramaticais não garantem ao usuário da língua o desenvolvimento da competência escritora, da mesma forma que ignorar ou conhecer as variações linguísticas também não é condição para o exercício eficiente da escrita. Assim, as letras B, C e D estão incorretas.

Fontes:

- ABAURRE, Maria Luiza M.; ABAURRE, Maria Bernadete; PONTARA, Marcela. **Português: contexto, interlocução e sentido** . 3ª ed. São Paulo: Moderna, 2016.
- CEREJA, William. COCHAR, Thereza. CLETO, Ciley. **Interpretação de Textos: Construindo Competências e Habilidades em Leitura** . 1ª ed. São Paulo: Atual, 2009.
- KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. **Ler e compreender os sentidos do texto** . São Paulo: Contexto, 2006.
- ROSENAL, Marcelo et al. **Interpretação de textos e semântica para concursos** . Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE
7	4

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A significação das palavras não é fixa, nem estática. Por meio da imaginação criadora do homem, as palavras podem ter seu significado ampliado, deixando de representar apenas a ideia original (básica e objetiva).

É o que ocorre na linguagem conotativa, figurada ou metafórica, em que as palavras são empregadas com um sentido novo, para dar maior expressividade à comunicação.

Dessa forma, as figuras de linguagem constituem uma forma de expressão que consiste no emprego de palavras em sentido figurado, isto é, em um sentido diferente daquele em que convencionalmente são empregados.

As figuras de linguagem são normalmente utilizadas para tornar mais expressivo o que queremos dizer. Empregadas tanto na modalidade escrita quanto na falada, em registro formal ou informal, ampliam o significado de uma palavra, suprem a falta de termos adequados, criam significados diferentes.

No comando da questão, o enunciado "Ou seja, todo mundo – e ninguém." apresenta uma **antítese**, ou seja, oposição de ideias entre todo mundo, todas as pessoas e ninguém. Dessa forma, faz-se necessário identificar, nas alternativas, aquela que também apresenta uma antítese.

Faz-se necessário esclarecer que não há paradoxo no enunciado "todo mundo – e ninguém". O primeiro termo significa "a maioria das pessoas, muitas pessoas" e o segundo significa "ausência de pessoa, pessoa alguma". A antítese opõe palavras ou expressões que já são de naturezas opostas, é uma oposição entre referentes distintos, separados. Todo mundo fala e ninguém fala. Há referentes distintos. O paradoxo também opõe ideias, mas a contradição ocorre entre o mesmo referente do discurso, por isso a ideia parece absurda, incoerente. Exemplo: *O povo é um mudo eloquente*. Nesse enunciado, há um paradoxo porque, literalmente, não é possível um mudo ser eloquente, já que eloquente significa quem se expressa verbalmente, quem fala de modo convincente. O enunciado é paradoxal, porque um mudo não fala; portanto, não há como ser eloquente.

Em A, existe uma antítese, pois novamente há oposição simples de ideias entre os termos "positivas" e "negativas" que, semanticamente, são opostos. Em B, há uma personificação em "o caderno da vovó, que *ensina*". Em C, há uma metáfora quando o autor afirma que "a norma culta é uma *fatia* do universo linguístico". Por fim, em D, há uma hipérbole em "naquelas páginas estão contidos *todos* os sabores e saberes". **Portanto, o gabarito é a letra A.**

Vale destacar que o comando da questão prevê a análise da **relação** entre os termos "todo mundo" e "ninguém" e não somente a análise de um dos termos. Dessa forma, considerando, no contexto, a relação estabelecida entre ambos, tem-se uma antítese. **Portanto, o gabarito é a letra A.**

Fontes:

- ABAURRE, Maria Luiza M.; ABAURRE, Maria Bernadete; PONTARA, Marcela. **Português: contexto, interlocução e sentido**. 3ª ed. São Paulo: Moderna, 2016.
- CEREJA, William. COCHAR, Thereza. CLETO, Ciley. **Interpretação de Textos: Construindo Competências e Habilidades em Leitura**. 1ª ed. São Paulo: Atual, 2009.
- KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. **Ler e compreender os sentidos do texto**. São Paulo: Contexto, 2006.
- ROSENAL, Marcelo et al. **Interpretação de textos e semântica para concursos**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE
8	5

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A locução adjetiva é um recurso expressivo da língua portuguesa que desempenha um papel essencial na formação de descrições precisas e na economia linguística. Consiste na utilização de duas ou mais palavras que, juntas, exercem a função de um adjetivo, qualificando substantivos.

Em uma frase, seja ela escrita ou falada, a locução adjetiva tem o objetivo de facilitar a compreensão e permitir que o discurso fique mais sofisticado.

Na maioria dos casos, a locução é formada por uma preposição e um substantivo.

Nas alternativas A, B e D, as locuções **de porco**, **de mármore** e **de alimentos** poderiam ser substituídas por seus adjetivos correspondentes, ou seja, algumas locuções adjetivas se encontram diretamente relacionadas com um adjetivo. Esses adjetivos são, respectivamente, **suína**, **marmórea** e **alimentar/alimentícia**. Embora seja mais recorrente o termo *Engenharia de Alimentos* para designar a área da ciência que trabalha com as principais técnicas para garantir um processo saudável e de conservação dos alimentos em uma indústria, a locução *de alimento* tem como adjetivos correspondentes *alimentar* ou *alimentícia*.

No entanto, outras locuções não podem ser substituídas por adjetivos, uma vez que não há adjetivos correspondentes, como é o caso da locução **de receitas**.

Vale destacar que o termo "de receita" exerce a função de qualificador do substantivo "caderno". Em vez de "caderno de receitas", poder-se-ia falar em caderno *de cálculos*, caderno *de poemas*, caderno *de anotações*,

caderno *com/sem pauta* , caderno *de música* , caderno *de caligrafia* ... Fica claro que as locuções adjetivas destacadas atribuem características ao termo “caderno”. A expressão “de receita”, portanto, qualifica, especifica, restringe o sentido do substantivo “caderno”, particularizando-o, isto é, esse termo exerce função de adjetivo. Assim, “de caderno” é uma locução adjetiva.

Alguns gramáticos poderiam considerar “caderno de receitas” como locução substantiva. A justificativa seria o fato de que “caderno de receitas” é um nome para um objetivo com função específica: registrar receitas culinárias. Se considerarmos essa análise, ainda assim será possível isolar o substantivo “caderno”, que continuará sendo caracterizado pela locução adjetiva “de receitas”. Convém ressaltar que essa análise é possível porque a questão exige a análise apenas do termo “caderno de receitas” sem estar contextualizado em um período ou parágrafo do texto.

Tomemos outro exemplo: a expressão “cadeira de rodas” pode ser considerada uma locução substantiva pelo fato de ser um nome para um equipamento com função bastante específica, ou seja, cadeira equipada com rodas e utilizada por pessoas sem ou com mobilidade reduzida. Ainda assim, “de rodas” continua exercendo função de locução adjetiva, já que, no interior da locução substantiva “cadeira de rodas”, o termo “de rodas” continua caracterizando o substantivo “cadeira”. Assim, nesse exemplo, “de rodas” é locução adjetiva de “cadeira” tanto quanto “de receita” é locução adjetiva de “caderno”.

Por fim, convém esclarecer que o termo “culinário” é um adjetivo. No entanto, não é adjetivo correspondente à locução “de receitas”, uma vez que o significado de “de receitas” não está exclusivamente relacionado à cozinha ou à arte de cozinhar (culinário). Existem outros tipos de receitas, como a receita médica e até mesmo receita para emagrecer, para o cabelo crescer, por exemplo. Um caderno pode ser usado para registrar receitas culinárias, portanto, pode ser um caderno culinário. Todavia, pode também ser utilizado para registrar outros tipos de receitas. Reiterando: embora o texto mencione em diversos momentos a ideia de receita culinária, o mesmo não ocorre no enunciado da questão, que não determinou uma receita em específico. **Portanto, o gabarito é a letra C.**

Fontes:

- AZEREDO, J. C. **Gramática Houaiss da língua portuguesa** . 2ª ed. São Paulo: Publifolha, 2008.
- BECHARA, Evanildo. **Moderna Gramática Portuguesa** . 37ª ed. Rio de Janeiro : Lucerna, 1999.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. **Nova Gramática do Português Contemporâneo** . Rio de Janeiro: Lexikon, 2014.
- SACCONI, Luiz A. **Nossa gramática completa** . 34ª ed. São Paulo: Matrix, 2021.

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE
9	2

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Em todo texto de maior extensão, aparecem expressões conectoras – sejam conjunções, preposições, advérbios e respectivas locuções – que criam e sinalizam relações semânticas de diferentes naturezas. Entre as mais comuns, podemos citar as relações de causalidade, de comparação, de concessão, de tempo, de condição, de adição, de oposição etc. Reconhecer o tipo de relação semântica estabelecida por esses elementos de conexão é uma habilidade fundamental para a apreensão da coerência do texto.

No enunciado em análise, as orações "Ela se ofenderia com a calúnia", "o que talvez fosse divertido" e "era meio brava" estabelecem entre si uma relação de causa e consequência, sendo que as duas primeiras são consequências da terceira, que é a causa. Assim, o autor poderia ter utilizado entre a segunda e a terceira oração a locução conjuntiva "uma vez que", que é a mais adequada para introduz a ideia de causa.

Em A, "no entanto" expressa ideia de oposição. Em C, "contanto que" expressa ideia de concessão. Em D, "de modo que" expressa ideia consequência. **Portanto, o gabarito é letra B.**

Fontes:

- AZEREDO, J. C. **Gramática Houaiss da língua portuguesa** . 2ª ed. São Paulo: Publifolha, 2008.
- BECHARA, Evanildo. **Moderna Gramática Portuguesa** . 37ª ed. Rio de Janeiro : Lucerna, 1999.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. **Nova Gramática do Português Contemporâneo** . Rio de Janeiro: Lexikon, 2014.

- SACCONI, Luiz A. **Nossa gramática completa** . 34ª ed. São Paulo: Matrix, 2021.

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>	<b>Tipo 2 - VERDE</b>
<b>10</b>	<b>3</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Geralmente o estudo descritivo da linguagem é dividido em vários níveis. Aqueles tradicionalmente tidos como os principais são: o nível fonético-fonológico, o nível morfológico, o nível sintático. Esses três níveis constituem a gramática de uma língua. A esses níveis deve-se acrescentar o léxico, ou seja, o conjunto das palavras que compõem uma língua e que são usadas respeitando as regras da gramática. O estudo dos significados das palavras e das frases (ou dos enunciados) é objeto da semântica e da pragmática, dependendo se o foco está no estudo do significado puramente linguístico ou da língua inserida em seu uso concreto.

As alternativas da questão em análise apresentam quatro níveis e solicita que o candidato reconheça em qual alternativa há exemplo de análise sintática.

Sintaxe é a parte da gramática que estuda as regras e relações das palavras dentro da frase ou de um período. Analisa a disposição das palavras nas frases, das frases nas orações e destas nas sentenças. A sintaxe permite analisar o sentido das frases e realizar o ordenamento correto das palavras dentro da oração. A sintaxe da língua portuguesa é dividida em termos: sujeito, predicado, objeto, adjunto adnominal, adjunto adverbial, complemento nominal, aposto, vocativo. Assim, em B, A expressão "minha melhor professora de português" atua como aposto explicativo do sujeito determinado simples "a dona Nilza, o termo foi analisado sintaticamente. **Portanto, o gabarito é letra B.**

**Nível fonológico:** é o estudo da fisiologia ou produção motora dos sons da fala e sua produção acústica. O conhecimento fonológico de uma língua inclui conhecer as regras para combinar os fonemas desta língua. Além dessas regras segmentais, há regras fonológicas governando o uso de características suprasegmentais como tom, acentuação e duração de vogais e consoantes. **ANÁLISE FONOLÓGICA:** A palavra "olhos" apresenta 5 letras e 4 fonemas, possui o dígrafo "lh", é dissílaba, paroxítona e a separação silábica é *o-lhos* .

**Nível morfológico:** é o estudo de cada uma das palavras de uma oração, que são classificadas de forma individual. A morfologia estuda as palavras sob o ponto de vista da estrutura e forma; das flexões e da classificação conforme a classe gramatical a que pertencem. **ANÁLISE MORFOLÓGICA:** "Criou" é um verbo regular de 1ª conjugação e está flexionado na 3ª pessoa do singular do pretérito perfeito do modo indicativo.

**Nível pragmático:** nesse nível, encontra-se a análise do sentido que as palavras ou expressões podem assumir em um contexto específico. **ANÁLISE PRAGMÁTICA:** O termo "abrir meus olhos" se refere, conotativamente, à capacidade de conscientização, de perceber algo que não via antes, de sair da ignorância.

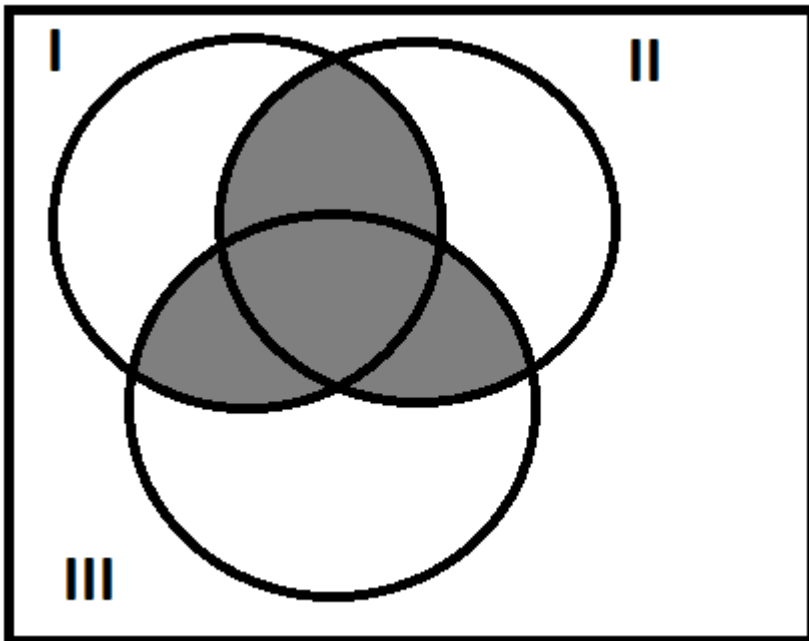
Fontes:

- AZEREDO, J. C. **Gramática Houaiss da língua portuguesa** . 2ª ed. São Paulo: Publifolha, 2008.
- BECHARA, Evanildo. **Moderna Gramática Portuguesa** . 37ª ed. Rio de Janeiro : Lucerna, 1999.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. **Nova Gramática do Português Contemporâneo** . Rio de Janeiro: Lexikon, 2014.
- SACCONI, Luiz A. **Nossa gramática completa** . 34ª ed. São Paulo: Matrix, 2021.
- [https://grad.letras.ufmg.br/arquivos/monitoria/ApostilaConceitos%20b%C3%A1sicos\\_Aula1.pdf](https://grad.letras.ufmg.br/arquivos/monitoria/ApostilaConceitos%20b%C3%A1sicos_Aula1.pdf)
- <https://pjamilk.com/2020/08/11/niveis-de-analise-da-lingua/>
- <https://linguisticageralunip.wordpress.com/2017/11/14/os-niveis-de-analise-linguistica/>
- <https://blog.portaleducacao.com.br/niveis-linguisticos-quais-sao/>

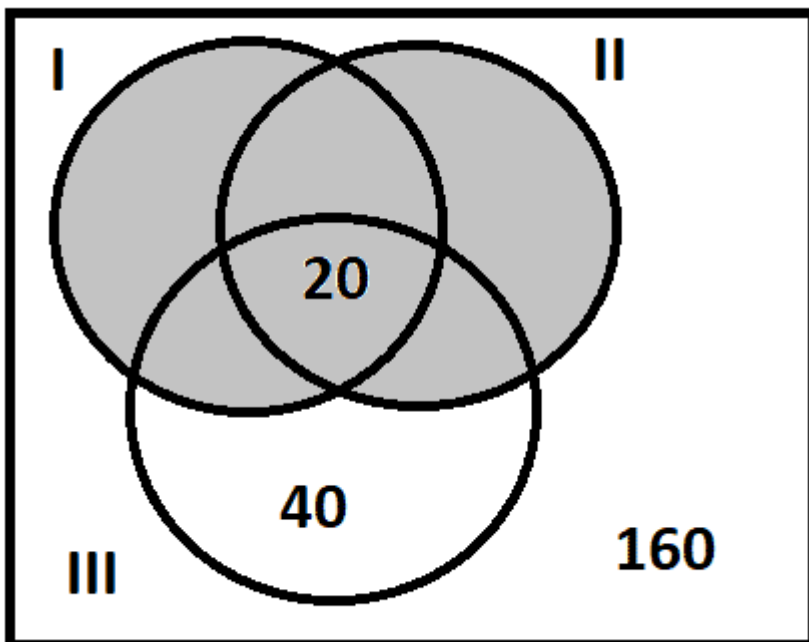
Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE
12	13

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

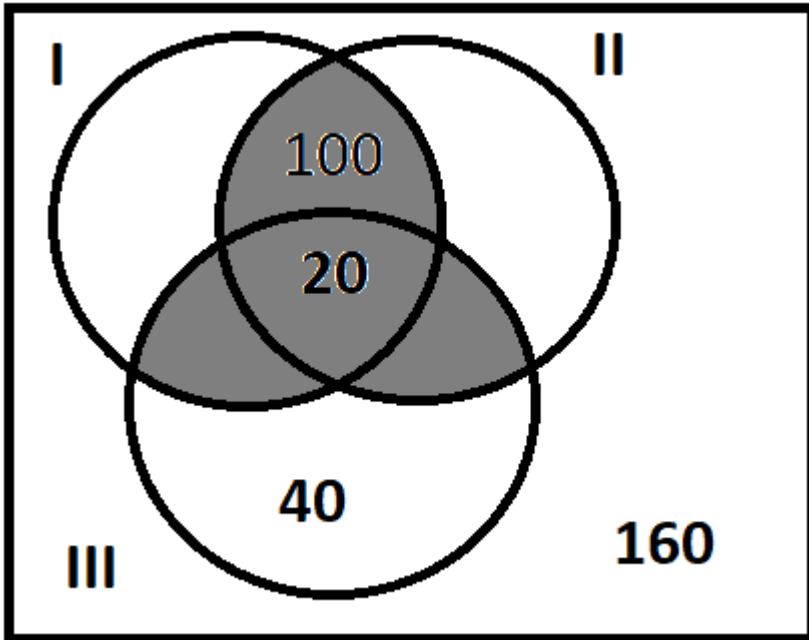
O enunciado questiona quantas pessoas, no mínimo, foram aprovadas em pelo menos duas das provas I, II e III. O número de pessoas que foram aprovadas em pelo menos duas provas é dado pela área cinza do seguinte diagrama:



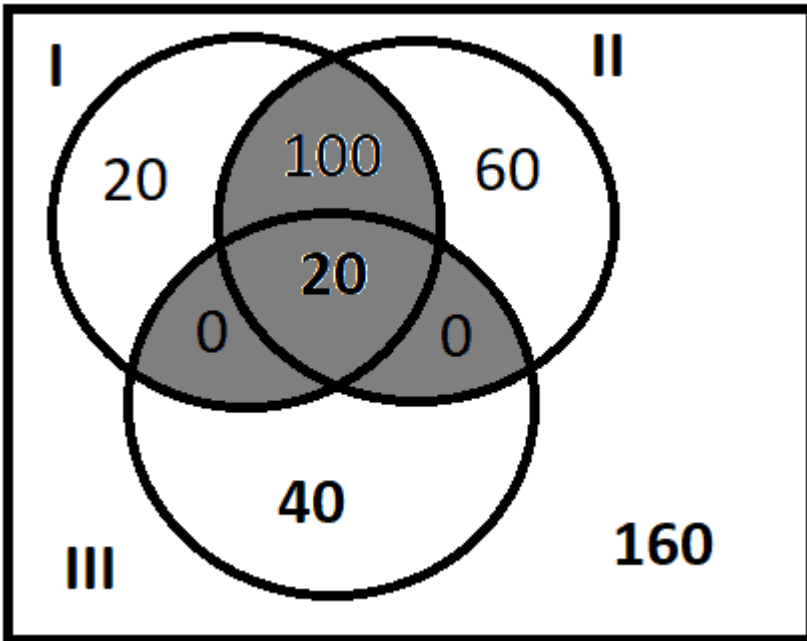
Com o primeiro, quarto e quinto resultados apresentados no enunciado, pode-se construir o seguinte diagrama:



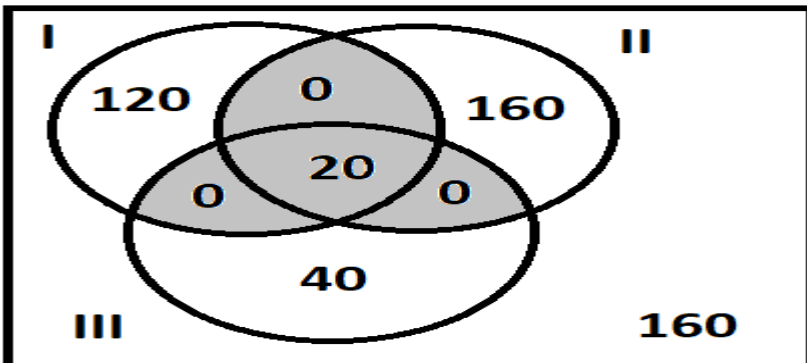
Assim, sobram  $400(\text{total de candidatos}) - 160 - 40 = 200$  para o total das áreas preenchidas em cinza (pelo menos uma aprovação nas provas I e II). De acordo com o enunciado, 140 candidatos foram aprovados na prova I e 180 candidatos foram aprovados na prova II. Assim, usando o princípio da adição de conjuntos, o número de candidatos que foram aprovados nas duas provas (I e II) é dado por  $140 (\text{prova I}) + 180 (\text{prova II}) - 200 (\text{total}) = 120$  e tem-se o seguinte diagrama:



Assim, o número mínimo de candidatos aprovados em pelo menos duas provas é 120, conforme o seguinte diagrama:



Em qualquer outra possibilidade, haverá mais de 120 alunos aprovados em pelo menos duas provas. Se a resposta para esta questão fosse 20, teríamos o seguinte diagrama:



Essa situação não retrata a realidade, pois  $120+20+160+40+160 > 400$  (total de candidatos).



<b>Tipo 1 - BRANCA</b>	<b>Tipo 2 - VERDE</b>
<b>13</b>	<b>14</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Considere o seguinte esquema para resolver a questão:

	Verde	Roxo	Preto	Cinza
Pâmela				
Lindalva				
Silvana				
Letícia				

A partir das informações fornecidas, pode-se preencher as seguintes lacunas:

	Verde	Roxo	Preto	Cinza
Pâmela	não	não		não
Lindalva	sim	não		
Silvana	não	Sim		
Letícia	não	Sim		

Como cada amiga gostou de pelo menos uma camisa, Pâmela só pode ter gostado da camisa preta. Consequentemente, Lindalva não pode ter gostado desta camisa e, portanto, gostou da camisa cinza. Assim, tem-se o esquema completo:

	Verde	Roxo	Preto	Cinza
Pâmela	não	não	Sim	não
Lindalva	sim	não	não	sim
Silvana	não	Sim	Sim	não
Letícia	não	Sim	Sim	não

Assim, a única alternativa correta é que Letícia gostou da camisa preta.

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>	<b>Tipo 2 - VERDE</b>
<b>14</b>	<b>11</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Para que todos os valores fossem distintos, deveríamos ter

1 – 2 – 3 – 4 – 5 – 6 – 7 – 8 – 9 – 10 – 11 – 12 – 13 – 14 -15

Cuja soma é maior que 105. Assim, necessariamente, existem pelo menos dois profissionais que cadastraram, cada um, o mesmo número de processos.

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>	<b>Tipo 2 - VERDE</b>
<b>15</b>	<b>12</b>

**Recurso Procedente. Questão Anulada.**

A questão apresenta ambiguidade, uma vez que não fica evidente que a equivalência das 4 moedas do país A deve ser dada pelo total dos valores apresentados em cada uma das alternativas. Se nas alternativas estivesse escrito “10 moedas do país B **mais** 20 moedas do país C” e “10 moedas do país B **mais** 30 moedas do país C” seria evitada esta ambiguidade. Assim, a questão deve ser anulada.

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE
22	25

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O coeficiente de mortalidade neonatal é um indicador demográfico utilizado para medir a frequência de mortes de recém-nascidos, ocorridas nos primeiros 28 dias de vida, em relação ao número total de nascidos vivos. Este coeficiente é expresso por 1.000 nascidos vivos.

A mortalidade neonatal é subdividida em dois grupos:

1. Mortalidade neonatal precoce: refere-se aos óbitos ocorridos nos primeiros 7 dias de vida (0 a 6 dias). Este tipo de mortalidade está mais frequentemente associado a causas relacionadas ao período perinatal, como prematuridade, complicações durante o parto ou malformações congênitas.
2. Mortalidade neonatal tardia: abrange os óbitos que ocorrem entre o 7º e o 28º dia de vida. As causas mais comuns incluem infecções, complicações pós-parto e problemas adquiridos após o nascimento.

Fonte:

- PREZOTTO, Kelly Holanda; OLIVEIRA, Rosana Rosseto de; PELLOSO, Sandra Marisa; FERNANDES, Carlos Alexandre Molena. **Tendência da mortalidade neonatal evitável nos Estados do Brasil.** *Revista Brasileira de Saúde Materno-Infantil*, Recife, [online], v. 21, n. 1, p. 291-299, jan./mar. 2021.

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE
28	30

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A seguir, demonstra-se o fundamento legal e justificativas para cada afirmativa:

- “I. João, ocupante de cargo em comissão e que não é servidor efetivo do Município, praticou conduta que enseja a penalidade de suspensão; nesse caso, prevê a lei que João deve ser exonerado do cargo.”
  - Julgamento : Verdadeiro, conforme art. 199 da Lei Complementar nº 009, de 3 de dezembro de 1992 - Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Divinópolis, a exoneração de cargos em comissão de não ocupante de cargo efetivo será aplicada nos casos de infração sujeita às penalidades de suspensão e de demissão.
- “II. A acumulação de cargos públicos é ilícita em qualquer caso, ainda que comprovada a compatibilidade de horários, ressalvada a hipótese de exercício de mais de um cargo comissionado.”
  - Julgamento : Falso, conforme art. 182 e 183 da LC nº 009/1992.
- “III. O estatuto assegura licença, de igual período, tanto ao servidor quanto à servidora que obtiverem guarda judicial para fins de adoção.”
  - Julgamento : Falso. Os períodos de licença paternidade e maternidade são distintos, conforme art. 131 e 133 da LC nº 009/1992, conforme redação atualizada pela Lei Complementar nº 216, de 05/11/2021. Assim, o erro da afirmativa está no trecho “de igual período”. Descabem alegações de que se aplica ao caso o RE 778.889/PE, julgado pelo STF, pois naquele caso discutiu-se a possibilidade de lei instituir prazos diferenciados de licença-maternidade às servidoras gestantes e às adotantes, o que não é o caso da questão em tela.

Ratifica-se, portanto, o gabarito preliminar divulgado.

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE
29	26

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Inicialmente, cabe destacar que o comando dispor que Tício informou a Mévio (e não o contrário) é irrelevante para a resolução da questão, que busca o conhecimento do candidato acerca do Estatuto dos Servidores.

A seguir, apresenta-se cada uma das alternativas e seus respectivos fundamentos e justificativas:

- A) *Por ser considerada medida intimidatória e que afeta o direito de autodefesa, a legislação veda a realização de interrogatório do acusado.*

- **Julgamento:** incorreta. O art. 222 prevê expressamente a possibilidade de interrogatório do acusado, não sendo medida irregular.
- B) *O processo disciplinar se desenvolve nas fases de instauração, com a publicação do ato que constituir a comissão, e inquérito administrativo, que compreende instrução, defesa, relatório e julgamento.*
  - **Julgamento:** incorreta. Conforme art. 214, a fase de inquérito administrativo não compreende o julgamento, o qual é proferido por autoridade distinta e se submete a regras próprias. Ademais, a lei cita a fase de publicidade dos atos.
- C) *Ainda que a decisão final do processo final seja desfavorável a Tício, a lei permite a revisão do processo disciplinar, a qualquer tempo, a pedido ou de ofício, quando se aduzirem fatos novos ou circunstâncias suscetíveis de justificarem a inocência do punido ou a inadequação da penalidade aplicada.*
  - **Julgamento:** correta. A possibilidade de revisão do processo disciplinar é direito garantido ao servidor, nos termos do art. 237.
- D) *Na fase do inquérito, a comissão promoverá de forma sigilosa a tomada de depoimento, acareações, investigações e diligências cabíveis; o servidor somente terá acesso às provas produzidas após a publicação da decisão final do processo disciplinar, oportunidade em que poderá exercer o seu direito de contraditório e ampla defesa.*
  - **Julgamento:** incorreta. É assegurado ao servidor o direito de acompanhar o processo, pessoalmente ou por intermédio de procurador, arrolar e reinquirir testemunhas, produzir provas e contraprovas e formular quesitos, quando se tratar de prova pericial (art. 219).

Todas as referências acima são da LC 009/1992.

Confirma-se, assim, o gabarito preliminar divulgado.

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE
30	27

#### **Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O art. 16 prevê expressamente a possibilidade de alienação de bens municipais. Logo, a Lei Orgânica não veda tal prática. A afirmativa I é correta.

Em outro ponto, argumentam que a emenda à Lei Orgânica somente pode ocorrer se os Vereadores, o Prefeito e os cidadão, de forma conjunta, apresentarem uma proposta para tal. Esse não é o entendimento que se extrai da “Subseção I - Das Emendas à Lei Orgânica”. Assim, a afirmativa II é correta.

Por fim, a afirmativa III é correta, conforme art. 9º, I.

Ratifica-se, portanto, o gabarito preliminar divulgado.

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE
31	38

#### **Recurso Procedente. Gabarito alterado para alternativa D.**

De acordo com Santos & Motta (2022), mácula é uma alteração de cor diferente da coloração normal da pele ou mucosa. Consiste em lesão fundamental plana, sem relevo ou depressão, ou seja, no mesmo plano do tecido e sem alterações de superfície. Embora seja considerada sinônimo de mancha por alguns autores, atualmente são diferenciadas pelo tamanho: lesões focais (= 1cm) correspondem às máculas, e lesões difusas (menor que 1 cm) correspondem às manchas.

Fonte:

- Santos, Paulo Sérgio da, S. e Ana Carolina Frago Motta. Guia prático de estomatologia. Disponível em: Minha Biblioteca, Editora Manole, 2022.

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE
32	39

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A articaína é um anestésico considerado híbrido (éster e amida). Sendo metabolizada principalmente pelas esterases plasmáticas, é o anestésico de escolha para hepatopatas. Difere dos outros anestésicos locais por ter anel de tiofeno em vez do anel de benzeno, o que aumenta sua lipossolubilidade e permite maior eficiência para atravessar barreiras lipídicas, aumentando sua difusão nos tecidos (Sverzut et al. 2024).

Fonte:

- Sverzut, Alexander, T. et al. Anestesiologia bucal e maxilofacial contemporânea. Disponível em: Minha Biblioteca, Editora Manole, 2024.

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE
33	35

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A biópsia incisional é um procedimento cirúrgico no qual parte do tecido alterado é removida do todo, fornecendo material suficientemente representativo para a análise macro e microscópica. É indicada para lesões maiores que 2 cm e **lesões suspeitas de neoplasia maligna**.

Fontes:

- SANTOS, Paulo Sérgio da S.; MOTTA, Ana Carolina F. Guia prático de estomatologia. Barueri: Manole, 2022. E-book. p.30. ISBN 9786555767889. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555767889/>. Acesso em: 22 out. 2024.
- Passarelli, Dulce Helena de Rosa C. Atlas de Estomatologia. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo GEN, 2017.

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE
34	31

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Alexandria et al (2020), de forma categórica afirmam que: “no Brasil, a prevalência dessa alteração dentária é considerada muito baixa e engloba majoritariamente os níveis muito leve e leve. De modo geral, os estudos têm mostrado que crianças com níveis leves e muito leves de fluorose relatam pouco ou nenhum impacto negativo dessa alteração sobre sua qualidade de vida”.

Fonte:

- Alexandria A, Dhyppolito IM, Cruz LR, dos Santos, AP. Uso de fluoretos em odontopediatria. In: Scarparo, Ângela. Odontopediatria: bases teóricas para uma prática clínica de excelência. Disponível em: Minha Biblioteca, Editora Manole, 2020.

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE
35	40

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A afirmativa I está correta porque Miloro (2016) afirma que: “o osso precisa ser removido com uma técnica atraumática, asséptica e refrigerada, com a menor quantidade de osso removido e prejudicado possível”.

A afirmativa II menciona que o retalho a ser realizado nas cirurgias de dentes impactados é do tipo dividido ou parcial, o que está incorreto porque nessas cirurgias são realizados retalhos totais ou mucoperiosteos. A diferença

entre esses retalhos é que no retalho mucoperiósteo a incisão é feita com a lâmina do bisturi tocando no osso e são rebatidos a gengiva, a mucosa e o periósteo. No retalho dividido ou parcial a lâmina não toca o osso e o periósteo é mantido sobre o osso enquanto os outros tecidos são rebatidos. Em uma cirurgia onde é necessário o acesso ao osso não faz sentido utilizar um retalho dividido.

A afirmativa III está correta de acordo com o mesmo autor citado anteriormente.

Fonte:

- Miloro, Michael, et al. Princípios de Cirurgia Bucomaxilofacial de Peterson, 3ª edição. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo GEN, 2016.

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE
36	34

**Recurso Procedente. Questão Anulada.**

Julga essa banca que o erro de digitação encontrado em uma das alternativas prejudica a interpretação e resolução da questão. Restando esta anulada.

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE
37	36

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A prilocaína não deve ser utilizada em pacientes grávidas devido ao risco de desenvolvimento de metahemoglobinemia. Além disso, essa solução anestésico somente é comercializada no Brasil associada ao vasoconstritor felipressina.

As afirmativas II e III estão corretas de acordo com Morethson (2015).

Fonte:

- Morethson, Priscilla. Farmacologia para Clínica Odontológica. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo GEN, 2015.

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE
38	37

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Shen et al (2023) citam os requisitos que um sistema de adesão dentinário bem sucedido deve atender:

- 1- Remoção adequada ou dissolução da smear layer do esmalte e da dentina.
2. Manutenção ou reconstituição da matriz de colágeno da dentina /Boa molhabilidade e penetração eficiente do monômero na matriz de colágeno /Polimerização dentro da malha de colágeno para formar uma camada híbrida /Copolimerização com a matriz de resina composta.

Fonte:

- Shen, Chiayi, et al. Phillips Materiais Dentários. Disponível em: Minha Biblioteca, (13th edição). Grupo GEN, 2023.

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE
40	32

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O valor é a dimensão acromática da cor, a quantidade de preto e branco em um objeto. Está relacionado com opacidade, translucidez e luminosidade. Assim, quanto maior o valor, mais opaco e esbranquiçado é o dente; e quanto menor o valor, mais translúcido e acinzentado.

Fonte:

- Silva, Adriana Fernandes, D. e Rafael Guerra Lund. Dentística Restauradora - Do Planejamento à Execução. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo GEN, 2016.

**Cargo: Educador de Trânsito**

Tipo 1 - BRANCA
24

**Recurso Procedente. Gabarito alterado para alternativa B.**

O **controlador responde solidariamente com o operador**. De acordo com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), tanto o controlador quanto o operador de dados podem ser responsabilizados pelos danos causados pelo tratamento inadequado de dados pessoais. O artigo 42 da LGPD estabelece que o controlador ou o operador que, em razão do exercício de atividade de tratamento de dados pessoais, causar dano patrimonial, moral, individual ou coletivo, em violação à legislação de proteção de dados pessoais, é obrigado a repará-lo. O parágrafo 1º do mesmo artigo reforça que os agentes de tratamento respondem solidariamente pelos danos causados. Ressalta-se ainda, que o art. 43 da referida lei exclui a responsabilidade em alguns casos, quais sejam: Art. 43. Os agentes de tratamento só não serão responsabilizados quando provarem: I - que não realizaram o tratamento de dados pessoais que lhes é atribuído; II - que, embora tenham realizado o tratamento de dados pessoais que lhes é atribuído, não houve violação à legislação de proteção de dados; ou III - que o dano é decorrente de culpa exclusiva do titular dos dados ou de terceiro. O que não é o caso sob análise.

Fonte:

- BRASIL. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2018/Lei/L13709.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Lei/L13709.htm).

Tipo 1 - BRANCA
34

**Recurso Procedente. Questão Anulada.**

Nenhuma das alternativas apresentadas na questão contempla o conteúdo estabelecido pela Resolução.

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

“Pode-se concluir a partir das ideias e informações apresentadas que:

- I. Um maior investimento em educação midiática é fator a ser mantido de acordo com as pesquisas apresentadas.
- II. A urgência de uma melhor educação midiática justifica-se a partir dos resultados de pesquisa constatados de forma objetiva.
- III. Desigualdades sociais são, muitas vezes, a causa de consequências prejudiciais mediante o acesso às informações na internet.”

De acordo com o enunciado da questão a alternativa “ **D** ) II e III, apenas.” foi adequadamente indicada como correta de acordo com os destaques a seguir:

Vamos começar do começo, o que é educação midiática, afinal? É o "conjunto de habilidades para acessar, analisar, criar e participar de maneira crítica do ambiente informacional e midiático em todos os seus formatos — dos impressos aos digitais" (referência). Em um contexto onde as redes sociais, como o TikTok, têm sido cada vez mais utilizadas por crianças e adolescentes e os perfis em aplicativos de mensagens instantâneas, como o WhatsApp, também têm aumentado nos últimos anos, a educação midiática se mostra essencial. E não é apenas a ampliação do acesso a estas redes e plataformas que aponta a urgência de uma melhor educação midiática, mas a forma como a população interage com os conteúdos delas também.

O relatório "Leitores do século 21: Desenvolvendo habilidades de alfabetização em um mundo digital", da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), realizado entre estudantes brasileiros de 15 anos, constatou que 67,3% deles têm dificuldade em diferenciar fatos de opiniões ao lerem textos. **III - Em outro estudo, somente 27% dos estudantes de escolas públicas e 18% de escolas privadas receberam orientações sobre como avaliar a qualidade das informações online**, mas metade dos professores afirmou ter apoiado os alunos em situações sensíveis na internet, incluindo o uso excessivo de jogos digitais e experiências de discriminação e cyberbullying. 56% das(os) professoras(es) relatam já terem trabalhado com educação para a mídia, mas apenas 20% se sentem bem preparados para ensinar sobre o tema e somente 37% de fato participaram de iniciativas de formação sobre o assunto.

**II - Mais alguns números que permitem entender a crescente necessidade de maior investimento ( I - e não fator a ser mantido) em educação midiática** são os resultantes de pesquisa realizada pela OCDE: aproximadamente 41,9% das(os) estudantes foram ensinadas(os) a usar palavras-chave em mecanismos de busca; 52% aprenderam a avaliar a confiabilidade das informações online; 48,9% discutiram as consequências de compartilhar informações em redes sociais; e 45,7% foram orientadas(os) a identificar informações subjetivas ou tendenciosas.

É preciso manter em mente, também, as desigualdades socioeconômicas, digitais e educacionais, pois um menor acesso a dispositivos digitais e ao direito à educação, por exemplo, pode resultar em uma maior dificuldade na detecção de informações tendenciosas ou falsas. É o que mostra o estudo "Políticas de Educação Midiática", publicado pelo Instituto Veredas sob encomenda da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (Secom).”

Fontes:

- AQUINO, Renato. Interpretação de Textos. Ed. Impetus.
- COSTA, S. R. Dicionário de gêneros textuais. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.
- EMEDIATO, W. A fórmula do texto: redação, argumentação e leitura. São Paulo: Geração Editoria, 2004.
- FIORIN, J. L.; SAVIOLI, F. P. Lições de texto: leitura e redação. São Paulo: Ática, 2006. GARCIA, O. M. Comunicação em prosa moderna. 27. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010.

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

De acordo com o enunciado da questão “A expressão inicial do texto “Vamos começar do começo, [...]” (1º§) pode ser reconhecida como:”, a alternativa “ **A**) Ênfase atribuída a uma ideia por meio da repetição de determinado efeito de sentido.” Se, por um lado, começar é «princípios, dar começo», por outro, começo significa o ponto onde começa, principia ou se inicia alguma coisa. Sendo assim, «começar pelo começo» é literalmente «dar começo ao começo» ou «começar a começar», que são evidentes redundâncias, pois, do ponto de vista informativo, começo nada acrescenta a começar. Contudo, os pleonasmos podem ter aproveitamento literário e ocorrem muitas vezes enfaticamente (como reforço, conforme o caso em análise), outras com propósito irônico ou humorístico. Exemplo: «Para começar do/pelo começo, é preciso que se diga...». Neste caso, o pleonasma tem paradoxalmente valor expressivo e torna-se uma maneira de dizer o mesmo que «para começar pelo que é prioritário» ou «para começar de maneira metódica». O pleonasma é uma figura de linguagem que consiste em usar palavras redundantes para reforçar a comunicação de forma expressiva e com bom gosto. Quando o pleonasma não é usado como um recurso estilístico, mas por descuido da língua, é chamado de pleonasma vicioso, porque esse tipo de erro é chamado de vício de linguagem. Exemplo da figura de linguagem pleonasma: “E RIR MEU RISO e derramar meu pranto” (Vinicius de Moraes). Exemplo de pleonasma vicioso: ENTREI PARA DENTRO, porque começou a chover. Do Latim, o termo pleonasmu significa superabundância. Como figura de linguagem, o pleonasma é usado com intenção poética, para oferecer maior expressividade ao texto. Também chamado de pleonasma literário, ele é utilizado intencionalmente como recurso estilístico para reforçar o discurso de seu enunciador. Exemplos: “E rir meu riso e derramar meu pranto” (Vinicius de Moraes) “E ali dançaram tanta dança” (Chico Buarque e Vinicius de Moraes) “Me sorri um sorriso pontual e me beija com a boca de hortelã” (Chico Buarque) “Ó mar salgado, quanto do teu sal são lágrimas de Portugal” (Fernando Pessoa) “Morrerás morte vil na mão de um forte” (Gonçalves Dias) “Quando com os olhos eu quis ver de perto” (Alberto de Oliveira) “Chovia uma triste chuva de resignação” (Manuel Bandeira). A alternativa “ **B**) Uso de palavras redundantes para reforçar a comunicação de forma expressiva e poética.” não pode ser indicada como correta já que, a expressão em análise foi empregada como recurso estilístico e não como redundância, conforme expresso anteriormente. A alternativa “ **C**) Recurso estilístico denominado vício de linguagem, cujo objetivo é despertar o interesse do leitor.” não pode ser indicada como correta de acordo com o expresso anteriormente. A alternativa “ **D**) Emprego de expressão com propósito irônico em razão de um conceito que já deveria estar claramente compreendido.” não pode ser considerada correta. Ironia é uma figura por meio da qual se diz o contrário do que se quer dar a entender; uso de palavra ou frase de sentido diverso ou oposto ao que deveria ser empregado, para definir ou denominar algo. Assim tal alternativa não pode ser indicada como correta.

**Fontes:**

- AQUINO, Renato. Interpretação de Textos. Ed. Impetus.
- COSTA, S. R. Dicionário de gêneros textuais. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.
- EMEDIATO, W. A fórmula do texto: redação, argumentação e leitura. São Paulo: Geração Editoria, 2004.
- FIORIN, J. L.; SAVIOLI, F. P. Lições de texto: leitura e redação. São Paulo: Ática, 2006. GARCIA, O. M. Comunicação em prosa moderna. 27. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010.

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

De acordo com o enunciado da questão “Vamos começar do começo, o que (1) é educação midiática, afinal? É o ‘conjunto de habilidades para acessar, analisar, criar e participar de maneira crítica do ambiente informacional e midiático em todos os seus formatos – dos impressos aos digitais’. Em um contexto onde (2) as redes sociais, como o TikTok, têm sido cada vez mais utilizadas por crianças e adolescentes e os perfis em aplicativos de mensagens instantâneas, como o WhatsApp, também têm aumentado nos últimos anos, a educação midiática se (3) mostra essencial. E não é apenas a ampliação do acesso a estas (4) redes e plataformas que (5) aponta a urgência de uma melhor educação midiática, mas a forma como a população interage com os conteúdos delas também.” (1º§) Entre



os termos destacados anteriormente, pode-se afirmar que NÃO constitui/constituem indicação de retomada de referente já introduzido no texto (Considere os números indicados como identificação dos termos no trecho destacado):”, a alternativa “ **A** ) 1.” foi adequadamente indicada como correta. “Vamos começar do começo, o que é educação midiática, afinal? É o "conjunto de habilidades para acessar, analisar, criar e participar de maneira crítica do ambiente informacional e midiático em todos os seus formatos — dos impressos aos digitais". Em um contexto onde as redes sociais, como o TikTok, têm sido cada vez mais utilizadas por crianças e adolescentes e os perfis em aplicativos de mensagens instantâneas, como o WhatsApp, também têm aumentado nos últimos anos, a educação midiática se mostra essencial. E não é apenas a ampliação do acesso a estas redes e plataformas que aponta a urgência de uma melhor educação midiática, mas a forma como a população interage com os conteúdos delas também.” Em “Vamos começar do começo, o que (1) é educação midiática, afinal?” o “que” trata-se de um pronome interrogativo. Pronomes interrogativos são aqueles usados em orações interrogativas. Eles podem aparecer em perguntas diretas ou indiretas. Os pronomes relativos retomam um substantivo mencionado anteriormente na frase. Eles podem ser variáveis ou invariáveis e podem estar acompanhados ou não por uma preposição. Os pronomes interrogativos invariáveis são aqueles cuja forma não se altera, independentemente do gênero (masculino ou feminino) ou do número (singular ou plural) do termo que acompanham. Exemplos: “Quem é o novo professor de Matemática?”; “Quem são as novas professoras da escola?”; “O que você está fazendo neste momento?”; “O que são glóbulos vermelhos?”” A alternativa “ **C** ) 2 e 3.” não pode ser indicada como correta. “Em um contexto onde ” (2) indicando retomada do termo anterior, assim como “educação midiática se (3) mostra essencial.” Indicando retomada de “educação midiática”, termo anterior. A alternativa “ **D** ) 3 e 4.” não pode ser indicada como correta. Em “Em um contexto onde (2) as redes sociais, como o TikTok, têm sido cada vez mais utilizadas por crianças e adolescentes e os perfis em aplicativos de mensagens instantâneas, como o WhatsApp, também têm aumentado nos últimos anos, a educação midiática se (3) mostra essencial. E não é apenas a ampliação do acesso a estas (4) redes [...]” é possível observar que as redes já haviam sido citadas anteriormente.

Fontes:

- BECHARA, E. Moderna gramática portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009. CUNHA, C.; CINTRA, L. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Lúxikon, 2013.
- ROCHA LIMA, Gramática normativa da língua portuguesa. 31ª ed. (retocada e enriquecida). Rio de Janeiro, José Olympio Editora, 1992.

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
------------------------

<b>11</b>
-----------

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Os dois primeiros vogais devem ser apenas vogais maiúsculas. Já os demais 3 caracteres devem ser algarismos distintos e diferentes de 7. De acordo com a teoria de análise combinatória, poderão ser formados :

- 5 vogais para o primeiro caractere
- 5 vogais para o segundo caractere
- 9 algarismos para o terceiro caractere
- 8 algarismos para o quarto caractere
- 7 algarismos para o quinto caractere

Portanto, há um total de  $5 * 5 * 9 * 8 * 7 = 12600$  códigos distintos

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
------------------------

<b>12</b>
-----------

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A questão possui o conteúdo de razões especiais, presente no edital. Existem algumas razões especiais muito utilizadas em nosso cotidiano, entre as quais se destaca a velocidade média.

Considere que cada volta na lagoa possua  $x$  km. Assim, na ida, foram gastos  $x/22.5$  horas. Na volta, foram gastos  $x/15$  horas. Assim, no trajeto total de  $x+x = 2x$  km, a velocidade média é

$$\frac{2x}{\frac{x}{22.5} + \frac{x}{15}} = 18$$

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
------------------------

<b>14</b>
-----------

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A questão solicita o número de vezes que o algarismo 1 aparece entre 1 e 284. Note que, em números como 11, 121, ou 111, deve-se contar cada vez que o algarismo aparece. Assim:

- De 1 a 100: O algarismo 1 aparece 21 vezes.
- De 101 a 200: O algarismo 1 aparece 120 vezes.
- De 201 a 284: O algarismo 1 aparece 18 vezes.

Logo, o total de vezes é  $21 + 120 + 18 = 159$ .

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
------------------------

<b>25</b>
-----------

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A questão é clara ao solicitar que seja levada em conta a Portaria nº 2.436, de 21 de setembro de 2017.

Nesta Portaria constata-se, em " ATRIBUIÇÕES DOS PROFISSIONAIS DA ATENÇÃO BÁSICA":

"São atribuições dos Agentes de Combate a **ENDEMIAS (ACE)** :

- Executar ações de campo para pesquisa entomológica, malacológica ou coleta de reservatórios de doenças
- Executar ações de controle de doenças utilizando as medidas de controle químico, biológico, manejo ambiental e outras ações de manejo integrado de vetores.
- Realizar cadastramento e atualização da base de imóveis para planejamento e definição de estratégias de prevenção, intervenção e controle de doenças."

Além disso, constata-se: "São atribuições dos **Agentes Comunitário de Saúde (ACS)** : Registrar, para fins de planejamento e acompanhamento das ações de saúde, os dados de nascimentos, óbitos, doenças e outros agravos à saúde, garantido o sigilo ético."

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
------------------------

<b>31</b>
-----------

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O cateterismo vesical consiste na inserção de um cateter na bexiga, por meio da uretra. Tem como funções promover um fluxo contínuo de urina, em casos de obstrução ou quando o indivíduo não consegue controlar a micção, e ajuda na obtenção de amostras de urina livre de contaminação. Além disso, possibilita uma maneira de avaliar a produção de urina em enfermos hemodinamicamente instáveis (POTTER; PERRY, 2013; VOLPATO; PASSOS, 2015).

A cateterização urinária é utilizada em situações específicas e consiste na introdução de um tubo flexível na bexiga para permitir a drenagem de urina. Pode consistir de um sistema intermitente (cateterismo vesical de alívio) ou

residente (cateterismo vesical de demora). É prescrito com o propósito de esvaziar a bexiga para finalidade cirúrgica ou diagnóstica, para clientes com incontinência ou retenção urinária, quando se faz necessária a avaliação exata do débito urinário, para coleta de amostras de urinas e para irrigar a bexiga ou instilar medicamentos nas cirurgias urológicas (WHITE et al., 2012; POTTER; PERRY, 2009).

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
<b>32</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A questão está se referindo as Doenças crônicas não transmissíveis (DCNT's)

Os fatores de risco monitorados incluem: Tabagismo, Excesso de peso e obesidade, consumo alimentar, atividade física, consumo de bebidas alcoólicas, autoavaliação do estado de saúde, prevenção do Câncer e morbidade referida (BRASIL, 2023).

Consumo de hidrogenados e doenças diarreicas não são fatores de risco monitorados pelo vigitel nas DCNT's.

Fonte:

- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente. Departamento de Análise Epidemiológica e Vigilância de Doenças Não Transmissíveis. Vigitel Brasil 2023: vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico: estimativas sobre frequência e distribuição sociodemográfica de fatores de risco e proteção para doenças crônicas nas capitais dos 26 estados brasileiros e no Distrito Federal em 2023.

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
<b>33</b>

**Recurso Procedente. Gabarito alterado para alternativa B.**

Sobre os Direitos

Art. 3º Apoiar e/ou participar de movimentos de defesa da dignidade profissional, do exercício da cidadania e das reivindicações por melhores condições de assistência, trabalho e remuneração, observados os parâmetros e limites da legislação vigente.

Resposta correta deve ser a letra B com o texto "Incentivar e apoiar a participação dos profissionais de enfermagem no desempenho de atividades em organizações da categoria".

Fonte:

- Resolução COFEN nº 564/2017. Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem. Disponível em: RESOLUÇÃO COFEN Nº 564/2017 | Cofen.

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
<b>34</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O Protocolo de Triagem de Manchester (PTM), em particular, constitui um instrumento à disposição dos serviços de urgência que garante a segurança do doente, ao determinar o tempo adequado de espera para observação médica, baseado na identificação de problemas e na atribuição da prioridade clínica" (COIMBRA, 2021). Esse protocolo é uma realidade internacional, usado como ferramenta de triagem em unidades de pronto atendimento no mundo todo. Portanto está incluído dentro do conteúdo Processo do cuidar em enfermagem em emergências e urgências.

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A Lavagem gástrica é contraindicada em caso de intoxicação exógena por produtos corrosivos, pois o procedimento pode aumentar a superfície de contato da substância com a mucosa intestinal, aumentando o dano tecidual.

Porém não há evidências científicas que sustentem a contraindicação de lavagem gástrica em casos de sangramento nasal.

Fontes:

- CORSI, P.R.; ET AL. Lesão aguda esôfago: gástrica causada por agente químico. Rev Ass Med Brasil, v. 46, n. 2, 2000, p. 98-105.
- POTTER, P. A.; PERRY, A. G. Fundamentos de enfermagem. 9 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2018.

**Recurso Procedente. Gabarito alterado para alternativa A.**

Segue adiante as explicações de cada afirmativa:

Afirmativa I - FALSO: Admissão do paciente no pré-operatório imediato inicia 1 (uma) hora antes do procedimento cirúrgico. Os cuidados no período pré-operatório começam na admissão do paciente e, no pré-operatório imediato, iniciam no dia anterior à cirurgia, quando se recebe, ao final da tarde, o mapa cirúrgico. A partir da informação de quais cirurgias serão realizadas no dia seguinte e os seus horários, são preenchidos, além do prontuário com todos os exames necessários para a cirurgia do paciente, os demais papéis. É verificado se há o registro dos dados antropométricos (peso e altura), dos sinais vitais e se foi assinado o termo de consentimento. No momento da internação, que as vezes é no dia anterior ou até no dia da cirurgia, é feito o histórico de enfermagem e o paciente recebe informação sobre as rotinas da unidade (SENA; NASCIMENTO; MAIA, 2013; CHRISTÓFORO; CARVALHO, 2009)

Afirmativa II - FALSO: O paciente é orientado no dia anterior: sobre o horário da cirurgia; a tomar o banho pela manhã, ou antes da mesma; a não lavar o cabelo; a aplicar o degermante no local; e, em colocar a camisola aberta nas costas (SENA; NASCIMENTO; MAIA, 2013), porém o ato de não lavar os cabelos e o uso de degermantes não está bem esclarecido na literatura.

Afirmativa III - FALSO: No dia da cirurgia é feita a higiene no sítio operatório. O esvaziamento vesical deve ocorrer uma hora antes e tricotomia duas horas antes; fala-se que não é recomendado o uso de gilete, e sim, do tricatomizador e o mais próximo possível do horário da cirurgia (SENA; NASCIMENTO; MAIA, 2013). Com relação à tricotomia para que seja realizada deve ser considerada a quantidade de pelos, o local da incisão, o tipo de procedimento e a preferência do cirurgião e, se for necessária, deve-se fazê-la imediatamente antes da cirurgia. É recomendado evitar tricotomias amplas e de preferência utilizar tricatomizadores elétricos (BRASIL, 2013). É recomendada a retirada de pelos somente em situações sumamente especiais e apenas nas áreas a serem operadas. O risco de infecção no sítio cirúrgico aumenta se associado à tricotomia na incisão cirúrgica pelos cortes microscópicos na pele, que mais tarde poderão servir como focos para a multiplicação bacteriana (CHRISTÓFORO; CARVALHO, 2009)

Afirmativa IV - VERDADEIRO: Verifica-se que o termo de consentimento da cirurgia está assinado e, caso não esteja, solicita-se que o assine; verifica-se os sinais vitais, se o paciente está em jejum, se tem pré-anestésico para ser feito na unidade (SENA; NASCIMENTO; MAIA, 2013).

Fontes:

- SENA, A.C.; NASCIMENTO, E. R.P.; MAIA, A. R.C. R. Prática do enfermeiro no cuidado ao paciente no pré-operatório imediato de cirurgia eletiva. Rev. Gaúcha Enferm. v. 34, n. 3, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1983-14472013000300017>
- Agência Nacional de Vigilância Sanitária (BR). Medidas de prevenção de infecção cirúrgica. In: \_\_\_\_\_. Medidas de Prevenção de Infecção relacionada à assistência à saúde. Brasília (DF): MS, 2013. p.67-86.

- Christóforo BEB, Carvalho DS. Cuidados de enfermagem realizados ao paciente cirúrgico no período pré-operatório. Rev Esc Enferm USP. 2009;43(1):14-22.

### Cargo: Enfermeiro para atendimento ao PSF

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE
1	5

#### Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Um texto é tematicamente orientado; quer dizer, desenvolve-se a partir de um determinado tema, o que lhe dá unidade e coerência.

A identificação desse tema é fundamental, pois só assim é possível apreender o sentido global do texto, discernir entre suas partes, principais e outras secundárias, parafraseá-lo, dar-lhe um título coerente ou resumi-lo.

Em um texto argumentativo, as ideias principais, sem dúvida, são aquelas que mais diretamente convergem para o tema central do texto.

O candidato deve ser capaz de identificar do que trata o texto, com base na compreensão do seu sentido global, estabelecido pelas múltiplas relações entre as partes que o compõem. Isso é feito ao relacionarem-se diferentes informações para construir o sentido completo do texto.

Sendo assim, faz-se necessário que o candidato compreenda que o texto discorre sobre **a rejeição aos fenômenos de mudança da língua**. A não aceitação das mudanças da língua pode ocorrer por diversos motivos, tais como desconhecimento, preconceito... O autor começa o texto dizendo que foi tachado por seus leitores de "destruidor da língua". Ele não concorda com essa ideia porque sabe utilizar a norma culta - o que demonstra ao longo de todo o texto -, mas também reconhece que a língua é um organismo vivo, complexo, sofre alterações no tempo e no espaço e não se restringe às regras impostas pela gramática normativa. Justamente por conhecer, compreender e respeitar as mudanças naturais da língua, é capaz de fazer um uso mais "livre, natural", pois sabe que não há apenas uma única maneira de utilizar a linguagem. É por essa razão que ele estabelece uma comparação entre o caderno de receitas da vovó e a gramática tradicional. Ambas têm o seu valor, sua importância e dão sua contribuição, mas um único caderno de receitas não abarca todas as receitas e toda a história da culinária. De modo semelhante, não se pode restringir todos os fenômenos linguísticos à descrição e à normatização feita pela gramática, que são apenas uma vertente dos estudos linguísticos. Valorizar apenas a variedade culta ou formal da língua como se ela fosse a única legítima e correta é rejeitar as demais variedades, que são igualmente eficientes e válidas. **Portanto, o gabarito é letra B.**

Fontes:

- ABAURRE, Maria Luiza M.; ABAURRE, Maria Bernadete; PONTARA, Marcela. **Português: contexto, interlocução e sentido**. 3ª ed. São Paulo: Moderna, 2016.
- CEREJA, William. COCHAR, Thereza. CLETO, Ciley. **Interpretação de Textos: Construindo Competências e Habilidades em Leitura**. 1ª ed. São Paulo: Atual, 2009.
- KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. **Ler e compreender os sentidos do texto**. São Paulo: Contexto, 2006.
- ROSENAL, Marcelo et al. **Interpretação de textos e semântica para concursos**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE
2	9

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A compreensão de um texto se dá não apenas pelo processamento de informações explícitas, mas, também, por meio de informações implícitas. Ou seja, a compreensão se dá pela mobilização de um modelo cognitivo, que integra as informações expressas com os conhecimentos prévios do leitor ou com elementos pressupostos no texto. Para que tal integração ocorra, é fundamental que as proposições explícitas sejam articuladas entre si e com o conhecimento de mundo do leitor, o que exige uma identificação dos sentidos que estão nas entrelinhas do texto (sentidos não explicitados pelo autor). Tais articulações só são possíveis, no entanto, a partir da identificação de pressupostos ou de processos inferenciais, ou seja, de processos de busca dos “vazios do texto”, isto é, do que não está “dado” explicitamente no texto.

Nessa questão, é imprescindível que o candidato faça uma leitura atenta do texto e perceba que um "destruidor da língua" é um usuário ou falante da língua que, por alguma razão, não utiliza as regras da gramática normativa em todas as situações de interação verbal, sobretudo na modalidade escrita. Sendo assim, "destruidor da língua" é alguém que utiliza uma linguagem mais informal ou coloquial, que se encontra em desacordo com as regras da linguagem formal ou culta. **Portanto, o gabarito é letra A.**

Desconhecer ou conhecer os princípios de análise sintática e as regras gramaticais não garantem ao usuário da língua o desenvolvimento da competência escritora, da mesma forma que ignorar ou conhecer as variações linguísticas também não é condição para o exercício eficiente da escrita. Assim, as letras B, C e D estão incorretas.

Fontes:

- ABAURRE, Maria Luiza M.; ABAURRE, Maria Bernadete; PONTARA, Marcela. **Português: contexto, interlocução e sentido** . 3ª ed. São Paulo: Moderna, 2016.
- CEREJA, William. COCHAR, Thereza. CLETO, Ciley. **Interpretação de Textos: Construindo Competências e Habilidades em Leitura** . 1ª ed. São Paulo: Atual, 2009.
- KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. **Ler e compreender os sentidos do texto** . São Paulo: Contexto, 2006.
- ROSENAL, Marcelo et al. **Interpretação de textos e semântica para concursos** . Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE
8	1

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A locução adjetiva é um recurso expressivo da língua portuguesa que desempenha um papel essencial na formação de descrições precisas e na economia linguística. Consiste na utilização de duas ou mais palavras que, juntas, exercem a função de um adjetivo, qualificando substantivos.

Em uma frase, seja ela escrita ou falada, a locução adjetiva tem o objetivo de facilitar a compreensão e permitir que o discurso fique mais sofisticado.

Na maioria dos casos, a locução é formada por uma preposição e um substantivo.

Nas alternativas A, B e D, as locuções **de porco** , **de mármore** e **de alimentos** poderiam ser substituídas por seus adjetivos correspondentes, ou seja, algumas locuções adjetivas se encontram diretamente relacionadas com um adjetivo. Esses adjetivos são, respectivamente, **suína**, **marmórea** e **alimentar/alimentícia** . Embora seja mais recorrente o termo *Engenharia de Alimentos* para designar a área da ciência que trabalha com as principais técnicas para garantir um processo saudável e de conservação dos alimentos em uma indústria, a locução *de alimento* tem como adjetivos correspondentes *alimentar* ou *alimentícia* .

No entanto, outras locuções não podem ser substituídas por adjetivos, uma vez que não há adjetivos correspondentes, como é o caso da locução **de receitas** .

Vale destacar que o termo “de receita” exerce a função de qualificador do substantivo “caderno”. Em vez de “caderno de receitas”, poder-se-ia falar em caderno *de cálculos* , caderno *de poemas* , caderno *de anotações* , caderno *com/sem pauta* , caderno *de música* , caderno *de caligrafia* ... Fica claro que as locuções adjetivas

destacadas atribuem características ao termo “caderno”. A expressão “de receita”, portanto, qualifica, especifica, restringe o sentido do substantivo “caderno”, particularizando-o, isto é, esse termo exerce função de adjetivo. Assim, “de caderno” é uma locução adjetiva.

Alguns gramáticos poderiam considerar “caderno de receitas” como locução substantiva. A justificativa seria o fato de que “caderno de receitas” é um nome para um objetivo com função específica: registrar receitas culinárias. Se considerarmos essa análise, ainda assim será possível isolar o substantivo “caderno”, que continuará sendo caracterizado pela locução adjetiva “de receitas”. Convém ressaltar que essa análise é possível porque a questão exige a análise apenas do termo “caderno de receitas” sem estar contextualizado em um período ou parágrafo do texto.

Tomemos outro exemplo: a expressão “cadeira de rodas” pode ser considerada uma locução substantiva pelo fato de ser um nome para um equipamento com função bastante específica, ou seja, cadeira equipada com rodas e utilizada por pessoas sem ou com mobilidade reduzida. Ainda assim, “de rodas” continua exercendo função de locução adjetiva, já que, no interior da locução substantiva “cadeira de rodas”, o termo “de rodas” continua caracterizando o substantivo “cadeira”. Assim, nesse exemplo, “de rodas” é locução adjetiva de “cadeira” tanto quanto “de receita” é locução adjetiva de “caderno”.

Por fim, convém esclarecer que o termo “culinário” é um adjetivo. No entanto, não é adjetivo correspondente à locução “de receitas”, uma vez que o significado de “de receitas” não está exclusivamente relacionado à cozinha ou à arte de cozinhar (culinário). Existem outros tipos de receitas, como a receita médica e até mesmo receita para emagrecer, para o cabelo crescer, por exemplo. Um caderno pode ser usado para registrar receitas culinárias, portanto, pode ser um caderno culinário. Todavia, pode também ser utilizado para registrar outros tipos de receitas. Reiterando: embora o texto mencione em diversos momentos a ideia de receita culinária, o mesmo não ocorre no enunciado da questão, que não determinou uma receita em específico. **Portanto, o gabarito é a letra C.**

Fontes:

- AZEREDO, J. C. **Gramática Houaiss da língua portuguesa** . 2ª ed. São Paulo: Publifolha, 2008.
- BECHARA, Evanildo. **Moderna Gramática Portuguesa** . 37ª ed. Rio de Janeiro : Lucerna, 1999.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. **Nova Gramática do Português Contemporâneo** . Rio de Janeiro: Lexikon, 2014.
- SACCONI, Luiz A. **Nossa gramática completa** . 34ª ed. São Paulo: Matrix, 2021.

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE
9	6

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Em todo texto de maior extensão, aparecem expressões conectoras – sejam conjunções, preposições, advérbios e respectivas locuções – que criam e sinalizam relações semânticas de diferentes naturezas. Entre as mais comuns, podemos citar as relações de causalidade, de comparação, de concessão, de tempo, de condição, de adição, de oposição etc. Reconhecer o tipo de relação semântica estabelecida por esses elementos de conexão é uma habilidade fundamental para a apreensão da coerência do texto.

No enunciado em análise, as orações "Ela se ofenderia com a calúnia", "o que talvez fosse divertido" e "era meio brava" estabelecem entre si uma relação de causa e consequência, sendo que as duas primeiras são consequências da terceira, que é a causa. Assim, o autor poderia ter utilizado entre a segunda e a terceira oração a locução conjuntiva "uma vez que", que é a mais adequada para introduz a ideia de causa.

Em A, "no entanto" expressa ideia de oposição. Em C, "contanto que" expressa ideia de concessão. Em D, "de modo que" expressa ideia consequência. **Portanto, o gabarito é letra B.**

Fontes:

- AZEREDO, J. C. **Gramática Houaiss da língua portuguesa** . 2ª ed. São Paulo: Publifolha, 2008.
- BECHARA, Evanildo. **Moderna Gramática Portuguesa** . 37ª ed. Rio de Janeiro : Lucerna, 1999.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. **Nova Gramática do Português Contemporâneo** . Rio de Janeiro: Lexikon, 2014.
- SACCONI, Luiz A. **Nossa gramática completa** . 34ª ed. São Paulo: Matrix, 2021.

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>	<b>Tipo 2 - VERDE</b>
<b>10</b>	<b>4</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Geralmente o estudo descritivo da linguagem é dividido em vários níveis. Aqueles tradicionalmente tidos como os principais são: o nível fonético-fonológico, o nível morfológico, o nível sintático. Esses três níveis constituem a gramática de uma língua. A esses níveis deve-se acrescentar o léxico, ou seja, o conjunto das palavras que compõem uma língua e que são usadas respeitando as regras da gramática. O estudo dos significados das palavras e das frases (ou dos enunciados) é objeto da semântica e da pragmática, dependendo se o foco está no estudo do significado puramente linguístico ou da língua inserida em seu uso concreto.

As alternativas da questão em análise apresentam quatro níveis e solicita que o candidato reconheça em qual alternativa há exemplo de análise sintática.

Sintaxe é a parte da gramática que estuda as regras e relações das palavras dentro da frase ou de um período. Analisa a disposição das palavras nas frases, das frases nas orações e destas nas sentenças. A sintaxe permite analisar o sentido das frases e realizar o ordenamento correto das palavras dentro da oração. A sintaxe da língua portuguesa é dividida em termos: sujeito, predicado, objeto, adjunto adnominal, adjunto adverbial, complemento nominal, aposto, vocativo. Assim, em B, a expressão "minha melhor professora de português" atua como aposto explicativo do sujeito determinado simples "a dona Nilza, o termo foi analisado sintaticamente. **Portanto, o gabarito é letra B.**

**Nível fonológico:** é o estudo da fisiologia ou produção motora dos sons da fala e sua produção acústica. O conhecimento fonológico de uma língua inclui conhecer as regras para combinar os fonemas desta língua. Além dessas regras segmentais, há regras fonológicas governando o uso de características suprasegmentais como tom, acentuação e duração de vogais e consoantes. **ANÁLISE FONOLÓGICA:** A palavra "olhos" apresenta 5 letras e 4 fonemas, possui o dígrafo "lh", é dissílaba, paroxítona e a separação silábica é *o-lhos*.

**Nível morfológico:** é o estudo de cada uma das palavras de uma oração, que são classificadas de forma individual. A morfologia estuda as palavras sob o ponto de vista da estrutura e forma; das flexões e da classificação conforme a classe gramatical a que pertencem. **ANÁLISE MORFOLÓGICA:** "Criou" é um verbo regular de 1ª conjugação e está flexionado na 3ª pessoa do singular do pretérito perfeito do modo indicativo.

**Nível pragmático:** nesse nível, encontra-se a análise do sentido que as palavras ou expressões podem assumir em um contexto específico. **ANÁLISE PRAGMÁTICA:** O termo "abrir meus olhos" se refere, conotativamente, à capacidade de conscientização, de perceber algo que não via antes, de sair da ignorância.

Fontes:

- AZEREDO, J. C. **Gramática Houaiss da língua portuguesa**. 2ª ed. São Paulo: Publifolha, 2008.
- BECHARA, Evanildo. **Moderna Gramática Portuguesa**. 37ª ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. **Nova Gramática do Português Contemporâneo**. Rio de Janeiro: Lexikon, 2014.
- SACCONI, Luiz A. **Nossa gramática completa**. 34ª ed. São Paulo: Matrix, 2021.
- [https://grad.letras.ufmg.br/arquivos/monitoria/ApostilaConceitos%20b%C3%A1sicos\\_Aula1.pdf](https://grad.letras.ufmg.br/arquivos/monitoria/ApostilaConceitos%20b%C3%A1sicos_Aula1.pdf)
- <https://pjamilk.com/2020/08/11/niveis-de-analise-da-lingua/>
- <https://linguisticageralunip.wordpress.com/2017/11/14/os-niveis-de-analise-linguistica/>
- <https://blog.portaleducacao.com.br/niveis-linguisticos-quais-sao/>

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>	<b>Tipo 2 - VERDE</b>
<b>11</b>	<b>13</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

De acordo com as informações do enunciado, somente um dos netos mentiu, de modo que os demais netos disseram a verdade. Além disso, as quantidades de bolinhas de gude deles são distintas. É necessário avaliar cada afirmação:

- Se Arthur mente, os demais falam a verdade. Consequentemente, ele e Diego possuem 8 bolinhas de gude = **CONTRADIÇÃO**.

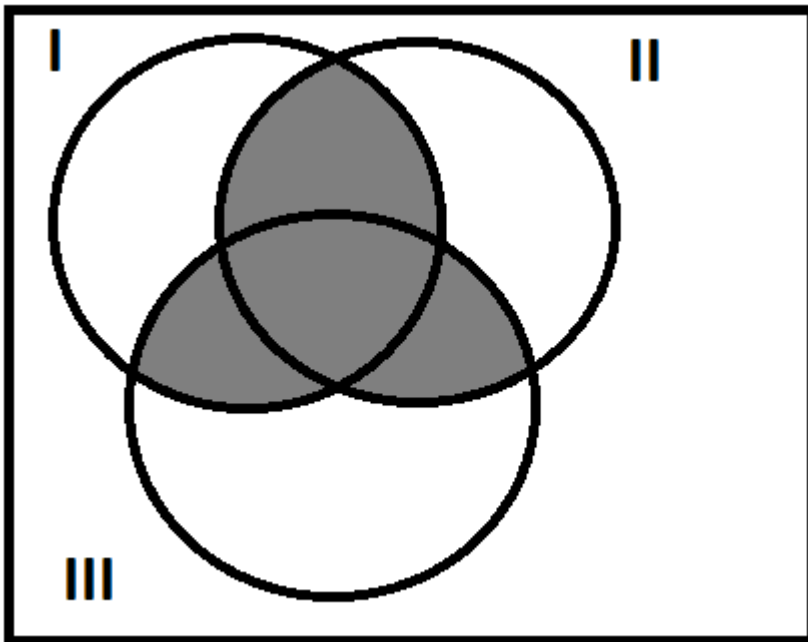


- Se Bernardo mente, os demais falam a verdade. Consequentemente, Arthur possui 4 e 8 bolinhas de gude = CONTRADIÇÃO.
  - Se Celso mente, os demais falam a verdade. Consequentemente, Diego possui 8 bolinhas de gude, Bernardo possui 10 bolinhas de gude, Arthur possui 4 bolinhas de gude e Celso possui 6 bolinhas de gude = CORRETO
  - Se Diego mente, Arthur possui 4 e 8 bolinhas de gude = CONTRADIÇÃO
- Assim, Arthur, Bernardo e Celso possuem, no total, 20 bolinhas.

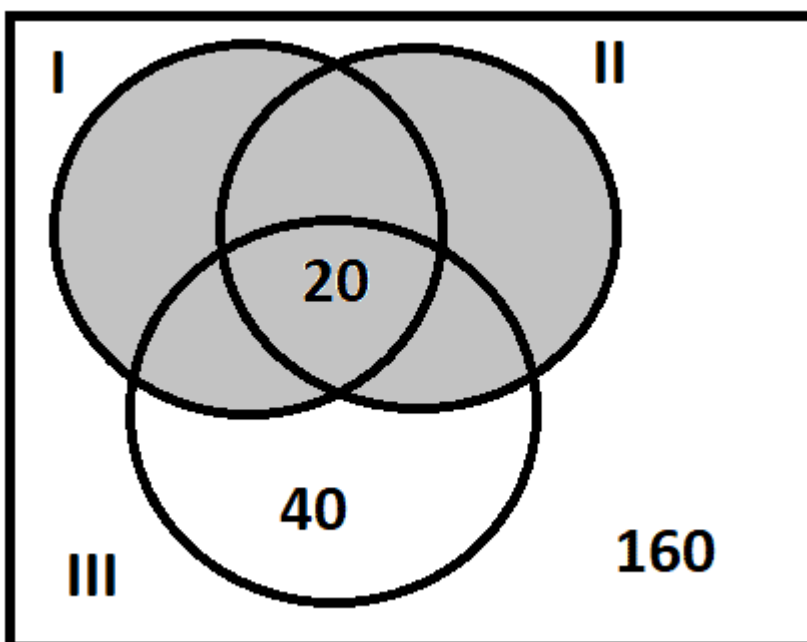
Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE
12	14

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O enunciado questiona quantas pessoas, no mínimo, foram aprovadas em pelo menos duas das provas I, II e III. O número de pessoas que foram aprovadas em pelo menos duas provas é dado pela área cinza do seguinte diagrama:

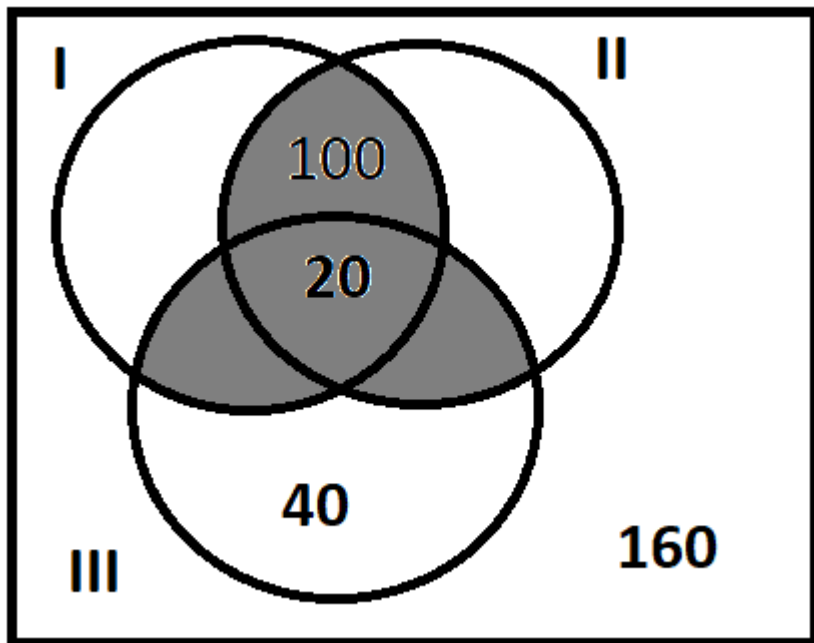


Com o primeiro, quarto e quinto resultados apresentados no enunciado, pode-se construir o seguinte diagrama:

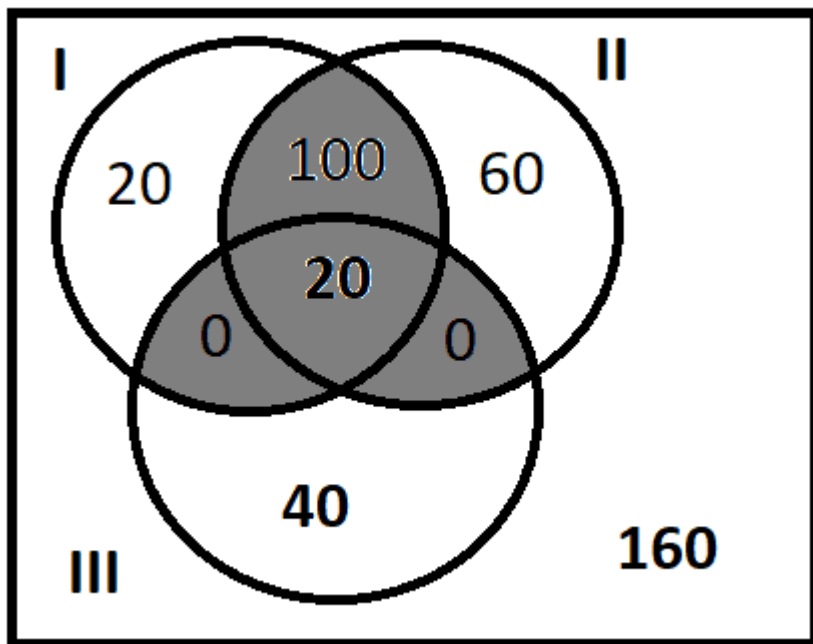


Assim, sobram  $400(\text{total de candidatos}) - 160 - 40 = 200$  para o total das áreas preenchidas em cinza (pelo menos uma aprovação nas provas I e II). De acordo com o enunciado, 140 candidatos foram aprovados na prova I e 180

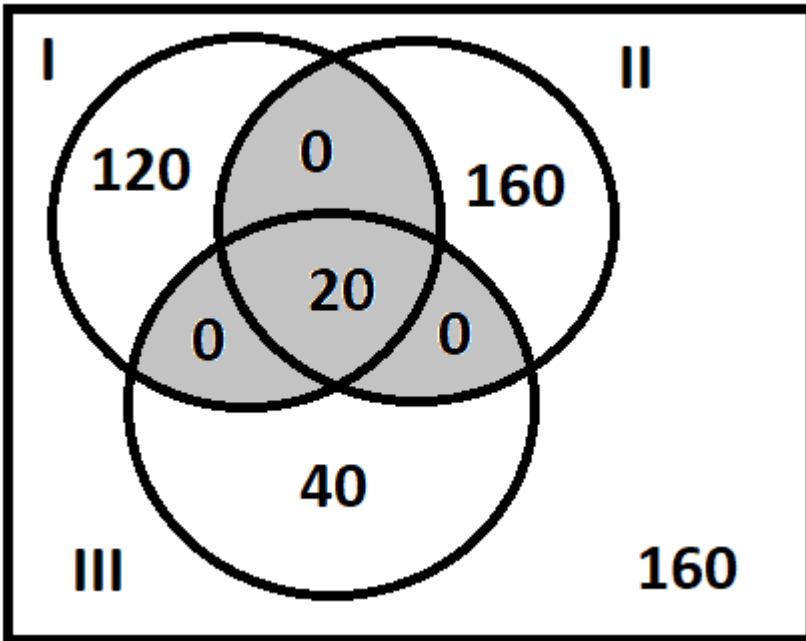
candidatos foram aprovados na prova II. Assim, usando o principio da adiç3o de conjuntos, o n3mero de candidatos que foram aprovados nas duas provas (I e II) 3 dado por  $140$  (prova I) +  $180$  (prova II) –  $200$  (total) =  $120$  e tem-se o seguinte diagrama:



Assim, o n3mero m3nimo de candidatos aprovados em pelo menos duas provas 3  $120$ , conforme o seguinte diagrama:



Em qualquer outra possibilidade, haver3 mais de  $120$  alunos aprovados em pelo menos duas provas. Se a resposta para esta quest3o fosse  $20$ , ter3amos o seguinte diagrama:



Essa situação não retrata a realidade, pois  $120+20+160+40+160 > 400$  (total de candidatos)

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE
13	11

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Considere o seguinte esquema para resolver a questão:

	Verde	Roxo	Preto	Cinza
Pâmela				
Lindalva				
Silvana				
Letícia				

A partir das informações fornecidas, pode-se preencher as seguintes lacunas:

	Verde	Roxo	Preto	Cinza
Pâmela	não	não		não
Lindalva	sim	não		
Silvana	não	Sim		
Letícia	não	Sim		

Como cada amiga gostou de pelo menos uma camisa, Pâmela só pode ter gostado da camisa preta. Consequentemente, Lindalva não pode ter gostado desta camisa e, portanto, gostou da camisa cinza. Assim, tem-se o esquema completo:

	Verde	Roxo	Preto	Cinza
Pâmela	não	não	Sim	não
Lindalva	sim	não	não	sim
Silvana	não	Sim	Sim	não
Letícia	não	Sim	Sim	não

Assim, a única alternativa correta é que Letícia gostou da camisa preta.

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE
15	12

**Recurso Procedente. Questão Anulada.**

A questão apresenta ambiguidade, uma vez que não fica evidente que a equivalência das 4 moedas do país A deve ser dada pelo total dos valores apresentados em cada uma das alternativas. Se nas alternativas estivesse escrito “10 moedas do país B **mais** 20 moedas do país C” e “10 moedas do país B **mais** 30 moedas do país C” seria evitada esta ambiguidade. Assim, a questão deve ser anulada.

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE
19	25

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Número de óbitos femininos por causas maternas, por 100 mil nascidos vivos, em determinado espaço geográfico, no ano considerado.

Morte materna, segundo a 10ª Revisão da Classificação Internacional de Doenças (CID-10), é a "morte de uma mulher durante a gestação ou até 42 dias após o término da gestação, independente da duração ou da localização da gravidez, devida a qualquer causa relacionada com ou agravada pela gravidez ou por medidas em relação a ela, porém não devida a causas acidentais ou incidentais.

Fonte:

- <https://tabnet.datasus.gov.br/cgi/idb2000/fqc06.htm>

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE
26	28

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Diante do caso hipotético narrado, temos:

- Ana está incorreta. Conforme art. 45, XIV c/c art. 10, não existe “Poder Judiciário Municipal”. O município dispõe apenas dos Poderes Executivo e Legislativo, tratando-se de regra basilar da federação brasileira.
- Jana está incorreta. O art. 44, IX, prevê que tal matéria cabe à Câmara Municipal, mas com a sanção do Prefeito.
- Por fim, Lana está correta. Tal possibilidade está prevista no art. 62, V.

Todas as referências acima são da Lei Orgânica Municipal.

Assim, somente Lana está correta. Confirma-se, portanto, o gabarito preliminar divulgado.

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE
28	27

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A seguir, demonstra-se o fundamento legal e justificativas para cada afirmativa:

- “I. João, ocupante de cargo em comissão e que não é servidor efetivo do Município, praticou conduta que enseja a penalidade de suspensão; nesse caso, prevê a lei que João deve ser exonerado do cargo.”
  - Julgamento : Verdadeiro, conforme art. 199 da Lei Complementar nº 009, de 3 de dezembro de 1992 - Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Divinópolis, a exoneração de cargos em comissão de não ocupante de cargo efetivo será aplicada nos casos de infração sujeita às penalidades de suspensão e de demissão.
- “II. A acumulação de cargos públicos é ilícita em qualquer caso, ainda que comprovada a compatibilidade de horários, ressalvada a hipótese de exercício de mais de um cargo comissionado.”
  - Julgamento : Falso, conforme art. 182 e 183 da LC nº 009/1992.

- “III. O estatuto assegura licença, de igual período, tanto ao servidor quanto à servidora que obtiverem guarda judicial para fins de adoção.”
  - Julgamento : Falso. Os períodos de licença paternidade e maternidade são distintos, conforme art. 131 e 133 da LC nº 009/1992, conforme redação atualizada pela Lei Complementar nº 216, de 05/11/2021. Assim, o erro da afirmativa está no trecho “de igual período”. Descabem alegações de que se aplica ao caso o RE 778.889/PE, julgado pelo STF, pois naquele caso discutiu-se a possibilidade de lei instituir prazos diferenciados de licença-maternidade às servidoras gestantes e às adotantes, o que não é o caso da questão em tela.

Ratifica-se, portanto, o gabarito preliminar divulgado.

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>	<b>Tipo 2 - VERDE</b>
29	30

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Inicialmente, cabe destacar que o comando dispor que Tício informou a Mévio (e não o contrário) é irrelevante para a resolução da questão, que busca o conhecimento do candidato acerca do Estatuto dos Servidores.

A seguir, apresenta-se cada uma das alternativas e seus respectivos fundamentos e justificativas:

- A) *Por ser considerada medida intimidatória e que afeta o direito de autodefesa, a legislação veda a realização de interrogatório do acusado.*
  - Julgamento: incorreta. O art. 222 prevê expressamente a possibilidade de interrogatório do acusado, não sendo medida irregular.
- B) *O processo disciplinar se desenvolve nas fases de instauração, com a publicação do ato que constitui a comissão, e inquérito administrativo, que compreende instrução, defesa, relatório e julgamento.*
  - Julgamento: incorreta. Conforme art. 214, a fase de inquérito administrativo não compreende o julgamento, o qual é proferido por autoridade distinta e se submete a regras próprias. Ademais, a lei cita a fase de publicidade dos atos.
- C) *Ainda que a decisão final do processo final seja desfavorável a Tício, a lei permite a revisão do processo disciplinar, a qualquer tempo, a pedido ou de ofício, quando se aduzirem fatos novos ou circunstâncias suscetíveis de justificarem a inocência do punido ou a inadequação da penalidade aplicada.*
  - Julgamento: correta. A possibilidade de revisão do processo disciplinar é direito garantido ao servidor, nos termos do art. 237.
- D) *Na fase do inquérito, a comissão promoverá de forma sigilosa a tomada de depoimento, acareações, investigações e diligências cabíveis; o servidor somente terá acesso às provas produzidas após a publicação da decisão final do processo disciplinar, oportunidade em que poderá exercer o seu direito de contraditório e ampla defesa.*
  - Julgamento: incorreta. É assegurado ao servidor o direito de acompanhar o processo, pessoalmente ou por intermédio de procurador, arrolar e reinquirir testemunhas, produzir provas e contraprovas e formular quesitos, quando se tratar de prova pericial (art. 219).

Todas as referências acima são da LC 009/1992.

Confirma-se, assim, o gabarito preliminar divulgado.

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>	<b>Tipo 2 - VERDE</b>
30	26

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O art. 16 prevê expressamente a possibilidade de alienação de bens municipais. Logo, a Lei Orgânica não veda tal prática. A afirmativa I é correta.

Em outro ponto, argumentam que a emenda à Lei Orgânica somente pode ocorrer se os Vereadores, o Prefeito e os cidadãos, de forma conjunta, apresentarem uma proposta para tal. Esse não é o entendimento que se extrai da “Subseção I - Das Emendas à Lei Orgânica”. Assim, a afirmativa II é correta.

Por fim, a afirmativa III é correta, conforme art. 9º, I.

Ratifica-se, portanto, o gabarito preliminar divulgado.

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE
31	34

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

De acordo com a Linha de Cuidado do Adulto com Hipertensão Arterial Sistêmica do Ministério da Saúde, sintomas como falta de ar progressiva e edema em membros inferiores sugerem a possibilidade de descompensação da insuficiência cardíaca em um paciente hipertenso. Portanto, a conduta inicial adequada é encaminhar o paciente imediatamente para o pronto-socorro mais próximo para avaliação e manejo adequados da condição, visando estabilização clínica e prevenção de complicações. Portanto a resposta correta é a alternativa “ **Encaminhar o paciente imediatamente para o pronto-socorro mais próximo devido aos sintomas de insuficiência cardíaca.**”

Fonte:

- Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Departamento de Saúde da Família. Linha de cuidado do adulto com hipertensão arterial sistêmica [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção Primária à Saúde, Departamento de Saúde da Família. – Brasília : Ministério da Saúde, 2021. 85 p. : il

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE
32	35

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A gestante com síndromes hipertensivas, principalmente, não controlada deve ser acompanhada em um serviço de atenção secundária com suporte especializado, conforme recomendado pelo manual de gestação de alto risco. Níveis pressóricos maiores ou iguais a PAS 160 ou PAD 110 mmHg são considerados como crise hipertensiva e justificam a intervenção medicamentosa imediata, que pode ser realizada na atenção primária, portanto não justifica referenciar para o serviço de urgência. Ademais, não consta no caso nenhum outro sinal ou sintoma referindo à pré-eclâmpsia ou qualquer outro sinal de gravidade.

Portanto, a resposta correta é a alternativa: “Referenciar a gestante para um serviço de atenção secundária com suporte especializado em hipertensão gestacional, mantendo o seguimento compartilhado com a APS.”

Fonte:

- Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Departamento de Ações Programáticas. Manual de gestação de alto risco [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Departamento de Ações Programáticas. – Brasília : Ministério da Saúde, 2022. 692 p. : il.

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE
34	33

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

De acordo com o Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para Atenção Integral às Pessoas com Infecções Sexualmente Transmissíveis do Ministério da Saúde, de 2022, a **resposta correta** é “Iniciar tratamento imediato com base na suspeita clínica, independentemente dos resultados laboratoriais.”

A **conduta inicial para o manejo da Doença Inflamatória Pélvica (DIP)** deve ser rápida e eficiente, visando evitar complicações graves como **infertilidade**, **abscessos pélvicos**, e **doença pélvica crônica**. A abordagem deve incluir **tratamento empírico imediato**, exames complementares, e orientações para acompanhamento. O manejo precoce é essencial para evitar complicações, e o **tratamento empírico** é fundamental, uma vez que os exames laboratoriais podem demorar e há necessidade de cobrir diversos patógenos. Iniciar o tratamento não se resume a prescrição do antimicrobiano exclusivamente pelo enfermeiro. Ademais, essa conduta pode ser indicada durante uma consulta compartilhada com o médico da estratégia saúde da família.

Fonte:

- Brasil. Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Doenças de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis. Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para Atenção Integral às Pessoas com Infecções Sexualmente Transmissíveis – IST [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Doenças de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis. – Brasília : Ministério da Saúde, 2022. 211 p. : il.

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE
35	32

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

De acordo com o **Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas (PCDT)** para IST do Ministério da Saúde, deve-se iniciar tratamento empírico para *Neisseria gonorrhoeae* e *Chlamydia trachomati*. O tratamento sintomático é indicado sempre que os sintomas forem compatíveis com uretrite, sem aguardar resultados laboratoriais, para evitar complicações e reduzir a transmissão.

Fonte:

- Brasil. Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Doenças de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis. Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para Atenção Integral às Pessoas com Infecções Sexualmente Transmissíveis – IST [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Doenças de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis. – Brasília : Ministério da Saúde, 2022. 211 p. : il.

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE
36	38

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A vacina HPV é indicada para jovens do sexo feminino de 9 a 13 anos de idade, para a imunização ativa contra os tipos de HPV 6, 11, 16 e 18, a fim de prevenir contra câncer do colo do útero, vulvar, vaginal e anal, lesões pré-cancerosas ou displásicas, verrugas genitais e infecções causadas pelo papilomavírus humano (HPV). Esta vacina visa prevenir a infecção de 4 tipos de vírus, por isto, recebe a denominação quadrivalente. O termo polivalente se refere à múltiplas proteções, ou seja, não indicando exatamente número de doenças ou microorganismos que conferem a proteção.

Fonte:

- Ministério da Saúde. NOTA TÉCNICA CONJUNTA Nº 101/2024-CGICI/DPNI/SVSA/MS. Vacina HPV4 para usuários de Profilaxia Pré-Exposição (PrEP) de 15 a 45 anos. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/notas-tecnicas/2024/nota-tecnica-conjunta-no-101-2024-cgici-dpni-svsa-ms/> Acesso em: 24/10/2024

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE
37	40

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

É solicitado ao candidato assinalar a opção incorreta para a questão. Assim, as opções de resposta A (apresenta manifestações clínicas variadas), B (a dor muscular é um dos principais sintomas da fase precoce) e D (A manifestação clássica da leptospirose grave é a síndrome de Weil, caracterizada pela tríade de icterícia, insuficiência renal e hemorragias, mais comumente pulmonar) estão corretas. A opção C está incorreta ao afirmar que “aproximadamente 20% dos casos evoluem para as manifestações graves da doença”. De acordo com o Ministério da Saúde, em 10% a 15% dos pacientes com leptospirose ocorre a evolução para manifestações clínicas graves, que tipicamente se iniciam após a primeira semana de doença, mas que podem ocorrer mais cedo, especialmente em

pacientes com apresentações fulminantes. A alternativa B refere a dor muscular como um dos principais sintomas da fase precoce. Sustenta o recurso que o termo correto a ser utilizado seria “mialgia”.

É possível verificar no endereço eletrônico <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/l/leptospirose> o uso do termo para descrever tal sintoma.

Fonte:

- Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis. Leptospirose: diagnóstico e manejo clínico / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis. – Brasília : Ministério da Saúde, 2014.

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE
39	36

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Considerando o trecho do enunciado da questão “De acordo com as atuais recomendações do Ministério da Saúde...” e considerando a última publicação deste órgão de Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas de Diabetes melito Tipo 2, recomenda-se que todos os indivíduos assintomáticos, sem diagnóstico de DM2, e com idade igual ou acima de 45 anos, mesmo sem fator de risco, realizem rastreamento para DM.

Fonte:

- PORTARIA SECTICS/MS Nº 7, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2024. Torna pública a decisão de atualizar, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS, o Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas de Diabetes Melito Tipo 2.

**Cargo: Engenheiro Agrimensor**

Tipo 1 - BRANCA
11

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

De acordo com as informações do enunciado, somente um dos netos mentiu, de modo que os demais netos disseram a verdade. Além disso, as quantidades de bolinhas de gude deles são distintas. É necessário avaliar cada afirmação:

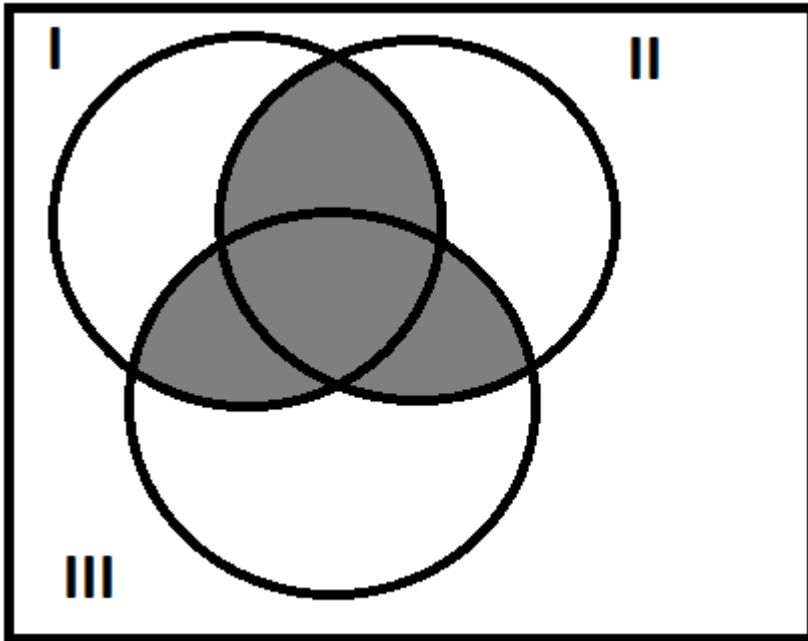
- Se Arthur mente, os demais falam a verdade. Consequentemente, ele e Diego possuem 8 bolinhas de gude = CONTRADIÇÃO.
- Se Bernardo mente, os demais falam a verdade. Consequentemente, Arthur possui 4 e 8 bolinhas de gude = CONTRADIÇÃO.
- Se Celso mente, os demais falam a verdade. Consequentemente, Diego possui 8 bolinhas de gude, Bernardo possui 10 bolinhas de gude, Arthur possui 4 bolinhas de gude e Celso possui 6 bolinhas de gude = CORRETO
- Se Diego mente, Arthur possui 4 e 8 bolinhas de gude = CONTRADIÇÃO

Assim, Arthur, Bernardo e Celso possuem, no total, 20 bolinhas.

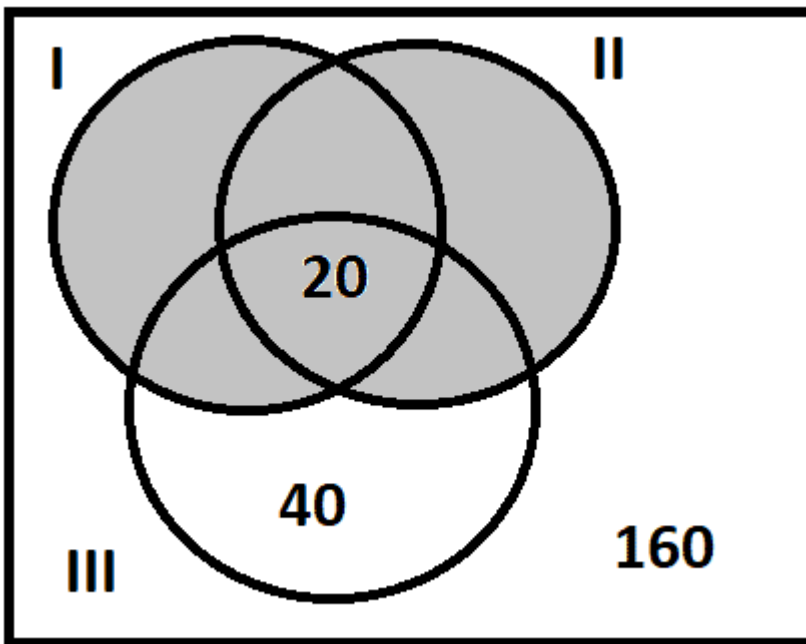


**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

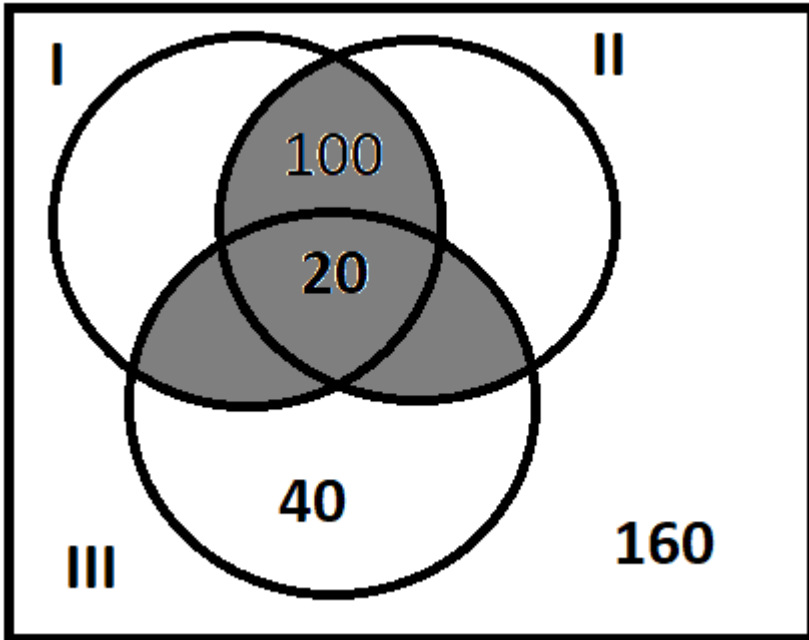
O enunciado questiona quantas pessoas, no mínimo, foram aprovadas em pelo menos duas das provas I, II e III. O número de pessoas que foram aprovadas em pelo menos duas provas é dado pela área cinza do seguinte diagrama:



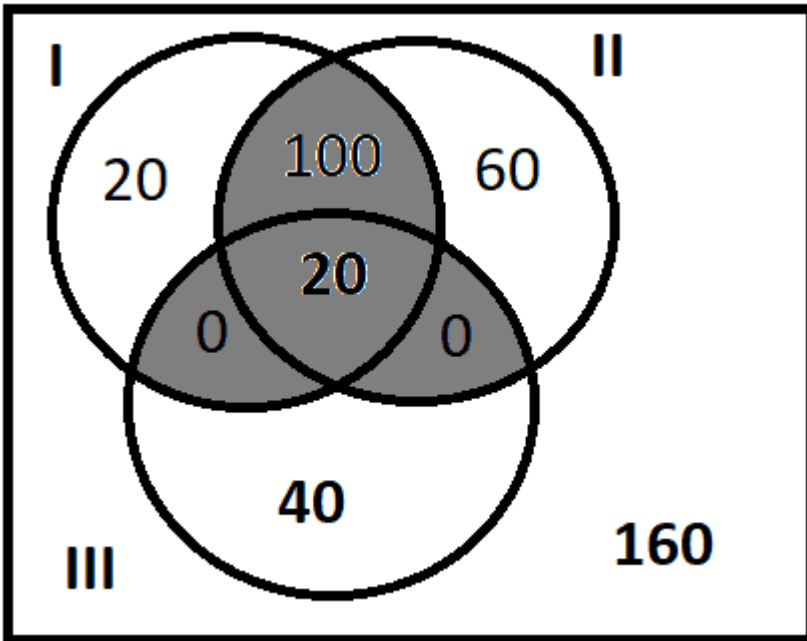
Com o primeiro, quarto e quinto resultados apresentados no enunciado, pode-se construir o seguinte diagrama:



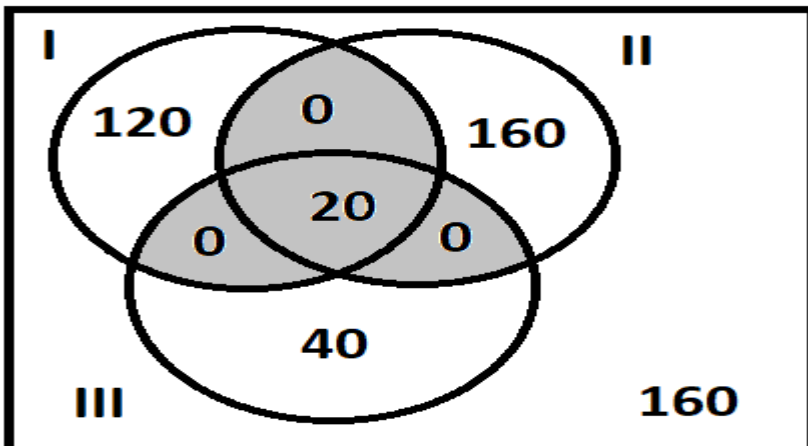
Assim, sobram  $400(\text{total de candidatos}) - 160 - 40 = 200$  para o total das áreas preenchidas em cinza (pelo menos uma aprovação nas provas I e II). De acordo com o enunciado, 140 candidatos foram aprovados na prova I e 180 candidatos foram aprovados na prova II. Assim, usando o princípio da adição de conjuntos, o número de candidatos que foram aprovados nas duas provas (I e II) é dado por  $140 (\text{prova I}) + 180 (\text{prova II}) - 200 (\text{total}) = 120$  e tem-se o seguinte diagrama:



Assim, o número mínimo de candidatos aprovados em pelo menos duas provas é 120, conforme o seguinte diagrama:



Em qualquer outra possibilidade, haverá mais de 120 alunos aprovados em pelo menos duas provas. Se a resposta para esta questão fosse 20, teríamos o seguinte diagrama:



Essa situação não retrata a realidade, pois  $120+20+160+40+160 > 400$  (total de candidatos)

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Considere o seguinte esquema para resolver a questão:

	Verde	Roxo	Preto	Cinza
Pâmela				
Lindalva				
Silvana				
Letícia				

A partir das informações fornecidas, pode-se preencher as seguintes lacunas:

	Verde	Roxo	Preto	Cinza
Pâmela	não	não		não
Lindalva	sim	não		
Silvana	não	Sim		
Letícia	não	Sim		

Como cada amiga gostou de pelo menos uma camisa, Pâmela só pode ter gostado da camisa preta. Consequentemente, Lindalva não pode ter gostado desta camisa e, portanto, gostou da camisa cinza. Assim, tem-se o esquema completo:

	Verde	Roxo	Preto	Cinza
Pâmela	não	não	Sim	não
Lindalva	sim	não	não	sim
Silvana	não	Sim	Sim	não
Letícia	não	Sim	Sim	não

Assim, a única alternativa correta é que Letícia gostou da camisa preta.

**Recurso Procedente. Questão Anulada.**

A questão apresenta ambiguidade, uma vez que não fica evidente que a equivalência das 4 moedas do país A deve ser dada pelo total dos valores apresentados em cada uma das alternativas. Se nas alternativas estivesse escrito “10 moedas do país B **mais** 20 moedas do país C” e “10 moedas do país B **mais** 30 moedas do país C” seria evitada esta ambiguidade. Assim, a questão deve ser anulada.

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A questão solicita qual das afirmativas é **necessariamente** correta. Analisando cada uma:

- Cada filho gastou mais que R\$ 840,10: Falso, pois 4 filhos podem ter gastado R\$ 1.000,00 e o filho restante ter gastado o valor de R\$240,60.
- Algum filho gastou entre R\$ 848,00 e R\$ 849,00: Falso, pois 4 filhos podem ter gastado R\$1.000,00 reais e o filho restante ter gastado o valor de R\$240,60.
- Algum filho gastou menos que R\$ 848,00: Falso, pois cada filho pode ter gastado R\$ 848,12.
- Algum filho gastou mais que R\$ 848,10: Correta, pois a divisão mais igualitária do dinheiro é exatamente cada filho gastar R\$ 848,12.

Assim, **necessariamente**, algum filho gastou mais de R\$ 848,10.

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
<b>20</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Para o conteúdo de raciocínio lógico, Luciana precisou de  $2250/45 = 50 + 5$  (não conseguiu) = 55 dias. Por outro lado, para o conteúdo de legislação, Luciana precisou de  $3900/60 = 65$  dias. Se ambos os conteúdos ela começou em uma quarta-feira, então:

- Ela finalizou o estudo de raciocínio lógico em uma segunda-feira (Quarta feira + 54 dias)
- Ela finalizou o estudo de legislação em uma quinta-feira. (Quarta feira + 64 dias)

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
<b>35</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

De acordo com Alves e Silva (2016), segue resolução da questão:

As altitudes e variações do geóide ( $?N$ ) são:

<b>Estação</b>	<b>N</b>	<b>?N</b>
A	$319,625-289,215=30,410$	$30,352-(30,410)=-0,058$
B	$338,554-308,515=30,039$	$30,029-(30,039)=-0,010$
C	$331,215-300,985=30,230$	$30,200-(30,230)=-0,030$

$$?N_{\text{médio}} = (-0,058+(-0,010)+(-0,030))/3=-0,033$$

A altitude ortométrica da estação de referência D é:

$$\text{Elev.}_D = 301,254-(30,858+(-0,033))=270,429\text{m}$$

Fonte:

- ALVES, M. de C.; SILVA, F. M. da. **Geomática para Levantamento de Ambientes** : Base para Aplicações em Topografia, Georreferenciamento e Agricultura de Precisão . Lavras: Editora UFLA, 2016.

**Cargo: Engenheiro Agrônomo**

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
<b>15</b>

**Recurso Procedente. Questão Anulada.**

A questão apresenta ambiguidade, uma vez que não fica evidente que a equivalência das 4 moedas do país A deve ser dada pelo total dos valores apresentados em cada uma das alternativas. Se nas alternativas estivesse escrito “10 moedas do país B **mais** 20 moedas do país C” e “10 moedas do país B **mais** 30 moedas do país C” seria evitada esta ambiguidade. Assim, a questão deve ser anulada.

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Somente a última sentença está incorreta pois se trata de uma definição de geoprocessamento e não do sistema conhecido como GPS.

O conjunto de tecnologias voltadas a coleta e tratamento de informações espaciais para um objetivo específico é uma das definições de geoprocessamento.

O Sistema GPS, apesar de ser utilizado nos trabalhos de Geoprocessamento, por si só não pode ter a mesma definição de geoprocessamento pois trata-se de um sistema de obtenção de coordenadas e navegação.

Fonte:

- REGHINI, F. L.; CAVICHIOLI, F. A. UTILIZAÇÃO DE GEOPROCESSAMENTO NA AGRICULTURA DE PRECISÃO. **Revista Interface Tecnológica**, [S. l.], v. 17, n. 1, p. 329–339, 2020. DOI: 10.31510/infa.v17i1.750. Disponível em: <https://revista.fatectq.edu.br/interfacetecnologica/article/view/750>. Acesso em: 21 out. 2024.

**Recurso Procedente. Gabarito alterado para alternativa B.**

A prática correta para a situação apresentada é a descrita na alternativa B) Desbaste seletivo e desrama.

Como a plantação é desuniforme recomenda-se um desbaste seletivo das plantas de pouco potencial seguida de desrama para evitar a presença de nós na madeira. Portanto, o gabarito deve ser alterado para a letra B) Desbaste seletivo e desrama.

**Cargo: Engenheiro Civil****Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

De acordo com o enunciado da questão “ Pode-se compreender a partir do título atribuído ao texto, “Trabalho análogo à escravidão está longe de ser viés ultrapassado no Brasil”, que:”, a alternativa “ **D**) Situação de trabalho comparado à escravidão, no Brasil, pode ser constatada como real e atual, havendo uma distância entre esta e uma outra realidade.” foi corretamente indicada como correta. Situação de trabalho comparado à escravidão = Trabalho análogo à escravidão; no Brasil = no Brasil; pode ser constatada como real e atual, havendo uma distância entre esta e uma outra realidade = está longe de ser viés ultrapassado.

A alternativa “ **A**) O processo de escravidão no Brasil foi um período de longa duração com **consequências** que permanecem até os dias atuais.” não pode ser indicada como correta, não há referência a consequências. A alternativa “ **B**) Possibilidades de trabalho análogos à escravidão no Brasil são uma realidade nos dias atuais a **serem concretizadas**.” não pode ser considerada correta, tal realidade já está concretizada de acordo com o título do texto.

A alternativa “ **C**) Em decorrência dos trabalhos comparáveis à escravidão, faz-se necessário que novas políticas públicas sejam implementadas na sociedade atual.” não pode ser considerada correta, **não há referência a necessidades** no título apresentado.

Fontes:

- AQUINO, Renato. Interpretação de Textos. Ed. Impetus.

- COSTA, S. R. Dicionário de gêneros textuais. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.
- DIONISIO, A. P. Gêneros Textuais e Multimodalidade. In: KARWOSKI, A. M; GAYDECZKA, B. ; BRITO, K. S. (Org.) . Gêneros textuais: reflexões e ensino. São Paulo: Parábola Editorial, 2011, p.137-152.
- EMEDIATO, W. A fórmula do texto: redação, argumentação e leitura. São Paulo: Geração Editoria, 2004.
- FIORIN, J. L.; SAVIOLI, F. P. Lições de texto: leitura e redação. São Paulo: Ática, 2006. GARCIA, O. M. Comunicação em prosa moderna. 27. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010.

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
<b>2</b>

**Recurso Procedente. Questão Anulada.**

De acordo com o enunciado da questão “Considerando o primeiro parágrafo do texto, é possível observar o emprego do acento grave indicador de crase. Assinale a afirmativa correta em relação à(s) ocorrência(s) relacionada(s).”, a alternativa “**C**” A indicação de crase vista em “à escravidão” permite reconhecer uma relação entre termos que se relacionam diretamente na oração.” não pode ser indicada como correta. A crase é o sinal gráfico (´) utilizado para indicar a fusão de duas letras A. Em geral, essa fusão acontece quando, em uma mesma frase, você precisa utilizar a preposição A (pedida depois de alguns verbos transitivos indiretos ou adjetivos) e o artigo A, que precede palavras femininas. Exemplos: Vou à (a preposição + a artigo) academia. Para identificar se a crase é necessária, uma das maneiras possíveis é trocar a palavra que acompanha o A por uma palavra masculina. Se o À se transformar em AO, significa que se trata da fusão entre uma preposição e um artigo. Se o A se mantiver mesmo ao lado de uma palavra masculina, ele não leva crase.

“O ano de 2023 foi marcado por um número alarmante de denúncias de trabalho análogo à escravidão no Brasil, com um total de 3.422 registros em apenas 12 meses, representando um aumento de 61% em relação ao ano anterior, de acordo com dados do Ministério de Direitos Humanos e Cidadania. Assim como o racismo, o trabalho análogo à escravidão tende a ser visto como uma questão superada – talvez porque ainda haja aqueles que optam pela ignorância ou trazem consigo vieses enraizados de uma sociedade historicamente colocada à margem.” (1º§) Em “à escravidão” os termos não se relacionam de forma direta, a regência entre “análogo” e “escravidão” acontece de forma indireta já que há o emprego da preposição “a” identificada por meio do registro de “à” = a (preposição) mais a (artigo). Ocorre que os termos não estão relacionados diretamente, mas sim indiretamente já que trata-se de transitividade indireta tendo a preposição como termo que liga indiretamente o termo regido ao termo regente. A alternativa “**A**” A expressão “à margem” recebe acento grave pelo mesmo motivo visto em “à escravidão”. não pode ser indicada como correta. “à margem” •De lado, ao abandono (ex.: A cultura foi deixada à margem). Não se trata de uma exigência de regência, mas sim de uma expressão cristalizada por se tratar de uma locução feminina.

**Fontes:**

- BECHARA, E. Moderna gramática portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- CUNHA, C.; CINTRA, L. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Lúxikon, 2013.
- LUFT, Celso Pedro. Dicionário Prático de Regência Verbal. Ática, 2008.

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
<b>3</b>

**Recurso Procedente. Questão Anulada.**

De acordo com o enunciado da questão “Assinale, a seguir, a alternativa que apresenta a reescrita que se mostra INCOERENTE, considerando o contexto em que o trecho destacado está inserido.”, a alternativa “**C**” “Esse cenário evidencia uma realidade desafiadora e inaceitável vivenciada no Brasil e, neste sentido, a questão requer uma resposta coordenada e vigorosa da sociedade civil, do governo e do setor privado.” (2º§) / Assim, esse cenário evidencia uma realidade desafiadora e inaceitável vivenciada no Brasil e, todavia, a questão requer uma resposta coordenada e vigorosa da sociedade civil, do governo e do setor privado.” atende adequadamente ao enunciado proposto. Na construção de um texto, assim como na fala, usamos mecanismos para garantir ao interlocutor a compreensão do que se lê / diz. Esses mecanismos linguísticos que estabelecem a conectividade e a retomada do

que foi escrito / dito são os referentes textuais e buscam garantir a coesão textual para que haja coerência, não só entre os elementos que compõem a oração, como também entre a sequência de orações dentro do texto. Essa coesão também pode muitas vezes se dar de modo implícito, baseado em conhecimentos anteriores que os participantes do processo têm sobre o tema. Dessa forma, com o emprego de diferentes procedimentos, sejam lexicais (repetição, substituição, associação), sejam gramaticais (emprego de pronomes, conjunções, numerais, elipses), constroem-se frases, orações, períodos, que irão apresentar o contexto – decorre daí a coerência textual. Um texto incoerente é o que carece de sentido ou o apresenta de forma contraditória. Muitas vezes, essa incoerência é resultado do mau uso daqueles elementos de coesão textual. Na organização de períodos e de parágrafos, um erro no emprego dos mecanismos gramaticais e lexicais prejudica o entendimento do texto. Construído com os elementos corretos, confere-se a ele uma unidade formal. Nas palavras de Evanildo Bechara, “o enunciado não se constrói com um amontoado de palavras e orações. Elas se organizam segundo princípios gerais de dependência e independência sintática e semântica, recobertos por unidades melódicas e rítmicas que sedimentam estes princípios”. Por coesão, entende-se ligação, relação, nexos entre os elementos que compõem a estrutura textual. Há diversas formas de se garantir a coesão entre os elementos de uma frase ou de um texto: 1. Substituição de palavras com o emprego de sinônimos ou de palavras ou expressões de mesmo campo associativo. 2. Nominalização – emprego alternativo entre um verbo, o substantivo ou o adjetivo correspondente (desgastar / desgaste / desgastante). 3. Repetição na ligação semântica dos termos, empregada como recurso estilístico de intenção articulatória, e não uma redundância - resultado da pobreza de vocabulário. Por exemplo, “Grande no pensamento, grande na ação, grande na glória, grande no infortúnio, ele morreu desconhecido e só.” (Rocha Lima) 4. Uso de hipônimos – relação que se estabelece com base na maior especificidade do significado de um deles. Por exemplo, mesa (mais específico) e móvel (mais genérico). 5. Emprego de hiperônimos - relações de um termo de sentido mais amplo com outros de sentido mais específico. Por exemplo, felino está numa relação de hiperonímia com gato. 6. Substitutos universais, como os verbos vicários (ex.: Necessito viajar, porém só o farei no ano vindouro.) A coesão apoiada na gramática dá-se no uso de conectivos, como certos pronomes, certos advérbios e expressões adverbiais, conjunções, elipses, entre outros. A elipse se justifica quando, ao remeter a um enunciado anterior, a palavra elidida é facilmente identificável (Ex.: “O jovem recolheu-se cedo. ... Sabia que ia necessitar de todas as suas forças.” O termo “o jovem” deixa de ser repetido e, assim, estabelece a relação entre as duas orações.). Dêiticos são elementos linguísticos que têm a propriedade de fazer referência ao contexto situacional ou ao próprio discurso. Exercem, por excelência, essa função de progressão textual, dada sua característica: são elementos que não significam, apenas indicam, remetem aos componentes da situação comunicativa. Já os componentes concentram em si a significação. Somente a coesão, contudo, não é suficiente para que haja sentido no texto, esse é o papel da coerência, e coerência se relaciona intimamente a contexto. Quanto à conjunção utilizada na reescrita proposta e identificada como incoerente, de acordo com o expresso anteriormente, “todavia” trata-se de uma conjunção coordenativa com o mesmo sentido de: mas, contudo, porém, no entanto, entretanto. O que causa a incoerência destacada em relação ao fragmento original correspondente. A alternativa “D) “No entanto, a escassez de auditores fiscais é um desafio adicional que precisa ser superado, além dos cortes orçamentários dos últimos anos que têm agravado ainda mais a situação, tornando mais difícil a realização de inspeções e a aplicação eficaz das leis trabalhistas.” (3º§) / A escassez de auditores fiscais, no entanto, é um desafio adicional a ser superado, além dos cortes orçamentários dos últimos que têm agravado ainda mais tal situação, tornando mais difícil a realização de inspeções e a aplicação eficaz das leis trabalhistas.” atende ao enunciado proposto.

“A publicação mais recente da Lista Suja, documento que divulga pessoas físicas e empresas que submetem trabalhadores a mão de obra forçada, jornadas exaustivas, condições degradantes ou restrição de locomoção, adicionou 248 empregadores em 2024, totalizando 654 e representando o maior número desde sua criação pelo Ministério do Trabalho e Emprego, em 2003. Esse cenário evidencia uma realidade desafiadora e inaceitável vivenciada no Brasil e, neste sentido, a questão requer uma resposta coordenada e vigorosa da sociedade civil, do governo e do setor privado.

No entanto, a escassez de auditores fiscais é um desafio adicional que precisa ser superado, além dos cortes orçamentários **dos últimos anos que têm** agravado ainda mais a situação, tornando mais difícil a realização de inspeções e a aplicação eficaz das leis trabalhistas. Por isso, a criação de concursos públicos e o investimento na estrutura de fiscalização são essenciais para garantir inspeções regulares e uma resposta eficaz às violações trabalhistas.” O apagamento do termo “anos” compromete a coerência textual, inviabilizando o entendimento da mensagem conforme o texto original.

Fontes:

- BECHARA, E. Moderna gramática portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- CUNHA, C.; CINTRA, L. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Léxikon, 2013.
- LUFT, Celso Pedro. Dicionário Prático de Regência Verbal. Ática, 2008.
- ROCHA LIMA, Gramática normativa da língua portuguesa. 31ª ed. (retocada e enriquecida). Rio de Janeiro, José Olympio Editora, 1992.

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
------------------------

<b>4</b>
----------

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

De acordo com o enunciado da questão “ Em, “No entanto, a escassez de auditores fiscais é um desafio adicional que precisa ser superado, além dos cortes orçamentários dos últimos anos que têm agravado ainda mais a situação, tornando mais difícil a realização de inspeções e a aplicação eficaz das leis trabalhistas.” (3º§):”, a alternativa “ **B** ) A expressão “a escassez de auditores fiscais” permite a identificação da correção do emprego do verbo “ser” na forma apresentada.” foi adequadamente indicada como correta. Em “a escassez de auditores fiscais é”, o núcleo do sujeito - escassez – tem a concordância corretamente estabelecida com a forma verbal “é”, terceira pessoa do singular do verbo “ser” no infinitivo. A alternativa “ **C** ) A expressão “dos últimos anos” atua como determinante de “cortes orçamentários” e, por isso, obrigatoriamente, apresenta a forma dos vocábulos no plural.” não pode ser indicada como correta. Retomando o trecho em análise: “No entanto, a escassez de auditores fiscais é um desafio adicional que precisa ser superado, além dos cortes orçamentários **dos últimos anos** que têm agravado ainda mais a situação, tornando mais difícil a realização de inspeções e a aplicação eficaz das leis trabalhistas.” (3º§) Apesar de haver a indicação da atuação da expressão “dos últimos anos” como determinante de “cortes orçamentários”, não há obrigatoriedade do emprego do plural por tal motivo. Não há relação de concordância entre as duas expressões, tanto que se os cortes orçamentários poderiam ter ocorrido apenas no último ano, e assim, teríamos: “cortes orçamentários do último ano”.

Fontes:

- BECHARA, E. Moderna gramática portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009. CUNHA, C.; CINTRA, L. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Léxikon, 2013.
- ROCHA LIMA, Gramática normativa da língua portuguesa. 31ª ed. (retocada e enriquecida). Rio de Janeiro, José Olympio Editora, 1992.

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
------------------------

<b>5</b>
----------

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

De acordo com o enunciado da questão “Assim como o racismo, o trabalho análogo à escravidão tende a ser visto como uma questão superada – talvez porque ainda haja aqueles que optam pela ignorância ou tragam consigo vieses enraizados de uma sociedade historicamente colocada à margem.” (1º§) Pode-se afirmar que o fragmento anterior defende a ideia de que:”, a alternativa “ **A** ) I, II e III.” foi adequadamente indicada como correta.

**I.** O racismo e o trabalho análogo à escravidão possuem algo em comum. **O emprego da expressão “assim como” justifica tal afirmativa.**

**II.** O trabalho comparável à escravidão é uma questão superada para um grupo de pessoas. **O trabalho comparado à escravidão pode ser visto como superado para aqueles que ignoram tal informação ou para aqueles que veem tal fato como algo histórico que está enraizado na sociedade, e por isso, é visto como algo com que tendem a se conformar.**

**III.** O desconhecimento pode ser reconhecido como uma das causas para determinado ponto de vista acerca do trabalho análogo à escravidão. **A expressão “que optam pela ignorância” justifica tal afirmativa.**

Fontes:



- BECHARA, E. Moderna gramática portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009. CUNHA, C.; CINTRA, L. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Léxikon, 2013.
- ROCHA LIMA, Gramática normativa da língua portuguesa. 31ª ed. (retocada e enriquecida). Rio de Janeiro, José Olympio Editora, 1992.

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
------------------------

<b>7</b>
----------

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

De acordo com o enunciado da questão “Em “[...] talvez porque ainda haja aqueles que optam pela ignorância [...]” (1º§), a forma verbal “haja” demonstra o correto emprego do verbo haver de acordo com o contexto. O mesmo NÃO ocorre em:”, a alternativa “ **D**) Havia doutores que julgavam conforme seus conhecimentos naquela ocasião.” atende ao enunciado proposto. “Assim como o racismo, o trabalho análogo à escravidão tende a ser visto como uma questão superada — talvez porque ainda haja aqueles que optam pela ignorância ou tragam consigo vieses enraizados de uma sociedade historicamente colocada à margem.” (1º§) Gramática Houaiss. O verbo “haver” não possui sujeito e ele expressa os sentidos de “existir”, “acontecer” e “ocorrer”. O verbo “haver” nos sentidos de “existir”, “acontecer”, “ocorrer” é um verbo impessoal, ou seja, não possui sujeito, e é empregado na terceira pessoa do singular, independente do tempo verbal. A alternativa “ **B**) Hão de lutar por seus filhos, mesmo distantes deles fisicamente.” não pode ser indicada como correta. Em “Há de lutar por seus filhos”, o verbo principal de 'há de lutar' é 'lutar', que é pessoal (concorda com o sujeito). Seu auxiliar comporta-se como ele, ou seja, é variável: "Hão de lutar”.

Fonte:

- BECHARA, E. Moderna gramática portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009. CUNHA, C.; CINTRA, L. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Léxikon, 2013.
- ROCHA LIMA, Gramática normativa da língua portuguesa. 31ª ed. (retocada e enriquecida). Rio de Janeiro, José Olympio Editora, 1992.

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
------------------------

<b>8</b>
----------

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

De acordo com o enunciado da questão “Dentre os trechos destacados a seguir, NÃO é possível identificar a expressão explícita de perspectiva particular do enunciador em:”, a alternativa “ **D**) “[...] que divulga pessoas físicas e empresas que submetem trabalhadores a mão de obra forçada, jornadas exaustivas, condições degradantes ou restrição de locomoção, adicionou 248 empregadores em 2024, [...]” (2º§)” foi adequadamente indicada como correta. Em “A publicação mais recente da Lista Suja, documento que divulga pessoas físicas e empresas que submetem trabalhadores a mão de obra forçada, jornadas exaustivas, condições degradantes ou restrição de locomoção, adicionou 248 empregadores em 2024, totalizando 654 e representando o maior número desde sua criação pelo Ministério do Trabalho e Emprego, em 2003.” pode-se constatar que as informações apresentadas são de acordo com publicação denominada “Lista Suja”, documento que as divulgou. A alternativa “ **C**) “O ano de 2023 foi marcado por um número **alarmante** de denúncias de trabalho análogo à escravidão no Brasil, com um total de 3.422 registros em apenas 12 meses, [...]” (1º§)” não pode ser indicada como correta. O termo destacado “alarmante” indica uma perspectiva particular do enunciador em relação ao número de denúncias de trabalho análogo à escravidão no Brasil.

Fonte:

- ANTUNES, I. Lutar com palavras: coesão e coerência. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.
- AQUINO, Renato. Interpretação de Textos. Ed. Impetus.
- EMEDIATO, W. A fórmula do texto: redação, argumentação e leitura. São Paulo: Geração Editoria, 2004.
- FIORIN, J. L.; SAVIOLI, F. P. Lições de texto: leitura e redação. São Paulo: Ática, 2006. GARCIA, O. M. Comunicação em prosa moderna. 27. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010.

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

De acordo com o enunciado da questão “Dentre os termos destacados a seguir, dispostos no quinto parágrafo, distingue-se sintaticamente dos demais, apenas:”, a alternativa “ D) “para enfrentar essa violação grave dos direitos humanos.” foi adequadamente indicada como correta. O termo destacado ocupa a função sintática de complemento verbal, objeto direto, na oração.

Quanto aos demais, temos:

A) “Em áreas onde a pobreza é generalizada [...]” - sujeito

B) “Não há dúvidas de que toda ação é importante, [...]” - sujeito

C) “[...] o trabalho escravo persiste nos dias de hoje, [...]” – sujeito

O objeto direto é o complemento de um verbo transitivo. Ele é ligado a esse verbo de forma direta, ou seja, sem preposição. Assim, completa o sentido de verbos transitivos diretos. Em análise sintática, o sujeito é um dos termos essenciais da oração, geralmente responsável por realizar ou sofrer uma ação ou estado. Ele é o termo com qual o verbo concorda. Na língua portuguesa, o sujeito guia a terminação verbal em número e pessoa e é marcado pelo caso reto quando são usados os pronomes pessoais.

Fontes:

- BECHARA, E. Moderna gramática portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009. CUNHA, C.; CINTRA, L. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Lúxikon, 2013.
- ROCHA LIMA, Gramática normativa da língua portuguesa. 31ª ed. (retocada e enriquecida). Rio de Janeiro, José Olympio Editora, 1992.

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Seja x o tempo que a impressora mais eficiente leva para finalizar o serviço sozinha. Então, a impressora menos eficiente levaria x+20 minutos para concluir o mesmo serviço sozinha. Quando as duas impressoras trabalham juntas, elas completam o trabalho em 24 minutos. A taxa de trabalho de cada impressora é o inverso do tempo que leva para concluir o serviço individualmente. Assim, temos:

- A taxa de trabalho da impressora mais eficiente é  $1/x$
- A taxa de trabalho da impressora menos eficiente é  $1/(x+20)$

Quando as duas trabalham juntas, a taxa de trabalho combinada é a soma das taxas individuais, e juntas concluem o serviço em 24 minutos, ou seja, uma taxa de  $1/24$

Tem-se que:

$$\frac{1}{24} = \frac{1}{x} + \frac{1}{x+20} \rightarrow x = 40$$

Assim, a impressora mais lenta gasta  $40 + 20 = 60$  minutos e a impressora mais rápida gasta 40 minutos. Logo, ambas gastam  $60+40 = 100$  minutos

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
<b>16</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

De acordo com as informações do enunciado, pode-se montar a seguinte tabela:

	Nasceu na cidade X	Não nasceu na cidade X	Total
40 anos ou mais	896	224	1120
Menos de 40 anos	48	432	480
Total	944	656	1600

Assim, a probabilidade desejada é dada por  $896/944 = 56/59$ .

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
<b>21</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A seguir, apresentam-se as afirmativas da questão com seus respectivos fundamentos (todas as referências são da Constituição Federal):

- Grupo Alfa: errada
  - Quem promulga as leis no processo legislativo brasileiro é o Executivo e eventualmente o Legislativo, não o Poder Judiciário, sob pena de usurpação de poder (arts. 59 a 69).
- Grupo Beta: errada
  - Tanto o MP quanto o TCE são instituições autônomas e com orçamento próprios, não fazendo parte da estrutura do Poder Legislativo.
- Grupo Gama: errada
  - Compete ao Senado o julgamento por crimes de responsabilidade e somente no caso do Presidente da República; governadores e prefeitos são submetidos a regime de responsabilização diferenciado (art. 52, I).
- Grupo Delta: correta
  - A única alternativa correta é a do grupo Delta, cujo respaldo se encontra no art. 24 da Constituição Federal.

Ratifica-se, portanto, tal gabarito preliminar.

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
<b>22</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A seguir, apresentam-se as afirmativas da questão com seus respectivos fundamentos (todas as referências são da Constituição Federal):

- “I. A associação do bairro X, para reunir-se pacificamente em local aberto ao público, deve atender aos seguintes requisitos: que a reunião seja pacífica; que os participantes não portem armas e que seja colhida a prévia autorização formal da autoridade competente.”
  - Julgamento: falso. Conforme art. 5º, XVI, não é necessária prévia autorização formal da autoridade competente.
- “II. Nas hipóteses mencionadas constitucionalmente, a entrada da Polícia Militar em casa de indivíduo deve ser realizada somente durante o dia e sempre com determinação judicial.”
  - Julgamento: falso. Consoante o art. 5º, XI, há hipóteses de violabilidade do domicílio que independem de decisão judicial ou do horário do ingresso na residência.
- “III. Os direitos sociais previstos aos trabalhadores urbanos e rurais, embora não haja menção expressa no texto constitucional, foram integralmente estendidos aos servidores públicos civis por decisão do Supremo Tribunal Federal, tendo em vista o princípio da isonomia.

- Julgamento: falso. O art. 39, §3º, prevê que nem todos os direitos sociais são extensíveis aos servidores públicos, os quais possuem regime jurídico próprio de subordinação.

Ressalta-se que a cobrança de posicionamentos do Supremo Tribunal Federal é expressamente prevista no edital regulador do concurso (item 5.3.6.1 do Edital n. 1/2024).

Ratifica-se, portanto, tal gabarito preliminar.

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
------------------------

<b>23</b>
-----------

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A seguir, apresentam-se as afirmativas da questão com seus respectivos fundamentos:

- Item I
  - Julgamento: Incorreto. Conforme art. 1º, a Lei Federal nº 12.527/2011 dispõe sobre os procedimentos a serem observados pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com o fim de garantir o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal. Portanto, aplica-se ao município de Divinópolis.
- Item II
  - Julgamento: correto, conforme art. 1º da Lei Federal nº 13.709/2018.
- Item III
  - Julgamento: correto, conforme art. 1º, §7º, da Lei Federal nº 8.429/1992.

Confirma-se, portanto, tal gabarito preliminar.

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
------------------------

<b>27</b>
-----------

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

De acordo com o art. 7º da Lei Complementar 9/1992, são requisitos básicos para ingresso no serviço público, dentre outros, a idade mínima de 18 (dezoito) anos (inc. IV) e a escolaridade exigida para o cargo que se pretende ocupar (inc. V). Assim, Manoel só terá de comprovar os requisitos de idade e escolaridade na data da posse no cargo público e não no ato da inscrição. Importante destacar que o disposto no art. 7º, inc. 4º, que previa a idade mínima de 16 (dezesseis) anos para a inscrição em concurso público teve nova redação dada pela Lei Complementar nº 171/2014.

Fonte:

- Lei Complementar nº 9/1992. Disponível em: [https://sapl.divinopolis.mg.leg.br/media/sapl/public/normajuridica/1992/1739/lc009\\_-\\_estatuto\\_-atualizado.pdf](https://sapl.divinopolis.mg.leg.br/media/sapl/public/normajuridica/1992/1739/lc009_-_estatuto_-atualizado.pdf)

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
------------------------

<b>29</b>
-----------

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

I – FALSA. Nos termos do art. 68, I da LC 009/92, o servidor será aposentado por invalidez permanente, com proventos integrais, quando decorrente de acidente em serviço. Nesse sentido, o servidor público que é acometido por invalidez permanente decorrente de acidente automobilístico em seu período de férias não se enquadra no caso previsto no dispositivo legal.

II – VERDADEIRA. De acordo com o art. 68, III da LC 009/92, poderá aposentar voluntariamente aos vinte e cinco anos de efetivo exercício em funções de magistério, se professora, com os proventos integrais. Sendo assim, Ana, professora, se contar com vinte e cinco anos de exercício no magistério, poderá aposentar com proventos integrais.

III – FALSA. O art. 68, III, e da LC 009/92 explicita que para os servidores públicos que exercem atividades consideradas insalubres, a exemplo daquela desempenhada pelo técnico em radiologia, será observado o disposto em lei complementar específica que discipline os critérios especiais de aposentadoria.

IV – VERDADEIRA. O art. 68, I da LC 009/92 dispõe sobre a concessão de aposentadoria, com proventos integrais, ao servidor público que for acometido por doença grave, contagiosa ou incurável. O § 5º do mesmo dispositivo dispõe quais são as doenças consideradas graves, contagiosas ou incuráveis, nos termos do inciso I, do art. 68 e, entre elas, está a esclerose múltipla, doença a que Carlos foi acometido. Portanto, ele faz jus à aposentadoria com proventos integrais.

Fonte:

- Lei Complementar nº 009/92 – Estatuto dos Servidores Públicos de Divinópolis. Disponível em: <https://www.divinopolis.mg.leg.br/leis/estatuto-dos-servidores>.

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
<b>31</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Com relação à questão objeto recursal, a banca considera a mesma sem qualquer problema de dados ou de resultados. Os principais fatores que interferem na permeabilidade dos solos: temperatura, índice de vazios, anisotropia, granulometria, estrutura dos solos. Existem dois tipos de permeâmetro, o de carga variável aplicado em solos argilosos, e o de carga constante para solos arenosos. Essa diferença é necessária porque solos arenosos são muito mais permeáveis do que solos argilosos. Para resolver a questão proposta, o Cálculo deve seguir a Lei de Darcy, equação fundamental na mecânica dos solos e na hidrogeologia, utilizada para descrever o fluxo de fluidos através de meios porosos. Foi formulada por Henry Darcy em 1856 com base em experimentos conduzidos em filtros de areia. A lei pode ser expressa da seguinte forma:

$$Q = k \cdot i \cdot A \rightarrow k = \frac{Q}{i \cdot A}$$

Portanto, a partir dos dados apresentados no enunciado e sua figura ilustrativa, sabe-se que:

$$A = \frac{\pi \cdot 70^2}{4} = 1225\pi \text{ cm}^2$$

$$Q = 6 \text{ cm}^3/\text{s} \text{ (dado)}$$

$$i = \frac{\Delta h}{L} = \frac{(40 + 10)}{50} = 1$$

Assim:

$$k = \frac{6}{1225\pi \cdot 1} = 1,56 \cdot 10^{-3} \text{ cm/s} = 1,56 \cdot 10^{-5} \text{ m/s}$$

Portanto, a questão não está prejudicada e apresentou o gabarito corretamente, sendo os recursos improcedentes.

Fontes:

- CAPUTO, Homero P.; CAPUTO, Armando N. *Mecânica dos Solos: Teoria e Aplicações*. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2022.
- DAS, Braja M. *Princípios de engenharia de fundações: Tradução e adaptação da 8ª edição norte-americana*. São Paulo: Cengage Learning Brasil, 2016.
- Outros materiais para pesquisa:
- Fundamentals of Groundwater. Livro de Franklin W. Schwartz e Hubao Zhang.
- Normas Técnicas: Normas da ASTM (American Society for Testing and Materials) e da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) sobre testes de permeabilidade do solo.

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A questão em tela aborda um tema clássico da Mecânica dos Solos. Para resolver a questão e calcular a capacidade de carga de uma sapata retangular pelo método de Terzaghi e ruptura generalizada, utiliza-se a fórmula para a capacidade de carga última, em que todos os dados foram apresentados no enunciado, sendo apenas necessário aplicar a fórmula e resolver a questão:

$$q_u = cN_c + qN_q + \frac{1}{2}B\gamma N_\gamma$$

Onde:

- $c$  é a coesão do solo ( $c = 100 \text{ kN/m}^2$ );
- $\gamma$  é o peso específico do solo ( $\gamma = 19 \text{ kN/m}^3$ );
- $B$  é a largura da sapata ( $B = 1,5 \text{ m}$ );
- $\sigma$  é a sobrecarga ( $\sigma = 28,5 \text{ kN/m}^2$ );
- $N_c, N_q$  e  $N_\gamma$ : são os fatores de capacidade de carga de Terzaghi ( $N_c = 9,60$ ;  $N_q = 2,69$ ;  $N_\gamma = 1,25$ ).

$$q_u = cN_c + qN_q + \frac{1}{2}BN_\gamma = 100 \cdot 9,60 + 28,5 \cdot 2,69 + 0,5 \cdot 1,5 \cdot 19 \cdot 1,25 = 1054,4775 \text{ kN/m}^2$$

$$q_u = 1.054,5 \text{ kPa} = 1,05 \text{ MPa}$$

De sorte que não faltam elementos e não há dificuldade que justifique qualquer problema para a resolução da mesma, devendo assim os recursos impetrados serem considerados improcedentes.

Fonte:

- DAS, Braja M. Princípios de engenharia de fundações: Tradução e adaptação da 8ª edição norte-americana. São Paulo: Cengage Learning Brasil, 2016.

**Recurso Procedente. Questão Anulada.**

Analisando as afirmativas apresentadas na questão em tela, verifica-se que I está correta (conforme ABNT NBR 5738: 2015),

II está incorreta (conforme item 4.1.1.1 da ABNT NBR 5738: 2015),

III está incorreta (conforme item 5.3 da ABNT NBR 5739: 2018) e

IV também está incorreta (conforme item 5.6 da ABNT NBR 5739: 2018).

Dessa forma, a banca entende que o parecer favorável é a sua anulação por não apresentar resposta correta entre as alternativas possíveis.

Fontes:

- Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) - NBR 5738: Concreto - Procedimento para moldagem e cura de corpos de prova. Rio de Janeiro: 2015.
- Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) - NBR 5739: Concreto - Ensaio de compressão de corpos de prova cilíndricos. Rio de Janeiro: 2018.

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A questão em tela aborda a deflexão máxima em viga biapoiada sujeita a carga uniforme ( $=5qL^4/384EI$ ). O diferencial no cálculo é tão somente entender que além da carga de 5 kN/m também está atuando o peso próprio da viga ( $=0,2 \times 0,6 \times 25 = 3$  kN/m), o que portando configura numa carga total de 8 kN/m na viga.

Assim, substituindo todos os valores de forma correta, a deflexão máxima

$\delta_{m\acute{a}x}$

é

$$\delta_{m\acute{a}x} = \frac{5 \cdot 8 \frac{N}{mm} \cdot (6000 \text{ mm})^4}{384 \cdot 25000 \frac{N}{mm^2} \cdot 3,6 \cdot 10^9 \text{ mm}^4} = \frac{5,184 \cdot 10^{16}}{3,456 \cdot 10^{16}} = 1,5 \text{ mm}$$

Destarte, é possível observar que não há problemas no enunciado e no gabarito da questão, devendo ser mantida conforme originalmente apresentado.

Fontes:

- BEER, F. P. Resistência dos Materiais, 3ª ed. São Paulo: McGraw Hill, 2006.
- HIBBELER, R. C. Resistência dos Materiais, 7ª ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.
- POPOV, E.P. Introdução à Mecânica dos Sólidos. São Paulo: Ed. Edgard Blucher, 1978.
- ASSAN, A. E. Resistência dos Materiais. São Paulo, UNICAMP, 2010.
- HIBBELER, R. C. Resistência dos Materiais, 5ª ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2004.
- GERE, J. M. Mecânica dos Materiais. Tradução da 7ª Edição Norte-Americana, 2011.
- MELCONIAN, S. Mecânica Técnica e Resistência dos Materiais. Ed. Érica, 2002.
- NASH, W. A. Resistência dos Materiais. São Paulo. McGraw-Hill do Brasil. 2º ed. 2003.

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A questão em tela versa sobre a construção de um aterro no formato trapezoidal, o que portanto deixa claro o seu formato.

De tal forma, não há qualquer problema no enunciado que possa trazer ambiguidades ou dificuldades para a interpretação do que se deseja calcular.

Os cálculos realizados de forma correta irão resultar numa resposta contemplada na questão, qual seja:

Para calcular o volume de solo necessário para a construção de um aterro rodoviário, é preciso considerar a geometria do aterro e a densidade do solo.

- Calculando a largura da base do aterro ( $L_b$ ):

A inclinação dos taludes é de 1:1,5, o que significa que para cada metro de altura, a base aumenta em 1,5 metros de cada lado.

*Largura total do aterro na base ( $L_b$ )*

$$= \text{Largura da plataforma} + 2 \cdot (\text{Altura do aterro} \cdot 1,5)$$

$$L_b = 10 + 2 \cdot (6 \cdot 1,5) = 28,0 \text{ m}$$

- Calculando a área da seção transversal:

A área da seção transversal trapezoidal é:

$$A = \frac{(\text{largura da plataforma} + \text{largura da base})}{2} \cdot \text{altura}$$

$$A = \frac{(10 + 28)}{2} \cdot 6 = 19 \cdot 6 = 114,0 \text{ m}^2$$

- Calculando o volume total:

$$V = \text{Área} \cdot \text{comprimento} = 114 \cdot 100 = 11.400 \text{ m}^3$$

Fonte:

- DAS, Braja M. *Princípios de engenharia de fundações: Tradução e adaptação da 8ª edição norte-americana*. São Paulo: Cengage Learning Brasil, 2016.

**Cargo: Engenheiro de Segurança do Trabalho**

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
------------------------

<b>1</b>
----------

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Um texto é tematicamente orientado; quer dizer, desenvolve-se a partir de um determinado tema, o que lhe dá unidade e coerência.

A identificação desse tema é fundamental, pois só assim é possível apreender o sentido global do texto, discernir entre suas partes, principais e outras secundárias, parafraseá-lo, dar-lhe um título coerente ou resumir-lo.

Em um texto argumentativo, como é o caso do texto 1, as ideias principais, sem dúvida, são aquelas que mais diretamente convergem para o tema central do texto.

O candidato deve ser capaz de identificar do que trata o texto, com base na compreensão do seu sentido global, estabelecido pelas múltiplas relações entre as partes que o compõem. Isso é feito ao relacionarem-se diferentes informações para construir o sentido completo do texto.

Sendo assim, faz-se necessário que o candidato compreenda que o texto discorre sobre **a rejeição aos fenômenos de mudança da língua**. A não aceitação das mudanças da língua pode ocorrer por diversos motivos, tais como desconhecimento, preconceito... O autor começa o texto dizendo que foi tachado por seus leitores de "destruidor da língua". Ele não concorda com essa ideia porque sabe utilizar a norma culta - o que demonstra ao longo de todo o texto -, mas também reconhece que a língua é um organismo vivo, complexo, sofre alterações no tempo e no espaço e não se restringe às regras impostas pela gramática normativa. Justamente por conhecer, compreender e respeitar as mudanças naturais da língua, é capaz de fazer um uso mais "livre, natural", pois sabe que não há apenas uma única maneira de utilizar a linguagem. É por essa razão que ele estabelece uma comparação entre o caderno de receitas da vovó e a gramática tradicional. Ambas têm o seu valor, sua importância e dão sua contribuição, mas um único caderno de receitas não abarca todas as receitas e toda a história da culinária. De modo semelhante, não se pode restringir todos os fenômenos linguísticos à descrição e à normatização feita pela gramática, que são apenas uma vertente dos estudos linguísticos. Valorizar apenas a variedade culta ou formal da língua como se ela fosse a única legítima e correta é rejeitar as demais variedades, que são igualmente eficientes e válidas. **Portanto, o gabarito é letra B.**

Fontes:

- ABAURRE, Maria Luiza M.; ABAURRE, Maria Bernadete; PONTARA, Marcela. **Português: contexto, interlocução e sentido**. 3ª ed. São Paulo: Moderna, 2016.
- CEREJA, William. COCHAR, Thereza. CLETO, Ciley. **Interpretação de Textos: Construindo Competências e Habilidades em Leitura**. 1ª ed. São Paulo: Atual, 2009.
- KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. **Ler e compreender os sentidos do texto**. São Paulo: Contexto, 2006.
- ROSENAL, Marcelo et al. **Interpretação de textos e semântica para concursos**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.



**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A compreensão de um texto se dá não apenas pelo processamento de informações explícitas, mas, também, por meio de informações implícitas. Ou seja, a compreensão se dá pela mobilização de um modelo cognitivo, que integra as informações expressas com os conhecimentos prévios do leitor ou com elementos pressupostos no texto. Para que tal integração ocorra, é fundamental que as proposições explícitas sejam articuladas entre si e com o conhecimento de mundo do leitor, o que exige uma identificação dos sentidos que estão nas entrelinhas do texto (sentidos não explicitados pelo autor). Tais articulações só são possíveis, no entanto, a partir da identificação de pressupostos ou de processos inferenciais, ou seja, de processos de busca dos “vazios do texto”, isto é, do que não está “dado” explicitamente no texto.

Nessa questão, é imprescindível que o candidato faça uma leitura atenta do texto e perceba que um "destruidor da língua" é um usuário ou falante da língua que, por alguma razão, não utiliza as regras da gramática normativa em todas as situações de interação verbal, sobretudo na modalidade escrita. Sendo assim, "destruidor da língua" é alguém que utiliza uma linguagem mais informal ou coloquial, que se encontra em desacordo com as regras da linguagem formal ou culta. **Portanto, o gabarito é letra A.**

Desconhecer ou conhecer os princípios de análise sintática e as regras gramaticais não garantem ao usuário da língua o desenvolvimento da competência escritora, da mesma forma que ignorar ou conhecer as variações linguísticas também não é condição para o exercício eficiente da escrita. Assim, as letras B, C e D estão incorretas.

## Fontes:

- ABAURRE, Maria Luiza M.; ABAURRE, Maria Bernadete; PONTARA, Marcela. **Português: contexto, interlocução e sentido**. 3ª ed. São Paulo: Moderna, 2016.
- CEREJA, William. COCHAR, Thereza. CLETO, Ciley. **Interpretação de Textos: Construindo Competências e Habilidades em Leitura**. 1ª ed. São Paulo: Atual, 2009.
- KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. **Ler e compreender os sentidos do texto**. São Paulo: Contexto, 2006.
- ROSENAL, Marcelo et al. **Interpretação de textos e semântica para concursos**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A locução adjetiva é um recurso expressivo da língua portuguesa que desempenha um papel essencial na formação de descrições precisas e na economia linguística. Consiste na utilização de duas ou mais palavras que, juntas, exercem a função de um adjetivo, qualificando substantivos.

Em uma frase, seja ela escrita ou falada, a locução adjetiva tem o objetivo de facilitar a compreensão e permitir que o discurso fique mais sofisticado.

Na maioria dos casos, a locução é formada por uma preposição e um substantivo.

Nas alternativas A, B e D, as locuções **de porco**, **de mármore** e **de alimentos** poderiam ser substituídas por seus adjetivos correspondentes, ou seja, algumas locuções adjetivas se encontram diretamente relacionadas com um adjetivo. Esses adjetivos são, respectivamente, **suína**, **marmórea** e **alimentar/alimentícia**. Embora seja mais recorrente o termo *Engenharia de Alimentos* para designar a área da ciência que trabalha com as principais técnicas para garantir um processo saudável e de conservação dos alimentos em uma indústria, a locução *de alimento* tem como adjetivos correspondentes *alimentar* ou *alimentícia*.

No entanto, outras locuções não podem ser substituídas por adjetivos, uma vez que não há adjetivos correspondentes, como é o caso da locução **de receitas**.

Vale destacar que o termo “de receita” exerce a função de qualificador do substantivo “caderno”. Em vez de “caderno de receitas”, poder-se-ia falar em caderno *de cálculos*, caderno *de poemas*, caderno *de anotações*, caderno *com/sem pauta*, caderno *de música*, caderno *de caligrafia* ... Fica claro que as locuções adjetivas destacadas

atribuem características ao termo “caderno”. A expressão “de receita”, portanto, qualifica, especifica, restringe o sentido do substantivo “caderno”, particularizando-o, isto é, esse termo exerce função de adjetivo. Assim, “de caderno” é uma locução adjetiva.

Alguns gramáticos poderiam considerar “caderno de receitas” como locução substantiva. A justificativa seria o fato de que “caderno de receitas” é um nome para um objetivo com função específica: registrar receitas culinárias. Se considerarmos essa análise, ainda assim será possível isolar o substantivo “caderno”, que continuará sendo caracterizado pela locução adjetiva “de receitas”. Convém ressaltar que essa análise é possível porque a questão exige a análise apenas do termo “caderno de receitas” sem estar contextualizado em um período ou parágrafo do texto.

Tomemos outro exemplo: a expressão “cadeira de rodas” pode ser considerada uma locução substantiva pelo fato de ser um nome para um equipamento com função bastante específica, ou seja, cadeira equipada com rodas e utilizada por pessoas sem ou com mobilidade reduzida. Ainda assim, “de rodas” continua exercendo função de locução adjetiva, já que, no interior da locução substantiva “cadeira de rodas”, o termo “de rodas” continua caracterizando o substantivo “cadeira”. Assim, nesse exemplo, “de rodas” é locução adjetiva de “cadeira” tanto quanto “de receita” é locução adjetiva de “caderno”.

Por fim, convém esclarecer que o termo “culinário” é um adjetivo. No entanto, não é adjetivo correspondente à locução “de receitas”, uma vez que o significado de “de receitas” não está exclusivamente relacionado à cozinha ou à arte de cozinhar (culinário). Existem outros tipos de receitas, como a receita médica e até mesmo receita para emagrecer, para o cabelo crescer, por exemplo. Um caderno pode ser usado para registrar receitas culinárias, portanto, pode ser um caderno culinário. Todavia, pode também ser utilizado para registrar outros tipos de receitas. Reiterando: embora o texto mencione em diversos momentos a ideia de receita culinária, o mesmo não ocorre no enunciado da questão, que não determinou uma receita em específico. **Portanto, o gabarito é a letra C.**

Fontes:

- AZEREDO, J. C. **Gramática Houaiss da língua portuguesa** . 2ª ed. São Paulo: Publifolha, 2008.
- BECHARA, Evanildo. **Moderna Gramática Portuguesa** . 37ª ed. Rio de Janeiro : Lucerna, 1999.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. **Nova Gramática do Português Contemporâneo** . Rio de Janeiro: Lexikon, 2014.
- SACCONI, Luiz A. **Nossa gramática completa** . 34ª ed. São Paulo: Matrix, 2021.

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
------------------------

<b>11</b>
-----------

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

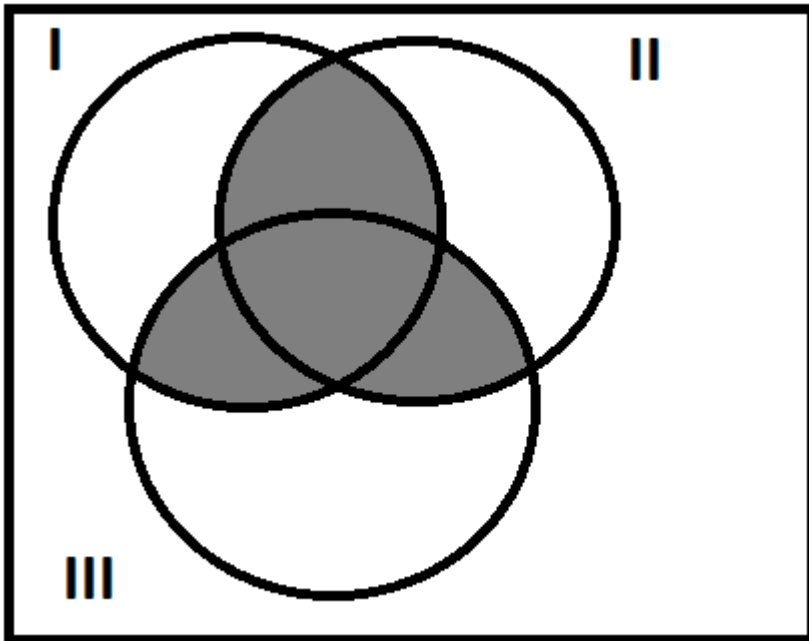
De acordo com as informações do enunciado, somente um dos netos mentiu, de modo que os demais netos disseram a verdade. Além disso, as quantidades de bolinhas de gude deles são distintas. É necessário avaliar cada afirmação:

- Se Arthur mente, os demais falam a verdade. Consequentemente, ele e Diego possuem 8 bolinhas de gude = CONTRADIÇÃO.
- Se Bernardo mente, os demais falam a verdade. Consequentemente, Arthur possui 4 e 8 bolinhas de gude = CONTRADIÇÃO.
- Se Celso mente, os demais falam a verdade. Consequentemente, Diego possui 8 bolinhas de gude, Bernardo possui 10 bolinhas de gude, Arthur possui 4 bolinhas de gude e Celso possui 6 bolinhas de gude = CORRETO
- Se Diego mente, Arthur possui 4 e 8 bolinhas de gude = CONTRADIÇÃO

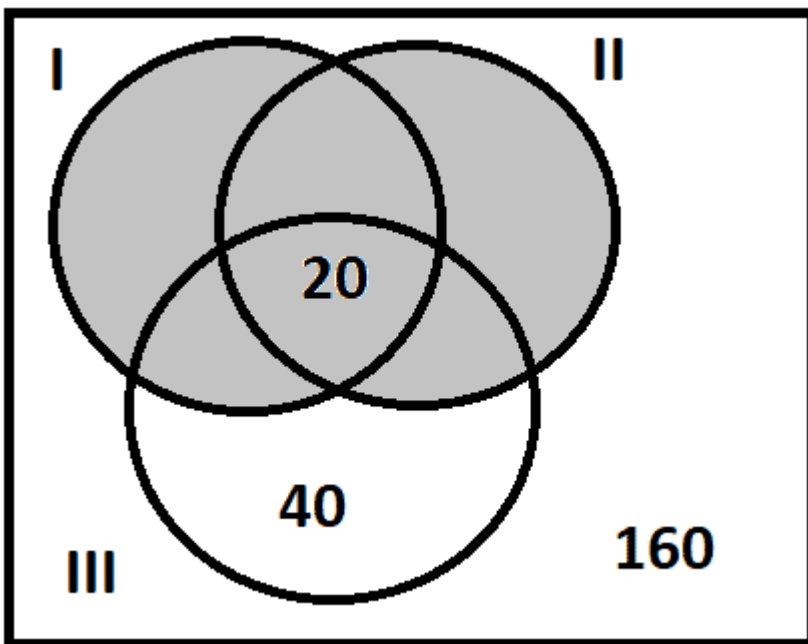
Assim, Arthur, Bernardo e Celso possuem, no total, 20 bolinhas.

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

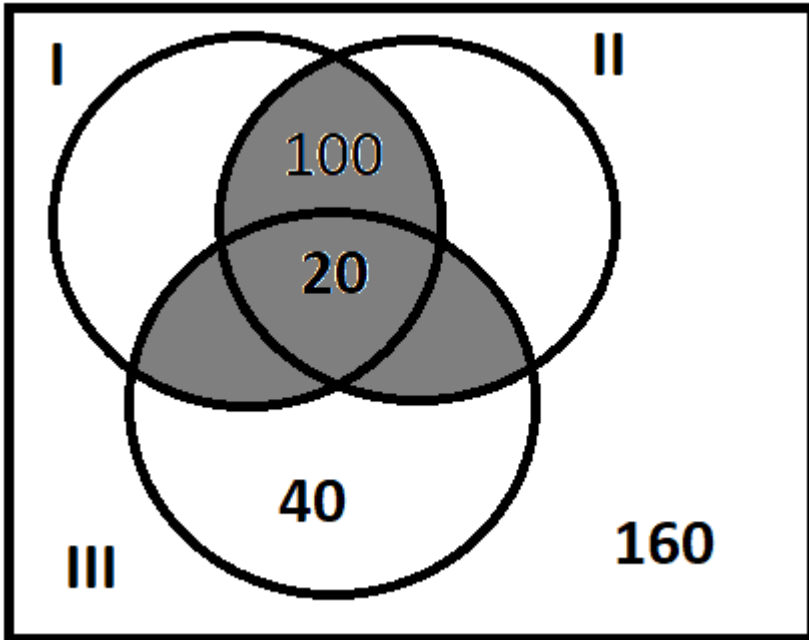
O enunciado questiona quantas pessoas, no mínimo, foram aprovadas em pelo menos duas das provas I, II e III. O número de pessoas que foram aprovadas em pelo menos duas provas é dado pela área cinza do seguinte diagrama:



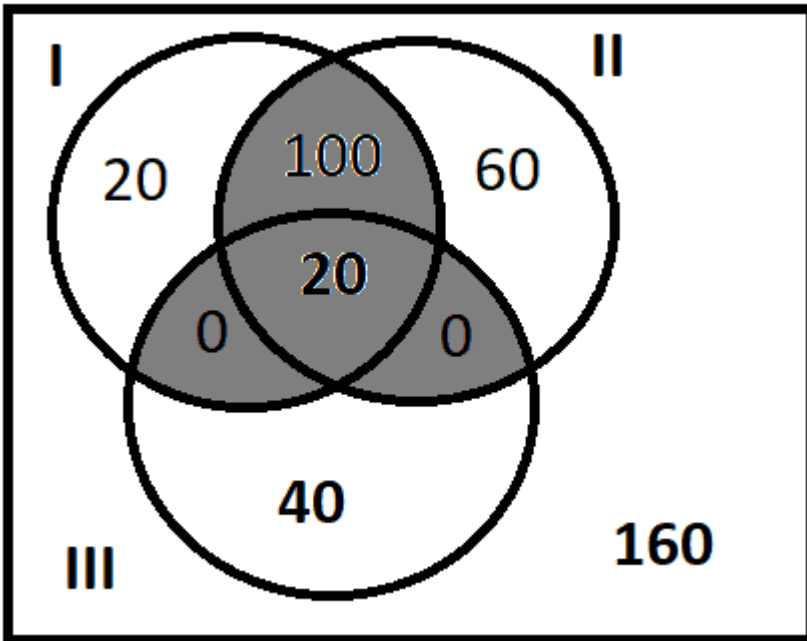
Com o primeiro, quarto e quinto resultados apresentados no enunciado, pode-se construir o seguinte diagrama:



Assim, sobram  $400(\text{total de candidatos}) - 160 - 40 = 200$  para o total das áreas preenchidas em cinza (pelo menos uma aprovação nas provas I e II). De acordo com o enunciado, 140 candidatos foram aprovados na prova I e 180 candidatos foram aprovados na prova II. Assim, usando o princípio da adição de conjuntos, o número de candidatos que foram aprovados nas duas provas (I e II) é dado por  $140 (\text{prova I}) + 180 (\text{prova II}) - 200 (\text{total}) = 120$  e tem-se o seguinte diagrama:

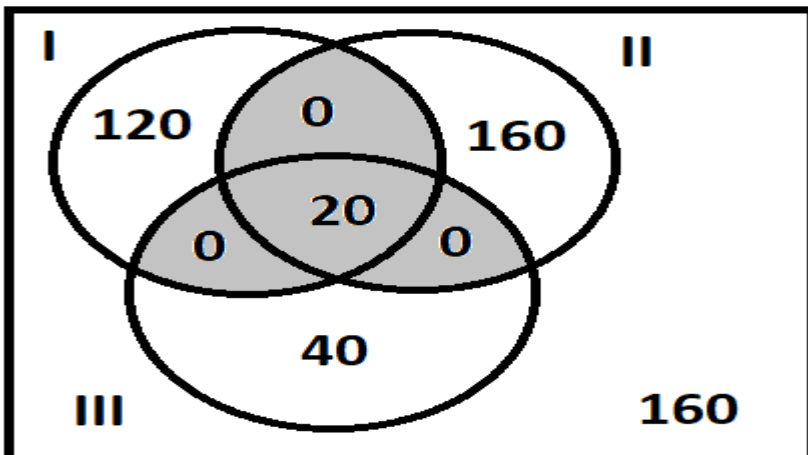


Assim, o número mínimo de candidatos aprovados em pelo menos duas provas é 120, conforme o seguinte diagrama:



Em qualquer outra possibilidade, haverá mais de 120 alunos aprovados em pelo menos duas provas.

Se a resposta para esta questão fosse 20, teríamos o seguinte diagrama:



Essa situação não retrata a realidade, pois  $120+20+160+40+160 > 400$  (total de candidatos)

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Considere o seguinte esquema para resolver a questão:

	Verde	Roxo	Preto	Cinza
Pâmela				
Lindalva				
Silvana				
Letícia				

A partir das informações fornecidas, pode-se preencher as seguintes lacunas:

	Verde	Roxo	Preto	Cinza
Pâmela	não	não		não
Lindalva	sim	não		
Silvana	não	Sim		
Letícia	não	Sim		

Como cada amiga gostou de pelo menos uma camisa, Pâmela só pode ter gostado da camisa preta. Consequentemente, Lindalva não pode ter gostado desta camisa e, portanto, gostou da camisa cinza. Assim, tem-se o esquema completo:

	Verde	Roxo	Preto	Cinza
Pâmela	não	não	Sim	não
Lindalva	sim	não	não	sim
Silvana	não	Sim	Sim	não
Letícia	não	Sim	Sim	não

Assim, a única alternativa correta é que Letícia gostou da camisa preta.

**Recurso Procedente. Questão Anulada.**

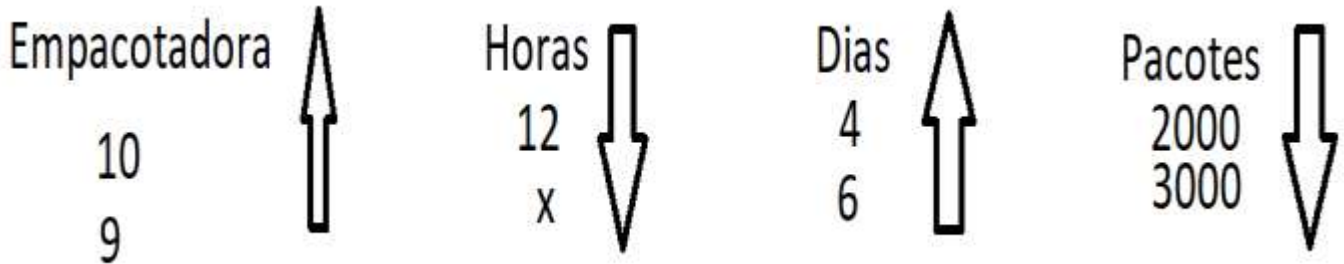
A questão apresenta ambiguidade, uma vez que não fica evidente que a equivalência das 4 moedas do país A deve ser dada pelo total dos valores apresentados em cada uma das alternativas. Se nas alternativas estivesse escrito “10 moedas do país B **mais** 20 moedas do país C” e “10 moedas do país B **mais** 30 moedas do país C” seria evitada esta ambiguidade. Assim, a questão deve ser anulada.

Tipo 1 - BRANCA

17

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Com as informações do enunciado, pode-se montar a seguinte regra de três composta:



Assim, o valor de x satisfaz:

$$\frac{9}{10} * \frac{6}{4} * \frac{2000}{3000} = \frac{12}{x} \rightarrow x = 13,333 = 13 \text{ horas e } 20 \text{ minutos}$$

Tipo 1 - BRANCA

19

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A questão solicita qual das afirmativas é **necessariamente** correta. Analisando cada uma:

- Cada filho gastou mais que R\$ 840,10: Falso, pois 4 filhos podem ter gastado R\$ 1.000,00 e o filho restante ter gastado o valor de R\$240,60.
- Algum filho gastou entre R\$ 848,00 e R\$ 849,00: Falso, pois 4 filhos podem ter gastado R\$1.000,00 reais e o filho restante ter gastado o valor de R\$240,60.
- Algum filho gastou menos que R\$ 848,00: Falso, pois cada filho pode ter gastado R\$ 848,12.
- Algum filho gastou mais que R\$ 848,10: Correta, pois a divisão mais igualitária do dinheiro é exatamente cada filho gastar R\$ 848,12.

Assim, **necessariamente**, algum filho gastou mais de R\$ 848,10.

Tipo 1 - BRANCA

20

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Para o conteúdo de raciocínio lógico, Luciana precisou de  $2250/45 = 50 + 5$  (não conseguiu) = 55 dias. Por outro lado, para o conteúdo de legislação, Luciana precisou de  $3900/60 = 65$  dias. Se ambos os conteúdos ela começou em uma quarta-feira, então:

- Ela finalizou o estudo de raciocínio lógico em uma segunda-feira (Quarta feira + 54 dias)
- Ela finalizou o estudo de legislação em uma quinta-feira. (Quarta feira + 64 dias)

Tipo 1 - BRANCA

23

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Segundo o art. 5º da CF, LXV, a prisão ilegal será imediatamente relaxada pela autoridade judiciária, isto é, deverá colocar o preso em liberdade de forma imediata e sem condições. Registre-se por didática que a prisão viola a liberdade de locomoção do indivíduo, garantia expressa da CRFB, de modo que tal liberdade apenas pode ser limitada nas estritas hipóteses legais, única alternativa incorreta que atende, portanto, ao comando da questão,

visto que não se trata de uma aferição. O enunciado pede para se atende ao comando constitucional. Conforme impõe o inciso LXII do art. 5º, toda prisão deve ser levada ao magistrado, quem deverá avaliar a legalidade da prisão, e, diante da constatação de ilegalidade, a prisão deverá ser imediatamente relaxada.

Ademais, na forma do parágrafo único do art. 6º da CRFB, “ todo brasileiro em situação de vulnerabilidade social terá direito a uma renda básica familiar, garantida pelo poder público em programa permanente de transferência de renda, cujas normas e requisitos de acesso serão determinados em lei, observada a legislação fiscal e orçamentária.” Consequentemente, está correta a alternativa correspondente.

Assim, deve ser mantido o gabarito preliminar.

**Legislação pertinente:**

Art. 5º. [...]

X - são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação;

LXV - a prisão ilegal será imediatamente relaxada pela autoridade judiciária;

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

Parágrafo único. Todo brasileiro em situação de vulnerabilidade social terá direito a uma renda básica familiar, garantida pelo poder público em programa permanente de transferência de renda, cujas normas e requisitos de acesso serão determinados em lei, observada a legislação fiscal e orçamentária. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 114, de 2021)

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
------------------------

<b>24</b>
-----------

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Contrariamente ao que afirma o recurso, o inciso XIV do art. 37 veda expressamente que os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público sejam computados ou acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores. Esse entendimento, inclusive, já foi reiterado pelo STF em diversos julgados.

A seu turno, servidor público poderá ser tanto nomeado para cargo em comissão como designado para função de confiança, pela dicção do inciso V do art. 37 da CRFB.

Ao contrário do que afirma a alternativa correspondente, o servidor público, entre outros direitos, tem assegurado o exercício do direito de greve nos termos e limites legais (inciso VII).

Em adição, é garantido ao servidor, entre outros direitos, o direito à livre associação sindical.

Assim, deve ser mantido o gabarito preliminar.

**Legislação pertinente:**

Art. 37. [...]

V - as funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento;

VI - é garantido ao servidor público civil o direito à livre associação sindical;

VII - o direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei específica;

XIV - os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público não serão computados nem acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores;

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A Lei n. 14.230/2021 revogou a hipótese inserta no art. 11, II, da Lei de Improbidade, qual seja, retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício. Ademais, deixar de prestar contas no prazo legal apenas configura ato de improbidade administrativa contra princípio da administração pública quando o agente dispor das condições para isso com vistas a ocultar irregularidades, sendo imprescindível, portanto, o dolo específico, o que não foi indicado no enunciado da questão. Com relação à condenação por ato de improbidade com base em capitulação diversa da inicial, há vedação expressa no art. 17, §10-F, inciso I, com redação inserida pela lei supramencionada.

Desse modo, Píndaro e Gaia não praticaram ato de improbidade, apesar de Gaia ter agido dolosamente, pois não há menção ao dolo específico estabelecido pela Lei de Improbidade Administrativa (Lei n. 8.429).

Registre-se que o STJ já sedimentou entendimento de que o ato de improbidade fundado em violação à princípio administrativo fora das figuras previstas na atual redação do art. 11 remete à abolição da tipicidade da conduta e, assim, à improcedência dos pedidos formulados na inicial (AREsp n. 1.174.735).

Além disso, contrariamente ao asserido pelo recurso, para a resolução da questão, deveriam ser consideradas apenas as informações fornecidas no enunciado, conforme expressa o comando.

Assim, deve ser mantido o gabarito preliminar.

**Legislação pertinente:**

Lei n. 8.429/1992:

Seção III

Dos Atos de Improbidade Administrativa que Atentam Contra os Princípios da Administração Pública

Art. 11. Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública a ação ou omissão dolosa que viole os deveres de honestidade, de imparcialidade e de legalidade, caracterizada por uma das seguintes condutas: (Redação dada pela Lei nº 14.230, de 2021)

[...]

~~II – retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício;~~

II - (revogado) ; (Redação dada pela Lei nº 14.230, de 2021)

VI - deixar de prestar contas quando esteja obrigado a fazê-lo, desde que disponha das condições para isso, com vistas a ocultar irregularidades;

[...]

Art. 17. A ação para a aplicação das sanções de que trata esta Lei será proposta pelo Ministério Público e seguirá o procedimento comum previsto na Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), salvo o disposto nesta Lei.

[...]

§ 10-F. Será nula a decisão de mérito total ou parcial da ação de improbidade administrativa que:

I - condenar o requerido por tipo diverso daquele definido na petição inicial; (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021)

AREsp n. 1.174.735: <https://www.stj.jus.br/sites/portalp/Paginas/Comunicacao/Noticias/2024/28042024-A-jurisprudencia-do-STJ-apos-a-Lei-14-230-e-o-tratamento-prioritario-dos-casos-de-improbidade.aspx>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Diante do caso hipotético narrado, temos:

- Ana está incorreta. Conforme art. 45, XIV c/c art. 10, não existe “Poder Judiciário Municipal”. O município dispõe apenas dos Poderes Executivo e Legislativo, tratando-se de regra basilar da federação brasileira.

- Jana está incorreta. O art. 44, IX, prevê que tal matéria cabe à Câmara Municipal, mas com a sanção do Prefeito.

- Por fim, Lana está correta. Tal possibilidade está prevista no art. 62, V.

Todas as referências acima são da Lei Orgânica Municipal.

Assim, somente Lana está correta. Confirma-se, portanto, o gabarito preliminar divulgado.



**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Não há previsão de decisão pelo chefe imediato quanto à permanência ou exoneração do servidor; legislações nesse sentido abririam margem para eventuais perseguições ou desvios na avaliação de desempenho. Conforme art. 31 da LC n. 009/1992, o Chefe imediato do servidor em estágio probatório convocará uma comissão eleita pelos próprios trabalhadores de no mínimo 03 (três) servidores do mesmo local de trabalho, que farão a avaliação e competirá ao chefe informar a seu respeito, acatando a decisão da comissão publicamente, 90 (noventa) dias antes do término do período, ao órgão de pessoal, com relação ao preenchimento dos requisitos mencionados no artigo anterior.

O gabarito preliminar divulgado possui embasamento expresso no art. 32 da referida Lei Complementar ( “Art. 32 Ficar dispensado de novo estágio probatório o servidor estável que for nomeado para outro cargo público Municipal.” ). Não há, no dispositivo legal, qualquer condicionante para tal dispensa, cabendo destacar que os fatores avaliados no estágio probatório são aplicáveis a quaisquer cargos da Administração (I – assiduidade; II – disciplina; III - capacidade de iniciativa; IV – produtividade; V – responsabilidade).

Confirma-se, portanto, o gabarito preliminar divulgado.

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A seguir, demonstra-se o fundamento legal e justificativas para cada afirmativa:

- “I. João, ocupante de cargo em comissão e que não é servidor efetivo do Município, praticou conduta que enseja a penalidade de suspensão; nesse caso, prevê a lei que João deve ser exonerado do cargo.”
  - Julgamento : Verdadeiro, conforme art. 199 da Lei Complementar nº 009, de 3 de dezembro de 1992 - Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Divinópolis, a exoneração de cargos em comissão de não ocupante de cargo efetivo será aplicada nos casos de infração sujeita às penalidades de suspensão e de demissão.
- “II. A acumulação de cargos públicos é ilícita em qualquer caso, ainda que comprovada a compatibilidade de horários, ressalvada a hipótese de exercício de mais de um cargo comissionado.”
  - Julgamento : Falso, conforme art. 182 e 183 da LC nº 009/1992.
- “III. O estatuto assegura licença, de igual período, tanto ao servidor quanto à servidora que obtiverem guarda judicial para fins de adoção.”
  - Julgamento : Falso. Os períodos de licença paternidade e maternidade são distintos, conforme art. 131 e 133 da LC nº 009/1992, conforme redação atualizada pela Lei Complementar nº 216, de 05/11/2021. Assim, o erro da afirmativa está no trecho “de igual período”. Descabem alegações de que se aplica ao caso o RE 778.889/PE, julgado pelo STF, pois naquele caso discutiu-se a possibilidade de lei instituir prazos diferenciados de licença-maternidade às servidoras gestantes e às adotantes, o que não é o caso da questão em tela.

Ratifica-se, portanto, o gabarito preliminar divulgado.

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Inicialmente, cabe destacar que o comando dispor que Tício informou a Mévio (e não o contrário) é irrelevante para a resolução da questão, que busca o conhecimento do candidato acerca do Estatuto dos Servidores.

A seguir, apresenta-se cada uma das alternativas e seus respectivos fundamentos e justificativas:

- A) *Por ser considerada medida intimidatória e que afeta o direito de autodefesa, a legislação veda a realização de interrogatório do acusado.*

- Julgamento : incorreta. O art. 222 prevê expressamente a possibilidade de interrogatório do acusado, não sendo medida irregular.
- B) *O processo disciplinar se desenvolve nas fases de instauração, com a publicação do ato que constituir a comissão, e inquérito administrativo, que compreende instrução, defesa, relatório e julgamento.*
  - Julgamento : incorreta. Conforme art. 214, a fase de inquérito administrativo não compreende o julgamento, o qual é proferido por autoridade distinta e se submete a regras próprias. Ademais, a lei cita a fase de publicidade dos atos.
- C) *Ainda que a decisão final do processo final seja desfavorável a Tício, a lei permite a revisão do processo disciplinar, a qualquer tempo, a pedido ou de ofício, quando se aduzirem fatos novos ou circunstâncias suscetíveis de justificarem a inocência do punido ou a inadequação da penalidade aplicada.*
  - Julgamento : correta. A possibilidade de revisão do processo disciplinar é direito garantido ao servidor, nos termos do art. 237.
- D) *Na fase do inquérito, a comissão promoverá de forma sigilosa a tomada de depoimento, acareações, investigações e diligências cabíveis; o servidor somente terá acesso às provas produzidas após a publicação da decisão final do processo disciplinar, oportunidade em que poderá exercer o seu direito de contraditório e ampla defesa.*
  - Julgamento : incorreta. É assegurado ao servidor o direito de acompanhar o processo, pessoalmente ou por intermédio de procurador, arrolar e reinquirir testemunhas, produzir provas e contraprovas e formular quesitos, quando se tratar de prova pericial (art. 219).

Todas as referências acima são da LC 009/1992.

Confirma-se, assim, o gabarito preliminar divulgado.

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
<b>31</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O assunto abordado nesta questão está dentro do conteúdo programático no edital deste concurso, conforme segue:

- Normas de Higiene Ocupacional - Procedimentos Técnicos da Fundacentro - Ministério do Trabalho.
- Norma Regulamentadora nº 17: Ergonomia.

Quanto à resposta da questão, a única alternativa correta é a letra A, abordando a iluminância medida ponto a ponto conforme a as diretrizes da NHO 11.

Se tratando desta norma ocupacional, as demais alternativas estariam corretas se fossem escritas da seguinte forma:

- A iluminância medida ponto a ponto na área da tarefa não deve ser inferior a 70% da iluminância média.
- Os avaliadores devem evitar usar roupas claras e se posicionarem de modo a não causarem sombras e reflexões sobre a fotocélula.
- A leitura deve ser realizada no plano da tarefa visual ou, quando este não for definido, a 0,75 m do piso.
- Em áreas nas quais são realizadas tarefas de forma contínua, a iluminância não pode ser inferior a 200 lux.

Fonte:

- Norma de Higiene Ocupacional - NHO 11: Avaliação dos níveis de iluminação em ambientes internos de trabalho: procedimento 1234567técnico / Fundacentro ; equipe de elaboração: Irlon de Ângelo da 1234567Cunha ... [et al.]; colaboração: Milda Jodelis. – São Paulo, 2018.

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Uma das funções que o engenheiro ou outro profissional de segurança pode assumir é a gestão da Saúde e Segurança do Trabalho (SST), sendo responsável direto ou indiretamente pelo envio dos eventos de SST através do E-social, serviço este que passou a ser obrigatório. Diante disto, é notório que todo profissional de segurança do trabalho, em especial o engenheiro de segurança, precisa conhecer a respeito ao tema e precisa ter um forte conhecimento sobre os eventos que devem ser enviados ao e-social e conhecer todos os trâmites desta gestão, assunto este não só abordado no Manual de Orientação do eSocial, como nas inúmeras reportagens, livros e revistas que abordam este importante assunto, tão evidenciado na literatura SST.

Sobre o conteúdo da questão, o eSocial, instituído pelo Decreto nº 8.373/2014, estabelece que todas as entidades públicas, incluindo as prefeituras municipais, devem enviar os eventos de Saúde e Segurança no Trabalho (SST) ao sistema. Isso inclui informações detalhadas sobre acidentes de trabalho, doenças ocupacionais, medidas de proteção, e condições ambientais de trabalho, entre outros aspectos relevantes para a saúde e segurança dos servidores públicos. No entanto, o MANUAL DE ORIENTAÇÃO DO eSOCIAL em sua Versão S-1.3 (aprovada pela Portaria Conjunta RFB/MPS/MTE nº 13 de 25/06/2024 – DOU de 28/06/2024) estabelece na página 54 que:

- Órgão público que contrata pelas regras da CLT (emprego público) e que, consequentemente, possui empregados vinculados ao RGPS: nessa hipótese o envio de todas as informações de segurança e saúde no trabalho é obrigatório;
- Órgão público no qual seus servidores, embora sejam estatutários, encontram-se vinculados ao RGPS: devem ser enviados todos os eventos de SST, exceto o evento S-2220;
- Órgão público que instituiu RPPS, mas possua servidores obrigatoriamente vinculados ao RGPS: nesse caso aplica-se a mesma regra de obrigatoriedade do item anterior.
- Órgão público cujos servidores estatutários estejam vinculados a um RPPS: não há obrigatoriedade de envio dos eventos de SST.

As regras elencadas nos itens acima aplicam-se aos servidores conforme o seu regime de contratação (ex.: celetista ou estatutário) e o seu regime de previdência (RGPS ou RPPS), sendo que diferentes regimes e combinações podem coexistir em um mesmo órgão público. Assim, para conhecer a regra de obrigatoriedade do envio dos eventos de SST, deve ser analisado o regime de contratação e de previdência de cada servidor, e não do órgão como um todo.

Neste mesmo manual (página 54), ressalta-se que, para os estagiários, não é obrigatório o envio dos eventos de SST.

Considerando as informações acima, conclui-se que a única alternativa FALSA continua a ser a asserção apresentada no gabarito preliminar.

**Fontes:**

- Decreto nº 8.373, de 11 de dezembro de 2014. Dispõe sobre o Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial). Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/decreto/d8373.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/decreto/d8373.htm).
- MANUAL DE ORIENTAÇÃO DO eSOCIAL Versão S-1.2 (aprovada pela Portaria Conjunta RFB/MPS/MTE nº 44 de 11/08/2023 – DOU de 17/08/2023) – consolidação publicada em 22/12/2023). Disponível em: <https://www.gov.br/esocial/pt-br/documentacao-tecnica/manuais/mos-s-1-2-consolidada-ate-a-no-s-1-2-052023.pdf>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Uma das funções que o engenheiro ou outro profissional de segurança pode assumir é a gestão da Saúde e Segurança do Trabalho (SST), sendo responsável direto ou indiretamente pelo envio dos eventos de SST através do E-social, serviço este que passou a ser obrigatório. Diante disto, é notório que todo profissional de segurança do trabalho, em especial o engenheiro de segurança, precisa conhecer a respeito ao tema e precisa ter um forte conhecimento sobre os eventos que devem ser enviados ao e-social e conhecer todos os trâmites desta gestão,

assunto este não só abordado no Manual de Orientação do eSocial, como nas inúmeras reportagens, livros e revistas que abordam este importante assunto, tão evidenciado na literatura SST.

Sobre o conteúdo da questão, de acordo com o Manual de Orientação do eSocial v. S-1.2 – consolidado até a NO nº 05/2023 e demais literaturas do gênero, sobre os prazos estabelecidos para o envio dos eventos, tem-se:

- S-2240 – Condições Ambientais do Trabalho - Agentes Nocivos – página 250

Prazo de envio: até o dia 15 (quinze) do mês subsequente ao início da obrigatoriedade dos eventos de SST ou do ingresso/admissão do trabalhador, observado o disposto nos itens 12.2 e 12.4. No caso de alterações da informação inicial, deve ser enviado até o dia 15 (quinze) do mês subsequente à ocorrência da alteração, postergando-se este prazo para o primeiro dia útil quando cair em dia não útil para fins fiscais.

- S-2220 – Monitoramento da Saúde do Trabalhador - página 234

Prazo de envio: o evento deve ser enviado até o dia 15 (quinze) do mês subsequente ao da emissão do correspondente ASO, salvo para o relativo a ASO admissional, hipótese em que o evento deve ser enviado até o dia 15 (quinze) do mês subsequente ao da admissão. Esses prazos são postergados para o primeiro dia útil quando caírem em dia não útil para fins fiscais. Essa regra não altera o prazo legal para a realização dos exames, que deve seguir o previsto na legislação, sendo que somente o registro da informação no eSocial é permitido até o dia 15 (quinze) do mês subsequente

- S-2210 – Comunicação de Acidente de Trabalho - página 228

Prazo de envio: a comunicação do acidente de trabalho deve ser registrada até o primeiro dia útil seguinte ao da ocorrência e, em caso de morte, de imediato.

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
------------------------

<b>34</b>
-----------

### **Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A única alternativa que obedece às recomendações normativas da NBR 14280 (2001) é a 3ª afirmativa, ratificando os itens 2.3 e 3.7.2, conforme segue:

2.3 - acidente de trajeto: Acidente sofrido pelo empregado no percurso da residência para o local de trabalho ou deste para aquela, qualquer que seja o meio de locomoção, inclusive veículo de propriedade do empregado, desde que não haja interrupção ou alteração de percurso por motivo alheio ao trabalho

*NOTA - Entende-se como percurso o trajeto da residência ou do local de refeição para o trabalho ou deste para aqueles, independentemente do meio de locomoção, sem alteração ou interrupção por motivo pessoal, do percurso do empregado. Não havendo limite de prazo estipulado para que o empregado atinja o local de residência, refeição ou de trabalho, deve ser observado o tempo necessário compatível com a distância percorrida e o meio de locomoção utilizado.*

3.7.2 Acidente de trajeto: O acidente de trajeto deve ser tratado à parte, não sendo incluído no cálculo usual das taxas de frequência e de gravidade.

Quanto as duas afirmações restantes (1ª e 2ª), estas estão incorretas não obedecendo ao item 2.9 na norma supracitada, conforme segue:

2.9.1.4.1 doença do trabalho: Doença decorrente do exercício continuado ou intermitente de atividade laborativa capaz de provocar lesão por ação mediata.

*NOTA - Deve admitir-se, no caso de ser a lesão uma doença do trabalho, a preexistência de uma ocorrência ou exposição contínua ou intermitente (ver nota 1 de 2.1), de natureza acidental, a ser registrada nas estatísticas como acidente.*

2.9.1.4.2 doença profissional: Doença do trabalho causada pelo exercício de atividade específica, constante de relação oficial.

Fonte:

- Associação Brasileira de Normas Técnicas-ABNT . **NBR 14280: Cadastro de acidente do trabalho- Procedimento e classificação** . Rio de Janeiro, 2001.

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A primeira asserção está incorreta pois as máscaras cirúrgicas são componentes (não considerados produtos EPIs) cuja finalidade é impedir ou dificultar que microrganismos existentes na boca e nariz da equipe cirúrgica sejam depositados sobre o campo operatório.

De acordo com a literatura, a Máscara Cirúrgica não é considerada um Equipamento de Proteção Individual por um motivo simples: não possui Certificado de Aprovação – CA. O Certificado de Aprovação não se aplica já que a Máscara não consta no anexo I da NR 06.

Quanto a asserção II, percebe-se que a informação está correta analisando a literatura e as principais lojas que comercializam EPIs, conforme segue :

*O respirador PFF1 (S) é indicado para proteção das vias respiratórias contra certas poeiras e/ou névoas não oleosas, que não desprendam gases e/ou vapores tóxicos; fibras têxteis, cimento refinado (Portland®), minério de ferro, minério de carvão, sabão em pó, talco, cal, soda cáustica, poeiras vegetais (como trigo, arroz, milho, bagaço de cana etc.); poeiras de lixamento e esmerilhamento; névoas de ácido sulfúrico (com óculos de proteção adequado), entre outros e em concentrações não superiores a 5 (cinco) vezes o limite de exposição ocupacional (LT ou TLV) e abaixo das concentrações IPVS (Imediatamente Perigoso à Vida e à Saúde). Não utilizar: Para proteção contra amianto (asbesto), sílica e fumos.*

Fonte: <https://deltaplusbrasil.com.br/blog/respiradores-pff1-pff2-pff2-carvao-ou-pff3-saiba-quais-sao-as-diferencas/>

Além disso, a própria NR-06 estabelece em seu anexo I (D- EPI PARA PROTEÇÃO RESPIRATÓRIA) o respirador purificador de ar (D1) peça semifacial filtrante para partículas PFF1 para proteção das vias respiratórias contra poeiras e névoas.

Desta forma, confirma-se o gabarito, sendo improcedente o recurso.

Fontes:

- BRASIL. **NR 06 - EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL – EPI** . Redação pela Portaria MTP nº 2.175, de 28 de julho de 2022. Última atualização pela Portaria MTP n.º 4.219, de 20 de dezembro de 2022.

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A única alternativa que obedece às recomendações normativas da NBR 14276 (2020) é a afirmativa I, ratificando o item 4.3.6, conforme segue:

*4.3.6 - Os módulos do treinamento podem ser realizados separadamente, desde que não haja prejuízo na continuidade do aprendizado e na sequência do conteúdo programático, bem como não ultrapasse o período de 12 meses do treinamento anterior.*

Quanto as duas afirmações (II e III), que estão incorretas, segue abaixo suas retificações:

- Sobre a composição da brigada:

*“4.1.3 A quantidade necessária de brigadistas para a formação da primeira equipe para o atendimento no tempo de resposta, de acordo com 6.1, para plantas de baixo e médio risco e/ou com população fixa acima de quatro pessoas, deve ser de pelo menos dois brigadistas; para plantas de alto risco e/ou com população fixa acima de dez pessoas, deve ser de pelo menos quatro brigadistas. Entretanto, devem ser considerados prioritariamente os procedimentos descritos no plano de emergência para a composição mínima da primeira equipe”.*

- Sobre o desempenho de tempo de resposta para os atendimentos dos brigadistas:

6.1 É recomendável que a brigada de emergência atenda ao desempenho especificado nesta Norma de acordo com os seguintes objetivos de tempo de resposta para a chegada da primeira equipe de emergências:

a) os chamados de resgate e/ou emergências médicas com recursos para SBV e DEA sejam atendidos em até 4 min para a chegada no local da emergência em pelo menos 90 % dos chamados, em condições reais ou em exercícios práticos simulados;

b) os chamados de combate a incêndio sejam atendidos com EPI e, quando aplicável, com os EPRA, em até 1 min do acionamento para a equipagem de proteção individual e mobilização dos brigadistas, e até 4 min para a chegada no local da emergência em pelo menos 90 % dos chamados, em condições reais ou em exercícios práticos simulados.

Fonte:

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 14276: Brigada de incêndio e emergência – Requisitos e procedimentos** . Rio de Janeiro, 2020.

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
<b>37</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Com relação à legislação sobre o tema da questão, tem-se.

Quanto à Consolidação das Leis do Trabalho, sobre a SEÇÃO XIV, da Prevenção da Fadiga tem-se:

Art. 198 - É de 60 kg (sessenta quilogramas) o peso máximo que um empregado pode remover individualmente, ressalvadas as disposições especiais relativas ao trabalho do menor e da mulher.

Parágrafo único - Não está compreendida na proibição deste artigo a remoção de material feita por impulsão ou tração de vagonetes sobre trilhos, carros de mão ou quaisquer outros aparelhos mecânicos, podendo o Ministério do Trabalho, em tais casos, fixar limites diversos, que evitem sejam exigidos do empregado serviços superiores às suas forças.

**Se tratando da NR-11, tem-se:**

11.2.2 Fica estabelecida a distância máxima de 60,00m (sessenta metros) para o transporte manual de um saco.

11.2.3 É vedado o transporte manual de sacos, através de pranchas, sobre vãos superiores a 1,00m (um metro) ou mais de extensão.

11.2.4 Na operação manual de carga e descarga de sacos, em caminhão ou vagão, o trabalhador terá o auxílio de ajudante.

11.2.3 É vedado o transporte manual de sacos, através de pranchas, sobre vãos superiores a 1,00m (um metro) ou mais de extensão.

11.2.3.1 As pranchas de que trata o item 11.2.3 deverão ter a largura mínima de 0,50m (cinquenta centímetros).

Com base no que foi apresentado, conclui-se que:

- A alternativa B está em desacordo com o item 11.2.2 quanto à distância máxima informada.
- A alternativa C está em desacordo com o item 11.2.3 pois esta proibição ocorre em pranchas com vãos superiores a 1,00m.
- A alternativa D está também em desacordo pois apesar de o colaborador estar de fato sustentando um peso maior que o estabelecido pela legislação, o final da afirmação está incorreto pois, de acordo com a CLT, em seu artigo 198, o peso máximo que um empregado pode remover individualmente, ressalvadas as disposições especiais relativas ao trabalho do menor e da mulher, é de 60Kg e não os 65 apresentados nesta asserção.

Quanto a alternativa A, esta obedece fielmente o item 11.3 que aborda sobre o armazenamento de materiais, conforme segue:

11.3.3. Material empilhado deverá ficar afastado das estruturas laterais do prédio a uma distância de pelo menos 0,50m (cinquenta centímetros).

Fontes:

- BRASIL. **LEI Nº 6.514, DE 22 DE DEZEMBRO DE 1977.**
- **NR 11 - TRANSPORTE, MOVIMENTAÇÃO, ARMAZENAGEM E MANUSEIO DE MATERIAIS** . Portaria MTPS n.º 505, de 29 de abril de 2016 02/05/16.

Tipo 1 - BRANCA
-----------------

40
----

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A única alternativa que não vai de encontro a NHO 01 é a afirmação I, sendo sua retificação apresentada abaixo:

De acordo com o item 5.1.2 da NH01:

Neste critério, considera-se como nível de ação o valor igual a 82dB(A) e o limite de exposição valor teto para ruído contínuo ou intermitente um valor de 115dB(A).

As demais afirmações obedecem na íntegra os itens 6.6.1.2 da NH01, além da legislação de segurança e saúde do trabalho: leis, portarias, decretos e os manuais de orientações do eSocial.

Fontes:

- **Norma de Higiene Ocupacional - NHO 01:** Avaliação da exposição ocupacional ao ruído: procedimento técnico / Fundacentro. São Paulo, 2001.
- BRASIL. **INSTRUÇÃO NORMATIVA PRES/INSS Nº 128, DE 28 DE MARÇO DE 2022.**
- **MANUAL DE ORIENTAÇÃO DO eSOCIAL** Versão S-1.2 (aprovada pela Portaria Conjunta RFB/MPS/MTE nº 44 de 11/08/2023 – DOU de 17/08/2023) – consolidação publicada em 22/12/2023). Disponível em: <https://www.gov.br/esocial/pt-br/documentacao-tecnica/manuais/mos-s-1-2-consolidada-ate-a-no-s-1-2-052023.pdf>

**Cargo: Farmacêutico**

Tipo 1 - BRANCA
-----------------

1
---

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

De acordo com o enunciado da questão “A partir das ideias apresentadas no texto, defende-se que:”, a alternativa “**D**) A interação observada nas redes sociais é um dos aspectos observados e considerados para que haja o entendimento de que a educação midiática é necessária.” foi adequadamente indicada como correta assim como as demais alternativas são incorretas de acordo com os trechos destacados e indicações a seguir: “Vamos começar do começo, o que é educação midiática, afinal? É o “**C**) conjunto de habilidades para acessar, analisar, criar e participar de maneira crítica do ambiente informacional e midiático em todos os seus formatos — dos impressos aos digitais” (referência). Em um contexto onde as redes sociais, como o TikTok, têm sido cada vez mais utilizadas por crianças e adolescentes e os perfis em aplicativos de mensagens instantâneas, como o WhatsApp, também têm aumentado nos últimos anos, a **A**) educação midiática se mostra essencial. E não é apenas **B**) a ampliação do acesso a estas redes e plataformas que aponta a urgência de uma melhor educação midiática, mas a forma como a **D**) população interage com os conteúdos delas também.”

Fonte:

- AQUINO, Renato. Interpretação de Textos. Ed. Impetus.
- COSTA, S. R. Dicionário de gêneros textuais. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.
- EMEDIATO, W. A fórmula do texto: redação, argumentação e leitura. São Paulo: Geração Editoria, 2004.
- FIORIN, J. L.; SAVIOLI, F. P. Lições de texto: leitura e redação. São Paulo: Ática, 2006. GARCIA, O. M. Comunicação em prosa moderna. 27. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010.

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

“Pode-se concluir a partir das ideias e informações apresentadas que:

- I. Um maior investimento em educação midiática é fator a ser mantido de acordo com as pesquisas apresentadas.
- II. A urgência de uma melhor educação midiática justifica-se a partir dos resultados de pesquisa constatados de forma objetiva.
- III. Desigualdades sociais são, muitas vezes, a causa de consequências prejudiciais mediante o acesso às informações na internet.”

De acordo com o enunciado da questão a alternativa “ **D** ) II e III, apenas.” foi adequadamente indicada como correta de acordo com os destaques a seguir:

Vamos começar do começo, o que é educação midiática, afinal? É o "conjunto de habilidades para acessar, analisar, criar e participar de maneira crítica do ambiente informacional e midiático em todos os seus formatos — dos impressos aos digitais" (referência). Em um contexto onde as redes sociais, como o TikTok, têm sido cada vez mais utilizadas por crianças e adolescentes e os perfis em aplicativos de mensagens instantâneas, como o WhatsApp, também têm aumentado nos últimos anos, a educação midiática se mostra essencial. E não é apenas a ampliação do acesso a estas redes e plataformas que aponta a urgência de uma melhor educação midiática, mas a forma como a população interage com os conteúdos delas também.

O relatório "Leitores do século 21: Desenvolvendo habilidades de alfabetização em um mundo digital", da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), realizado entre estudantes brasileiros de 15 anos, constatou que 67,3% deles têm dificuldade em diferenciar fatos de opiniões ao lerem textos. **III - Em outro estudo, somente 27% dos estudantes de escolas públicas e 18% de escolas privadas receberam orientações sobre como avaliar a qualidade das informações online**, mas metade dos professores afirmou ter apoiado os alunos em situações sensíveis na internet, incluindo o uso excessivo de jogos digitais e experiências de discriminação e cyberbullying. 56% das(os) professoras(es) relatam já terem trabalhado com educação para a mídia, mas apenas 20% se sentem bem preparados para ensinar sobre o tema e somente 37% de fato participaram de iniciativas de formação sobre o assunto.

II - Mais alguns números que permitem entender a crescente necessidade de **maior investimento ( I - e não fator a ser mantido) em educação midiática** são os resultantes de pesquisa realizada pela OCDE: aproximadamente 41,9% das(os) estudantes foram ensinadas(os) a usar palavras-chave em mecanismos de busca; 52% aprenderam a avaliar a confiabilidade das informações online; 48,9% discutiram as consequências de compartilhar informações em redes sociais; e 45,7% foram orientadas(os) a identificar informações subjetivas ou tendenciosas.

É preciso manter em mente, também, as desigualdades socioeconômicas, digitais e educacionais, pois um menor acesso a dispositivos digitais e ao direito à educação, por exemplo, pode resultar em uma maior dificuldade na detecção de informações tendenciosas ou falsas. É o que mostra o estudo "Políticas de Educação Midiática", publicado pelo Instituto Veredas sob encomenda da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (Secom).”

**Fontes:**

- AQUINO, Renato. Interpretação de Textos. Ed. Impetus.
- COSTA, S. R. Dicionário de gêneros textuais. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.
- EMEDIATO, W. A fórmula do texto: redação, argumentação e leitura. São Paulo: Geração Editoria, 2004.
- FIORIN, J. L.; SAVIOLI, F. P. Lições de texto: leitura e redação. São Paulo: Ática, 2006. GARCIA, O. M. Comunicação em prosa moderna. 27. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010.



**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

De acordo com o enunciado da questão “A expressão inicial do texto “Vamos começar do começo, [...]” (1º§) pode ser reconhecida como:”, a alternativa “ **A**) Ênfase atribuída a uma ideia por meio da repetição de determinado efeito de sentido.” Se, por um lado, começar é «princípios, dar começo», por outro, começo significa o ponto onde começa, principia ou se inicia alguma coisa. Sendo assim, «começar pelo começo» é literalmente «dar começo ao começo» ou «começar a começar», que são evidentes redundâncias, pois, do ponto de vista informativo, começo nada acrescenta a começar. Contudo, os pleonasmos podem ter aproveitamento literário e ocorrem muitas vezes enfaticamente (como reforço, conforme o caso em análise), outras com propósito irônico ou humorístico. Exemplo: «Para começar do/pelo começo, é preciso que se diga...». Neste caso, o pleonasma tem paradoxalmente valor expressivo e torna-se uma maneira de dizer o mesmo que «para começar pelo que é prioritário» ou «para começar de maneira metódica». O pleonasma é uma figura de linguagem que consiste em usar palavras redundantes para reforçar a comunicação de forma expressiva e com bom gosto. Quando o pleonasma não é usado como um recurso estilístico, mas por descuido da língua, é chamado de pleonasma vicioso, porque esse tipo de erro é chamado de vício de linguagem. Exemplo da figura de linguagem pleonasma: “E RIR MEU RISO e derramar meu pranto” (Vinicius de Moraes). Exemplo de pleonasma vicioso: ENTREI PARA DENTRO, porque começou a chover. Do Latim, o termo pleonasmu significa superabundância. Como figura de linguagem, o pleonasma é usado com intenção poética, para oferecer maior expressividade ao texto. Também chamado de pleonasma literário, ele é utilizado intencionalmente como recurso estilístico para reforçar o discurso de seu enunciador. Exemplos: “E rir meu riso e derramar meu pranto” (Vinicius de Moraes) “E ali dançaram tanta dança” (Chico Buarque e Vinicius de Moraes) “Me sorri um sorriso pontual e me beija com a boca de hortelã” (Chico Buarque) “Ó mar salgado, quanto do teu sal são lágrimas de Portugal” (Fernando Pessoa) “Morrerás morte vil na mão de um forte” (Gonçalves Dias) “Quando com os olhos eu quis ver de perto” (Alberto de Oliveira) “Chovia uma triste chuva de resignação” (Manuel Bandeira). A alternativa “**B**) Uso de palavras redundantes para reforçar a comunicação de forma expressiva e poética.” não pode ser indicada como correta já que, a expressão em análise foi empregada como recurso estilístico e não como redundância, conforme exposto anteriormente. A alternativa “**C**) Recurso estilístico denominado vício de linguagem, cujo objetivo é despertar o interesse do leitor.” não pode ser indicada como correta de acordo com o exposto anteriormente. A alternativa “**D**) Emprego de expressão com propósito irônico em razão de um conceito que já deveria estar claramente compreendido.” não pode ser considerada correta. Ironia é uma figura por meio da qual se diz o contrário do que se quer dar a entender; uso de palavra ou frase de sentido diverso ou oposto ao que deveria ser empregado, para definir ou denominar algo. Assim tal alternativa não pode ser indicada como correta.

**Fontes:**

- AQUINO, Renato. Interpretação de Textos. Ed. Impetus.
- COSTA, S. R. Dicionário de gêneros textuais. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.
- EMEDIATO, W. A fórmula do texto: redação, argumentação e leitura. São Paulo: Geração Editoria, 2004.
- FIORIN, J. L.; SAVIOLI, F. P. Lições de texto: leitura e redação. São Paulo: Ática, 2006. GARCIA, O. M. Comunicação em prosa moderna. 27. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010.

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

De acordo com o enunciado da questão “Para que haja coesão e coerência textual é necessário que as informações e ideias estejam bem articuladas não apenas entre as orações e os períodos do texto, mas também entre os parágrafos que o constituem. Assim, pode-se afirmar que entre o segundo e o terceiro parágrafos ocorre:”, a alternativa “ **D**) Indicação de que informações serão acrescentadas estabelecendo continuidade com as apresentadas anteriormente.” foi adequadamente indicada como correta. Trecho destacado:

“O relatório “Leitores do século 21: Desenvolvendo habilidades de alfabetização em um mundo digital”, da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), realizado entre estudantes brasileiros de 15

anos, constatou que 67,3% deles têm dificuldade em diferenciar fatos de opiniões ao lerem textos. Em outro estudo, somente 27% dos estudantes de escolas públicas e 18% de escolas privadas receberam orientações sobre como avaliar a qualidade das informações online, mas metade dos professores afirmou ter apoiado os alunos em situações sensíveis na internet, incluindo o uso excessivo de jogos digitais e experiências de discriminação e cyberbullying. 56% das(os) professoras(es) relatam já terem trabalhado com educação para a mídia, mas apenas 20% se sentem bem preparados para ensinar sobre o tema e somente 37% de fato participaram de iniciativas de formação sobre o assunto.

Mais alguns números que permitem entender a crescente necessidade de maior investimento em educação midiática são os resultantes de pesquisa realizada pela OCDE: aproximadamente 41,9% das(os) estudantes foram ensinadas(os) a usar palavras-chave em mecanismos de busca; 52% aprenderam a avaliar a confiabilidade das informações online; 48,9% discutiram as consequências de compartilhar informações em redes sociais; e 45,7% foram orientadas(os) a identificar informações subjetivas ou tendenciosas.”

A palavra “mais” tem sentido de adição, soma, comparação ou quantidade. É antônima de “menos”.

Exemplos:

- Mais café, por favor! / + café, por favor!

- Seis mais seis é igual a doze. / Seis + seis é igual a doze.

- Quanto mais conhecimento, melhor. / Quanto + conhecimento, melhor.

- Lolanda é a garota mais alta da turma. / Lolanda é a garota + alta da turma.

- Gostaria de mais frutas no café da manhã. / Gostaria de + frutas no café da manhã.

A alternativa “ **A**” Confronto de ideias diferentes, mas que contribuem para a formação da conclusão textual.” não pode ser indicada como correta de acordo com o exposto anteriormente.

Fontes:

- BECHARA, E. Moderna gramática portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009. CUNHA, C.;
- CINTRA, L. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Lúxikon, 2013.
- ROCHA LIMA, Gramática normativa da língua portuguesa. 31ª ed. (retocada e enriquecida). Rio de Janeiro, José Olympio Editora, 1992.

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
------------------------

<b>7</b>
----------

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

De acordo com o enunciado da questão “Vamos começar do começo, o que (1) é educação midiática, afinal? É o ‘conjunto de habilidades para acessar, analisar, criar e participar de maneira crítica do ambiente informacional e midiático em todos os seus formatos – dos impressos aos digitais’. Em um contexto onde (2) as redes sociais, como o TikTok, têm sido cada vez mais utilizadas por crianças e adolescentes e os perfis em aplicativos de mensagens instantâneas, como o WhatsApp, também têm aumentado nos últimos anos, a educação midiática se (3) mostra essencial. E não é apenas a ampliação do acesso a estas (4) redes e plataformas que (5) aponta a urgência de uma melhor educação midiática, mas a forma como a população interage com os conteúdos delas também.” (1º§) Entre os termos destacados anteriormente, pode-se afirmar que NÃO constitui/constituem indicação de retomada de referente já introduzido no texto (Considere os números indicados como identificação dos termos no trecho destacado):”, a alternativa “ **A**” 1.” foi adequadamente indicada como correta. “Vamos começar do começo, o que é educação midiática, afinal? É o “conjunto de habilidades para acessar, analisar, criar e participar de maneira crítica do ambiente informacional e midiático em todos os seus formatos — dos impressos aos digitais”. Em um contexto onde as redes sociais, como o TikTok, têm sido cada vez mais utilizadas por crianças e adolescentes e os perfis em aplicativos de mensagens instantâneas, como o WhatsApp, também têm aumentado nos últimos anos, a educação midiática se mostra essencial. E não é apenas a ampliação do acesso a estas redes e plataformas que aponta a urgência de uma melhor educação midiática, mas a forma como a população interage com os conteúdos delas também.” Em “Vamos começar do começo, o que (1) é educação midiática, afinal?” o “que” trata-se de um pronome interrogativo. Pronomes interrogativos são aqueles usados em orações interrogativas. Eles podem aparecer em perguntas diretas ou indiretas. Os pronomes relativos retomam um substantivo mencionado anteriormente na frase. Eles podem ser variáveis ou invariáveis e podem estar acompanhados ou não por uma

preposição. Os pronomes interrogativos invariáveis são aqueles cuja forma não se altera, independentemente do gênero (masculino ou feminino) ou do número (singular ou plural) do termo que acompanham. Exemplos: “Quem é o novo professor de Matemática?”; “Quem são as novas professoras da escola?”; “O que você está fazendo neste momento?”; “O que são glóbulos vermelhos?”” A alternativa “ C) 2 e 3.” não pode ser indicada como correta. “Em um contexto onde ” (2) indicando retomada do termo anterior, assim como “educação midiática se (3) mostra essencial.” Indicando retomada de “educação midiática”, termo anterior. A alternativa “ D) 3 e 4.” não pode ser indicada como correta. Em “Em um contexto onde (2) as redes sociais, como o TikTok, têm sido cada vez mais utilizadas por crianças e adolescentes e os perfis em aplicativos de mensagens instantâneas, como o WhatsApp, também têm aumentado nos últimos anos, a educação midiática se (3) mostra essencial. E não é apenas a ampliação do acesso a estas (4) redes [...]” é possível observar que as redes já haviam sido citadas anteriormente.

Fontes:

- BECHARA, E. Moderna gramática portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009. CUNHA, C.;
- CINTRA, L. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Lúxikon, 2013.
- ROCHA LIMA, Gramática normativa da língua portuguesa. 31ª ed. (retocada e enriquecida). Rio de Janeiro, José Olympio Editora, 1992.

Tipo 1 - BRANCA
-----------------

8
---

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A sequência está correta em:", a alternativa “ A) F, F, V.” foi adequadamente indicada como correta de acordo com os trechos destacados a seguir:

“Vamos começar do começo, o que é **(Primeira afirmativa - não há referência a todos os segmentos sociais )** educação midiática, afinal? É o "conjunto de habilidades para acessar, analisar, criar e participar de maneira crítica do ambiente informacional e midiático em todos os seus formatos — dos impressos aos digitais" . Em um contexto onde as redes sociais, como o TikTok, **(Segunda afirmativa - Exatamente em virtude das redes sociais citadas é que a intervenção de uma educação midiática se faz necessária)** têm sido cada vez mais utilizadas por crianças e adolescentes e os perfis em aplicativos de mensagens instantâneas, como o WhatsApp, também têm aumentado nos últimos anos, a educação midiática se mostra essencial) E não é apenas a ampliação do acesso a estas redes e plataformas que aponta a urgência de uma melhor educação midiática, mas a forma como a população interage com os conteúdos delas também.

O relatório "Leitores do século 21: Desenvolvendo habilidades de alfabetização em um mundo digital", da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), realizado entre estudantes brasileiros de 15 anos, constatou que 67,3% deles têm dificuldade em diferenciar fatos de opiniões ao lerem textos. Em outro estudo, somente 27% dos estudantes de escolas públicas e 18% de escolas privadas receberam orientações sobre como avaliar a qualidade das informações online, mas metade dos professores afirmou ter apoiado os alunos em situações sensíveis na internet, incluindo o uso excessivo de jogos digitais e experiências de discriminação e cyberbullying. 56% das(os) professoras(es) relatam já terem trabalhado com educação para a mídia, mas apenas 20% se sentem bem preparados para ensinar sobre o tema e somente 37% de fato participaram de iniciativas de formação sobre o assunto.

**(Terceira afirmativa – relatórios de pesquisas como argumentos)** Mais alguns números que permitem entender a crescente necessidade de maior investimento em educação midiática são os resultantes de pesquisa realizada pela OCDE: aproximadamente 41,9% das(os) estudantes foram ensinadas(os) a usar palavras-chave em mecanismos de busca; 52% aprenderam a avaliar a confiabilidade das informações online; 48,9% discutiram as consequências de compartilhar informações em redes sociais; e 45,7% foram orientadas(os) a identificar informações subjetivas ou tendenciosas.

É preciso manter em mente, também, as desigualdades socioeconômicas, digitais e educacionais, pois um menor acesso a dispositivos digitais e ao direito à educação, por exemplo, pode resultar em uma maior dificuldade na detecção de informações tendenciosas ou falsas. É o que mostra o estudo "Políticas de Educação Midiática", publicado pelo Instituto Veredas sob encomenda da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (Secom). Argumentação é um recurso da linguagem usado na defesa de um ponto de vista acerca de um assunto em

situações de debate e discussão de ideias. Os debates formais, ou mesmo os informais, exigem uma ótima capacidade argumentativa por parte dos participantes.

Fonte:

- ERSE, Ricardo do Amaral. Português para os concursos de Técnico e Analista. 3ª edição. Bahia: Editora Juspodivm, 2014.

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
------------------------

<b>10</b>
-----------

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

De acordo com o enunciado da questão “Indique a reescrita do trecho destacado a seguir em que a correção gramatical, assim como semântica, foram preservadas: “E não é apenas a ampliação do acesso a estas redes e plataformas que aponta a urgência de uma melhor educação midiática, mas a forma como a população interage com os conteúdos delas também.” (1º§)”, a alternativa “ **C** ) E não é apenas a ampliação do acesso a estas redes e plataformas que aponta a urgência de uma melhor educação midiática, mas também o modo como a população interage com os conteúdos delas.” foi adequadamente indicada como correta. Ocorre uma alteração na posição do vocábulo “também” que não altera o sentido do trecho original e, ainda, a substituição da expressão “a forma” por “o modo”, expressões equivalentes semanticamente no contexto apresentado. A alternativa “ **B** ) E não é apenas a ampliação do acesso a estas redes e plataformas que aponta a urgência de uma melhor educação midiática, todavia a forma como a população interage com os conteúdos delas.” não pode ser indicada como correta. O termo “todavia” não substitui “mas também” sem que haja alteração de sentido. Sinônimo de “mas também” Indica adição: 1 e, além disso, ainda, outrossim, como também, e também, bem como, assim como. Todavia: conjunção coordenativa: mas, contudo, porém, no entanto, entretanto. A alternativa “ **A** ) E não é apenas a ampliação do acesso a toda rede virtual que aponta a urgência de uma melhor educação midiática, mas a forma como a população interage com os conteúdos delas também.” não pode ser indicada como correta. A expressão “a estas redes” (específico) tem diferente sentido da expressão “a toda rede virtual” (geral).

Fontes:

- BECHARA, E. Moderna gramática portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- CUNHA, C.; CINTRA, L. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Lúxikon, 2013.
- ERSE, Ricardo do Amaral. Português para os concursos de Técnico e Analista. 3ª edição. Bahia: Editora Juspodivm, 2014.
- ROCHA LIMA, Gramática normativa da língua portuguesa. 31ª ed. (retocada e enriquecida). Rio de Janeiro, José Olympio Editora, 1992.

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
------------------------

<b>11</b>
-----------

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Os dois primeiros vogais devem ser apenas vogais maiúsculas. Já os demais 3 caracteres devem ser algarismos distintos e diferentes de 7. De acordo com a teoria de análise combinatória, poderão ser formados :

- 5 vogais para o primeiro caractere
- 5 vogais para o segundo caractere
- 9 algarismos para o terceiro caractere
- 8 algarismos para o quarto caractere
- 7 algarismos para o quinto caractere

Portanto, há um total de  $5 * 5 * 9 * 8 * 7 = 12600$  códigos distintos

Tipo 1 - BRANCA
-----------------

12
----

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A questão possui o conteúdo de razões especiais, presente no edital. Existem algumas razões especiais muito utilizadas em nosso cotidiano, entre as quais se destaca a velocidade média.

Considere que cada volta na lagoa possua  $x$  km. Assim, na ida, foram gastos  $x/22.5$  horas. Na volta, foram gastos  $x/15$  horas. Assim, no trajeto total de  $x+x = 2x$  km, a velocidade média é

$$\frac{2x}{\frac{x}{22.5} + \frac{x}{15}} = 18$$

Tipo 1 - BRANCA
-----------------

18
----

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O princípio da descentralização diz respeito à distribuição de responsabilidades, poderes e recursos entre os três níveis de governo: federal, estadual e municipal.

A questão solicita claramente "qual o princípio do Sistema Único de Saúde foi **diretamente** violado". Neste caso, a **integralidade** não foi respeitada, já que o problema do paciente não pôde ser resolvido, a despeito de ter conseguido ser atendido e seguido o fluxo adequado do SUS. A integralidade considera o indivíduo como um todo, atendendo a **todas as suas necessidades de saúde**.

Portanto, o recurso é improcedente.

Tipo 1 - BRANCA
-----------------

22
----

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A questão é clara ao solicitar que a questão seja respondida "De acordo com o estabelecido pelo Ministério da Saúde".

O Ministério da Saúde, através da Resolução Nº 1, de 29 de setembro de 2011, estabelece que: "Compete à **Comissão Intergestores Tripartite (CIT)** pactuar as regras de continuidade do acesso, para o atendimento da integralidade da assistência, às ações e aos serviços de saúde integrantes da rede de atenção à saúde, mediante referenciamento em Regiões de Saúde interestaduais."

Desta forma, o recurso é improcedente.

Tipo 1 - BRANCA
-----------------

25
----

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A questão é clara ao solicitar que a questão seja respondida "De acordo com a Portaria nº 2.436, de 21 de setembro de 2017", a qual Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

Tal Portaria estabelece, em sua seção sobre "ATRIBUIÇÕES DOS PROFISSIONAIS DA ATENÇÃO BÁSICA", que:

**"São atribuições dos Agentes Comunitários de Saúde: III - Registrar, para fins de planejamento e acompanhamento das ações de saúde, os dados de nascimentos, óbitos, doenças e outros agravos à saúde, garantindo o sigilo ético"**.

Cita também que:

"São atribuições dos Agentes de Combate a **ENDEMIAS** :

- Executar ações de campo para pesquisa entomológica, malacológica ou coleta de reservatórios de doenças
  - Executar ações de controle de doenças utilizando as medidas de controle químico, biológico, manejo ambiental e outras ações de manejo integrado de vetores.
  - Realizar cadastramento e atualização da base de imóveis para planejamento e definição de estratégias de prevenção, intervenção e controle de doenças."
- Desta forma, os recursos são improcedentes.

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
<b>26</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Compulsando com denodo a questão de prova, formal e materialmente, conclui-se que a mesma **não apresenta vícios ou erros** que sugeriram a sua anulação ou alteração de gabarito.

O **gabarito provisório** da questão, que indica a **alternativa "C"**, **está correto**. Logo, reitere-se que a questão não apresenta qualquer imprecisão, em especial:

- i) não havendo erros ou imprecisões no enunciado ou nas alternativas da questão;
- ii) não havendo ausência de resposta entre as alternativas;
- iii) não havendo mais de uma alternativa em conformidade com o enunciado e comando da questão;
- iv) não havendo quaisquer discrepâncias com o conteúdo programático editalício.

Deste modo e antecipadamente, conclui-se que não deverão prosperar as razões de recurso relativas à questão em análise, especialmente pelos **argumentos de Contrarrazões em Recurso** a seguir:

**I -** A questão possui clareza, coerência e coesão de linguagem no seu enunciado, comando e alternativas.

**II -** A questão aborda o assunto "Concessão de licenças e Regime disciplinar do servidor", temática constante do conteúdo programático do edital: Lei Complementar nº 9, de 3 de dezembro de 1992 – Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Divinópolis-MG.

**III - A alternativa correta (C) estabelece a assertiva "III" como a única verdadeira**, o que está em conformação com a inteligência dos artigos 194, caput; 206; 208 e 209; todos da Lei Complementar nº 9, de 3 de dezembro de 1992 – Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Divinópolis-MG.

"III. Pedro reincidiu em falta punida com advertência, o que ensejará a imposição de penalidade de suspensão pelo prazo máximo de 90 (noventa) dias, estando garantida sua ampla defesa em sindicância ou processo disciplinar."

"Art. 194. A suspensão será aplicada em caso de reincidência das faltas punidas com advertência e de violação das demais proibições que não justifiquem infração sujeita a penalidade de demissão, não podendo exceder de 90 (noventa) dias ." **(as disposições legais sublinhadas dão precisão à assertiva "III")**

Note-se que a assertiva III, *in fine*, obedece aos artigos 206, 208 e 209 que reiteram os princípios e garantias constitucionais de ampla defesa e devido processo legal que, implícita ou explicitamente, deverão sempre ser observados em todo tipo de processo, procedimento, ou sindicância.

**IV - A situação hipotética I** está em desacordo com o artigo 126, §1º.

"I. João, estando internado em tratamento de saúde no hospital local, faz jus à inspeção médica *in loco*, o que não seria possível se já estivesse acamado em sua residência ." **(a divergência com a Lei está sublinhada)**

"Art. 126, § 1º Sempre que necessário, a inspeção médica **será realizada na residência do servidor** ou no estabelecimento hospitalar onde se encontrar internado."

a) O dispositivo legal é claro e afirma que a inspeção médica, sempre que necessário, será realizada na residência do servidor ou no hospital onde ele estiver internado.

b) Resta demonstrado que a primeira parte da assertiva "I" está correta, mas a segunda contraria a lei, pois se o servidor estiver "acamado em sua residência" também fará jus à inspeção médica.

**V - A situação hipotética II** está em desacordo com o artigo 141, caput e §1º.

"II. Ana requer o direito à licença para atividade política. Ela terá assegurada a licença sem prejuízo de sua remuneração desde a sua escolha como candidata em convenção partidária ." **(a divergência com a Lei está sublinhada)**

“Art. 141 O servidor terá direito a licença sem remuneração, durante o período que mediar entre a sua escolha, em convenção partidária, como candidato a cargo eletivo, e a véspera do registro de sua candidatura perante a Justiça Eleitoral.

§ 1º A partir do registro da candidatura até o 10º (décimo) dia seguinte ao da eleição, o servidor fará jus à licença como se em efetivo exercício estivesse, sem prejuízo de sua remuneração, mediante comunicação, por escrito, do afastamento.”

a) Estaria correto afirmar que Ana terá o direito à licença para atividade política **sem prejuízo de sua remuneração** “a partir do registro da candidatura até o 10º (décimo) dia seguinte ao da eleição” (§1º, art. 141).

b) O caput do mesmo artigo garante o direito à licença do servidor para atividade política, **sem remuneração**, no interregno entre a sua escolha como candidato e a véspera do registro da candidatura; todavia, estando claro que este não é o tema abrangido pela questão na assertiva II.

Assim, é incontroverso que apenas a afirmativa III é correta, logo, estando preciso o gabarito que indica a alternativa “C”.

**Delibera-se nestas Contrarrazões pela improcedência dos recursos .**

No que tange, (i) recurso desprovido de pedido e/ou fundamentação; (ii) ou quando elaborado de forma genérica, sem o desenvolvimento de argumentos que se atenham especificamente à temática da questão; (iii) ou, por fim, quando seu conteúdo apresenta total disparidade com o assunto da questão: **delibera-se nestas Contrarrazões pela condição de “recurso prejudicado”**.

Fonte:

- Lei Complementar nº 9, de 3 de dezembro de 1992 – Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Divinópolis-MG; e Constituição da República Federativa do Brasil (1988).

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
<b>28</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Compulsando com denodo a questão de prova, formal e materialmente, conclui-se que a mesma **não apresenta vícios ou erros** que sugeriram a sua anulação ou alteração de gabarito.

O **gabarito provisório** da questão, que indica a **alternativa “D”, está correto**. Logo, reitere-se que a questão não apresenta qualquer imprecisão, em especial:

i) não havendo erros ou imprecisões no enunciado ou nas alternativas da questão;

ii) não havendo ausência de resposta entre as alternativas;

iii) não havendo mais de uma alternativa em conformidade com o enunciado e comando da questão;

iv) não havendo quaisquer discrepâncias com o conteúdo programático editalício.

Deste modo e antecipadamente, conclui-se que não deverão prosperar as razões de recurso relativas à questão em análise, especialmente pelos **argumentos de Contrarrazões em Recurso** a seguir:

**I** - A questão possui clareza, coerência e coesão de linguagem no seu enunciado, comando e alternativas.

**II** - A questão aborda o assunto “Organização do município, em especial: ‘do domínio público’”, temática constante do conteúdo programático do edital: Lei Orgânica do Município de Divinópolis-MG.

**III** - **A alternativa correta (D) estabelece as assertivas “II e III” como as únicas verdadeiras**, o que está em perfeita conformação com o que dispõem, respectivamente, os artigos 10 e 14, caput e parágrafo único; ambos da Lei Orgânica do Município de Divinópolis-MG (LOM).

“II. São poderes do Município, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo e o Executivo.”

“ **Art. 10** . São poderes do Município, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo e o Executivo.” **(A assertiva II é a literalidade do artigo 10 da LOM de Divinópolis)**

.....

“III. Relativo à administração dos bens municipais, é imprescindível a prévia autorização do Poder Legislativo em casos de mudança de destinação, total ou parcial, de bem imóvel de uso comum do povo por ato do Chefe do Poder Executivo.”

“ **Art. 14**. Cabe ao Prefeito a administração dos bens municipais, respeitada a autonomia da Câmara Municipal naqueles utilizados em seus serviços.

**Parágrafo único** - É proibida a mudança de destinação, total ou parcial, de bem imóvel de uso comum do Povo, sem prévia autorização legislativa, que será necessariamente precedida de concordância do respectivo conselho comunitário.”

**(A assertiva III é a incontroversa intelecção do artigo 14, caput e seu parágrafo único da LOM: as expressões destacadas, na assertiva III e no artigo 14, se correspondem com precisão)**

**IV - A situação hipotética I** está em completo desacordo com o artigo 17, caput e parágrafo único da Lei Orgânica Municipal de Divinópolis-MG.

“I. Excepcionalmente, é dispensável a autorização legislativa nos casos em que Fundações ou Autarquias municipais firmem contrato de arrendamento ou de aluguel de bem imóvel do município.” **(Não há esta hipótese legal, nem sequer excepcionalmente. Na verdade, neste caso ocorre a obrigatoriedade de prévia autorização legislativa , o que é o inverso do que assevera a afirmativa I – vide artigo 17, caput e parágrafo único; abaixo )**

**Art. 17.** Nenhum contrato de concessão de uso, gratuito ou oneroso, de arrendamento ou de aluguel de bem imóvel do Município poderá ser firmado sem prévia autorização legislativa e o devido procedimento licitatório.

**Parágrafo único.** Submetem-se ao disposto neste artigo as fundações, as autarquias e as empresas públicas municipais .

*In casu*, está claro que a autorização legislativa prévia é obrigatória para dar efeito a arrendamento ou aluguel de bem imóvel municipal, tanto por ato da administração pública direta do município como também de sua administração pública indireta (a exemplo das “Fundações ou Autarquias municipais”, citadas na assertiva).

Assim, é incontroverso que apenas a afirmativa I está incorreta, logo, estando preciso o gabarito que indica a alternativa “D” como correta (II e III, apenas estão corretas).

**Delibera-se nestas Contrarrazões pela improcedência dos recursos .**

No que tange, (i) recurso desprovido de pedido e/ou fundamentação; (ii) ou quando elaborado de forma genérica, sem o desenvolvimento de argumentos que se atenham especificamente à temática da questão; (iii) ou, por fim, quando seu conteúdo apresenta total disparidade com o assunto da questão: **delibera-se nestas Contrarrazões pela condição de “recurso prejudicado”** .

Fonte:

- Lei Orgânica do Município de Divinópolis-MG; e Constituição da República Federativa do Brasil (1988).

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
------------------------

<b>30</b>
-----------

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Compulsando com denodo a questão de prova, formal e materialmente, conclui-se que a mesma **não apresenta vícios ou erros** que sugiram a sua anulação ou alteração de gabarito.

O **gabarito provisório** da questão, que indica a **alternativa “D”, está correto**. Logo, reitere-se que a questão não apresenta qualquer imprecisão, em especial:

- i) não havendo erros ou imprecisões no enunciado ou nas alternativas da questão;
- ii) não havendo ausência de resposta entre as alternativas;
- iii) não havendo mais de uma alternativa em conformidade com o enunciado e comando da questão;
- iv) não havendo quaisquer discrepâncias com o conteúdo programático editalício.

Deste modo e antecipadamente, conclui-se que não deverão prosperar as razões de recurso relativas à questão em análise , especialmente pelos **argumentos de Contrarrazões em Recurso** a seguir:

**I** - A questão possui clareza, coerência e coesão de linguagem no seu enunciado, comando e alternativas.

**II** - A questão aborda o assunto “ Organização dos Poderes ”, temática constante do conteúdo programático do edital: Lei Orgânica do município de Divinópolis (LOM).

**III** - **A alternativa “D” é a única correta** e se amolda com perfeição ao artigo 73, caput e inciso I da Lei Orgânica do Município de Divinópolis-MG.



Note-se que esta alternativa se debruça sobre o exercício do **controle interno** pelo Poder Executivo, em nenhum momento se referindo ao Poder Legislativo ou ao Tribunal de Contas do Estado, ambos com a competência de controle externo (artigo 71, §2º da LOM).

**IV** - A alternativa “A” diverge da inteligência do artigo 48, caput c/c 62, inciso I, ambos da LOM. Contrariando a assertiva, a Lei Orgânica dá permissão ao prefeito e cidadãos para a iniciativa das leis complementares.

**V** - Sobre a alternativa “B”, a mesma também apresenta inconsistência, por isto não é o gabarito.

- a. A Câmara municipal realmente possui função legislativa como menciona a assertiva. Mas, com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado (TCE), a Câmara municipal exerce controle externo do município **e não o controle interno** como afirma a o texto da alternativa, em desacordo com a Lei Orgânica municipal em seu artigo 71, caput, primeira parte; e especialmente no seu §2º.
- b. Importante ressaltar que a alternativa não menciona sobre o Poder Executivo municipal e sua correta atribuição de exercer o controle interno. Afirma-se sobre o Poder Legislativo e o TCE como já explicitado, ambos com competência para o exercício do controle externo, “saltando aos olhos” a incorreção da questão ao asseverar que a Câmara municipal possui função de controle interno do município.

**VI** - A alternativa “C” diverge frontalmente da literalidade do artigo 48, §3º, II da LOM que define que leis de criação de cargos públicos na administração pública direta ou indireta são de iniciativa privativa do prefeito, e não da Câmara de Vereadores como afirma a alternativa.

Assim, é incontroverso que apenas a **alternativa D** atende ao enunciado e comando da questão, logo, estando preciso o gabarito que indica esta alternativa como correta.

**Delibera-se nestas Contrarrazões pela improcedência dos recursos.**

No que tange, (i) recurso desprovido de pedido e/ou fundamentação; (ii) ou quando elaborado de forma genérica, sem o desenvolvimento de argumentos que se atenham especificamente à temática da questão; (iii) ou, por fim, quando seu conteúdo apresenta total disparidade com o assunto da questão: **delibera-se nestas Contrarrazões pela condição de “recurso prejudicado”**.

Fonte:

- Lei Orgânica do município de Divinópolis (LOM); e Constituição da República Federativa do Brasil (1988).

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
<b>33</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A terminologia utilizada em toda questão está de acordo com a literatura tradicional, conforme excerto a seguir:

*“Mecanismo de ação: O aciclovir, um análogo da guanósina, é monofosforilado na célula por uma enzima codificada pelo herpes-vírus, a **timidinocinase** (Fig. 45.8). Dessa forma, células infectadas pelo vírus são mais suscetíveis. O análogo monofosfatado é convertido às formas di e trifosfato pelas cinases das células do hospedeiro. O trifosfato de aciclovir compete com o trifosfato de desoxiguanosina como substrato da DNA-polimerase viral e é incorporado ao DNA viral, causando finalização prematura da cadeia de DNA.” ( Whalen, Karen, 2016)*

Diante do exposto, indefere-se o recurso impetrado, mantendo o gabarito preliminar.

Fonte:

- Whalen, Karen. Farmacologia ilustrada [recurso eletrônico] / Karen Whalen, Richard Finkel, Thomas A. Panavelil ; tradução e revisão técnica: Augusto Langeloh. – 6. ed. – Porto Alegre: Artmed, 2016. página 572.

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
------------------------

<b>34</b>
-----------

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Conforme o calendário de vacinação do Ministério da Saúde, apenas a alternativa referente à “1ª dose da vacina Tríplice Viral (Sarampo, Caxumba e Rubéola)” apresenta inadequação quanto à administração em uma paciente com dois meses de idade, visto que essa vacina é indicada somente a partir dos 12 meses. **Essa observação já foi devidamente reportada no gabarito preliminar para o cargo de Farmacêutico Tipo 1 – Branca; gabarito da questão 34-A.**

Adicionalmente, quanto à presença da letra maiúscula “E” na alternativa referente à “1ª dose da vacina para poliomielite E sorotipos 1, 2 e 3 (inativada)”, esclarecemos que essa ocorrência não compromete a clareza ou a interpretação da questão.

Diante do exposto, indefere-se o recurso imperado, mantendo o gabarito preliminar.

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
------------------------

<b>39</b>
-----------

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Para calcular a densidade de incidência total de SQF por mil pessoas/ano, deve-se somar todos os casos de SQF e dividir pela soma das pessoas em observação. Depois, multiplica-se o resultado por 100.000 para obter a taxa por 100 mil pessoas/ano. Demonstração:

Total de casos de SQF:  $(5 + 7 + 12 = 24)$

Total de pessoas/ano em observação:  $(6.000 + 9.600 + 8.300 = 23.900)$

Agora, aplicamos a fórmula da densidade de incidência:

Densidade de inc. total =  $(24/23900) \times 100\ 000 = 100,4$

Fonte:

- A informação consta na página 21 do livro Epidemiologia Básica. 2ª edição, de R. Bonita, R. Beaglehole e T. Kjellström. Grupo Gen. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4338965/mod\\_resource/content/1/BONITA%20et%20al%20-%20cap%202.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4338965/mod_resource/content/1/BONITA%20et%20al%20-%20cap%202.pdf), acessado em 28/10/24.

**Cargo: Fiscal de Obras**

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
------------------------

<b>3</b>
----------

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

“Pode-se concluir a partir das ideias e informações apresentadas que:

**I.** Um maior investimento em educação midiática é fator a ser mantido de acordo com as pesquisas apresentadas.

**II.** A urgência de uma melhor educação midiática justifica-se a partir dos resultados de pesquisa constatados de forma objetiva.

**III.** Desigualdades sociais são, muitas vezes, a causa de consequências prejudiciais mediante o acesso às informações na internet.”

De acordo com o enunciado da questão a alternativa “ **D** ) II e III, apenas.” foi adequadamente indicada como correta de acordo com os destaques a seguir:

Vamos começar do começo, o que é educação midiática, afinal? É o "conjunto de habilidades para acessar, analisar, criar e participar de maneira crítica do ambiente informacional e midiático em todos os seus formatos — dos impressos aos digitais" (referência). Em um contexto onde as redes sociais, como o TikTok, têm sido cada vez mais

utilizadas por crianças e adolescentes e os perfis em aplicativos de mensagens instantâneas, como o WhatsApp, também têm aumentado nos últimos anos, a educação midiática se mostra essencial. E não é apenas a ampliação do acesso a estas redes e plataformas que aponta a urgência de uma melhor educação midiática, mas a forma como a população interage com os conteúdos delas também.

O relatório "Leitores do século 21: Desenvolvendo habilidades de alfabetização em um mundo digital", da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), realizado entre estudantes brasileiros de 15 anos, constatou que 67,3% deles têm dificuldade em diferenciar fatos de opiniões ao lerem textos. **III - Em outro estudo, somente 27% dos estudantes de escolas públicas e 18% de escolas privadas receberam orientações sobre como avaliar a qualidade das informações online**, mas metade dos professores afirmou ter apoiado os alunos em situações sensíveis na internet, incluindo o uso excessivo de jogos digitais e experiências de discriminação e cyberbullying. 56% das(os) professoras(es) relatam já terem trabalhado com educação para a mídia, mas apenas 20% se sentem bem preparados para ensinar sobre o tema e somente 37% de fato participaram de iniciativas de formação sobre o assunto.

**II - Mais alguns números que permitem entender a crescente necessidade de maior investimento (I - e não fator a ser mantido) em educação midiática** são os resultantes de pesquisa realizada pela OCDE: aproximadamente 41,9% das(os) estudantes foram ensinadas(os) a usar palavras-chave em mecanismos de busca; 52% aprenderam a avaliar a confiabilidade das informações online; 48,9% discutiram as consequências de compartilhar informações em redes sociais; e 45,7% foram orientadas(os) a identificar informações subjetivas ou tendenciosas.

É preciso manter em mente, também, as desigualdades socioeconômicas, digitais e educacionais, pois um menor acesso a dispositivos digitais e ao direito à educação, por exemplo, pode resultar em uma maior dificuldade na detecção de informações tendenciosas ou falsas. É o que mostra o estudo "Políticas de Educação Midiática", publicado pelo Instituto Veredas sob encomenda da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (Secom)."

Fontes:

- AQUINO, Renato. Interpretação de Textos. Ed. Impetus.
- COSTA, S. R. Dicionário de gêneros textuais. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.
- EMEDIATO, W. A fórmula do texto: redação, argumentação e leitura. São Paulo: Geração Editoria, 2004.
- FIORIN, J. L.; SAVIOLI, F. P. Lições de texto: leitura e redação. São Paulo: Ática, 2006. GARCIA, O. M. Comunicação em prosa moderna. 27. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010.

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
------------------------

<b>4</b>
----------

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

De acordo com o enunciado da questão "A expressão inicial do texto "Vamos começar do começo, [...]" (1º§) pode ser reconhecida como:", a alternativa " **A** ) Ênfase atribuída a uma ideia por meio da repetição de determinado efeito de sentido." Se, por um lado, começar é «principiar, dar começo», por outro, começo significa o ponto onde começa, principia ou se inicia alguma coisa. Sendo assim, «começar pelo começo» é literalmente «dar começo ao começo» ou «começar a começar», que são evidentes redundâncias, pois, do ponto de vista informativo, começo nada acrescenta a começar. Contudo, os pleonasmos podem ter aproveitamento literário e ocorrem muitas vezes enfaticamente (como reforço, conforme o caso em análise), outras com propósito irônico ou humorístico. Exemplo: «Para começar do/pelo começo, é preciso que se diga...». Neste caso, o pleonasma tem paradoxalmente valor expressivo e torna-se uma maneira de dizer o mesmo que «para começar pelo que é prioritário» ou «para começar de maneira metódica». O pleonasma é uma figura de linguagem que consiste em usar palavras redundantes para reforçar a comunicação de forma expressiva e com bom gosto. Quando o pleonasma não é usado como um recurso estilístico, mas por descuido da língua, é chamado de pleonasma vicioso, porque esse tipo de erro é chamado de vício de linguagem. Exemplo da figura de linguagem pleonasma: "E RIR MEU RISO e derramar meu pranto" (Vinicius de Moraes). Exemplo de pleonasma vicioso: ENTREI PARA DENTRO, porque começou a chover. Do Latim, o termo pleonasmu significa superabundância. Como figura de linguagem, o pleonasma é usado com intenção poética, para oferecer maior expressividade ao texto. Também chamado de pleonasma literário, ele é utilizado intencionalmente como recurso estilístico para reforçar o discurso de seu enunciador. Exemplos: "E rir meu riso e derramar meu

pranto” (Vinicius de Moraes) “E ali dançaram tanta dança” (Chico Buarque e Vinicius de Moraes) “Me sorri um sorriso pontual e me beija com a boca de hortelã” (Chico Buarque) “Ó mar salgado, quanto do teu sal são lágrimas de Portugal” (Fernando Pessoa) “Morrerás morte vil na mão de um forte” (Gonçalves Dias) “Quando com os olhos eu quis ver de perto” (Alberto de Oliveira) “Chovia uma triste chuva de resignação” (Manuel Bandeira). A alternativa “**B**) Uso de palavras redundantes para reforçar a comunicação de forma expressiva e poética.” não pode ser indicada como correta já que, a expressão em análise foi empregada como recurso estilístico e não como redundância, conforme exposto anteriormente. A alternativa “**C**) Recurso estilístico denominado vício de linguagem, cujo objetivo é despertar o interesse do leitor.” não pode ser indicada como correta de acordo com o exposto anteriormente. A alternativa “**D**) Emprego de expressão com propósito irônico em razão de um conceito que já deveria estar claramente compreendido.” não pode ser considerada correta. Ironia é uma figura por meio da qual se diz o contrário do que se quer dar a entender; uso de palavra ou frase de sentido diverso ou oposto ao que deveria ser empregado, para definir ou denominar algo. Assim tal alternativa não pode ser indicada como correta.

Fontes:

- AQUINO, Renato. Interpretação de Textos. Ed. Impetus.
- COSTA, S. R. Dicionário de gêneros textuais. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.
- EMEDIATO, W. A fórmula do texto: redação, argumentação e leitura. São Paulo: Geração Editoria, 2004.
- FIORIN, J. L.; SAVIOLI, F. P. Lições de texto: leitura e redação. São Paulo: Ática, 2006. GARCIA, O. M. Comunicação em prosa moderna. 27. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010.

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
<b>8</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A sequência está correta em:”, a alternativa “ **A**) F, F, V.” foi adequadamente indicada como correta de acordo com os trechos destacados a seguir:

“Vamos começar do começo, o que é (**Primeira afirmativa - não há referência a todos os segmentos sociais** ) educação midiática, afinal? É o "conjunto de habilidades para acessar, analisar, criar e participar de maneira crítica do ambiente informacional e midiático em todos os seus formatos — dos impressos aos digitais" . Em um contexto onde as redes sociais, como o TikTok, (**Segunda afirmativa - Exatamente em virtude das redes sociais citadas é que a intervenção de uma educação midiática se faz necessária**) têm sido cada vez mais utilizadas por crianças e adolescentes e os perfis em aplicativos de mensagens instantâneas, como o WhatsApp, também têm aumentado nos últimos anos, a educação midiática se mostra essencial) E não é apenas a ampliação do acesso a estas redes e plataformas que aponta a urgência de uma melhor educação midiática, mas a forma como a população interage com os conteúdos delas também.

O relatório "Leitores do século 21: Desenvolvendo habilidades de alfabetização em um mundo digital", da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), realizado entre estudantes brasileiros de 15 anos, constatou que 67,3% deles têm dificuldade em diferenciar fatos de opiniões ao lerem textos. Em outro estudo, somente 27% dos estudantes de escolas públicas e 18% de escolas privadas receberam orientações sobre como avaliar a qualidade das informações online, mas metade dos professores afirmou ter apoiado os alunos em situações sensíveis na internet, incluindo o uso excessivo de jogos digitais e experiências de discriminação e cyberbullying. 56% das(os) professoras(es) relatam já terem trabalhado com educação para a mídia, mas apenas 20% se sentem bem preparados para ensinar sobre o tema e somente 37% de fato participaram de iniciativas de formação sobre o assunto.

(**Terceira afirmativa – relatórios de pesquisas como argumentos**) Mais alguns números que permitem entender a crescente necessidade de maior investimento em educação midiática são os resultantes de pesquisa realizada pela OCDE: aproximadamente 41,9% das(os) estudantes foram ensinadas(os) a usar palavras-chave em mecanismos de busca; 52% aprenderam a avaliar a confiabilidade das informações online; 48,9% discutiram as consequências de compartilhar informações em redes sociais; e 45,7% foram orientadas(os) a identificar informações subjetivas ou tendenciosas.

É preciso manter em mente, também, as desigualdades socioeconômicas, digitais e educacionais, pois um menor acesso a dispositivos digitais e ao direito à educação, por exemplo, pode resultar em uma maior dificuldade na

detecção de informações tendenciosas ou falsas. É o que mostra o estudo "Políticas de Educação Midiática", publicado pelo Instituto Veredas sob encomenda da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (Secom). Argumentação é um recurso da linguagem usado na defesa de um ponto de vista acerca de um assunto em situações de debate e discussão de ideias. Os debates formais, ou mesmo os informais, exigem uma ótima capacidade argumentativa por parte dos participantes.

Fonte:

- ERSE, Ricardo do Amaral. Português para os concursos de Técnico e Analista. 3ª edição. Bahia: Editora Juspodivm, 2014.

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
<b>12</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A questão possui o conteúdo de razões especiais, presente no edital. Existem algumas razões especiais muito utilizadas em nosso cotidiano, entre as quais se destaca a velocidade média.

Considere que cada volta na lagoa possui x km. Assim, na ida, foram gastos x/22.5 horas. Na volta, foram gastos x/15 horas. Assim, no trajeto total de x+x = 2x km, a velocidade média é

$$\frac{2x}{\frac{x}{22.5} + \frac{x}{15}} = 18$$

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
<b>14</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A questão solicita o número de vezes que o algarismo 1 aparece entre 1 e 284. Note que, em números como 11, 121, ou 111, deve-se contar cada vez que o algarismo aparece. Assim:

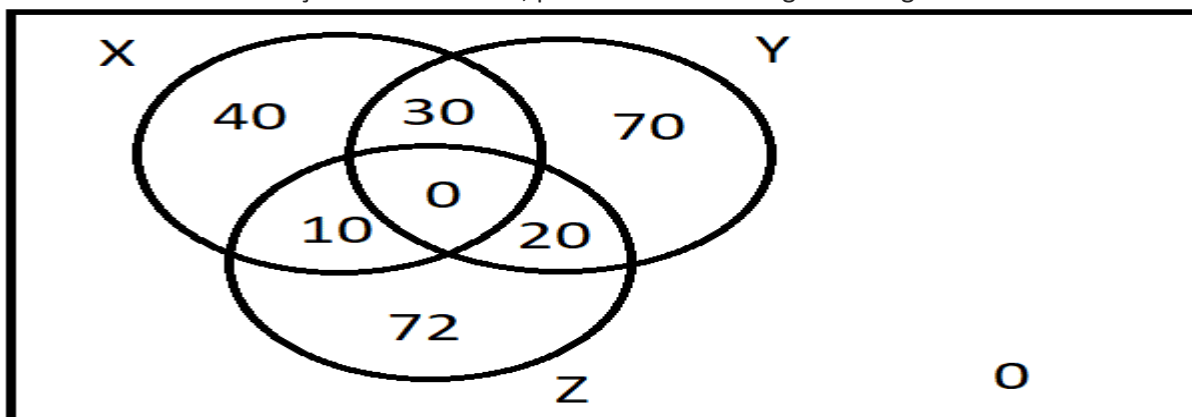
- De 1 a 100: O algarismo 1 aparece 21 vezes.
- De 101 a 200: O algarismo 1 aparece 119 vezes.
- De 201 a 284: O algarismo 1 aparece 19 vezes.

Logo, o total de vezes é 21 + 119 + 19 = 159.

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
<b>17</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

De acordo com as informações do enunciado, pode-se montar o seguinte diagrama de Venn:



Assim, 72 entrevistados assistem somente o programa Z

**Tipo 1 - BRANCA****20****Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

De acordo com as informações do enunciado, pode-se montar o seguinte esquema lógico:

	Analista Sistemas	Fiscal	Médica	Recepcionista	Cientista
Alice	n	s	n	n	n
Betina	s	n	n	n	n
Carolina	n	n	n	n	s
Diana	n	n	s	n	n
Elisângela	n	n	n	s	n

Assim, Betina é analista de sistemas e Carolina é cientista de dados.

**Tipo 1 - BRANCA****24****Recurso Procedente. Gabarito alterado para alternativa B.**

O **controlador responde solidariamente com o operador**. De acordo com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), tanto o controlador quanto o operador de dados podem ser responsabilizados pelos danos causados pelo tratamento inadequado de dados pessoais. O artigo 42 da LGPD estabelece que o controlador ou o operador que, em razão do exercício de atividade de tratamento de dados pessoais, causar dano patrimonial, moral, individual ou coletivo, em violação à legislação de proteção de dados pessoais, é obrigado a repará-lo. O parágrafo 1º do mesmo artigo reforça que os agentes de tratamento respondem solidariamente pelos danos causados. Ressalta-se ainda, que o art. 43 da referida lei exclui a responsabilidade em alguns casos, quais sejam: Art. 43. Os agentes de tratamento só não serão responsabilizados quando provarem: I - que não realizaram o tratamento de dados pessoais que lhes é atribuído; II - que, embora tenham realizado o tratamento de dados pessoais que lhes é atribuído, não houve violação à legislação de proteção de dados; ou III - que o dano é decorrente de culpa exclusiva do titular dos dados ou de terceiro. O que não é o caso sob análise.

Fonte:

- BRASIL. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2018/Lei/L13709.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Lei/L13709.htm).

**Tipo 1 - BRANCA****25****Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

De acordo com a Lei nº 14.133/2021, a modalidade adequada para contratações que envolvem inovação tecnológica e a impossibilidade de definir especificações técnicas precisas é o diálogo competitivo. Esta modalidade permite que a administração pública realize diálogos com licitantes previamente selecionados para desenvolver soluções que atendam às suas necessidades específicas. O artigo 6º, inciso XLII, e o artigo 32 da Lei nº 14.133/2021 estabelecem que, em situações de inovação tecnológica ou técnica onde as especificações não podem ser definidas de antemão, o diálogo competitivo é a modalidade indicada. Além disso, o processo deve ser conduzido por uma comissão de contratação composta por pelo menos três servidores efetivos ou empregados públicos permanentes, conforme estabelecido no § 1º, inciso XI, do artigo 32. Por fim, o prazo mínimo para manifestação de interesse no diálogo competitivo é de 25 dias úteis, conforme § 1º, I do art. 32 da Lei.

Fonte:

- BRASIL. Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021. Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/\_Ato2019-2022/2021/Lei/L14133.htm].

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
------------------------

<b>26</b>
-----------

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Compulsando com denodo a questão de prova, formal e materialmente, conclui-se que a mesma **não apresenta vícios ou erros** que sugiram a sua anulação ou alteração de gabarito.

O **gabarito provisório** da questão, que indica a **alternativa “C”, está correto**. Logo, reitere-se que a questão não apresenta qualquer imprecisão, em especial:

- i) não havendo erros ou imprecisões no enunciado ou nas alternativas da questão;
- ii) não havendo ausência de resposta entre as alternativas;
- iii) não havendo mais de uma alternativa em conformidade com o enunciado e comando da questão;
- iv) não havendo quaisquer discrepâncias com o conteúdo programático editalício.

Deste modo e antecipadamente, conclui-se que não deverão prosperar as razões de recurso relativas à questão em análise, especialmente pelos **argumentos de Contrarrazões em Recurso** a seguir:

**I -** A questão possui clareza, coerência e coesão de linguagem no seu enunciado, comando e alternativas.

**II -** A questão aborda o assunto “Concessão de licenças e Regime disciplinar do servidor”, temática constante do conteúdo programático do edital: Lei Complementar nº 9, de 3 de dezembro de 1992 – Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Divinópolis-MG.

**III - A alternativa correta (C) estabelece a assertiva “III” como a única verdadeira**, o que está em conformação com a interpretação dos artigos 194, caput; 206; 208 e 209; todos da Lei Complementar nº 9, de 3 de dezembro de 1992 – Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Divinópolis-MG.

“III. Pedro reincidiu em falta punida com advertência, o que ensejará a imposição de penalidade de suspensão pelo prazo máximo de 90 (noventa) dias, estando garantida sua ampla defesa em sindicância ou processo disciplinar.”

“Art. 194. A suspensão será aplicada em caso de reincidência das faltas punidas com advertência e de violação das demais proibições que não justifiquem infração sujeita a penalidade de demissão, não podendo exceder de 90 (noventa) dias.” **(as disposições legais sublinhadas dão precisão à assertiva “III”)**

Note-se que a assertiva III, *in fine*, obedece aos artigos 206, 208 e 209 que reiteram os princípios e garantias constitucionais de ampla defesa e devido processo legal que, implícita ou explicitamente, deverão sempre ser observados em todo tipo de processo, procedimento, ou sindicância.

**IV - A situação hipotética I** está em desacordo com o artigo 126, §1º.

“I. João, estando internado em tratamento de saúde no hospital local, faz jus à inspeção médica *in loco*, o que não seria possível se já estivesse acamado em sua residência.” **(a divergência com a Lei está sublinhada)**

“Art. 126, § 1º Sempre que necessário, a inspeção médica **será realizada na residência do servidor** ou no estabelecimento hospitalar onde se encontrar internado.”

a) O dispositivo legal é claro e afirma que a inspeção médica, sempre que necessário, será realizada na residência do servidor ou no hospital onde ele estiver internado.

b) Restá demonstrado que a primeira parte da assertiva “I” está correta, mas a segunda contraria a lei, pois se o servidor estiver “acamado em sua residência” também fará jus à inspeção médica.

**V - A situação hipotética II** está em desacordo com o artigo 141, caput e §1º.

“II. Ana requer o direito à licença para atividade política. Ela terá assegurada a licença sem prejuízo de sua remuneração desde a sua escolha como candidata em convenção partidária.” **(a divergência com a Lei está sublinhada)**

“Art. 141 O servidor terá direito a licença sem remuneração, durante o período que mediar entre a sua escolha, em convenção partidária, como candidato a cargo eletivo, e a véspera do registro de sua candidatura perante a Justiça Eleitoral.

§ 1º A partir do registro da candidatura até o 10º (décimo) dia seguinte ao da eleição, o servidor fará jus à licença como se em efetivo exercício estivesse, sem prejuízo de sua remuneração, mediante comunicação, por escrito, do afastamento.”

a) Estaria correto afirmar que Ana terá o direito à licença para atividade política **sem prejuízo de sua remuneração** “a partir do registro da candidatura até o 10º (décimo) dia seguinte ao da eleição” (§1º, art. 141).

b) O caput do mesmo artigo garante o direito à licença do servidor para atividade política, **sem remuneração**, no interregno entre a sua escolha como candidato e a véspera do registro da candidatura; todavia, estando claro que este não é o tema abrangido pela questão na assertiva II.

Assim, é incontroverso que apenas a afirmativa III é correta, logo, estando preciso o gabarito que indica a alternativa “C”.

#### **Delibera-se nestas Contrarrazões pela improcedência dos recursos .**

No que tange, (i) recurso desprovido de pedido e/ou fundamentação; (ii) ou quando elaborado de forma genérica, sem o desenvolvimento de argumentos que se atenham especificamente à temática da questão; (iii) ou, por fim, quando seu conteúdo apresenta total disparidade com o assunto da questão: **delibera-se nestas Contrarrazões pela condição de “recurso prejudicado”** .

Fonte:

- Lei Complementar nº 9, de 3 de dezembro de 1992 – Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Divinópolis-MG; e Constituição da República Federativa do Brasil (1988).

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
<b>28</b>

#### **Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Compulsando com denodo a questão de prova, formal e materialmente, conclui-se que a mesma **não apresenta vícios ou erros** que sugiram a sua anulação ou alteração de gabarito.

O **gabarito provisório** da questão, que indica a **alternativa “D”, está correto**. Logo, reitere-se que a questão não apresenta qualquer imprecisão, em especial:

i) não havendo erros ou imprecisões no enunciado ou nas alternativas da questão;

ii) não havendo ausência de resposta entre as alternativas;

iii) não havendo mais de uma alternativa em conformidade com o enunciado e comando da questão;

iv) não havendo quaisquer discrepâncias com o conteúdo programático editalício.

Deste modo e antecipadamente, conclui-se que não deverão prosperar as razões de recurso relativas à questão em análise, especialmente pelos **argumentos de Contrarrazões em Recurso** a seguir:

**I** - A questão possui clareza, coerência e coesão de linguagem no seu enunciado, comando e alternativas.

**II** - A questão aborda o assunto “ Organização do município, em especial: ‘do domínio público’”, temática constante do conteúdo programático do edital: Lei Orgânica do Município de Divinópolis-MG.

**III** - **A alternativa correta (D) estabelece as assertivas “II e III” como as únicas verdadeiras**, o que está em perfeita conformação com o que dispõem, respectivamente, os artigos 10 e 14, caput e parágrafo único; ambos da Lei Orgânica do Município de Divinópolis-MG (LOM).

“II. São poderes do Município, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo e o Executivo.”

“ **Art. 10** . São poderes do Município, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo e o Executivo.” **(A assertiva II é a literalidade do artigo 10 da LOM de Divinópolis)**

.....  
“III. Relativo à administração dos bens municipais, é imprescindível a prévia autorização do Poder Legislativo em casos de mudança de destinação, total ou parcial, de bem imóvel de uso comum do povo por ato do Chefe do Poder Executivo.”

“ **Art. 14**. Cabe ao Prefeito a administração dos bens municipais, respeitada a autonomia da Câmara Municipal naqueles utilizados em seus serviços.

**Parágrafo único** - É proibida a mudança de destinação, total ou parcial, de bem imóvel de uso comum do Povo, sem prévia autorização legislativa, que será necessariamente precedida de concordância do respectivo conselho comunitário.”



*(A assertiva III é a incontroversa inteligência do artigo 14, caput e seu parágrafo único da LOM: as expressões destacadas, na assertiva III e no artigo 14, se correspondem com precisão)*

**IV - A situação hipotética I** está em completo desacordo com o artigo 17, caput e parágrafo único da Lei Orgânica Municipal de Divinópolis-MG.

“I. Excepcionalmente, é dispensável a autorização legislativa nos casos em que Fundações ou Autarquias municipais firmem contrato de arrendamento ou de aluguel de bem imóvel do município.” ***(Não há esta hipótese legal, nem sequer excepcionalmente. Na verdade, neste caso ocorre a obrigatoriedade de prévia autorização legislativa, o que é o inverso do que assevera a afirmativa I – vide artigo 17, caput e parágrafo único; abaixo )***

**Art. 17.** Nenhum contrato de concessão de uso, gratuito ou oneroso, de arrendamento ou de aluguel de bem imóvel do Município poderá ser firmado sem prévia autorização legislativa e o devido procedimento licitatório.

**Parágrafo único.** Submetem-se ao disposto neste artigo as fundações, as autarquias e as empresas públicas municipais .

*In casu* , está claro que a autorização legislativa prévia é obrigatória para dar efeito a arrendamento ou aluguel de bem imóvel municipal, tanto por ato da administração pública direta do município como também de sua administração pública indireta (a exemplo das “Fundações ou Autarquias municipais”, citadas na assertiva).

Assim, é incontroverso que apenas a afirmativa I está incorreta, logo, estando preciso o gabarito que indica a alternativa “D” como correta (II e III, apenas estão corretas).

**Delibera-se nestas Contrarrazões pela improcedência dos recursos .**

No que tange, (i) recurso desprovido de pedido e/ou fundamentação; (ii) ou quando elaborado de forma genérica, sem o desenvolvimento de argumentos que se atenham especificamente à temática da questão; (iii) ou, por fim, quando seu conteúdo apresenta total disparidade com o assunto da questão: **delibera-se nestas Contrarrazões pela condição de “recurso prejudicado”** .

Fonte:

- Lei Orgânica do Município de Divinópolis-MG; e Constituição da República Federativa do Brasil (1988).

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
------------------------

<b>29</b>
-----------

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Compulsando com denodo a questão de prova, formal e materialmente, conclui-se que a mesma **não apresenta vícios ou erros** que sugiram a sua anulação ou alteração de gabarito.

O **gabarito provisório** da questão, que indica a **alternativa “B”**, **está correto**. Logo, reitere-se que a questão não apresenta qualquer imprecisão, em especial:

- i) não havendo erros ou imprecisões no enunciado ou nas alternativas da questão;
- ii) não havendo ausência de resposta entre as alternativas;
- iii) não havendo mais de uma alternativa em conformidade com o enunciado e comando da questão;
- iv) não havendo quaisquer discrepâncias com o conteúdo programático editalício.

Deste modo e antecipadamente, conclui-se que não deverão prosperar as razões de recurso relativas à questão em análise , especialmente pelos **argumentos de Contrarrazões em Recurso** a seguir:

**I -** A questão possui clareza, coerência e coesão de linguagem no seu enunciado, comando e alternativas.

**II -** A questão aborda o assunto “ Provimento em cargo público ”, temática constante do conteúdo programático do edital: Lei Complementar nº 9/1992 do município de Divinópolis (Estatuto dos Servidores Públicos).

**III - A alternativa correta é a “B”** , pois diverge do mandamento do artigo 9º da Lei Complementar nº 9/1992 do município de Divinópolis (Estatuto dos Servidores Públicos). Este dispositivo legal preconiza que “a investidura em cargo público ocorrerá **com a posse** ” e não com o exercício em cargo público como assevera a alternativa. Logo, a alternativa “B” se adequa perfeitamente ao comando da questão, que usa o comando “exceto”.

Insta salientar que posse e exercício são etapas diversas para o ingresso do servidor em cargo público. A investidura no cargo se dá pela posse. Já o exercício no cargo é a etapa final, momento em que a investidura já ocorreu, traduzindo-se no efetivo início da prestação do serviço público pelo servidor.

**IV** - Enquanto isto as alternativas “A”, “C” e “D” não atendem ao enunciado e comando da questão, pois afirmam a verdade de acordo com a mesma Lei (o Estatuto dos Servidores Públicos). As afirmações nestas alternativas se adequam precisamente à dicção e compreensão dos seguintes dispositivos legais desta LC nº 9/1992, respectivamente:

Alternativa A: artigo 10, I e IV;

Alternativa C: artigo 28, primeira parte, c/c artigo 29, caput; e

Alternativa D: artigo 27.

Especialmente com relação à alternativa C, analisemos a assertiva e os dispositivos legais inerentes:

“C) A reversão, pela qual é possível o retorno do servidor aposentado por invalidez, far-se-á no mesmo cargo ou no cargo resultante de sua transformação a pedido ou de ofício.”

“ **Art. 28.** Reversão é o retorno à atividade de servidor aposentado por invalidez (...)”

**Art. 29.** A reversão far-se-á no mesmo cargo ou no cargo resultante de sua transformação a pedido ou de ofício.”

É importante esclarecer que, quando a alternativa não assevera sobre os procedimentos e ações legais que a junta médica deve realizar para declarar a insubsistência dos motivos determinantes da aposentadoria por invalidez, isto, em nenhuma hipótese, elide a verdade que a alternativa afirma ao expor a correta definição dessa espécie de provimento em cargo público: “ reversão é o retorno à atividade de servidor aposentado por invalidez ”.

Enfim, não usar o texto completo do dispositivo legal na assertiva, não invalida, necessariamente, a parte textual precisamente correta que foi afirmada. E evidentemente, considere-se também que restam mantidos o sentido e o rigor conceitual do que foi afirmado, pois, afinal, realmente a “reversão é o retorno à atividade de servidor aposentado por invalidez”.

Assim, é incontroverso que apenas a **alternativa B** atende ao enunciado e comando da questão, logo, estando preciso o gabarito que indica esta alternativa como correta.

**Delibera-se nestas Contrarrazões pela improcedência dos recursos .**

No que tange, (i) recurso desprovido de pedido e/ou fundamentação; (ii) ou quando elaborado de forma genérica, sem o desenvolvimento de argumentos que se atenham especificamente à temática da questão; (iii) ou, por fim, quando seu conteúdo apresenta total disparidade com o assunto da questão: **delibera-se nestas Contrarrazões pela condição de “recurso prejudicado”**.

Fonte:

- Lei Complementar nº 9/1992 do município de Divinópolis (Estatuto dos Servidores Públicos); Constituição da República Federativa do Brasil (1988); MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo . 36ª ed. Ed. Malheiros. São Paulo, 2023; PIETRO, Maria Sylvia Zanella Di. Direito Administrativo . 25ª ed. Ed. Atlas. São Paulo, 2022.

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
<b>30</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Compulsando com denodo a questão de prova, formal e materialmente, conclui-se que a mesma **não apresenta vícios ou erros** que sugiram a sua anulação ou alteração de gabarito.

O **gabarito provisório** da questão, que indica a **alternativa “D”, está correto**. Logo, reitere-se que a questão não apresenta qualquer imprecisão, em especial:

i) não havendo erros ou imprecisões no enunciado ou nas alternativas da questão;

ii) não havendo ausência de resposta entre as alternativas;

iii) não havendo mais de uma alternativa em conformidade com o enunciado e comando da questão;

iv) não havendo quaisquer discrepâncias com o conteúdo programático editalício.

Deste modo e antecipadamente, conclui-se que não deverão prosperar as razões de recurso relativas à questão em análise, especialmente pelos **argumentos de Contrarrazões em Recurso** a seguir:

**I** - A questão possui clareza, coerência e coesão de linguagem no seu enunciado, comando e alternativas.

II - A questão aborda o assunto “ Organização dos Poderes ”, temática constante do conteúdo programático do edital: Lei Orgânica do município de Divinópolis (LOM).

III - A alternativa “D” é a única correta e se amolda com perfeição ao artigo 73, caput e inciso I da Lei Orgânica do Município de Divinópolis-MG.

Note-se que esta alternativa se debruça sobre o exercício do **controle interno** pelo Poder Executivo, em nenhum momento se referindo ao Poder Legislativo ou ao Tribunal de Contas do Estado, ambos com a competência de controle externo (artigo 71, §2º da LOM).

IV - A alternativa “A” diverge da inteligência do artigo 48, caput c/c 62, inciso I, ambos da LOM. Contrariando a assertiva, a Lei Orgânica dá permissão ao prefeito e cidadãos para a iniciativa das leis complementares.

V - Sobre a alternativa “B”, a mesma também apresenta inconsistência, por isto não é o gabarito.

c. A Câmara municipal realmente possui função legislativa como menciona a assertiva. Mas, com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado (TCE), a Câmara municipal exerce controle externo do município e **não o controle interno** como afirma a o texto da alternativa, em desacordo com a Lei Orgânica municipal em seu artigo 71, caput, primeira parte; e especialmente no seu §2º.

d. Importante ressaltar que a alternativa não menciona sobre o Poder Executivo municipal e sua correta atribuição de exercer o controle interno. Afirma-se sobre o Poder Legislativo e o TCE como já explicitado, ambos com competência para o exercício do controle externo , “saltando aos olhos” a incorreção da questão ao asseverar que a Câmara municipal possui função de controle interno do município.

VI - A alternativa “C” diverge frontalmente da literalidade do artigo 48, §3º, II da LOM que define que leis de criação de cargos públicos na administração pública direta ou indireta são de iniciativa privativa do prefeito , e não da Câmara de Vereadores como afirma a alternativa.

Assim, é incontroverso que apenas a **alternativa D** atende ao enunciado e comando da questão, logo, estando preciso o gabarito que indica esta alternativa como correta .

**Delibera-se nestas Contrarrazões pela improcedência dos recursos .**

No que tange, (i) recurso desprovido de pedido e/ou fundamentação; (ii) ou quando elaborado de forma genérica, sem o desenvolvimento de argumentos que se atenham especificamente à temática da questão; (iii) ou, por fim, quando seu conteúdo apresenta total disparidade com o assunto da questão: **delibera-se nestas Contrarrazões pela condição de “recurso prejudicado”** .

Fonte:

- Lei Orgânica do município de Divinópolis (LOM); e Constituição da República Federativa do Brasil (1988).

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
------------------------

<b>31</b>
-----------

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O candidato sustenta que as letras A e C seriam corretas e a questão deve ser anulada. O recurso do candidato não se sustenta, eis que na letra A o desenho não é uma depressão, mas sim um aclave visto da cota mais baixa pra a mais alta, ou um declive visto da cota mais alta para a mais baixa. Também seria impossível ser a letra C, pos na cota 6 tem-se 1 ponto em cima da linha; nas cota 7, 8, 9 e 10 nenhum ponto em cima da linha; na cota 11, tem-se 1 ponto em cima da linha; nas cotas 12 e 13 nenhum ponto e na cota 14 apenas 1 ponto em cima da linha, portanto, a letra C está incorreta. Já na letra D, nota-se uma distância muito pequena entre as cotas inteiras o que denota-se em desenho topográfico uma maior inclinação do terreno em relação a cota superior e inferior.

Mantenha-se o gabarito.

Fonte:

- ROSTAGNO, P. V. Caderno de Topografia I. Ibegni: Itaperuna, 2017, página 26, figura 12.

Tipo 1 - BRANCA
-----------------

32
----

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O candidato sustenta que a estaca Franki também poderia ser a resposta correta e questão deve ser anulada. O recurso do candidato não se sustenta, eis que a questão trata de elemento com aproximadamente 1,0 metro, sendo fundação rasa, portanto a resposta correta é o Trado vazado segmentado (Hollow Auger). Já a estaca Franki é uma fundação profunda. Com isso, a única resposta correta é a letra D.

Mantenha-se o gabarito.

Fonte:

- NBR 6.122/2022 (Projeto e execução de fundações), item 3.25.

Tipo 1 - BRANCA
-----------------

33
----

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O candidato sustenta que a estaca Franki poderia ser também uma resposta correta da questão, sendo que a mesma deve ser anulada. O recurso do candidato não se sustenta, eis que questão nº 33 trata de Desenho de Arquitetura: símbolos e convenções, conforme conteúdo programático e não tem relação alguma com a estaca Franki. Com isso, a única alternativa correta é a letra D (compensado de madeira).

Mantenha-se o gabarito.

Fonte:

- NBR 6.492/2021 (Documentação técnica para projetos arquitetônicos e urbanísticos — Requisitos), figura A.35.

**Cargo: Fiscal de Posturas**

Tipo 1 - BRANCA
-----------------

33
----

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A própria afirmativa correta já denota a resposta ao recurso por si só; “é eminentemente vinculativa, uma vez que existe a obrigação legal de fiscalizar e de atuar, frente à desobediência de normas legais cogentes. Podemos, entretanto, afirmar que a discricionariedade é necessária ao processo de fiscalização, limitada pela busca dos fins da administração pública e do interesse público”.

Não se pode confundir a atividade de fiscalização que é vinculativa com a discricionariedade presente no processo específico de fiscalização.

Diga-se, exatamente o conhecimento que se buscava na questão. Recurso indeferido.

Tipo 1 - BRANCA
-----------------

36
----

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O Código de Posturas, em seu Art. 6, VI deixa claro que a conduta proibida é apenas aquela que coloca em risco ou causa incômodo: “Queimar, mesmo nos quintais, lixos ou quaisquer detritos ou objetos, **em quantidade capaz de causar incômodo a vizinhança**, mesmo que o objetivo seja o de limpar o terreno”.

Todas no Art. 6º do Código de Posturas.

- I – correta, inciso II;
- II – errada, XV, não pode fora do dia de coleta, no dia é permitido.
- III – errada, VI não sendo capaz de causar risco ou incômodo a vizinhança não é proibido.
- IV – correta, inciso VIII

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
<b>37</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O Fundamento da afirmação está no Art. 106, §1º, que é específico para mesas e cadeiras na calçada:

“Art. 106. A ocupação de passeios e espaços públicos, com a colocação de mesas, cadeiras ou outro tipo de mobiliário semelhante; somente será permitida quando forem satisfeitos os seguintes requisitos:

(...) § 1º Quando a faixa livre resultante, aplicado o critério disposto no Inciso II deste Art, **for inferior a 02 m (dois metros)** “de largura, não será permitida a colocação de mesas, cadeiras, bancas de revistas e similares nos passeios.

I – falsa. Art. 106, II, até 50% da área efetivamente livre.

II – correto. Art. 106, §1º

III – correto, Art. 106, V.

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
<b>40</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A redação foi alterada pela Lei 7.808 de 2014, que estabeleceu nova redação e novo prazo, de 36 meses.

**“§ 1º O alvará de licença deverá ser renovado a cada trinta e seis meses, sob pena de interdição do estabelecimento, além da cobrança das eventuais multas devidas. (NR Lei 7.808 de 2014) ”.**

**Cargo: Fiscal de Rendas**

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>	<b>Tipo 2 - VERDE</b>
<b>1</b>	<b>6</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Um texto é tematicamente orientado; quer dizer, desenvolve-se a partir de um determinado tema, o que lhe dá unidade e coerência.

A identificação desse tema é fundamental, pois só assim é possível apreender o sentido global do texto, discernir entre suas partes, principais e outras secundárias, parafrazeá-lo, dar-lhe um título coerente ou resumi-lo.

Em um texto argumentativo, como é o caso do texto 1, as ideias principais, sem dúvida, são aquelas que mais diretamente convergem para o tema central do texto.

O candidato deve ser capaz de identificar do que trata o texto, com base na compreensão do seu sentido global, estabelecido pe-las múltiplas relações entre as partes que o compõem. Isso é feito ao relacionarem-se diferentes informações para construir o sentido completo do texto.

Sendo assim, faz-se necessário que o candidato compreenda que o texto discorre sobre **a rejeição aos fenômenos de mudança da língua**. A não aceitação das mudanças da língua pode ocorrer por diversos motivos, tais como desconhecimento, preconceito... O autor começa o texto dizendo que foi tachado por seus leitores de "destruidor da língua". Ele não concorda com essa ideia porque sabe utilizar a norma culta - o que demonstra ao longo de todo o texto -, mas também reconhece que a língua é um organismo vivo, complexo, sofre alterações no tempo e no espaço e não se restringe às regras impostas pela gramática normativa. Justamente por conhecer, compreender e respeitar as mudanças naturais da língua, é capaz de fazer um uso mais "livre, natural", pois sabe que não há apenas uma única maneira de utilizar a linguagem. É por essa razão que ele estabelece uma comparação entre o caderno de receitas da vovó e a gramática tradicional. Ambas têm o seu valor, sua importância e dão sua contribuição, mas um

único caderno de receitas não abarca todas as receitas e toda a história da culinária. De modo semelhante, não se pode restringir todos os fenômenos linguísticos à descrição e à normatização feita pela gramática, que são apenas uma vertente dos estudos linguísticos. Valorizar apenas a variedade culta ou formal da língua como se ela fosse a única legítima e correta é rejeitar as demais variedades, que são igualmente eficientes e válidas. **Portanto, o gabarito é letra B.**

Fontes:

- ABAURRE, Maria Luiza M.; ABAURRE, Maria Bernadete; PONTARA, Marcela. **Português: contexto, interlocução e sentido** . 3ª ed. São Paulo: Moderna, 2016.
- CEREJA, William. COCHAR, Thereza. CLETO, Ciley. **Interpretação de Textos: Construindo Competências e Habilidades em Leitura** . 1ª ed. São Paulo: Atual, 2009.
- KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. **Ler e compreender os sentidos do texto** . São Paulo: Contexto, 2006.
- ROSENAL, Marcelo et al. **Interpretação de textos e semântica para concursos** . Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE
2	8

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A compreensão de um texto se dá não apenas pelo processamento de informações explícitas, mas, também, por meio de informações implícitas. Ou seja, a compreensão se dá pela mobilização de um modelo cognitivo, que integra as informações expressas com os conhecimentos prévios do leitor ou com elementos pressupostos no texto. Para que tal integração ocorra, é fundamental que as proposições explícitas sejam articuladas entre si e com o conhecimento de mundo do leitor, o que exige uma identificação dos sentidos que estão nas entrelinhas do texto (sentidos não explicitados pelo autor). Tais articulações só são possíveis, no entanto, a partir da identificação de pressupostos ou de processos inferenciais, ou seja, de processos de busca dos “vazios do texto”, isto é, do que não está “dado” explicitamente no texto.

Nessa questão, é imprescindível que o candidato faça uma leitura atenta do texto e perceba que um "destruidor da língua" é um usuário ou falante da língua que, por alguma razão, não utiliza as regras da gramática normativa em todas as situações de interação verbal, sobretudo na modalidade escrita. Sendo assim, "destruidor da língua" é alguém que utiliza uma linguagem mais informal ou coloquial, que se encontra em desacordo com as regras da linguagem formal ou culta. **Portanto, o gabarito é letra A.**

Desconhecer ou conhecer os princípios de análise sintática e as regras gramaticais não garantem ao usuário da língua o desenvolvimento da competência escritora, da mesma forma que ignorar ou conhecer as variações linguísticas também não é condição para o exercício eficiente da escrita. Assim, as letras B, C e D estão incorretas.

Fontes:

- ABAURRE, Maria Luiza M.; ABAURRE, Maria Bernadete; PONTARA, Marcela. **Português: contexto, interlocução e sentido** . 3ª ed. São Paulo: Moderna, 2016.
- CEREJA, William. COCHAR, Thereza. CLETO, Ciley. **Interpretação de Textos: Construindo Competências e Habilidades em Leitura** . 1ª ed. São Paulo: Atual, 2009.
- KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. **Ler e compreender os sentidos do texto** . São Paulo: Contexto, 2006.
- ROSENAL, Marcelo et al. **Interpretação de textos e semântica para concursos** . Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>	<b>Tipo 2 - VERDE</b>
<b>4</b>	<b>10</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A compreensão de um texto se dá não apenas pelo processamento de informações explícitas, mas, também, por meio de informações implícitas. Ou seja, a compreensão se dá pela mobilização de um modelo cognitivo, que integra as informações expressas com os conhecimentos prévios do leitor ou com elementos pressupostos no texto. Para que tal integração ocorra, é fundamental que as proposições explícitas sejam articuladas entre si e com o conhecimento de mundo do leitor, o que exige uma identificação dos sentidos que estão nas entrelinhas do texto (sentidos não explicitados pelo autor). Tais articulações só são possíveis, no entanto, a partir da identificação de pressupostos ou de processos inferenciais, ou seja, de processos de busca dos “vazios do texto”, isto é, do que não está “dado” explicitamente no texto.

Nessa questão, é imprescindível que o candidato faça uma leitura atenta do texto e perceba que o autor não concorda com a ideia de ser chamado de "destruidor da língua", porque sabe utilizar a norma culta - o que demonstra ao longo de todo o texto -, mas também compreende a dinâmica da língua, reconhece que a língua é um organismo vivo, complexo, sofre alterações no tempo e no espaço e não se restringe às regras impostas pela gramática normativa. Justamente por conhecer, compreender e respeitar as mudanças naturais da língua, é capaz de fazer um uso mais "livre, natural", pois sabe que não há apenas uma única maneira de utilizar a linguagem.

**Portanto, o gabarito é letra D.**

Fontes:

- ABAURRE, Maria Luiza M.; ABAURRE, Maria Bernadete; PONTARA, Marcela. **Português: contexto, interlocução e sentido** . 3ª ed. São Paulo: Moderna, 2016.
- CEREJA, William. COCHAR, Thereza. CLETO, Ciley. **Interpretação de Textos: Construindo Competências e Habilidades em Leitura** . 1ª ed. São Paulo: Atual, 2009.
- KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. **Ler e compreender os sentidos do texto** . São Paulo: Contexto, 2006.
- ROSENAL, Marcelo et al. **Interpretação de textos e semântica para concursos** . Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>	<b>Tipo 2 - VERDE</b>
<b>6</b>	<b>3</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Os elementos que atuam como indicadores de argumentação são denominados de modalizadores discursivos. Eles são os encarregados de evidenciar o ponto de vista ou opinião assumido pelo falante e assegurar o modo como ele elabora o discurso.

Assim, modalização é o fenômeno pelo qual o sujeito expressa sua adesão ao texto. Através da modalização é possível perceber qual a atitude do locutor na defesa do que pretende. Assim, é possível perceber se ele crê no que diz, se atenua ou impõe algo que diz. Na verdade, é a expressão de um ponto de vista. Portanto, como pode haver um texto sem modalização? A resposta é muito simples. Simplesmente não há texto sem modalização. Essa pode ser mais explícita ou mais discreta.

No texto em análise, há modalização do início ao fim e isso fica perceptível pela presença constante dos elementos linguísticos que os expressam. Esses elementos funcionam como indicadores de intenções, sentimentos e atitudes do locutor com relação a seu discurso. Eles revelam o grau de engajamento do falante em relação ao conteúdo proposicional veiculado.

A modalização pode ser explicitada por meio de adjetivos, tempos e modos verbais, substantivos, numerais, operadores argumentativos, expressões cristalizadas, advérbios e sufixos indicadores de aumentativo ou diminutivo. Este último foi alvo de análise da questão.

A forma de diminutivo -inho(a) é polissêmica, significando tamanho pequeno, expressando valores afetivos, ou se encaminhando para a formação de outro item lexical independente da base. E essa polissemia é registrada nas gramáticas, que passaram a registrar não somente diminutivos que indicavam tamanho pequeno, mas também

começaram a descrever valores afetivos, de apreciação tanto de forma positiva como de forma negativa, associados à forma de diminutivo. Muitas vezes, os usos de dimensão pequena (uso reduzido) carregam marcas afetivas por envolverem sentimento ou memória afetiva. Os diminutivos afetivos carregam marcas de apreciação em relação ao seu referente, essas marcas podem ser positivas (julgamentos positivos) ou negativas (julgamentos negativos).

Fica claro, no texto, que o autor utilizou "regrinhas" para menosprezar, depreciar, reduzir a importância das regras da gramática tradicional frente à complexidade dos fenômenos linguísticos.

O diminutivo também pode apresentar valor enfático, como em *pão quentinho* (muito quente), *moro pertinho* (bem perto); valor denotativo, que é a tradicional ideia de tamanho pequeno, como em *sapatinho de bebê*, *pedrinha*, *caixinha* (tamanho pequeno) e, por fim, valor eufemístico, para amenizar, atenuar o sentido negativo de algo, como em *resolver um probleminha*, *feito arrumadinho*, *fazer uma operaçãozinha* (cirurgia). **Portanto, o gabarito é letra D.**

Fontes:

- ABAURRE, Maria Luiza M.; ABAURRE, Maria Bernadete; PONTARA, Marcela. **Português: contexto, interlocução e sentido**. 3ª ed. São Paulo: Moderna, 2016.
- CEREJA, William. COCHAR, Thereza. CLETO, Ciley. **Interpretação de Textos: Construindo Competências e Habilidades em Leitura**. 1ª ed. São Paulo: Atual, 2009.
- KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. **Ler e compreender os sentidos do texto**. São Paulo: Contexto, 2006.
- KOCH, I. V. G. **A inter-ação pela linguagem**. 5 ed. São Paulo: Contexto, 2000.
- ROSENAL, Marcelo et al. **Interpretação de textos e semântica para concursos**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.
- <https://revista.abralin.org/index.php/abralin/article/view/1827>

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>	<b>Tipo 2 - VERDE</b>
<b>7</b>	<b>1</b>

### **Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A significação das palavras não é fixa, nem estática. Por meio da imaginação criadora do homem, as palavras podem ter seu significado ampliado, deixando de representar apenas a ideia original (básica e objetiva).

É o que ocorre na linguagem conotativa, figurada ou metafórica, em que as palavras são empregadas com um sentido novo, para dar maior expressividade à comunicação.

Dessa forma, as figuras de linguagem constituem uma forma de expressão que consiste no emprego de palavras em sentido figurado, isto é, em um sentido diferente daquele em que convencionalmente são empregados.

As figuras de linguagem são normalmente utilizadas para tornar mais expressivo o que queremos dizer. Empregadas tanto na modalidade escrita quanto na falada, em registro formal ou informal, ampliam o significado de uma palavra, suprem a falta de termos adequados, criam significados diferentes.

No comando da questão, o enunciado "Ou seja, todo mundo – e ninguém." apresenta uma **antítese**, ou seja, oposição de ideias entre todo mundo, todas as pessoas e ninguém. Dessa forma, faz-se necessário identificar, nas alternativas, aquela que também apresenta uma antítese.

Faz-se necessário esclarecer que não há paradoxo no enunciado "todo mundo – e ninguém". O primeiro termo significa "a maioria das pessoas, muitas pessoas" e o segundo significa "ausência de pessoa, pessoa alguma". A antítese opõe palavras ou expressões que já são de naturezas opostas, é uma oposição entre referentes distintos, separados. Todo mundo fala e ninguém fala. Há referentes distintos. O paradoxo também opõe ideias, mas a contradição ocorre entre o mesmo referente do discurso, por isso a ideia parece absurda, incoerente. Exemplo: *O povo é um mudo eloquente*. Nesse enunciado, há um paradoxo porque, literalmente, não é possível um mudo ser eloquente, já que eloquente significa quem se expressa verbalmente, quem fala de modo convincente. O enunciado é paradoxal, porque um mudo não fala; portanto, não há como ser eloquente.

Em A, existe uma antítese, pois novamente há oposição simples de ideias entre os termos "positivas" e "negativas" que, semanticamente, são opostos. Em B, há uma personificação em "o caderno da vovó, que *ensina*". Em C, há uma metáfora quando o autor afirma que "a norma culta é uma *fatia* do universo linguístico". Por fim, em D, há uma hipérbole em "naquelas páginas estão contidos *todos* os sabores e saberes".



Vale destacar que o comando da questão prevê a análise da **relação** entre os termos “todo mundo” e “ninguém” e não somente a análise de um dos termos. Dessa forma, considerando, no contexto, a relação estabelecida entre ambos, tem-se uma antítese. **Portanto, o gabarito é a letra A.**

Fontes:

- ABAURRE, Maria Luiza M.; ABAURRE, Maria Bernadete; PONTARA, Marcela. **Português: contexto, interlocução e sentido** . 3ª ed. São Paulo: Moderna, 2016.
- CEREJA, William. COCHAR, Thereza. CLETO, Ciley. **Interpretação de Textos: Construindo Competências e Habilidades em Leitura** . 1ª ed. São Paulo: Atual, 2009.
- KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. **Ler e compreender os sentidos do texto** . São Paulo: Contexto, 2006.
- ROSENAL, Marcelo et al. **Interpretação de textos e semântica para concursos** . Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE
8	4

### **Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A locução adjetiva é um recurso expressivo da língua portuguesa que desempenha um papel essencial na formação de descrições precisas e na economia linguística. Consiste na utilização de duas ou mais palavras que, juntas, exercem a função de um adjetivo, qualificando substantivos.

Em uma frase, seja ela escrita ou falada, a locução adjetiva tem o objetivo de facilitar a compreensão e permitir que o discurso fique mais sofisticado.

Na maioria dos casos, a locução é formada por uma preposição e um substantivo.

Nas alternativas A, B e D, as locuções **de porco** , **de mármore** e **de alimentos** poderiam ser substituídas por seus adjetivos correspondentes, ou seja, algumas locuções adjetivas se encontram diretamente relacionadas com um adjetivo. Esses adjetivos são, respectivamente, **suíno**, **marmórea** e **alimentar/alimentícia** . Embora seja mais recorrente o termo *Engenharia de Alimentos* para designar a área da ciência que trabalha com as principais técnicas para garantir um processo saudável e de conservação dos alimentos em uma indústria, a locução *de alimento* tem como adjetivos correspondentes *alimentar* ou *alimentícia* .

No entanto, outras locuções não podem ser substituídas por adjetivos, uma vez que não há adjetivos correspondentes, como é o caso da locução **de receitas** .

Vale destacar que o termo “de receita” exerce a função de qualificador do substantivo “caderno”. Em vez de “caderno de receitas”, poder-se-ia falar em caderno *de cálculos* , caderno *de poemas* , caderno *de anotações* , caderno *com/sem pauta* , caderno *de música* , caderno *de caligrafia* ... Fica claro que as locuções adjetivas destacadas atribuem características ao termo “caderno”. A expressão “de receita”, portanto, qualifica, especifica, restringe o sentido do substantivo “caderno”, particularizando-o, isto é, esse termo exerce função de adjetivo. Assim, “de caderno” é uma locução adjetiva.

Alguns gramáticos poderiam considerar “caderno de receitas” como locução substantiva. A justificativa seria o fato de que “caderno de receitas” é um nome para um objetivo com função específica: registrar receitas culinárias. Se considerarmos essa análise, ainda assim será possível isolar o substantivo “caderno”, que continuará sendo caracterizado pela locução adjetiva “de receitas”. Convém ressaltar que essa análise é possível porque a questão exige a análise apenas do termo “caderno de receitas” sem estar contextualizado em um período ou parágrafo do texto.

Tomemos outro exemplo: a expressão “cadeira de rodas” pode ser considerada uma locução substantiva pelo fato de ser um nome para um equipamento com função bastante específica, ou seja, cadeira equipada com rodas e utilizada por pessoas sem ou com mobilidade reduzida. Ainda assim, “de rodas” continua exercendo função de locução adjetiva, já que, no interior da locução substantiva “cadeira de rodas”, o termo “de rodas” continua caracterizando o substantivo “cadeira”. Assim, nesse exemplo, “de rodas” é locução adjetiva de “cadeira” tanto quanto “de receita” é locução adjetiva de “caderno”.

Por fim, convém esclarecer que o termo “culinário” é um adjetivo. No entanto, não é adjetivo correspondente à locução “de receitas”, uma vez que o significado de “de receitas” não está exclusivamente relacionado à cozinha ou

à arte de cozinhar (culinário). Existem outros tipos de receitas, como a receita médica e até mesmo receita para emagrecer, para o cabelo crescer, por exemplo. Um caderno pode ser usado para registrar receitas culinárias, portanto, pode ser um caderno culinário. Todavia, pode também ser utilizado para registrar outros tipos de receitas. Reiterando: embora o texto mencione em diversos momentos a ideia de receita culinária, o mesmo não ocorre no enunciado da questão, que não determinou uma receita em específico. **Portanto, o gabarito é a letra C.**

Fontes:

- AZEREDO, J. C. **Gramática Houaiss da língua portuguesa** . 2ª ed. São Paulo: Publifolha, 2008.
- BECHARA, Evanildo. **Moderna Gramática Portuguesa** . 37ª ed. Rio de Janeiro : Lucerna, 1999.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. **Nova Gramática do Português Contemporâneo** . Rio de Janeiro: Lexikon, 2014.
- SACCONI, Luiz A. **Nossa gramática completa** . 34ª ed. São Paulo: Matrix, 2021.

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE
10	2

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Geralmente o estudo descritivo da linguagem é dividido em vários níveis. Aqueles tradicionalmente tidos como os principais são: o nível fonético-fonológico, o nível morfológico, o nível sintático. Esses três níveis constituem a gramática de uma língua. A esses níveis deve-se acrescentar o léxico, ou seja, o conjunto das palavras que compõem uma língua e que são usadas respeitando as regras da gramática. O estudo dos significados das palavras e das frases (ou dos enunciados) é objeto da semântica e da pragmática, dependendo se o foco está no estudo do significado puramente linguístico ou da língua inserida em seu uso concreto.

As alternativas da questão em análise apresentam quatro níveis e solicita que o candidato reconheça em qual alternativa há exemplo de análise sintática.

Sintaxe é a parte da gramática que estuda as regras e relações das palavras dentro da frase ou de um período. Analisa a disposição das palavras nas frases, das frases nas orações e destas nas sentenças. A sintaxe permite analisar o sentido das frases e realizar o ordenamento correto das palavras dentro da oração. A sintaxe da língua portuguesa é dividida em termos: sujeito, predicado, objeto, adjunto adnominal, adjunto adverbial, complemento nominal, aposto, vocativo. Assim, em B, a expressão "minha melhor professora de português" atua como aposto explicativo do sujeito determinado simples "a dona Nilza, o termo foi analisado sintaticamente. **Portanto, o gabarito é letra B.**

**Nível fonológico:** é o estudo da fisiologia ou produção motora dos sons da fala e sua produção acústica. O conhecimento fonológico de uma língua inclui conhecer as regras para combinar os fonemas desta língua. Além dessas regras segmentais, há regras fonológicas governando o uso de características suprasegmentais como tom, acentuação e duração de vogais e consoantes. **ANÁLISE FONOLÓGICA:** A palavra "olhos" apresenta 5 letras e 4 fonemas, possui o dígrafo "lh", é dissílaba, paroxítona e a separação silábica é *o-lhos* .

**Nível morfológico:** é o estudo de cada uma das palavras de uma oração, que são classificadas de forma individual. A morfologia estuda as palavras sob o ponto de vista da estrutura e forma; das flexões e da classificação conforme a classe gramatical a que pertencem. **ANÁLISE MORFOLÓGICA:** "Criou" é um verbo regular de 1ª conjugação e está flexionado na 3ª pessoa do singular do pretérito perfeito do modo indicativo.

**Nível pragmático:** nesse nível, encontra-se a análise do sentido que as palavras ou expressões podem assumir em um contexto específico. **ANÁLISE PRAGMÁTICA:** O termo "abrir meus olhos" se refere, conotativamente, à capacidade de conscientização, de perceber algo que não via antes, de sair da ignorância.

Fontes:

- AZEREDO, J. C. **Gramática Houaiss da língua portuguesa** . 2ª ed. São Paulo: Publifolha, 2008.
- BECHARA, Evanildo. **Moderna Gramática Portuguesa** . 37ª ed. Rio de Janeiro : Lucerna, 1999.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. **Nova Gramática do Português Contemporâneo** . Rio de Janeiro: Lexikon, 2014.
- SACCONI, Luiz A. **Nossa gramática completa** . 34ª ed. São Paulo: Matrix, 2021.
- [https://grad.letas.ufmg.br/arquivos/monitoria/ApostilaConceitos%20b%C3%A1sicos\\_Aula1.pdf](https://grad.letas.ufmg.br/arquivos/monitoria/ApostilaConceitos%20b%C3%A1sicos_Aula1.pdf)

- <https://pjamilk.com/2020/08/11/niveis-de-analise-da-lingua/>
- <https://linguisticageralunip.wordpress.com/2017/11/14/os-niveis-de-analise-linguistica/>
- <https://blog.portaleducacao.com.br/niveis-linguisticos-quais-sao/>

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE
11	14

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

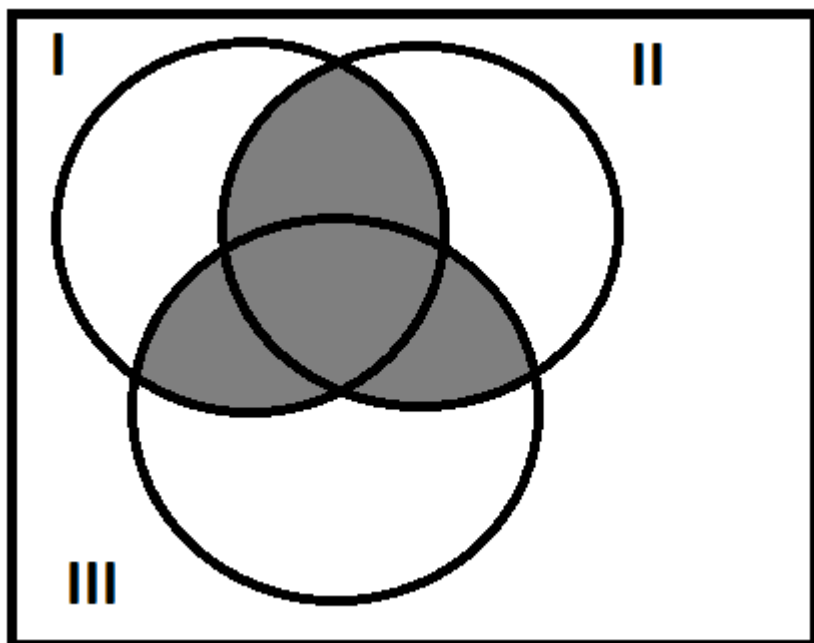
De acordo com as informações do enunciado, somente um dos netos mentiu, de modo que os demais netos disseram a verdade. Além disso, as quantidades de bolinhas de gude deles são distintas. É necessário avaliar cada afirmação:

- Se Arthur mente, os demais falam a verdade. Consequentemente, ele e Diego possuem 8 bolinhas de gude = CONTRADIÇÃO.
  - Se Bernardo mente, os demais falam a verdade. Consequentemente, Arthur possui 4 e 8 bolinhas de gude = CONTRADIÇÃO.
  - Se Celso mente, os demais falam a verdade. Consequentemente, Diego possui 8 bolinhas de gude, Bernardo possui 10 bolinhas de gude, Arthur possui 4 bolinhas de gude e Celso possui 6 bolinhas de gude = CORRETO
  - Se Diego mente, Arthur possui 4 e 8 bolinhas de gude = CONTRADIÇÃO
- Assim, Arthur, Bernardo e Celso possuem, no total, 20 bolinhas.

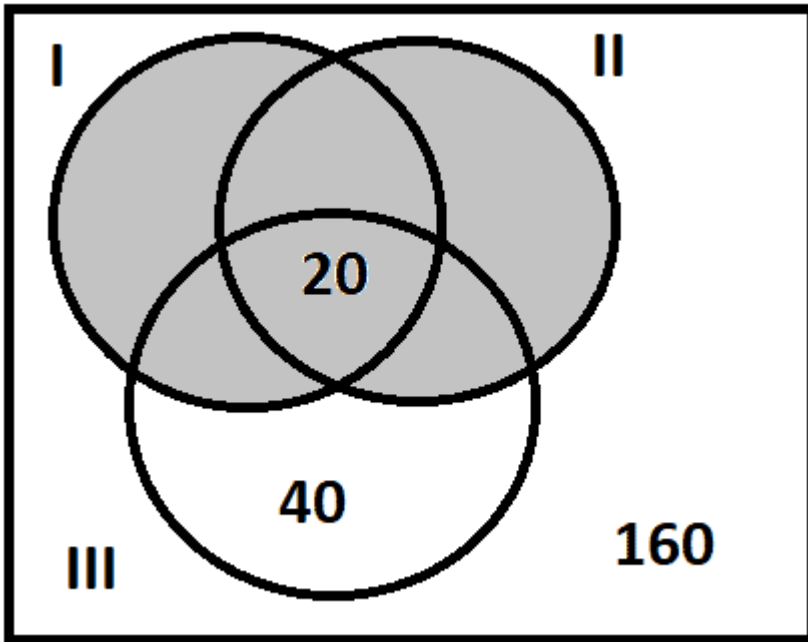
Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE
12	17

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

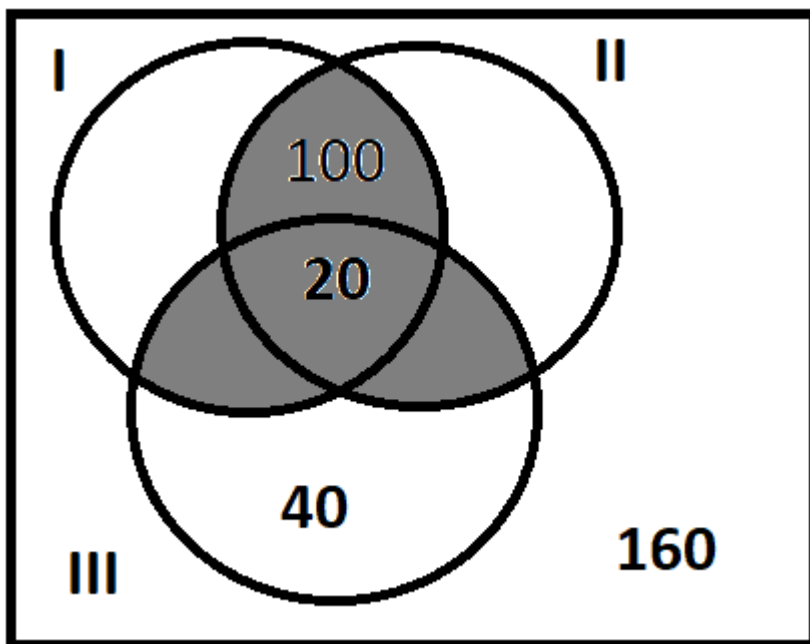
O enunciado questiona quantas pessoas, no mínimo, foram aprovadas em pelo menos duas das provas I, II e III. O número de pessoas que foram aprovadas em pelo menos duas provas é dado pela área cinza do seguinte diagrama:



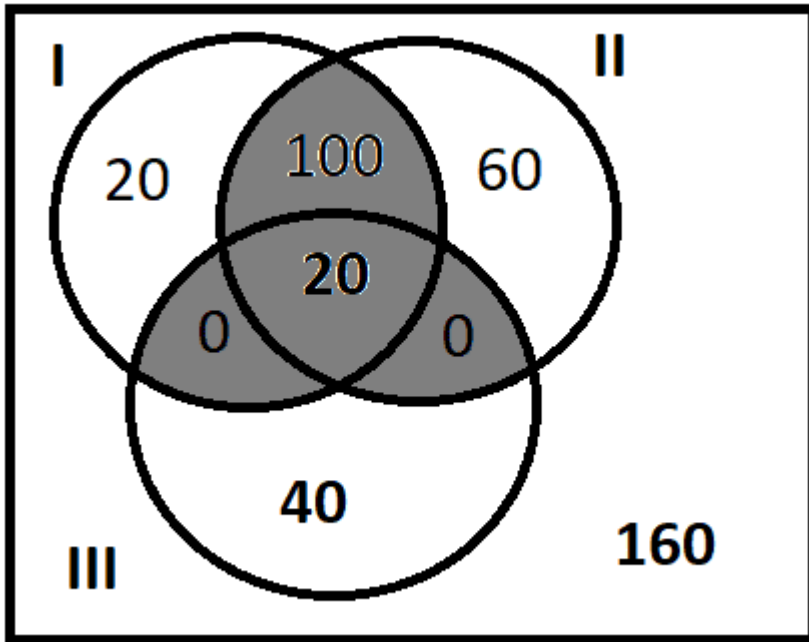
Com o primeiro, quarto e quinto resultados apresentados no enunciado, pode-se construir o seguinte diagrama:



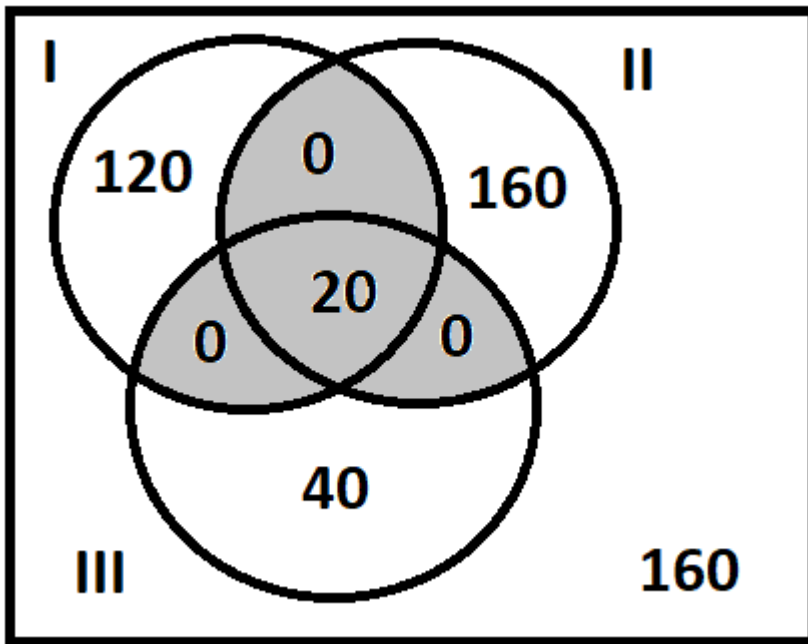
Assim, sobram  $400(\text{total de candidatos}) - 160 - 40 = 200$  para o total das áreas preenchidas em cinza (pelo menos uma aprovação nas provas I e II). De acordo com o enunciado, 140 candidatos foram aprovados na prova I e 180 candidatos foram aprovados na prova II. Assim, usando o princípio da adição de conjuntos, o número de candidatos que foram aprovados nas duas provas (I e II) é dado por  $140 (\text{prova I}) + 180 (\text{prova II}) - 200 (\text{total}) = 120$  e tem-se o seguinte diagrama:



Assim, o número mínimo de candidatos aprovados em pelo menos duas provas é 120, conforme o seguinte diagrama:



Em qualquer outra possibilidade, haverá mais de 120 alunos aprovados em pelo menos duas provas. Se a resposta para esta questão fosse 20, teríamos o seguinte diagrama:



Essa situação não retrata a realidade, pois  $120+20+160+40+160 > 400$  (total de candidatos)

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE
13	11

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Considere o seguinte esquema para resolver a questão:

	Verde	Roxo	Preto	Cinza
Pâmela				
Lindalva				
Silvana				
Letícia				

A partir das informações fornecidas, pode-se preencher as seguintes lacunas:

	Verde	Roxo	Preto	Cinza
Pâmela	não	não		não
Lindalva	sim	não		
Silvana	não	Sim		
Letícia	não	Sim		

Como cada amiga gostou de pelo menos uma camisa, Pâmela só pode ter gostado da camisa preta. Consequentemente, Lindalva não pode ter gostado desta camisa e, portanto, gostou da camisa cinza. Assim, tem-se o esquema completo:

	Verde	Roxo	Preto	Cinza
Pâmela	não	não	Sim	não
Lindalva	sim	não	não	sim
Silvana	não	Sim	Sim	não
Letícia	não	Sim	Sim	não

Assim, a única alternativa correta é que Letícia gostou da camisa preta.

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE
15	20

**Recurso Procedente. Questão Anulada.**

A questão apresenta ambiguidade, uma vez que não fica evidente que a equivalência das 4 moedas do país A deve ser dada pelo total dos valores apresentados em cada uma das alternativas. Se nas alternativas estivesse escrito “10 moedas do país B **mais** 20 moedas do país C” e “10 moedas do país B **mais** 30 moedas do país C” seria evitada esta ambiguidade. Assim, a questão deve ser anulada.

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE
19	12

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A questão solicita qual das afirmativas é **necessariamente** correta. Analisando cada uma:

- Cada filho gastou mais que R\$ 840,10: Falso, pois 4 filhos podem ter gastado R\$ 1.000,00 e o filho restante ter gastado o valor de R\$240,60.
- Algum filho gastou entre R\$ 848,00 e R\$ 849,00: Falso, pois 4 filhos podem ter gastado R\$1.000,00 reais e o filho restante ter gastado o valor de R\$240,60.
- Algum filho gastou menos que R\$ 848,00: Falso, pois cada filho pode ter gastado R\$ 848,12.
- Algum filho gastou mais que R\$ 848,10: Correta, pois a divisão mais igualitária do dinheiro é exatamente cada filho gastar R\$ 848,12.

Assim, **necessariamente**, algum filho gastou mais de R\$ 848,10.

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE
20	13

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Para o conteúdo de raciocínio lógico, Luciana precisou de  $2250/45 = 50 + 5$  (não conseguiu) = 55 dias. Por outro lado, para o conteúdo de legislação, Luciana precisou de  $3900/60 = 65$  dias. Se ambos os conteúdos ela começou em uma quarta-feira, então:

- Ela finalizou o estudo de raciocínio lógico em uma segunda-feira (Quarta feira + 54 dias)
- Ela finalizou o estudo de legislação em uma quinta-feira. (Quarta feira + 64 dias)

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>	<b>Tipo 2 - VERDE</b>
<b>22</b>	<b>23</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O art. 13, II, da Lei n. 9.784 veda que seja objeto de delegação a decisão de recurso administrativo, exatamente a hipótese do gabarito, de modo que não poderia haver delegação nessa hipótese, que se dá, conforme o enunciado informa, no curso de processo administrativo.

Por outro lado, a competência pode ser delegada ou avocada nos casos legalmente admitidos, estando incorreta a alternativa correspondente.

Do mesmo modo, está incorreta a alternativa que afirma a possibilidade de delegação da competência do secretário de Estado ao prefeito, visto ser este agente hierarquicamente superior ao secretário, por exegese do art. 12 da referida lei. Isso porque este dispositivo admite a delegação aos subordinados e àqueles que não são a ele hierarquicamente subordinados (de outro órgão, por exemplo), mas jamais aos seus superiores da escala hierárquica. Tal entendimento se confirma no art. 15 da mesma lei, ao afirmar que avocação é a transferência de competência tomada pelo agente público hierarquicamente superior ao competente para aquele ato. Assim, está eivada de incorreção a alternativa correspondente.

Por fim, segundo o art. 17, “i nexistindo competência legal específica, o processo administrativo deverá ser iniciado perante a autoridade de menor grau hierárquico para decidir”, e não de maior grau, estando, portanto, incorreta a alternativa correspondente.

Assim, deve ser mantido o gabarito preliminar.

**Legislação pertinente:**

Art. 11. A competência é irrenunciável e se exerce pelos órgãos administrativos a que foi atribuída como própria, salvo os casos de delegação e avocação legalmente admitidos.

Art. 12. Um órgão administrativo e seu titular poderão, se não houver impedimento legal, delegar parte da sua competência a outros órgãos ou titulares, ainda que estes não lhe sejam hierarquicamente subordinados, quando for conveniente, em razão de circunstâncias de índole técnica, social, econômica, jurídica ou territorial.

Parágrafo único. O disposto no *caput* deste artigo aplica-se à delegação de competência dos órgãos colegiados aos respectivos presidentes.

Art. 13. Não podem ser objeto de delegação:

I - a edição de atos de caráter normativo;

II - a decisão de recursos administrativos;

III - as matérias de competência exclusiva do órgão ou autoridade.

Art. 14. O ato de delegação e sua revogação deverão ser publicados no meio oficial.

§ 1º O ato de delegação especificará as matérias e poderes transferidos, os limites da atuação do delegado, a duração e os objetivos da delegação e o recurso cabível, podendo conter ressalva de exercício da atribuição delegada.

§ 2º O ato de delegação é revogável a qualquer tempo pela autoridade delegante.

§ 3º As decisões adotadas por delegação devem mencionar explicitamente esta qualidade e considerar-se-ão editadas pelo delegado.

Art. 15. Será permitida, em caráter excepcional e por motivos relevantes devidamente justificados, a avocação temporária de competência atribuída a órgão hierarquicamente inferior.

Art. 16. Os órgãos e entidades administrativas divulgarão publicamente os locais das respectivas sedes e, quando conveniente, a unidade fundacional competente em matéria de interesse especial.

Art. 17. Inexistindo competência legal específica, o processo administrativo deverá ser iniciado perante a autoridade de menor grau hierárquico para decidir.

Assim, deve ser mantido o gabarito preliminar.

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE
23	21

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Segundo o art. 5º da CF, LXV, a prisão ilegal será imediatamente relaxada pela autoridade judiciária, isto é, deverá colocar o preso em liberdade de forma imediata e sem condições. Registre-se por didática que a prisão viola a liberdade de locomoção do indivíduo, garantia expressa da CRFB, de modo que tal liberdade apenas pode ser limitada nas estritas hipóteses legais, única alternativa incorreta que atende, portanto, ao comando da questão, visto que não se trata de uma aferição. O enunciado pede para se limite ao comando constitucional. Conforme impõe o inciso LXII do art. 5º, toda prisão deve ser levada ao magistrado, quem deverá avaliar a legalidade da prisão, e, diante da constatação de ilegalidade, a prisão deverá ser imediatamente relaxada.

Ademais, na forma do parágrafo único do art. 6º da CRFB, “ todo brasileiro em situação de vulnerabilidade social terá direito a uma renda básica familiar, garantida pelo poder público em programa permanente de transferência de renda, cujas normas e requisitos de acesso serão determinados em lei, observada a legislação fiscal e orçamentária.” Consequentemente, está correta a alternativa correspondente.

Ao contrário do que afirma o recurso, o trecho “cujas normas e requisitos de acesso serão determinados em lei, observada a legislação fiscal e orçamentária” diz respeito à eficácia do direito fundamental, este corretamente descrito na alternativa.

Assim, deve ser mantido o gabarito preliminar.

**Legislação pertinente:**

Art. 5º. [...]

X - são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação;

LXV - a prisão ilegal será imediatamente relaxada pela autoridade judiciária;

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

Parágrafo único. Todo brasileiro em situação de vulnerabilidade social terá direito a uma renda básica familiar, garantida pelo poder público em programa permanente de transferência de renda, cujas normas e requisitos de acesso serão determinados em lei, observada a legislação fiscal e orçamentária. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 114, de 2021)

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE
24	25

**Recurso Prejudicado. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Contrariamente ao afirmado pelo recurso, o gabarito preliminar divulgado para a questão recorrida é a alternativa ‘C’, e não ‘D’, restando, portanto, prejudicada a análise recursal.

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE
25	22

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Primeiramente, ao contrário do afirmado pelo recurso, a Lei de Improbidade Administrativa consta do edital como parte do conteúdo geral para os cargos do Quadro III, que inclui o fiscal de rendas.

Em segundo lugar, a Lei n. 14.230/2021 revogou a hipótese inserta no art. 11, II, da Lei de Improbidade, qual seja, retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício. Ademais, deixar de prestar contas no prazo legal apenas configura ato de improbidade administrativa contra princípio da administração pública quando o agente dispor das condições para isso com vistas a ocultar irregularidades, sendo imprescindível, portanto, o dolo



específico. Com relação à condenação por ato de improbidade com base em capitulação diversa da inicial, há vedação expressa no art. 17, §10-F, inciso I, com redação inserida pela lei supramencionada.

Desse modo, Píndaro e Gaia não praticaram ato de improbidade, apesar de Gaia ter agido dolosamente, pois não há menção ao dolo específico estabelecido pela Lei de Improbidade Administrativa (Lei n. 8.429).

Registre-se que o STJ já sedimentou entendimento de que o ato de improbidade fundado em violação à princípio administrativo fora das figuras previstas na atual redação do art. 11 remete à abolição da tipicidade da conduta e, assim, à improcedência dos pedidos formulados na inicial (AREsp n. 1.174.735).

Além disso, contrariamente ao asserido pelo recurso, para a resolução da questão, deveriam ser consideradas apenas as informações fornecidas no enunciado, conforme expressa o comando.

Ante o exposto, deve ser mantido o gabarito preliminar.

**Legislação pertinente:**

Lei n. 8.429/1992:

Seção III

Dos Atos de Improbidade Administrativa que Atentam Contra os Princípios da Administração Pública

Art. 11. Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública a ação ou omissão dolosa que viole os deveres de honestidade, de imparcialidade e de legalidade, caracterizada por uma das seguintes condutas: (Redação dada pela Lei nº 14.230, de 2021)

[...]

~~II – retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício;~~

II - (revogado); (Redação dada pela Lei nº 14.230, de 2021)

VI - deixar de prestar contas quando esteja obrigado a fazê-lo, desde que disponha das condições para isso, com vistas a ocultar irregularidades;

[...]

Art. 17. A ação para a aplicação das sanções de que trata esta Lei será proposta pelo Ministério Público e seguirá o procedimento comum previsto na Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), salvo o disposto nesta Lei.

[...]

§ 10-F. Será nula a decisão de mérito total ou parcial da ação de improbidade administrativa que:

I - condenar o requerido por tipo diverso daquele definido na petição inicial; (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021)

AREsp n. 1.174.735: <https://www.stj.jus.br/sites/portalp/Paginas/Comunicacao/Noticias/2024/28042024-A-jurisprudencia-do-STJ-apos-a-Lei-14-230-e-o-tratamento-prioritario-dos-casos-de-improbidade.aspx>

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>	<b>Tipo 2 - VERDE</b>
<b>27</b>	<b>30</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Não há previsão de decisão pelo chefe imediato quanto à permanência ou exoneração do servidor; legislações nesse sentido abririam margem para eventuais perseguições ou desvios na avaliação de desempenho. Conforme art. 31 da LC n. 009/1992, o Chefe imediato do servidor em estágio probatório convocará uma comissão eleita pelos próprios trabalhadores de no mínimo 03 (três) servidores do mesmo local de trabalho, que farão a avaliação e competirá ao chefe informar a seu respeito, acatando a decisão da comissão publicamente, 90 (noventa) dias antes do término do período, ao órgão de pessoal, com relação ao preenchimento dos requisitos mencionados no artigo anterior.

O gabarito preliminar divulgado possui embasamento expresso no art. 32 da referida Lei Complementar ( “Art. 32 Ficar dispensado de novo estágio probatório o servidor estável que for nomeado para outro cargo público Municipal.” ). Não há, no dispositivo legal, qualquer condicionante para tal dispensa, cabendo destacar que os fatores avaliados no estágio probatório são aplicáveis a quaisquer cargos da Administração ( I – assiduidade; II – disciplina; III - capacidade de iniciativa; IV – produtividade; V – responsabilidade).

Confirma-se, portanto, o gabarito preliminar divulgado.

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE
28	29

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A seguir, demonstra-se o fundamento legal e justificativas para cada afirmativa:

- “I. João, ocupante de cargo em comissão e que não é servidor efetivo do Município, praticou conduta que enseja a penalidade de suspensão; nesse caso, prevê a lei que João deve ser exonerado do cargo.”
  - Julgamento: Verdadeiro, conforme art. 199 da Lei Complementar nº 009, de 3 de dezembro de 1992 - Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Divinópolis, a exoneração de cargos em comissão de não ocupante de cargo efetivo será aplicada nos casos de infração sujeita às penalidades de suspensão e de demissão.
- “II. A acumulação de cargos públicos é ilícita em qualquer caso, ainda que comprovada a compatibilidade de horários, ressalvada a hipótese de exercício de mais de um cargo comissionado.”
  - Julgamento: Falso, conforme art. 182 e 183 da LC nº 009/1992.
- “III. O estatuto assegura licença, de igual período, tanto ao servidor quanto à servidora que obtiverem guarda judicial para fins de adoção.”
  - Julgamento: Falso. Os períodos de licença paternidade e maternidade são distintos, conforme art. 131 e 133 da LC nº 009/1992, conforme redação atualizada pela Lei Complementar nº 216, de 05/11/2021. Assim, o erro da afirmativa está no trecho “de igual período”. Descabem alegações de que se aplica ao caso o RE 778.889/PE, julgado pelo STF, pois naquele caso discutiu-se a possibilidade de lei instituir prazos diferenciados de licença-maternidade às servidoras gestantes e às adotantes, o que não é o caso da questão em tela.

Ratifica-se, portanto, o gabarito preliminar divulgado.

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE
29	27

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Inicialmente, cabe destacar que o comando dispor que Tício informou a Mévio (e não o contrário) é irrelevante para a resolução da questão, que busca o conhecimento do candidato acerca do Estatuto dos Servidores.

A seguir, apresenta-se cada uma das alternativas e seus respectivos fundamentos e justificativas:

- *A) Por ser considerada medida intimidatória e que afeta o direito de autodefesa, a legislação veda a realização de interrogatório do acusado.*
  - Julgamento: incorreta. O art. 222 prevê expressamente a possibilidade de interrogatório do acusado, não sendo medida irregular.
- *B) O processo disciplinar se desenvolve nas fases de instauração, com a publicação do ato que constituir a comissão, e inquérito administrativo, que compreende instrução, defesa, relatório e julgamento.*
  - Julgamento: incorreta. Conforme art. 214, a fase de inquérito administrativo não compreende o julgamento, o qual é proferido por autoridade distinta e se submete a regras próprias. Ademais, a lei cita a fase de publicidade dos atos.
- *C) Ainda que a decisão final do processo final seja desfavorável a Tício, a lei permite a revisão do processo disciplinar, a qualquer tempo, a pedido ou de ofício, quando se aduzirem fatos novos ou circunstâncias suscetíveis de justificarem a inocência do punido ou a inadequação da penalidade aplicada.*
  - Julgamento: correta. A possibilidade de revisão do processo disciplinar é direito garantido ao servidor, nos termos do art. 237.
- *D) Na fase do inquérito, a comissão promoverá de forma sigilosa a tomada de depoimento, acareações, investigações e diligências cabíveis; o servidor somente terá acesso às provas produzidas após a publicação da decisão final do processo disciplinar, oportunidade em que poderá exercer o seu direito de contraditório e ampla defesa.*
  - Julgamento: incorreta. É assegurado ao servidor o direito de acompanhar o processo, pessoalmente ou por intermédio de procurador, arrolar e reinquirir testemunhas, produzir provas e contraprovas e formular quesitos, quando se tratar de prova pericial (art. 219).

Todas as referências acima são da LC 009/1992.

Confirma-se, assim, o gabarito preliminar divulgado.

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE
31	34

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Para fins de análise, estabelece o gabarito a letra D.

A questão busca avaliar os conhecimentos em relação ao ISSQN e seu regime de estimativa fiscal. Para solucioná-la, deve-se atentar ao disposto nos artigos 57 e 58 do Código Municipal:

Art. 57. O ISSQN poderá ser arrecadado mediante regime de estimativa fiscal, observados os requisitos legais, sendo deferido:

I – ao prestador de serviços de rudimentar organização, a juízo do fisco;

II – ao contribuinte exercente da atividade em caráter provisório;

III – ao contribuinte que tenha o volume de atividade considerado irrisório pelo fisco;

IV – ao contribuinte que, mesmo não constando nos itens anteriores, requeira o seu enquadramento neste sistema de recolhimento, à juízo do fisco. Parágrafo único (NR LEI COMPLEMENTAR 019/94)

Art. 58. Ao prestador de serviços sujeitos ao regime de estimativa aplicam-se os seguintes princípios:

I – o regime de estimativa será fixado para um período de até 12 (doze) meses, com o imposto expresso em UFIR, podendo a Autoridade Fiscal, a qualquer tempo, suspender sua aplicação, bem como rever os valores estimados; (NR Lei Complementar 044/97)

II – o valor estimado será revisto quando decorrido o período de validade, ou antes quando surgir fato novo apurado pelo fisco;

III – o valor do imposto a ser recolhido será determinado mediante conversão de seu valor em UFIR para a moeda corrente, tomando-se como base o valor da UFIR vigente à data do vencimento do imposto; (NR Lei Complementar 044/97)

IV – a pretensão de enquadramento no regime será manifestado à Secretaria Municipal da Fazenda através de requerimento próprio. (NR LEI COMPLEMENTAR 019/94)

Parágrafo único. A estimativa será fixada “de ofício” quando reiteradamente o sujeito passivo incorrer em descumprimento de obrigação acessória ou principal.

A alternativa A afirma que “o regime de estimativa poderá ser fixado por um período de até doze meses”, correto, pois corresponde ao disposto no artigo 58, I, do Código.

A alternativa B afirma que “Poderá ser alterado o regime, caso o fisco considere o volume da atividade irrisório”, sendo correta, pois corresponde à hipótese de deferimento do regime de estimativa prevista no artigo 57, inciso III, do Código.

A alternativa C também é correta, pois afirma que “a pretensão de enquadramento no regime próprio deve ser feita através de requerimento próprio”, correspondendo ao disposto no artigo 58, IV, do Código.

Assim, a alternativa incorreta é a D, que afirma que “o valor fixado para o regime de estimativa poderá ser alterado apenas após o período de validade estipulado pelo fisco”, por ser contrária ao disposto no artigo 58, inciso II, do Código Tributário e Fiscal do Município de Divinópolis, que estabelece que “o valor estimado será revisto quando decorrido o período de validade, OU ANTES QUANDO SURGIR FATO NOVO APURADO PELO FISCO”.

O gabarito deve ser mantido e, portanto, indeferidos os recursos.

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE
32	37

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Para fins de análise, estabelece o gabarito a letra B.

A questão busca avaliar o conhecimento dos alunos quanto às regras de determinação da progressividade e seletividade na determinação da alíquota de IPTU.

Para elucidar a questão, vale conferir a lição de Hugo de Brito Machado, que traz de maneira clara o posicionamento do STF:

“Quanto às alíquotas do IPTU, a CF/88 assevera que os Municípios podem estabelecê-las de modo progressivo no tempo em relação a imóveis não edificadas, não utilizados ou subutilizados (art. 182, § 4º, II). Isso significa que, a

cada ano que o imóvel permanecer nessa situação indesejada, a alíquota do imposto a ele aplicável será mais elevada. Considerando essa autorização constitucional, a jurisprudência do STF entendeu que não poderiam ser instituídas outras formas de progressividade, notadamente a progressividade de acordo com o valor do imóvel. Declarou, como consequência, a inconstitucionalidade dos artigos de leis municipais que fixavam alíquotas mais elevadas para imóveis de valor mais alto (RE 153.771-MG). Apesar disso, o STF admitiu que os Municípios instituíssem a seletividade no âmbito do IPTU, ou seja, estabelecessem alíquotas diferentes para imóveis com destinações diferentes (residenciais, comerciais, áreas não edificadas etc.), independentemente do valor dos mesmos (RE 229.233-SP).” (MACHADO, Hugo de Brito. Manual de direito tributário. 13. ed. Barueri [SP]: Atlas, 2023 p. 302)

Assim, a primeira regra é válida, pois afirma que “a alíquota de IPTU para todos os imóveis não edificadas seria estabelecida em 4% a partir do ano seguinte ao da publicação da lei e seria majorado em 1% para cada ano sucessivo em que o imóvel permanecesse sem edificação, até o limite máximo de 10%”. A constituição de fato permite a progressividade no tempo em relação a imóveis não edificadas, não utilizados ou subutilizados (art. 182, § 4º, inciso II, da CR/88).

A segunda regra, por sua vez, é inválida, ao estabelecer que “os imóveis edificadas residenciais cujo valor venal fosse igual ou inferior a dois milhões de reais teriam alíquota de 4% e aqueles com valor venal superior a 2 milhões de reais teriam alíquota de 6%;”. Não é possível a progressividade do IPTU com base no valor do imóvel, no ordenamento jurídico brasileiro, sendo questão sobre a qual não há debates (STF, RE 153771/MG).

A última regra também é inválida, ao estabelecer que “a alíquota também variaria de acordo com a destinação dos imóveis edificadas, sendo de 4% e 6% para imóveis residenciais, 5% e 7% para imóveis comerciais e 6% e 8% para imóveis com destinação industrial, conforme o valor venal fosse inferior ou igual a 2 milhões de reais (alíquotas mais baixas) ou superior a este valor (alíquotas mais altas)”. Embora seja possível estabelecer alíquotas distintas em razão da destinação do imóvel edificadas (STF, RE 229.233/SP), a existência de progressividade baseada no valor venal do imóvel torna a regra inválida.

Dessa forma, a resposta correta é a letra B e o gabarito deve ser mantido.

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>	<b>Tipo 2 - VERDE</b>
<b>33</b>	<b>39</b>

#### **Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Para fins de análise, estabelece o gabarito a letra A.

O caso em questão refere-se à incidência do IPTU e à determinação do valor de referência sobre o qual incidirá a alíquota do de IPTU, questão muito importante para os contribuintes e para o cargo em questão.

Para solução, é importante a redação dos artigos 20 e 21 do Código Tributário e Fiscal do Município de Divinópolis:

Art. 20. Para os efeitos do Imposto Predial e Territorial Urbano, zona urbana é a definida periodicamente por Lei Municipal, observado o requisito da existência em seu âmbito, dos cinco melhoramentos construídos ou mantidos pelo Poder Público abaixo descritos: (NR Lei Complementar Nº 234 de 14/08/23)

I - meio-fio, ou calçamento, construídos ou mantidos pelo Poder Público com canalização de águas pluviais;

II - abastecimento de água;

III - sistemas de esgoto sanitários;

IV - rede de iluminação pública, com ou sem posteamento, para distribuição domiciliar;

V - escola primária ou posto de saúde, a uma distância máxima de 03 (três) quilômetros do terreno ou imóvel construído considerado.

§ 1º Observado a inexistência de qualquer um dos cinco melhoramentos construídos ou mantidos pelo Poder Público descritos neste artigo será considerado para esses imóveis o valor de lançamento de IPTU o referente ao da Cota Básica Única e Social. (NR Lei Complementar Nº 234 de 14/08/23)

§ 2º Quando houver a contemplação dos cinco melhoramentos construídos ou mantidos pelo Poder Público, o cálculo do IPTU será revisto em consonância com a legislação vigente da planta de valores imobiliários e desta Lei. (NR Lei Complementar Nº 234 de 14/08/23)

§ 3º O disposto no caput desse artigo contempla apenas imóveis de uso residencial, limitado àquele onde o beneficiado mantenha sua residência. (NR Lei Complementar Nº 234 de 14/08/23)

Art. 21 São também consideradas urbanas, para os mesmos efeitos do artigo anterior, as áreas urbanizáveis ou de expansão urbana, constantes de loteamentos aprovados pela Prefeitura, destinados a habitação, lazer, indústria ou ao comércio, mesmo que localizados fora da zona definida nos termos do artigo anterior, bem como as áreas destinadas à exploração agrícola, pecuária, vegetal ou agro-industrial que independentemente de sua localização possuam área inferior a 02 (dois) hectares. (NR Lei Complementar Nº 15 de 16/12/93)

O fato de estar em área de expansão urbana não impede a cobrança de IPTU, o que torna errada a letra D. Além disso, tendo em vista que a escola primária e o posto de saúde estão a 4km de distância, isso impede a cobrança levando em consideração o valor venal do imóvel e impõe a aplicação do disposto no artigo 20, § 1º, do Código Tributário e Fiscal do Município.

Assim, considerando a legislação e os motivos apontados, a resposta correta é a letra A, devendo ser mantido o gabarito oficial.

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE
34	38

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Para fins de análise, estabelece o gabarito a letra A.

A questão aborda o regramento do IPTU previsto no Código Tributário e Fiscal do Município.

As assertivas I e II são verdadeiras e a assertiva III é falsa.

A assertiva I reproduz o disposto no artigo 36, II, do Código Tributário e Fiscal.

A assertiva II, por sua vez, reproduz o regramento da progressividade da multa pelo não pagamento do IPTU, prevista no artigo 34 do Código.

A assertiva III, por outro lado, é falsa, pois o desconto pode ser de ATÉ 20%, conforme 31, §1º, do Código. A definição do percentual exato, contudo, depende de decreto, de maneira que é errado falar que é de 20%.

Portanto, deve ser mantido o gabarito.

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE
35	36

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Para fins de análise, estabelece o gabarito a letra C.

A questão aborda a forma de lançamento da taxa de coleta de lixo e quem pode ser considerado contribuinte, de acordo com o regramento disposto no Código Tributário e Fiscal do Município de Divinópolis.

Para resolvê-la, vale citar o artigo 163 do Código:

Art. 163. O contribuinte da Taxa de Coleta de Lixo é o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor, a qualquer título, de imóvel situado em vias ou logradouros públicos ou particulares, onde o Município mantenha, com regularidade, quaisquer serviços a que se referem o art. 162.(NR LC 228/2022)

De acordo com a legislação, José Arcádio pode ser considerado contribuinte, uma vez que se encaixa na categoria de possuidor a qualquer título.

Em relação ao valor em UPFMD, sua determinação no caso da taxa de coleta de lixo leva em conta a área construída. Dessa forma, o valor lançado está equivocado, pois levou em consideração a área total do terreno, 300m². O valor correto, conforme artigo 165 do Código, seria de 1,5 UPFMD, uma vez que o imóvel possui área construída de 140m².

Portanto, deve ser mantido o gabarito.

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>	<b>Tipo 2 - VERDE</b>
<b>36</b>	<b>32</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Para fins de análise, estabelece o gabarito a letra B.

Dessa forma, a resposta correta é a letra B e o gabarito deve ser mantido.

As assertivas I é verdadeira e as assertivas II e III são falsas.

A assertiva I é verdadeira, por estar de acordo com a Súmula 633 do STJ: “a Lei n. 9.784/1999, especialmente no que diz respeito ao prazo decadencial para a revisão de atos administrativos no âmbito da Administração Pública federal, pode ser aplicada, de forma subsidiária, aos estados e municípios, se inexistente norma local e específica que regule a matéria”.

A assertiva II é falsa, pois a causa de suspensão do prazo prescricional não leva a que seja retomada do zero, de todo o prazo novamente, mas apenas do restante que faltava quando do momento da suspensão do prazo.

A assertiva III é falsa também. Embora a causa de interrupção faça com que o prazo seja de fato contado novamente do zero, não incidem causas de interrupção em prazos decadenciais, uma vez que a decadência recai sobre o direito material.

Nesse sentido:

“A ausência de exercício tempestivo do direito subjetivo material acarretará a extinção por decadência, enquanto a prescrição decorre da ausência de exercício do direito de ação no prazo previsto. (...)”

A natureza da decadência conduz à ausência de incidência de causas interruptivas ou de suspensão do curso do prazo. Uma vez desencadeado o seu curso, a decadência tem seguimento até ser atingido o termo final ou o exercício do poder jurídico envolvido.

Já os prazos prescricionais comportam suspensão e interrupção. Alguns eventos são dotados de eficácia suspensiva, o que significa a cessação do curso do prazo prescricional em virtude de algum evento diferenciado. Exaurida a eficácia do evento suspensivo, o curso do prazo prescricional seria retomado.

Relativamente à ocorrência de eventos com eficácia interruptiva, o curso do prazo prescricional é reiniciado.” (JUSTEN FILHO, Marçal. Curso de direito administrativo. 15. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2024. p. 848)

Portanto, a resposta correta é letra B.

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>	<b>Tipo 2 - VERDE</b>
<b>37</b>	<b>40</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Para fins de análise, estabelece o gabarito a letra C.

A questão trata da delegação de competências para a prática de atos administrativos. Nesse sentido, confira-se a lição de Rafael Carvalho Rezende Oliveira:

“O ato de delegação, de acordo com o art. 14 da Lei 9.784/1999, deve observar os seguintes parâmetros legais:

a) deve especificar as matérias e os poderes transferidos, os limites da atuação do delegado, a duração e os objetivos da delegação e o recurso cabível, podendo conter ressalva de exercício da atribuição delegada;

b) pode ser revogado a qualquer momento pela autoridade delegante, o que denota o seu caráter precário;

c) os atos praticados, durante a vigência da delegação, são de responsabilidade do delegatário (Súmula 510 do STF), tendo em vista que a delegação suspende a competência da autoridade delegante, durante sua vigência, não havendo exercício cumulativo ou concorrente de competência, ressalvado o direito de revogação da delegação a qualquer momento pelo delegante. A subdelegação, por sua vez, depende necessariamente de consentimento da autoridade delegante.” (OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende. Curso de direito administrativo. 12. ed. Rio de Janeiro: Método, 2024, p. 301).

A alternativa A afirma que “a subdelegação depende necessariamente de consentimento da autoridade delegante”, o que é correto, pois sem tal consentimento não é possível a subdelegação, como colocado acima e uníssono na doutrina.

A alternativa B afirma que “os atos praticados, durante a vigência da delegação, são de responsabilidade do delegatário”, o que está de acordo com a súmula 510 do STF.

A alternativa C afirma que “a delegação não suspende a competência da autoridade delegante durante sua vigência, havendo exercício cumulativo ou concorrente de competência”, o que é equivocado e seria, inclusive, fonte de extrema insegurança jurídica. Por isso o autor acima citado afirma que “a delegação suspende a competência da autoridade delegante, durante sua vigência, não havendo exercício cumulativo ou concorrente de competência” e, nesse sentido, é também um dos fundamentos da súmula 510 do STF.

Por último, a alternativa D afirma que “o ato de delegação deve especificar as matérias e os poderes transferidos, os limites da atuação do delegado, a duração e os objetivos da delegação e o recurso cabível”. Trata-se de assertiva correta, conforme o trecho colacionado, em razão de serem requisitos básicos para a delegação, que não pode ser geral e indeterminada.

Portanto, deve ser mantido o gabarito.

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>	<b>Tipo 2 - VERDE</b>
<b>39</b>	<b>33</b>

### **Recurso Procedente. Questão Anulada.**

Os recursos têm razão e a questão deve ser anulada. É questionado o vício do ato administrativo que NÃO permite sua convalidação. Para que o gabarito fosse mantido letra C, seria necessário que a questão solicitasse justamente o contrário, o vício do ato administrativo que PERMITE sua convalidação. Dessa forma, de fato, houve erro no enunciado da questão, que questionou o contrário do pretendido.

Por outro lado, as outras três alternativas referem-se a vícios do ato que não são convalidáveis.

Nesse sentido:

“Por outro lado, os vícios insanáveis, que não toleram a convalidação, dizem respeito ao motivo, ao objeto (quando único), à finalidade e à falta de congruência entre o motivo e o resultado do ato administrativo. Portanto, três elementos dos atos administrativos, quando viciados, admitem a convalidação: a competência, a forma e o objeto (plural). Ao revés, os outros dois elementos (finalidade e motivo) não admitem convalidação.

A distinção entre vícios sanáveis e insanáveis para fins de convalidação do ato administrativo foi consagrada no art. 55 da Lei 9.784/1999 que dispõe: “Em decisão na qual se evidencie não acarretarem lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros, os atos que apresentarem defeitos sanáveis poderão ser convalidados pela própria Administração”. A referida norma demonstra que, além dos vícios sanáveis, a convalidação pressupõe a inexistência de lesão ao interesse público, bem como a ausência de prejuízos a terceiros. É preciso dizer que a má-fé do particular impede a convalidação do ato administrativo. Nos termos do art. 54 da Lei 9.784/1999, não se opera a decadência administrativa do dever de anulação de atos ilegais nos casos de “comprovada má-fé”.

A má-fé é constatada nas hipóteses em que o administrado conhece a ilegalidade ou deveria conhecê-la. Aplica-se, no caso, a denominada teoria da evidência que afirma a impossibilidade de convalidação de vícios manifestos (evidentes) e graves, assim considerados aqueles que não suscitam discordância quando da edição do ato e dispensam conhecimento técnico de profissionais do Direito para sua caracterização.

Em resumo, não será possível a convalidação por vontade da Administração nas seguintes hipóteses:

a) má-fé do administrado;

b) vícios insanáveis;

c) lesão ao interesse público;

d) prejuízos a terceiros.” (OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende. Curso de direito administrativo. 12. ed. Rio de Janeiro: Método, 2024, p. 278.)

Assim, as alternativas A, B e D estão corretas de acordo com o solicitado no enunciado. Dessa forma, a questão deve ser anulada, em razão de mais de uma resposta ser correta em relação ao solicitado no enunciado.

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>	<b>Tipo 2 - VERDE</b>
<b>40</b>	<b>31</b>

**Recurso Procedente. Questão Anulada.**

A assertiva B é falsa, conforme lição da doutrina:

“Nas relações de vinculação, como não há hierarquia entre as pessoas administrativas e o respectivo Ente federado, o cabimento do recurso hierárquico “impróprio” (não há tecnicamente hierarquia) depende necessariamente de previsão legal expressa (nulla tutela sine lege). Isto porque a autonomia da entidade administrativa é delimitada pela respectiva lei que criou ou que autorizou a criação da referida entidade, sendo certo que o recurso hierárquico impróprio, ao viabilizar a interferência externa na entidade que proferiu a decisão recorrida, representa verdadeira exceção à autonomia administrativa. Vale dizer: apenas a lei poderia excepcionar a autonomia que ela própria reconheceu à entidade.” (OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende. Curso de direito administrativo. 12. ed. Rio de Janeiro: Método, 2024, p. 290)

Todavia, a questão não guarda relação direta com o tema cobrado no enunciado, qual seja, o Código Tributário e Fiscal do Município de Divinópolis. As assertivas referem-se a temas diversos, no âmbito do Direito Administrativo, de maneira que a ausência de relação entre enunciado e assertivas deve conduzir à anulação da questão.

**Cargo: Fiscal de Saúde Bioquímico**

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
<b>1</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

De acordo com o enunciado da questão “ Pode-se compreender a partir do título atribuído ao texto, “Trabalho análogo à escravidão está longe de ser viés ultrapassado no Brasil”, que:”, a alternativa “ **D**) Situação de trabalho comparado à escravidão, no Brasil, pode ser constatada como real e atual, havendo uma distância entre esta e uma outra realidade.” foi corretamente indicada como correta. Situação de trabalho comparado à escravidão = Trabalho análogo à escravidão; no Brasil = no Brasil; pode ser constatada como real e atual, havendo uma distância entre esta e uma outra realidade = está longe de ser viés ultrapassado. A alternativa “ **A**) O processo de escravidão no Brasil foi um período de longa duração com **consequências** que permanecem até os dias atuais.” não pode ser indicada como correta, não há referência a consequências. A alternativa “ **B**) Possibilidades de trabalho análogos à escravidão no Brasil são uma realidade nos dias atuais a **serem concretizadas.** ” não pode ser considerada correta, tal realidade já está concretizada de acordo com o título do texto. A alternativa “ **C**) Em decorrência dos trabalhos comparáveis à escravidão, faz-se necessário que novas políticas públicas sejam implementadas na sociedade atual.” não pode ser considerada correta, **não há referência a necessidades** no título apresentado.

Fontes:

- AQUINO, Renato. Interpretação de Textos. Ed. Impetus.
- COSTA, S. R. Dicionário de gêneros textuais. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.
- DIONISIO, A. P. Gêneros Textuais e Multimodalidade. In: KARWOSKI, A. M; GAYDECZKA, B. ; BRITO, K. S. (Org.) . Gêneros textuais: reflexões e ensino. São Paulo: Parábola Editorial, 2011, p.137-152.
- EMEDIATO, W. A fórmula do texto: redação, argumentação e leitura. São Paulo: Geração Editoria, 2004.
- FIORIN, J. L.; SAVIOLI, F. P. Lições de texto: leitura e redação. São Paulo: Ática, 2006. GARCIA, O. M. Comunicação em prosa moderna. 27. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010.



**Recurso Procedente. Questão Anulada.**

De acordo com o enunciado da questão “Considerando o primeiro parágrafo do texto, é possível observar o emprego do acento grave indicador de crase. Assinale a afirmativa correta em relação à(s) ocorrência(s) relacionada(s).”, a alternativa “C) A indicação de crase vista em “à escravidão” permite reconhecer uma relação entre termos que se relacionam diretamente na oração.” não pode ser indicada como correta. A crase é o sinal gráfico (') utilizado para indicar a fusão de duas letras A. Em geral, essa fusão acontece quando, em uma mesma frase, você precisa utilizar a preposição A (pedida depois de alguns verbos transitivos indiretos ou adjetivos) e o artigo A, que precede palavras femininas. Exemplos: Vou à (a preposição + a artigo) academia. Para identificar se a crase é necessária, uma das maneiras possíveis é trocar a palavra que acompanha o A por uma palavra masculina. Se o À se transformar em AO, significa que se trata da fusão entre uma preposição e um artigo. Se o A se mantiver mesmo ao lado de uma palavra masculina, ele não leva crase.

“O ano de 2023 foi marcado por um número alarmante de denúncias de trabalho análogo à escravidão no Brasil, com um total de 3.422 registros em apenas 12 meses, representando um aumento de 61% em relação ao ano anterior, de acordo com dados do Ministério de Direitos Humanos e Cidadania. Assim como o racismo, o trabalho análogo à escravidão tende a ser visto como uma questão superada – talvez porque ainda haja aqueles que optam pela ignorância ou tragam consigo vieses enraizados de uma sociedade historicamente colocada à margem.” (1º§) Em “à escravidão” os termos não se relacionam de forma direta, a regência entre “análogo” e “escravidão” acontece de forma indireta já que há o emprego da preposição “a” identificada por meio do registro de “à” = a (preposição) mais a (artigo). Ocorre que os termos não estão relacionados diretamente, mas sim indiretamente já que trata-se de transitividade indireta tendo a preposição como termo que liga indiretamente o termo regido ao termo regente. A alternativa “A) A expressão “à margem” recebe acento grave pelo mesmo motivo visto em “à escravidão.” não pode ser indicada como correta. “à margem” •De lado, ao abandono (ex.: A cultura foi deixada à margem). Não se trata de uma exigência de regência, mas sim de uma expressão cristalizada por se tratar de uma locução feminina.

**Fontes:**

- BECHARA, E. Moderna gramática portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- CUNHA, C.; CINTRA, L. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Lúxikon, 2013.
- LUFT, Celso Pedro. Dicionário Prático de Regência Verbal. Ática, 2008.

**Recurso Procedente. Questão Anulada.**

De acordo com o enunciado da questão “Assinale, a seguir, a alternativa que apresenta a reescrita que se mostra INCOERENTE, considerando o contexto em que o trecho destacado está inserido.”, a alternativa “C) “Esse cenário evidencia uma realidade desafiadora e inaceitável vivenciada no Brasil e, neste sentido, a questão requer uma resposta coordenada e vigorosa da sociedade civil, do governo e do setor privado.” (2º§) / Assim, esse cenário evidencia uma realidade desafiadora e inaceitável vivenciada no Brasil e, todavia, a questão requer uma resposta coordenada e vigorosa da sociedade civil, do governo e do setor privado.” atende adequadamente ao enunciado proposto. Na construção de um texto, assim como na fala, usamos mecanismos para garantir ao interlocutor a compreensão do que se lê / diz. Esses mecanismos linguísticos que estabelecem a conectividade e a retomada do que foi escrito / dito são os referentes textuais e buscam garantir a coesão textual para que haja coerência, não só entre os elementos que compõem a oração, como também entre a sequência de orações dentro do texto. Essa coesão também pode muitas vezes se dar de modo implícito, baseado em conhecimentos anteriores que os participantes do processo têm sobre o tema. Dessa forma, com o emprego de diferentes procedimentos, sejam lexicais (repetição, substituição, associação), sejam gramaticais (emprego de pronomes, conjunções, numerais, elipses), constroem-se frases, orações, períodos, que irão apresentar o contexto – decorre daí a coerência textual. Um texto incoerente é o que carece de sentido ou o apresenta de forma contraditória. Muitas vezes, essa

incoerência é resultado do mau uso daqueles elementos de coesão textual. Na organização de períodos e de parágrafos, um erro no emprego dos mecanismos gramaticais e lexicais prejudica o entendimento do texto. Construído com os elementos corretos, confere-se a ele uma unidade formal. Nas palavras de Evanildo Bechara, “o enunciado não se constrói com um amontoado de palavras e orações. Elas se organizam segundo princípios gerais de dependência e independência sintática e semântica, recobertos por unidades melódicas e rítmicas que sedimentam estes princípios”. Por coesão, entende-se ligação, relação, nexos entre os elementos que compõem a estrutura textual. Há diversas formas de se garantir a coesão entre os elementos de uma frase ou de um texto: 1. Substituição de palavras com o emprego de sinônimos ou de palavras ou expressões de mesmo campo associativo. 2. Nominalização – emprego alternativo entre um verbo, o substantivo ou o adjetivo correspondente (desgastar / desgaste / desgastante). 3. Repetição na ligação semântica dos termos, empregada como recurso estilístico de intenção articulatória, e não uma redundância - resultado da pobreza de vocabulário. Por exemplo, “Grande no pensamento, grande na ação, grande na glória, grande no infortúnio, ele morreu desconhecido e só.” (Rocha Lima) 4. Uso de hipônimos – relação que se estabelece com base na maior especificidade do significado de um deles. Por exemplo, mesa (mais específico) e móvel (mais genérico). 5. Emprego de hiperônimos - relações de um termo de sentido mais amplo com outros de sentido mais específico. Por exemplo, felino está numa relação de hiperonímia com gato. 6. Substitutos universais, como os verbos vicários (ex.: Necessito viajar, porém só o farei no ano vindouro.) A coesão apoiada na gramática dá-se no uso de conectivos, como certos pronomes, certos advérbios e expressões adverbiais, conjunções, elipses, entre outros. A elipse se justifica quando, ao remeter a um enunciado anterior, a palavra elidida é facilmente identificável (Ex.: “O jovem recolheu-se cedo. ... Sabia que ia necessitar de todas as suas forças.” O termo “o jovem” deixa de ser repetido e, assim, estabelece a relação entre as duas orações.). Dêiticos são elementos linguísticos que têm a propriedade de fazer referência ao contexto situacional ou ao próprio discurso. Exercem, por excelência, essa função de progressão textual, dada sua característica: são elementos que não significam, apenas indicam, remetem aos componentes da situação comunicativa. Já os componentes concentram em si a significação. Somente a coesão, contudo, não é suficiente para que haja sentido no texto, esse é o papel da coerência, e coerência se relaciona intimamente a contexto. Quanto à conjunção utilizada na reescrita proposta e identificada como incoerente, de acordo com o exposto anteriormente, “todavia” trata-se de uma conjunção coordenativa com o mesmo sentido de: mas, contudo, porém, no entanto, entretanto. O que causa a incoerência destacada em relação ao fragmento original correspondente. A alternativa “D) “No entanto, a escassez de auditores fiscais é um desafio adicional que precisa ser superado, além dos cortes orçamentários dos últimos anos que têm agravado ainda mais a situação, tornando mais difícil a realização de inspeções e a aplicação eficaz das leis trabalhistas.” (3º§) / A escassez de auditores fiscais, no entanto, é um desafio adicional a ser superado, além dos cortes orçamentários dos últimos que têm agravado ainda mais tal situação, tornando mais difícil a realização de inspeções e a aplicação eficaz das leis trabalhistas.” atende ao enunciado proposto.

“A publicação mais recente da Lista Suja, documento que divulga pessoas físicas e empresas que submetem trabalhadores a mão de obra forçada, jornadas exaustivas, condições degradantes ou restrição de locomoção, adicionou 248 empregadores em 2024, totalizando 654 e representando o maior número desde sua criação pelo Ministério do Trabalho e Emprego, em 2003. Esse cenário evidencia uma realidade desafiadora e inaceitável vivenciada no Brasil e, neste sentido, a questão requer uma resposta coordenada e vigorosa da sociedade civil, do governo e do setor privado.

No entanto, a escassez de auditores fiscais é um desafio adicional que precisa ser superado, além dos cortes orçamentários **dos últimos anos que têm** agravado ainda mais a situação, tornando mais difícil a realização de inspeções e a aplicação eficaz das leis trabalhistas. Por isso, a criação de concursos públicos e o investimento na estrutura de fiscalização são essenciais para garantir inspeções regulares e uma resposta eficaz às violações trabalhistas.” O apagamento do termo “anos” compromete a coerência textual, inviabilizando o entendimento da mensagem conforme o texto original.

#### Fontes:

- BECHARA, E. Moderna gramática portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- CUNHA, C.; CINTRA, L. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Lúxikon, 2013.
- LUFT, Celso Pedro. Dicionário Prático de Regência Verbal. Ática, 2008.
- ROCHA LIMA, Gramática normativa da língua portuguesa. 31ª ed. (retocada e enriquecida). Rio de Janeiro, José Olympio Editora, 1992.

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

De acordo com o enunciado da questão “Em “[...] talvez porque ainda haja aqueles que optam pela ignorância [...]” (1º§), a forma verbal “haja” demonstra o correto emprego do verbo haver de acordo com o contexto. O mesmo NÃO ocorre em:”, a alternativa “ **D**) Havia doutores que julgavam conforme seus conhecimentos naquela ocasião.” atende ao enunciado proposto. “Assim como o racismo, o trabalho análogo à escravidão tende a ser visto como uma questão superada — talvez porque ainda haja aqueles que optam pela ignorância ou tragam consigo vieses enraizados de uma sociedade historicamente colocada à margem.” (1º§) Gramática Houaiss. O verbo “haver” não possui sujeito e ele expressa os sentidos de “existir”, “acontecer” e “ocorrer”. O verbo “haver” nos sentidos de “existir”, “acontecer”, “ocorrer” é um verbo impessoal, ou seja, não possui sujeito, e é empregado na terceira pessoa do singular, independente do tempo verbal. A alternativa “ **B**) Hão de lutar por seus filhos, mesmo distantes deles fisicamente.” não atende ao enunciado proposto. Em “Há de lutar por seus filhos”, o verbo principal de 'há de lutar' é 'lutar', que é pessoal (concorda com o sujeito). Seu auxiliar comporta-se como ele, ou seja, é variável: “Hão de lutar”. A alternativa “ **A**) Haja esperança onde não houver situação favorável.” não atende ao enunciado proposto. O tempo verbal do verbo “haver” varia normalmente. A forma verbal “haja”, presente do subjuntivo, indica um desejo.

**Fontes:**

- BECHARA, E. Moderna gramática portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009. CUNHA, C.; CINTRA, L. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Léxikon, 2013.
- ROCHA LIMA, Gramática normativa da língua portuguesa. 31ª ed. (retocada e enriquecida). Rio de Janeiro, José Olympio Editora, 1992.

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

De acordo com o enunciado da questão “Dentre os trechos destacados a seguir, NÃO é possível identificar a expressão explícita de perspectiva particular do enunciador em:”, a alternativa “ **D**) “[...] que divulga pessoas físicas e empresas que submetem trabalhadores a mão de obra forçada, jornadas exaustivas, condições degradantes ou restrição de locomoção, adicionou 248 empregadores em 2024, [...]” (2º§)” foi adequadamente indicada como correta. Em “A publicação mais recente da Lista Suja, documento que divulga pessoas físicas e empresas que submetem trabalhadores a mão de obra forçada, jornadas exaustivas, condições degradantes ou restrição de locomoção, adicionou 248 empregadores em 2024, totalizando 654 e representando o maior número desde sua criação pelo Ministério do Trabalho e Emprego, em 2003.” pode-se constatar que as informações apresentadas são de acordo com publicação denominada “Lista Suja”, documento que as divulgou. A alternativa “ **C**) “O ano de 2023 foi marcado por um número **alarmante** de denúncias de trabalho análogo à escravidão no Brasil, com um total de 3.422 registros em apenas 12 meses, [...]” (1º§)” não pode ser indicada como correta. O termo destacado “alarmante” indica uma perspectiva particular do enunciador em relação ao número de denúncias de trabalho análogo à escravidão no Brasil.

**Fontes:**

- ANTUNES, I. Lutar com palavras: coesão e coerência. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.
- AQUINO, Renato. Interpretação de Textos. Ed. Impetus.
- EMEDIATO, W. A fórmula do texto: redação, argumentação e leitura. São Paulo: Geração Editoria, 2004.
- FIORIN, J. L.; SAVIOLI, F. P. Lições de texto: leitura e redação. São Paulo: Ática, 2006. GARCIA, O. M. Comunicação em prosa moderna. 27. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010.

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
------------------------

<b>14</b>
-----------

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Seja  $x$  o tempo que a impressora mais eficiente leva para finalizar o serviço sozinha. Então, a impressora menos eficiente levaria  $x+20$  minutos para concluir o mesmo serviço sozinha. Quando as duas impressoras trabalham juntas, elas completam o trabalho em 24 minutos. A taxa de trabalho de cada impressora é o inverso do tempo que leva para concluir o serviço individualmente. Assim, temos:

- A taxa de trabalho da impressora mais eficiente é  $1/x$
- A taxa de trabalho da impressora menos eficiente é  $1/(x+20)$

Quando as duas trabalham juntas, a taxa de trabalho combinada é a soma das taxas individuais, e juntas concluem o serviço em 24 minutos, ou seja, uma taxa de  $1/24$

Tem-se que:

$$\frac{1}{24} = \frac{1}{x} + \frac{1}{x+20} \rightarrow x = 40$$

Assim, a impressora mais lenta gasta  $40 + 20 = 60$  minutos e a impressora mais rápida gasta 40 minutos. Logo, ambas gastam  $60+40 = 100$  minutos

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
------------------------

<b>26</b>
-----------

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Nos termos do art. 28 da Lei Orgânica do Município de Divinópolis, as pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.

Sendo assim, o Município (pessoa jurídica de direito público) responde diretamente pelo dano que seu agente (professor Nero) causou ao aluno Rodolfo, sendo assegurado o direito de regresso em face do professor, pois ele agiu com dolo (com a intenção de ferir). Trata-se da responsabilidade objetiva do Estado.

Fonte:

- Lei Orgânica do Município de Divinópolis. Disponível em: [https://sapl.divinopolis.mg.leg.br/media/sapl/public/normajuridica/1998/1865/lom\\_Lhq2HZs.pdf](https://sapl.divinopolis.mg.leg.br/media/sapl/public/normajuridica/1998/1865/lom_Lhq2HZs.pdf).

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
------------------------

<b>27</b>
-----------

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

De acordo com o art. 7º da Lei Complementar 9/1992, são requisitos básicos para ingresso no serviço público, dentre outros, a idade mínima de 18 (dezoito) anos (inc. IV) e a escolaridade exigida para o cargo que se pretende ocupar (inc. V). Assim, Manoel só terá de comprovar os requisitos de idade e escolaridade na data da posse no cargo público e não no ato da inscrição. Importante destacar que o disposto no art. 7º, inc. 4º, que previa a idade mínima de 16 (dezesseis) anos para a inscrição em concurso público teve nova redação dada pela Lei Complementar nº 171/2014.

Fonte:

- Lei Complementar nº 9/1992. Disponível em: [https://sapl.divinopolis.mg.leg.br/media/sapl/public/normajuridica/1992/1739/lc009\\_-\\_estatuto\\_-\\_atualizado.pdf](https://sapl.divinopolis.mg.leg.br/media/sapl/public/normajuridica/1992/1739/lc009_-_estatuto_-_atualizado.pdf)

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
------------------------

<b>38</b>
-----------

**Recurso Procedente. Questão Anulada.**

O assunto tratado nas alternativas fazem parte de uma Medida Provisória nº 2.190-34, de 2001, e não da lei 13.021/2014, citada no enunciado.

O número da lei foi citado equivocadamente. O correto é “artigo 10, inciso X, da **Lei 6.437/1977**”.

A medida provisória é uma alteração da Lei principal e não precisaria ser citada nesse contexto.

Pelo equívoco na fundamentação jurídica da questão, esta banca mostra-se **favorável a anulação**.

**Cargo: Fiscal de Saúde Dentista**

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
------------------------

<b>2</b>
----------

**Recurso Procedente. Questão Anulada.**

De acordo com o enunciado da questão “Considerando o primeiro parágrafo do texto, é possível observar o emprego do acento grave indicador de crase. Assinale a afirmativa correta em relação à(s) ocorrência(s) relacionada(s).”, a alternativa “**C**) A indicação de crase vista em “à escravidão” permite reconhecer uma relação entre termos que se relacionam diretamente na oração.” não pode ser indicada como correta. A crase é o sinal gráfico (') utilizado para indicar a fusão de duas letras A. Em geral, essa fusão acontece quando, em uma mesma frase, você precisa utilizar a preposição A (pedida depois de alguns verbos transitivos indiretos ou adjetivos) e o artigo A, que precede palavras femininas. Exemplos: Vou à (a preposição + a artigo) academia. Para identificar se a crase é necessária, uma das maneiras possíveis é trocar a palavra que acompanha o A por uma palavra masculina. Se o À se transformar em AO, significa que se trata da fusão entre uma preposição e um artigo. Se o A se mantiver mesmo ao lado de uma palavra masculina, ele não leva crase.

“O ano de 2023 foi marcado por um número alarmante de denúncias de trabalho análogo à escravidão no Brasil, com um total de 3.422 registros em apenas 12 meses, representando um aumento de 61% em relação ao ano anterior, de acordo com dados do Ministério de Direitos Humanos e Cidadania. Assim como o racismo, o trabalho análogo à escravidão tende a ser visto como uma questão superada – talvez porque ainda haja aqueles que optam pela ignorância ou tragam consigo vieses enraizados de uma sociedade historicamente colocada à margem.” (1º§) Em “à escravidão” os termos não se relacionam de forma direta, a regência entre “análogo” e “escravidão” acontece de forma indireta já que há o emprego da preposição “a” identificada por meio do registro de “à” = a (preposição) mais a (artigo). Ocorre que os termos não estão relacionados diretamente, mas sim indiretamente já que trata-se de transitividade indireta tendo a preposição como termo que liga indiretamente o termo regido ao termo regente. A alternativa “**A**) A expressão “à margem” recebe acento grave pelo mesmo motivo visto em “à escravidão.” não pode ser indicada como correta. “à margem” •De lado, ao abandono (ex.: A cultura foi deixada à margem). Não se trata de uma exigência de regência, mas sim de uma expressão cristalizada por se tratar de uma locução feminina.

**Fontes:**

- BECHARA, E. Moderna gramática portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- CUNHA, C.; CINTRA, L. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Lúxikon, 2013.
- LUFT, Celso Pedro. Dicionário Prático de Regência Verbal. Ática, 2008.

**Recurso Procedente. Questão Anulada.**

De acordo com o enunciado da questão “Assinale, a seguir, a alternativa que apresenta a reescrita que se mostra INCOERENTE, considerando o contexto em que o trecho destacado está inserido.”, a alternativa “C) “Esse cenário evidencia uma realidade desafiadora e inaceitável vivenciada no Brasil e, neste sentido, a questão requer uma resposta coordenada e vigorosa da sociedade civil, do governo e do setor privado.” (2º§) / Assim, esse cenário evidencia uma realidade desafiadora e inaceitável vivenciada no Brasil e, todavia, a questão requer uma resposta coordenada e vigorosa da sociedade civil, do governo e do setor privado.” atende adequadamente ao enunciado proposto. Na construção de um texto, assim como na fala, usamos mecanismos para garantir ao interlocutor a compreensão do que se lê / diz. Esses mecanismos linguísticos que estabelecem a conectividade e a retomada do que foi escrito / dito são os referentes textuais e buscam garantir a coesão textual para que haja coerência, não só entre os elementos que compõem a oração, como também entre a sequência de orações dentro do texto. Essa coesão também pode muitas vezes se dar de modo implícito, baseado em conhecimentos anteriores que os participantes do processo têm sobre o tema. Dessa forma, com o emprego de diferentes procedimentos, sejam lexicais (repetição, substituição, associação), sejam gramaticais (emprego de pronomes, conjunções, numerais, elipses), constroem-se frases, orações, períodos, que irão apresentar o contexto – decorre daí a coerência textual. Um texto incoerente é o que carece de sentido ou o apresenta de forma contraditória. Muitas vezes, essa incoerência é resultado do mau uso daqueles elementos de coesão textual. Na organização de períodos e de parágrafos, um erro no emprego dos mecanismos gramaticais e lexicais prejudica o entendimento do texto. Construído com os elementos corretos, confere-se a ele uma unidade formal. Nas palavras de Evanildo Bechara, “o enunciado não se constrói com um amontoado de palavras e orações. Elas se organizam segundo princípios gerais de dependência e independência sintática e semântica, recobertos por unidades melódicas e rítmicas que sedimentam estes princípios”. Por coesão, entende-se ligação, relação, nexos entre os elementos que compõem a estrutura textual. Há diversas formas de se garantir a coesão entre os elementos de uma frase ou de um texto: 1. Substituição de palavras com o emprego de sinônimos ou de palavras ou expressões de mesmo campo associativo. 2. Nominalização – emprego alternativo entre um verbo, o substantivo ou o adjetivo correspondente (desgastar / desgaste / desgastante). 3. Repetição na ligação semântica dos termos, empregada como recurso estilístico de intenção articulatória, e não uma redundância - resultado da pobreza de vocabulário. Por exemplo, “Grande no pensamento, grande na ação, grande na glória, grande no infortúnio, ele morreu desconhecido e só.” (Rocha Lima) 4. Uso de hipônimos – relação que se estabelece com base na maior especificidade do significado de um deles. Por exemplo, mesa (mais específico) e móvel (mais genérico). 5. Emprego de hiperônimos - relações de um termo de sentido mais amplo com outros de sentido mais específico. Por exemplo, felino está numa relação de hiperonímia com gato. 6. Substitutos universais, como os verbos vicários (ex.: Necessito viajar, porém só o farei no ano vindouro.) A coesão apoiada na gramática dá-se no uso de conectivos, como certos pronomes, certos advérbios e expressões adverbiais, conjunções, elipses, entre outros. A elipse se justifica quando, ao remeter a um enunciado anterior, a palavra elidida é facilmente identificável (Ex.: “O jovem recolheu-se cedo. ... Sabia que ia necessitar de todas as suas forças.” O termo “o jovem” deixa de ser repetido e, assim, estabelece a relação entre as duas orações.). Dêiticos são elementos linguísticos que têm a propriedade de fazer referência ao contexto situacional ou ao próprio discurso. Exercem, por excelência, essa função de progressão textual, dada sua característica: são elementos que não significam, apenas indicam, remetem aos componentes da situação comunicativa. Já os componentes concentram em si a significação. Somente a coesão, contudo, não é suficiente para que haja sentido no texto, esse é o papel da coerência, e coerência se relaciona intimamente a contexto. Quanto à conjunção utilizada na reescrita proposta e identificada como incoerente, de acordo com o expresso anteriormente, “todavia” trata-se de uma conjunção coordenativa com o mesmo sentido de: mas, contudo, porém, no entanto, entretanto. O que causa a incoerência destacada em relação ao fragmento original correspondente. A alternativa “D) “No entanto, a escassez de auditores fiscais é um desafio adicional que precisa ser superado, além dos cortes orçamentários dos últimos anos que têm agravado ainda mais a situação, tornando mais difícil a realização de inspeções e a aplicação eficaz das leis trabalhistas.” (3º§) / A escassez de auditores fiscais, no entanto, é um desafio adicional a ser superado, além dos cortes orçamentários dos últimos que têm agravado ainda mais tal situação, tornando mais difícil a realização de inspeções e a aplicação eficaz das leis trabalhistas.” atende ao enunciado proposto.

“A publicação mais recente da Lista Suja, documento que divulga pessoas físicas e empresas que submetem trabalhadores a mão de obra forçada, jornadas exaustivas, condições degradantes ou restrição de locomoção, adicionou 248 empregadores em 2024, totalizando 654 e representando o maior número desde sua criação pelo Ministério do Trabalho e Emprego, em 2003. Esse cenário evidencia uma realidade desafiadora e inaceitável vivenciada no Brasil e, neste sentido, a questão requer uma resposta coordenada e vigorosa da sociedade civil, do governo e do setor privado.

No entanto, a escassez de auditores fiscais é um desafio adicional que precisa ser superado, além dos cortes orçamentários **dos últimos anos que têm** agravado ainda mais a situação, tornando mais difícil a realização de inspeções e a aplicação eficaz das leis trabalhistas. Por isso, a criação de concursos públicos e o investimento na estrutura de fiscalização são essenciais para garantir inspeções regulares e uma resposta eficaz às violações trabalhistas.” O apagamento do termo “anos” compromete a coerência textual, inviabilizando o entendimento da mensagem conforme o texto original.

Fontes:

- BECHARA, E. Moderna gramática portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- CUNHA, C.; CINTRA, L. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Lúxikon, 2013.
- LUFT, Celso Pedro. Dicionário Prático de Regência Verbal. Ática, 2008.
- ROCHA LIMA, Gramática normativa da língua portuguesa. 31ª ed. (retocada e enriquecida). Rio de Janeiro, José Olympio Editora, 1992.

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
<b>4</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

De acordo com o enunciado da questão “ Em, “No entanto, a escassez de auditores fiscais é um desafio adicional que precisa ser superado, além dos cortes orçamentários dos últimos anos que têm agravado ainda mais a situação, tornando mais difícil a realização de inspeções e a aplicação eficaz das leis trabalhistas.” (3º§):”, a alternativa “ **B** ) A expressão “a escassez de auditores fiscais” permite a identificação da correção do emprego do verbo “ser” na forma apresentada.” foi adequadamente indicada como correta. Em “a escassez de auditores fiscais é”, o núcleo do sujeito - escassez – tem a concordância corretamente estabelecida com a forma verbal “é”, terceira pessoa do singular do verbo “ser” no infinitivo. A alternativa “ **C** ) A expressão “dos últimos anos” atua como determinante de “cortes orçamentários” e, por isso, obrigatoriamente, apresenta a forma dos vocábulos no plural.” não pode ser indicada como correta. Retomando o trecho em análise: “No entanto, a escassez de auditores fiscais é um desafio adicional que precisa ser superado, além dos cortes orçamentários **dos últimos anos** que têm agravado ainda mais a situação, tornando mais difícil a realização de inspeções e a aplicação eficaz das leis trabalhistas.” (3º§) Apesar de haver a indicação da atuação da expressão “dos últimos anos” como determinante de “cortes orçamentários”, não há obrigatoriedade do emprego do plural por tal motivo. Não há relação de concordância entre as duas expressões, tanto que se os cortes orçamentários poderiam ter ocorrido apenas no último ano, e assim, teríamos: “cortes orçamentários do último ano”.

Fontes:

- BECHARA, E. Moderna gramática portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- CUNHA, C.; CINTRA, L. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Lúxikon, 2013.
- ROCHA LIMA, Gramática normativa da língua portuguesa. 31ª ed. (retocada e enriquecida). Rio de Janeiro, José Olympio Editora, 1992.

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

De acordo com o enunciado da questão “Em “[...] talvez porque ainda haja aqueles que optam pela ignorância [...]” (1º§), a forma verbal “haja” demonstra o correto emprego do verbo haver de acordo com o contexto. O mesmo NÃO ocorre em:”, a alternativa “ **D**) Havia doutores que julgavam conforme seus conhecimentos naquela ocasião.” atende ao enunciado proposto. “Assim como o racismo, o trabalho análogo à escravidão tende a ser visto como uma questão superada — talvez porque ainda haja aqueles que optam pela ignorância ou tragam consigo vieses enraizados de uma sociedade historicamente colocada à margem.” (1º§) Gramática Houaiss. O verbo “haver” não possui sujeito e ele expressa os sentidos de “existir”, “acontecer” e “ocorrer”. O verbo “haver” nos sentidos de “existir”, “acontecer”, “ocorrer” é um verbo impessoal, ou seja, não possui sujeito, e é empregado na terceira pessoa do singular, independente do tempo verbal. A alternativa “ **B**) Hã de lutar por seus filhos, mesmo distantes deles fisicamente.” não atende ao enunciado proposto. Em “Hã de lutar por seus filhos”, o verbo principal de 'há de lutar' é 'lutar', que é pessoal (concorda com o sujeito). Seu auxiliar comporta-se como ele, ou seja, é variável: “Hã de lutar”. A alternativa “ **A**) Haja esperança onde não houver situação favorável.” não atende ao enunciado proposto. O tempo verbal do verbo “haver” varia normalmente. A forma verbal “haja”, presente do subjuntivo, indica um desejo.

## Fontes:

- BECHARA, E. Moderna gramática portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- CUNHA, C.; CINTRA, L. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Lúxikon, 2013.
- ROCHA LIMA, Gramática normativa da língua portuguesa. 31ª ed. (retocada e enriquecida). Rio de Janeiro, José Olympio Editora, 1992.

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

De acordo com o enunciado da questão “Dentre os trechos destacados a seguir, NÃO é possível identificar a expressão explícita de perspectiva particular do enunciador em:”, a alternativa “ **D**) “[...] que divulga pessoas físicas e empresas que submetem trabalhadores a mão de obra forçada, jornadas exaustivas, condições degradantes ou restrição de locomoção, adicionou 248 empregadores em 2024, [...]” (2º§)” foi adequadamente indicada como correta. Em “A publicação mais recente da Lista Suja, documento que divulga pessoas físicas e empresas que submetem trabalhadores a mão de obra forçada, jornadas exaustivas, condições degradantes ou restrição de locomoção, adicionou 248 empregadores em 2024, totalizando 654 e representando o maior número desde sua criação pelo Ministério do Trabalho e Emprego, em 2003.” pode-se constatar que as informações apresentadas são de acordo com publicação denominada “Lista Suja”, documento que as divulgou. A alternativa “ **C**) “O ano de 2023 foi marcado por um número **alarmante** de denúncias de trabalho análogo à escravidão no Brasil, com um total de 3.422 registros em apenas 12 meses, [...]” (1º§)” não pode ser indicada como correta. O termo destacado “alarmante” indica uma perspectiva particular do enunciador em relação ao número de denúncias de trabalho análogo à escravidão no Brasil.

## Fontes:

- ANTUNES, I. Lutar com palavras: coesão e coerência. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.
- AQUINO, Renato. Interpretação de Textos. Ed. Impetus.
- EMEDIATO, W. A fórmula do texto: redação, argumentação e leitura. São Paulo: Geração Editoria, 2004.
- FIORIN, J. L.; SAVIOLI, F. P. Lições de texto: leitura e redação. São Paulo: Ática, 2006. GARCIA, O. M. Comunicação em prosa moderna. 27. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010.



<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
------------------------

<b>10</b>
-----------

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

De acordo com o enunciado da questão “Dentre os termos destacados a seguir, dispostos no quinto parágrafo, distingue-se sintaticamente dos demais, apenas:”, a alternativa “ **D)** “para enfrentar essa violação grave dos direitos humanos.” foi adequadamente indicada como correta. O termo destacado ocupa a função sintática de complemento verbal, objeto direto, na oração.

Quanto aos demais, temos:

**A)** “Em áreas onde a pobreza é generalizada [...]” - sujeito

**B)** “Não há dúvidas de que toda ação é importante, [...]” - sujeito

**C)** “[...] o trabalho escravo persiste nos dias de hoje, [...]” – sujeito

O objeto direto é o complemento de um verbo transitivo. Ele é ligado a esse verbo de forma direta, ou seja, sem preposição. Assim, completa o sentido de verbos transitivos diretos. Em análise sintática, o sujeito é um dos termos essenciais da oração, geralmente responsável por realizar ou sofrer uma ação ou estado. Ele é o termo com qual o verbo concorda. Na língua portuguesa, o sujeito guia a terminação verbal em número e pessoa e é marcado pelo caso reto quando são usados os pronomes pessoais.

Fontes:

- BECHARA, E. Moderna gramática portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- CUNHA, C.; CINTRA, L. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Lúxikon, 2013.
- ROCHA LIMA, Gramática normativa da língua portuguesa. 31ª ed. (retocada e enriquecida). Rio de Janeiro, José Olympio Editora, 1992.

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
------------------------

<b>16</b>
-----------

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A Portaria nº 2.436/2017 estabelece, *ipsis litteris*: “ cada agente comunitário em saúde deve realizar as ações previstas nas regulamentações vigentes e nesta portaria e ter uma microárea sob sua responsabilidade, cuja população não ultrapasse **750 pessoas** .

O artigo Art. 6º desta Portaria estabelece “Art. 6º Todos os estabelecimentos de saúde que prestem ações e serviços de Atenção Básica, no âmbito do SUS, de acordo com esta portaria serão denominados Unidade Básica de Saúde - UBS. Parágrafo único. Todas as UBS são consideradas potenciais espaços de educação, formação de recursos humanos, pesquisa, ensino em serviço, inovação e avaliação tecnológica para a RAS.” Algo sem relação com o solicitado na questão.

Portanto, o recurso é improcedente.

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
------------------------

<b>23</b>
-----------

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A questão é clara ao solicitar que as alternativa sejam analisadas “De acordo com a Portaria de Consolidação Nº 1, de 28 de setembro de 2017, sobre a Vigilância do Óbito Infantil e Fetal.”

De acordo com tal Portaria, constata-se em seu artigo 402, parágrafo 1, *ipsis litteris*: § 1º O prazo para o serviço ou profissional de saúde informar o óbito com o envio da 1ª via da DO é de, no máximo, **48 (quarenta e oito) horas a contar da data da ocorrência** .

Além disso, constata-se em seu artigo 399, parágrafo único, *ipsis litteris*: “ Considerando-se o menor potencial de prevenção dos óbitos com malformação congênita grave ou complexa ou letal, sua investigação é facultativa.”

Desta forma, o recurso é improcedente.

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
------------------------

<b>25</b>
-----------

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A questão é clara ao solicitar que seja considerada a Portaria de Consolidação nº 1/2017. Nesta Portaria, constata-se em seu artigo 5, parágrafo único, *ipsis litteris*: "É direito da pessoa, na rede de serviços de saúde, ter atendimento humanizado, acolhedor, livre de qualquer discriminação, restrição ou negação em virtude de idade, raça, cor, etnia, religião, orientação sexual, identidade de gênero, condições econômicas ou sociais, estado de saúde, de anomalia, patologia ou deficiência, garantindo-lhe:

VII - o direito a visita diária não inferior a duas horas, preferencialmente aberta em todas as unidades de internação, ressalvadas as situações técnicas não indicadas

X – a escolha do local de morte.

XII – o recebimento de visita, quando internado, de outros profissionais de saúde que não pertençam àquela unidade hospitalar, sendo facultado a esse profissional o acesso ao prontuário."

Desta forma, os recursos são improcedentes.

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
------------------------

<b>32</b>
-----------

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A lei federal nº 6.437/77, disciplina sobre as infrações à legislação sanitária federal, mais precisamente em seu artigo 10, inciso III, estabelece que manter em funcionamento consultório odontológico sem licença do órgão sanitário competente será aplicado a pena de advertência, intervenção, interdição, cancelamento da licença e/ou multa.

Assim, ao realizar uma análise das penas previstas em lei e a alternativa em questão, pode-se constatar que a pena de apreensão não consta no rol previsto na lei, dessa forma, a alternativa encontra-se incorreta.

Mantendo como única alternativa correta o gabarito apresentado pela banca examinadora.

Fonte:

- BRASIL. Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977. Configura infrações à legislação sanitária federal, estabelece as sanções respectivas, e dá outras providências. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L6437.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6437.htm) . Acesso em: 22 de outubro de 2024.

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
------------------------

<b>33</b>
-----------

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O enunciado da questão requer conhecimento sobre a Lei Complementar Municipal nº 30/1996 de Divinópolis, no que tange ao procedimento administrativo sanitário.

Em seu artigo 83, da referida Lei Complementar, dispõe que "As impugnações só terão efeitos suspensivos quando se tratar de imposição de penalidade pecuniária", assim, a afirmativa encontra-se incorreta, já que, contrária o que está expresso na lei, não podendo ser o gabarito da questão.

Por sua vez, a alternativa que afirma "A impugnação apresentada contra o auto de apreensão e inutilização será julgado quanto aos seus aspectos formais, já que não possibilita ao infrator a devolução dos produtos apreendidos", encontra-se correto, já que reproduz exatamente os termos do artigo 84, parágrafo único, da referida lei, confirmando como a única alternativa correta para a questão em comento.

Mantendo como única alternativa correta o gabarito apresentado pela banca examinadora.

Fonte:

- DIVINÓPOLIS/MG. Lei complementar nº 30, de 14 de agosto de 1996. Aprova o código de saúde para o município de Divinópolis. Disponível em: [https://leismunicipais.com.br/a/mg/d/divinopolis/lei-complementar/1996/3/30/lei-complementar-n-30-1996-aprova-o-codigo-de-saude-para-o-municipio-de-divinopolis#capitulo\\_i47308](https://leismunicipais.com.br/a/mg/d/divinopolis/lei-complementar/1996/3/30/lei-complementar-n-30-1996-aprova-o-codigo-de-saude-para-o-municipio-de-divinopolis#capitulo_i47308) . Acesso em: 22 de outubro de 2024.

## Cargo: Fiscal de Saúde Enfermeiro

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
------------------------

<b>2</b>
----------

### Recurso Procedente. Questão Anulada.

De acordo com o enunciado da questão “Considerando o primeiro parágrafo do texto, é possível observar o emprego do acento grave indicador de crase. Assinale a afirmativa correta em relação à(s) ocorrência(s) relacionada(s).”, a alternativa “**C**) A indicação de crase vista em “à escravidão” permite reconhecer uma relação entre termos que se relacionam diretamente na oração.” não pode ser indicada como correta. A crase é o sinal gráfico (´) utilizado para indicar a fusão de duas letras A. Em geral, essa fusão acontece quando, em uma mesma frase, você precisa utilizar a preposição A (pedida depois de alguns verbos transitivos indiretos ou adjetivos) e o artigo A, que precede palavras femininas. Exemplos: Vou à (a preposição + a artigo) academia. Para identificar se a crase é necessária, uma das maneiras possíveis é trocar a palavra que acompanha o A por uma palavra masculina. Se o À se transformar em AO, significa que se trata da fusão entre uma preposição e um artigo. Se o A se mantiver mesmo ao lado de uma palavra masculina, ele não leva crase.

“O ano de 2023 foi marcado por um número alarmante de denúncias de trabalho análogo à escravidão no Brasil, com um total de 3.422 registros em apenas 12 meses, representando um aumento de 61% em relação ao ano anterior, de acordo com dados do Ministério de Direitos Humanos e Cidadania. Assim como o racismo, o trabalho análogo à escravidão tende a ser visto como uma questão superada – talvez porque ainda haja aqueles que optam pela ignorância ou tragam consigo vieses enraizados de uma sociedade historicamente colocada à margem.” (1º§) Em “à escravidão” os termos não se relacionam de forma direta, a regência entre “análogo” e “escravidão” acontece de forma indireta já que há o emprego da preposição “a” identificada por meio do registro de “à” = a (preposição) mais a (artigo). Ocorre que os termos não estão relacionados diretamente, mas sim indiretamente já que trata-se de transitividade indireta tendo a preposição como termo que liga indiretamente o termo regido ao termo regente. A alternativa “**A**) A expressão “à margem” recebe acento grave pelo mesmo motivo visto em “à escravidão”. não pode ser indicada como correta. “à margem” •De lado, ao abandono (ex.: A cultura foi deixada à margem). Não se trata de uma exigência de regência, mas sim de uma expressão cristalizada por se tratar de uma locução feminina.

### Fontes:

- BECHARA, E. Moderna gramática portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- CUNHA, C.; CINTRA, L. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Lúxikon, 2013.
- LUFT, Celso Pedro. Dicionário Prático de Regência Verbal. Ática, 2008.

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
------------------------

<b>3</b>
----------

### Recurso Procedente. Questão Anulada.

De acordo com o enunciado da questão “Assinale, a seguir, a alternativa que apresenta a reescrita que se mostra INCOERENTE, considerando o contexto em que o trecho destacado está inserido.”, a alternativa “**C**) “Esse cenário evidencia uma realidade desafiadora e inaceitável vivenciada no Brasil e, neste sentido, a questão requer uma resposta coordenada e vigorosa da sociedade civil, do governo e do setor privado.” (2º§) / Assim, esse cenário evidencia uma realidade desafiadora e inaceitável vivenciada no Brasil e, todavia, a questão requer uma resposta coordenada e vigorosa da sociedade civil, do governo e do setor privado.” atende adequadamente ao enunciado

proposto. Na construção de um texto, assim como na fala, usamos mecanismos para garantir ao interlocutor a compreensão do que se lê / diz. Esses mecanismos linguísticos que estabelecem a conectividade e a retomada do que foi escrito / dito são os referentes textuais e buscam garantir a coesão textual para que haja coerência, não só entre os elementos que compõem a oração, como também entre a sequência de orações dentro do texto. Essa coesão também pode muitas vezes se dar de modo implícito, baseado em conhecimentos anteriores que os participantes do processo têm sobre o tema. Dessa forma, com o emprego de diferentes procedimentos, sejam lexicais (repetição, substituição, associação), sejam gramaticais (emprego de pronomes, conjunções, numerais, elipses), constroem-se frases, orações, períodos, que irão apresentar o contexto – decorre daí a coerência textual. Um texto incoerente é o que carece de sentido ou o apresenta de forma contraditória. Muitas vezes, essa incoerência é resultado do mau uso daqueles elementos de coesão textual. Na organização de períodos e de parágrafos, um erro no emprego dos mecanismos gramaticais e lexicais prejudica o entendimento do texto. Construído com os elementos corretos, confere-se a ele uma unidade formal. Nas palavras de Evanildo Bechara, “o enunciado não se constrói com um amontoado de palavras e orações. Elas se organizam segundo princípios gerais de dependência e independência sintática e semântica, recobertos por unidades melódicas e rítmicas que sedimentam estes princípios”. Por coesão, entende-se ligação, relação, nexos entre os elementos que compõem a estrutura textual. Há diversas formas de se garantir a coesão entre os elementos de uma frase ou de um texto: 1. Substituição de palavras com o emprego de sinônimos ou de palavras ou expressões de mesmo campo associativo. 2. Nominalização – emprego alternativo entre um verbo, o substantivo ou o adjetivo correspondente (desgastar / desgaste / desgastante). 3. Repetição na ligação semântica dos termos, empregada como recurso estilístico de intenção articulatória, e não uma redundância - resultado da pobreza de vocabulário. Por exemplo, “Grande no pensamento, grande na ação, grande na glória, grande no infortúnio, ele morreu desconhecido e só.” (Rocha Lima) 4. Uso de hipônimos – relação que se estabelece com base na maior especificidade do significado de um deles. Por exemplo, mesa (mais específico) e móvel (mais genérico). 5. Emprego de hiperônimos - relações de um termo de sentido mais amplo com outros de sentido mais específico. Por exemplo, felino está numa relação de hiperonímia com gato. 6. Substitutos universais, como os verbos vicários (ex.: Necessito viajar, porém só o farei no ano vindouro.) A coesão apoiada na gramática dá-se no uso de conectivos, como certos pronomes, certos advérbios e expressões adverbiais, conjunções, elipses, entre outros. A elipse se justifica quando, ao remeter a um enunciado anterior, a palavra elidida é facilmente identificável (Ex.: “O jovem recolheu-se cedo. ... Sabia que ia necessitar de todas as suas forças.” O termo “o jovem” deixa de ser repetido e, assim, estabelece a relação entre as duas orações.). Dêiticos são elementos linguísticos que têm a propriedade de fazer referência ao contexto situacional ou ao próprio discurso. Exercem, por excelência, essa função de progressão textual, dada sua característica: são elementos que não significam, apenas indicam, remetem aos componentes da situação comunicativa. Já os componentes concentram em si a significação. Somente a coesão, contudo, não é suficiente para que haja sentido no texto, esse é o papel da coerência, e coerência se relaciona intimamente a contexto. Quanto à conjunção utilizada na reescrita proposta e identificada como incoerente, de acordo com o exposto anteriormente, “todavia” trata-se de uma conjunção coordenativa com o mesmo sentido de: mas, contudo, porém, no entanto, entretanto. O que causa a incoerência destacada em relação ao fragmento original correspondente. A alternativa “**D**” “No entanto, a escassez de auditores fiscais é um desafio adicional que precisa ser superado, além dos cortes orçamentários dos últimos anos que têm agravado ainda mais a situação, tornando mais difícil a realização de inspeções e a aplicação eficaz das leis trabalhistas.” (3º§) / A escassez de auditores fiscais, no entanto, é um desafio adicional a ser superado, além dos cortes orçamentários dos últimos que têm agravado ainda mais tal situação, tornando mais difícil a realização de inspeções e a aplicação eficaz das leis trabalhistas.” atende ao enunciado proposto.

“A publicação mais recente da Lista Suja, documento que divulga pessoas físicas e empresas que submetem trabalhadores a mão de obra forçada, jornadas exaustivas, condições degradantes ou restrição de locomoção, adicionou 248 empregadores em 2024, totalizando 654 e representando o maior número desde sua criação pelo Ministério do Trabalho e Emprego, em 2003. Esse cenário evidencia uma realidade desafiadora e inaceitável vivenciada no Brasil e, neste sentido, a questão requer uma resposta coordenada e vigorosa da sociedade civil, do governo e do setor privado.

No entanto, a escassez de auditores fiscais é um desafio adicional que precisa ser superado, além dos cortes orçamentários **dos últimos anos que têm** agravado ainda mais a situação, tornando mais difícil a realização de inspeções e a aplicação eficaz das leis trabalhistas. Por isso, a criação de concursos públicos e o investimento na estrutura de fiscalização são essenciais para garantir inspeções regulares e uma resposta eficaz às violações

trabalhistas.” O apagamento do termo “anos” compromete a coerência textual, inviabilizando o entendimento da mensagem conforme o texto original.

Fontes:

- BECHARA, E. Moderna gramática portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- CUNHA, C.; CINTRA, L. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Lúxikon, 2013.
- LUFT, Celso Pedro. Dicionário Prático de Regência Verbal. Ática, 2008.
- ROCHA LIMA, Gramática normativa da língua portuguesa. 31ª ed. (retocada e enriquecida). Rio de Janeiro, José Olympio Editora, 1992.

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
<b>8</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

De acordo com o enunciado da questão “Dentre os trechos destacados a seguir, NÃO é possível identificar a expressão explícita de perspectiva particular do enunciador em:”, a alternativa “ **D** ) “[...] que divulga pessoas físicas e empresas que submetem trabalhadores a mão de obra forçada, jornadas exaustivas, condições degradantes ou restrição de locomoção, adicionou 248 empregadores em 2024, [...]” (2º§)” foi adequadamente indicada como correta. Em “A publicação mais recente da Lista Suja, documento que divulga pessoas físicas e empresas que submetem trabalhadores a mão de obra forçada, jornadas exaustivas, condições degradantes ou restrição de locomoção, adicionou 248 empregadores em 2024, totalizando 654 e representando o maior número desde sua criação pelo Ministério do Trabalho e Emprego, em 2003.” pode-se constatar que as informações apresentadas são de acordo com publicação denominada “Lista Suja”, documento que as divulgou. A alternativa “ **C** ) “O ano de 2023 foi marcado por um número **alarmante** de denúncias de trabalho análogo à escravidão no Brasil, com um total de 3.422 registros em apenas 12 meses, [...]” (1º§)” não pode ser indicada como correta. O termo destacado “alarmante” indica uma perspectiva particular do enunciador em relação ao número de denúncias de trabalho análogo à escravidão no Brasil.

Fontes:

- ANTUNES, I. Lutar com palavras: coesão e coerência. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.
- AQUINO, Renato. Interpretação de Textos. Ed. Impetus.
- EMEDIATO, W. A fórmula do texto: redação, argumentação e leitura. São Paulo: Geração Editoria, 2004.
- FIORIN, J. L.; SAVIOLI, F. P. Lições de texto: leitura e redação. São Paulo: Ática, 2006. GARCIA, O. M. Comunicação em prosa moderna. 27. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010.

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
<b>18</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A questão é clara ao solicitar “De acordo com esse Decreto, a pactuação das diretrizes gerais para a composição da **Relação Nacional de Ações e Serviços de Saúde** é de competência exclusiva do”.

E, segundo tal Decreto, constata-se, em seu artigo 32, parágrafo único, *ipsis litteris*:

■ Parágrafo único. Serão de competência exclusiva da **CIT** a pactuação:

I - das diretrizes gerais para a composição da **RENASES**;

II - dos critérios para o planejamento integrado das ações e serviços de saúde da Região de Saúde, em razão do compartilhamento da gestão; e

III - das diretrizes nacionais, do financiamento e das questões operacionais das Regiões de Saúde situadas em fronteiras com outros países, respeitadas, em todos os casos, as normas que regem as relações internacionais.”

Além disso, o recurso cita o RENAME, na seção II, artigo 26. No entanto, a questão trata do RENASES - Relação Nacional de Ações e Serviços de Saúde.

Portanto, o recurso é improcedente.

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
------------------------

<b>23</b>
-----------

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A questão é clara ao solicitar “De acordo com a Portaria de Consolidação nº 1/2017, sobre a Vigilância do Óbito Infantil e Fetal”. Em tal Portaria, consta-se no artigo 399, parágrafo único, *ipsis litteris*: “Considerando-se o menor potencial de prevenção dos óbitos com malformação congênita grave ou letal, sua **INVESTIGAÇÃO** é facultativa.”

Tal afirmativa diz que a **INVESTIGAÇÃO** é facultativa, e não que a **NOTIFICAÇÃO** é facultativa. Desta forma, apresentam significados diferentes. (Notificar: comunicar oficialmente um fato ou evento a uma autoridade competente / Investigar: realizar uma análise detalhada ou um estudo aprofundado sobre um evento, fato ou situação.).

Portanto, o recurso é improcedente.

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
------------------------

<b>27</b>
-----------

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

De acordo com o art. 7º da Lei Complementar 9/1992, são requisitos básicos para ingresso no serviço público, dentre outros, a idade mínima de 18 (dezoito) anos (inc. IV) e a escolaridade exigida para o cargo que se pretende ocupar (inc. V). Assim, Manoel só terá de comprovar os requisitos de idade e escolaridade na data da posse no cargo público e não no ato da inscrição. Importante destacar que o disposto no art. 7º, inc. 4º, que previa a idade mínima de 16 (dezesesseis) anos para a inscrição em concurso público teve nova redação dada pela Lei Complementar nº 171/2014.

Fonte:

- Lei Complementar nº 9/1992. Disponível em: [https://sapl.divinopolis.mg.leg.br/media/sapl/public/normajuridica/1992/1739/lc009\\_-\\_estatuto\\_-atualizado.pdf](https://sapl.divinopolis.mg.leg.br/media/sapl/public/normajuridica/1992/1739/lc009_-_estatuto_-atualizado.pdf)

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
------------------------

<b>33</b>
-----------

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

No enunciado da questão informa que foi realizado pela vigilância sanitária uma fiscalização na Farmácia Beta Ltda, sendo autuada por irregularidades e devido a reincidência foi aplicado uma infração sanitária de natureza gravíssima.

Para responder à questão, seria necessário conhecimento sobre a Lei Federal nº 6.437/1977, bem como sua aplicação a uma situação hipotética, apresentada pela banca examinadora.

Inicialmente seria necessário o conhecimento do artigo 4º, da referida lei, que dispõe sobre a classificação das infrações sanitárias, da seguinte forma: As infrações sanitárias classificam-se em: leves, aquelas em que o infrator seja beneficiado por circunstância atenuante; graves, aquelas em que for verificada uma circunstância agravante; gravíssimas, aquelas em que seja verificada a existência de duas ou mais circunstâncias agravantes.

Após, o conhecimento do artigo 8º, que dispõe sobre as circunstâncias agravantes, mais precisamente em seu inciso I, que aduz ser o infrator reincidente.

Dessa forma, ao realizar uma análise do enunciado pode-se constatar que, o fato do infrator ser reincidente, é a única circunstância agravante apresentada, devendo ser aplicada uma infração sanitária de natureza grave, conforme dispõe o artigo 4º, inciso II, da referida lei, mantendo como a única alternativa correta da questão.

Ainda, no caso em tela, não poderia ser aplicado o disposto no parágrafo único, do artigo 8º, que trata da reincidência específica, ou seja, quando o infrator pratica a mesma infração que já havia cometido anteriormente, pois no enunciado deixa claro que as infrações cometidas foram diferentes nas fiscalizações realizadas.

Mantendo como única alternativa correta o gabarito apresentado pela banca examinadora.

Fonte:

- BRASIL. Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977. Configura infrações à legislação sanitária federal, estabelece as sanções respectivas, e dá outras providências. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L6437.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6437.htm)

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
<b>39</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

De acordo com a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC N° 207, DE 3 DE JANEIRO DE 2018, que dispõe sobre a organização das ações de vigilância sanitária, exercidas pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, relativas à Autorização de Funcionamento, Licenciamento, Registro, Certificação de Boas Práticas, Fiscalização, Inspeção e Normatização, no âmbito do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária – SNVS, dentre as premissas para a organização das ações de vigilância sanitária está o monitoramento das condições sanitárias de produtos e serviços sujeitos à vigilância sanitária constitui ação estratégica para o controle sanitário e gerenciamento do risco e deve ser desenvolvida de forma sistemática pelos entes federados. Além disso, prevê que a inspeção sanitária é tida como o conjunto de procedimentos técnicos e administrativos que visa a proteção da saúde individual e coletiva, por meio da verificação in loco do cumprimento dos marcos legal e regulatório sanitários relacionados às atividades desenvolvidas e às condições sanitárias de estabelecimentos, processos e produtos. A inspeção permite a adoção de medidas de orientação e correção de situações que possam causar danos à saúde da população.

Portanto, cabe à vigilância sanitária a realização dos testes laboratoriais na água para consumo humano, afim de excluir (ou não) a presença de qualquer agente causador de doença.

Concluo, então, reafirmando que a alternativa D está incorreta e a resposta com a ação mais urgente é a alternativa “Notificar as autoridades de saúde para que tomem medidas imediatas de controle da doença.”

Fonte:

- BRASIL. **Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA)**. Resolução RDC nº 207, de 3 de janeiro de 2018. Dispõe sobre o processo de incorporação de tecnologias no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). *Diário Oficial da União: Brasília*, DF, 4 jan. 2018. Disponível em: <https://www.in.gov.br>. Acesso em: 25 out. 2024.

**Cargo: Fiscal de Saúde Farmacêutico**

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
<b>2</b>

**Recurso Procedente. Questão Anulada.**

De acordo com o enunciado da questão “Considerando o primeiro parágrafo do texto, é possível observar o emprego do acento grave indicador de crase. Assinale a afirmativa correta em relação à(s) ocorrência(s) relacionada(s).”, a alternativa “C) A indicação de crase vista em “à escravidão” permite reconhecer uma relação entre termos que se relacionam diretamente na oração.” não pode ser indicada como correta. A crase é o sinal gráfico (´) utilizado para indicar a fusão de duas letras A. Em geral, essa fusão acontece quando, em uma mesma frase, você precisa utilizar a preposição A (pedida depois de alguns verbos transitivos indiretos ou adjetivos) e o artigo A, que precede palavras femininas. Exemplos: Vou à (a preposição + a artigo) academia. Para identificar se a crase é necessária, uma das maneiras possíveis é trocar a palavra que acompanha o A por uma palavra masculina. Se o À se transformar em AO, significa que se trata da fusão entre uma preposição e um artigo. Se o A se mantiver mesmo ao lado de uma palavra masculina, ele não leva crase.

“O ano de 2023 foi marcado por um número alarmante de denúncias de trabalho análogo à escravidão no Brasil, com um total de 3.422 registros em apenas 12 meses, representando um aumento de 61% em relação ao ano

anterior, de acordo com dados do Ministério de Direitos Humanos e Cidadania. Assim como o racismo, o trabalho análogo à escravidão tende a ser visto como uma questão superada – talvez porque ainda haja aqueles que optam pela ignorância ou tragam consigo vieses enraizados de uma sociedade historicamente colocada à margem.” (1º§) Em “à escravidão” os termos não se relacionam de forma direta, a regência entre “análogo” e “escravidão” acontece de forma indireta já que há o emprego da preposição “a” identificada por meio do registro de “à” = a (preposição) mais a (artigo). Ocorre que os termos não estão relacionados diretamente, mas sim indiretamente já que trata-se de transitividade indireta tendo a preposição como termo que liga indiretamente o termo regido ao termo regente. A alternativa “A) A expressão “à margem” recebe acento grave pelo mesmo motivo visto em “à escravidão.” não pode ser indicada como correta. “à margem” •De lado, ao abandono (ex.: A cultura foi deixada à margem). Não se trata de uma exigência de regência, mas sim de uma expressão cristalizada por se tratar de uma locução feminina.

Fontes:

- BECHARA, E. Moderna gramática portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- CUNHA, C.; CINTRA, L. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Léxikon, 2013.
- LUFT, Celso Pedro. Dicionário Prático de Regência Verbal. Ática, 2008.

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
------------------------

<b>3</b>
----------

### **Recurso Procedente. Questão Anulada.**

De acordo com o enunciado da questão “Assinale, a seguir, a alternativa que apresenta a reescrita que se mostra INCOERENTE, considerando o contexto em que o trecho destacado está inserido.”, a alternativa “C) “Esse cenário evidencia uma realidade desafiadora e inaceitável vivenciada no Brasil e, neste sentido, a questão requer uma resposta coordenada e vigorosa da sociedade civil, do governo e do setor privado.” (2º§) / Assim, esse cenário evidencia uma realidade desafiadora e inaceitável vivenciada no Brasil e, todavia, a questão requer uma resposta coordenada e vigorosa da sociedade civil, do governo e do setor privado.” atende adequadamente ao enunciado proposto. Na construção de um texto, assim como na fala, usamos mecanismos para garantir ao interlocutor a compreensão do que se lê / diz. Esses mecanismos linguísticos que estabelecem a conectividade e a retomada do que foi escrito / dito são os referentes textuais e buscam garantir a coesão textual para que haja coerência, não só entre os elementos que compõem a oração, como também entre a sequência de orações dentro do texto. Essa coesão também pode muitas vezes se dar de modo implícito, baseado em conhecimentos anteriores que os participantes do processo têm sobre o tema. Dessa forma, com o emprego de diferentes procedimentos, sejam lexicais (repetição, substituição, associação), sejam gramaticais (emprego de pronomes, conjunções, numerais, elipses), constroem-se frases, orações, períodos, que irão apresentar o contexto – decorre daí a coerência textual. Um texto incoerente é o que carece de sentido ou o apresenta de forma contraditória. Muitas vezes, essa incoerência é resultado do mau uso daqueles elementos de coesão textual. Na organização de períodos e de parágrafos, um erro no emprego dos mecanismos gramaticais e lexicais prejudica o entendimento do texto. Construído com os elementos corretos, confere-se a ele uma unidade formal. Nas palavras de Evanildo Bechara, “o enunciado não se constrói com um amontoado de palavras e orações. Elas se organizam segundo princípios gerais de dependência e independência sintática e semântica, recobertos por unidades melódicas e rítmicas que sedimentam estes princípios”. Por coesão, entende-se ligação, relação, nexos entre os elementos que compõem a estrutura textual. Há diversas formas de se garantir a coesão entre os elementos de uma frase ou de um texto: 1. Substituição de palavras com o emprego de sinônimos ou de palavras ou expressões de mesmo campo associativo. 2. Nominalização – emprego alternativo entre um verbo, o substantivo ou o adjetivo correspondente (desgastar / desgaste / desgastante). 3. Repetição na ligação semântica dos termos, empregada como recurso estilístico de intenção articulatória, e não uma redundância - resultado da pobreza de vocabulário. Por exemplo, “Grande no pensamento, grande na ação, grande na glória, grande no infortúnio, ele morreu desconhecido e só.” (Rocha Lima) 4. Uso de hipônimos – relação que se estabelece com base na maior especificidade do significado de um deles. Por exemplo, mesa (mais específico) e móvel (mais genérico). 5. Emprego de hiperônimos - relações de um termo de sentido mais amplo com outros de sentido mais específico. Por exemplo, felino está numa relação de hiperonímia com gato. 6. Substitutos universais, como os verbos vicários (ex.: Necessito viajar, porém só o farei no ano vindouro.) A coesão apoiada na gramática dá-se no uso de conectivos, como certos pronomes, certos advérbios e



expressões adverbiais, conjunções, elipses, entre outros. A elipse se justifica quando, ao remeter a um enunciado anterior, a palavra elidida é facilmente identificável (Ex.: “O jovem recolheu-se cedo. ... Sabia que ia necessitar de todas as suas forças.” O termo “o jovem” deixa de ser repetido e, assim, estabelece a relação entre as duas orações.). Dêiticos são elementos linguísticos que têm a propriedade de fazer referência ao contexto situacional ou ao próprio discurso. Exercem, por excelência, essa função de progressão textual, dada sua característica: são elementos que não significam, apenas indicam, remetem aos componentes da situação comunicativa. Já os componentes concentram em si a significação. Somente a coesão, contudo, não é suficiente para que haja sentido no texto, esse é o papel da coerência, e coerência se relaciona intimamente a contexto. Quanto à conjunção utilizada na reescrita proposta e identificada como incoerente, de acordo com o expresso anteriormente, “todavia” trata-se de uma conjunção coordenativa com o mesmo sentido de: mas, contudo, porém, no entanto, entretanto. O que causa a incoerência destacada em relação ao fragmento original correspondente. A alternativa “D) “No entanto, a escassez de auditores fiscais é um desafio adicional que precisa ser superado, além dos cortes orçamentários dos últimos anos que têm agravado ainda mais a situação, tornando mais difícil a realização de inspeções e a aplicação eficaz das leis trabalhistas.” (3º§) / A escassez de auditores fiscais, no entanto, é um desafio adicional a ser superado, além dos cortes orçamentários dos últimos que têm agravado ainda mais tal situação, tornando mais difícil a realização de inspeções e a aplicação eficaz das leis trabalhistas.” atende ao enunciado proposto.

“A publicação mais recente da Lista Suja, documento que divulga pessoas físicas e empresas que submetem trabalhadores a mão de obra forçada, jornadas exaustivas, condições degradantes ou restrição de locomoção, adicionou 248 empregadores em 2024, totalizando 654 e representando o maior número desde sua criação pelo Ministério do Trabalho e Emprego, em 2003. Esse cenário evidencia uma realidade desafiadora e inaceitável vivenciada no Brasil e, neste sentido, a questão requer uma resposta coordenada e vigorosa da sociedade civil, do governo e do setor privado.

No entanto, a escassez de auditores fiscais é um desafio adicional que precisa ser superado, além dos cortes orçamentários **dos últimos anos que têm** agravado ainda mais a situação, tornando mais difícil a realização de inspeções e a aplicação eficaz das leis trabalhistas. Por isso, a criação de concursos públicos e o investimento na estrutura de fiscalização são essenciais para garantir inspeções regulares e uma resposta eficaz às violações trabalhistas.” O apagamento do termo “anos” compromete a coerência textual, inviabilizando o entendimento da mensagem conforme o texto original.

Fontes:

- BECHARA, E. Moderna gramática portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- CUNHA, C.; CINTRA, L. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: L&L, 2013.
- LUFT, Celso Pedro. Dicionário Prático de Regência Verbal. Ática, 2008.
- ROCHA LIMA, Gramática normativa da língua portuguesa. 31ª ed. (retocada e enriquecida). Rio de Janeiro, José Olympio Editora, 1992.

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
------------------------

<b>4</b>
----------

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

De acordo com o enunciado da questão “ Em, “No entanto, a escassez de auditores fiscais é um desafio adicional que precisa ser superado, além dos cortes orçamentários dos últimos anos que têm agravado ainda mais a situação, tornando mais difícil a realização de inspeções e a aplicação eficaz das leis trabalhistas.” (3º§):”, a alternativa “ B) A expressão “a escassez de auditores fiscais” permite a identificação da correção do emprego do verbo “ser” na forma apresentada.” foi adequadamente indicada como correta. Em “a escassez de auditores fiscais é”, o núcleo do sujeito - escassez – tem a concordância corretamente estabelecida com a forma verbal “é”, terceira pessoa do singular do verbo “ser” no infinitivo. A alternativa “ C) A expressão “dos últimos anos” atua como determinante de “cortes orçamentários” e, por isso, obrigatoriamente, apresenta a forma dos vocábulos no plural.” não pode ser indicada como correta. Retomando o trecho em análise: “No entanto, a escassez de auditores fiscais é um desafio adicional que precisa ser superado, além dos cortes orçamentários **dos últimos anos** que têm agravado ainda mais a situação, tornando mais difícil a realização de inspeções e a aplicação eficaz das leis trabalhistas.” (3º§) Apesar de haver a indicação da atuação da expressão “dos últimos anos” como determinante de “cortes orçamentários”, não

há obrigatoriedade do emprego do plural por tal motivo. Não há relação de concordância entre as duas expressões, tanto que se os cortes orçamentários poderiam ter ocorrido apenas no último ano, e assim, teríamos: “cortes orçamentários do último ano”.

Fontes:

- BECHARA, E. Moderna gramática portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009. CUNHA, C.; CINTRA, L. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Lúxikon, 2013.
- ROCHA LIMA, Gramática normativa da língua portuguesa. 31ª ed. (retocada e enriquecida). Rio de Janeiro, José Olympio Editora, 1992.

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
<b>33</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

No enunciado da questão informa que foi realizado pela vigilância sanitária uma fiscalização na Farmácia Beta Ltda, sendo autuada por irregularidades e devido a reincidência foi aplicado uma infração sanitária de natureza gravíssima.

Para responder à questão, seria necessário conhecimento sobre a Lei Federal nº 6.437/1977, bem como sua aplicação a uma situação hipotética, apresentada pela banca examinadora.

Inicialmente seria necessário o conhecimento do artigo 4º, da referida lei, que dispõe sobre a classificação das infrações sanitárias, da seguinte forma: As infrações sanitárias classificam-se em: leves, aquelas em que o infrator seja beneficiado por circunstância atenuante; graves, aquelas em que for verificada uma circunstância agravante; gravíssimas, aquelas em que seja verificada a existência de duas ou mais circunstâncias agravantes.

Após, o conhecimento do artigo 8º, que dispõe sobre as circunstâncias agravantes, mais precisamente em seu inciso I, que aduz ser o infrator reincidente.

Dessa forma, ao realizar uma análise do enunciado pode-se constatar que, o fato do infrator ser reincidente, é a única circunstância agravante apresentada, devendo ser aplicada uma infração sanitária de natureza grave, conforme dispõe o artigo 4º, inciso II, da referida lei, mantendo como a única alternativa correta da questão.

Ainda, no caso em tela, não poderia ser aplicado o disposto no parágrafo único, do artigo 8º, que trata da reincidência específica, ou seja, quando o infrator pratica a mesma infração que já havia cometido anteriormente, pois no enunciado deixa claro que as infrações cometidas foram diferentes nas fiscalizações realizadas.

Mantendo como única alternativa correta o gabarito apresentado pela banca examinadora.

Fonte:

- BRASIL. Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977. Configura infrações à legislação sanitária federal, estabelece as sanções respectivas, e dá outras providências. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L6437.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6437.htm)

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
<b>34</b>

**Recurso Prejudicado. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Recurso prejudicado pois solicita alteração de gabarito para a alternativa já indicada no gabarito preliminar.

**Recurso Procedente. Questão Anulada.**

De acordo com o Art. 111 da RDC nº 15/2012, todos os resíduos de indicadores biológicos utilizados como controle, devem ser submetidos a tratamento prévio antes do descarte. Além disso, todos os indicadores biológicos com resultados positivos, independentemente de serem utilizados como controle ou não, também precisam de tratamento prévio.

A alternativa A apresentada na questão restringe o tratamento apenas aos indicadores biológicos utilizados como controle que apresentem resultados positivos e ignora a necessidade de tratamento para todos os controles, bem como para quaisquer indicadores positivos.

Por conseguinte, o recurso é procedente e recomenda-se a anulação da questão, uma vez que suscita possíveis equívocos por parte dos examinandos.

Fonte:

- BRASIL. RDC Nº 15, DE 15 DE MARÇO DE 2012. Dispõe sobre requisitos de boas práticas para o processamento de produtos para saúde e dá outras providências.

**Cargo: Fisioterapeuta****Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

“Pode-se concluir a partir das ideias e informações apresentadas que:

I. Um maior investimento em educação midiática é fator a ser mantido de acordo com as pesquisas apresentadas.

II. A urgência de uma melhor educação midiática justifica-se a partir dos resultados de pesquisa constatados de forma objetiva.

III. Desigualdades sociais são, muitas vezes, a causa de consequências prejudiciais mediante o acesso às informações na internet.”

De acordo com o enunciado da questão a alternativa “ **D**) II e III, apenas.” foi adequadamente indicada como correta de acordo com os destaques a seguir:

Vamos começar do começo, o que é educação midiática, afinal? É o "conjunto de habilidades para acessar, analisar, criar e participar de maneira crítica do ambiente informacional e midiático em todos os seus formatos — dos impressos aos digitais" (referência). Em um contexto onde as redes sociais, como o TikTok, têm sido cada vez mais utilizadas por crianças e adolescentes e os perfis em aplicativos de mensagens instantâneas, como o WhatsApp, também têm aumentado nos últimos anos, a educação midiática se mostra essencial. E não é apenas a ampliação do acesso a estas redes e plataformas que aponta a urgência de uma melhor educação midiática, mas a forma como a população interage com os conteúdos delas também.

O relatório "Leitores do século 21: Desenvolvendo habilidades de alfabetização em um mundo digital", da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), realizado entre estudantes brasileiros de 15 anos, constatou que 67,3% deles têm dificuldade em diferenciar fatos de opiniões ao lerem textos. **III - Em outro estudo, somente 27% dos estudantes de escolas públicas e 18% de escolas privadas receberam orientações sobre como avaliar a qualidade das informações online**, mas metade dos professores afirmou ter apoiado os alunos em situações sensíveis na internet, incluindo o uso excessivo de jogos digitais e experiências de discriminação e cyberbullying. 56% das(os) professoras(es) relatam já terem trabalhado com educação para a mídia, mas apenas 20% se sentem bem preparados para ensinar sobre o tema e somente 37% de fato participaram de iniciativas de formação sobre o assunto.

II - Mais alguns números que permitem entender a crescente necessidade de **maior investimento ( I - e não fator a ser mantido) em educação midiática** são os resultantes de pesquisa realizada pela OCDE: aproximadamente 41,9% das(os) estudantes foram ensinadas(os) a usar palavras-chave em mecanismos de busca; 52% aprenderam a avaliar

a confiabilidade das informações online; 48,9% discutiram as consequências de compartilhar informações em redes sociais; e 45,7% foram orientadas(os) a identificar informações subjetivas ou tendenciosas.

É preciso manter em mente, também, as desigualdades socioeconômicas, digitais e educacionais, pois um menor acesso a dispositivos digitais e ao direito à educação, por exemplo, pode resultar em uma maior dificuldade na detecção de informações tendenciosas ou falsas. É o que mostra o estudo "Políticas de Educação Midiática", publicado pelo Instituto Veredas sob encomenda da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (Secom)."

Fontes:

- AQUINO, Renato. Interpretação de Textos. Ed. Impetus.
- COSTA, S. R. Dicionário de gêneros textuais. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.
- EMEDIATO, W. A fórmula do texto: redação, argumentação e leitura. São Paulo: Geração Editoria, 2004.
- FIORIN, J. L.; SAVIOLI, F. P. Lições de texto: leitura e redação. São Paulo: Ática, 2006. GARCIA, O. M. Comunicação em prosa moderna. 27. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010.

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
<b>12</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A questão possui o conteúdo de razões especiais, presente no edital. Existem algumas razões especiais muito utilizadas em nosso cotidiano, entre as quais se destaca a velocidade média.

Considere que cada volta na lagoa possua x km. Assim, na ida, foram gastos x/22.5 horas. Na volta, foram gastos x/15 horas. Assim, no trajeto total de x+x = 2x km, a velocidade média é

$$\frac{2x}{\frac{x}{22.5} + \frac{x}{15}} = 18$$

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
<b>18</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O princípio da descentralização diz respeito à distribuição de responsabilidades, poderes e recursos entre os três níveis de governo: federal, estadual e municipal.

A questão solicita claramente "qual o princípio do Sistema Único de Saúde foi **diretamente** violado". Neste caso, a **integralidade** não foi respeitada, já que o problema do paciente não pôde ser resolvido, a despeito de ter conseguido ser atendido e seguido o fluxo adequado do SUS. A integralidade considera o indivíduo como um todo, atendendo a **todas as suas necessidades de saúde**.

Portanto, o recurso é improcedente.

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
<b>21</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A questão é clara ao solicitar que seja levada em conta "as Diretrizes para o planejamento em saúde, do Ministério da Saúde".

Segundo consta em tais Diretrizes, *ipsis litteris*: "a s deliberações das Comissões Intergestores Bipartite e Tripartite devem ser por consenso."

Além disso, contata-se no Manual de planejamento no SUS / Ministério da Saúde, Fundação Oswaldo Cruz. – 1. ed., rev. – Brasília : Ministério da Saúde, 2016.: "Todo o processo de planejamento integrado segue a lógica federativa

clássica em que, apesar de cada uma das esferas ter suas responsabilidades específicas, as principais decisões sobre o ciclo de planejamento são tomadas a partir de consensos.”

É válido também reforçar que:

- **Consenso:** busca-se uma solução aceitável para todos, de forma que nenhuma objeção fundamental impeça a decisão. O objetivo é alcançar um entendimento comum e uma aceitação geral do grupo.
- **Votação:** Consiste em tomar uma decisão com base na escolha da maioria, normalmente usando um processo formal em que cada membro do grupo tem direito a um voto. A decisão é determinada pelo maior número de votos favoráveis a uma opção, sem necessariamente buscar o acordo de todos os participantes.

Desta forma, o recurso é improcedente.

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
------------------------

<b>23</b>
-----------

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Consta no edital como conteúdo programático a respeito de SUS E SAÚDE PÚBLICA: “Portarias do SUS”.

A questão aborda um conceito contido na Portaria nº 2.436/2017.

Desta forma, o recurso é improcedente.

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
------------------------

<b>25</b>
-----------

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Consta no edital como conteúdo programático a respeito de SUS E SAÚDE PÚBLICA: “Portarias do SUS”. A questão aborda um conceito contido na Portaria nº 2.436/2017.

Sustenta um dos recursos que “ o registro formal e detalhado de dados de nascimentos e óbitos é uma atividade que, em geral, compete a profissionais de saúde e gestores, e não é uma atribuição específica dos ACS”

No entanto a questão é clara ao solicitar que seja levada em conta a Portaria nº 2.436, de 21 de setembro de 2017.

Nesta Portaria constata-se, em “ ATRIBUIÇÕES DOS PROFISSIONAIS DA ATENÇÃO BÁSICA”:

"São atribuições dos Agentes de Combate a **ENDEMIAS (ACE)**:

- Executar ações de campo para pesquisa entomológica, malacológica ou coleta de reservatórios de doenças
- Executar ações de controle de doenças utilizando as medidas de controle químico, biológico, manejo ambiental e outras ações de manejo integrado de vetores.
- Realizar cadastramento e atualização da base de imóveis para planejamento e definição de estratégias de prevenção, intervenção e controle de doenças."

Além disso, constata-se: “São atribuições dos **Agentes Comunitário de Saúde (ACS)**: Registrar, para fins de planejamento e acompanhamento das ações de saúde, os dados de nascimentos, óbitos, doenças e outros agravos à saúde, garantido o sigilo ético.”

Portanto, os recursos são improcedentes.

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
------------------------

<b>29</b>
-----------

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Compulsando com denodo a questão de prova, formal e materialmente, conclui-se que a mesma **não apresenta vícios ou erros** que sugiram a sua anulação ou alteração de gabarito.

O **gabarito provisório** da questão, que indica a **alternativa “B”, está correto**. Logo, reitere-se que a questão não apresenta qualquer imprecisão, em especial:

i) não havendo erros ou imprecisões no enunciado ou nas alternativas da questão;

ii) não havendo ausência de resposta entre as alternativas;

iii) não havendo mais de uma alternativa em conformidade com o enunciado e comando da questão;

iv) não havendo quaisquer discrepâncias com o conteúdo programático editalício.

Deste modo e antecipadamente, conclui-se que não deverão prosperar as razões de recurso relativas à questão em análise, especialmente pelos **argumentos de Contrarrazões em Recurso** a seguir:

**I** - A questão possui clareza, coerência e coesão de linguagem no seu enunciado, comando e alternativas.

**II** - A questão aborda o assunto “ Provimento em cargo público ”, temática constante do conteúdo programático do edital: Lei Complementar nº 9/1992 do município de Divinópolis (Estatuto dos Servidores Públicos).

**III** - **A alternativa correta é a “B”**, pois diverge do mandamento do artigo 9º da Lei Complementar nº 9/1992 do município de Divinópolis (Estatuto dos Servidores Públicos). Este dispositivo legal preconiza que “a investidura em cargo público ocorrerá **com a posse**” e não com o exercício em cargo público como assevera a alternativa. Logo, a alternativa “B” se adequa perfeitamente ao comando da questão, que usa o comando “exceto”.

Insta salientar que posse e exercício são etapas diversas para o ingresso do servidor em cargo público. A investidura no cargo se dá pela posse. Já o exercício no cargo é a etapa final, momento em que a investidura já ocorreu, traduzindo-se no efetivo início da prestação do serviço público pelo servidor.

**IV** - Enquanto isto as alternativas “A”, “C” e “D” não atendem ao enunciado e comando da questão, pois afirmam a verdade de acordo com a mesma Lei (o Estatuto dos Servidores Públicos). As afirmações nesta alternativas se adequam precisamente à dicção e compreensão dos seguintes dispositivos legais desta LC nº 9/1992, respectivamente:

Alternativa A: artigo 10, I e IV;

Alternativa C: artigo 28, primeira parte, c/c artigo 29, caput; e

Alternativa D: artigo 27.

Especialmente com relação à alternativa C, analisemos a assertiva e os dispositivos legais inerentes:

“C) A reversão, pela qual é possível o retorno do servidor aposentado por invalidez, far-se-á no mesmo cargo ou no cargo resultante de sua transformação a pedido ou de ofício.”

“ **Art. 28.** Reversão é o retorno à atividade de servidor aposentado por invalidez (...)”

**Art. 29.** A reversão far-se-á no mesmo cargo ou no cargo resultante de sua transformação a pedido ou de ofício.”

É importante esclarecer que, quando a alternativa não assevera sobre os procedimentos e ações legais que a junta médica deve realizar para declarar a insubsistência dos motivos determinantes da aposentadoria por invalidez, isto, em nenhuma hipótese, elide a verdade que a alternativa afirma ao expor a correta definição dessa espécie de provimento em cargo público: “ reversão é o retorno à atividade de servidor aposentado por invalidez ”.

Enfim, não usar o texto completo do dispositivo legal na assertiva, não invalida, necessariamente, a parte textual precisamente correta que foi afirmada. E evidentemente, considere-se também que restam mantidos o sentido e o rigor conceitual do que foi afirmado, pois, afinal, realmente a “reversão é o retorno à atividade de servidor aposentado por invalidez”.

Assim, é incontroverso que apenas a **alternativa B** atende ao enunciado e comando da questão, logo, estando preciso o gabarito que indica esta alternativa como correta.

**Delibera-se nestas Contrarrazões pela improcedência dos recursos .**

No que tange, (i) recurso desprovido de pedido e/ou fundamentação; (ii) ou quando elaborado de forma genérica, sem o desenvolvimento de argumentos que se atenham especificamente à temática da questão; (iii) ou, por fim, quando seu conteúdo apresenta total disparidade com o assunto da questão: **delibera-se nestas Contrarrazões pela condição de “recurso prejudicado”**.

Fonte:

- Lei Complementar nº 9/1992 do município de Divinópolis (Estatuto dos Servidores Públicos); Constituição da República Federativa do Brasil (1988); MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo. 36ª ed. Ed. Malheiros. São Paulo, 2023; PIETRO, Maria Sylvia Zanella Di. Direito Administrativo. 25ª ed. Ed. Atlas. São Paulo, 2022.

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Compulsando com denodo a questão de prova, formal e materialmente, conclui-se que a mesma **não apresenta vícios ou erros** que sugeriram a sua anulação ou alteração de gabarito.

O **gabarito provisório** da questão, que indica a **alternativa “D”, está correto**. Logo, reitere-se que a questão não apresenta qualquer imprecisão, em especial:

- i) não havendo erros ou imprecisões no enunciado ou nas alternativas da questão;
- ii) não havendo ausência de resposta entre as alternativas;
- iii) não havendo mais de uma alternativa em conformidade com o enunciado e comando da questão;
- iv) não havendo quaisquer discrepâncias com o conteúdo programático editalício.

Deste modo e antecipadamente, conclui-se que não deverão prosperar as razões de recurso relativas à questão em análise, especialmente pelos **argumentos de Contrarrazões em Recurso** a seguir:

**I** - A questão possui clareza, coerência e coesão de linguagem no seu enunciado, comando e alternativas.

**II** - A questão aborda o assunto “ Organização dos Poderes ”, temática constante do conteúdo programático do edital: Lei Orgânica do município de Divinópolis (LOM).

**III** - **A alternativa “D” é a única correta** e se amolda com perfeição ao artigo 73, caput e inciso I da Lei Orgânica do Município de Divinópolis-MG.

Note-se que esta alternativa se debruça sobre o exercício do **controle interno** pelo Poder Executivo, em nenhum momento se referindo ao Poder Legislativo ou ao Tribunal de Contas do Estado, ambos com a competência de controle externo (artigo 71, §2º da LOM).

**IV** - A alternativa “A” diverge da inteligência do artigo 48, caput c/c 62, inciso I, ambos da LOM. Contrariando a assertiva, a Lei Orgânica dá permissão ao prefeito e cidadãos para a iniciativa das leis complementares.

**V** - Sobre a alternativa “B”, a mesma também apresenta inconsistência, por isto não é o gabarito.

e. A Câmara municipal realmente possui função legislativa como menciona a assertiva. Mas, com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado (TCE), a Câmara municipal exerce controle externo do município **e não o controle interno** como afirma a o texto da alternativa, em desacordo com a Lei Orgânica municipal em seu artigo 71, caput, primeira parte; e especialmente no seu §2º.

f. Importante ressaltar que a alternativa não menciona sobre o Poder Executivo municipal e sua correta atribuição de exercer o controle interno. Afirma-se sobre o Poder Legislativo e o TCE como já explicitado, ambos com competência para o exercício do controle externo, “saltando aos olhos” a incorreção da questão ao asseverar que a Câmara municipal possui função de controle interno do município.

**VI** - A alternativa “C” diverge frontalmente da literalidade do artigo 48, §3º, II da LOM que define que leis de criação de cargos públicos na administração pública direta ou indireta são de iniciativa privativa do prefeito, e não da Câmara de Vereadores como afirma a alternativa.

Assim, é incontroverso que apenas a **alternativa D** atende ao enunciado e comando da questão, logo, estando preciso o gabarito que indica esta alternativa como correta.

**Delibera-se nestas Contrarrazões pela improcedência dos recursos .**

No que tange, (i) recurso desprovido de pedido e/ou fundamentação; (ii) ou quando elaborado de forma genérica, sem o desenvolvimento de argumentos que se atenham especificamente à temática da questão; (iii) ou, por fim, quando seu conteúdo apresenta total disparidade com o assunto da questão: **delibera-se nestas Contrarrazões pela condição de “recurso prejudicado”**.

Fonte:

- Lei Orgânica do município de Divinópolis (LOM); e Constituição da República Federativa do Brasil (1988).

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O erro de digitação disposto na alternativa A não inviabilizou aos candidatos indicarem a única alternativa correta, conforme solicitado pelo comando da questão. Dessa forma, para avaliação do equilíbrio, ao encontro do enunciado, são o Teste de Romberg e a Escala de Berg. Assim, o Teste de Romberg avalia o equilíbrio estático do paciente, que deve permanecer em pé, braços ao longo do corpo e se manter na posição por 30 segundos; a seguir, manter-se na posição com os olhos fechados por mais 30 segundos. As oscilações ocorridas com os olhos fechados indicam a positividade do teste, que pode ser indicativo de ataxia sensorial. Já a Escala de Berg possui algumas ações que devem ser realizadas pelo paciente a partir de orientação do fisioterapeuta. Há uma classificação para o desempenho do paciente em cada ação e, ao final, é gerado um escore total. Essa escala une atividades que necessitam equilíbrio e que são necessárias para a funcionalidade da pessoa. Portanto, mantém-se o gabarito preliminarmente divulgado.

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Para o caso clínico citado, o paciente refere dor iniciada há 3 dias, há relato de muita dor, inclusive, à palpação. Portanto, recursos crioterápicos, ultrassom pulsátil e terapia de liberação miofascial são alternativas para a situação, uma vez que os exercícios com alguma resistência trariam alívio não imediato de dor e, devido ao estímulo a mais unidades motoras, pode exacerbar a dor. O fato do paciente apresentar limitação de movimentos também não seria contributivo para eficácia de exercícios resistidos, uma vez que também não foi indicado realização de teste de força/função muscular.

Fontes:

- DUTTON, Mark. *Fisioterapia Ortopédica*. 2nd ed. Porto Alegre: ArtMed, 2010. *E-book*. p.804. ISBN 9788536323718.
- FILHO, Tarcisio E. P. B.; KOJIMA, Koji E.; FERNANDES, Túlio D. *Casos clínicos em ortopedia e traumatologia: guia prático para formação e atualização em ortopedia*. Barueri: Manole, 2014. *E-book*. p.423. ISBN 9788520441589.

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O movimento de tríplex flexão é clinicamente conhecido e amplamente realizado para o trabalho passivo ou ativo de músculos que realizam a flexão de quadril, flexão de joelho e flexão (dorsal = dorsiflexão) de tornozelo. Para o quadril é bem estabelecida a atuação do músculo iliopsoas (junção dos músculos psoas maior e ilíaco, ambos iniciando proximal à articulação coxofemoral) e do músculo retofemoral, que é um dos músculos do quadríceps mas que, somente este, tem origem proximal à articulação do quadril. Sua atuação é muito importante para a flexão do quadril especialmente quando o joelho não está em extensão. Para flexão do joelho, são atuantes os músculos que compõem o os conhecidos isquiotibiais (semitendinoso, semimembranoso e bíceps femoral). Para o tornozelo, o tibial anterior é um dos principais para a realização do movimento de flexão dorsal (dorsiflexão) do tornozelo. Portanto, o movimento de tríplex flexão tem essa denominação justamente por realizar o movimento conjunto dessas três regiões corporais em movimentos de suas flexões.

Fontes:

- AL, Lynn S. Lippert, Mary Alice Duesterhaus Minor, Christopher D. Towler, E. **Cinesiologia Clínica e Anatomia**. 7th ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2024.



- GRAAFF, Kent M. Van de. **Anatomia Humana** . 6th ed. Barueri: Manole, 2003. *E-book*. p.A. ISBN 9788520452677.
- HOUGLUM, Peggy A.; BERTOTI, Dolores B. *Cinesiologia Clínica de Brunnstrom*. São Paulo: Editora Manole, 2014.

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
<b>35</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Uma vez que a paciente apresenta grau 3 de função para os músculos do ombro, o que inclui os flexores, e há 5 semanas teve episódio de AVE, é importante a realização de exercícios. De acordo com o quadro clínico geral apresentado e conhecendo os aspectos cinesiológicos a partir dos resultados de testes apresentados, o trabalho deve ser com a paciente em posição que tenha seu membro contra a gravidade em toda amplitude de movimento e, devido ao fato de conseguir realizar os exercícios sem resistência, a recomendação é que se realize de forma ativo livre.

Fonte:

- KISNER, Carolyn; COLBY, Lynn A.; BORSTAD, John. *Exercícios terapêuticos: fundamentos e técnicas*. São Paulo: Editora Manole, 2021.

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
<b>36</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

No enunciado, está claro que a conduta é para diminuir a dor localizada na ATM, e o tratamento deve incluir o que está citado na alternativa correta. Portanto, o realinhamento da ATM é necessário, uma vez que algum fator biomecânico tem contribuído para geração de dor no local. A massagem com vistas ao efeito relaxante aos músculos tensionados no local também deve ser incluída. O ultrassom pulsátil, devido ao efeito antiinflamatório também estará no tratamento. Em se tratando da ação local, são as opções a serem inseridas no tratamento, dentre as alternativas propostas.

Fontes:

- KISNER, Carolyn; COLBY, Lynn A.; BORSTAD, John. *Exercícios terapêuticos: fundamentos e técnicas*. São Paulo: Editora Manole, 2021.
- BARBOSA, Rafael I.; SILVA, Marcelo F. **Fisioterapia traumato-ortopédica** . Porto Alegre: Grupo A, 2021.

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
<b>39</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Uma das funções primárias do músculo piriforme é a realização da rotação lateral do quadril. Portanto, para realização de seu alongamento, é necessário que seja colocado em posição contrária ao movimento realizado.

Fontes:

- JÚNIOR, Abdallah A. **Mobilização e alongamento na função musculartoarticular** . Barueri: Editora Manole, 2017.
- KISNER, Carolyn; COLBY, Lynn A. **Exercícios terapêuticos: consulta rápida 2a ed.** . Barueri: Editora Manole, 2019.

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
------------------------

<b>40</b>
-----------

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Os músculos que iniciam o movimento de abdução de ombro são o supraespinhal e as fibras médias do deltoide. Na posição indicada pelo enunciado, o teste é especificamente para o músculo deltoide, uma vez que, para o músculo supraespinhal, que tem ação importante no início do movimento, o teste seria com resistência ao movimento imediatamente em seu início.

Fontes:

- FLOYD, R T. **Manual de cinesiologia estrutural – 19a ed.** . São Paulo: Editora Manole, 2016.
- HOUGLUM, Peggy A.; BERTOTI, Dolores B. **Cinesiologia Clínica de Brunnstrom.** São Paulo: Editora Manole, 2014.
- KENDALL, Florence P. **Músculos : provas e funções 5a ed.** . Barueri: Editora Manole, 2007.

**Cargo: Fonoaudiólogo**

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
------------------------

<b>32</b>
-----------

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A proposição II afirma que a metodologia da triagem auditiva difere para as crianças com e sem indicadores de risco para a perda auditiva, uma vez que aquelas com indicadores de risco, devido à maior probabilidade de apresentar o espectro da neuropatia auditiva, é utilizado o Potencial Evocado Auditivo de Tronco Encefálico (PEATE). A proposição não exclui ou contraindica a realização das emissões otoacústicas nessa população, assim como é preconizada de forma obrigatória para todas as crianças com ou sem fatores de risco.

Fontes:

- Galvão MB, Fichino SN, Lewis DR. Processo do diagnóstico audiológico de bebês após a falha na triagem auditiva neonatal. *Distúrb Comun, São Paulo*, 33(3): 416-427, setembro, 2021.
- Galvão MB, Lewis DR. Diagnóstico audiológico de lactentes após falha na triagem auditiva neonatal universal. *Audiol Commun Res.* 2023;28:e2657.

**Cargo: Historiador**

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
------------------------

<b>2</b>
----------

**Recurso Procedente. Questão Anulada.**

De acordo com o enunciado da questão “Considerando o primeiro parágrafo do texto, é possível observar o emprego do acento grave indicador de crase. Assinale a afirmativa correta em relação à(s) ocorrência(s) relacionada(s).”, a alternativa “C) A indicação de crase vista em “à escravidão” permite reconhecer uma relação entre termos que se relacionam diretamente na oração.” não pode ser indicada como correta. A crase é o sinal gráfico (') utilizado para indicar a fusão de duas letras A. Em geral, essa fusão acontece quando, em uma mesma frase, você precisa utilizar a preposição A (pedida depois de alguns verbos transitivos indiretos ou adjetivos) e o artigo A, que precede palavras femininas. Exemplos: Vou à (a preposição + a artigo) academia. Para identificar se a crase é necessária, uma das maneiras possíveis é trocar a palavra que acompanha o A por uma palavra masculina. Se o À se transformar em AO, significa que se trata da fusão entre uma preposição e um artigo. Se o A se mantiver mesmo ao lado de uma palavra masculina, ele não leva crase.

“O ano de 2023 foi marcado por um número alarmante de denúncias de trabalho análogo à escravidão no Brasil, com um total de 3.422 registros em apenas 12 meses, representando um aumento de 61% em relação ao ano anterior, de acordo com dados do Ministério de Direitos Humanos e Cidadania. Assim como o racismo, o trabalho análogo à escravidão tende a ser visto como uma questão superada – talvez porque ainda haja aqueles que optam pela ignorância ou tragam consigo vieses enraizados de uma sociedade historicamente colocada à margem.” (1º§) Em “à escravidão” os termos não se relacionam de forma direta, a regência entre “análogo” e “escravidão” acontece de forma indireta já que há o emprego da preposição “a” identificada por meio do registro de “à” = a (preposição) mais a (artigo). Ocorre que os termos não estão relacionados diretamente, mas sim indiretamente já que trata-se de transitividade indireta tendo a preposição como termo que liga indiretamente o termo regido ao termo regente. A alternativa “A” A expressão “à margem” recebe acento grave pelo mesmo motivo visto em “à escravidão.” não pode ser indicada como correta. “à margem” •De lado, ao abandono (ex.: A cultura foi deixada à margem). Não se trata de uma exigência de regência, mas sim de uma expressão cristalizada por se tratar de uma locução feminina.

Fontes:

- BECHARA, E. Moderna gramática portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- CUNHA, C.; CINTRA, L. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Lúxikon, 2013.
- LUFT, Celso Pedro. Dicionário Prático de Regência Verbal. Ática, 2008.

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
------------------------

<b>3</b>
----------

#### **Recurso Procedente. Questão Anulada.**

De acordo com o enunciado da questão “Assinale, a seguir, a alternativa que apresenta a reescrita que se mostra INCOERENTE, considerando o contexto em que o trecho destacado está inserido.”, a alternativa “C) “Esse cenário evidencia uma realidade desafiadora e inaceitável vivenciada no Brasil e, neste sentido, a questão requer uma resposta coordenada e vigorosa da sociedade civil, do governo e do setor privado.” (2º§) / Assim, esse cenário evidencia uma realidade desafiadora e inaceitável vivenciada no Brasil e, todavia, a questão requer uma resposta coordenada e vigorosa da sociedade civil, do governo e do setor privado.” atende adequadamente ao enunciado proposto. Na construção de um texto, assim como na fala, usamos mecanismos para garantir ao interlocutor a compreensão do que se lê / diz. Esses mecanismos linguísticos que estabelecem a conectividade e a retomada do que foi escrito / dito são os referentes textuais e buscam garantir a coesão textual para que haja coerência, não só entre os elementos que compõem a oração, como também entre a sequência de orações dentro do texto. Essa coesão também pode muitas vezes se dar de modo implícito, baseado em conhecimentos anteriores que os participantes do processo têm sobre o tema. Dessa forma, com o emprego de diferentes procedimentos, sejam lexicais (repetição, substituição, associação), sejam gramaticais (emprego de pronomes, conjunções, numerais, elipses), constroem-se frases, orações, períodos, que irão apresentar o contexto – decorre daí a coerência textual. Um texto incoerente é o que carece de sentido ou o apresenta de forma contraditória. Muitas vezes, essa incoerência é resultado do mau uso daqueles elementos de coesão textual. Na organização de períodos e de parágrafos, um erro no emprego dos mecanismos gramaticais e lexicais prejudica o entendimento do texto. Construído com os elementos corretos, confere-se a ele uma unidade formal. Nas palavras de Evanildo Bechara, “o enunciado não se constrói com um amontoado de palavras e orações. Elas se organizam segundo princípios gerais de dependência e independência sintática e semântica, recobertos por unidades melódicas e rítmicas que sedimentam estes princípios”. Por coesão, entende-se ligação, relação, nexos entre os elementos que compõem a estrutura textual. Há diversas formas de se garantir a coesão entre os elementos de uma frase ou de um texto: 1. Substituição de palavras com o emprego de sinônimos ou de palavras ou expressões de mesmo campo associativo. 2. Nominalização – emprego alternativo entre um verbo, o substantivo ou o adjetivo correspondente (desgastar / desgaste / desgastante). 3. Repetição na ligação semântica dos termos, empregada como recurso estilístico de intenção articulatória, e não uma redundância - resultado da pobreza de vocabulário. Por exemplo, “Grande no pensamento, grande na ação, grande na glória, grande no infortúnio, ele morreu desconhecido e só.” (Rocha Lima) 4. Uso de hipônimos – relação que se estabelece com base na maior especificidade do significado de um deles. Por exemplo, mesa (mais específico) e móvel (mais genérico). 5. Emprego de hiperônimos - relações de um termo de

sentido mais amplo com outros de sentido mais específico. Por exemplo, felino está numa relação de hiperonímia com gato. 6. Substitutos universais, como os verbos vicários (ex.: Necessito viajar, porém só o farei no ano vindouro.) A coesão apoiada na gramática dá-se no uso de conectivos, como certos pronomes, certos advérbios e expressões adverbiais, conjunções, elipses, entre outros. A elipse se justifica quando, ao remeter a um enunciado anterior, a palavra elidida é facilmente identificável (Ex.: “O jovem recolheu-se cedo. ... Sabia que ia necessitar de todas as suas forças.” O termo “o jovem” deixa de ser repetido e, assim, estabelece a relação entre as duas orações.). Dêiticos são elementos linguísticos que têm a propriedade de fazer referência ao contexto situacional ou ao próprio discurso. Exercem, por excelência, essa função de progressão textual, dada sua característica: são elementos que não significam, apenas indicam, remetem aos componentes da situação comunicativa. Já os componentes concentram em si a significação. Somente a coesão, contudo, não é suficiente para que haja sentido no texto, esse é o papel da coerência, e coerência se relaciona intimamente a contexto. Quanto à conjunção utilizada na reescrita proposta e identificada como incoerente, de acordo com o expresso anteriormente, “todavia” trata-se de uma conjunção coordenativa com o mesmo sentido de: mas, contudo, porém, no entanto, entretanto. O que causa a incoerência destacada em relação ao fragmento original correspondente. A alternativa “D) “No entanto, a escassez de auditores fiscais é um desafio adicional que precisa ser superado, além dos cortes orçamentários dos últimos anos que têm agravado ainda mais a situação, tornando mais difícil a realização de inspeções e a aplicação eficaz das leis trabalhistas.” (3º§) / A escassez de auditores fiscais, no entanto, é um desafio adicional a ser superado, além dos cortes orçamentários dos últimos que têm agravado ainda mais tal situação, tornando mais difícil a realização de inspeções e a aplicação eficaz das leis trabalhistas.” atende ao enunciado proposto.

“A publicação mais recente da Lista Suja, documento que divulga pessoas físicas e empresas que submetem trabalhadores a mão de obra forçada, jornadas exaustivas, condições degradantes ou restrição de locomoção, adicionou 248 empregadores em 2024, totalizando 654 e representando o maior número desde sua criação pelo Ministério do Trabalho e Emprego, em 2003. Esse cenário evidencia uma realidade desafiadora e inaceitável vivenciada no Brasil e, neste sentido, a questão requer uma resposta coordenada e vigorosa da sociedade civil, do governo e do setor privado.

No entanto, a escassez de auditores fiscais é um desafio adicional que precisa ser superado, além dos cortes orçamentários **dos últimos anos que têm** agravado ainda mais a situação, tornando mais difícil a realização de inspeções e a aplicação eficaz das leis trabalhistas. Por isso, a criação de concursos públicos e o investimento na estrutura de fiscalização são essenciais para garantir inspeções regulares e uma resposta eficaz às violações trabalhistas.” O apagamento do termo “anos” compromete a coerência textual, inviabilizando o entendimento da mensagem conforme o texto original.

Fontes:

- BECHARA, E. Moderna gramática portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- CUNHA, C.; CINTRA, L. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Léxikon, 2013.
- LUFT, Celso Pedro. Dicionário Prático de Regência Verbal. Ática, 2008.
- ROCHA LIMA, Gramática normativa da língua portuguesa. 31ª ed. (retocada e enriquecida). Rio de Janeiro, José Olympio Editora, 1992.

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
------------------------

<b>39</b>
-----------

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A alternativa CORRETA é a letra A. A discussão sobre as relações entre ética, direitos humanos e profissão do historiador exige uma conceituação prévia de alguns termos, a fim de não repetirmos discursos anteriores com o objetivo de não tornar a análise retórica. Antes de tudo, é preciso lembrar que na filosofia e nas ciências sociais, Heráclito superou Parmênides, isto é, o movimento e a transformação se impuseram diante das essências imutáveis e fixas, o ser humano é um ser no tempo, que nele se transforma e constantemente se constitui. O tempo humano denomina-se história. Logo, valores, instituições e direitos só podem ser estudados e praticados no interior da historicidade, já que o ser humano está sempre in fieri. Outro ponto que deve ser previamente tratado é o da necessária eliminação de um entendimento da sociedade como um todo harmônico formado de individualidades. As sociedades humanas são complexas e os seus membros se atraem ou se repelem em função de sua pertinência. O

homem só não existe, mesmo quando solitário. Para se construir e entender-se, o homem precisa pertencer. Essa pertinência vai desde a linguagem, passa pelos grupos e classes sociais e invade as culturas, os saberes, e até mesmo as idiosincrasias. As sociedades não são essencialmente harmônicas. Elas estão sempre se transformando a partir dos conflitos e das contradições que a fazem mover e se transformar. Assim, as sociedades funcionam, muito mais, pela lógica das contradições do que pela lógica da identidade. Assim, os direitos devem ser vistos não mais direitos que apenas se cristalizam em leis ou códigos, mas que se constituem a partir de conflitos, que traduzem as transformações e avanços históricos da humanidade. Não podemos mais entendê-lo como fruto de uma sociedade abstrata de sujeitos individuais, mas como a expressão coativa de tensões e contradições engendradas pelos embates de interesses e projetos de grupos sociais. O direito, para ser entendido em sua concretude, necessita de ser visto sob o ângulo do contexto que lhe deu origem, dos processos que o constituíram, das formas como foi normatizado e dos efeitos que gera nas sociedades.

Fontes:

- <https://repositorio.fgv.br/server/api/core/bitstreams/f353cc0c-7607-4070-948d-9ab8388503ff/content>
- ARENDT, Hannah. O conceito de história – antigo e moderno, in *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 2003, p. 69-127.
- CATROGA, Fernando. Caminhos do fim da história. Coimbra: Quarteto, 2003. CEZAR, Temístocles. O poeta e o historiador. Southey e Varnhagen e a experiência historiográfica no Brasil do século XIX. *História Unisinos*, São Leopoldo, v. 11, n. 3, set./dez. 2007, p. 306-312.
- LEVI, Giovanni. Usos da biografia, in FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996, p. 167- 182.
- COSTA, Flamarion Laba da e SEBRIAN, Raphael Nunes Nicoletti (orgs.). *História, linguagens, temas: escrita e ensino da História*. Guarapuava: Unicentro, 2006, p. 59-70.
- SPINELLI, Priscilla Tesch. Política e conhecimento na *Ética Nicomaquéia* de Aristóteles. Palestra proferida no IFCH/UFRGS, promovida pelo CADAFI, maio, 2010.
- BERLIN, Isaiah. A inevitabilidade histórica. In: *Estudos sobre a humanidade* São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- BURKE, P. A invenção da biografia e o individualismo renascentista. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 19, v. 10, p. 83-97, 1997.

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
------------------------

<b>40</b>
-----------

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A alternativa CORRETA é a letra C. O povoamento não se fez, igualmente, de maneira uniforme, ocupando de forma célere regiões mais distantes do litoral e deixando quase intocadas regiões mais próximas do Rio de Janeiro e que, não por acaso, viriam a ser chamadas da mata. Era o ouro o único motivo que levava os imigrantes a desbravarem Minas, o que não implicou o abandono das regiões que não o possuíam. Várias delas, pelo contrário, foram efetivamente povoadas sem que a mineração fosse o fundamento de sua vida econômica, sendo São João del Rey o exemplo mais claro de um próspero núcleo urbano direcionado para outras atividades, embora outras regiões que não possuíam metais preciosos somente fossem efetivamente ocupadas depois de findo o ciclo que povoaria as demais regiões, permanecendo, se tanto, locais de passagem. Com a migração, assim, o povoamento adensou-se não apenas na Capitania, mas também em algumas regiões fronteiriças, especialmente na Capitania do Rio de Janeiro, onde toda uma população de baixa renda concentrou-se, tirando proveito indireto das atividades mineradoras pelo do transporte de cargas e produção agrícola. O processo de povoamento de Minas Gerais não se deu, enfim, apenas a partir dos núcleos de mineração, devido ao efeito irradiador que tiveram. Eles constituíram-se em um mercado pujante que apresentou uma demanda crescente por mercadorias, e regiões distantes desses centros foram povoadas e estruturadas economicamente, tendo em vista fornecer tais mercadorias, o que Carrara esclarece, ao afirmar: “Se for possível uma imagem, o movimento agrário característico de Minas é o da ampliação constante da fronteira por ondas crescentes de pequenos lavradores em todas as direções disponíveis” (Carrara, 2001, p.83). Mesmo no auge da mineração, portanto, o processo de povoamento prendeu-se a diversas outras atividades ligadas ao comércio e à agricultura.

Fontes:

- BARREIROS, Eduardo Canabrava. Episódios da Guerra dos Emboabas e sua geografia. Belo Horizonte/São Paulo, Itatiaia/EDUSP, 1984
- BOTELHO, Ângela Vianna. Abastecimento. In: ROMEIRO, Adriana & BOTELHO, Ângela Vianna ( Orgs. ). Dicionário histórico das Minas Gerais. Belo Horizonte, Autêntica, 2004
- BOXER, C.R.. A idade de ouro do Brasil ( dores de crescimento de uma sociedade colonial ). São Paulo, Nacional, 1969a \_\_\_\_\_ . O Império colonial português. Lisboa, Edições 70, 1969b
- CARRARA, Angelo Alves. Ocupação territorial e estrutura fundiária: as minas e os currais ( 1674-1850 ). In: Estudos de história, v.8, n.2. Franca, UNESP, 2001
- ELLIS JÚNIOR, Alfredo. O bandeirismo paulista e o recuo do meridiano. São Paulo, Nacional, 1934 ELLIS, Miriam. As bandeiras na expansão geográfica do Brasil. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de ( Org. ). História geral da civilização brasileira, T.I, Vol. I. São Paulo, DIFEL, 2009
- REVISTA CIÊNCIAS HUMANAS – UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ (UNITAU) – BRASIL – VOL. 1, N. 1, 2009. REVISTA CIÊNCIAS HUMANAS, UNITAU. Volume 1, número 1, 2009. Disponível em <http://www.unitau.br/revistahumanas>.
- REVISTA CIÊNCIAS HUMANAS – UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ (UNITAU) – BRASIL – VOL. 1, N. 1, 2009. REVISTA CIÊNCIAS HUMANAS, UNITAU. Volume 1, número 1, 2009. Disponível em <http://www.unitau.br/revistahumanas>.
- SOUZA, Laura de Mello e. Opulência e miséria das Minas Gerais. São Paulo, Brasiliense, 1994 SOUZA, Ricardo Luiz de. Antonil e a escravidão sem mistérios. In: História & Perspectivas, n. 29/30. Uberlândia, EDUFU, 2004

Cargo: Médico Auditor

Tipo 1 - BRANCA
-----------------

3
---

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A compreensão de um texto se dá não apenas pelo processamento de informações explícitas, mas, também, por meio de informações implícitas. Ou seja, a compreensão se dá pela mobilização de um modelo cognitivo, que integra as informações expressas com os conhecimentos prévios do leitor ou com elementos pressupostos no texto. Para que tal integração ocorra, é fundamental que as proposições explícitas sejam articuladas entre si e com o conhecimento de mundo do leitor, o que exige uma identificação dos sentidos que estão nas entrelinhas do texto (sentidos não explicitados pelo autor). Tais articulações só são possíveis, no entanto, a partir da identificação de pressupostos ou de processos inferenciais, ou seja, de processos de busca dos “vazios do texto”, isto é, do que não está “dado” explicitamente no texto.

Nessa questão, é imprescindível que o candidato faça uma leitura atenta do texto e perceba que, no 6º parágrafo, a autora menciona qual seria o papel dos professores em relação ao debate sobre as teses progressista e reacionária do idioma : *"A eles cabe a parte prática de incorporar essas teses libertárias ao cotidiano da sala de aula ou bater na tecla da importância de **dominar a norma dos espaços de poder** e, ao mesmo tempo, **estimular os jovens a ler os autores da nossa literatura...**"* Assim, nesse parágrafo, a articulista destaca três atitudes que os professores poderiam adotar e que, em outras palavras, são exatamente as alternativas *A. abordar o fenômeno da diversidade linguística* ; *B. estimular a leitura do cânone literário brasileiro.* e *C. ensinar o registro formal da língua oral e escrita.* A única atitude que não foi mencionada pela autora está reproduzida na letra D, que é **rebater as teses reacionária e progressista da língua. Portanto, o gabarito é letra D.**

Fontes:

- ABAURRE, Maria Luiza M.; ABAURRE, Maria Bernadete; PONTARA, Marcela. **Português: contexto, interlocução e sentido** . 3ª ed. São Paulo: Moderna, 2016.
- CEREJA, William. COCHAR, Thereza. CLETO, Ciley. **Interpretação de Textos: Construindo Competências e Habilidades em Leitura** . 1ª ed. São Paulo: Atual, 2009.

- KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. **Ler e compreender os sentidos do texto** . São Paulo: Contexto, 2006.
- ROSENAL et al. **Interpretação de textos e semântica para concursos** . Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
<b>11</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Ainda que a regionalização e a hierarquização sejam apresentadas no mesmo da Lei 8.080, tratam-se de conceitos diferentes, sendo a hierarquização caracterizada pela divisão dos níveis de assistência e a regionalização se materializa por meio da organização das Redes de Atenção à Saúde – RAS e constitui uma estratégia para corrigir as desigualdades no acesso e a fragmentação dos serviços de Saúde, por meio da organização funcional do SUS, com definição dos fluxos de referência, para a garantia de acesso da população residente na área de abrangência de cada espaço regional.

Fonte:

- Sistema Único de Saúde - SUS.

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
<b>16</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

No manual de planejamento no SUS elaborado pelo Ministério da Saúde em 2015, o capítulo que trata de Planejamento e Programação em Saúde trás o Enfoque Estratégico, e nesse tema discute o modelo de Carlos Matus: “Muitos autores e instituições de saúde no Brasil utilizaram, desde a década de 1980, modelos diretamente definidos por Carlos Matus (...)”. Logo, de acordo com o Ministério da Saúde, no âmbito do Enfoque Estratégico, é abordado o planejamento estratégico situacional.

Segue trecho do manual do Ministério da Saúde que caracteriza a alternativa A como correta: “O Planejamento Estratégico Situacional se divide em quatro momentos(...)” ; também deve ser indicado trecho que descreve os quatro momentos e evidencia a alternativa B como incorreta, ao citar o primeiro momento : “(...) a saber: Explicativo: seleção e análise dos problemas relevantes para os atores chaves e sobre os quais se deseja atuar.”; deve ser incluído também o trecho que caracteriza a alternativa C como correta: “O Planejamento Estratégico Situacional (PES) se caracteriza por tentar conciliar a ação sobre uma realidade complexa, com um olhar estratégico e situacional, considerando a visão de múltiplos atores e a utilização de ferramentas operacionais para o enfrentamento de problemas.” ; por fim, a alternativa D está correta pois é parte do último momento a avaliação do plano após sua implementação.

Fonte:

- DA, M.; FUNDAÇÃO, S.; CRUZ, O. MANUAL DE PLANEJAMENTO NO SUS Brasília -DF 2015 MINISTÉRIO DA SAÚDE FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. [s.l: s.n.].

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
<b>26</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

De acordo com literatura medica mundial, são as principais causas de anafilaxia, em ordem decrescente de frequencia: Alimentos (principalmente amendoim, nozes, crustaceos, leite de vaca e ovo de galinha); Picadas de insetos *Hymenoptera*; Medicamentos; Materiais biológicos; Latex e hemoderivados; Contrastes.

Fontes:

- Campbell MD; Kelso MD. Anaphylaxis: emergency treatment. Walls RM, Randolph AG, Feldweg AM, ed. UpToDate. Waltham, MA: UpToDate Inc.

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
------------------------

<b>30</b>
-----------

**Recurso Procedente. Questão Anulada.**

Na alternativa D há um erro de digitação colocando "ponto e vírgula" em trecho diferente do texto dando margem a interpretação errada.

Além disso, a melhor redação para alternativa A seria que a herpes zooster é frequentemente benigna e autolimitada.

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
------------------------

<b>32</b>
-----------

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O relatório preliminar descreve as constatações preliminares da verificação in loco, servindo de base para o relatório final, além de apoiar a notificação do auditado para que apresente justificativas.

**Fontes:**

- Auditoria do SUS: orientações básicas / Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Sistema Nacional de Auditoria. Departamento Nacional de Auditoria do SUS. - Brasília: Ministério da Saúde, 2011.
- Princípios, diretrizes e regras da auditoria do SUS no âmbito do Ministério da Saúde [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento Nacional de Auditoria do SUS. – Brasília: Ministério da Saúde, 2017.
- Manual de Normas de Auditoria; Brasília; Ministério da Saúde, 1998.
- DECRETO N º 1.651, DE 28 DE SETEMBRO DE 1995.
- DECRETO N º 1 1.798 , DE 28 DE NOVEMBRO DE 2023 .

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
------------------------

<b>34</b>
-----------

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Conforme documento oficial apoiado pelo Ministério da Saúde e pelo Departamento Nacional de Auditoria do SUS sobre Princípios, diretrizes e regras da auditoria do SUS no âmbito do Ministério da Saúde, a alternativa B encontra-se correta - "constitui objeto do exame de auditoria a aplicação dos recursos transferidos pelo Ministério da Saúde a entidades públicas, filantrópicas e privadas". As demais alternativas encontram-se incorretas de acordo com a literatura vigente apoiada pelos órgãos oficiais, a qual se baseia o conteúdo teórico cobrado no presente concurso, reiterando aspectos como a descentralização de gestão prevista em lei (alternativa C incorreta). Tal-qualmente, alternativa D encontra-se incorreta visto que o órgão Departamento Nacional de Auditoria do SUS (Denasus) instituiu como sua ferramenta o Sistema de Auditoria do SUS (Sisaud/SUS), e não por este foi instituído.

**Fontes:**

- Auditoria do SUS: orientações básicas / Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Sistema Nacional de Auditoria. Departamento Nacional de Auditoria do SUS. - Brasília: Ministério da Saúde, 2011.
- Princípios, diretrizes e regras da auditoria do SUS no âmbito do Ministério da Saúde [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento Nacional de Auditoria do SUS. – Brasília : Ministério da Saúde, 2017.



<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
------------------------

<b>35</b>
-----------

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

De acordo com documento oficial apoiado pelo Ministério da Saúde, “a negociação entre o estado e os municípios na implantação e operacionalização do SUS é de responsabilidade da Comissão Intergestores Bipartite (CIB)”. Gramaticalmente, quando nos referimos ao “Estado” instituição, este é grafado sempre com letra maiúscula. Recurso improcedente sobre questão sobre conhecimento avaliado inserido em conteúdo programático.

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
------------------------

<b>40</b>
-----------

**Recurso Procedente. Questão Anulada.**

Diante da revogação do Termo de Ajuste Sanitário, cobrado em questão, o recurso torna-se procedente de acordo com **PORTARIA Nº 3.881, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2017 em** [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prt3881\\_28\\_12\\_2017.html](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prt3881_28_12_2017.html)

**Cargo: Médico Dermatologista**

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
------------------------

<b>20</b>
-----------

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O Pacto pela saúde, de 2006, foi elaborado elencando ações de diferentes âmbitos em três dimensões: o pacto pela vida, em defesa do SUS e de Gestão. A alternativa que afirma que o pacto pela vida contém AÇÕES de aprovação orçamentária do SUS está incorreta, pois o pacto pela vida é estabelecido como: “compromisso entre os gestores do SUS em torno de prioridades que apresentam impacto sobre a situação de saúde da população brasileira.” ; portanto, ações de natureza financeira estão contidas no pacto de Gestão: “ Estabelece diretrizes para a gestão do sistema nos aspectos da Descentralização; Regionalização; Financiamento; Planejamento; Programação Pactuada e Integrada – PPI; Regulação; Participação e Controle Social; Gestão do Trabalho e Educação na Saúde.”

Fonte:

- [https://moodle.ead.fiocruz.br/modulos\\_saude\\_publica/sus/files/media/06\\_0257\\_M.pdf](https://moodle.ead.fiocruz.br/modulos_saude_publica/sus/files/media/06_0257_M.pdf)

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
------------------------

<b>30</b>
-----------

**Recurso Procedente. Questão Anulada.**

Na alternativa D há um erro de digitação colocando "ponto e vírgula" em trecho diferente do texto dando margem a interpretação errada.

Além disso, a melhor redação para alternativa A seria que a herpes zooster é frequentemente benigna e autolimitada.

Tipo 1 - BRANCA
-----------------

34
----

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Embora se apresentem biologicamente de forma benigna, os cistos triquilemais podem ser localmente agressivos, tornando-se lesões grandes e ulceradas, além de poderem também se apresentar de forma maligna, em poucos casos (MANJUNATHA; ARUNKUMAR, 2013). A excisão incompleta dessas lesões é apontada como um fator que pode levar a uma diferenciação para a variante proliferante, com potencial de malignização (SHET; REGE; NAIK, 2001 e SOUZA, T. et al., 2011) mesmo com a excisão completa da lesão, pela permanência dos fatores agressores sobre lesões satélites previamente existentes. (SETHI; SINGH, 2002; ESTRADA; BRAVO; COLOMA, 2003).

Tipo 1 - BRANCA
-----------------

36
----

**Recurso Procedente. Questão Anulada.**

Segundo o documento do Ministério da Saúde Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas da Hanseníase 2022, além de documento "Hanseníase na Atenção Básica: Reações Hansênicas" produzido pela UNA-SUS (Universidade Aberta do SUS), a incidência de febre e adinamia na reação hansênica tipo I é baixa, estando a alternativa B ("Sintomas sistêmicos como febre e adinamia raramente estão presentes"), correta. Com alternativas B e D corretas, resta a questão anulada.

**Cargo: Médico Generalista PSF**

Tipo 1 - BRANCA
-----------------

2
---

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A compreensão de um texto se dá não apenas pelo processamento de informações explícitas, mas, também, por meio de informações implícitas. Ou seja, a compreensão se dá pela mobilização de um modelo cognitivo, que integra as informações expressas com os conhecimentos prévios do leitor ou com elementos pressupostos no texto. Para que tal integração ocorra, é fundamental que as proposições explícitas sejam articuladas entre si e com o conhecimento de mundo do leitor, o que exige uma identificação dos sentidos que estão nas entrelinhas do texto (sentidos não explicitados pelo autor). Tais articulações só são possíveis, no entanto, a partir da identificação de pressupostos ou de processos inferenciais, ou seja, de processos de busca dos "vazios do texto", isto é, do que não está "dado" explicitamente no texto.

Nessa questão, é imprescindível que o candidato faça uma leitura atenta do texto e perceba que um "destruidor da língua" é um usuário ou falante da língua que, por alguma razão, não utiliza as regras da gramática normativa em todas as situações de interação verbal, sobretudo na modalidade escrita. Sendo assim, "destruidor da língua" é alguém que utiliza uma linguagem mais informal ou coloquial, que se encontra em desacordo com as regras da linguagem formal ou culta. **Portanto, o gabarito é letra A.**

Desconhecer ou conhecer os princípios de análise sintática e as regras gramaticais não garantem ao usuário da língua o desenvolvimento da competência escritora, da mesma forma que ignorar ou conhecer as variações linguísticas também não é condição para o exercício eficiente da escrita. Assim, as letras B, C e D estão incorretas.

Fontes:

- ABAURRE, Maria Luiza M.; ABAURRE, Maria Bernadete; PONTARA, Marcela. **Português: contexto, interlocução e sentido**. 3ª ed. São Paulo: Moderna, 2016.
- CEREJA, William. COCHAR, Thereza. CLETO, Ciley. **Interpretação de Textos: Construindo Competências e Habilidades em Leitura**. 1ª ed. São Paulo: Atual, 2009.

- KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. **Ler e compreender os sentidos do texto** . São Paulo: Contexto, 2006.
- ROSENAL, Marcelo et al. **Interpretação de textos e semântica para concursos** . Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
------------------------

<b>8</b>
----------

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A locução adjetiva é um recurso expressivo da língua portuguesa que desempenha um papel essencial na formação de descrições precisas e na economia linguística. Consiste na utilização de duas ou mais palavras que, juntas, exercem a função de um adjetivo, qualificando substantivos.

Em uma frase, seja ela escrita ou falada, a locução adjetiva tem o objetivo de facilitar a compreensão e permitir que o discurso fique mais sofisticado.

Na maioria dos casos, a locução é formada por uma preposição e um substantivo.

Nas alternativas A, B e D, as locuções **de porco**, **de mármore** e **de alimentos** poderiam ser substituídas por seus adjetivos correspondentes, ou seja, algumas locuções adjetivas se encontram diretamente relacionadas com um adjetivo. Esses adjetivos são, respectivamente, **suína**, **marmórea** e **alimentar/alimentícia**. Embora seja mais recorrente o termo *Engenharia de Alimentos* para designar a área da ciência que trabalha com as principais técnicas para garantir um processo saudável e de conservação dos alimentos em uma indústria, a locução *de alimento* tem como adjetivos correspondentes *alimentar* ou *alimentícia* .

No entanto, outras locuções não podem ser substituídas por adjetivos, uma vez que não há adjetivos correspondentes, como é o caso da locução **de receitas** .

Vale destacar que o termo “de receita” exerce a função de qualificador do substantivo “caderno”. Em vez de “caderno de receitas”, poder-se-ia falar em caderno *de cálculos* , caderno *de poemas* , caderno *de anotações* , caderno *com/sem pauta* , caderno *de música* , caderno *de caligrafia* ... Fica claro que as locuções adjetivas destacadas atribuem características ao termo “caderno”. A expressão “de receita”, portanto, qualifica, especifica, restringe o sentido do substantivo “caderno”, particularizando-o, isto é, esse termo exerce função de adjetivo. Assim, “de caderno” é uma locução adjetiva.

Alguns gramáticos poderiam considerar “caderno de receitas” como locução substantiva. A justificativa seria o fato de que “caderno de receitas” é um nome para um objetivo com função específica: registrar receitas culinárias. Se considerarmos essa análise, ainda assim será possível isolar o substantivo “caderno”, que continuará sendo caracterizado pela locução adjetiva “de receitas”. Convém ressaltar que essa análise é possível porque a questão exige a análise apenas do termo “caderno de receitas” sem estar contextualizado em um período ou parágrafo do texto.

Tomemos outro exemplo: a expressão “cadeira de rodas” pode ser considerada uma locução substantiva pelo fato de ser um nome para um equipamento com função bastante específica, ou seja, cadeira equipada com rodas e utilizada por pessoas sem ou com mobilidade reduzida. Ainda assim, “de rodas” continua exercendo função de locução adjetiva, já que, no interior da locução substantiva “cadeira de rodas”, o termo “de rodas” continua caracterizando o substantivo “cadeira”. Assim, nesse exemplo, “de rodas” é locução adjetiva de “cadeira” tanto quanto “de receita” é locução adjetiva de “caderno”.

Por fim, convém esclarecer que o termo “culinário” é um adjetivo. No entanto, não é adjetivo correspondente à locução “de receitas”, uma vez que o significado de “de receitas” não está exclusivamente relacionado à cozinha ou à arte de cozinhar (culinário). Existem outros tipos de receitas, como a receita médica e até mesmo receita para emagrecer, para o cabelo crescer, por exemplo. Um caderno pode ser usado para registrar receitas culinárias, portanto, pode ser um caderno culinário. Todavia, pode também ser utilizado para registrar outros tipos de receitas. Reiterando: embora o texto mencione em diversos momentos a ideia de receita culinária, o mesmo não ocorre no enunciado da questão, que não determinou uma receita em específico. **Portanto, o gabarito é a letra C.**

Fontes:

- AZEREDO, J. C. **Gramática Houaiss da língua portuguesa** . 2ª ed. São Paulo: Publifolha, 2008.
- BECHARA, Evanildo. **Moderna Gramática Portuguesa** . 37ª ed. Rio de Janeiro : Lucerna, 1999.

- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. **Nova Gramática do Português Contemporâneo** . Rio de Janeiro: Lexikon, 2014.
- SACCONI, Luiz A. **Nossa gramática completa** . 34ª ed. São Paulo: Matrix, 2021.

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
------------------------

<b>9</b>
----------

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Em todo texto de maior extensão, aparecem expressões conectoras – sejam conjunções, preposições, advérbios e respectivas locuções – que criam e sinalizam relações semânticas de diferentes naturezas. Entre as mais comuns, podemos citar as relações de causalidade, de comparação, de concessão, de tempo, de condição, de adição, de oposição etc. Reconhecer o tipo de relação semântica estabelecida por esses elementos de conexão é uma habilidade fundamental para a apreensão da coerência do texto.

No enunciado em análise, as orações "Ela se ofenderia com a calúnia", "o que talvez fosse divertido" e "era meio brava" estabelecem entre si uma relação de causa e consequência, sendo que as duas primeiras são consequências da terceira, que é a causa. Assim, o autor poderia ter utilizado entre a segunda e a terceira oração a locução conjuntiva "uma vez que", que é a mais adequada para introduz a ideia de causa.

Em A, "no entanto" expressa ideia de oposição. Em C, "contanto que" expressa ideia de concessão. Em D, "de modo que" expressa ideia consequência. **Portanto, o gabarito é letra B.**

Fontes:

- AZEREDO, J. C. **Gramática Houaiss da língua portuguesa** . 2ª ed. São Paulo: Publifolha, 2008.
- BECHARA, Evanildo. **Moderna Gramática Portuguesa** . 37ª ed. Rio de Janeiro : Lucerna, 1999.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. **Nova Gramática do Português Contemporâneo** . Rio de Janeiro: Lexikon, 2014.
- SACCONI, Luiz A. **Nossa gramática completa** . 34ª ed. São Paulo: Matrix, 2021.

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
------------------------

<b>10</b>
-----------

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Geralmente o estudo descritivo da linguagem é dividido em vários níveis. Aqueles tradicionalmente tidos como os principais são: o nível fonético-fonológico, o nível morfológico, o nível sintático. Esses três níveis constituem a gramática de uma língua. A esses níveis deve-se acrescentar o léxico, ou seja, o conjunto das palavras que compõem uma língua e que são usadas respeitando as regras da gramática. O estudo dos significados das palavras e das frases (ou dos enunciados) é objeto da semântica e da pragmática, dependendo se o foco está no estudo do significado puramente linguístico ou da língua inserida em seu uso concreto.

As alternativas da questão em análise apresentam quatro níveis e solicita que o candidato reconheça em qual alternativa há exemplo de análise sintática.

Sintaxe é a parte da gramática que estuda as regras e relações das palavras dentro da frase ou de um período. Analisa a disposição das palavras nas frases, das frases nas orações e destas nas sentenças. A sintaxe permite analisar o sentido das frases e realizar o ordenamento correto das palavras dentro da oração. A sintaxe da língua portuguesa é dividida em termos: sujeito, predicado, objeto, adjunto adnominal, adjunto adverbial, complemento nominal, apostro, vocativo. Assim, em B, a expressão "minha melhor professora de português" atua como apostro explicativo do sujeito determinado simples "a dona Nilza, o termo foi analisado sintaticamente. **Portanto, o gabarito é letra B.**

**Nível fonológico:** é o estudo da fisiologia ou produção motora dos sons da fala e sua produção acústica. O conhecimento fonológico de uma língua inclui conhecer as regras para combinar os fonemas desta língua. Além dessas regras segmentais, há regras fonológicas governando o uso de características suprasegmentais como tom, acentuação e duração de vogais e consoantes. **ANÁLISE FONOLÓGICA:** A palavra "olhos" apresenta 5 letras e 4 fonemas, possui o dígrafo "lh", é dissílaba, paroxítona e a separação silábica é *o-lhos* .

**Nível morfológico:** é o estudo de cada uma das palavras de uma oração, que são classificadas de forma individual. A morfologia estuda as palavras sob o ponto de vista da estrutura e forma; das flexões e da classificação conforme a classe gramatical a que pertencem. ANÁLISE MORFOLÓGICA: "Criou" é um verbo regular de 1ª conjugação e está flexionado na 3ª pessoa do singular do pretérito perfeito do modo indicativo.

**Nível pragmático:** nesse nível, encontra-se a análise do sentido que as palavras ou expressões podem assumir em um contexto específico. ANÁLISE PRAGMÁTICA: O termo "abrir meus olhos" se refere, conotativamente, à capacidade de conscientização, de perceber algo que não via antes, de sair da ignorância.

Fontes:

- AZEREDO, J. C. **Gramática Houaiss da língua portuguesa** . 2ª ed. São Paulo: Publifolha, 2008.
- BECHARA, Evanildo. **Moderna Gramática Portuguesa** . 37ª ed. Rio de Janeiro : Lucerna, 1999.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. **Nova Gramática do Português Contemporâneo** . Rio de Janeiro: Lexikon, 2014.
- SACCONI, Luiz A. **Nossa gramática completa** . 34ª ed. São Paulo: Matrix, 2021.
- [https://grad.letras.ufmg.br/arquivos/monitoria/ApostilaConceitos%20b%C3%A1sicos\\_Aula1.pdf](https://grad.letras.ufmg.br/arquivos/monitoria/ApostilaConceitos%20b%C3%A1sicos_Aula1.pdf)
- <https://pjamilk.com/2020/08/11/niveis-de-analise-da-lingua/>
- <https://linguisticageralunip.wordpress.com/2017/11/14/os-niveis-de-analise-linguistica/>
- <https://blog.portaleducacao.com.br/niveis-linguisticos-quais-sao/>

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
------------------------

<b>12</b>
-----------

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Os Nasf-AB não se constituem como serviços com unidades físicas independentes ou especiais, e não são de livre acesso para atendimento individual ou coletivo (estes, quando necessários, devem ser regulados pelas equipes que atuam na Atenção Básica). Devem, a partir das demandas identificadas no trabalho conjunto com as equipes, atuar de forma integrada à Rede de Atenção à Saúde e seus diversos pontos de atenção, além de outros equipamentos sociais públicos/privados, redes sociais e comunitárias.

Fonte:

- POLÍTICA NACIONAL DE ATENÇÃO BÁSICA: OPERACIONALIZAÇÃO - Portaria nº 2.436, de 21 de setembro de 2017; disponível em <https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/MatrizConsolidacao/comum/250693.html>

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
------------------------

<b>14</b>
-----------

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Sustenta o recurso em relação ao enunciado gerar “dúvidas quanto a ordem desejada”. No entanto, a questão é clara ao solicitar como comando **a alternativa correta de acordo com o defendido pelo Ministério da Saúde**. Dessa forma, a questão teve a ordem estabelecida de forma clara e objetiva.

Ao profissional de saúde são asseguradas a liberdade e a completa independência de decidir sobre a utilização ou não da tele-saúde, inclusive com relação à primeira consulta. Aos proprietários, administradores e dirigentes de entidades ou serviços contratados é vedado exercer cargo de chefia ou função de confiança no Sistema Único de Saúde. Os servidores que legalmente acumulam dois cargos ou empregos poderão exercer suas atividades em mais de um estabelecimento do Sistema Único de Saúde .

Fonte:

- LEI Nº 8.080, DE 19 DE SETEMBRO DE 1990 ; disponível em [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8080.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm)

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
------------------------

<b>17</b>
-----------

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Conforme o Ministério da Saúde, referência utilizada na questão como explícito em seu comando, o “Projeto Terapêutico Singular é uma ferramenta de qualificação ao atendimento da pessoa com doença crônica”. O Projeto Terapêutico Singular (PTS) é uma ferramenta para qualificar o atendimento à pessoa com doença crônica, favorecendo a discussão de um sujeito singular em situação de maior vulnerabilidade e complexidade. Consiste em um conjunto de propostas de condutas terapêuticas articuladas, construídas a partir do movimento de coprodução e de cogestão do processo terapêutico, resultado da discussão coletiva da equipe multiprofissional com o usuário e sua rede de suporte social.

Fonte:

- Diretrizes para o cuidado das pessoas com doenças crônicas nas redes de atenção à saúde e nas linhas de cuidado prioritárias – Brasília: Ministério da Saúde, 2013.

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
------------------------

<b>23</b>
-----------

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

No caso do paciente acima segundo as referencias atuais esta indicado o tratamento: Suporte de oxigênio, monitorização, acesso venoso periférico e elevação da cabeceira; B. Ventilação não invasiva (VNI) - CPAP/BiPAP. Ajuste inicial da VNI: • CPAP: 5-10 mmHg; • BiPAP: ePAP=5-10 mmHg e iPAP até 15 mmHg.

Fonte:

- Alasdair Gray, Noninvasive Ventilation in Acute Cardiogenic Pulmonary Edema - N Engl J Med;359:142-51

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
------------------------

<b>24</b>
-----------

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A questão está no conteúdo programático do concurso, dentro do tema de clínica Médica, mas especificamente sobre o tema EDEMA AGUDO DE PULMÃO.

Trata-se da propedeutica diante de um quadro clinico de um paciente, que deveria ser de conhecimento do medico generalista.

No caso do paciente segundo as referencias atuais esta indicado o tratamento: Suporte de oxigênio, monitorização, acesso venoso periférico e elevação da cabeceira; B. Ventilação não invasiva (VNI) - CPAP/BiPAP. Ajuste inicial da VNI: • CPAP: 5-10 mmHg; • BiPAP: ePAP=5-10 mmHg e iPAP até 15 mmHg.

Fonte:

- Alasdair Gray, Noninvasive Ventilation in Acute Cardiogenic Pulmonary Edema - N Engl J Med;359:142-51

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

De acordo com o fluxograma do manejo clínico da dengue feito pelo Ministério da Saúde em 2024, indivíduos com sangramento de mucosa são classificados em grupo C, e não grupo B, como indica a alternativa C. Os exames complementares nesses casos devem ser feitos imediatamente para avaliação do paciente em leito de internação. As formas graves da doença podem se manifestar como choque ou acúmulo de líquidos com desconforto respiratório. Portanto, a alternativa B é a única correta.

Fonte:

- Adulto e criança DENGUE DIAGNÓSTICO E MANEJO CLÍNICO 6ª edição MINISTÉRIO DA SAÚDE.

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A alternativa A refere-se ao quadro algico já instalado na crise de enxaqueca, quando, de acordo com critérios diagnósticos bem estabelecidos, o esforço físico, comumente, piora a dor: “Enxaqueca (ou migrânea): cefaleia de forte intensidade, associada a náuseas e/ou vômitos, podendo haver foto e/ou fonofobia, exacerbada por atividades físicas.”

A atividade física como prevenção da recorrência de crises é indicada, como consta no estudo citado em recurso. Portanto, a alternativa A está incorreta.

A enxaqueca sem aura é mais frequente na prática clínica que as formas com aura.

Fonte:

- SANVITO, W.; MONZILLO, P. **CEFALÉIAS PRIMÁRIAS: ASPECTOS CLÍNICOS E TERAPÊUTICOS PRIMARY HEADACHES: CLINICAL AND THERAPEUTIC ASPECTS**. [s.l.: s.n.]. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rmrp/article/download/6798/8267/9231>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Segundo a Sociedade Brasileira De Angiologia e Cirurgia Vasculare, os fatores de risco bem estabelecidos para o TEV são: “Adquiridos/Provocados —síndrome do anticorpo antifosfolípido; câncer; hemoglobinúria paroxística noturna; idade > 65 anos; obesidade; gravidez e puerpério; doenças mieloproliferativas (policitemia vera; trombocitemia essencial etc.); síndrome nefrótica; hiperviscosidade (macroglbulinemia de Waldenström; mieloma múltiplo); doença de Behçet; trauma; cirurgias; imobilização; terapia estrogênica.”

Logo, ainda que o Diabetes Mellitus tipo 2 possa causar alterações endoteliais que aumentam o risco de eventos vasculares, não é considerado um fator de risco diretamente associado ao TEV; com isso, a alternativa B está correta.

Com relação à alternativa C, que cita anticoncepcionais orais, a opção não cita palavras que indiquem que todos os tipos de anticoncepcionais orais são fatores de risco para TEV, não sendo, portanto, incorreta.

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
------------------------

<b>34</b>
-----------

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A alternativa A está correta pois de acordo com a fonte utilizada na elaboração da questão e do recurso interposto não é adequado aferir a PA em indivíduos que se exercitaram em um intervalo de até 90 minutos. Ou seja, é correto afirmar que não se deve aferir a PA de um indivíduo que se exercitou há menos de 90 minutos.

Na primeira consulta, registrar a PA em ambos os braços e usar a leitura do braço que forneceu valor mais elevado para medidas subsequentes.

Fontes:

- Feitosa ADM, Barroso WKS, Mion Junior D, Nobre F, Mota-Gomes MA, Jardim PCB, et al. Diretrizes Brasileiras de Medidas da Pressão Arterial Dentro e Fora do Consultório – 2023. Arq Bras Cardiol. 2024;121(4):e20240113
- Quais os cuidados que devemos ter para aferir corretamente a pressão arterial? – BVS Atenção Primária em Saúde .

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
------------------------

<b>35</b>
-----------

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A afirmação I baseia-se em evidências epidemiológicas, de acordo com trecho retirado da referência: “A presença da H. pylori, uma bactéria gram-negativa, é a principal causa da formação de úlceras pépticas”; a afirmação em questão não limita a causa das úlceras pépticas a infecção por H.pylori, mas afirma que essa é a causa da maioria dos casos, estando, portanto, correta.

A afirmação II também está correta, de acordo com dados clínicos da doença.

Fonte:

- MOTA, I. et al. Úlcera Péptica - uma revisão abrangente sobre a etiologia, epidemiologia, diagnóstico, tratamento, complicações e prevenção. **Brazilian Journal of Health Review** , v. 6, n. 5, p. 24086–24095, 6 out. 2023.

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
------------------------

<b>36</b>
-----------

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A alternativa D está correta de acordo com o contexto apresentado, ou seja, uma criança sem sinais de desidratação irá fazer o tratamento de prevenção domiciliar da desidratação, o qual é feito, de acordo com orientações da Sociedade Brasileira de Pediatria, na quantidade de 50-100 ml após cada episódio de evacuação diarreica para menores de 1 ano.

Fonte:

- BATISTA, M. et al. **Diarreia aguda: diagnóstico e tratamento Departamento Científico de Gastroenterologia Presidente** . [s.l: s.n.].



<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
------------------------

<b>37</b>
-----------

**Recurso Procedente. Questão Anulada.**

O uso do verbo “deve” na alternativa B limita o tratamento ao uso da ivermectina via oral. O termo adequado seria “pode” conferindo um caráter de opção ao uso do fármaco. Há ainda, a necessidade de observar que a literatura recomenda a repetição do tratamento em 7-14 dias, o que torna essa opção incorreta.

Portanto, decide-se pela anulação da questão.

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
------------------------

<b>38</b>
-----------

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A alternativa C está correta, pois a ultrassonografia na avaliação de nódulos palpáveis em mulheres jovens é uma indicação reconhecida e bem estabelecida, não sendo citada nenhuma informação sobre a realização de mamografias.

Já a questão D está incorreta, pois ainda que o Ministério da Saúde tenha recomendações diferentes das apresentadas por outras entidades, a questão especifica a utilização do Ministério da Saúde como parâmetro.

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
------------------------

<b>39</b>
-----------

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

De acordo com dados epidemiológicos do Ministério da Saúde a alternativa A está correta; também está correta a alternativa B, pois é enfatizado na afirmação em questão que a investigação sorológica deve ser feita em casos de lesões SEM CAUSA DETERMINADA, ou seja, após anamnese e exame físico e a não identificação de uma causa. A alternativa C também está correta de acordo com dados apresentados na literatura médica em que consta a clínica da doença. Dessa forma, a opção D é a única incorreta, como estabelecido pelo Ministério da Saúde, o correto seria : a sífilis latente é dividida em latente recente (até um ano de infecção) e latente tardia (mais de um ano de infecção).

Fonte:

- [https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/protocolo\\_clinico\\_diretrizes\\_terapeutica\\_atencao\\_integral\\_pessoas\\_infecoes\\_sexualmente\\_transmissiveis.pdf](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/protocolo_clinico_diretrizes_terapeutica_atencao_integral_pessoas_infecoes_sexualmente_transmissiveis.pdf)

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
------------------------

<b>40</b>
-----------

**Recurso Procedente. Questão Anulada.**

A alternativa A está correta pois não estipula as condições em que o medicamento sulfametoxazol-trimetoprim pode ser usado empiricamente.

A alternativa C também está correta pois durante a gravidez, a ampicilina, a cefalexina, a amoxicilina e a amoxicilina com clavulanato podem ser opções terapêuticas.

Portanto, por conter mais de uma alternativa correta, resta a questão anulada.

**Cargo: Médico Ginecologista**

**Tipo 1 - BRANCA**

**30**

**Recurso Procedente. Questão Anulada.**

Na alternativa D há um erro de digitação colocando "ponto e vírgula" em trecho diferente do texto dando margem a interpretação errada.

Além disso, a melhor redação para alternativa A seria que a herpes zooster é frequentemente benigna e autolimitada.

**Tipo 1 - BRANCA**

**32**

**Recurso Procedente. Questão Anulada.**

De fato, a orientação horizontal ou anti-radial favorece a possibilidade da etiologia benigna do nódulo, de forma que a questão não apresenta alternativa correta.

**Tipo 1 - BRANCA**

**38**

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

D e acordo com a Federação Brasileira das Associações de Ginecologia e Obstetrícia, em publicação oficial sobre a Propedêutica mínima no climatério, Revista de Publicação oficial da Federação Brasileira das Associações de Ginecologia e Obstetrícia, VOL 50 n5, 2022, indicam a realização de densitometria óssea da mulher climatérica a idade superior a 65 anos, o uso crônico de corticoide, baixo peso, tabagismo atual, etilismo, artrite reumatoide, menopausa antes dos 45 anos, antecedente de fratura por fragilidade óssea ou pais com antecedente de fratura de quadril.

**Cargo: Médico Hematologista**

**Tipo 1 - BRANCA**

**30**

**Recurso Procedente. Questão Anulada.**

Na alternativa D há um erro de digitação colocando "ponto e vírgula" em trecho diferente do texto dando margem a interpretação errada.

Além disso, a melhor redação para alternativa A seria que a herpes zooster é frequentemente benigna e autolimitada.

Tipo 1 - BRANCA
-----------------

38
----

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A Leucemia Linfocítica Crônica (LLC) acomete predominantemente idosos e é mais comum entre os homens. Pacientes com doença em estágio inicial (Rai 0, Binet A) devem ser monitorados sem terapia, a menos que tenham evidência de progressão da doença. Os pacientes com doença de risco intermediário (estágios I e II) e de alto risco (estágios III e IV), de acordo com a classificação de Rai modificada, ou no estágio B ou C de Binet, geralmente se beneficiam do início do tratamento, porém a doença ativa deve ser claramente documentada para iniciar a terapia. Paciente do caso clínico recém diagnosticado com Leucemia Linfocítica Crônica, com indicação de monitoramento clínico e laboratorial inicial. Alternativa correta letra D.

Fonte:

- Associação Brasileira de Hematologia, Hemoterapia e Terapia Celular: diretrizes. Hematologia Clínica. Hematologia Laboratorial. Tratado de Hematologia.

**Cargo: Médico Infectologista**

Tipo 1 - BRANCA
-----------------

30
----

**Recurso Procedente. Questão Anulada.**

Na alternativa D há um erro de digitação colocando "ponto e vírgula" em trecho diferente do texto dando margem a interpretação errada.

Além disso, a melhor redação para alternativa A seria que a herpes zooster é frequentemente benigna e autolimitada.

Tipo 1 - BRANCA
-----------------

33
----

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A questão é clara ao solicitar que seja levada em conta o " Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas de Hepatite B e Coinfecções, do Ministério da Saúde".

Neste Protocolo constata-se, *ipsis litteris*: "Os indivíduos que apresentam risco muito elevado de exposição ao HBV e que possuem anti-HBs não reagente (< 10 UI/mL), coletado no tempo adequado, **devem ser revacinados com o esquema completo. Para indivíduos imunocompetentes, recomendam-se, no máximo, dois esquemas vacinais completos.**"

Desta forma, o recurso é improcedente.

Fonte:

- Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas de Hepatite B e Coinfecções [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Complexo da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente. – Brasília : Ministério da Saúde, 2023.

**Cargo: Médico Otorrinolaringologista**

**Tipo 1 - BRANCA**

**30**

**Recurso Procedente. Questão Anulada.**

Na alternativa D há um erro de digitação colocando "ponto e vírgula" em trecho diferente do texto dando margem a interpretação errada.

Além disso, a melhor redação para alternativa A seria que a herpes zoster é frequentemente benigna e autolimitada.

**Tipo 1 - BRANCA**

**36**

**Recurso Procedente. Questão Anulada.**

Nesse caso, enquanto o canal anterior detecta movimentos no plano sagital, o canal posterior detecta os movimentos do plano coronal.

Recurso procedente e questão anulada.

**Cargo: Médico Pediatra**

**Tipo 1 - BRANCA**

**1**

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A compreensão de um texto se dá não apenas pelo processamento de informações explícitas, mas, também, por meio de informações implícitas. Ou seja, a compreensão se dá pela mobilização de um modelo cognitivo, que integra as informações expressas com os conhecimentos prévios do leitor ou com elementos pressupostos no texto. Para que tal integração ocorra, é fundamental que as proposições explícitas sejam articuladas entre si e com o conhecimento de mundo do leitor, o que exige uma identificação dos sentidos que estão nas entrelinhas do texto (sentidos não explicitados pelo autor). Tais articulações só são possíveis, no entanto, a partir da identificação de pressupostos ou de processos inferenciais, ou seja, de processos de busca dos "vazios do texto", isto é, do que não está "dado" explicitamente no texto.

Nessa questão, é imprescindível que o candidato faça uma leitura atenta do texto e perceba que no 9º parágrafo a autora afirma que "*É para ler os artistas da palavra que aprendemos os recursos da língua...*". Dessa forma, o estudo da língua tem como finalidade **alcançar a fruição estética nas obras literárias**, pois, quando dominamos os recursos da língua, nos tornamos capazes de compreender os textos criados pelos artistas da palavra, ou seja, pelos autores do universo literário. Além disso, no 7º parágrafo, a autora afirma que "*A leitura de um livro nos faz adentrar cenários que se constroem com palavras e conhecer pessoas também feitas de palavras, que nos deixam saudade quando o livro se fecha. Escritores transformam palavras e frases (...) em arte e, assim, somos levados à fruição da linguagem*". Nesse sentido, só é possível desfrutar do prazer estético proporcionado pelo texto literário quem dispõe de uma competência leitora bem desenvolvida, o que ocorrerá se o leitor dominar os recursos da língua por meio do seu estudo.

As alternativas A, B e C não se relacionam com os objetivos do estudo da língua, de acordo com o texto. **Portanto, o gabarito é letra D.**

Fontes:

- ABAURRE, Maria Luiza M.; ABAURRE, Maria Bernadete; PONTARA, Marcela. **Português: contexto, interlocução e sentido** . 3ª ed. São Paulo: Moderna, 2016.
- CEREJA, William. COCHAR, Thereza. CLETO, Ciley. **Interpretação de Textos: Construindo Competências e Habilidades em Leitura** . 1ª ed. São Paulo: Atual, 2009.
- KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. **Ler e compreender os sentidos do texto** . São Paulo: Contexto, 2006.
- ROSENAL et al. **Interpretação de textos e semântica para concursos** . Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
<b>3</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A compreensão de um texto se dá não apenas pelo processamento de informações explícitas, mas, também, por meio de informações implícitas. Ou seja, a compreensão se dá pela mobilização de um modelo cognitivo, que integra as informações expressas com os conhecimentos prévios do leitor ou com elementos pressupostos no texto. Para que tal integração ocorra, é fundamental que as proposições explícitas sejam articuladas entre si e com o conhecimento de mundo do leitor, o que exige uma identificação dos sentidos que estão nas entrelinhas do texto (sentidos não explicitados pelo autor). Tais articulações só são possíveis, no entanto, a partir da identificação de pressupostos ou de processos inferenciais, ou seja, de processos de busca dos “vazios do texto”, isto é, do que não está “dado” explicitamente no texto.

Nessa questão, é imprescindível que o candidato faça uma leitura atenta do texto e perceba que, no 6º parágrafo, a autora menciona qual seria o papel dos professores em relação ao debate sobre as teses progressista e reacionária do idioma : *"A eles cabe a parte prática de incorporar essas teses libertárias ao cotidiano da sala de aula ou bater na tecla da importância de dominar a norma dos espaços de poder e, ao mesmo tempo, estimular os jovens a ler os autores da nossa literatura..."* Assim, nesse parágrafo, a articulista destaca três atitudes que os professores poderiam adotar e que, em outras palavras, são exatamente as alternativas *A. abordar o fenômeno da diversidade linguística* .; *B. estimular a leitura do cânone literário brasileiro.* e *C. ensinar o registro formal da língua oral e escrita.* A única atitude que não foi mencionada pela autora está reproduzida na letra D, que é *rebater as teses reacionária e progressista da língua. Portanto, o gabarito é letra D.*

Fontes:

- ABAURRE, Maria Luiza M.; ABAURRE, Maria Bernadete; PONTARA, Marcela. **Português: contexto, interlocução e sentido** . 3ª ed. São Paulo: Moderna, 2016.
- CEREJA, William. COCHAR, Thereza. CLETO, Ciley. **Interpretação de Textos: Construindo Competências e Habilidades em Leitura** . 1ª ed. São Paulo: Atual, 2009.
- KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. **Ler e compreender os sentidos do texto** . São Paulo: Contexto, 2006.
- ROSENAL et al. **Interpretação de textos e semântica para concursos** . Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
<b>23</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O acúmulo do líquido pleural, configurando o derrame pleural, é formado a partir do desequilíbrio em sua relação formação/reabsorção. De forma geral a fisiopatologia de transudato e exsudado podem ser diferenciados: Transudato: Fator sistêmico, não inflamatório, relacionado com o desequilíbrio nos gradientes pressóricos (hidrostáticos e/ou oncóticos). Exsudato: Fator local (pleuropulmonar), inflamatório, relacionado com o aumento da permeabilidade capilar

São possíveis causas de transudato: Insuficiência cardíaca congestiva (ICC); Cirrose; Síndrome nefrótica; Glomerulonefrite; Síndrome de veia cava superior; Diálise peritoneal; Mixedema (hipotireoidismo); Fistulas líquóricas para a pleura, entre outras causas.

Sao possíveis causas de exsudato: Doenças neoplásicas - Metástases; Mesotelioma; Linfoma; Doenças infecciosas - Derrame parapneumônico; Bacterianas; Fúngicas; Tuberculose. Embolia pulmonar; Colagenoses - Artrite reumatoide; Lúpus eritematoso sistêmico ou lúpus- *like* relacionado com medicamentos; Síndrome Sjögren; Síndrome de Churg-Strauss; Granulomatose de Wegener; Doenças gastrointestinais - Pancreatite; Abscesso subfrênico hepático e esplênico; Perfuração esofágica; Pós-operatório de cirurgia abdominal;Hérnia diafragmática.

Fontes:

- Light RW. Approach to the patient. In: Pleural diseases. 6th ed. New York: Lippincott; 2013.
- Light RW. Physiology of the pleural space. In: Pleural diseases. 6th ed. New York: Lippincott; 2013.
- Heffner JE. Pleural fluid analysis in adults with a pleural effusion. [Internet]. UpToDate. Waltham, MA: UpToDate Inc.

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
<b>26</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

De acordo com literatura medica mundial, sao as principais causas de anafilaxia, em ordem decrescente de frequencia: Alimentos (principalmente amendoim, nozes, crustaceos, leite de vaca e ovo de galinha); Picadas de insetos *Hymenoptera*; Medicamentos; Materiais biologicos; Latex e hemoderivados; Contrastes.

Fonte:

- Campbell MD; Kelso MD. Anaphylaxis: emergency treatment. Walls RM, Randolph AG, Feldweg AM, ed. UpToDate. Waltham, MA: UpToDate Inc.

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
<b>30</b>

**Recurso Procedente. Questão Anulada.**

Na alternativa D há um erro de digitação colocando "ponto e vírgula" em trecho diferente do texto dando margem a interpretação errada.

Além disso, a melhor redação para alternativa A seria que a herpes zooster é frequentemente benigna e autolimitada.

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
<b>36</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O agente etiológico mais comum da endocardite infecciosa na infância é o **Staphylococcus aureus**, especialmente em casos associados a dispositivos médicos ou cateteres. Entretanto, em crianças com cardiopatia congênita subjacente, outro patógeno frequentemente implicado é o **Streptococcus viridans**. A escolha do agente etiológico pode variar dependendo do contexto clínico e da presença de fatores de risco, como cirurgias cardíacas prévias ou imunossupressão.

Esses dois grupos de bactérias, junto com outros como o **Enterococcus** e os **gram-negativos**, podem ser responsáveis por infecções de válvulas cardíacas ou de próteses valvulares em pacientes pediátricos.

Fonte:

- Tratado de pediatria / organização Sociedade Brasileira de Pediatria. - 5. ed. - Barueri [SP] : Manole, 2022.

**Cargo: Médico Pneumologista**

**Tipo 1 - BRANCA**

**30**

**Recurso Procedente. Questão Anulada.**

Na alternativa D há um erro de digitação colocando "ponto e vírgula" em trecho diferente do texto dando margem a interpretação errada.

Além disso, a melhor redação para alternativa A seria que a herpes zoster é frequentemente benigna e autolimitada.

**Tipo 1 - BRANCA**

**32**

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

De acordo com o Consenso Brasileiro sobre bronquiectasias não fibrocísticas – Sociedade Brasileira de Pneumologia e Tisiologia, 2019, a primeira identificação de *P. aeruginosa* no escarro de um paciente portador de bronquiectasia não fibrocística, o mesmo deve ser tratado com um antibiótico sistêmico com ação antipseudomonas associado a um antibiótico inalatório.

Recomenda-se a realização de cultura de escarro de controle no período de 2-4 semanas após o término do tratamento.

No mesmo documento, DPOC é classificada como uma etiologia adquirida de bronquiectasia. Dessa forma, recurso improcedente.

**Cargo: Médico Regulador**

**Tipo 1 - BRANCA**

**24**

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

São fatores de proteção para calculos biliares: Dietas ricas em gorduras monossaturadas e fibras; Dietas contendo ômega-3 (óleo de oliva e peixe); Suplementação de vitamina C; Ingestão de café, frutas e legumes (controverso); Atividade física regular; Estatinas. As demais alternativas apresentadas são considerados fatores de risco para colelitíase, incluindo dieta insuficiente em fibras.

**Fontes:**

- Dong C, Condat B, Picon-Coste M, et al. Low-phospholipid-associated cholelithiasis syndrome: Prevalence, clinical features, and comorbidities. JHEP Rep. 2020; 3(2):100201.
- Littlefield A, Lenahan C. Cholelithiasis: Presentation and Management. J Midwifery Womens Health. 2019; 64(3):289-297.
- Jackson PG, Evans SRT. Biliary System. In: Townsend C. Sabiston Textbook of surgery. The biological basis of modern surgical practice. 20th ed. Philadelphia: Elsevier, 2017.
- European Association for the Study of the Liver. EASL Clinical Practice Guidelines on the prevention, diagnosis and treatment of gallstones. J Hepatol. 2016; 65(1):146-181.

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
------------------------

<b>30</b>
-----------

**Recurso Procedente. Questão Anulada.**

Na alternativa D há um erro de digitação colocando "ponto e vírgula" em trecho diferente do texto dando margem a interpretação errada.

Além disso, a melhor redação para alternativa A seria que a herpes zooster é frequentemente benigna e autolimitada.

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
------------------------

<b>33</b>
-----------

**Recurso Procedente. Gabarito alterado para alternativa D.**

A taquicardia ventricular é um ritmo ventricular que se apresenta com três ou mais batimentos sucessivos com frequência cardíaca acima de 100 bpm.

A taquicardia ventricular monomórfica é um tipo de arritmia cardíaca que se caracteriza por uma taquicardia ventricular com complexos QRS regulares e idênticos no eletrocardiograma (ECG), conforme na imagem demonstrada no caso clínico.

O gabarito correta seria a alternativa "D) Taquicardia ventricular monomórfica."

Fonte:

- Samesima N, God EG, Kruse JCL, Leal MG, França FFAC, Pinho C, et al. Diretriz da Sociedade Brasileira de Cardiologia sobre a Análise e Emissão de Laudos Eletrocardiográficos – 2022. Arq Bras Cardiol. 2022; 119(4):638-680.

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
------------------------

<b>35</b>
-----------

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

N o ACLS ( Suporte Avançado de Vida Cardiovascular) constata-se que: "O choque inicial, em pacientes adultos com PCR, utilizando um desfibrilador bifásico é de 120 a 200 Joules."

Desta forma, o recurso é improcedente.

Fonte:

- ELMER, J. Advanced cardiac life support (ACLS) in adults. UpToDate, 2023.

**Cargo: Médico Supervisor Hospitalar**

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
------------------------

<b>21</b>
-----------

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Para pacientes com ICFEP, os objetivos do tratamento são reduzir a gravidade da IC e aumentar o estado funcional. Não há evidências claras de que a terapia farmacológica, dieta ou outras terapias reduzam o risco de mortalidade em pacientes com ICFEP. A terapia inicial da ICFEP envolve Inibidor SGLT2, pois reduz o risco de hospitalização por IC em uma pequena quantidade e é uma das poucas terapias com efeito benéfico em pacientes com ICFEP. Normalmente iniciamos um inibidor de SGLT2 antes de adicionar outras terapias. A preferência por inibidores de SGLT2 como terapia de primeira linha para pacientes com ICFEP é baseada em ensaios clínicos que demonstram que



esses agentes reduzem o risco de hospitalização por insuficiência cardíaca e melhoram a qualidade de vida em comparação com o placebo. O benefício dos inibidores de SGLT2 deve ser ponderado em relação ao risco de infecções genitais micóticas recorrentes.

Fonte:

- [https://www.uptodate.com/contents/treatment-and-prognosis-of-heart-failure-with-preserved-ejection-fraction?search=icfep&source=search\\_result&selectedTitle=1%7E150&usage\\_type=default&display\\_rank=1#H3248283728](https://www.uptodate.com/contents/treatment-and-prognosis-of-heart-failure-with-preserved-ejection-fraction?search=icfep&source=search_result&selectedTitle=1%7E150&usage_type=default&display_rank=1#H3248283728).

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
<b>23</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O acúmulo do líquido pleural, configurando o derrame pleural, é formado a partir do desequilíbrio em sua relação formação/reabsorção. De forma geral a fisiopatologia de transudato e exsudado podem ser diferenciados: Transudato: Fator sistêmico, não inflamatório, relacionado com o desequilíbrio nos gradientes pressóricos (hidrostáticos e/ou oncóticos). Exsudato: Fator local (pleuropulmonar), inflamatório, relacionado com o aumento da permeabilidade capilar

São possíveis causas de transudato: Insuficiência cardíaca congestiva (ICC); Cirrose; Síndrome nefrótica; Glomerulonefrite; Síndrome de veia cava superior; Diálise peritoneal; Mixedema (hipotireoidismo); Fistulas liquóricas para a pleura, entre outras causas.

São possíveis causas de exsudato: Doenças neoplásicas - Metástases; Mesotelioma; Linfoma; Doenças infecciosas - Derrame parapneumônico; Bacterianas; Fúngicas; Tuberculose. Embolia pulmonar; Colagenoses - Artrite reumatoide; Lúpus eritematoso sistêmico ou lúpus- *like* relacionado com medicamentos; Síndrome Sjögren; Síndrome de Churg-Strauss; Granulomatose de Wegener; Doenças gastrointestinais - Pancreatite; Abscesso subfrênico hepático e esplênico; Perfuração esofágica; Pós-operatório de cirurgia abdominal; Hérnia diafragmática.

Fontes:

- Light RW. Approach to the patient. In: Pleural diseases. 6th ed. New York: Lippincott; 2013.
- Light RW. Physiology of the pleural space. In: Pleural diseases. 6th ed. New York: Lippincott; 2013.
- Heffner JE. Pleural fluid analysis in adults with a pleural effusion. [Internet]. UpToDate. Waltham, MA: UpToDate Inc.

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
<b>30</b>

**Recurso Procedente. Questão Anulada.**

Na alternativa D há um erro de digitação colocando "ponto e vírgula" em trecho diferente do texto dando margem a interpretação errada.

Além disso, a melhor redação para alternativa A seria que a herpes zoster é frequentemente benigna e autolimitada.

**Cargo: Médico Angiologista**

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
------------------------

<b>30</b>
-----------

**Recurso Procedente. Questão Anulada.**

Na alternativa D há um erro de digitação colocando "ponto e vírgula" em trecho diferente do texto dando margem a interpretação errada.

Além disso, a melhor redação para alternativa A seria que a herpes zoster é frequentemente benigna e autolimitada.

**Cargo: Médico Cardiologista**

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
------------------------

<b>30</b>
-----------

**Recurso Procedente. Questão Anulada.**

Na alternativa D há um erro de digitação colocando "ponto e vírgula" em trecho diferente do texto dando margem a interpretação errada.

Além disso, a melhor redação para alternativa A seria que a herpes zoster é frequentemente benigna e autolimitada.

**Cargo: Médico Cirurgião Cabeça e Pescoço**

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
------------------------

<b>30</b>
-----------

**Recurso Procedente. Questão Anulada.**

Na alternativa D há um erro de digitação colocando "ponto e vírgula" em trecho diferente do texto dando margem a interpretação errada.

Além disso, a melhor redação para alternativa A seria que a herpes zoster é frequentemente benigna e autolimitada.

**Cargo: Médico Endocrinologista**

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
------------------------

<b>30</b>
-----------

**Recurso Procedente. Questão Anulada.**

Na alternativa D há um erro de digitação colocando "ponto e vírgula" em trecho diferente do texto dando margem a interpretação errada.

Além disso, a melhor redação para alternativa A seria que a herpes zoster é frequentemente benigna e autolimitada.

**Cargo: Médico Endoscopista**

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
------------------------

<b>30</b>
-----------

**Recurso Procedente. Questão Anulada.**

Na alternativa D há um erro de digitação colocando "ponto e vírgula" em trecho diferente do texto dando margem a interpretação errada.

Além disso, a melhor redação para alternativa A seria que a herpes zooster é frequentemente benigna e autolimitada.

**Cargo: Médico Gastroenterologista**

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
------------------------

<b>30</b>
-----------

**Recurso Procedente. Questão Anulada.**

Na alternativa D há um erro de digitação colocando "ponto e vírgula" em trecho diferente do texto dando margem a interpretação errada.

Além disso, a melhor redação para alternativa A seria que a herpes zooster é frequentemente benigna e autolimitada.

**Cargo: Médico Mastologista**

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
------------------------

<b>30</b>
-----------

**Recurso Procedente. Questão Anulada.**

Na alternativa D há um erro de digitação colocando "ponto e vírgula" em trecho diferente do texto dando margem a interpretação errada.

Além disso, a melhor redação para alternativa A seria que a herpes zooster é frequentemente benigna e autolimitada.

**Cargo: Médico Neurologista**

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
------------------------

<b>30</b>
-----------

**Recurso Procedente. Questão Anulada.**

Na alternativa D há um erro de digitação colocando "ponto e vírgula" em trecho diferente do texto dando margem a interpretação errada.

Além disso, a melhor redação para alternativa A seria que a herpes zooster é frequentemente benigna e autolimitada.

**Cargo: Médico Oftalmologista**

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
------------------------

<b>30</b>
-----------

**Recurso Procedente. Questão Anulada.**

Na alternativa D há um erro de digitação colocando "ponto e vírgula" em trecho diferente do texto dando margem a interpretação errada.

Além disso, a melhor redação para alternativa A seria que a herpes zooster é frequentemente benigna e autolimitada.

**Cargo: Médico Ortopedista**

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
------------------------

<b>30</b>
-----------

**Recurso Procedente. Questão Anulada.**

Na alternativa D há um erro de digitação colocando "ponto e vírgula" em trecho diferente do texto dando margem a interpretação errada.

Além disso, a melhor redação para alternativa A seria que a herpes zooster é frequentemente benigna e autolimitada.

**Cargo: Médico Proctologista**

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
------------------------

<b>30</b>
-----------

**Recurso Procedente. Questão Anulada.**

Na alternativa D há um erro de digitação colocando "ponto e vírgula" em trecho diferente do texto dando margem a interpretação errada.

Além disso, a melhor redação para alternativa A seria que a herpes zooster é frequentemente benigna e autolimitada.

**Cargo: Médico Psiquiatra**

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
------------------------

<b>30</b>
-----------

**Recurso Procedente. Questão Anulada.**

Na alternativa D há um erro de digitação colocando "ponto e vírgula" em trecho diferente do texto dando margem a interpretação errada.

Além disso, a melhor redação para alternativa A seria que a herpes zooster é frequentemente benigna e autolimitada.

**Cargo: Médico Radiologista**

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
------------------------

<b>30</b>
-----------

**Recurso Procedente. Questão Anulada.**

Na alternativa D há um erro de digitação colocando "ponto e vírgula" em trecho diferente do texto dando margem a interpretação errada.

Além disso, a melhor redação para alternativa A seria que a herpes zooster é frequentemente benigna e autolimitada.

**Cargo: Médico Reumatologista**

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
------------------------

<b>30</b>
-----------

**Recurso Procedente. Questão Anulada.**

Na alternativa D há um erro de digitação colocando "ponto e vírgula" em trecho diferente do texto dando margem a interpretação errada.

Além disso, a melhor redação para alternativa A seria que a herpes zooster é frequentemente benigna e autolimitada.

**Cargo: Médico Ultrassonografista**

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
------------------------

<b>30</b>
-----------

**Recurso Procedente. Questão Anulada.**

Na alternativa D há um erro de digitação colocando "ponto e vírgula" em trecho diferente do texto dando margem a interpretação errada.

Além disso, a melhor redação para alternativa A seria que a herpes zooster é frequentemente benigna e autolimitada.

**Cargo: Médico Veterinário**

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
------------------------

<b>8</b>
----------

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A sequência está correta em:", a alternativa " **A**) F, F, V." foi adequadamente indicada como correta de acordo com os trechos destacados a seguir:

"Vamos começar do começo, o que é (**Primeira afirmativa - não há referência a todos os segmentos sociais**) educação midiática, afinal? É o "conjunto de habilidades para acessar, analisar, criar e participar de maneira crítica do ambiente informacional e midiático em todos os seus formatos — dos impressos aos digitais". Em um contexto onde as redes sociais, como o TikTok, (**Segunda afirmativa - Exatamente em virtude das redes sociais citadas é que a intervenção de uma educação midiática se faz necessária**) têm sido cada vez mais utilizadas por crianças e

adolescentes e os perfis em aplicativos de mensagens instantâneas, como o WhatsApp, também têm aumentado nos últimos anos, a educação midiática se mostra essencial) E não é apenas a ampliação do acesso a estas redes e plataformas que aponta a urgência de uma melhor educação midiática, mas a forma como a população interage com os conteúdos delas também.

O relatório "Leitores do século 21: Desenvolvendo habilidades de alfabetização em um mundo digital", da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), realizado entre estudantes brasileiros de 15 anos, constatou que 67,3% deles têm dificuldade em diferenciar fatos de opiniões ao lerem textos. Em outro estudo, somente 27% dos estudantes de escolas públicas e 18% de escolas privadas receberam orientações sobre como avaliar a qualidade das informações online, mas metade dos professores afirmou ter apoiado os alunos em situações sensíveis na internet, incluindo o uso excessivo de jogos digitais e experiências de discriminação e cyberbullying. 56% das(os) professoras(es) relatam já terem trabalhado com educação para a mídia, mas apenas 20% se sentem bem preparados para ensinar sobre o tema e somente 37% de fato participaram de iniciativas de formação sobre o assunto.

**(Terceira afirmativa – relatórios de pesquisas como argumentos)** Mais alguns números que permitem entender a crescente necessidade de maior investimento em educação midiática são os resultantes de pesquisa realizada pela OCDE: aproximadamente 41,9% das(os) estudantes foram ensinadas(os) a usar palavras-chave em mecanismos de busca; 52% aprenderam a avaliar a confiabilidade das informações online; 48,9% discutiram as consequências de compartilhar informações em redes sociais; e 45,7% foram orientadas(os) a identificar informações subjetivas ou tendenciosas.

É preciso manter em mente, também, as desigualdades socioeconômicas, digitais e educacionais, pois um menor acesso a dispositivos digitais e ao direito à educação, por exemplo, pode resultar em uma maior dificuldade na detecção de informações tendenciosas ou falsas. É o que mostra o estudo "Políticas de Educação Midiática", publicado pelo Instituto Veredas sob encomenda da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (Secom). Argumentação é um recurso da linguagem usado na defesa de um ponto de vista acerca de um assunto em situações de debate e discussão de ideias. Os debates formais, ou mesmo os informais, exigem uma ótima capacidade argumentativa por parte dos participantes.

Fonte:

- ERSE, Ricardo do Amaral. Português para os concursos de Técnico e Analista. 3ª edição. Bahia: Editora Juspodivm, 2014.

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
------------------------

<b>12</b>
-----------

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A questão possui o conteúdo de razões especiais, presente no edital. Existem algumas razões especiais muito utilizadas em nosso cotidiano, entre as quais se destaca a velocidade média.

Considere que cada volta na lagoa possui  $x$  km. Assim, na ida, foram gastos  $x/22.5$  horas. Na volta, foram gastos  $x/15$  horas. Assim, no trajeto total de  $x+x = 2x$  km, a velocidade média é

$$\frac{2x}{\frac{x}{22.5} + \frac{x}{15}} = 18$$

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
------------------------

<b>24</b>
-----------

**Recurso Procedente. Gabarito alterado para alternativa B.**

O controlador responde solidariamente com o operador. De acordo com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), tanto o controlador quanto o operador de dados podem ser responsabilizados pelos danos causados pelo tratamento inadequado de dados pessoais. O artigo 42 da LGPD estabelece que o controlador ou o operador que, em razão do exercício de atividade de tratamento de dados pessoais, causar dano patrimonial, moral, individual ou coletivo, em violação à legislação de proteção de dados pessoais, é obrigado a repará-lo. O parágrafo 1º do mesmo

artigo reforça que os agentes de tratamento respondem solidariamente pelos danos causados. Ressalta-se ainda, que o art. 43 da referida lei exclui a responsabilidade em alguns casos, quais sejam: Art. 43. Os agentes de tratamento só não serão responsabilizados quando provarem: I - que não realizaram o tratamento de dados pessoais que lhes é atribuído; II - que, embora tenham realizado o tratamento de dados pessoais que lhes é atribuído, não houve violação à legislação de proteção de dados; ou III - que o dano é decorrente de culpa exclusiva do titular dos dados ou de terceiro. O que não é o caso sob análise.

Fonte:

- BRASIL. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2018/Lei/L13709.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Lei/L13709.htm).

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
<b>35</b>

**Recurso Procedente. Questão Anulada.**

Decreto nº 9.013, de 29 de março de 2017, Art. 373, § 6º “Fica excluído da obrigação de pasteurização ou de outro tratamento térmico o leite que se destine à elaboração dos queijos submetidos a um processo de maturação a uma temperatura superior a 5ºC (cinco graus Celsius), durante um período não inferior a **sessenta dias**”. Dessa forma, por não haver alternativa que abarque tal indicação, a questão foi anulada.

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
<b>37</b>

**Recurso Procedente. Questão Anulada.**

Por haver mais de uma alternativa correta, a questão foi anulada.

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
<b>39</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O enunciado especifica o estado de Minas Gerais o qual possui legislação própria. Dentre elas temos o Decreto nº 48.024, de 19/08/2020 que regulamenta a Lei nº 23.157, de 18 de dezembro de 2018, que dispõe sobre a produção e a comercialização dos queijos artesanais de Minas Gerais, o qual consta em seu art. 3º:

“ Para a produção e a comercialização dos queijos artesanais de Minas Gerais, o estabelecimento produtor de queijo artesanal deverá ser registrado no Instituto Mineiro de Agropecuária - IMA ou no Serviço de Inspeção Municipal - SIM, de um único município ou organizado na forma de consórcio intermunicipal, auditado e autorizado pelo Estado, nos termos deste decreto e normas complementares.”

**Cargo: Motorista de Veículos Leves**

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
<b>5</b>

**Recurso Procedente. Gabarito alterado para alternativa A.**

Considerando os recursos interpostos, é correto afirmar que há inconsistência quanto à divulgação do gabarito correto da questão. A alternativa correta para a questão é a **letra A** - “[...] serem *subitamente* transformadas em pó.” (5º§) - inesperadamente”, pois a questão pede que seja assinalada a associação correta, visto isso, a palavra 'subitamente' é um advérbio que significa ‘de modo repentino, inesperado ou imprevisto, substituindo

corretamente a palavra destacada. Na alternativa B, é destacada a palavra 'soberba', ou seja, arrogância, ao contrário de modéstia. Na letra C, é destacada a palavra 'necessário', ou seja, algo essencial e não prescindível. Por fim, a alternativa D apresenta destacada a palavra 'perigoso', ou seja, algo com risco e não resguardado. Por isso, altera-se o gabarito da questão para letra A.

Fontes:

- O próprio texto.
- PLATÃO & FIORIN, **Para entender o texto. Leitura e redação**. 3ª Ed. São Paulo: Ática, 1992.

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
<b>19</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O argumento é improcedente, considerando que o número associado a cada nome corresponde ao número de letras multiplicado por seus antecessores. Observe:

BEATRIZ (7 letras) ?  $7 \times 6 \times 5 \times 4 \times 3 \times 2 \times 1 = 5040$

Desta forma, é possível concluir que a resposta correta é letra D - 5040.

Observe:

NOE ?  $3 \times 2 \times 1 = 6$

CAIO ?  $4 \times 3 \times 2 \times 1 = 24$

ÁGATA ?  $5 \times 4 \times 3 \times 2 \times 1 = 120$

Fonte:

- IANNINI, Marcela A. "Problemas de Lógica e Matemática: Sequências e Padrões". Editora Scipione. 2015
- TAHAN, Malba. "Desafios Lógicos e Matemáticos". Editora José Olympio. 2014.
- SCHIRO, Michael S. "Lógica e Raciocínio Matemático: Uma Abordagem Intuitiva". Editora Novo Século. 2017.

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
<b>20</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O argumento é improcedente, segue resolução abaixo:

$187 - x$  ? possuíam somente carteira de moto

$93 - x$  ? possuíam somente carteira de carro

$x$  ? possuíam as duas carteiras

$65$  ? não possuíam carteira

$300$  ? pessoas entrevistadas

$187 - x + 93 - x + x + 65 = 300$

$-x + x - x = 300 - 345$

$x = 45$

Como buscamos as pessoas com somente carteira de carro

$93 - 45 = 48$

$48/300$  simplificando

$4/25$  Resposta

Fonte:

- SHIRYAYEV, A. N. "Probabilidade: Teoria e Aplicações". Editora Springer. 2015.
- FREUND, John E. WALPOLE, Ronald E. "Probabilidade e Estatística com Aplicações". Editora Pearson. 2017.
- DEVORE, Jay L. "Probabilidade e Estatística para Engenharia e Ciências". Editora Cengage. 2020.



<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
------------------------

<b>21</b>
-----------

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Economicamente falando, entre pontos positivos e negativos do Plano Real, podemos destacar:

Estabilizou a economia brasileira e colocou a inflação sob controle;

Pareou a moeda nacional com o dólar;

Manteve o poder de compra do trabalhador baixo;

Aumentou o desemprego.

Do ponto de vista político, o sucesso do Plano Real referendou Fernando Henrique Cardoso para a disputa presidencial de 1994. Enquanto ministro da Fazenda, FHC ficou marcado como o grande responsável pelo Plano Real. Por conta disso, FHC abandonou o Ministério da Fazenda, em março de 1994, para poder concorrer à eleição presidencial.

A popularidade de FHC foi tão grande que ele foi eleito presidente no primeiro turno, com cerca de 55% dos votos, totalizando mais de 34 milhões de votos. Na presidência, FHC implementou novas mudanças ao Plano Real.

Frente ao exposto mantenha-se o gabarito. D) II, III e IV, apenas.

Fontes:

- <https://brasilecola.uol.com.br/historiab/itamar-economia.htm>.
- <https://mundoeducacao.uol.com.br/historiadobrasil/plano-real.htm>.

**Cargo: Motorista de Veículos Pesados**

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
------------------------

<b>14</b>
-----------

**Recurso Procedente. Questão Anulada.**

Existe um erro de digitação nas alternativas dispostas na questão, quanto à sequência das alternativas, que a torna nula.

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
------------------------

<b>26</b>
-----------

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Entre as principais invenções e descobertas do período destacam-se:

- Utilização da informática e da eletrônica nos processos produtivos;
- Uso de energia atômica na produção de eletricidade e nas pesquisas relacionadas à medicina, principalmente na biotecnologia e na engenharia genética;
- Criação dos primeiros aparelhos celulares e posterior aprimoramento com uso tecnologias de ponta, que deu origem aos *smartphones* e *tablets* ;
- Avanços tecnológicos na engenharia espacial, com criação e lançamento de foguetes, ida do homem à Lua, criação de estações espaciais, de satélites artificiais e de sondas para estudo de planetas e satélites;
- Criação e expansão da internet.

Frente ao exposto mantenha-se o gabarito. D) I, III e IV.

Fonte:

- <https://www.educamaisbrasil.com.br/enem/historia/terceira-revolucao-industrial>.

Tipo 1 - BRANCA
-----------------

30
----

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Abaporu é uma obra da pintora **modernista** Tarsila do Amaral.

O realismo foi um movimento artístico e literário que surgiu na Europa, no século XIX, como uma reação ao romantismo. O movimento se caracterizou pela busca de uma representação objetiva da realidade, sem idealizações, e pela preferência pela razão e pelo conhecimento baseado na observação.

Frente ao exposto mantenha-se o gabarito. A) “Abaporu” é uma obra da pintora realista Tarsila do Amaral.

Fontes:

- <https://brasilecola.uol.com.br/literatura/realismo.htm#:~:text=O%20realismo%20foi%20uma%20tend%C3%A2ncia,%C3%A0%20veracidade%20das%20situa%C3%A7%C3%B5es%20cotidianas.> Acesso em 28/10/2024.
- <https://brasilecola.uol.com.br/artes/abaporu.htm>. Acesso em 18/06/2024.

**Cargo: Museólogo**

Tipo 1 - BRANCA
-----------------

23
----

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

De acordo com o Art. 39, §§ 4º e 8º da Constituição Federal: Art. 39. (...) § 4º O membro de Poder, o detentor de mandato eletivo, os Ministros de Estado e os Secretários Estaduais e Municipais serão remunerados exclusivamente por subsídio fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória, obedecido, em qualquer caso, o disposto no art. 37, X e XI. § 8º A remuneração dos servidores públicos organizados em carreira poderá ser fixada nos termos do § 4º., Não obstante, subsídio é um pagamento único e fixo, sem adicionais e, cargos organizados em carreira: São empregos públicos com diferentes níveis ou etapas. Como Rafael é um servidor público com um cargo organizado em carreira, pode subir de nível com o tempo. Segundo a lei, o salário pode ser pago como subsídio, um valor fixo que não muda com gratificações ou bônus. Neste caso, Rafael receberia um valor único e fixo pelo seu trabalho, sem adicionais.

Tipo 1 - BRANCA
-----------------

24
----

**Recurso Procedente. Gabarito alterado para alternativa B.**

O **controlador responde solidariamente com o operador**. De acordo com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), tanto o controlador quanto o operador de dados podem ser responsabilizados pelos danos causados pelo tratamento inadequado de dados pessoais. O artigo 42 da LGPD estabelece que o controlador ou o operador que, em razão do exercício de atividade de tratamento de dados pessoais, causar dano patrimonial, moral, individual ou coletivo, em violação à legislação de proteção de dados pessoais, é obrigado a repará-lo. O parágrafo 1º do mesmo artigo reforça que os agentes de tratamento respondem solidariamente pelos danos causados. Ressalta-se ainda, que o art. 43 da referida lei exclui a responsabilidade em alguns casos, quais sejam: Art. 43. Os agentes de tratamento só não serão responsabilizados quando provarem: I - que não realizaram o tratamento de dados pessoais que lhes é atribuído; II - que, embora tenham realizado o tratamento de dados pessoais que lhes é atribuído, não houve violação à legislação de proteção de dados; ou III - que o dano é decorrente de culpa exclusiva do titular dos dados ou de terceiro. O que não é o caso sob análise.

Fonte:

- BRASIL. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2018/Lei/L13709.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Lei/L13709.htm).

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
------------------------

<b>29</b>
-----------

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Compulsando com denodo a questão de prova, formal e materialmente, conclui-se que a mesma **não apresenta vícios ou erros** que sugiram a sua anulação ou alteração de gabarito.

O **gabarito provisório** da questão, que indica a **alternativa “B”, está correto**. Logo, reitere-se que a questão não apresenta qualquer imprecisão, em especial:

- não havendo erros ou imprecisões no enunciado ou nas alternativas da questão;
- não havendo ausência de resposta entre as alternativas;
- não havendo mais de uma alternativa em conformidade com o enunciado e comando da questão;
- não havendo quaisquer discrepâncias com o conteúdo programático editalício.

Deste modo e antecipadamente, conclui-se que não deverão prosperar as razões de recurso relativas à questão em análise, especialmente pelos **argumentos de Contrarrazões em Recurso** a seguir:

**I** - A questão possui clareza, coerência e coesão de linguagem no seu enunciado, comando e alternativas.

**II** - A questão aborda o assunto “ Provimento em cargo público ”, temática constante do conteúdo programático do edital: Lei Complementar nº 9/1992 do município de Divinópolis (Estatuto dos Servidores Públicos).

**III - A alternativa correta é a “B”,** pois diverge do mandamento do artigo 9º da Lei Complementar nº 9/1992 do município de Divinópolis (Estatuto dos Servidores Públicos). Este dispositivo legal preconiza que “a investidura em cargo público ocorrerá **com a posse**” e não com o exercício em cargo público como assevera a alternativa. Logo, a alternativa “B” se adequa perfeitamente ao comando da questão, que usa o comando “exceto”.

Insta salientar que posse e exercício são etapas diversas para o ingresso do servidor em cargo público. A investidura no cargo se dá pela posse. Já o exercício no cargo é a etapa final, momento em que a investidura já ocorreu, traduzindo-se no efetivo início da prestação do serviço público pelo servidor.

**IV** - Enquanto isto as alternativas “A”, “C” e “D” não atendem ao enunciado e comando da questão, pois afirmam a verdade de acordo com a mesma Lei (o Estatuto dos Servidores Públicos). As afirmações nesta alternativas se adequam precisamente à dicção e compreensão dos seguintes dispositivos legais desta LC nº 9/1992, respectivamente:

Alternativa A: artigo 10, I e IV;

Alternativa C: artigo 28, primeira parte, c/c artigo 29, caput; e

Alternativa D: artigo 27.

Especialmente com relação à alternativa C, analisemos a assertiva e os dispositivos legais inerentes:

“C) A reversão, pela qual é possível o retorno do servidor aposentado por invalidez, far-se-á no mesmo cargo ou no cargo resultante de sua transformação a pedido ou de ofício.”

“ **Art. 28.** Reversão é o retorno à atividade de servidor aposentado por invalidez (...)”

**Art. 29.** A reversão far-se-á no mesmo cargo ou no cargo resultante de sua transformação a pedido ou de ofício.”

É importante esclarecer que, quando a alternativa não assevera sobre os procedimentos e ações legais que a junta médica deve realizar para declarar a insubsistência dos motivos determinantes da aposentadoria por invalidez, isto, em nenhuma hipótese, elide a verdade que a alternativa afirma ao expor a correta definição dessa espécie de provimento em cargo público: “ reversão é o retorno à atividade de servidor aposentado por invalidez ”.

Enfim, não usar o texto completo do dispositivo legal na assertiva, não invalida, necessariamente, a parte textual precisamente correta que foi afirmada. E evidentemente, considere-se também que restam mantidos o sentido e o rigor conceitual do que foi afirmado, pois, afinal, realmente a “reversão é o retorno à atividade de servidor aposentado por invalidez”.

Assim, é incontroverso que apenas a **alternativa B** atende ao enunciado e comando da questão, logo, estando preciso o gabarito que indica esta alternativa como correta.

**Delibera-se nestas Contrarrazões pela improcedência dos recursos .**

No que tange, (i) recurso desprovido de pedido e/ou fundamentação; (ii) ou quando elaborado de forma genérica, sem o desenvolvimento de argumentos que se atenham especificamente à temática da questão; (iii) ou, por fim, quando seu conteúdo apresenta total disparidade com o assunto da questão: **delibera-se nestas Contrarrazões pela condição de “recurso prejudicado”**.

Fonte:

- Lei Complementar nº 9/1992 do município de Divinópolis (Estatuto dos Servidores Públicos); Constituição da República Federativa do Brasil (1988); MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo. 36ª ed. Ed. Malheiros. São Paulo, 2023; PIETRO, Maria Sylvia Zanella Di. Direito Administrativo. 25ª ed. Ed. Atlas. São Paulo, 2022.

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
------------------------

<b>33</b>
-----------

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A alternativa CORRETA é a letra **B**. O antigo palacete, onde se situa o Museu da República, e seu entorno documentam dois períodos distintos da história política e social da cidade do Rio de Janeiro e do país: o Brasil Império e a vida urbana das elites cafeicultoras e escravocratas; o Brasil Republicano e o dia a dia do poder no bairro carioca do Catete. O imponente palácio serviu de residência para o Barão de Nova Friburgo e sua família, entre 1866 e 1890, e para os presidentes republicanos, entre 1897 e 1960. No prédio, citado como um exemplo da arquitetura civil de inspiração italiana feita no Brasil, os elementos arquitetônicos e decorativos, objetos e mobiliários originais compõem os diversos salões, cenário para a reconstituição dos modos de vida na corte e dos acontecimentos marcantes ocorridos nos bastidores do poder republicano. Na entrada principal do museu, voltada para a Rua do Catete, o suntuoso vestíbulo e a escada principal conduzem aos salões do segundo e do terceiro pavimentos, onde se localiza um dos espaços, ainda hoje, mais procurados no museu, os aposentos do presidente Getúlio Vargas que ali cometeu suicídio, em 24 de agosto de 1954. No térreo, a representação alegórica do sentimento republicano pode ser apreciada na obra do pintor Pedro Bruno, "A Pátria", instalada no Salão Ministerial. Dali, o público tem acesso ao jardim histórico, projeto executado, em 1896, pelo paisagista Paul Villon, discípulo de Auguste Marie Françoise Glaziou. Desde a criação do museu, o jardim tornou-se um ponto de referência para os moradores do bairro, lugar de lazer e de atividade culturais.

Fontes:

- <https://enciclopedia.itaucultural.org.br/instituicao507999/museu-nacional-da-republica>
- <https://vejario.abril.com.br/cidade/museu-da-republica-e-imperial-abertos-apos-ameaca-fechamento>
- [https://diariodorio.com/palacio-do-catete-passa-por-revitalizacao-apos-ameaca-de-fechamento/#google\\_vignette](https://diariodorio.com/palacio-do-catete-passa-por-revitalizacao-apos-ameaca-de-fechamento/#google_vignette)
- <https://www.museusdorio.com.br/site/index.php/museus-cidade-do-rio/area-de-planejamento-2/item/77-museu-da-republica-palacio-do-catete>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

“Pode-se concluir a partir das ideias e informações apresentadas que:

- I. Um maior investimento em educação midiática é fator a ser mantido de acordo com as pesquisas apresentadas.
- II. A urgência de uma melhor educação midiática justifica-se a partir dos resultados de pesquisa constatados de forma objetiva.
- III. Desigualdades sociais são, muitas vezes, a causa de consequências prejudiciais mediante o acesso às informações na internet.”

De acordo com o enunciado da questão a alternativa “ **D** ) II e III, apenas.” foi adequadamente indicada como correta de acordo com os destaques a seguir:

Vamos começar do começo, o que é educação midiática, afinal? É o "conjunto de habilidades para acessar, analisar, criar e participar de maneira crítica do ambiente informacional e midiático em todos os seus formatos — dos impressos aos digitais" (referência). Em um contexto onde as redes sociais, como o TikTok, têm sido cada vez mais utilizadas por crianças e adolescentes e os perfis em aplicativos de mensagens instantâneas, como o WhatsApp, também têm aumentado nos últimos anos, a educação midiática se mostra essencial. E não é apenas a ampliação do acesso a estas redes e plataformas que aponta a urgência de uma melhor educação midiática, mas a forma como a população interage com os conteúdos delas também.

O relatório "Leitores do século 21: Desenvolvendo habilidades de alfabetização em um mundo digital", da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), realizado entre estudantes brasileiros de 15 anos, constatou que 67,3% deles têm dificuldade em diferenciar fatos de opiniões ao lerem textos. **III - Em outro estudo, somente 27% dos estudantes de escolas públicas e 18% de escolas privadas receberam orientações sobre como avaliar a qualidade das informações online**, mas metade dos professores afirmou ter apoiado os alunos em situações sensíveis na internet, incluindo o uso excessivo de jogos digitais e experiências de discriminação e cyberbullying. 56% das(os) professoras(es) relatam já terem trabalhado com educação para a mídia, mas apenas 20% se sentem bem preparados para ensinar sobre o tema e somente 37% de fato participaram de iniciativas de formação sobre o assunto.

II - Mais alguns números que permitem entender a crescente necessidade de **maior investimento ( I - e não fator a ser mantido) em educação midiática** são os resultantes de pesquisa realizada pela OCDE: aproximadamente 41,9% das(os) estudantes foram ensinadas(os) a usar palavras-chave em mecanismos de busca; 52% aprenderam a avaliar a confiabilidade das informações online; 48,9% discutiram as consequências de compartilhar informações em redes sociais; e 45,7% foram orientadas(os) a identificar informações subjetivas ou tendenciosas.

É preciso manter em mente, também, as desigualdades socioeconômicas, digitais e educacionais, pois um menor acesso a dispositivos digitais e ao direito à educação, por exemplo, pode resultar em uma maior dificuldade na detecção de informações tendenciosas ou falsas. É o que mostra o estudo "Políticas de Educação Midiática", publicado pelo Instituto Veredas sob encomenda da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (Secom).”

Fontes:

- AQUINO, Renato. Interpretação de Textos. Ed. Impetus.
- COSTA, S. R. Dicionário de gêneros textuais. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.
- EMEDIATO, W. A fórmula do texto: redação, argumentação e leitura. São Paulo: Geração Editoria, 2004.
- FIORIN, J. L.; SAVIOLI, F. P. Lições de texto: leitura e redação. São Paulo: Ática, 2006. GARCIA, O. M. Comunicação em prosa moderna. 27. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010.

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A sequência está correta em:”, a alternativa “**(A) F, F, V.**” foi adequadamente indicada como correta de acordo com os trechos destacados a seguir:

“Vamos começar do começo, o que é **(Primeira afirmativa - não há referência a todos os segmentos sociais )** educação midiática, afinal? É o "conjunto de habilidades para acessar, analisar, criar e participar de maneira crítica do ambiente informacional e midiático em todos os seus formatos — dos impressos aos digitais" . Em um contexto onde as redes sociais, como o TikTok, **(Segunda afirmativa - Exatamente em virtude das redes sociais citadas é que a intervenção de uma educação midiática se faz necessária)** têm sido cada vez mais utilizadas por crianças e adolescentes e os perfis em aplicativos de mensagens instantâneas, como o WhatsApp, também têm aumentado nos últimos anos, a educação midiática se mostra essencial) E não é apenas a ampliação do acesso a estas redes e plataformas que aponta a urgência de uma melhor educação midiática, mas a forma como a população interage com os conteúdos delas também.

O relatório "Leitores do século 21: Desenvolvendo habilidades de alfabetização em um mundo digital", da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), realizado entre estudantes brasileiros de 15 anos, constatou que 67,3% deles têm dificuldade em diferenciar fatos de opiniões ao lerem textos. Em outro estudo, somente 27% dos estudantes de escolas públicas e 18% de escolas privadas receberam orientações sobre como avaliar a qualidade das informações online, mas metade dos professores afirmou ter apoiado os alunos em situações sensíveis na internet, incluindo o uso excessivo de jogos digitais e experiências de discriminação e cyberbullying. 56% das(os) professoras(es) relatam já terem trabalhado com educação para a mídia, mas apenas 20% se sentem bem preparados para ensinar sobre o tema e somente 37% de fato participaram de iniciativas de formação sobre o assunto.

**(Terceira afirmativa – relatórios de pesquisas como argumentos)** Mais alguns números que permitem entender a crescente necessidade de maior investimento em educação midiática são os resultantes de pesquisa realizada pela OCDE: aproximadamente 41,9% das(os) estudantes foram ensinadas(os) a usar palavras-chave em mecanismos de busca; 52% aprenderam a avaliar a confiabilidade das informações online; 48,9% discutiram as consequências de compartilhar informações em redes sociais; e 45,7% foram orientadas(os) a identificar informações subjetivas ou tendenciosas.

É preciso manter em mente, também, as desigualdades socioeconômicas, digitais e educacionais, pois um menor acesso a dispositivos digitais e ao direito à educação, por exemplo, pode resultar em uma maior dificuldade na detecção de informações tendenciosas ou falsas. É o que mostra o estudo "Políticas de Educação Midiática", publicado pelo Instituto Veredas sob encomenda da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (Secom). Argumentação é um recurso da linguagem usado na defesa de um ponto de vista acerca de um assunto em situações de debate e discussão de ideias. Os debates formais, ou mesmo os informais, exigem uma ótima capacidade argumentativa por parte dos participantes.

Fonte:

- ERSE, Ricardo do Amaral. Português para os concursos de Técnico e Analista. 3ª edição. Bahia: Editora Juspodivm, 2014.

Tipo 1 - BRANCA
-----------------

12
----

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A questão possui o conteúdo de razões especiais, presente no edital. Existem algumas razões especiais muito utilizadas em nosso cotidiano, entre as quais se destaca a velocidade média.

Considere que cada volta na lagoa possua  $x$  km. Assim, na ida, foram gastos  $x/22.5$  horas. Na volta, foram gastos  $x/15$  horas. Assim, no trajeto total de  $x+x = 2x$  km, a velocidade média é

$$\frac{2x}{\frac{x}{22.5} + \frac{x}{15}} = 18$$

Tipo 1 - BRANCA
-----------------

13
----

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

De acordo com as informações do enunciado, pode-se concluir que fizeram:

- Apenas 4 atividades: 25 alunos
- Apenas 3 atividades:  $35-25 = 10$  alunos
- Apenas 2 atividades: 44 alunos
- Apenas 1 atividade:  $105 - 44 - 10 - 25 = 26$  alunos

Tipo 1 - BRANCA
-----------------

14
----

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A questão solicita o número de vezes que o algarismo 1 aparece entre 1 e 284. Note que, em números como 11, 121, ou 111, deve-se contar cada vez que o algarismo aparece. Assim:

- De 1 a 100: O algarismo 1 aparece 21 vezes.
- De 101 a 200: O algarismo 1 aparece 119 vezes.
- De 201 a 284: O algarismo 1 aparece 19 vezes.

Logo, o total de vezes é  $21 + 119 + 19 = 159$ .

Tipo 1 - BRANCA
-----------------

31
----

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Espera-se que o candidato identifique uma alternativa que responda corretamente ao solicitado no enunciado. A alternativa D **não está completamente correta**, uma vez que “preferências regionais” não faz parte das leis da alimentação. Embora as escolhas regionais sejam um elemento essencial no planejamento de cardápios, a alternativa D refere-se especificamente às leis da alimentação, e não a outros aspectos do planejamento alimentar.

Fonte:

- Reggiolli, MR. Planejamento estratégico de cardápios para gestão de negócios em alimentação/ Marcia Regina Reggiolli - - 2. ed. - - São Paulo: Editora Atheneu, 2010.

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
------------------------

<b>32</b>
-----------

**Recurso Procedente. Questão Anulada.**

Diante dos recursos apresentados, entende-se que a alternativa B abriu margem para uma dupla interpretação .

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
------------------------

<b>34</b>
-----------

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A alternativa incorreta é a letra C) Esterilização: refere-se a um tratamento térmico que inativa parcialmente todos os micro-organismos patogênicos e deterioradores que possam crescer sob condições normais de estocagem.

Como bem colocado no recurso, todas as outras alternativas estão corretas. No entanto, foi solicitado que o candidato assinalasse a afirmativa incorreta.

A alternativa C está incorreta, pois a esterilização inativa totalmente todos os microorganismos, e não parcialmente, como foi colocado.

Fonte:

- Candido, CC. Guia técnico de nutrição e dietética/organização Cynthia Cavallini Candido. [et al.]. – 1. ed. – Barueri [SP]: Manole, 2019.

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
------------------------

<b>36</b>
-----------

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A alternativa correta é a **letra B) I, apenas**.

II) Incorreta - RDA: refere-se à quantidade **recomendada** considerando-se os **níveis médios de ingestão dietética diários**, suficientes para **alcançar a necessidade nutricional de quase todos os indivíduos sadios (97% a 98%)**, levando em conta faixa etária, estados fisiológicos específicos e gênero.

III) Incorreta - UL: refere-se aos níveis mais altos de ingestão diária de um nutriente, prováveis de **não** causarem risco ou efeito adverso à saúde de **quase** todos os indivíduos de determinado grupo populacional.

IV) Incorreta - EAR: refere-se à quantidade de um nutriente que é **estimada** para alcançar a necessidade do nutriente **pela metade dos indivíduos sadios de um grupo populacional I**, de acordo com o estágio da vida e gênero.

Fontes:

- Institute of Medicine (US) Standing Committee on the Scientific Evaluation of Dietary Reference Intakes and its Panel on Folate, Other B Vitamins, and Choline. Dietary Reference Intakes for Thiamin, Riboflavin, Niacin, Vitamin B6, Folate, Vitamin B12, Pantothenic Acid, Biotin, and Choline. Washington (DC): National Academies Press (US); 1998. 3, A Model for the Development of Tolerable Upper Intake Levels. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/books/NBK114326/>
- COSTA, N. M. B.; RIBEIRO, S. M. R.; PELUZIO, M. C. G. Conceito e Histórico da Nutrição. In: COSTA, N. M. B.; PELUZIO, M. C. G. Nutrição e Metabolismo Humano. 1. ed. Rio de Janeiro: Rubio, 2021.



**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A alternativa incorreta é a letra **C) Comprometimento de ácidos graxos decorrente da reação de Maillard.**

A questão 38 pede para, entre as alternativas apresentadas, assinalar aquela que **NÃO** é um efeito indesejável na cocção de alimentos.

De acordo com Domene, “Em dietética, a **lixiviação** refere-se à remoção dos nutrientes do conteúdo intracelular por ação da água nos processos de higienização ou na cocção úmida por imersão. Mais resistentes ao calor, os minerais apresentam relativa estabilidade ao aquecimento, sendo mais suscetíveis à perda por **lixiviação** quando o conteúdo celular de alimentos de origem animal ou vegetal é exposto à água. Evitar seccionar demais o alimento, mantendo-o o mais inteiro possível, e diminuir o contato com a água são medidas no pré-preparo e no preparo que diminuem o efeito da **lixiviação**. ”

Comprometimento de **aminoácidos** decorrente da reação de Maillard. O aquecimento de **alimentos que são fontes de proteínas e de açúcares redutores**, ou de combinações de alimentos com essas características em condições de baixa umidade, favorece a reação de grupos amínicos livres com grupos hidroxila-glicosídicos. Quando submetidos a calor e em baixa umidade, alimentos com aminoácidos e açúcares redutores podem resultar em desenvolvimento de aromas, cores e sabores especiais, que conferem aspectos sensoriais bastante apreciados, o que caracteriza a reação de Maillard. Em uma primeira etapa, são produzidas as bases de Schiff, aldose-aminas e compostos de Amadori; a continuidade da reação dá origem a uma variada gama de compostos, entre os quais moléculas insaturadas que se polimerizam. O efeito visual da reação mais perceptível é o escurecimento, chamado escurecimento não enzimático. A casca tostada dos produtos de panificação, ou a cor dourada das batatas fritas são indicativos da reação de Maillard.

Fonte:

- DOMENE, S. M. A. Fundamentos para o Estudo da Dietética. In: DOMENE, S. M. A. Técnica Dietética: teoria e aplicações. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2018. Página: 73.

**Cargo: Oficial de Serviços Coveiro**

**Recurso Procedente. Gabarito alterado para alternativa A.**

Considerando os recursos interpostos, é correto afirmar que há inconsistência quanto à divulgação do gabarito correto da questão. A alternativa correta para a questão é a **letra A** - “[...] serem subitamente transformadas em pó. ” (5º§) - inesperadamente”, pois a questão pede que seja assinalada a associação correta, visto isso, a palavra 'subitamente' é um advérbio que significa ‘de modo repentino, inesperado ou imprevisto, substituindo corretamente a palavra destacada. Na alternativa B, é destacada a palavra ‘soberba’, ou seja, arrogância, ao contrário de modéstia. Na letra C, é destacada a palavra ‘necessário’, ou seja, algo essencial e não prescindível. Por fim, a alternativa D apresenta destacada a palavra ‘perigoso’, ou seja, algo com risco e não resguardado. Por isso, altera-se o gabarito da questão para letra A.

Fontes:

- O próprio texto.
- PLATÃO & FIORIN, **Para entender o texto. Leitura e redação.** 3ª Ed. São Paulo: Ática, 1992.

## Cargo: Oficial de Serviços Carpinteiro

Tipo 1 - BRANCA
-----------------

5
---

### Recurso Procedente. Gabarito alterado para alternativa A.

Considerando os recursos interpostos, é correto afirmar que há inconsistência quanto à divulgação do gabarito correto da questão. A alternativa correta para a questão é a **letra A** - “[...] serem subitamente transformadas em pó.” (5º§) - inesperadamente”, pois a questão pede que seja assinalada a associação correta, visto isso, a palavra 'subitamente' é um advérbio que significa 'de modo repentino, inesperado ou imprevisto, substituindo corretamente a palavra destacada. Na alternativa B, é destacada a palavra 'soberba', ou seja, arrogância, ao contrário de modéstia. Na letra C, é destacada a palavra 'necessário', ou seja, algo essencial e não prescindível. Por fim, a alternativa D apresenta destacada a palavra 'perigoso', ou seja, algo com risco e não resguardado. Por isso, altera-se o gabarito da questão para letra A.

Fontes:

- O próprio texto.
- PLATÃO & FIORIN, **Para entender o texto. Leitura e redação**. 3ª Ed. São Paulo: Ática, 1992.

## Cargo: Oficial de Serviços Jardineiro

Tipo 1 - BRANCA
-----------------

5
---

### Recurso Procedente. Gabarito alterado para alternativa A.

Considerando os recursos interpostos, é correto afirmar que há inconsistência quanto à divulgação do gabarito correto da questão. A alternativa correta para a questão é a **letra A** - “[...] serem subitamente transformadas em pó.” (5º§) - inesperadamente”, pois a questão pede que seja assinalada a associação correta, visto isso, a palavra 'subitamente' é um advérbio que significa 'de modo repentino, inesperado ou imprevisto, substituindo corretamente a palavra destacada. Na alternativa B, é destacada a palavra 'soberba', ou seja, arrogância, ao contrário de modéstia. Na letra C, é destacada a palavra 'necessário', ou seja, algo essencial e não prescindível. Por fim, a alternativa D apresenta destacada a palavra 'perigoso', ou seja, algo com risco e não resguardado. Por isso, altera-se o gabarito da questão para letra A.

Fontes:

- O próprio texto.
- PLATÃO & FIORIN, **Para entender o texto. Leitura e redação**. 3ª Ed. São Paulo: Ática, 1992.

## Cargo: Professor de Música – Percussão

Tipo 1 - BRANCA
-----------------

5
---

### Recurso Procedente. Gabarito alterado para alternativa A.

Considerando os recursos interpostos, é correto afirmar que há inconsistência quanto à divulgação do gabarito correto da questão. A alternativa correta para a questão é a **letra A** - “[...] serem subitamente transformadas em pó.” (5º§) - inesperadamente”, pois a questão pede que seja assinalada a associação correta, visto isso, a palavra

'subitamente' é um advérbio que significa 'de modo repentino, inesperado ou imprevisto, substituindo corretamente a palavra destacada. Na alternativa B, é destacada a palavra 'soberba', ou seja, arrogância, ao contrário de modéstia. Na letra C, é destacada a palavra 'necessário', ou seja, algo essencial e não prescindível. Por fim, a alternativa D apresenta destacada a palavra 'perigoso', ou seja, algo com risco e não resguardado. Por isso, altera-se o gabarito da questão para letra A.

Fontes:

- O próprio texto.
- PLATÃO & FIORIN, **Para entender o texto. Leitura e redação.** 3ª Ed. São Paulo: Ática, 1992.

**Cargo: Professor de Música – Trompete**

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
------------------------

<b>5</b>
----------

**Recurso Procedente. Gabarito alterado para alternativa A.**

Considerando os recursos interpostos, é correto afirmar que há inconsistência quanto à divulgação do gabarito correto da questão. A alternativa correta para a questão é a **letra A** - “[...] serem subitamente transformadas em pó. ” (5º§) - inesperadamente”, pois a questão pede que seja assinalada a associação correta, visto isso, a palavra 'subitamente' é um advérbio que significa 'de modo repentino, inesperado ou imprevisto, substituindo corretamente a palavra destacada. Na alternativa B, é destacada a palavra 'soberba', ou seja, arrogância, ao contrário de modéstia. Na letra C, é destacada a palavra 'necessário', ou seja, algo essencial e não prescindível. Por fim, a alternativa D apresenta destacada a palavra 'perigoso', ou seja, algo com risco e não resguardado. Por isso, altera-se o gabarito da questão para letra A.

Fontes:

- O próprio texto.
- PLATÃO & FIORIN, **Para entender o texto. Leitura e redação.** 3ª Ed. São Paulo: Ática, 1992.

**Cargo: Procurador do Município**

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
------------------------

<b>1</b>
----------

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

É regra basilar do instituto em apreço que a intervenção é realizada do ente mais amplo para o ente menos amplo, ou seja, da União nos Estados ou dos Estados nos municípios de sua circunscrição. A única exceção para a União intervir em municípios é com relação àqueles localizados em território federal e, portanto, sob sua jurisdição (e não de um Estado). A afirmativa, ao generalizar a possibilidade de a União intervir em quaisquer municípios existentes no país, torna-se incorreta.

Nesse sentido:

- Fernandes, Bernardo Gonçalves. Curso de Direito Constitucional - 12. ed. rev., atual. e ampl. - Salvador: Ed. JusPodivm. 2020. Página 1215.
- STF. MS n. 25.295/05. Julgamento: 20.04.2005. Rel. Min. Joaquim Barbosa. DJ: 05.10.2007.

As demais alternativas são corretas e possuem os seguintes fundamentos:

- B: ADI 7.369/MT, relatora Ministra Cármen Lúcia, julgamento virtual finalizado em 10.05.2024 (Info 1136)
- A: ADI 6616, Relator(a): CÁRMEN LÚCIA, Tribunal Pleno, julgado em 27/04/2021, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-085 DIVULG 04-05-2021 PUBLIC 05-05-2021)
- C: art. 34, V, CRFB/88

Ratifica-se, portanto, o gabarito preliminar divulgado.

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
<b>2</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A alternativa apresentada como gabarito discorre sobre situação diversa daquela regulamentada pelo referido dispositivo constitucional, não trazendo os argumentos recursais outros elementos que possam justificar uma mudança e/ou anulação da questão.

No caso, a alternativa discorre sobre a ocupação simultânea dos cargos de Chefe do Poder Executivo e Presidente da Casa Legislativa. Tal possibilidade foi afirmada pelo STF no julgamento da ADPF 1.089/DF (Plenário. Rel. Min. Cármen Lúcia, julgado em 05/06/2024 - Info 1140).

As demais alternativas da questão são incorretas, conforme os julgados a seguir:

- STF. Plenário. ADPF 1.150 MC-Ref/GO e ADPF 1.155 MC-Ref/MG, Rel. Min. Alexandre de Moraes, julgado em 11/06/2024 (Info 1140).
- RE 833291, Relator(a): DIAS TOFFOLI, Tribunal Pleno, julgado em 04-12-2023, PROCESSO ELETRÔNICO DJEs/n DIVULG 19-12-2023 PUBLIC 08-01-2024
- ARE 1436197

Confirma-se, assim, o gabarito preliminar divulgado.

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
<b>4</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Inicialmente, imperioso destacar que o caso hipotético apresentado na questão versa sobre projeto de lei complementar no âmbito da Câmara Municipal de Divinópolis, conforme expresso no enunciado. Assim, a análise do candidato deve se cingir à legislação municipal correlata ao assunto.

No caso, o item III do iter procedimental utiliza os exatos termos do art. 48, §1º da Lei Orgânica Municipal (o Projeto de Lei Complementar é aprovado por maioria dos membros da Câmara Municipal, observados os demais termos da votação das leis ordinárias). Logo, não há irregularidade em tal procedimento.

A respeito do outro item mencionado nas razões recursais (V), destaca-se que não se admite “novo veto” em lei já promulgada e publicada. Manifestada a aquiescência do Poder Executivo com projeto de lei, pela aposição de sanção, evidencia-se a ocorrência de preclusão entre as etapas do processo legislativo, sendo incabível eventual retratação. STF. Plenário. ADPF 714/DF, ADPF 715/DF e ADPF 718/DF, Rel. Min. Gilmar Mendes, julgado em 13/2/2021 (Info 1005).

Confirma-se, portanto, o gabarito preliminar divulgado.

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
<b>5</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A seguir, apresentam-se as afirmativas da questão com seus respectivos fundamentos:

- *A sanção do projeto de lei convalida o vício de inconstitucionalidade formal resultante da usurpação do poder de iniciativa.*
  - Julgamento: falsa. A súmula 5 do STF que tratava do assunto foi cancelada (“A sanção do projeto supre a falta de iniciativa do Poder Executivo.” - Aprovada em 13/12/1963)
- *Da decisão judicial ou do ato administrativo que contrariar enunciado de súmula vinculante, negar-lhe vigência ou aplicá-lo indevidamente caberá reclamação ao Supremo Tribunal Federal, sem prejuízo dos recursos ou outros meios admissíveis de impugnação; contra omissão ou ato da administração pública, o uso da reclamação independerá do esgotamento das vias administrativas.*

- Julgamento: falsa, conforme art. 7º, §1º, Lei Federal n. 11.417, de 19 de dezembro de 2006. Contra omissão ou ato da administração pública, o uso da reclamação só será admitido após esgotamento das vias administrativas.
- *Ao exercerem a regulamentação e fiscalização do transporte privado individual de passageiros, os municípios não podem contrariar os parâmetros fixados pelo legislador federal, visto que compete à União legislar sobre “trânsito e transporte”, nos termos da Constituição.*
  - Julgamento: verdadeira. STF. Plenário. ADPF 449/DF, Fux e RE 1054110/SP, Barroso, j. 8 e 9/5/19 (rep. geral) (Info 939).

Ratifica-se, portanto, o gabarito preliminar.

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
<b>6</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O presente item está inserido no bloco que exigiu do candidato conhecimento sobre Processo Administrativo (Lei 9784/99).

A letra A está errada por não estar de acordo com a Lei 9.784/99. O artigo 2º, inciso VI, da Lei 9.784/99 prevê que a Administração deve garantir aos administrados o direito de ampla defesa e contraditório. Além disso, o artigo 38 estabelece que é assegurada aos interessados a possibilidade de propor a produção de novas provas. Portanto, o órgão administrativo não pode negar a produção de novas provas arbitrariamente, especialmente se estas são consideradas fundamentais para a defesa do administrado.

No que diz respeito à letra C, a Lei 9.784/99 prevê a possibilidade de produção de provas em seu artigo 38, e não limita essa produção apenas à fase inicial do processo. Mesmo após uma decisão, se houver a interposição de recurso administrativo, o direito à produção de novas provas pode ser exercido, especialmente se forem essenciais para a defesa do interessado.

A letra D é o gabarito correto uma vez que o princípio do informalismo moderado mencionado no artigo 2º, inciso VIII, da Lei 9.784/99, juntamente com os princípios do contraditório e da ampla defesa, exige que o processo administrativo seja conduzido de forma que permita ao interessado defender-se adequadamente. A produção de novas provas é um aspecto fundamental desse direito, especialmente quando são necessárias para a completa elucidação dos fatos. Portanto, o órgão administrativo deveria ter considerado o pedido de João para a produção de novas provas.

De acordo com o art. 5º, LV, CRFB e o artigo 2º, caput, da Lei 9784/99 estabelece que, nos processos administrativos, os administrados têm direito à ampla defesa, com a utilização dos meios e recursos admitidos em direito.

Di Pietro, no artigo Limites da utilização de princípios do processo judicial no processo administrativo publicado na Revista TCU

(<https://portal.tce.go.gov.br/documents/20181/89526/Princ%C3%ADpios%20do%20processo%20judicial%20no%20administrativo/d73b9b0f-853b-44ed-bc91-73854bb9bb13>), afirma que deve ser aplicado o princípio do informalismo no processo administrativo, artigo 22 da mesma lei, "os atos do processo administrativo não dependem de forma determinada senão quando a lei expressamente a exigir". E, pelo artigo 29, § 2º, "os atos de instrução que exijam a atuação dos interessados devem realizar-se do modo menos oneroso para estes".

Assim, considerando o exposto, são improcedentes os recursos, ratificando-se o gabarito preliminar.

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
------------------------

<b>11</b>
-----------

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A competência no caso tem natureza constitucional, estando estabelecida no “Art. 109. Aos juízes federais compete processar e julgar: I - as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho;” A prática dos tribunais e jurisprudência, da mesma forma, estabelecem o mesmo critério.

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
------------------------

<b>12</b>
-----------

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O efeito “contumácia preclusiva” não existe no direito processual civil. Diga-se, a própria definição legal de “contumácia” impede que essa seja “preclusiva” enquanto efeito processual. Ademais, nenhuma doutrina ou norma cita a dita expressão.

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
------------------------

<b>14</b>
-----------

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Primeiramente, a prática forense no que tange ao termo inicial do prazo para os embargos, no caso de dispensa da garantia de juízo, já está consolidado, informativo 563 do STJ e diversos julgados induzem a esta conclusão.

Em segunda vista, o prazo não pode contar do “despacho”, uma vez que todo termo inicial de prazo vai contar, fatalmente, da juntada nos autos do aviso de recebimento e/ou da intimação do respectivo ato, o que está implícito em todas as opções que foram apresentadas. Não há como aceitar o argumento de um único recurso, o qual menciona o fato, seria capaz de gerar a confusão necessária a não se identificar a resposta verdadeira. Tanto que, aparentemente não foi problema para demais candidatos a compreensão de que não houve indicação em nenhuma opção da intimação ou de juntada, para que fosse contado o prazo e sim, mencionado o ato que uma vez intimado, geraria o início do prazo. Desta feita, entendemos que não existe razão para anulação da questão e menos ainda, para alteração de gabarito, vez que as demais opções possuem erros gritantes, possibilitando, inclusive, a resolução por eliminação. Recursos indeferidos.

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
------------------------

<b>17</b>
-----------

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A questão refere-se ao prazo prescricional e à redação da recente Súmula 653 do STJ, cujo enunciado é o seguinte: “O pedido de parcelamento fiscal, ainda que indeferido, interrompe o prazo prescricional, pois caracteriza confissão extrajudicial do débito”. Além disso, aplica-se ao caso também o disposto no artigo 174, parágrafo único, inciso IV, do CTN, dispositivo legal que dá suporte à Súmula 653 do STJ.

No caso, o prazo de 5 anos para cobrança da dívida fiscal pelo município deve ser contado a partir da data em que a empresa formalizou o pedido de para aderir ao Programa de Parcelamento da Dívida Fiscal, ainda que o município tenha posteriormente indeferido o pedido. Isso porque a interrupção se dá pela confissão do devedor, nos termos do art. 174, parágrafo único, inciso IV, do CTN, tratando-se a causa de interrupção, portanto, do ato do devedor, independentemente do deferimento ou não do pedido pelo município.

Portanto, o gabarito correto é a letra C.

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A questão aborda a incidência de imposto sobre a propriedade de imóvel, sendo o ITR de competência federal e o IPTU de competência municipal, daí o interesse para o cargo pretendido.

A princípio, poderia ser discutida a incidência da Súmula 626 do STJ, que prevê o seguinte: “a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no art. 32, § 1º, do CTN”.

Todavia, o caso possui uma nuance que afasta a incidência de IPTU, que é sua destinação rural, haja vista o cultivo de hortaliças e criação de galinhas (agricultura e pecuária). Assim, incide no caso o ITR, em consonância com a jurisprudência consolidada do STJ sobre o tema, que no julgamento do REsp 1.112.646/SP, submetido à sistemática dos recursos repetitivos, consolidou o entendimento de que não incide IPTU, mas ITR, sobre imóvel localizado na área urbana do município, desde que comprovadamente utilizado em exploração extrativa, vegetal, agrícola, pecuária ou agroindustrial (art. 15 do DL 57/1966).

Ademais, embora o imóvel possua tamanho para ser considerado de pequena gleba nos termos do art. 3º, inciso I e §1º, III, do Decreto 4.382/2002, por ser menor que 30 hectares, o fato de não se tratar do único imóvel da proprietária, que também é dona do apartamento onde reside como descrito no enunciado, afasta a imunidade, também nos termos do mesmo dispositivo legal.

Assim, a resposta correta é a letra A.

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A questão aborda a incidência de ITBI, imposto de caráter municipal incidente nos casos de transmissão de imóveis inter vivos.

Hugo de Brito Machado leciona o seguinte sobre o imposto:

*O art. 156, § 2º, I, da Constituição assevera que o ITBI não incide sobre a transmissão de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital, nem sobre a transmissão de bens ou direitos decorrentes de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica, salvo se, nesses casos, a atividade preponderante do adquirente for a compra e venda desses bens ou direitos, locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil. (MACHADO, Hugo de Brito. Manual de direito tributário. 13. ed. Barueri [SP]: Atlas, 2023 p. 305)*

Assim, há uma imunidade na cobrança de ITBI, nos casos em que a transmissão for “efetuada para sua incorporação ao patrimônio de pessoa jurídica em pagamento de capital nela subscrito”, conforme artigo 36, I, do CTN. Todavia, o artigo 37 dispõe que a imunidade tributária “não se aplica quando a pessoa jurídica adquirente tenha como atividade preponderante a venda ou locação de propriedade imobiliária ou a cessão de direitos relativos à sua aquisição”, explanando-se, no §1º do mesmo artigo 37 do CTN, que “considera-se caracterizada a atividade preponderante referida neste artigo quando mais de 50% (cinquenta por cento) da receita operacional da pessoa jurídica adquirente, nos 2 (dois) anos anteriores e nos 2 (dois) anos subsequentes à aquisição, decorrer de transações mencionadas neste artigo”. Dessa forma, dada as características do caso apresentado, em que a atividade preponderante da empresa é aquisição e venda de imóveis, que representam mais de 50% de sua receita operacional, não há que se falar em imunidade tributária, tampouco em isenção.

Haverá cobrança de ITBI, portanto, e a alíquota deverá ser a mesma, tendo em vista que é vedada a progressividade, conforme decisão do STF e lição de Hugo de Brito Machado:

*A base de cálculo do ITBI é o valor venal dos bens ou direitos transmitidos, ou seja, o valor pelo qual os mesmos poderiam ser negociados em condições normais de mercado. A alíquota será aquela fixada em lei municipal, já tendo o STF decidido que não pode haver progressividade em sua instituição, vale dizer, os Municípios não podem estabelecer alíquotas mais elevadas para onerar a transmissão de imóveis de maior valor (RE 234.105-3/SP – DJU-e 1 31/3/2000, p. 61) (Ob. cit., p. 305).*

Ademais, quanto ao argumento de que a alíquota não incidiria sobre o valor venal, mas sobre a transmissão de mercado, em momento algum é colocado no enunciado que os valores sejam divergentes, afastando o acerto da alternativa em questão. Note-se que na própria ementa do REsp 1.937.821/SP, usado como referência para o recurso, é afirmado que “os arts. 35 e 38 do CTN dispõem, respectivamente, que o fato gerador do ITBI é a transmissão da propriedade ou de direitos reais imobiliários ou a cessão de direitos relativos a tais transmissões e que a base de cálculo do tributo é o ‘valor venal dos bens ou direitos transmitidos’, que corresponde ao valor considerado para as negociações de imóveis em condições normais de mercado.” Dessa forma, a questão terminológica apontada não afasta o acerto da questão, nos termos do paradigma citado pelo próprio recorrente. Ante o exposto, os recursos são improcedentes.

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
<b>20</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A questão aborda as taxas e seu regramento no Código Tributário e Fiscal do Município de Divinópolis.

As três assertivas são falsas.

A primeira assertiva é falsa, uma vez que o artigo 115 do Código Tributário do Município de Divinópolis permite o lançamento das taxas em conjunto com outros tributos:

Art. 115. As taxas previstas neste título podem ser lançados isoladamente ou em conjunto com outros tributos, se possível, mas dos avisos-recibos, guias ou avisos de lançamento deverão constar, obrigatoriamente, a indicação dos elementos distintivos de cada tributo e os respectivos valores.

A argumentação do recorrente confunde o fato gerador do tributo (esse sim, o exercício do poder de polícia ou de serviços públicos específicos), com o lançamento do tributo. Daí decorre o erro do argumento.

A segunda assertiva é falsa porque contrária ao que dispõe o artigo 116 do Código Tributário do Município de Divinópolis, que dispõe que as taxas devem ser arrecadadas antes do início das atividades ou da prática dos atos sujeitos ao poder de polícia:

Art. 116. As taxas previstas neste título serão arrecadadas antes do início das atividades ou da prática dos atos sujeitos ao Poder de Polícia, com guia oficial, observando-se os prazos estabelecidos neste Código, ou em regulamento quando for o caso.

A terceira assertiva, por sua vez, é falsa porque a taxa de coleta de lixo é devida anualmente, não mensalmente, nos termos do que dispõe o artigo 165 do mesmo Código Tributário do Município:

Art. 165. A Taxa de Coleta de Lixo é devida anualmente, de acordo com a tabela constante desta Lei, tendo como base a área real do imóvel, representada pela área privativa da unidade, acrescida da fração da área comum, quando se tratar de condomínio.

Assim, o erro decorre da periodicidade da taxa, não da base para cálculo do imposto.

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
<b>21</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A questão aborda o tributo Contribuição de Melhoria e seu regramento no Código Tributário e Fiscal do Município de Divinópolis.

As assertivas I e III são verdadeiras, e a II é falsa.

A primeira assertiva é verdadeira, combinando o disposto no artigo 187, 188 e 190 do Código Tributário e Fiscal do Município:

Art. 187. A Contribuição de Melhoria tem como fato gerador o benefício resultante da execução de obras públicas, em relação aos imóveis de propriedade privada situados na zona de influência.

Art. 188. A contribuição de melhoria será devida no caso de valorização de imóveis, em virtude da execução, pelo Município, suas Autarquias ou Empresas Públicas, das seguintes obras: (...).



Art. 190. A Contribuição de Melhoria será cobrada em relação a cada obra, tendo como limite total a despesa realizada.

Como se vê, o Código Tributário e Fiscal do Município de Divinópolis, parâmetro para a questão, estabelece um dever de cobrança pelo Fisco Municipal, pois afirma que a Contribuição de Melhoria “será devida” e que “será cobrada” nas hipóteses. Portanto, ela “deve ser cobrada” em relação a cada obra realizada que importar em benefício a imóveis, em caso de sua valorização, tendo como limite total a despesa realizada, como afirmado na assertiva e como estabelecido na legislação municipal.

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
------------------------

<b>22</b>
-----------

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A questão refere-se à normatização dos precatórios e sua natureza alimentar.

No caso, nenhum dos precatórios é de natureza alimentar, conforme o entendimento firme do STJ.

Em relação ao crédito a conversão de licença-prêmio em pecúnia, é cediço que não se trata de remuneração por serviços prestados, revestindo-se de caráter indenizatório. Nesse sentido, a pacífica jurisprudência:

“O julgado ora recorrido está em consonância com o entendimento firmado no Superior Tribunal de Justiça no sentido de que o crédito relativo à conversão em pecúnia da licença-prêmio não gozada, por não constituir remuneração pelos serviços prestados, não ostenta natureza remuneratória/alimentar, possuindo somente caráter indenizatório. No mesmo sentido: (AREsp n. 1.521.423/DF, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, julgado em 17/9/2019, DJe de 14/10/2019, REsp n. 1.379.120/ES, relator Ministro Og Fernandes, Segunda Turma, julgado em 3/4/2018, DJe de 10/4/2018, AgRg no AREsp n. 156.858/RS, relator Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, julgado em 5/11/2015, DJe de 16/11/2015 e AgRg no REsp n. 1.493.240/RS, relator Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, julgado em 18/12/2014, DJe de 3/2/2015.)” (AgInt nos EDcl no RMS n. 72.291/BA, relator Ministro Francisco Falcão, Segunda Turma, julgado em 26/2/2024, DJe de 28/2/2024. Ementa parcial.)

No que concerne ao precatório pela demora em conceder aposentadoria, também se trata de verba de caráter indenizatório. Veja-se que ela também não decorre de serviços prestados nem são destinadas à subsistência do credor, mas são uma indenização pela demora do Estado em conceder o direito à aposentadoria. Nesse sentido, confira-se o paradigma:

“4. ‘Uma verba tem natureza alimentar quando destinada à subsistência do credor e de sua família’ (REsp n. 1.815.055/SP, relatora Ministra NANCY ANDRIGHI, CORTE ESPECIAL, DJe de 26/8/2020). 5. Caso concreto em que a hipótese não versa a respeito de salários, vencimentos, proventos, pensões e suas complementações ou benefícios previdenciários, pois o precatório em tela refere-se a crédito oriundo de indenização devida pelo ESTADO DA BAHIA, em virtude da demora na concessão da aposentadoria do impetrante, ora primeiro recorrente. 6. O § 1º do art. 100 da Constituição da República não faz remissão a qualquer tipo de indenização fundada em responsabilidade civil, mas especificamente às indenizações por morte ou invalidez, o que, a toda evidência, não é o caso dos autos. 7. A indenização devida pelo ESTADO DA BAHIA não tem por escopo assegurar a subsistência do primeiro recorrente ou de sua família - como é o caso de seus proventos de aposentadoria -, mas única e exclusivamente reparar prejuízos a ele causados em decorrência de ato ilícito praticado pela Administração, situação que também evidencia a natureza comum do crédito em análise.” (RMS n. 72.481/BA, relator Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, julgado em 5/12/2023, DJe de 15/12/2023. Ementa parcial.)

Ante o exposto, os recursos são improcedentes.

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A questão aborda o regramento das despesas com pessoal.

As assertivas I e II são falsas, enquanto a assertiva III é verdadeira.

A primeira assertiva é falsa, uma vez que o artigo 18, § 3º, incluído na Lei de Responsabilidade Fiscal pela Lei Complementar 178/2021, prevê o seguinte:

Art. 18. (...) § 3º Para a apuração da despesa total com pessoal, será observada a remuneração bruta do servidor, sem qualquer dedução ou retenção, ressalvada a redução para atendimento ao disposto no art. 37, inciso XI, da Constituição Federal.

A segunda assertiva também é falsa, pois não corresponde ao disposto no artigo 18, § 1º, da LRF, e à interpretação dada ao dispositivo pelo TCU e STF:

Art. 18. (...) § 1º Os valores dos contratos de terceirização de mão-de-obra que se referem à substituição de servidores e empregados públicos serão contabilizados como "Outras Despesas de Pessoal".

Apenas os gastos com terceirização que se referirem à substituição de servidores e empregados públicos devem ser contabilizados. O TCU, sobre o tema, afirma que " *nem todo gasto com terceirização de mão de obra deve fazer parte do cálculo dos limites de despesa com pessoal, pois o art. 18, § 1º, da LRF exige apenas a contabilização dos gastos com contratos de terceirização de mão de obra que se referirem a substituição de servidores e empregados públicos* " (Acórdão 2444/2016, Plenário, 21/09/2016, Relator Bruno Dantas). Conforme leciona Tathiane Piscitelli, " *o objetivo, nesse caso, foi o de ampliar ainda mais a categoria 'despesas com pessoal', para que também os contratos com terceiros fossem incluídos no valor total do gasto e, assim, igualmente subordinados aos limites e providências estabelecidos pela LRF. Trata-se de uma medida de restrição e controle aos gastos com pessoal, independentemente da forma pela qual o serviço é prestado* " (PISCITELLI, Tathiane. Direito financeiro. 9. ed. Barueri: Atlas, 2023, p. 157).

A terceira assertiva, por sua vez, é verdadeira e corresponde exatamente ao disposto no artigo 198, § 11, da Constituição da República:

Art. 198. (...) § 11. Os recursos financeiros repassados pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para pagamento do vencimento ou de qualquer outra vantagem dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias não serão objeto de inclusão no cálculo para fins do limite de despesa com pessoal. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 120, de 2022)

Ademais, quanto à alegação de que a questão deveria ser anulada porque a assertiva III não trata de tema adstrito à Lei de Responsabilidade Fiscal, não procede.

Para a anulação de uma questão, medida excepcionalíssima, é necessário que se de maneira objetiva a inexistência de resposta correta, a multiplicidade de alternativas corretas, a cobrança de tema não previsto no edital ou, por último, a existência de erro no enunciado que impeça o candidato de interpretar e responder a questão.

O argumento do recorrente é de que a questão incorreria justamente nesta última hipótese. Entretanto, não é o que acontece.

O tema cobrado corresponde ao previsto no item 7 do edital:

7 Despesas públicas. Conceito. Classificação. Princípios. Estágios. Empenho: conceito, tipos, nota de empenho. Restos a pagar. Despesas obrigatórias de caráter continuado. Despesas com pessoal. Despesas com seguridade social.

A questionada assertiva III trata do mesmo tema das assertivas I e II, qual seja, a despesa com pessoal, assunto que permeia toda questão e de vital importância para o cargo.

O fato de a assertiva demandar o conhecimento de norma contida na Constituição da República não conduz à anulação da questão. A anulação seria possível se houvesse divergência entre a norma constitucional e a LRF. Nesses casos, sim, haveria prejuízo ao candidato, pela impossibilidade de interpretação da questão e fornecimento de um parâmetro objetivo de resposta. Não sendo este o caso da questão em tela, que cobrou tema previsto no edital, contido em norma constitucional, da qual o candidato deveria ter ciência, não há que se falar em anulação da questão.

Registre-se, aliás, que o conhecimento das normas constitucionais, especialmente aquelas acerca do regramento financeiro do Estado, é indispensável para interpretação da LRF. Um assunto está umbilicalmente ligado a outro, de maneira que não há como cindir o conhecimento da LRF isolado do ordenamento jurídico.

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
------------------------

<b>24</b>
-----------

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A assertiva II, que diz que “é defeso à Fazenda Pública recusar a substituição do bem penhorado por precatório” é errada, pois contraria a Sumula 406 do STJ.

Ocorre que essa alternativa foi considerada errada pelo gabarito, que é B, colocando apenas a assertiva III como correta.

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
------------------------

<b>25</b>
-----------

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Em resumo, contesta-se que a sociedade Urso Feliz Comércio de Produtos Eletrônicos Ltda seja, segundo a definição legal, um empresário e o objeto social (atividade realizada) sua empresa.

O Art. 966. Do CC, aplicável ao caso, indica: “Considera-se empresário quem exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços.” Empresário é quem exerce a atividade econômica, no caso a Sociedade Empresária e “empresa” é a atividade exercida. Exatamente o que define a lei e doutrina (Fábio Ulhoa). Trata-se da Teoria de Asquini, aplicada ao Código Italiano, que considerava o termo “empresa” e o termo “empresário”, para o direito italiano enquanto termos vagos e imprecisos, por terem mais de um significado. O Código Civil brasileiro de 2002 corrigiu isto, escolhendo o sentido subjetivo (empresário) para quem exerce a atividade (art. 966) no caso a sociedade Urso Feliz e concedendo a denominação “empresa”, para a atividade realizada (no caso, o objeto social). A linguagem jurídica correta não se confunde, no caso, com a linguagem corriqueira.

A questão está precisa do ponto de vista dos conceitos jurídicos cobrados.

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
------------------------

<b>30</b>
-----------

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Na forma do texto constitucional de acordo com o artigo 195 a seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e das seguintes contribuições sociais:

§ 6º As contribuições sociais de que trata este artigo só poderão ser exigidas após decorridos noventa dias da data da publicação da lei que as houver instituído ou modificado, não se lhes aplicando o disposto no art. 150, III, b. Ainda, prediz o artigo 27 da Lei 8212/90 que constituem outras receitas da Seguridade Social: I - as multas, a atualização monetária e os juros moratórios.

Assim, a questão encontra gabarito amparado pela letra da lei, não havendo margem para invalidar a questão.

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
------------------------

<b>32</b>
-----------

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A transação extrajudicial que importa rescisão do contrato de trabalho em razão de adesão voluntária do empregado a plano de dispensa incentivada enseja quitação ampla e irrestrita de todas as parcelas objeto do contrato de emprego, caso essa condição tenha constado expressamente do acordo coletivo que aprovou o plano, bem como dos demais instrumentos celebrados com o empregado.

Fonte:

- STF. Plenário. RE 590415/SC e RE 590415 AgR/SC, Rel. Min. Roberto Barroso, julgados em 30/4/2015 (repercussão geral) (Info 783).

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
------------------------

<b>35</b>
-----------

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O prazo prescricional para pleitear créditos decorrentes de relações de trabalho é de cinco anos. No entanto, o trabalhador deve ajuizar a ação trabalhista até dois anos após a extinção do contrato de trabalho. Assim, o direito de cobrar os últimos cinco anos se dará a partir da distribuição da reclamatória trabalhista.

Fonte:

- artigo 7º, XXIX, da Constituição Federal c/c Artigo 11 da CLT.

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
------------------------

<b>39</b>
-----------

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A LC 7 no seu **Art. §20, I, II, III, IV e V cc §1º e §2º** é expressa sobre a aplicação da CBUS ao IPTU, estando no edital e, por consequência, cumprindo o requisito para a questão. O conhecimento sobre a regulamentação da Cota Básica Única Social, para a solução do problema é irrelevante. Desta feita, incabível concordar com argumento.

Para a alteração do gabarito, teríamos de entender que existe “isenção” de IPTU de área que segundo a definição do CTN apresentada pelo recorrente não poderia haver a cobrança por não ser área urbana. No caso, haveria hipótese de não incidência e não de isenção.

A Lei Municipal específica pode regulamentar as hipóteses de incidência ou não do IPTU e a forma pela qual será aplicada a CBUS ao IPTU. Em nenhum momento houve contrariedade na afirmativa a normas do CTN no que tange a existência de mínimo de melhorias para que fosse cobrada a CTN. Apenas se indica que será cobrada de forma integral apenas após todos os melhoramentos indicados existirem. AA CBUS pode ser cobrada, nos limites da lei, no caso da falta destes, e é o que se afirma na hipótese correta.

Tipo 1 - BRANCA

2

**Recurso Procedente. Questão Anulada.**

De acordo com o enunciado da questão “Considerando o primeiro parágrafo do texto, é possível observar o emprego do acento grave indicador de crase. Assinale a afirmativa correta em relação à(s) ocorrência(s) relacionada(s).”, a alternativa “C) A indicação de crase vista em “à escravidão” permite reconhecer uma relação entre termos que se relacionam diretamente na oração.” não pode ser indicada como correta. A crase é o sinal gráfico (´) utilizado para indicar a fusão de duas letras A. Em geral, essa fusão acontece quando, em uma mesma frase, você precisa utilizar a preposição A (pedida depois de alguns verbos transitivos indiretos ou adjetivos) e o artigo A, que precede palavras femininas. Exemplos: Vou à (a preposição + a artigo) academia. Para identificar se a crase é necessária, uma das maneiras possíveis é trocar a palavra que acompanha o A por uma palavra masculina. Se o À se transformar em AO, significa que se trata da fusão entre uma preposição e um artigo. Se o A se mantiver mesmo ao lado de uma palavra masculina, ele não leva crase.

“O ano de 2023 foi marcado por um número alarmante de denúncias de trabalho análogo à escravidão no Brasil, com um total de 3.422 registros em apenas 12 meses, representando um aumento de 61% em relação ao ano anterior, de acordo com dados do Ministério de Direitos Humanos e Cidadania. Assim como o racismo, o trabalho análogo à escravidão tende a ser visto como uma questão superada – talvez porque ainda haja aqueles que optam pela ignorância ou tragam consigo vieses enraizados de uma sociedade historicamente colocada à margem.” (1º§) Em “à escravidão” os termos não se relacionam de forma direta, a regência entre “análogo” e “escravidão” acontece de forma indireta já que há o emprego da preposição “a” identificada por meio do registro de “à” = a (preposição) mais a (artigo). Ocorre que os termos não estão relacionados diretamente, mas sim indiretamente já que trata-se de transitividade indireta tendo a preposição como termo que liga indiretamente o termo regido ao termo regente. A alternativa “A) A expressão “à margem” recebe acento grave pelo mesmo motivo visto em “à escravidão”.” não pode ser indicada como correta. “à margem” •De lado, ao abandono (ex.: A cultura foi deixada à margem). Não se trata de uma exigência de regência, mas sim de uma expressão cristalizada por se tratar de uma locução feminina.

Fontes:

- BECHARA, E. Moderna gramática portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- CUNHA, C.; CINTRA, L. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Lúxikon, 2013.
- LUFT, Celso Pedro. Dicionário Prático de Regência Verbal. Ática, 2008.

Tipo 1 - BRANCA

3

**Recurso Procedente. Questão Anulada.**

De acordo com o enunciado da questão “Assinale, a seguir, a alternativa que apresenta a reescrita que se mostra INCOERENTE, considerando o contexto em que o trecho destacado está inserido.”, a alternativa “C) “Esse cenário evidencia uma realidade desafiadora e inaceitável vivenciada no Brasil e, neste sentido, a questão requer uma resposta coordenada e vigorosa da sociedade civil, do governo e do setor privado.” (2º§) / Assim, esse cenário evidencia uma realidade desafiadora e inaceitável vivenciada no Brasil e, todavia, a questão requer uma resposta coordenada e vigorosa da sociedade civil, do governo e do setor privado.” atende adequadamente ao enunciado proposto. Na construção de um texto, assim como na fala, usamos mecanismos para garantir ao interlocutor a compreensão do que se lê / diz. Esses mecanismos linguísticos que estabelecem a conectividade e a retomada do que foi escrito / dito são os referentes textuais e buscam garantir a coesão textual para que haja coerência, não só entre os elementos que compõem a oração, como também entre a sequência de orações dentro do texto. Essa coesão também pode muitas vezes se dar de modo implícito, baseado em conhecimentos anteriores que os

participantes do processo têm sobre o tema. Dessa forma, com o emprego de diferentes procedimentos, sejam lexicais (repetição, substituição, associação), sejam gramaticais (emprego de pronomes, conjunções, numerais, elipses), constroem-se frases, orações, períodos, que irão apresentar o contexto – decorre daí a coerência textual. Um texto incoerente é o que carece de sentido ou o apresenta de forma contraditória. Muitas vezes, essa incoerência é resultado do mau uso daqueles elementos de coesão textual. Na organização de períodos e de parágrafos, um erro no emprego dos mecanismos gramaticais e lexicais prejudica o entendimento do texto. Construído com os elementos corretos, confere-se a ele uma unidade formal. Nas palavras de Evanildo Bechara, “o enunciado não se constrói com um amontoado de palavras e orações. Elas se organizam segundo princípios gerais de dependência e independência sintática e semântica, recobertos por unidades melódicas e rítmicas que sedimentam estes princípios”. Por coesão, entende-se ligação, relação, nexos entre os elementos que compõem a estrutura textual. Há diversas formas de se garantir a coesão entre os elementos de uma frase ou de um texto: 1. Substituição de palavras com o emprego de sinônimos ou de palavras ou expressões de mesmo campo associativo. 2. Nominalização – emprego alternativo entre um verbo, o substantivo ou o adjetivo correspondente (desgastar / desgaste / desgastante). 3. Repetição na ligação semântica dos termos, empregada como recurso estilístico de intenção articulatória, e não uma redundância - resultado da pobreza de vocabulário. Por exemplo, “Grande no pensamento, grande na ação, grande na glória, grande no infortúnio, ele morreu desconhecido e só.” (Rocha Lima) 4. Uso de hipônimos – relação que se estabelece com base na maior especificidade do significado de um deles. Por exemplo, mesa (mais específico) e móvel (mais genérico). 5. Emprego de hiperônimos - relações de um termo de sentido mais amplo com outros de sentido mais específico. Por exemplo, felino está numa relação de hiperonímia com gato. 6. Substitutos universais, como os verbos vicários (ex.: Necessito viajar, porém só o farei no ano vindouro.) A coesão apoiada na gramática dá-se no uso de conectivos, como certos pronomes, certos advérbios e expressões adverbiais, conjunções, elipses, entre outros. A elipse se justifica quando, ao remeter a um enunciado anterior, a palavra elidida é facilmente identificável (Ex.: “O jovem recolheu-se cedo. ... Sabia que ia necessitar de todas as suas forças.” O termo “o jovem” deixa de ser repetido e, assim, estabelece a relação entre as duas orações.). Dêiticos são elementos linguísticos que têm a propriedade de fazer referência ao contexto situacional ou ao próprio discurso. Exercem, por excelência, essa função de progressão textual, dada sua característica: são elementos que não significam, apenas indicam, remetem aos componentes da situação comunicativa. Já os componentes concentram em si a significação. Somente a coesão, contudo, não é suficiente para que haja sentido no texto, esse é o papel da coerência, e coerência se relaciona intimamente a contexto. Quanto à conjunção utilizada na reescrita proposta e identificada como incoerente, de acordo com o expresso anteriormente, “todavia” trata-se de uma conjunção coordenativa com o mesmo sentido de: mas, contudo, porém, no entanto, entretanto. O que causa a incoerência destacada em relação ao fragmento original correspondente. A alternativa “D) “No entanto, a escassez de auditores fiscais é um desafio adicional que precisa ser superado, além dos cortes orçamentários dos últimos anos que têm agravado ainda mais a situação, tornando mais difícil a realização de inspeções e a aplicação eficaz das leis trabalhistas.” (3º§) / A escassez de auditores fiscais, no entanto, é um desafio adicional a ser superado, além dos cortes orçamentários dos últimos que têm agravado ainda mais tal situação, tornando mais difícil a realização de inspeções e a aplicação eficaz das leis trabalhistas.” atende ao enunciado proposto.

“A publicação mais recente da Lista Suja, documento que divulga pessoas físicas e empresas que submetem trabalhadores a mão de obra forçada, jornadas exaustivas, condições degradantes ou restrição de locomoção, adicionou 248 empregadores em 2024, totalizando 654 e representando o maior número desde sua criação pelo Ministério do Trabalho e Emprego, em 2003. Esse cenário evidencia uma realidade desafiadora e inaceitável vivenciada no Brasil e, neste sentido, a questão requer uma resposta coordenada e vigorosa da sociedade civil, do governo e do setor privado.

No entanto, a escassez de auditores fiscais é um desafio adicional que precisa ser superado, além dos cortes orçamentários **dos últimos anos que têm** agravado ainda mais a situação, tornando mais difícil a realização de inspeções e a aplicação eficaz das leis trabalhistas. Por isso, a criação de concursos públicos e o investimento na estrutura de fiscalização são essenciais para garantir inspeções regulares e uma resposta eficaz às violações trabalhistas.” O apagamento do termo “anos” compromete a coerência textual, inviabilizando o entendimento da mensagem conforme o texto original.

Fontes:

- BECHARA, E. Moderna gramática portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- CUNHA, C.; CINTRA, L. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Lexikon, 2013.

- LUFT, Celso Pedro. Dicionário Prático de Regência Verbal. Ática, 2008.
- ROCHA LIMA, Gramática normativa da língua portuguesa. 31ª ed. (retocada e enriquecida). Rio de Janeiro, José Olympio Editora, 1992.

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
<b>8</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

De acordo com o enunciado da questão “Dentre os trechos destacados a seguir, NÃO é possível identificar a expressão explícita de perspectiva particular do enunciador em:”, a alternativa “ **D** ” “[...] que divulga pessoas físicas e empresas que submetem trabalhadores a mão de obra forçada, jornadas exaustivas, condições degradantes ou restrição de locomoção, adicionou 248 empregadores em 2024, [...]” (2º§) foi adequadamente indicada como correta. Em “A publicação mais recente da Lista Suja, documento que divulga pessoas físicas e empresas que submetem trabalhadores a mão de obra forçada, jornadas exaustivas, condições degradantes ou restrição de locomoção, adicionou 248 empregadores em 2024, totalizando 654 e representando o maior número desde sua criação pelo Ministério do Trabalho e Emprego, em 2003.” pode-se constatar que as informações apresentadas são de acordo com publicação denominada “Lista Suja”, documento que as divulgou. A alternativa “ **C** ” “O ano de 2023 foi marcado por um número **alarmante** de denúncias de trabalho análogo à escravidão no Brasil, com um total de 3.422 registros em apenas 12 meses, [...]” (1º§) não pode ser indicada como correta. O termo destacado “alarmante” indica uma perspectiva particular do enunciador em relação ao número de denúncias de trabalho análogo à escravidão no Brasil.

Fontes:

- ANTUNES, I. Lutar com palavras: coesão e coerência. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.
- AQUINO, Renato. Interpretação de Textos. Ed. Impetus.
- EMEDIATO, W. A fórmula do texto: redação, argumentação e leitura. São Paulo: Geração Editoria, 2004.
- FIORIN, J. L.; SAVIOLI, F. P. Lições de texto: leitura e redação. São Paulo: Ática, 2006. GARCIA, O. M. Comunicação em prosa moderna. 27. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010.

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
<b>15</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Conforme as orientações do enunciado, tem-se que:

Mês 1: 2500

Mês 2: 5000

Mês 3: 7500

Mês 4: 10000

Mês 5: 12500

Mês 6: 15000

A soma de casos desses 6 meses é  $2500 + 5000 + 7500 + 10000 + 12500 + 15000 = 52500$

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
<b>18</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Para Wallon, no primeiro estágio da psicogênese, temos uma afetividade impulsiva, emocional, que se nutre pelo olhar, pelo contato físico e se expressa em gestos, mímica e posturas. A afetividade do personalismo é diferente, pois incorpora os recursos intelectuais, notadamente a linguagem) desenvolvidos ao longo do estágio sensório-motor e projetivo. É uma afetividade simbólica, que se exprime por palavras e ideias e que por esta via pode ser

nutrida. A troca afetiva, a partir desta integração pode se dar à distância, deixa de ser indispensável a presença física das pessoas. Em seguida, integrando os progressos intelectuais realizados no estágio categorial, a afetividade torna-se cada vez mais racionalizada, os sentimentos são elaborados no plano mental, os jovens teorizam sobre suas relações afetivas. De acordo com Galvão (2014), esta construção recíproca explica-se pelo princípio da integração funcional. Este é um princípio extraído do processo de maturação do sistema nervoso, no qual as funções são mais evoluídas, de amadurecimento mais recente, não suprimem as mais arcaicas, mas exercem sobre elas o controle.

Fonte:

- Galvão, Izabel. Henri Wallon: uma concepção dialética do desenvolvimento infantil. Editora Vozes. Capítulo III – A complexa dinâmica do desenvolvimento infantil.

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
<b>19</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Promoção da igualdade de gênero é um compromisso de toda a comunidade escolar e deve permear todas as áreas do conhecimento. As demais disciplinas, além da Educação Física, possuem diversas oportunidades para abordar temáticas relacionadas à igualdade de gênero, como história, literatura, ciências sociais, artes e até mesmo matemática.

Assim sendo, a promoção da igualdade de gênero na escola NÃO deve ser limitada às aulas de educação física, como afirma a opção III.

Fontes:

- GÊNERO E SEXUALIDADE NA BNCC: UMA ANÁLISE SOB A PERSPECTIVA FREIREANA
- <https://periodicos.furg.br/divedu/article/view/12104/8470>
- <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>
- [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8069.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm)

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
<b>23</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A Tendência Liberal Renovada Progressivista atende as características da situação apresentada, pois enfatiza a aprendizagem centrada no aluno e a valorização da experiência individual e da liberdade de expressão. Clara utilizou a excursão para que os alunos observassem e interagissem diretamente com o ambiente natural, incentivando a exploração ativa, a colaboração em grupos e a reflexão sobre suas descobertas, de forma a construir o conhecimento a partir de suas experiências.

Fonte:

- <https://educador.brasilecola.uol.com.br/trabalho-docente/tendencias-pedagogicas-brasileiras.htm>

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
<b>24</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A Bulimia Nervosa é um transtorno alimentar caracterizado por episódios recorrentes de compulsão alimentar seguidos por comportamentos compensatórios inadequados, como vômitos autoinduzidos, uso excessivo de laxantes, jejum ou exercício físico excessivo. Os sintomas descritos em Mariana, incluindo evitar refeições, obsessão com a aparência e o peso, perda significativa de peso, e vômitos após as refeições, são indicativos desse transtorno. Já a Anorexia Nervosa é caracterizada por uma restrição alimentar extrema, medo intenso de ganhar peso e uma



imagem corporal distorcida. Embora Mariana evite refeições, a presença de vômitos autoinduzidos é **mais característica da bulimia** .

Fonte:

- <https://www.tuasaude.com/ortorexia/>

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
<b>25</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Conforme artigo 23: Art. 23. A educação básica poderá organizar-se em séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudos, grupos não-seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios, ou por forma diversa de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar. (...) § 2º O calendário escolar deverá adequar-se às peculiaridades locais, inclusive climáticas e econômicas, a critério do respectivo sistema de ensino, sem com isso reduzir o número de horas letivas previsto nesta Lei. Sendo assim, a banca confirma o gabarito preliminar divulgado.

Fonte:

- [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm)

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
<b>26</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A **questão** tem como comando identificar a assertiva correta, o gabarito está certo ao apontar a letra **A**. A alternativa **A** está correta, pois aponta a disposição do parágrafo único do art. 37 da Lei Orgânica do Município de Divinópolis:

*Art. 37. Parágrafo único. Às audiências públicas será dada maior publicidade possível, com antecedência de, no mínimo, 5 (cinco) dias.*

As demais alternativas estão incorretas. A alternativa **B** está incorreta ao mencionar equivocadamente a ordem de composição da Mesa Diretora da Câmara, prevista no art. 35, caput da referida lei:

*Art. 35. A Mesa Diretora da Câmara compõe-se de **Presidente, Vice-Presidente, Primeiro e Segundo Secretários, os quais se substituirão nesta ordem.***

Do mesmo modo, o que se afirma na alternativa **D** está incorreto, uma vez que o número de audiências públicas que devem ser realizadas, está em desacordo com o art. 37 da Lei Orgânica do Município de Divinópolis:

*Art. 37 A Câmara realizará, anualmente, na forma regimental, no mínimo **uma** audiência pública, com objetivo de prestar à população todos os esclarecimentos referentes às suas atividades.*

Por fim, a alternativa **C** está errada, pois não mencionou corretamente o número de vereadores que compõem a Câmara Municipal, tal como tratado no art. 32, caput da Lei Orgânica do Município de Divinópolis.

Diante do exposto, com base nas fundamentações apresentadas, conclui-se que o recurso não procede, pois a questão foi elaborada de acordo com os critérios estabelecidos e a resposta correta está fundamentada nos conteúdos exigidos. Portanto, a decisão de manter a questão e a alternativa correta deve ser mantida.

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A **questão** tem como comando identificar a assertiva correta, o gabarito está correto ao apontar a letra **B**. A alternativa **B** está correta, já que Márcio perderá o mandato, pois deixou de comparecer à terça parte das reuniões ordinárias, na última sessão legislativa, conforme disposição do art. 40, inciso III da Lei Orgânica do Município de Divinópolis. Jandira não perderá o mandato, uma vez que está abarcada nas hipóteses excludentes do art. 41, em seu inciso II da Lei Orgânica do Município de Divinópolis:

*Art. 41. Não perderá o mandato o Vereador:*

*II - licenciado por motivo de doença ou para tratar de interesse particular, sendo que, neste último caso, a licença será sem remuneração e o prazo de afastamento não poderá exceder de 120 (cento e vinte) dias em cada sessão legislativa.*

Do mesmo modo, Jorge também não perderá o mandato, uma vez que está abarcado nas hipóteses excludentes do art. 41, em seu inciso I da Lei Orgânica do Município de Divinópolis:

*Art. 41. Não perderá o mandato o Vereador:*

*I - investido em cargo comissionado de recrutamento amplo, seja na esfera federal, estadual ou municipal;*

Por sua vez, a alternativa **C** é incorreta ao estar em desacordo com o art. 40, inciso VII da Lei Orgânica do Município de Divinópolis:

*Art. 40. Perderá o mandato o Vereador:*

*VII - que fixar residência fora do Município.*

Diante do exposto, com base nas fundamentações apresentadas, conclui-se que o recurso não procede, pois a questão foi elaborada de acordo com os critérios estabelecidos e a resposta correta está fundamentada nos conteúdos exigidos. Portanto, a decisão de manter a questão e a alternativa correta deve ser mantida.

**Recurso Procedente. Questão Anulada.**

Após análise criteriosa do argumento apresentado, entende-se que o recurso deve ser acolhido.

A questão solicita que o candidato aponte a “afirmação incorreta” entre as alternativas fornecidas.

De acordo com o gabarito oficial, a alternativa “B” foi considerada a única incorreta, conforme solicitado no enunciado.

As corridas de fundo, de fato, variam de 5.000 a 10.000 metros, mas ao incluir o termo “longa distância” abriu-se uma margem que poderia gerar dúvida nos candidatos.

Por esta razão, o recurso é considerado procedente para anular.

Fontes:

- Atletismo: regras, modalidades, corrida, arremessos e regras. Disponível em:
- <https://regrasdesporte.com.br/atletismo-regras-modalidades-corrída-arremessos-e-regras.html>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A questão solicita que o candidato aponte a “afirmação incorreta” entre as alternativas fornecidas.

De acordo com o gabarito oficial, a alternativa “C” foi considerada a única incorreta, conforme solicitado no enunciado.

Entende-se que o termo “corpo” abrange, em linguagem esportiva geral, as regiões que incluem o tronco sem necessariamente incluir a cabeça ou pescoço. O termo “corpo” é amplamente utilizado de maneira a incluir as áreas

alvejadas pelo chute e tem respaldo no entendimento comum do esporte. Assim, o termo empregado na alternativa “A” não contradiz as regras oficiais de forma inequívoca.

Portanto, considerando a coerência terminológica comumente aceita e a ausência de uma divergência direta com as regras regulamentares da CBK, mantém-se o gabarito original com a alternativa “C” como a única incorreta, conforme indicado no gabarito preliminar.

Fonte:

- Confederação Brasileira de Karatê (2019).

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
<b>35</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O próprio Ministério da Educação nomeia o documento como PCN do Ensino Médio e no edital do concurso o PCN está previsto, sem referência bibliográfica associada.

Desta forma, a questão contempla o que foi previsto no edital e o recurso é considerado improcedente.

Fontes:

- Portal do MEC <http://portal.mec.gov.br> > ...PDFParâmetros Curriculares Nacionais - MEC
- <https://app.prefeituradivinopolis.com.br/concurso-publico/editais/arquivo/1/edital.pdf>

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
<b>38</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

No judô, o "ippon" encerra a luta, enquanto o "wazari" representa uma vantagem significativa, mas não finaliza a luta. Embora se possa argumentar que a aplicação de wazari coloca o atleta em vantagem, a terminologia de "ponto" utilizada na questão se refere ao sistema de pontuação em competições, onde a soma de dois wazaris leva a um ippon, caracterizando um sistema de pontuação acumulativa.

Assim, a questão não se baseia em uma interpretação errônea, mas sim na forma como as pontuações são somadas em contextos competitivos.

Desta forma o recurso é considerado improcedente.

Fonte:

- Confederação Brasileira de Judô. Disponível em: [www.cbj.com.br](http://www.cbj.com.br)

**Cargo: Professor de Língua Estrangeira Moderna**

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
<b>2</b>

**Recurso Procedente. Questão Anulada.**

De acordo com o enunciado da questão “Considerando o primeiro parágrafo do texto, é possível observar o emprego do acento grave indicador de crase. Assinale a afirmativa correta em relação à(s) ocorrência(s) relacionada(s).”, a alternativa “C) A indicação de crase vista em “à escravidão” permite reconhecer uma relação entre termos que se relacionam diretamente na oração.” não pode ser indicada como correta. A crase é o sinal gráfico (') utilizado para indicar a fusão de duas letras A. Em geral, essa fusão acontece quando, em uma mesma frase, você precisa utilizar a preposição A (pedida depois de alguns verbos transitivos indiretos ou adjetivos) e o artigo A, que precede palavras femininas. Exemplos: Vou à (a preposição + a artigo) academia. Para identificar se a

crase é necessária, uma das maneiras possíveis é trocar a palavra que acompanha o A por uma palavra masculina. Se o À se transformar em AO, significa que se trata da fusão entre uma preposição e um artigo. Se o A se mantiver mesmo ao lado de uma palavra masculina, ele não leva crase.

“O ano de 2023 foi marcado por um número alarmante de denúncias de trabalho análogo à escravidão no Brasil, com um total de 3.422 registros em apenas 12 meses, representando um aumento de 61% em relação ao ano anterior, de acordo com dados do Ministério de Direitos Humanos e Cidadania. Assim como o racismo, o trabalho análogo à escravidão tende a ser visto como uma questão superada – talvez porque ainda haja aqueles que optam pela ignorância ou tragam consigo vieses enraizados de uma sociedade historicamente colocada à margem.” (1º§) Em “à escravidão” os termos não se relacionam de forma direta, a regência entre “análogo” e “escravidão” acontece de forma indireta já que há o emprego da preposição “a” identificada por meio do registro de “à” = a (preposição) mais a (artigo). Ocorre que os termos não estão relacionados diretamente, mas sim indiretamente já que trata-se de transitividade indireta tendo a preposição como termo que liga indiretamente o termo regido ao termo regente. A alternativa “A) A expressão “à margem” recebe acento grave pelo mesmo motivo visto em “à escravidão”. não pode ser indicada como correta. “à margem” •De lado, ao abandono (ex.: A cultura foi deixada à margem). Não se trata de uma exigência de regência, mas sim de uma expressão cristalizada por se tratar de uma locução feminina.

Fontes:

- BECHARA, E. Moderna gramática portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- CUNHA, C.; CINTRA, L. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Lúxikon, 2013.
- LUFT, Celso Pedro. Dicionário Prático de Regência Verbal. Ática, 2008.

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
<b>3</b>

### **Recurso Procedente. Questão Anulada.**

De acordo com o enunciado da questão “Assinale, a seguir, a alternativa que apresenta a reescrita que se mostra INCOERENTE, considerando o contexto em que o trecho destacado está inserido.”, a alternativa “C) “Esse cenário evidencia uma realidade desafiadora e inaceitável vivenciada no Brasil e, neste sentido, a questão requer uma resposta coordenada e vigorosa da sociedade civil, do governo e do setor privado.” (2º§) / Assim, esse cenário evidencia uma realidade desafiadora e inaceitável vivenciada no Brasil e, todavia, a questão requer uma resposta coordenada e vigorosa da sociedade civil, do governo e do setor privado.” atende adequadamente ao enunciado proposto. Na construção de um texto, assim como na fala, usamos mecanismos para garantir ao interlocutor a compreensão do que se lê / diz. Esses mecanismos linguísticos que estabelecem a conectividade e a retomada do que foi escrito / dito são os referentes textuais e buscam garantir a coesão textual para que haja coerência, não só entre os elementos que compõem a oração, como também entre a sequência de orações dentro do texto. Essa coesão também pode muitas vezes se dar de modo implícito, baseado em conhecimentos anteriores que os participantes do processo têm sobre o tema. Dessa forma, com o emprego de diferentes procedimentos, sejam lexicais (repetição, substituição, associação), sejam gramaticais (emprego de pronomes, conjunções, numerais, elipses), constroem-se frases, orações, períodos, que irão apresentar o contexto – decorre daí a coerência textual. Um texto incoerente é o que carece de sentido ou o apresenta de forma contraditória. Muitas vezes, essa incoerência é resultado do mau uso daqueles elementos de coesão textual. Na organização de períodos e de parágrafos, um erro no emprego dos mecanismos gramaticais e lexicais prejudica o entendimento do texto. Construído com os elementos corretos, confere-se a ele uma unidade formal. Nas palavras de Evanildo Bechara, “o enunciado não se constrói com um amontoado de palavras e orações. Elas se organizam segundo princípios gerais de dependência e independência sintática e semântica, recobertos por unidades melódicas e rítmicas que sedimentam estes princípios”. Por coesão, entende-se ligação, relação, nexos entre os elementos que compõem a estrutura textual. Há diversas formas de se garantir a coesão entre os elementos de uma frase ou de um texto: 1. Substituição de palavras com o emprego de sinônimos ou de palavras ou expressões de mesmo campo associativo. 2. Nominalização – emprego alternativo entre um verbo, o substantivo ou o adjetivo correspondente (desgastar / desgaste / desgastante). 3. Repetição na ligação semântica dos termos, empregada como recurso estilístico de intenção articulatória, e não uma redundância - resultado da pobreza de vocabulário. Por exemplo, “Grande no

pensamento, grande na ação, grande na glória, grande no infortúnio, ele morreu desconhecido e só.” (Rocha Lima)

4. Uso de hipônimos – relação que se estabelece com base na maior especificidade do significado de um deles. Por exemplo, mesa (mais específico) e móvel (mais genérico). 5. Emprego de hiperônimos - relações de um termo de sentido mais amplo com outros de sentido mais específico. Por exemplo, felino está numa relação de hiperonímia com gato. 6. Substitutos universais, como os verbos vicários (ex.: Necessito viajar, porém só o farei no ano vindouro.) A coesão apoiada na gramática dá-se no uso de conectivos, como certos pronomes, certos advérbios e expressões adverbiais, conjunções, elipses, entre outros. A elipse se justifica quando, ao remeter a um enunciado anterior, a palavra elidida é facilmente identificável (Ex.: “O jovem recolheu-se cedo. ... Sabia que ia necessitar de todas as suas forças.” O termo “o jovem” deixa de ser repetido e, assim, estabelece a relação entre as duas orações.). Dêiticos são elementos linguísticos que têm a propriedade de fazer referência ao contexto situacional ou ao próprio discurso. Exercem, por excelência, essa função de progressão textual, dada sua característica: são elementos que não significam, apenas indicam, remetem aos componentes da situação comunicativa. Já os componentes concentram em si a significação. Somente a coesão, contudo, não é suficiente para que haja sentido no texto, esse é o papel da coerência, e coerência se relaciona intimamente a contexto. Quanto à conjunção utilizada na reescrita proposta e identificada como incoerente, de acordo com o expresso anteriormente, “todavia” trata-se de uma conjunção coordenativa com o mesmo sentido de: mas, contudo, porém, no entanto, entretanto. O que causa a incoerência destacada em relação ao fragmento original correspondente. A alternativa “D) “No entanto, a escassez de auditores fiscais é um desafio adicional que precisa ser superado, além dos cortes orçamentários dos últimos anos que têm agravado ainda mais a situação, tornando mais difícil a realização de inspeções e a aplicação eficaz das leis trabalhistas.” (3º§) / A escassez de auditores fiscais, no entanto, é um desafio adicional a ser superado, além dos cortes orçamentários dos últimos que têm agravado ainda mais tal situação, tornando mais difícil a realização de inspeções e a aplicação eficaz das leis trabalhistas.” atende ao enunciado proposto.

“A publicação mais recente da Lista Suja, documento que divulga pessoas físicas e empresas que submetem trabalhadores a mão de obra forçada, jornadas exaustivas, condições degradantes ou restrição de locomoção, adicionou 248 empregadores em 2024, totalizando 654 e representando o maior número desde sua criação pelo Ministério do Trabalho e Emprego, em 2003. Esse cenário evidencia uma realidade desafiadora e inaceitável vivenciada no Brasil e, neste sentido, a questão requer uma resposta coordenada e vigorosa da sociedade civil, do governo e do setor privado.

No entanto, a escassez de auditores fiscais é um desafio adicional que precisa ser superado, além dos cortes orçamentários **dos últimos anos que têm** agravado ainda mais a situação, tornando mais difícil a realização de inspeções e a aplicação eficaz das leis trabalhistas. Por isso, a criação de concursos públicos e o investimento na estrutura de fiscalização são essenciais para garantir inspeções regulares e uma resposta eficaz às violações trabalhistas.” O apagamento do termo “anos” compromete a coerência textual, inviabilizando o entendimento da mensagem conforme o texto original.

Fontes:

- BECHARA, E. Moderna gramática portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- CUNHA, C.; CINTRA, L. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Lexikon, 2013.
- LUFT, Celso Pedro. Dicionário Prático de Regência Verbal. Ática, 2008.
- ROCHA LIMA, Gramática normativa da língua portuguesa. 31ª ed. (retocada e enriquecida). Rio de Janeiro, José Olympio Editora, 1992.

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
------------------------

<b>4</b>
----------

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

De acordo com o enunciado da questão “Em, “No entanto, a escassez de auditores fiscais é um desafio adicional que precisa ser superado, além dos cortes orçamentários dos últimos anos que têm agravado ainda mais a situação, tornando mais difícil a realização de inspeções e a aplicação eficaz das leis trabalhistas.” (3º§):”, a alternativa “B) A expressão “a escassez de auditores fiscais” permite a identificação da correção do emprego do verbo “ser” na forma apresentada.” foi adequadamente indicada como correta. Em “a escassez de auditores fiscais é”, o núcleo do sujeito - escassez – tem a concordância corretamente estabelecida com a forma verbal “é”, terceira pessoa do

singular do verbo “ser” no infinitivo. A alternativa “C) A expressão “dos últimos anos” atua como determinante de “cortes orçamentários” e, por isso, obrigatoriamente, apresenta a forma dos vocábulos no plural.” não pode ser indicada como correta. Retomando o trecho em análise: “No entanto, a escassez de auditores fiscais é um desafio adicional que precisa ser superado, além dos cortes orçamentários dos últimos anos que têm agravado ainda mais a situação, tornando mais difícil a realização de inspeções e a aplicação eficaz das leis trabalhistas.” (3º§) Apesar de haver a indicação da atuação da expressão “dos últimos anos” como determinante de “cortes orçamentários”, não há obrigatoriedade do emprego do plural por tal motivo. Não há relação de concordância entre as duas expressões, tanto que se os cortes orçamentários poderiam ter ocorrido apenas no último ano, e assim, teríamos: “cortes orçamentários do último ano”.

Fontes:

- BECHARA, E. Moderna gramática portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- CUNHA, C.; CINTRA, L. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Lúxikon, 2013.
- ROCHA LIMA, Gramática normativa da língua portuguesa. 31ª ed. (retocada e enriquecida). Rio de Janeiro, José Olympio Editora, 1992.

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
------------------------

<b>34</b>
-----------

### **Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Em relação aos argumentos recursais, pontua-se que o “Tratamento da produção escrita como processo (revisão; correção; e, reescrita) e Documentos norteadores do ensino de inglês na educação básica” são tópicos previstos no conteúdo a ser avaliado no certame em tela (vide material editalício). Assim sendo, tem-se na BNCC do 9º ano Língua Inglesa (Página 262-263), no “Eixo dos Conhecimentos Linguísticos”, em “Objeto do conhecimento” sobre “conectores (linking words); (EF09LI14) Utilizar conectores indicadores de adição, condição, oposição, contraste, conclusão e síntese como auxiliares na construção da argumentação e intencionalidade discursiva.” Desta forma, para análise da estrutura proposta, exige-se o trabalho de revisão e reescrita do segmento em destaque, visto que evidencia-se a falta de conector para construir sentido e dar sequência lógica às ações enunciadas, confirmando-se, portanto, a opção C como única resposta correta. O segmento “The candidates tied they held another election” (Os candidatos empataram eles realizaram uma outra eleição) será reescrito, por exemplo, “The candidates tied hence they held another election” (Os candidatos empataram por isso eles realizaram uma outra eleição) na qual argumentação e intencionalidade discursiva são contempladas na construção do sentido. Ressalta-se que não há qualquer falha no enunciado da referida Questão 34, pois tratam-se exatamente das palavras que definem o Eixo Conhecimentos Linguísticos na BNCC, “EIXO CONHECIMENTOS LINGUÍSTICOS – Práticas de análise linguística para a reflexão sobre o funcionamento da língua inglesa, com base nos usos de linguagem trabalhados nos eixos Oralidade, Leitura, Escrita e Dimensão intercultural”. Destaca-se que a diretiva situa perfeitamente o contexto de análise linguística de um material em sala de aula de 9º ano e busca aferir se o concursista sabe qual é conteúdo específico sobre o funcionamento da língua inglesa que a atividade e o material ofertado objetivam trabalhar, mais ainda, se, em termos práticos, mediante determinada proposta de atividade ( dessas aos milhares prontinhas na Internet, por exemplo) o concursista é capaz de selecionar aquelas que correspondem aos objetivos e habilidades enfatizados na proposta curricular que norteia sua ação. Ademais, o item de resposta letra A é inconsistente, porque não há na estrutura analisada quaisquer previsões e expectativas que proponham soluções futuras uma vez que não se versa sobre tempos verbais do futuro; o item de resposta letra B é inconsistente, porque na estrutura em análise não existe qualquer defesa de ponto de vista; o item de resposta letra D está previsto no “Eixo da Dimensão Intercultural– Reflexão sobre aspectos relativos à interação entre culturas (dos alunos e aquelas relacionadas a demais falantes de língua inglesa), de modo a favorecer o convívio, o respeito, a superação de conflitos e a valorização da diversidade entre os povos.”(vide referência BNCC indicada, página 260-263), não se enquadrando, evidentemente, no recorte das práticas de análise linguística proposto na diretiva. Portanto, a banca não encontra respaldo para atender às solicitações recursais e confirma o gabarito preliminar divulgado para a Questão, a saber, letra C.

Fontes:

- [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_EI\\_EF\\_110518\\_versaofinal\\_site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf)
- <https://andertoons.com>
- Collins Cobuild English Language Dictionary. Collins Publishers
- Swan, Michael. Practical English Usage. 3rd Ed. Oxford, 2005.
- HOWATT, A . P. R. A history of English language teaching . Oxford: OUP, 1984.
- LARSEN-FREEMAN, D. Techniques and principles in language teaching. New York: OUP, 1986.
- NEVES, M. S. Os mitos de abordagens tradicionais e estruturais ainda interferem na prática em sala de aula.
- PAIVA, V. L. M. O. Ensino de língua inglesa, Reflexões e experiências. Belo Horizonte: Pontes/UFMG, 1996.

### Cargo: Professor de Música – Canto

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
------------------------

<b>14</b>
-----------

#### **Recurso Procedente. Questão Anulada.**

Existe um erro de digitação nas alternativas dispostas na questão, quanto à sequência das alternativas, que a torna nula.

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
------------------------

<b>18</b>
-----------

#### **Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A questão apresenta uma sequência de nomes em que a primeira letra do nome seguinte é a penúltima no nome anterior.

Assim, o nome Danilo terá em sua sequência um nome iniciado com a letra L.

O entendimento de que há uma alternância entre a quantidade de letras dos nomes (nomes com 6 e 7 letras) em que pese ocorrer com duas alternativas, não invalida a sequência lógica (apenas a reforça), isto é, o fato de que Alberto e Leandro possuírem 7 letras e que ambas poderiam completar uma sequência com alternância entre as quantidades, implica na necessidade de se encontrar outra fundamentação lógica para completar a sequência e encontrar a resposta correta (que no caso é a apresentada acima).

Em outras palavras, se duas ou mais alternativas possuírem uma qualidade em comum (por exemplo a quantidade de letras), mas houver uma segunda qualidade que torne apenas uma completa para solução da questão (como no caso dessa questão), tem-se uma questão que apresenta apenas uma opção de resposta possível.

Ratifica-se o gabarito preliminar.

### Cargo: Professor de Música - Educação e Teoria Musical

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
------------------------

<b>25</b>
-----------

#### **Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A **União Europeia** é o principal bloco econômico do mundo. Ela reúne países altamente desenvolvidos e industrializados do continente europeu. Tem como objetivo principal a integração econômica e política entre os países-membros. Possui como mecanismo de funcionamento diversos órgãos supranacionais, que decidem questões internas ao bloco.

Um dos primeiros blocos econômicos foi a União Europeia, criada em 1957 com o Tratado de Roma. Inicialmente, a UE visava promover a integração econômica entre seus membros, a fim de evitar conflitos e promover o desenvolvimento mútuo.

Frente ao exposto mantenha-se o gabarito.

Fontes:

- <https://www.sun0.com.br/guias/blocos-economicos/>.
- <https://mundoeducacao.uol.com.br/geografia/uniao-europeia.htm>.

**Cargo: Professor de Música – Flauta**

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
------------------------

<b>14</b>
-----------

**Recurso Procedente. Questão Anulada.**

Existe um erro de digitação nas alternativas dispostas na questão, quanto à sequência das alternativas, que a torna nula.

**Cargo: Professor de Música - Teclado e Tecnologia Musical**

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
------------------------

<b>4</b>
----------

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

“A viúva Lemos adoecera; uns dizem que dos nervos, outros que de saudades do marido” (1º§) De acordo com as informações que dão início ao texto, é possível inferir que o narrador apresenta “uma conjectura, ou seja, uma presunção, uma hipótese baseada em evidências inexatas e incertas”.

As demais opções de respostas são inadequadas ao trecho que inicia o texto “A última receita”.

Fonte:

- O próprio texto.

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
------------------------

<b>7</b>
----------

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O trecho apresentado “ Os esforços do médico não podiam ser maiores; de dois em dois dias uma receita” evidencia uma estratégia oculta e ao mesmo tempo dissimulada para insinuar que a viúva e o médico estavam apaixonados e certos de vivenciar um grande amor.

Sabe-se que “O casamento fora um arranjo de família e dele próprio; Paula aceitou o arranjo sem murmurar. Honrou o casamento, mas não deu ao marido nem estima nem amor” (3º§).

Dessa forma, depreende-se que a viúva não vivera um grande amor. Iria vivê-lo com dr. Avelar.

As demais transcrições textuais são circunstâncias reais e que não demonstram esquemas ou disfarces apresentados pelos personagens do texto.

Fonte:

- O próprio texto.



<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
------------------------

<b>12</b>
-----------

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Primeiramente destaca-se os pontos A e D não são adjacentes e que ligá-los por uma bandeirola não os tornaria adjacentes. O contexto da questão explica que não podem ser conectados, por exemplo, os postes A e B.

A questão apresenta uma situação em que bandeirolas devem ser amarradas entre 2 postes, dispostos em um formato hexagonal, conforme figura a seguir.

Sabe-se que dois postes vizinhos não podem ser utilizados para amarrar as bandeirolas. Assim, um poste localizado na posição A poderá ser conectado aos postes C, D e E.

Verifica-se, portanto, que cada poste poderá ser conectado a outros 3 postes.

**Cargo: Professor de Música – Violino**

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
------------------------

<b>14</b>
-----------

**Recurso Procedente. Questão Anulada.**

Existe um erro de digitação nas alternativas dispostas na questão, quanto à sequência das alternativas, que a torna nula.

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
------------------------

<b>18</b>
-----------

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O recurso apresenta uma estrutura lógica que não está consolidada no item, afirmando que a sequência tem a seguinte estrutura lógica: “Consoante, Vogal, Vogal, Consoante, ..... (o próximo iniciaria com Vogal) ”.

Essa sequência não está definida no item, pois a estrutura apresentada não demonstrou um padrão lógico inequívoco, isto é, o fato de a sequência apresentar: consoante, vogal, vogal e consoante não implica que o próximo nome será iniciado com vogal (não houve elementos suficientes para se afirmar isso).

Por outro lado, verifica-se que a primeira letra do nome seguinte da sequência é sempre a penúltima letra do nome anterior.

Com isso, conclui-se que após o nome Danilo, será localizado um nome com a letra L. Portanto, Leandro.

Ratifica-se o gabarito preliminar.

**Cargo: Professor de Música – Clarineta**

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
------------------------

<b>14</b>
-----------

**Recurso Procedente. Questão Anulada.**

Existe um erro de digitação nas alternativas dispostas na questão, quanto à sequência das alternativas, que a torna nula.

**Cargo: Professor de Música - Violão**

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
<b>14</b>

**Recurso Procedente. Questão Anulada.**

Existe um erro de digitação nas alternativas dispostas na questão, quanto à sequência das alternativas, que a torna nula.

**Cargo: Professor de Música - Violoncelo**

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
<b>14</b>

**Recurso Procedente. Questão Anulada.**

Existe um erro de digitação nas alternativas dispostas na questão, quanto à sequência das alternativas, que a torna nula.

**Cargo: Professor em Atuação na Educação Infantil e Anos iniciais do Ensino Fundamental**

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>	<b>Tipo 2 - VERDE</b>	<b>Tipo 3 - AMARELA</b>	<b>Tipo 4 - AZUL</b>
<b>1</b>	<b>8</b>	<b>5</b>	<b>7</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Um texto é tematicamente orientado; quer dizer, desenvolve-se a partir de um determinado tema, o que lhe dá unidade e coerência.

A identificação desse tema é fundamental, pois só assim é possível apreender o sentido global do texto, discernir entre suas partes, principais e outras secundárias, parafraseá-lo, dar-lhe um título coerente ou resumi-lo.

Em um texto argumentativo, como é o caso do texto 1, as ideias principais, sem dúvida, são aquelas que mais diretamente convergem para o tema central do texto.

O candidato deve ser capaz de identificar do que trata o texto, com base na compreensão do seu sentido global, estabelecido pelas múltiplas relações entre as partes que o compõem. Isso é feito ao relacionarem-se diferentes informações para construir o sentido completo do texto.

Sendo assim, faz-se necessário que o candidato compreenda que o texto discorre sobre **a rejeição aos fenômenos de mudança da língua**. A não aceitação das mudanças da língua pode ocorrer por diversos motivos, tais como desconhecimento, preconceito... O autor começa o texto dizendo que foi tachado por seus leitores de "destruidor da língua". Ele não concorda com essa ideia porque sabe utilizar a norma culta - o que demonstra ao longo de todo o texto -, mas também reconhece que a língua é um organismo vivo, complexo, sofre alterações no tempo e no espaço e não se restringe às regras impostas pela gramática normativa. Justamente por conhecer, compreender e respeitar as mudanças naturais da língua, é capaz de fazer um uso mais "livre, natural", pois sabe que não há apenas uma única maneira de utilizar a linguagem. É por essa razão que ele estabelece uma comparação entre o caderno de receitas da vovó e a gramática tradicional. Ambas têm o seu valor, sua importância e dão sua contribuição, mas um único caderno de receitas não abarca todas as receitas e toda a história da culinária. De modo semelhante, não se pode restringir todos os fenômenos linguísticos à descrição e à normatização feita pela gramática, que são apenas uma vertente dos estudos linguísticos. Valorizar apenas a variedade culta ou formal da língua como se ela fosse a única legítima e correta é rejeitar as demais variedades, que são igualmente eficientes e válidas. **Portanto, o gabarito é letra B.**

Fontes:

- ABAURRE, Maria Luiza M.; ABAURRE, Maria Bernadete; PONTARA, Marcela. **Português: contexto, interlocução e sentido** . 3ª ed. São Paulo: Moderna, 2016.
- CEREJA, William. COCHAR, Thereza. CLETO, Ciley. **Interpretação de Textos: Construindo Competências e Habilidades em Leitura** . 1ª ed. São Paulo: Atual, 2009.
- KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. **Ler e compreender os sentidos do texto** . São Paulo: Contexto, 2006.
- ROSENAL, Marcelo et al. **Interpretação de textos e semântica para concursos** . Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE	Tipo 3 - AMARELA	Tipo 4 - AZUL
2	9	4	8

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A compreensão de um texto se dá não apenas pelo processamento de informações explícitas, mas, também, por meio de informações implícitas. Ou seja, a compreensão se dá pela mobilização de um modelo cognitivo, que integra as informações expressas com os conhecimentos prévios do leitor ou com elementos pressupostos no texto. Para que tal integração ocorra, é fundamental que as proposições explícitas sejam articuladas entre si e com o conhecimento de mundo do leitor, o que exige uma identificação dos sentidos que estão nas entrelinhas do texto (sentidos não explicitados pelo autor). Tais articulações só são possíveis, no entanto, a partir da identificação de pressupostos ou de processos inferenciais, ou seja, de processos de busca dos “vazios do texto”, isto é, do que não está “dado” explicitamente no texto.

Nessa questão, é imprescindível que o candidato faça uma leitura atenta do texto e perceba que um "destruidor da língua" é um usuário ou falante da língua que, por alguma razão, não utiliza as regras da gramática normativa em todas as situações de interação verbal, sobretudo na modalidade escrita. Sendo assim, "destruidor da língua" é alguém que utiliza uma linguagem mais informal ou coloquial, que se encontra em desacordo com as regras da linguagem formal ou culta. Portanto, o gabarito é letra A.

Desconhecer ou conhecer os princípios de análise sintática e as regras gramaticais não garantem ao usuário da língua o desenvolvimento da competência escritora, da mesma forma que ignorar ou conhecer as variações linguísticas também não é condição para o exercício eficiente da escrita. Assim, as letras B, C e D estão incorretas.

Fontes:

- ABAURRE, Maria Luiza M.; ABAURRE, Maria Bernadete; PONTARA, Marcela. **Português: contexto, interlocução e sentido**. 3ª ed. São Paulo: Moderna, 2016.
- CEREJA, William. COCHAR, Thereza. CLETO, Ciley. **Interpretação de Textos: Construindo Competências e Habilidades em Leitura**. 1ª ed. São Paulo: Atual, 2009.
- KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. **Ler e compreender os sentidos do texto**. São Paulo: Contexto, 2006.
- ROSENAL, Marcelo et al. **Interpretação de textos e semântica para concursos**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE	Tipo 3 - AMARELA	Tipo 4 - AZUL
4	6	8	1

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A compreensão de um texto se dá não apenas pelo processamento de informações explícitas, mas, também, por meio de informações implícitas. Ou seja, a compreensão se dá pela mobilização de um modelo cognitivo, que integra as informações expressas com os conhecimentos prévios do leitor ou com elementos pressupostos no texto. Para que tal integração ocorra, é fundamental que as proposições explícitas sejam articuladas entre si e com o conhecimento de mundo do leitor, o que exige uma identificação dos sentidos que estão nas entrelinhas do texto (sentidos não explicitados pelo autor). Tais articulações só são possíveis, no entanto, a partir da identificação de

pressupostos ou de processos inferenciais, ou seja, de processos de busca dos “vazios do texto”, isto é, do que não está “dado” explicitamente no texto.

Nessa questão, é imprescindível que o candidato faça uma leitura atenta do texto e perceba que o autor não concorda com a ideia de ser chamado de "destruidor da língua", porque sabe utilizar a norma culta - o que demonstra ao longo de todo o texto -, mas também compreende a dinâmica da língua, reconhece que a língua é um organismo vivo, complexo, sofre alterações no tempo e no espaço e não se restringe às regras impostas pela gramática normativa. Justamente por conhecer, compreender e respeitar as mudanças naturais da língua, é capaz de fazer um uso mais "livre, natural", pois sabe que não há apenas uma única maneira de utilizar a linguagem.

**Portanto, o gabarito é letra D.**

Fontes:

- ABAURRE, Maria Luiza M.; ABAURRE, Maria Bernadete; PONTARA, Marcela. **Português: contexto, interlocução e sentido** . 3ª ed. São Paulo: Moderna, 2016.
- CEREJA, William. COCHAR, Thereza. CLETO, Ciley. **Interpretação de Textos: Construindo Competências e Habilidades em Leitura** . 1ª ed. São Paulo: Atual, 2009.
- KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. **Ler e compreender os sentidos do texto** . São Paulo: Contexto, 2006.
- ROSENAL, Marcelo et al. **Interpretação de textos e semântica para concursos** . Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>	<b>Tipo 2 - VERDE</b>	<b>Tipo 3 - AMARELA</b>	<b>Tipo 4 - AZUL</b>
<b>5</b>	<b>7</b>	<b>9</b>	<b>3</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Os textos, independentemente do gênero a que pertençam, se constituem de sequências com determinadas características linguísticas, como classe gramatical predominante, estrutura sintática, pre-domínio de determinados tempos e modos verbais, relações lógicas. Assim, dependendo dessas características, temos os diferentes tipos textuais.

Os gêneros textuais são inúmeros, dependendo da função de cada texto e das diferentes situações comunicacionais. O mesmo não acontece com os tipos textuais, que são poucos: **narração, argumentação, exposição, injunção e descrição.**

Considerando o gênero receita culinária como um todo, a tipologia predominante é a injuntiva, pois o objetivo principal é instruir ou orientar procedimentos. Assim, a receita culinária ensina, instrui o leitor sobre como preparar um prato.

Todavia, para responder à questão com segurança, faz-se necessário considerar que o gênero textual receita culinária, normalmente, é dividido em duas partes bem distintas: os ingredientes e o modo de preparo. Apesar de a integração das duas partes ser imprescindível para a constituição do gênero, elas apresentam tipologias textuais diferentes, em função, sobretudo, de seus propósitos comunicativos.

Na primeira parte, na qual se encontram relacionados os ingredientes, estipula-se as quantidades necessárias para realizar a receita. Essas quantidades vêm listadas, de forma detalhada, em unidades de medidas. Assim, temos a **tipologia descritiva**. Já a segunda parte - o modo de preparo - tem como finalidade instruir o leitor acerca de um procedimento. Fornece uma informação que condiciona a conduta do leitor, incitando-o a agir. Dessa forma, temos a **tipologia injuntiva. Portanto, o gabarito é letra A.**

Fontes:

- ABAURRE, Maria Luiza M.; ABAURRE, Maria Bernadete; PONTARA, Marcela. **Português: contexto, interlocução e sentido** . 3ª ed. São Paulo: Moderna, 2016.
- CEREJA, William. COCHAR, Thereza. CLETO, Ciley. **Interpretação de Textos: Construindo Competências e Habilidades em Leitura** . 1ª ed. São Paulo: Atual, 2009.
- KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. **Ler e compreender os sentidos do texto** . São Paulo: Contexto, 2006.

- MARCUSCHI, Luiz Antônio. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, Ângela Paiva; MACHADO, Anna Rachel; BEZERRA, Maria Auxiliadora. **Gêneros textuais & Ensino** . Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
- ROSENTAL, Marcelo et al. **Interpretação de textos e semântica para concursos** . Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>	<b>Tipo 2 - VERDE</b>	<b>Tipo 3 - AMARELA</b>	<b>Tipo 4 - AZUL</b>
6	10	1	4

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Os elementos que atuam como indicadores de argumentação são denominados de modalizadores discursivos. Eles são os encarregados de evidenciar o ponto de vista ou opinião assumido pelo falante e assegurar o modo como ele elabora o discurso.

Assim, modalização é o fenômeno pelo qual o sujeito expressa sua adesão ao texto. Através da modalização é possível perceber qual a atitude do locutor na defesa do que pretende. Assim, é possível perceber se ele crê no que diz, se atenua ou impõe algo que diz. Na verdade, é a expressão de um ponto de vista. Portanto, como pode haver um texto sem modalização? A resposta é muito simples. Simplesmente não há texto sem modalização. Essa pode ser mais explícita ou mais discreta.

No texto em análise, há modalização do início ao fim e isso fica perceptível pela presença constante dos elementos linguísticos que os expressam. Esses elementos funcionam como indicadores de intenções, sentimentos e atitudes do locutor com relação a seu discurso. Eles revelam o grau de engajamento do falante em relação ao conteúdo proposicional veiculado.

A modalização pode ser explicitada por meio de adjetivos, tempos e modos verbais, substantivos, numerais, operadores argumentativos, expressões cristalizadas, advérbios e sufixos indicadores de aumentativo ou diminutivo. Este último foi alvo de análise da questão.

A forma de diminutivo -inho(a) é polissêmica, significando tamanho pequeno, expressando valores afetivos, ou se encaminhando para a formação de outro item lexical independente da base. E essa polissemia é registrada nas gramáticas, que passaram a registrar não somente diminutivos que indicavam tamanho pequeno, mas também começaram a descrever valores afetivos, de apreciação tanto de forma positiva como de forma negativa, associados à forma de diminutivo. Muitas vezes, os usos de dimensão pequena (uso reduzido) carregam marcas afetivas por envolverem sentimento ou memória afetiva. Os diminutivos afetivos carregam marcas de apreciação em relação ao seu referente, essas marcas podem ser positivas (julgamentos positivos) ou negativas (julgamentos negativos).

Fica claro, no texto, que o autor utilizou "regrinhas" para menosprezar, depreciar, reduzir a importância das regras da gramática tradicional frente à complexidade dos fenômenos linguísticos.

O diminutivo também pode apresentar valor enfático, como em **pão quenteinho** (muito quente), **moro pertinho** (bem perto); valor denotativo, que é a tradicional ideia de tamanho pequeno, como em **sapatinho de bebê**, **pedrinha**, **caixinha** (tamanho pequeno) e, por fim, valor eufemístico, para amenizar, atenuar o sentido negativo de algo, como em **resolver um probleminha**, **feio arrumadinho**, **fazer uma operaçãozinha** (cirurgia). **Portanto, o gabarito é letra D.**

Fontes:

- ABAURRE, Maria Luiza M.; ABAURRE, Maria Bernadete; PONTARA, Marcela. **Português: contexto, interlocução e sentido** . 3ª ed. São Paulo: Moderna, 2016.
- CEREJA, William. COCHAR, Thereza. CLETO, Ciley. **Interpretação de Textos: Construindo Competências e Habilidades em Leitura** . 1ª ed. São Paulo: Atual, 2009.
- KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. **Ler e compreender os sentidos do texto** . São Paulo: Contexto, 2006.
- KOCH, I. V. G. **A inter-ação pela linguagem** . 5 ed. São Paulo: Contexto, 2000.
- ROSENTAL, Marcelo et al. **Interpretação de textos e semântica para concursos** . Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.
- <https://revista.abralin.org/index.php/abralin/article/view/1827>

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE	Tipo 3 - AMARELA	Tipo 4 - AZUL
7	3	2	10

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A significação das palavras não é fixa, nem estática. Por meio da imaginação criadora do homem, as palavras podem ter seu significado ampliado, deixando de representar apenas a ideia original (básica e objetiva). É o que ocorre na linguagem conotativa, figurada ou metafórica, em que as palavras são empregadas com um sentido novo, para dar maior expressividade à comunicação.

Dessa forma, as figuras de linguagem constituem uma forma de expressão que consiste no emprego de palavras em sentido figurado, isto é, em um sentido diferente daquele em que convencionalmente são empregados. As figuras de linguagem são normalmente utilizadas para tornar mais expressivo o que queremos dizer. Empregadas tanto na modalidade escrita quanto na falada, em registro formal ou informal, ampliam o significado de uma palavra, suprem a falta de termos adequados, criam significados diferentes.

No comando da questão, o enunciado "Ou seja, todo mundo – e ninguém." apresenta uma antítese, ou seja, oposição de ideias entre todo mundo, todas as pessoas e ninguém. Dessa forma, faz-se necessário identificar, nas alternativas, aquela que também apresenta uma antítese.

Faz-se necessário esclarecer que não há paradoxo no enunciado "todo mundo – e ninguém". O primeiro termo significa "a maioria das pessoas, muitas pessoas" e o segundo significa "ausência de pessoa, pessoa alguma". A antítese opõe palavras ou expressões que já são de naturezas opostas, é uma oposição entre referentes distintos, separados. Todo mundo fala e ninguém fala. Há referentes distintos. O paradoxo também opõe ideias, mas a contradição ocorre entre o mesmo referente do discurso, por isso a ideia parece absurda, incoerente. Exemplo: O povo é um mudo eloquente. Nesse enunciado, há um paradoxo porque, literalmente, não é possível um mudo ser eloquente, já que eloquente significa quem se expressa verbalmente, quem fala de modo convincente. O enunciado é paradoxal, porque um mudo não fala; portanto, não há como ser eloquente.

Em A, existe uma antítese, pois novamente há oposição simples de ideias entre os termos "positivas" e "negativas" que, semanticamente, são opostos. Em B, há uma personificação em "o caderno da vovó, que ensina". Em C, há uma metáfora quando o autor afirma que "a norma culta é uma fatia do universo linguístico". Por fim, em D, há uma hipérbole em "naquelas páginas estão contidos todos os sabores e saberes".

Vale destacar que o comando da questão prevê a análise da relação entre os termos "todo mundo" e "ninguém" e não somente a análise de um dos termos. Dessa forma, considerando, no contexto, a relação estabelecida entre ambos, tem-se uma antítese. Portanto, o gabarito é a letra A.

Fontes:

- ABAURRE, Maria Luiza M.; ABAURRE, Maria Bernadete; PONTARA, Marcela. Português: contexto, interlocução e sentido. 3ª ed. São Paulo: Moderna, 2016.
- CEREJA, William. COCHAR, Thereza. CLETO, Ciley. Interpretação de Textos: Construindo Competências e Habilidades em Leitura. 1ª ed. São Paulo: Atual, 2009.
- KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. Ler e compreender os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2006.
- ROSENAL, Marcelo et al. Interpretação de textos e semântica para concursos. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE	Tipo 3 - AMARELA	Tipo 4 - AZUL
8	1	10	5

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A locução adjetiva é um recurso expressivo da língua portuguesa que desempenha um papel essencial na formação de descrições precisas e na economia linguística. Consiste na utilização de duas ou mais palavras que, juntas, exercem a função de um adjetivo, qualificando substantivos.

Em uma frase, seja ela escrita ou falada, a locução adjetiva tem o objetivo de facilitar a compreensão e permitir que o discurso fique mais sofisticado.

Na maioria dos casos, a locução é formada por uma preposição e um substantivo.

Nas alternativas A, B e D, as locuções **de porco**, **de mármore** e **de alimentos** poderiam ser substituídas por seus adjetivos correspondentes, ou seja, algumas locuções adjetivas se encontram diretamente relacionadas com um adjetivo. Esses adjetivos são, respectivamente, **suína**, **marmórea** e **alimentar/alimentícia**. Embora seja mais recorrente o termo *Engenharia de Alimentos* para designar a área da ciência que trabalha com as principais técnicas para garantir um processo saudável e de conservação dos alimentos em uma indústria, a locução *de alimento* tem como adjetivos correspondentes *alimentar* ou *alimentícia*.

No entanto, outras locuções não podem ser substituídas por adjetivos, uma vez que não há adjetivos correspondentes, como é o caso da locução **de receitas**.

Vale destacar que o termo “de receita” exerce a função de qualificador do substantivo “caderno”. Em vez de “caderno de receitas”, poder-se-ia falar em caderno *de cálculos*, *caderno de poemas*, *caderno de anotações*, *caderno com/sem pauta* *caderno de música*, *caderno de caligrafia* ... Fica claro que as locuções adjetivas destacadas atribuem características ao termo “caderno”. A expressão “de receita”, portanto, qualifica, especifica, restringe o sentido do substantivo “caderno”, particularizando-o, isto é, esse termo exerce função de adjetivo. Assim, “de caderno” é uma locução adjetiva.

Alguns gramáticos poderiam considerar “caderno de receitas” como locução substantiva. A justificativa seria o fato de que “caderno de receitas” é um nome para um objetivo com função específica: registrar receitas culinárias. Se considerarmos essa análise, ainda assim será possível isolar o substantivo “caderno”, que continuará sendo caracterizado pela locução adjetiva “de receitas”. Convém ressaltar que essa análise é possível porque a questão exige a análise apenas do termo “caderno de receitas” sem estar contextualizado em um período ou parágrafo do texto.

Tomemos outro exemplo: a expressão “cadeira de rodas” pode ser considerada uma locução substantiva pelo fato de ser um nome para um equipamento com função bastante específica, ou seja, cadeira equipada com rodas e utilizada por pessoas sem ou com mobilidade reduzida. Ainda assim, “de rodas” continua exercendo função de locução adjetiva, já que, no interior da locução substantiva “cadeira de rodas”, o termo “de rodas” continua caracterizando o substantivo “cadeira”. Assim, nesse exemplo, “de rodas” é locução adjetiva de “cadeira” tanto quanto “de receita” é locução adjetiva de “caderno”.

Por fim, convém esclarecer que o termo “culinário” é um adjetivo. No entanto, não é adjetivo correspondente à locução “de receitas”, uma vez que o significado de “de receitas” não está exclusivamente relacionado à cozinha ou à arte de cozinhar (culinário). Existem outros tipos de receitas, como a receita médica e até mesmo receita para emagrecer, para o cabelo crescer, por exemplo. Um caderno pode ser usado para registrar receitas culinárias, portanto, pode ser um caderno culinário. Todavia, pode também ser utilizado para registrar outros tipos de receitas. Reiterando: embora o texto mencione em diversos momentos a ideia de receita culinária, o mesmo não ocorre no enunciado da questão, que não determinou uma receita em específico. **Portanto, o gabarito é a letra C.**

Fontes:

- AZEREDO, J. C. **Gramática Houaiss da língua portuguesa** . 2ª ed. São Paulo: Publifolha, 2008.
- BECHARA, Evanildo. **Moderna Gramática Portuguesa** . 37ª ed. Rio de Janeiro : Lucerna, 1999.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. **Nova Gramática do Português Contemporâneo** . Rio de Janeiro: Lexikon, 2014.
- SACCONI, Luiz A. **Nossa gramática completa** . 34ª ed. São Paulo: Matrix, 2021.

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE	Tipo 3 - AMARELA	Tipo 4 - AZUL
9	2	3	6

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Em todo texto de maior extensão, aparecem expressões conectoras – sejam conjunções, preposições, advérbios e respectivas locuções – que criam e sinalizam relações semânticas de diferentes naturezas. Entre as mais comuns, podemos citar as relações de causalidade, de comparação, de concessão, de tempo, de condição, de adição, de oposição etc. Reconhecer o tipo de relação semântica estabelecida por esses elementos de conexão é uma habilidade fundamental para a apreensão da coerência do texto.

No enunciado em análise, as orações "Ela se ofenderia com a calúnia", "o que talvez fosse divertido" e "era meio brava" estabelecem entre si uma relação de causa e consequência, sendo que as duas primeiras são consequências

da terceira, que é a causa. Assim, o autor poderia ter utilizado entre a segunda e a terceira oração a locução conjuntiva "uma vez que", que é a mais adequada para introduz a ideia de causa.

Em A, "no entanto" expressa ideia de oposição. Em C, "contanto que" expressa ideia de concessão. Em D, "de modo que" expressa ideia consequência. **Portanto, o gabarito é letra B.**

Fontes:

- AZEREDO, J. C. **Gramática Houaiss da língua portuguesa** . 2ª ed. São Paulo: Publifolha, 2008.
- BECHARA, Evanildo. **Moderna Gramática Portuguesa** . 37ª ed. Rio de Janeiro : Lucerna, 1999.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. **Nova Gramática do Português Contemporâneo** . Rio de Janeiro: Lexikon, 2014.
- SACCONI, Luiz A. **Nossa gramática completa** . 34ª ed. São Paulo: Matrix, 2021.

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE	Tipo 3 - AMARELA	Tipo 4 - AZUL
10	4	6	2

### **Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Geralmente o estudo descritivo da linguagem é dividido em vários níveis. Aqueles tradicionalmente tidos como os principais são: o nível fonético-fonológico, o nível morfológico, o nível sintático. Esses três níveis constituem a gramática de uma língua. A esses níveis deve-se acrescentar o léxico, ou seja, o conjunto das palavras que compõem uma língua e que são usadas respeitando as regras da gramática. O estudo dos significados das palavras e das frases (ou dos enunciados) é objeto da semântica e da pragmática, dependendo se o foco está no estudo do significado puramente linguístico ou da língua inserida em seu uso concreto.

As alternativas da questão em análise apresentam quatro níveis e solicita que o candidato reconheça em qual alternativa há exemplo de análise sintática.

Sintaxe é a parte da gramática que estuda as regras e relações das palavras dentro da frase ou de um período. Analisa a disposição das palavras nas frases, das frases nas orações e destas nas sentenças. A sintaxe permite analisar o sentido das frases e realizar o ordenamento correto das palavras dentro da oração. A sintaxe da língua portuguesa é dividida em termos: sujeito, predicado, objeto, adjunto adnominal, adjunto adverbial, complemento nominal, aposto, vocativo. Assim, em B, a expressão "minha melhor professora de português" atua como aposto explicativo do sujeito determinado simples "a dona Nilza, o termo foi analisado sintaticamente. **Portanto, o gabarito é letra B.**

**Nível fonológico:** é o estudo da fisiologia ou produção motora dos sons da fala e sua produção acústica. O conhecimento fonológico de uma língua inclui conhecer as regras para combinar os fonemas desta língua. Além dessas regras segmentais, há regras fonológicas governando o uso de características suprasegmentais como tom, acentuação e duração de vogais e consoantes. ANÁLISE FONOLÓGICA: A palavra "olhos" apresenta 5 letras e 4 fonemas, possui o dígrafo "lh", é dissílaba, paroxitona e a separação silábica é *o-lhos* .

**Nível morfológico:** é o estudo de cada uma das palavras de uma oração, que são classificadas de forma individual. A morfologia estuda as palavras sob o ponto de vista da estrutura e forma; das flexões e da classificação conforme a classe gramatical a que pertencem. ANÁLISE MORFOLÓGICA: "Criou" é um verbo regular de 1ª conjugação e está flexionado na 3ª pessoa do singular do pretérito perfeito do modo indicativo.

**Nível pragmático:** nesse nível, encontra-se a análise do sentido que as palavras ou expressões podem assumir em um contexto específico. ANÁLISE PRAGMÁTICA: O termo "abrir meus olhos" se refere, conotativamente, à capacidade de conscientização, de perceber algo que não via antes, de sair da ignorância.

Fontes:

- AZEREDO, J. C. **Gramática Houaiss da língua portuguesa** . 2ª ed. São Paulo: Publifolha, 2008.
- BECHARA, Evanildo. **Moderna Gramática Portuguesa** . 37ª ed. Rio de Janeiro : Lucerna, 1999.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. **Nova Gramática do Português Contemporâneo** . Rio de Janeiro: Lexikon, 2014.
- SACCONI, Luiz A. **Nossa gramática completa** . 34ª ed. São Paulo: Matrix, 2021.
- [https://grad.letras.ufmg.br/arquivos/monitoria/ApostilaConceitos%20b%C3%A1sicos\\_Aula1.pdf](https://grad.letras.ufmg.br/arquivos/monitoria/ApostilaConceitos%20b%C3%A1sicos_Aula1.pdf)
- <https://pjamilk.com/2020/08/11/niveis-de-analise-da-lingua/>



- <https://linguisticageralunip.wordpress.com/2017/11/14/os-niveis-de-analise-linguistica/>
- <https://blog.portaleducacao.com.br/niveis-linguisticos-quais-sao/>

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE	Tipo 3 - AMARELA	Tipo 4 - AZUL
11	15	12	13

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

De acordo com as informações do enunciado, somente um dos netos mentiu, de modo que os demais netos disseram a verdade. Além disso, as quantidades de bolinhas de gude deles são distintas. É necessário avaliar cada afirmação:

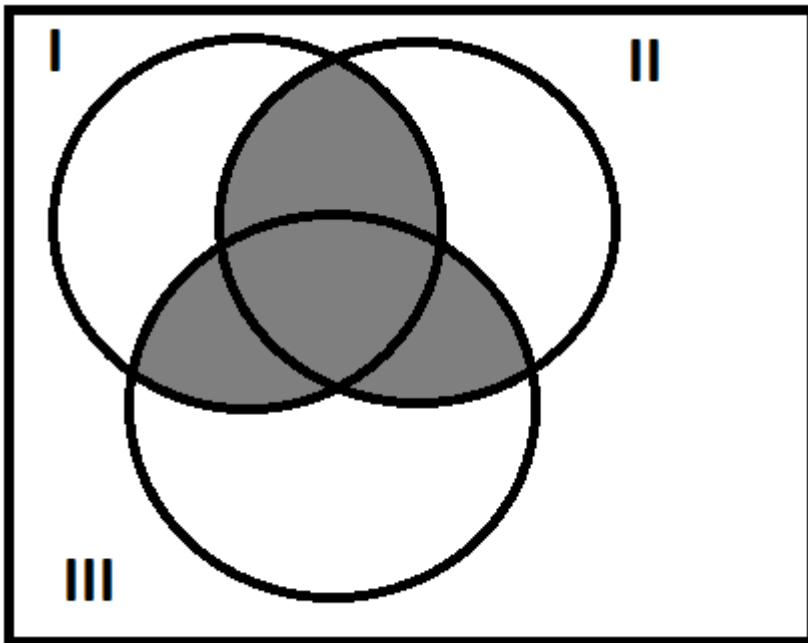
- Se Arthur mente, os demais falam a verdade. Consequentemente, ele e Diego possuem 8 bolinhas de gude = CONTRADIÇÃO.
- Se Bernardo mente, os demais falam a verdade. Consequentemente, Arthur possui 4 e 8 bolinhas de gude = CONTRADIÇÃO.
- Se Celso mente, os demais falam a verdade. Consequentemente, Diego possui 8 bolinhas de gude, Bernardo possui 10 bolinhas de gude, Arthur possui 4 bolinhas de gude e Celso possui 6 bolinhas de gude = CORRETO
- Se Diego mente, Arthur possui 4 e 8 bolinhas de gude = CONTRADIÇÃO

Assim, Arthur, Bernardo e Celso possuem, no total, 20 bolinhas.

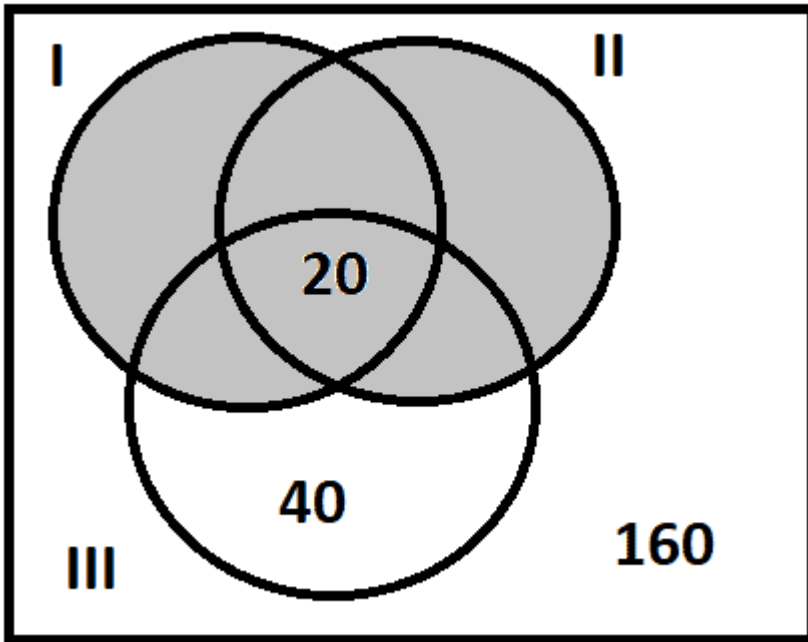
Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE	Tipo 3 - AMARELA	Tipo 4 - AZUL
12	14	11	15

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

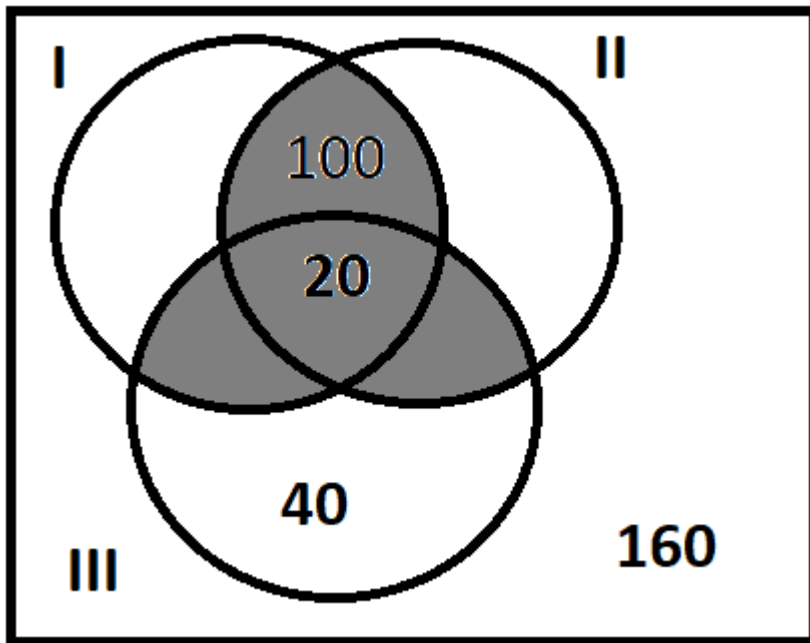
O enunciado questiona quantas pessoas, no mínimo, foram aprovadas em pelo menos duas das provas I, II e III. O número de pessoas que foram aprovadas em pelo menos duas provas é dado pela área cinza do seguinte diagrama:



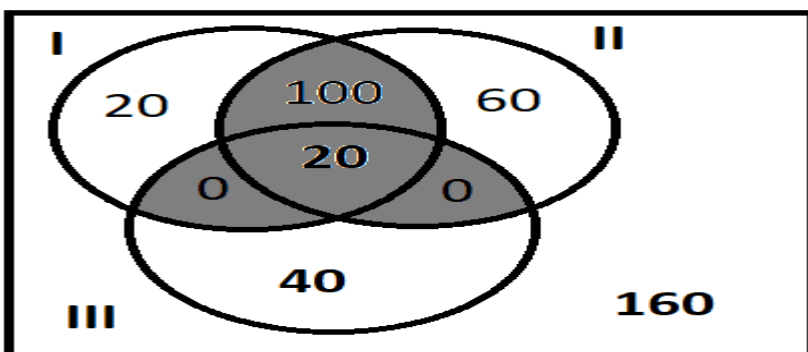
Com o primeiro, quarto e quinto resultados apresentados no enunciado, pode-se construir o seguinte diagrama:



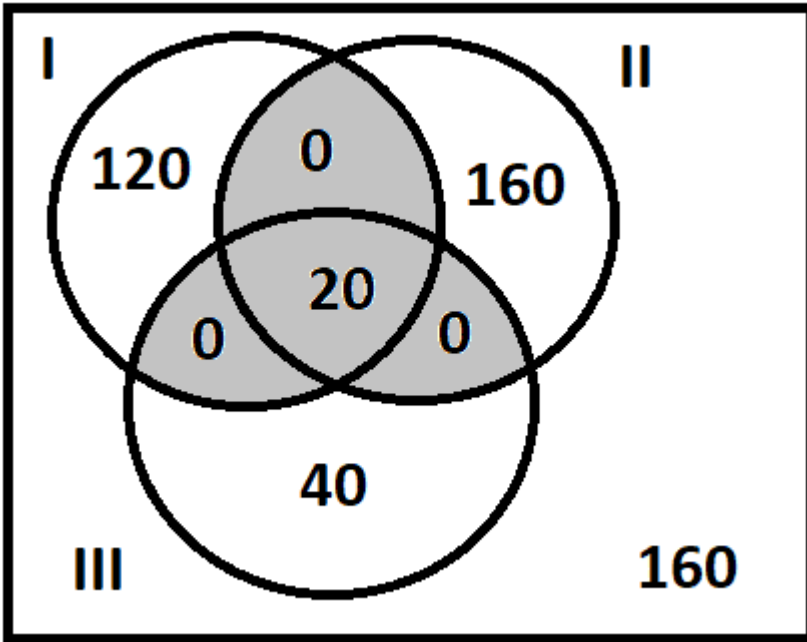
Assim, sobram  $400(\text{total de candidatos}) - 160 - 40 = 200$  para o total das áreas preenchidas em cinza (pelo menos uma aprovação nas provas I e II). De acordo com o enunciado, 140 candidatos foram aprovados na prova I e 180 candidatos foram aprovados na prova II. Assim, usando o princípio da adição de conjuntos, o número de candidatos que foram aprovados nas duas provas (I e II) é dado por  $140 (\text{prova I}) + 180 (\text{prova II}) - 200 (\text{total}) = 120$  e tem-se o seguinte diagrama:



Assim, o número mínimo de candidatos aprovados em pelo menos duas provas é 120, conforme o seguinte diagrama:



Em qualquer outra possibilidade, haverá mais de 120 alunos aprovados em pelo menos duas provas.  
 Se a resposta para esta questão fosse 20, teríamos o seguinte diagrama:



Essa situação não retrata a realidade, pois  $120+20+160+40+160 > 400$  (total de candidatos)

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE	Tipo 3 - AMARELA	Tipo 4 - AZUL
13	12	15	14

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Considere o seguinte esquema para resolver a questão:

	Verde	Roxo	Preto	Cinza
Pâmela				
Lindalva				
Silvana				
Letícia				

A partir das informações fornecidas, pode-se preencher as seguintes lacunas:

	Verde	Roxo	Preto	Cinza
Pâmela	não	não		não
Lindalva	sim	não		
Silvana	não	Sim		
Letícia	não	Sim		

Como cada amiga gostou de pelo menos uma camisa, Pâmela só pode ter gostado da camisa preta. Consequentemente, Lindalva não pode ter gostado desta camisa e, portanto, gostou da camisa cinza. Assim, tem-se o esquema completo:

	Verde	Roxo	Preto	Cinza
Pâmela	não	não	Sim	não
Lindalva	sim	não	não	sim
Silvana	não	Sim	Sim	não
Letícia	não	Sim	Sim	não

Assim, a única alternativa correta é que Letícia gostou da camisa preta.

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE	Tipo 3 - AMARELA	Tipo 4 - AZUL
15	13	14	11

**Recurso Procedente. Questão Anulada.**

A questão apresenta ambiguidade, uma vez que não fica evidente que a equivalência das 4 moedas do país A deve ser dada pelo total dos valores apresentados em cada uma das alternativas. Se nas alternativas estivesse escrito “10 moedas do país B **mais** 20 moedas do país C” e “10 moedas do país B **mais** 30 moedas do país C” seria evitada esta ambiguidade. Assim, a questão deve ser anulada.

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE	Tipo 3 - AMARELA	Tipo 4 - AZUL
16	20	25	24

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

De acordo com a teoria de Piaget, como já foi dito anteriormente, o **período pré-operacional (2 a 7 anos)**, em que a criança pode lidar simbolicamente com certos aspectos da realidade, mas seu pensamento ainda se caracteriza pela responsabilidade; dividido em: **Pensamento simbólico pré conceitual: 2 a 4 anos** e **Pensamento intuitivo: 4 a 7 anos (PAPALIA & OLDS, 2006)**. Por volta dos 18 a 24 meses, a criança começa a fazer uso de símbolos mentais. Permite a criança refletir mentalmente sobre pessoas, objetos e eventos. Contudo, a criança ainda não pode pensar com lógica. Segundo PAPALIA & OLDS (2006), as crianças pré-operacionais podem compreender o conceito de identidade, estão começando a compreender os relacionamentos causais, estão desenvolvendo proficiência na classificação e compreendem princípios de contagem e quantidade. Elas não compreendem a conservação e tendem a confundir a realidade e a fantasia, raciocinar transdutivamente, e não compreendem a reversibilidade e as implicações das transformações. As crianças pré-operacionais parecem ser menos egocêntricas do que Piaget supunha e são capazes de empatia. Elas mostram sinais de terem uma teoria da mente, incluindo consciência de seus processos de pensamento, certa habilidade para distinguir eventos imaginários e reais, capacidade de enganar, e compreensão de que as pessoas podem manter crenças errôneas.

**Argumentos que indicam acerca do Estágio Operatório Concreto — 7 a 11 anos ser o gabarito correto, não procede.** Durante esta fase, as crianças começam a pensar logicamente sobre eventos concretos. Começam a entender o conceito de conservação; que a quantidade de líquido em um copo curto e largo é igual à de um copo alto e estreito, por exemplo. Seu pensamento se torna mais lógico e organizado, mas ainda muito concreto. Começam a usar lógica e raciocínio a partir de informações específicas para um princípio geral. Embora ainda sejam muito concretas e literais em seu pensamento, se tornam mais adeptas ao uso da lógica. O egocentrismo do estágio anterior começa a desaparecer à medida que entendem melhor como outras pessoas podem ver a situação. Embora o pensamento se torne mais lógico, também pode ser muito rígido. Crianças neste ponto de desenvolvimento têm dificuldade com conceitos abstratos e hipotéticos. As crianças começam a entender que seus pensamentos são seus e que nem todas as outras pessoas compartilham seus pensamentos, sentimentos e opiniões.

Fonte:

- PAPALIA, D. E.; OLDS, S. W.; FELDMAN, R. D. Desenvolvimento humano. Porto Alegre: Artmed, 2006.

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE	Tipo 3 - AMARELA	Tipo 4 - AZUL
17	21	19	22

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A supracitada questão apresenta uma situação hipotética e solicita que de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96), qual das alternativas dadas é a **incorreta**, com vistas ao apresentado e de acordo com o Art. 7º-A *Ao aluno regularmente matriculado em instituição de ensino pública ou privada, de qualquer nível, é assegurado, no exercício da liberdade de consciência e de crença, o direito de, mediante prévio e motivado requerimento, ausentar-se de prova ou de aula marcada para dia em que, segundo os preceitos de sua religião, seja vedado o exercício de tais atividades, devendo-se lhe atribuir, a critério da instituição e sem custos para o aluno, uma*

das seguintes prestações alternativas, nos termos do inciso VIII do caput do art. 5º da Constituição Federal: (Incluído pela Lei nº 13.796, de 2019) (Vigência)

**Portanto, considerando as alternativas apresentadas está em desacordo com a LDB, a alternativa D, visto que I - prova ou aula de reposição, conforme o caso, a ser realizada em data alternativa, no turno de estudo do aluno ou em outro horário agendado com sua anuência expressa; (Incluído pela Lei nº 13.796, de 2019) (Vigência)**

**§ 2º O cumprimento das formas de prestação alternativa de que trata este artigo substituirá a obrigação original para todos os efeitos, inclusive regularização do registro de frequência. (Incluído pela Lei nº 13.796, de 2019) (Vigência)**

**Argumentos que indicam que alternativa A é a correta, não procedem. O comando dado solicita que o candidato indique a alternativa incorreta. O Respeito à liberdade religiosa, conforme indica alternativa A, está de acordo com Art. 7 A, da LDB. Ainda, destaca-se que B e C, também estão em consonância com a lei, pois**

**II - trabalho escrito ou outra modalidade de atividade de pesquisa, com tema, objetivo e data de entrega definidos pela instituição de ensino. (Incluído pela Lei nº 13.796, de 2019) (Vigência)**

**§ 1º A prestação alternativa deverá observar os parâmetros curriculares e o plano de aula do dia da ausência do aluno. (Incluído pela Lei nº 13.796, de 2019) (Vigência)**

Fonte:

- Lei de Diretrizes e Bases - Lei 9.394/1996.

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE	Tipo 3 - AMARELA	Tipo 4 - AZUL
18	24	22	21

#### **Recurso Procedente. Gabarito alterado para alternativa B.**

Refere-se ao conteúdo programático “Temas contemporâneos: a escolha da profissão (...) ANEXO I - CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DAS PROVAS OBJETIVAS E DISCURSIVAS PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS/MG EDITAL Nº 1, DE 28 DE MAIO DE 2024.

Ferreti, em sua obra vem tentando essa reflexão no campo específico da Informação Profissional- I.P.-(FERRETI, 1981; 1988 b.) No artigo de 1981 e na obra “Uma nova proposta de orientação profissional” (1988 a), o autor sugere algumas transformações quanto aos objetivos e conteúdos da Informação. Para ele, a I.P. deve instrumentar os jovens " para realizar reflexões críticas sobre o ingresso numa profissão, e sobre o exercício da mesma no contexto da ordem econômica vigente no país. (...) seu objetivo básico deve ser o de fornecer informações fidedignas que estimulem a reflexão" (FERRETI, 1981. p. 69). Quanto ao conteúdo, a característica básica deve ser a historicidade, ou seja: ao ser produzida, deverá ter em vista um determinado momento histórico e uma situação social definida, abrangendo "os aspectos conflitantes e contraditórios das profissões e seu exercício (...), as relações internas na empresa", bem como tudo o que diga respeito às políticas de emprego do governo, ao trabalho específico da criança, do velho e da mulher, à situação dos sindicatos, à política salarial, etc. (FERRETI, 1981. p 69). **Essa nova orientação deverá ter por base a concepção histórica do trabalho com vistas a situar a aluno frente à dimensão social e coletiva do mesmo, a posicionar o trabalhador como sujeito da história. Há que se criar condições para o desenvolvimento da consciência política. Há que se questionar a profissão como mero 'meio de realização individual', enfatizando-se a responsabilidade social e coletiva de construção da sociedade que necessitamos e queremos, pela via da participação social efetiva, através do trabalho. A Orientação Profissional que se quer, vai ao encontro da proposta da politécnica. Nela, o ensino implica, além da busca pela elevação do nível científico dos alunos, o “desenvolvimento da capacidade de pensar globalmente, com o despertar do discernimento crítico”. Isso implica no conhecimento dos “princípios da organização de produção e da economia, analisando-se o trabalho humano, sua formas sociais, a estrutura social, (...) e a qualidade da vida humana” (MACHADO, p. 60).** Em suma, situar a aluno frente à dimensão social e coletiva do mesmo, a posicionar o trabalhador como sujeito da história. Há que se criar condições para o desenvolvimento da consciência política. Há que se questionar a profissão como mero 'meio de realização individual', enfatizando-se a responsabilidade social e coletiva de construção da sociedade que necessitamos e queremos, pela via da participação social efetiva, através do trabalho. (MACHADO, p. 60). Portanto, apenas itens I e IV, estão corretos e de acordo com a **abordagem Sócio-Histórica da OP.**

Fontes:

- FERRETTI, C.J. Informação Profissional e Ideologia. ANDE, São Paulo, v. 1, n.2, p. 64-9, 1981.
- \_\_\_\_\_.Uma nova proposta de Orientação Profissional. São Paulo : Cortez, 1988
- \_\_\_\_\_.Opção : trabalho, trajetórias ocupacionais de trabalhadores das classes subalternas. São Paulo : Cortez, 1988
- MACHADO, L.R. de S. Em defesa da politecnia. Ciência e Movimento, São Paulo, v.1, n.1, p. 55-61, set/ 1990.
- PIMENTA, S.G. Orientador Educacional ou Pedagogo. ANDE, São Paulo, v.5, n.9, p.29-37, 1985.

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE	Tipo 3 - AMARELA	Tipo 4 - AZUL
19	25	24	23

#### Recurso Procedente. Questão Anulada.

A supracitada questão, no comando dado, citou todos os fatores de risco que possivelmente causam o bullying, entretanto não determinou qual dos fatores de risco, o candidato deveria identificar a causa dentre as afirmativas dadas nas alternativas A, B, C ou D. Portanto todas as afirmativas são verdadeiras, pois as características físicas, orientação sexual, gênero, etnia, status socioeconômico ou habilidades acadêmicas e esportivas podem tornar alguns alunos alvos de bullying. Crianças e adolescentes que se destacam ou são percebidos como “diferentes” são frequentemente visados por seus pares, referem -se as **Diferenças Individuais**. Alunos que crescem em ambientes familiares marcados por violência, negligência ou falta de apoio emocional podem manifestar comportamentos agressivos na escola. Esses jovens podem usar o bullying como uma forma de expressar sua frustração ou tentar ganhar uma sensação de controle e poder que falta em suas vidas familiares, pode-se afirmar que trata-se de um **Ambiente Familiar Disfuncional**. E ainda, no que se refere a **Influência dos Grupos de Pares**, percebe-se a pressão dos colegas e o desejo de se encaixar em um grupo social podem levar alguns alunos a participar de atos de bullying. A busca por aceitação e status dentro do grupo pode incentivar comportamentos agressivos, mesmo que os indivíduos envolvidos não apresentem tendências naturais para o bullying.

#### Fontes:

- AVILÉS, J. M. M. Bullying: guia para educadores. 1. ed. Campinas: Mercado de Letras, 2013a.
- FANTE, C. Fenômeno bullying: estratégias de intervenção e prevenção entre escolares (uma proposta de educar para a paz). São José do Rio Preto: Ativa, 2003.
- FANTE, C. Fenômeno Bullying: como prevenir a violência e educar para a paz. 2. ed. Campinas: Verus, 2005.

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE	Tipo 3 - AMARELA	Tipo 4 - AZUL
20	22	18	17

#### Recurso Procedente. Questão Anulada.

De acordo com a **prendizagem Significativa de AUSUBEL**, alternativas **A, B e D**, estão corretas. Alternativa C, refere-se a abordagem **construtivista de PIAGET**.

#### Fonte:

- CARVALHO, M. V. C.; MATOS, K. S. A. L. (Colab.). **A Teoria da Aprendizagem Significativa de David Ausubel**. Fortaleza: UFC, 2009.

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE	Tipo 3 - AMARELA	Tipo 4 - AZUL
21	23	16	19

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Considerando o Art. 208 atualizações da Constituição Federal de 1988 está disposto que “O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

*I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria;*(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009) (Vide Emenda Constitucional nº 59, de 2009)

**II - progressiva universalização do ensino médio gratuito;** (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)

(...)

*IV - educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade;* (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

**VI - Oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;**

(...)

*VII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.* (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009)

**Portanto, apenas itens I e II, estão corretos e de acordo com Art. 208 da CF, incisos II e VI.**

Fonte:

- [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE	Tipo 3 - AMARELA	Tipo 4 - AZUL
22	18	17	20

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

De acordo com a supracitada questão que apresenta uma situação hipotética e considerando o Estatuto da Criança e do Adolescente - Art. 112 *Verificada a prática de ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente as seguintes medidas:*

*I - advertência;*

*II - obrigação de reparar o dano;*

*III - prestação de serviços à comunidade;*

*IV - liberdade assistida;*

(...)

**Considerando as alternativas apresentadas, não está correto o que está indicado em D, visto que está em desacordo o que está previsto no ECA.** A liberdade assistida será fixada **pelo prazo mínimo de seis meses**, e não em dois meses como informa a afirmativa, podendo a qualquer tempo ser prorrogada, revogada ou substituída por outra medida, ouvido o orientador, o Ministério Público e o defensor.

*Art. 118. A liberdade assistida será adotada sempre que se afigurar a medida mais adequada para o fim de acompanhar, auxiliar e orientar o adolescente.*

*§ 1º A autoridade designará pessoa capacitada para acompanhar o caso, a qual poderá ser recomendada por entidade ou programa de atendimento.*

*§ 2º A liberdade assistida será fixada **pelo prazo mínimo de seis meses**, podendo a qualquer tempo ser prorrogada, revogada ou substituída por outra medida, ouvido o orientador, o Ministério Público e o defensor.*

*Art. 119. Incumbe ao orientador, com o apoio e a supervisão da autoridade competente, a realização dos seguintes encargos, entre outros:*

*I - promover socialmente o adolescente e sua família, fornecendo-lhes orientação e inserindo-os, se necessário, em programa oficial ou comunitário de auxílio e assistência social;*

*II - supervisionar a frequência e o aproveitamento escolar do adolescente, promovendo, inclusive, sua matrícula;*

*III - diligenciar no sentido da profissionalização do adolescente e de sua inserção no mercado de trabalho;*

#### IV - apresentar relatório do caso.

Fonte:

- [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm)

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE	Tipo 3 - AMARELA	Tipo 4 - AZUL
23	17	21	25

#### **Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A função da avaliação diagnóstica é de identificar algo que os alunos não aprenderam em períodos anteriores, resgatar o que ele conseguiu assimilar e trabalhar para que esse aluno avance no processo ensino aprendizagem, sobre essa modalidade de avaliação, Camargo (2010, p.14), diz que: Avaliação diagnóstica é aquela que acontece geralmente no começo do ano letivo antes do planejamento, onde o professor verifica os conhecimentos prévios dos alunos, o que eles sabem e o que não sabem sobre os conteúdos. Não tem a finalidade de atribuir notas (2010, p.14). Sendo assim Sant'Anna afirma que: A avaliação diagnóstica visa determinar a presença ou ausência de conhecimentos e habilidades, inclusive buscando detectar pré-requisitos para novas experiências de aprendizagem. Permite averiguar as causas de repetidas dificuldade de aprendizagem (1995, p.33). Já a avaliação formativa é um dos componentes indispensáveis de todo processo educativo, CAMARGO (2010, p.24). Atualmente a forma de avaliação mais aplicada dentro das escolas é a avaliação formativa, acontecendo durante todo o processo de ensino aprendizagem. Nesta compreensão Luckesi (2002 p.45) esclarece que “enquanto se ensina se avalia, ou enquanto se avalia se ensina”. Avaliação formativa tem caráter pedagógico, pois instrui o aluno naquilo que é preciso aprender, e o objetivo também está voltado para aquilo que o aluno necessariamente precisa aprender, seja na área de linguagens, área de ciências da natureza, área de matemática e área de ciências humanas. **Portanto, a primeira situação hipotética refere-se a uma avaliação diagnóstica e a segunda, formativa.**

Fontes:

- CAMARGO, Wanessa Fedrigo. Avaliação da aprendizagem no ensino fundamental. 2010.
- SANT'ANNA, Ilza Martins. Por que avaliar? Como avaliar: critérios e instrumentos. Petrópolis RJ: Vozes, 1995
- LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação da aprendizagem escolar. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2002.

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE	Tipo 3 - AMARELA	Tipo 4 - AZUL
25	16	20	18

#### **Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Mediante a busca de formar profissionais que tenham as competências fundamentais para viverem e produzirem no século XXI, o professor precisa buscar metodologias de aprendizagem que sejam centradas nos estudantes, que os envolvam em projetos, pesquisas, reflexões, análises constantes e correções das suas ações. Moran (2015) diz que: “nas metodologias ativas de aprendizagem, o aprendizado se dá a partir de problemas e situações reais”. As metodologias ativas possibilitam que o aluno seja o responsável pela sua aprendizagem, ou seja, a educação é centrada no estudante, o que o torna mais envolvido e participativo. A educação centrada no aluno permite a aprendizagem de forma apropriada através do uso de conhecimentos prévios e atuais, resultando em um aprendizado sólido. O processo de ensino exige uma relação com o aluno onde o caminho é a construção do saber e ascensão da aprendizagem.

**Portanto, as metodologias ativas têm uma abordagem diferente da metodologia tradicional de ensino que, apesar das qualidades, apresenta limitações como falta de interatividade entre professor e aluno, transmissão do conhecimento unidirecional, que cria no aluno o hábito de somente estudar pelas anotações de sala de aula, não recorrendo à pesquisa, entre outros. (CARLINE et al., 2004; GODOY, 1997; LIBANEO, 1994; MASETTO, 2003; PIMENTA; ANASTASIOU, 2002).**

Fontes:



- CARLINE, A. L.; CARICATTI, A. M. C.; GUIMARÃES, L. T.; SCARPATO, M.; FORONI, Y. M. D'A. Procedimentos de ensino: um ato de escola na busca de uma aprendizagem integral. São Paulo: Avercamp, 2004
- LIBÃNEO, J. C. Didática. São Paulo: Cortez, 1994. MASETTO, M. T. Competência pedagógica do professor universitário. São Paulo: Summus, 2003
- MORÁN, J. Mudando a Educação com Metodologias Ativas. In: SOUZA, Carlos Alberto de; MORALES, Ofelia Elisa Torres (Orgs.). Coleção Mídias Contemporâneas.

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE	Tipo 3 - AMARELA	Tipo 4 - AZUL
27	30	29	28

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A legislação aplicável, Lei 7290/11, Art. 12 é expresso no sentido de indicar que este adicional é concedido por anuênio e corresponde a 2% (dois por cento) sobre o vencimento de seu cargo.

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE	Tipo 3 - AMARELA	Tipo 4 - AZUL
28	29	26	30

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A lei 7290/11, inclusive indicada na questão, é bastante clara na sua redação:

“Art. 13. Somente lei de iniciativa do Poder Executivo, poderá alterar a jornada de trabalho para o pessoal da Secretaria Municipal de Educação.”

Inclusive, utilizando a expressão “pessoal da Secretaria Municipal de Educação”. O que denota a resposta correta e tira qualquer dúvida sobre a clareza do que foi questionado, frente as opções fornecidas e o texto da lei.

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE	Tipo 3 - AMARELA	Tipo 4 - AZUL
29	26	30	27

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Os percentuais indicados na questão são exatamente os presentes na lei 7290/11, no Art.16, I, “b” e “c”.

“Art. 16. Na construção da Tabela de Vencimento dos Servidores da Educação considerar-se-á para cálculo da progressão vertical, por escolaridade, os seguintes percentuais somados respectivamente sobre o salário base:

I - Profissionais ou Servidores do Magistério:

- a) Progressão de 6% (seis por cento) para os profissionais que tenham concluído o curso de Pós Graduação na Área da Educação em instituição autorizada pelo MEC;
- b) Progressão de 8% (oito por cento) para os profissionais que tenham concluído o curso de Mestrado na Área da Educação em instituição autorizada pelo MEC;
- c) Progressão de 10% (dez por cento) para os profissionais que tenham concluído o curso de Doutorado na Área da Educação em instituição autorizada pelo MEC.”

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE	Tipo 3 - AMARELA	Tipo 4 - AZUL
30	27	28	26

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Analisemos a resposta correta, para sanar as dúvidas relativas ao mérito:

O comando da questão é bastante claro, e indica, inclusive a lei 7290/11 enquanto a norma legislativa a ser utilizada para responder a questão:

“Segundo a Lei nº 7.290/2011, o professor com carga horária de 125 horas/atividades/mês terá parte da carga horária destinada ao exercício de atividades coletivas de formação, planejamento e avaliação do trabalho pedagógico, preferencialmente dentro do espaço escolar. Esse percentual da carga horária mensal é de :”

A resposta correta está no Art. 31 da norma citada:

**“Art. 31. Ao professor com carga horária de 125 (cento e vinte e cinco) horas/atividades/mês será destinado 10% (dez por cento) da carga horária para o exercício de atividades coletivas de formação, planejamento e avaliação do trabalho pedagógico, preferencialmente dentro do espaço escolar .”**

O Art. 27, utilizado para fundamentar que a resposta correta seria de 25% e não de 10%, não se refere ao que foi perguntado e sim para aqueles que optaram pela ampliação da carga de 125 horas para 216 horas.

**“Art. 27. O servidor, ocupante de cargo de provimento efetivo estável das carreiras do Magistério nos termos desta Lei, em efetivo exercício das atribuições do cargo, nas Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino poderá, nos termos de regulamento, optar pela ampliação da carga horária de trabalho de 125 (cento e vinte e cinco) para 216 (duzentos e dezesseis) horas atividades mensais .**

(...)

**§ 2º A carga horária mensal de trabalho de que trata o caput deste artigo deverá ser assim distribuída:**

(...)

**b) 25% (vinte e cinco por cento) do tempo de trabalho para o exercício de atividades coletivas de formação, planejamento e avaliação do trabalho pedagógico, preferencialmente dentro do espaço escolar .”**

Logo, a hipótese indicada neste artigo não se aplica ao caso questionado.

O comando da questão delimita o que foi perguntado, tanto no que tange ao conteúdo, quando no que se refere à norma que deve ser utilizada para a resposta. Não existe qualquer alteração na legislação municipal e/ou ações que questionem ou alteram o conteúdo da norma que fundamenta a resposta.

Inexiste, por consequência qualquer motivo que justifique a alteração do gabarito e/ou a anulação da questão em análise.

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE	Tipo 3 - AMARELA	Tipo 4 - AZUL
31	34	39	36

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A questão está correta conforme o enunciado proposto, pois o Currículo de Referência de Minas Gerais assume a concepção de Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil (2010), de acordo com o documento na página 33 em sua citação:

“sujeito histórico e de direitos, que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentido sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura” (BRASIL, 2010, p.12).

O texto não está identificado com aspas na questão, pois como o currículo é um conteúdo da prova, poderia facilitar a resposta.

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE	Tipo 3 - AMARELA	Tipo 4 - AZUL
32	37	38	33

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A primeira alternativa não trata de definir a atuação do profissional, mas de tratar a psicologia escolar como uma ciência que dará suporte à prática pedagógica que é coletiva e não individual. O texto referenciado abaixo e que subsidiou a elaboração da questão traz o argumento até a página 472.

Psicologia Escolar e Educacional: história, compromissos e perspectivas Mitsuko Aparecida Makino Antunes.

Sobre a autora: Mitsuko Aparecida Makino Antunes Professora do Programa de Estudos Pós-graduados em Psicologia da Educação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Fonte:

- Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRAPEE) • Volume 12 Número 2 Julho/Dezembro de 2008 • 469-475

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE	Tipo 3 - AMARELA	Tipo 4 - AZUL
34	39	40	38

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

**Letra A:** Trabalhar com brinquedo na escola tem a função lúdica exclusiva de aprender com prazer levando a criança a apreender conceitos importantes previstos no currículo escolar.

**Letra D:** O jogo tem fundamental importância na expansão do ensino, por possibilitar ao aluno raciocinar e pensar em tudo que aprende, encontrando respostas para os porquês e soluções inteligentes para solucionar problemas relativos à escola e à vida.

A escola possui uma importante função social que trata da socialização das crianças. O jogo e a brincadeira, de forma lúdica possibilitam também esta interação, ou seja, não há exclusividade na aprendizagem prescrita no currículo escolar na utilização do jogo e da brincadeira. Tanto um quanto o outro são desenvolvidos pelas professoras e também pelas próprias crianças em momentos de recreação espontânea. Então, atribuir ao jogo e à brincadeira a única função de aprendizagem curricular é reduzir todas as inúmeras possibilidades de aprendizagem das crianças de solucionar problemas relativos à escola e à vida, ou seja, a única alternativa que contempla plenamente a resposta é a letra D.

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE	Tipo 3 - AMARELA	Tipo 4 - AZUL
35	40	32	32

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Precisamos compreender que, apesar da Educação Infantil ter um fim em si mesma e não ter como objetivo preparar os estudantes para o Ensino Fundamental, estes dois segmentos são indissociáveis, pois envolvem processos que andam lado a lado: conhecimentos e afetos, saberes e valores, cuidados e atenção. Portanto, a Educação Infantil atua de forma positiva na formação do sujeito ao proporcionar aos alunos o desenvolvimento dos objetivos de aprendizagem, que promovem a aquisição dos direitos de aprendizagem relacionados às capacidades de coordenação motora, lateralidade, noção de espaço e tempo, esquema corporal, comunicação, entre outras, contribuindo efetivamente de forma importantíssima para o processo de Alfabetização. (p. 195).

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE	Tipo 3 - AMARELA	Tipo 4 - AZUL
36	31	34	39

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Quanto à questão está totalmente correta e de acordo com a BNCC.

A única alternativa que não está correta, portanto é a opção a ser marcada é a letra C, visto que a BNCC prevê: selecionar e aplicar metodologias e estratégias didático-pedagógicas diversificadas e não unificadas, como está na questão.

Fonte:

- <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/#introducao>

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE	Tipo 3 - AMARELA	Tipo 4 - AZUL
37	35	31	35

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Destacamos que havia sim uma preocupação com as crianças desfavorecidas por parte das autoras e que há sim relação entre classe social e aprendizagem.

Segue a citação:

[...] estudamos mais atentamente a evolução de crianças de meio dito ‘desfavorecido’ porque nossa pesquisa não pretende ser um puro exercício acadêmico: a situação da alfabetização na maior parte dos países da América Latina é ainda muito dramática; são as crianças que não conseguem se alfabetizar nas condições atuais de sua escolaridade que merecem, a nosso ver, serem os sujeitos privilegiados de nossa pesquisa (FERREIRO, 1990, p. 65)

Complementamos:

[...] o desenvolvimento da leitura-e-escrita me interessa não apenas por razões teóricas, mas também por razões práticas: o analfabe [1] tismo ainda hoje é um grave problema na América Latina. O sistema da escola pública é o que me interessa, pois, se quisermos mudar a situação escolar da maioria da população de nossos países, esse sistema é o que deve ser mais sensível aos problemas das crianças e mais eficiente para resolvê-los. [...] Dentro do sistema público de educação, meu interesse está centrado naquelas crianças que tive [1] ram [...] pouca ou nenhuma oportunidade de frequentar [sic] uma instituição pré-escolar (FERREIRO, 1985a, p. 71-72).

Dessa forma, apenas a alternativa C está correta.

Fontes:

- Psicogênese1 da língua escrita: referência fun [1] damental para a compreensão do processo de alfabetização Maria Estela Costa Holanda Campelo Universidade Federal do Rio Grande do Norte
- Revista Educação em Questão, Natal, v. 53, n. 39, p. 186-217, set./dez. 2015

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE	Tipo 3 - AMARELA	Tipo 4 - AZUL
38	36	33	40

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O contexto da questão não é a autora, mas o conteúdo de interdisciplinaridade previsto no edital. Ivani Fazenda é a maior referência brasileira nesta temática. Não existe estudar interdisciplinaridade com o mínimo de qualidade, sem ler Ivani Fazenda. Além do mais, ela influenciou inúmeros autores e pesquisadores que também tratam da temática. As lacunas são completas corretamente de acordo com o que está proposto na questão.

A interdisciplinaridade não é uma visão, é uma atitude, uma ação pedagógica diante da organização dos conhecimentos. Quanto aos aspectos ocultos, não poderia ser do conhecimento, visto que o conhecimento já foi citado no parágrafo, inclusive. A interdisciplinaridade olha as questões com olhar epistemológico, metodológico e axiológico e não didático. A metodologia pressupõe um caminho, uma organização, um rigor. A didática da interdisciplinaridade está contida na metodologia e não o contrário. E, por fim, a interdisciplinaridade nunca será um fim em si mesma, visto que seu objetivo principal é superar a fragmentação dos conteúdos, dar-lhes sentido produzindo, dessa forma, um conhecimento crítico e não passivo diante do objeto de conhecimento, do conteúdo a ser conhecido.

Fontes:

- Linguagens, Educação e Sociedade, Teresina, Ano 23, n. 39, mai./ago. 2018.
- Revista do Programa de Pós- Graduação em Educação da UFPI | ISSN 2526-8449 (Eletrônico) 1518-0743 (Impresso) e também FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. **Interdisciplinaridade: história, teoria e pesquisa.** 18.ed. Campinas: Papirus, 2012.

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>	<b>Tipo 2 - VERDE</b>	<b>Tipo 3 - AMARELA</b>	<b>Tipo 4 - AZUL</b>
<b>40</b>	<b>33</b>	<b>35</b>	<b>31</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A questão está correta, bem como suas alternativas e gabarito:

A tendência liberal renovada	Permite a cada indivíduo se educar, conforme é seu direito, até onde o permitam as suas aptidões naturais, independentemente de razões de ordem econômica e social.	Texto página 100.
Pedagogia Tradicional	Está no Brasil desde os jesuítas e busca a universalização do conhecimento, a repetição, o treino intensivo e a memorização como estratégia utilizada pelo professor para transmitir o acervo de informações aos alunos	Texto p. 98
Tendência Progressista Crítico-social dos conteúdos	Relação professor-aluno: clima democrático, o professor é um auxiliar na realização das experiências. Conhecimentos: algo inacabado, a ser descoberto e reinventado, baseado em experiências cognitivas de modo progressivo em consideração ao interesse	Texto p. 99
A Tendência Progressista Libertadora	Valoriza o método de aprendizagem em grupo, articulado à prática social do povo, e destaca-se na modalidade de educação popular não formal.	Texto p. 101

A questão está correta e de acordo com a autora citada, mas outros autores também trazem as mesmas fundamentações.

As características de cada tendência estão explícitas e não se confundem em seu contexto.

Fonte:

- SILVA, Aracéli Girardi da. Tendências pedagógicas: perspectivas históricas e reflexões para a educação brasileira. **Unoesc & Ciência** - ACHS Joaçaba, v. 9, n. 1, p. 97-106, jan/jun. 2018. Disponível em: <https://portalidea.com.br/cursos/aperefeioamento-em-docncia-e-prtica-de-ensino-apostila05.pdf>

**Cargo: Professor em Atuação nos Anos Finais do Ensino Fundamental na Área de Ciências Humanas**

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
<b>2</b>

**Recurso Procedente. Questão Anulada.**

De acordo com o enunciado da questão “Considerando o primeiro parágrafo do texto, é possível observar o emprego do acento grave indicador de crase. Assinale a afirmativa correta em relação à(s) ocorrência(s) relacionada(s).”, a alternativa “C) A indicação de crase vista em “à escravidão” permite reconhecer uma relação entre termos que se relacionam diretamente na oração.” não pode ser indicada como correta. A crase é o sinal gráfico (´) utilizado para indicar a fusão de duas letras A. Em geral, essa fusão acontece quando, em uma mesma frase, você precisa utilizar a preposição A (pedida depois de alguns verbos transitivos indiretos ou adjetivos) e o artigo A, que precede palavras femininas. Exemplos: Vou à (a preposição + a artigo) academia. Para identificar se a crase é necessária, uma das maneiras possíveis é trocar a palavra que acompanha o A por uma palavra masculina. Se o À se transformar em AO, significa que se trata da fusão entre uma preposição e um artigo. Se o A se mantiver mesmo ao lado de uma palavra masculina, ele não leva crase.

“O ano de 2023 foi marcado por um número alarmante de denúncias de trabalho análogo à escravidão no Brasil, com um total de 3.422 registros em apenas 12 meses, representando um aumento de 61% em relação ao ano anterior, de acordo com dados do Ministério de Direitos Humanos e Cidadania. Assim como o racismo, o trabalho análogo à escravidão tende a ser visto como uma questão superada – talvez porque ainda haja aqueles que optam pela ignorância ou tragam consigo vieses enraizados de uma sociedade historicamente colocada à margem.” (1º§) Em “à escravidão” os termos não se relacionam de forma direta, a regência entre “análogo” e “escravidão” acontece de forma indireta já que há o emprego da preposição “a” identificada por meio do registro de “à” = a (preposição)

mais a (artigo). Ocorre que os termos não estão relacionados diretamente, mas sim indiretamente já que trata-se de transitividade indireta tendo a preposição como termo que liga indiretamente o termo regido ao termo regente. A alternativa “A) A expressão “à margem” recebe acento grave pelo mesmo motivo visto em “à escravidão”.” não pode ser indicada como correta. “à margem” •De lado, ao abandono (ex.: A cultura foi deixada à margem). Não se trata de uma exigência de regência, mas sim de uma expressão cristalizada por se tratar de uma locução feminina.

Fontes:

- BECHARA, E. Moderna gramática portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- CUNHA, C.; CINTRA, L. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Lúxikon, 2013.
- LUFT, Celso Pedro. Dicionário Prático de Regência Verbal. Ática, 2008.

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
<b>3</b>

### **Recurso Procedente. Questão Anulada.**

De acordo com o enunciado da questão “Assinale, a seguir, a alternativa que apresenta a reescrita que se mostra INCOERENTE, considerando o contexto em que o trecho destacado está inserido.”, a alternativa “C) “Esse cenário evidencia uma realidade desafiadora e inaceitável vivenciada no Brasil e, neste sentido, a questão requer uma resposta coordenada e vigorosa da sociedade civil, do governo e do setor privado.” (2º§) / Assim, esse cenário evidencia uma realidade desafiadora e inaceitável vivenciada no Brasil e, todavia, a questão requer uma resposta coordenada e vigorosa da sociedade civil, do governo e do setor privado.” atende adequadamente ao enunciado proposto. Na construção de um texto, assim como na fala, usamos mecanismos para garantir ao interlocutor a compreensão do que se lê / diz. Esses mecanismos linguísticos que estabelecem a conectividade e a retomada do que foi escrito / dito são os referentes textuais e buscam garantir a coesão textual para que haja coerência, não só entre os elementos que compõem a oração, como também entre a sequência de orações dentro do texto. Essa coesão também pode muitas vezes se dar de modo implícito, baseado em conhecimentos anteriores que os participantes do processo têm sobre o tema. Dessa forma, com o emprego de diferentes procedimentos, sejam lexicais (repetição, substituição, associação), sejam gramaticais (emprego de pronomes, conjunções, numerais, elipses), constroem-se frases, orações, períodos, que irão apresentar o contexto – decorre daí a coerência textual. Um texto incoerente é o que carece de sentido ou o apresenta de forma contraditória. Muitas vezes, essa incoerência é resultado do mau uso daqueles elementos de coesão textual. Na organização de períodos e de parágrafos, um erro no emprego dos mecanismos gramaticais e lexicais prejudica o entendimento do texto. Construído com os elementos corretos, confere-se a ele uma unidade formal. Nas palavras de Evanildo Bechara, “o enunciado não se constrói com um amontoado de palavras e orações. Elas se organizam segundo princípios gerais de dependência e independência sintática e semântica, recobertos por unidades melódicas e rítmicas que sedimentam estes princípios”. Por coesão, entende-se ligação, relação, nexos entre os elementos que compõem a estrutura textual. Há diversas formas de se garantir a coesão entre os elementos de uma frase ou de um texto: 1. Substituição de palavras com o emprego de sinônimos ou de palavras ou expressões de mesmo campo associativo. 2. Nominalização – emprego alternativo entre um verbo, o substantivo ou o adjetivo correspondente (desgastar / desgaste / desgastante). 3. Repetição na ligação semântica dos termos, empregada como recurso estilístico de intenção articulatória, e não uma redundância - resultado da pobreza de vocabulário. Por exemplo, “Grande no pensamento, grande na ação, grande na glória, grande no infortúnio, ele morreu desconhecido e só.” (Rocha Lima) 4. Uso de hipônimos – relação que se estabelece com base na maior especificidade do significado de um deles. Por exemplo, mesa (mais específico) e móvel (mais genérico). 5. Emprego de hiperônimos - relações de um termo de sentido mais amplo com outros de sentido mais específico. Por exemplo, felino está numa relação de hiperonímia com gato. 6. Substitutos universais, como os verbos vicários (ex.: Necessito viajar, porém só o farei no ano vindouro.) A coesão apoiada na gramática dá-se no uso de conectivos, como certos pronomes, certos advérbios e expressões adverbiais, conjunções, elipses, entre outros. A elipse se justifica quando, ao remeter a um enunciado anterior, a palavra elidida é facilmente identificável (Ex.: “O jovem recolheu-se cedo. ... Sabia que ia necessitar de todas as suas forças.” O termo “o jovem” deixa de ser repetido e, assim, estabelece a relação entre as duas orações.). Dêiticos são elementos linguísticos que têm a propriedade de fazer referência ao contexto situacional ou ao próprio discurso. Exercem, por excelência, essa função de progressão textual, dada sua característica: são

elementos que não significam, apenas indicam, remetem aos componentes da situação comunicativa. Já os componentes concentram em si a significação. Somente a coesão, contudo, não é suficiente para que haja sentido no texto, esse é o papel da coerência, e coerência se relaciona intimamente a contexto. Quanto à conjunção utilizada na reescrita proposta e identificada como incoerente, de acordo com o exposto anteriormente, “todavia” trata-se de uma conjunção coordenativa com o mesmo sentido de: mas, contudo, porém, no entanto, entretanto. O que causa a incoerência destacada em relação ao fragmento original correspondente. A alternativa “**D**” “No entanto, a escassez de auditores fiscais é um desafio adicional que precisa ser superado, além dos cortes orçamentários dos últimos anos que têm agravado ainda mais a situação, tornando mais difícil a realização de inspeções e a aplicação eficaz das leis trabalhistas.” (3º§) / A escassez de auditores fiscais, no entanto, é um desafio adicional a ser superado, além dos cortes orçamentários dos últimos que têm agravado ainda mais tal situação, tornando mais difícil a realização de inspeções e a aplicação eficaz das leis trabalhistas.” atende ao enunciado proposto.

“A publicação mais recente da Lista Suja, documento que divulga pessoas físicas e empresas que submetem trabalhadores a mão de obra forçada, jornadas exaustivas, condições degradantes ou restrição de locomoção, adicionou 248 empregadores em 2024, totalizando 654 e representando o maior número desde sua criação pelo Ministério do Trabalho e Emprego, em 2003. Esse cenário evidencia uma realidade desafiadora e inaceitável vivenciada no Brasil e, neste sentido, a questão requer uma resposta coordenada e vigorosa da sociedade civil, do governo e do setor privado.

No entanto, a escassez de auditores fiscais é um desafio adicional que precisa ser superado, além dos cortes orçamentários **dos últimos anos que têm** agravado ainda mais a situação, tornando mais difícil a realização de inspeções e a aplicação eficaz das leis trabalhistas. Por isso, a criação de concursos públicos e o investimento na estrutura de fiscalização são essenciais para garantir inspeções regulares e uma resposta eficaz às violações trabalhistas.” O apagamento do termo “anos” compromete a coerência textual, inviabilizando o entendimento da mensagem conforme o texto original.

Fontes:

- BECHARA, E. Moderna gramática portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- CUNHA, C.; CINTRA, L. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Lúxikon, 2013.
- LUFT, Celso Pedro. Dicionário Prático de Regência Verbal. Ática, 2008.
- ROCHA LIMA, Gramática normativa da língua portuguesa. 31ª ed. (retocada e enriquecida). Rio de Janeiro, José Olympio Editora, 1992.

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
------------------------

4
---

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

De acordo com o enunciado da questão “ Em, “No entanto, a escassez de auditores fiscais é um desafio adicional que precisa ser superado, além dos cortes orçamentários dos últimos anos que têm agravado ainda mais a situação, tornando mais difícil a realização de inspeções e a aplicação eficaz das leis trabalhistas.” (3º§):”, a alternativa “ **B** ) A expressão “a escassez de auditores fiscais” permite a identificação da correção do emprego do verbo “ser” na forma apresentada.” foi adequadamente indicada como correta. Em “a escassez de auditores fiscais é”, o núcleo do sujeito - escassez – tem a concordância corretamente estabelecida com a forma verbal “é”, terceira pessoa do singular do verbo “ser” no infinitivo. A alternativa “ **C** ) A expressão “dos últimos anos” atua como determinante de “cortes orçamentários” e, por isso, obrigatoriamente, apresenta a forma dos vocábulos no plural.” não pode ser indicada como correta. Retomando o trecho em análise: “No entanto, a escassez de auditores fiscais é um desafio adicional que precisa ser superado, além dos cortes orçamentários **dos últimos anos** que têm agravado ainda mais a situação, tornando mais difícil a realização de inspeções e a aplicação eficaz das leis trabalhistas.” (3º§) Apesar de haver a indicação da atuação da expressão “dos últimos anos” como determinante de “cortes orçamentários”, não há obrigatoriedade do emprego do plural por tal motivo. Não há relação de concordância entre as duas expressões, tanto que se os cortes orçamentários poderiam ter ocorrido apenas no último ano, e assim, teríamos: “cortes orçamentários do último ano”.

Fontes:

- BECHARA, E. Moderna gramática portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009. CUNHA, C.; CINTRA, L. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Léxikon, 2013.
- ROCHA LIMA, Gramática normativa da língua portuguesa. 31ª ed. (retocada e enriquecida). Rio de Janeiro, José Olympio Editora, 1992.

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
------------------------

<b>7</b>
----------

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

De acordo com o enunciado da questão “Em “[...] talvez porque ainda haja aqueles que optam pela ignorância [...]” (1º§), a forma verbal “haja” demonstra o correto emprego do verbo haver de acordo com o contexto. O mesmo NÃO ocorre em:”, a alternativa “**D**) Havia doutores que julgavam conforme seus conhecimentos naquela ocasião.” atende ao enunciado proposto. “Assim como o racismo, o trabalho análogo à escravidão tende a ser visto como uma questão superada — talvez porque ainda haja aqueles que optam pela ignorância ou tragam consigo vieses enraizados de uma sociedade historicamente colocada à margem.” (1º§) Gramática Houaiss. O verbo “haver” não possui sujeito e ele expressa os sentidos de “existir”, “acontecer” e “ocorrer”. O verbo “haver” nos sentidos de “existir”, “acontecer”, “ocorrer” é um verbo impessoal, ou seja, não possui sujeito, e é empregado na terceira pessoa do singular, independente do tempo verbal. A alternativa “**B**) Hão de lutar por seus filhos, mesmo distantes deles fisicamente.” não atende ao enunciado proposto. Em “Há de lutar por seus filhos”, o verbo principal de 'há de lutar' é 'lutar', que é pessoal (concorda com o sujeito). Seu auxiliar comporta-se como ele, ou seja, é variável: “Hão de lutar”. A alternativa “**A**) Haja esperança onde não houver situação favorável.” não atende ao enunciado proposto. O tempo verbal do verbo “haver” varia normalmente. A forma verbal “haja”, presente do subjuntivo, indica um desejo.

Fontes:

- BECHARA, E. Moderna gramática portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009. CUNHA, C.; CINTRA, L. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Léxikon, 2013.
- ROCHA LIMA, Gramática normativa da língua portuguesa. 31ª ed. (retocada e enriquecida). Rio de Janeiro, José Olympio Editora, 1992.

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
------------------------

<b>8</b>
----------

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

De acordo com o enunciado da questão “Dentre os trechos destacados a seguir, NÃO é possível identificar a expressão explícita de perspectiva particular do enunciador em:”, a alternativa “**D**) “[...] que divulga pessoas físicas e empresas que submetem trabalhadores a mão de obra forçada, jornadas exaustivas, condições degradantes ou restrição de locomoção, adicionou 248 empregadores em 2024, [...]” (2º§)” foi adequadamente indicada como correta. Em “A publicação mais recente da Lista Suja, documento que divulga pessoas físicas e empresas que submetem trabalhadores a mão de obra forçada, jornadas exaustivas, condições degradantes ou restrição de locomoção, adicionou 248 empregadores em 2024, totalizando 654 e representando o maior número desde sua criação pelo Ministério do Trabalho e Emprego, em 2003.” pode-se constatar que as informações apresentadas são de acordo com publicação denominada “Lista Suja”, documento que as divulgou. A alternativa “**C**) “O ano de 2023 foi marcado por um número **alarmante** de denúncias de trabalho análogo à escravidão no Brasil, com um total de 3.422 registros em apenas 12 meses, [...]” (1º§)” não pode ser indicada como correta. O termo destacado “alarmante” indica uma perspectiva particular do enunciador em relação ao número de denúncias de trabalho análogo à escravidão no Brasil.

Fontes:

- ANTUNES, I. Lutar com palavras: coesão e coerência. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.
- AQUINO, Renato. Interpretação de Textos. Ed. Impetus.
- EMEDIATO, W. A fórmula do texto: redação, argumentação e leitura. São Paulo: Geração Editoria, 2004.



- FIORIN, J. L.; SAVIOLI, F. P. Lições de texto: leitura e redação. São Paulo: Ática, 2006. GARCIA, O. M. Comunicação em prosa moderna. 27. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010.

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
<b>14</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Seja  $x$  o tempo que a impressora mais eficiente leva para finalizar o serviço sozinha. Então, a impressora menos eficiente levaria  $x+20$  minutos para concluir o mesmo serviço sozinha. Quando as duas impressoras trabalham juntas, elas completam o trabalho em 24 minutos. A taxa de trabalho de cada impressora é o inverso do tempo que leva para concluir o serviço individualmente. Assim, temos:

- A taxa de trabalho da impressora mais eficiente é  $1/x$
- A taxa de trabalho da impressora menos eficiente é  $1/(x+20)$

Quando as duas trabalham juntas, a taxa de trabalho combinada é a soma das taxas individuais, e juntas concluem o serviço em 24 minutos, ou seja, uma taxa de  $1/24$

Tem-se que:

$$\frac{1}{24} = \frac{1}{x} + \frac{1}{x+20} \rightarrow x = 40$$

Assim, a impressora mais lenta gasta  $40 + 20 = 60$  minutos e a impressora mais rápida gasta 40 minutos. Logo, ambas gastam  $60+40 = 100$  minutos

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
<b>15</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Conforme as orientações do enunciado, tem-se que:

Mês 1: 2500

Mês 2: 5000

Mês 3: 7500

Mês 4: 10000

Mês 5: 12500

Mês 6: 15000

A soma de casos desses 6 meses é  $2500 + 5000 + 7500 + 10000 + 12500 + 15000 = 52500$

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
<b>16</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Se considerarmos a resposta como sendo a que promove uma análise crítica e abrangente, a letra D se destaca como a escolha mais adequada. A banca julga improcedente o recurso, uma vez que apresenta como afirmativas, todas corretas, recortes literais do texto do Prof. Demerval Saviani (2023), conforme segue: “Uma federação como a brasileira, com seu arcabouço jurídico encabeçado, não por acaso, pela Constituição Federal, a forma plena de organização no campo nacional é traduzida pelo sistema nacional de educação. Sua construção flui dos dispositivos constitucionais regulamentados pela Lei de Diretrizes e bases da Educação nacional, de competência exclusiva da União, e especifica-se na legislação complementar. Constitui-se desse modo, um sistema de educação pleno, obviamente público, inteiramente autônomo com normas próprias que obrigam a todos os seus integrantes em todo o território nacional. No âmbito dos estados, preserva-se um grau próprio de autonomia que lhes permite baixar normas de funcionamento do ensino. Mas sem a plenitude de que goza a União, uma vez que devem se subordinar-se às diretrizes e bases traçadas pela União, esfera que escapa à sua atribuição. E, se passamos ao nível

municipal, a autonomia torna-se bem mais restrita, porque sequer a Constituição lhes faculta estabelecer normas próprias, o que é admitido apenas em caráter complementar pela LDB”.

Fonte:

- Saviani, Demerval. Aberturas para a história da educação: do debate teórico metodológico no campo da história ao debate sobre a construção do sistema nacional de educação no Brasil. Capítulo III- O local e o nacional na historiografia da educação brasileira. Coleção Memória da Educação. Campinas, Editora Autores Associados. 2023.

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
<b>21</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O comando da questão remete ao que está “expresso” na LDB (Lei n. 9.384/1996) “expressa algumas preocupações quanto ao que deve ser observado nos conteúdos curriculares da educação básica”. A afirmativa I versa sobre uma meta estabelecida no Plano Nacional de Educação (PNE), mas não está detalhada na LDB. Portando a afirmativa não atende ao comando da questão. “Meta 5. Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º ano do ensino fundamental”.

Fontes:

- Winter, Edna Magali. Didática e os Caminhos da Docência. Editora Intersaberes. 2ª edição. P. 197/198.
- [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm)

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
<b>23</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A Tendência Liberal Renovada Progressivista atende as características da situação apresentada, pois enfatiza a aprendizagem centrada no aluno e a valorização da experiência individual e da liberdade de expressão. Clara utilizou a excursão para que os alunos observassem e interagissem diretamente com o ambiente natural, incentivando a exploração ativa, a colaboração em grupos e a reflexão sobre suas descobertas, de forma a construir o conhecimento a partir de suas experiências.

Fonte:

- <https://educador.brasilecola.uol.com.br/trabalho-docente/tendencias-pedagogicas-brasileiras.htm>

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
<b>25</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Conforme artigo 23: Art. 23. A educação básica poderá organizar-se em séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudos, grupos não-seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios, ou por forma diversa de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar. (...) § 2º O calendário escolar deverá adequar-se às peculiaridades locais, inclusive climáticas e econômicas, a critério do respectivo sistema de ensino, sem com isso reduzir o número de horas letivas previsto nesta Lei. Sendo assim, a banca confirma o gabarito preliminar divulgado.

Fonte:

- [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm)

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A **questão** tem como comando identificar a exceção dentre as assertivas, o gabarito está correto ao apontar a letra **C**. A alternativa **C** é a exceção, pois menciona o prazo incorreto para a prestação de contas do Prefeito, de acordo com o art. 45, inciso XIII da Lei Orgânica do Município de Divinópolis:

*Art. 45. Compete privativamente à Câmara Municipal:*

*XIII - proceder à tomada de contas do Prefeito não apresentadas dentro de **60 (sessenta) dias**, contados da abertura da sessão legislativa;*

Por sua vez, a alternativa **D** está correta, já que menciona expressamente a disposição do art. 45, inciso X da Lei Orgânica do Município de Divinópolis. Logo, o argumento de que tal opção também esteja incorreta não prospera. Vejamos:

*Art. 45. Compete privativamente à Câmara Municipal:*

*X - autorizar o Prefeito e o Vice-Prefeito a se ausentarem do Município, do Estado ou do País, quando a ausência exceder a 15 (quinze) dias.*

Diante do exposto, com base nas fundamentações apresentadas, conclui-se que o recurso não procede, pois a questão foi elaborada de acordo com os critérios estabelecidos e a resposta correta está fundamentada nos conteúdos exigidos. Portanto, a decisão de manter a questão e a alternativa correta deve ser mantida.

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A alternativa CORRETA é a letra B. Sobre o espírito do capitalismo, temos uma tentativa de apresentar este objeto, muito embora o autor afirme que o conceito definitivo tenha de aparecer no fim da análise e não no início – em virtude da necessidade de construí-lo gradativamente, na medida em que se insere numa dada realidade histórica. Há, aqui, portanto, um pontapé inicial no que se refere à definição do objeto. Em termos gerais, Weber entende por espírito do capitalismo (e aqui falamos do capitalismo moderno), mais do que uma determinada conduta pautada por um bom senso comercial – um *ethos* específico do modo de produção capitalista em sua fase industrial, no qual o dever do sujeito em relação ao ganho de capital é tomado como um fim em si mesmo. Mais tarde, o autor demonstra como o próprio trabalho é tomado como um fim em si mesmo. No entanto, não se pode inferir que isso se resume a um simples impulso de fazer dinheiro. Weber tem o cuidado de peculiarizar esse espírito frente à *auri sacra frames*, apontando para o fato de que não há, aqui, um instinto inescrupuloso, egoísta e aventureiro na busca pelo lucro – sendo tais características concernentes, antes, a um estágio atrasado do capitalismo. Com efeito, o espírito do capitalismo é marcado por intensa disciplina, tendo em vista uma utilização racional do capital, bem como uma organização racional da empresa capitalista. A fim de ilustrar o fenômeno, são bastante elucidativas algumas máximas de Benjamin Franklin: “[...] O dinheiro pode gerar dinheiro e seu fruto pode gerar mais, e assim por diante”; “[...] Depois do trabalho árduo e da parcimônia, nada contribui mais para a criação de um jovem que a pontualidade e a justiça em todos os seus negócios”; “Guarda-te de pensar que tens tudo o que possuis e de viver de acordo com isso” (WEBER, 2001, p. 26). Vemos aqui, destarte, atitudes morais pautadas em um utilitarismo – a exaltação de virtudes úteis ao fim último, que é ganhar dinheiro cada vez mais, a partir de uma conduta racional e disciplinada. Weber demonstra como a vocação é vista segundo os valores da Reforma Protestante. Assim, temos que o conceito acompanha uma atribuição de sentido religioso à conduta secular. Segundo o autor, a Reforma dá ao trabalho secular e profissional uma exaltação moral. No entanto, aponta-se para o fato de que em Lutero, o conceito de vocação permaneceu em seu sentido tradicional – para ele, trabalho vocacional dizia respeito a uma ordem divina, à qual os sujeitos deveriam adaptar-se. O autor enfatiza, aliás, que Lutero não pode ser identificado com o espírito do capitalismo em nenhum sentido e que o próprio teria rejeitado veementemente uma mentalidade como a Benjamin Franklin. É principalmente no calvinismo e nas seitas batistas, mas também no pietismo e no metodismo, que observamos o fenômeno do espírito do capitalismo – com isso chegamos à segunda parte da obra, que trata das doutrinas ascéticas do protestantismo. Antes, ainda no que concerne à vocação, o autor salienta que no puritanismo evidenciava-se um poderoso apego ao mundo, de maneira que não poderia ser encontrado no

luteranismo. O calvinismo, é vista pelo autor como a crença cujo dogma mais característico é a ideia de predestinação. Segundo esse dogma, haveria de antemão, a partir da vontade divina, pessoas que seriam agraciadas com a salvação e pessoas que não a alcançariam. Nesse sentido, diferentemente do que pregava o catolicismo, as boas obras e os sacramentos não levariam ninguém à salvação – aliás, tal ideia é um acinte, na medida em que “aplicar padrões de justiça terrena aos Seus [de Deus] desígnios soberanos é desprovido de sentido e é um insulto à Sua Majestade, uma vez que Ele, e apenas Ele, é livre, não está submetido a lei nenhuma” (WEBER, 2001, p. 57).

Fontes:

- <https://gmarx.fflch.usp.br/boletim51>
- GRAMSCI, Antonio. “O materialismo histórico e a filosofia de Benedetto Croce”, in *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- LÖWY, Michael. *O marxismo weberiano: uma das múltiplas expressões no campo intelectual brasileiro* - Entrevista concedida à IHU On-Line em 2014. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/535782-o-marxismo-weberiano-uma-das-multiplas-expressoes-no-campo-intelectual-brasileiro-entrevista-especial-com-michael-loewy>
- LUKÁCS, Georg. *História e Consciência de Classe*, trad. Rodnei Nascimento. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- MARX, Karl. *O Capital*, vol.1. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda, 1996.
- MUSSE, Ricardo. *Ensaio recrimina confronto entre Marx e Weber*. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/3/12/mais!/19.html>
- POLLAK, Michael. *Max Weber: elementos para uma biografia sociointelectual (parte II)*. Rio de Janeiro: Mana, Estudos de Antropologia Social, 1996. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-93131996000200004&script=sci\\_arttext&fbclid=IwAR3sm6oGqv6\\_qnpOUVNOBM3UYd\\_LZ\\_gDUHcgWdcVI2z\\_oXO1tgzV63z4N7Rs#end](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-93131996000200004&script=sci_arttext&fbclid=IwAR3sm6oGqv6_qnpOUVNOBM3UYd_LZ_gDUHcgWdcVI2z_oXO1tgzV63z4N7Rs#end).
- WEBER, Max. *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. 2ª ed. rev. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2001.

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
------------------------

<b>38</b>
-----------

#### **Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A alternativa CORRETA é a letra A. Nas cidades - em especial em Recife, principal porto da região - a atividade comercial também se apresentava monopolizada. O comércio estava exclusivamente nas mãos dos portugueses assim como uma pequena indústria e o artesanato local. Loiola denunciava ainda a 17 de março existirem na rua da Praia mais de 120 portugueses no comércio de carne-seca, contra apenas 3 brasileiros. Em outra edição argumentava: "Não menos de seis mil casas de comércio a retalho se acham em Pernambuco, e todas elas de estrangeiros: assim, lojistas, quitandeiros, taberneiros, armazeneiros, trapicheiros, açucareiros, padeiros, casas de roupa feita, de calçados, funileiros, tanoeiros e tudo é estrangeiro. Cada uma dessas casas tem 3 a 4 caixeiros todos portugueses; calculemos porém a dois, e teremos doze mil caixeiros, com seis mil patrões, dezoito mil portugueses". Desse modo, para a grande maioria da população restavam poucas ocupações, o que levaria Nabuco de Araújo a concluir que (...) "o povo acreditava ter dois inimigos que o impediam de ganhar a vida e adquirir algum bem-estar: esses inimigos eram os portugueses, que monopolizavam o comércio nas cidades, e os senhores de engenho, que monopolizavam a terra no interior". Pelas ruas do Recife fervilhavam comentários. Inúmeras manifestações de desagrado começavam a ocorrer. Reivindicações de mudanças repercutiam na província com grande parte da imprensa fazendo coro. Ecos de sonhos e vontades. Neste contexto, as perturbações de ordem política seriam agravadas pelas reivindicações de ordem social, resultantes do desequilíbrio reinante. Ao lado de vozes como a de Antonio Pedro de Figueiredo e de Borges da Fonseca - no dizer do historiador Amaro Quintas "homem de ação" que defendia suas idéias com destemor no jornal ou na barricada - surgira em agosto de 1842, sob a direção de Luis Inácio Ribeiro Roma, o Diário Novo. Segundo Quintas este jornal (...) "foi aglutinando aqueles que não rezavam pela cartilha Cavalcanti". Como o jornal foi criado na rua da Praia, os adversários denominaram seus participantes de "praieiros" e sua facção com o nome de Praia. Nabuco de Araújo entendia que os praieiros tiveram uma história política singular já que formavam um partido "sem direção e sem disciplina". Por outro lado, os defensores da oligarquia vigente foram chamados pelos "praieiros", a princípio, de "baronistas" ou de "trapicheiros" (o Barão da Boa Vista possuía um engenho de nome Trapiche) e depois de "guabirus" (rato grande). Este grupo também possuía

seus jornais como o Diário de Pernambuco e o Lidador. Pelas ruas pernambucanas o clima era quase revolucionário, e é neste contexto que, em 17 de outubro de 1848, o mineiro Herculano Ferreira Pena foi nomeado, pelo gabinete conservador do Marquês de Olinda, para governar a Província, o que acirrou mais ainda os ânimos. As reivindicações do movimento foram divulgadas no "Manifesto ao Mundo" de 1º de janeiro de 1849, assinado pelos chefes militares praieiros: "Protestamos só largar as armas quando virmos instalada uma Assembléia Constituinte. Esta assembléia deve realizar os seguintes princípios: 1º) O voto livre e universal do povo brasileiro. 2º) A plena e absoluta liberdade de comunicar os pensamentos por meio da imprensa. 3º) O trabalho como garantia de vida para o cidadão brasileiro. 4º) O comércio a retalho só para cidadãos brasileiros. 5º) A inteira e efetiva independência dos poderes constituídos. 6º) A extinção do Poder Moderador e do direito de agraciar. 7º) O elemento federal na nova organização (...)"

Fontes:

- CARVALHO, Marcus Joaquim Maciel de; C MARA, Bruno Augusto Dornelas. A Insurreição Praieira. Almanack Brasileiro, n.8, nov. 2008, p.5-38.
- FAUSTO, Boris. História do Brasil. 2ª edição. São Paulo: Edusp, 1995, pp.178-179.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. Brasil: uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015, pp. 279-283.
- <https://www.todamateria.com.br/revolucao-praieira/>
- PESSOA DE MELLO, Urbano Sabino. Apreciação da Revolta Praieira em Pernambuco.

**Cargo: Psicólogo**

**Tipo 1 - BRANCA**

**2**

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A compreensão de um texto se dá não apenas pelo processamento de informações explícitas, mas, também, por meio de informações implícitas. Ou seja, a compreensão se dá pela mobilização de um modelo cognitivo, que integra as informações expressas com os conhecimentos prévios do leitor ou com elementos pressupostos no texto. Para que tal integração ocorra, é fundamental que as proposições explícitas sejam articuladas entre si e com o conhecimento de mundo do leitor, o que exige uma identificação dos sentidos que estão nas entrelinhas do texto (sentidos não explicitados pelo autor). Tais articulações só são possíveis, no entanto, a partir da identificação de pressupostos ou de processos inferenciais, ou seja, de processos de busca dos "vazios do texto", isto é, do que não está "dado" explicitamente no texto.

Nessa questão, é imprescindível que o candidato faça uma leitura atenta do texto e perceba que um "destruidor da língua" é um usuário ou falante da língua que, por alguma razão, não utiliza as regras da gramática normativa em todas as situações de interação verbal, sobretudo na modalidade escrita. Sendo assim, "destruidor da língua" é alguém que utiliza uma linguagem mais informal ou coloquial, que se encontra em desacordo com as regras da linguagem formal ou culta. **Portanto, o gabarito é letra A.**

Desconhecer ou conhecer os princípios de análise sintática e as regras gramaticais não garantem ao usuário da língua o desenvolvimento da competência escritora, da mesma forma que ignorar ou conhecer as variações linguísticas também não é condição para o exercício eficiente da escrita. Assim, as letras B, C e D estão incorretas.

Fontes:

- ABAURRE, Maria Luiza M.; ABAURRE, Maria Bernadete; PONTARA, Marcela. **Português: contexto, interlocução e sentido**. 3ª ed. São Paulo: Moderna, 2016.
- CEREJA, William. COCHAR, Thereza. CLETO, Ciley. **Interpretação de Textos: Construindo Competências e Habilidades em Leitura**. 1ª ed. São Paulo: Atual, 2009.
- KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. **Ler e compreender os sentidos do texto**. São Paulo: Contexto, 2006.

- ROSENTAL, Marcelo et al. **Interpretação de textos e semântica para concursos** . Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
<b>6</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Os elementos que atuam como indicadores de argumentação são denominados de modalizadores discursivos. Eles são os encarregados de evidenciar o ponto de vista ou opinião assumido pelo falante e assegurar o modo como ele elabora o discurso.

Assim, modalização é o fenômeno pelo qual o sujeito expressa sua adesão ao texto. Através da modalização é possível perceber qual a atitude do locutor na defesa do que pretende. Assim, é possível perceber se ele crê no que diz, se atenua ou impõe algo que diz. Na verdade, é a expressão de um ponto de vista. Portanto, como pode haver um texto sem modalização? A resposta é muito simples. Simplesmente não há texto sem modalização. Essa pode ser mais explícita ou mais discreta.

No texto em análise, há modalização do início ao fim e isso fica perceptível pela presença constante dos elementos linguísticos que os expressam. Esses elementos funcionam como indicadores de intenções, sentimentos e atitudes do locutor com relação a seu discurso. Eles revelam o grau de engajamento do falante em relação ao conteúdo proposicional veiculado.

A modalização pode ser explicitada por meio de adjetivos, tempos e modos verbais, substantivos, numerais, operadores argumentativos, expressões cristalizadas, advérbios e sufixos indicadores de aumentativo ou diminutivo. Este último foi alvo de análise da questão.

A forma de diminutivo -inho(a) é polissêmica, significando tamanho pequeno, expressando valores afetivos, ou se encaminhando para a formação de outro item lexical independente da base. E essa polissemia é registrada nas gramáticas, que passaram a registrar não somente diminutivos que indicavam tamanho pequeno, mas também começaram a descrever valores afetivos, de apreciação tanto de forma positiva como de forma negativa, associados à forma de diminutivo. Muitas vezes, os usos de dimensão pequena (uso reduzido) carregam marcas afetivas por envolverem sentimento ou memória afetiva. Os diminutivos afetivos carregam marcas de apreciação em relação ao seu referente, essas marcas podem ser positivas (julgamentos positivos) ou negativas (julgamentos negativos).

Fica claro, no texto, que o autor utilizou "regrinhas" para menosprezar, depreciar, reduzir a importância das regras da gramática tradicional frente à complexidade dos fenômenos linguísticos.

O diminutivo também pode apresentar valor enfático, como em *pão quentinho* (muito quente), *moro pertinho* (bem perto); valor denotativo, que é a tradicional ideia de tamanho pequeno, como em *sapatinho de bebê*, *pedrinha*, *caixinha* (tamanho pequeno) e, por fim, valor eufemístico, para amenizar, atenuar o sentido negativo de algo, como em *resolver um probleminha*, *feio arrumadinho*, *fazer uma operaçãozinha* (cirurgia). **Portanto, o gabarito é letra D.**

Fontes:

- ABAURRE, Maria Luiza M.; ABAURRE, Maria Bernadete; PONTARA, Marcela. **Português: contexto, interlocução e sentido** . 3ª ed. São Paulo: Moderna, 2016.
- CEREJA, William. COCHAR, Thereza. CLETO, Ciley. **Interpretação de Textos: Construindo Competências e Habilidades em Leitura** . 1ª ed. São Paulo: Atual, 2009.
- KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. **Ler e compreender os sentidos do texto** . São Paulo: Contexto, 2006.
- KOCH, I. V. G. **A inter-ação pela linguagem** . 5 ed. São Paulo: Contexto, 2000.
- ROSENTAL, Marcelo et al. **Interpretação de textos e semântica para concursos** . Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.
- <https://revista.abralin.org/index.php/abralin/article/view/1827>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A significação das palavras não é fixa, nem estática. Por meio da imaginação criadora do homem, as palavras podem ter seu significado ampliado, deixando de representar apenas a ideia original (básica e objetiva).

É o que ocorre na linguagem conotativa, figurada ou metafórica, em que as palavras são empregadas com um sentido novo, para dar maior expressividade à comunicação.

Dessa forma, as figuras de linguagem constituem uma forma de expressão que consiste no emprego de palavras em sentido figurado, isto é, em um sentido diferente daquele em que convencionalmente são empregados.

As figuras de linguagem são normalmente utilizadas para tornar mais expressivo o que queremos dizer. Empregadas tanto na modalidade escrita quanto na falada, em registro formal ou informal, ampliam o significado de uma palavra, suprem a falta de termos adequados, criam significados diferentes.

No comando da questão, o enunciado "Ou seja, todo mundo – e ninguém." apresenta uma **antítese**, ou seja, oposição de ideias entre todo mundo, todas as pessoas e ninguém. Dessa forma, faz-se necessário identificar, nas alternativas, aquela que também apresenta uma antítese.

Faz-se necessário esclarecer que não há paradoxo no enunciado "todo mundo – e ninguém". O primeiro termo significa "a maioria das pessoas, muitas pessoas" e o segundo significa "ausência de pessoa, pessoa alguma". A antítese opõe palavras ou expressões que já são de naturezas opostas, é uma oposição entre referentes distintos, separados. Todo mundo fala e ninguém fala. Há referentes distintos. O paradoxo também opõe ideias, mas a contradição ocorre entre o mesmo referente do discurso, por isso a ideia parece absurda, incoerente. Exemplo: *O povo é um mudo eloquente*. Nesse enunciado, há um paradoxo porque, literalmente, não é possível um mudo ser eloquente, já que eloquente significa quem se expressa verbalmente, quem fala de modo convincente. O enunciado é paradoxal, porque um mudo não fala; portanto, não há como ser eloquente.

Em A, existe uma antítese, pois novamente há oposição simples de ideias entre os termos "positivas" e "negativas" que, semanticamente, são opostos. Em B, há uma personificação em "o caderno da vovó, que *ensina*". Em C, há uma metáfora quando o autor afirma que "a norma culta é uma *fatia* do universo linguístico". Por fim, em D, há uma hipérbole em "naquelas páginas estão contidos *todos* os sabores e saberes".

Vale destacar que o comando da questão prevê a análise da **relação** entre os termos "todo mundo" e "ninguém" e não somente a análise de um dos termos. Dessa forma, considerando, no contexto, a relação estabelecida entre ambos, tem-se uma antítese. **Portanto, o gabarito é a letra A.**

Fontes:

- ABAURRE, Maria Luiza M.; ABAURRE, Maria Bernadete; PONTARA, Marcela. **Português: contexto, interlocução e sentido**. 3ª ed. São Paulo: Moderna, 2016.
- CEREJA, William. COCHAR, Thereza. CLETO, Ciley. **Interpretação de Textos: Construindo Competências e Habilidades em Leitura**. 1ª ed. São Paulo: Atual, 2009.
- KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. **Ler e compreender os sentidos do texto**. São Paulo: Contexto, 2006.
- ROSENAL, Marcelo et al. **Interpretação de textos e semântica para concursos**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A locução adjetiva é um recurso expressivo da língua portuguesa que desempenha um papel essencial na formação de descrições precisas e na economia linguística. Consiste na utilização de duas ou mais palavras que, juntas, exercem a função de um adjetivo, qualificando substantivos.

Em uma frase, seja ela escrita ou falada, a locução adjetiva tem o objetivo de facilitar a compreensão e permitir que o discurso fique mais sofisticado.

Na maioria dos casos, a locução é formada por uma preposição e um substantivo.

Nas alternativas A, B e D, as locuções **de porco**, **de mármore** e **de alimentos** poderiam ser substituídas por seus adjetivos correspondentes, ou seja, algumas locuções adjetivas se encontram diretamente relacionadas com um adjetivo. Esses adjetivos são, respectivamente, **suína**, **marmórea** e **alimentar/alimentícia**. Embora seja mais recorrente o termo *Engenharia de Alimentos* para designar a área da ciência que trabalha com as principais técnicas para garantir um processo saudável e de conservação dos alimentos em uma indústria, a locução *de alimento* tem como adjetivos correspondentes *alimentar* ou *alimentícia*.

No entanto, outras locuções não podem ser substituídas por adjetivos, uma vez que não há adjetivos correspondentes, como é o caso da locução **de receitas**.

Vale destacar que o termo “de receita” exerce a função de qualificador do substantivo “caderno”. Em vez de “caderno de receitas”, poder-se-ia falar em caderno *de cálculos*, *de poemas*, *de anotações*, *de com/sem pauta*, *de música*, *de caligrafia* ... Fica claro que as locuções adjetivas destacadas atribuem características ao termo “caderno”. A expressão “de receita”, portanto, qualifica, especifica, restringe o sentido do substantivo “caderno”, particularizando-o, isto é, esse termo exerce função de adjetivo. Assim, “de caderno” é uma locução adjetiva.

Alguns gramáticos poderiam considerar “caderno de receitas” como locução substantiva. A justificativa seria o fato de que “caderno de receitas” é um nome para um objetivo com função específica: registrar receitas culinárias. Se considerarmos essa análise, ainda assim será possível isolar o substantivo “caderno”, que continuará sendo caracterizado pela locução adjetiva “de receitas”. Convém ressaltar que essa análise é possível porque a questão exige a análise apenas do termo “caderno de receitas” sem estar contextualizado em um período ou parágrafo do texto.

Tomemos outro exemplo: a expressão “cadeira de rodas” pode ser considerada uma locução substantiva pelo fato de ser um nome para um equipamento com função bastante específica, ou seja, cadeira equipada com rodas e utilizada por pessoas sem ou com mobilidade reduzida. Ainda assim, “de rodas” continua exercendo função de locução adjetiva, já que, no interior da locução substantiva “cadeira de rodas”, o termo “de rodas” continua caracterizando o substantivo “cadeira”. Assim, nesse exemplo, “de rodas” é locução adjetiva de “cadeira” tanto quanto “de receita” é locução adjetiva de “caderno”.

Por fim, convém esclarecer que o termo “culinário” é um adjetivo. No entanto, não é adjetivo correspondente à locução “de receitas”, uma vez que o significado de “de receitas” não está exclusivamente relacionado à cozinha ou à arte de cozinhar (culinário). Existem outros tipos de receitas, como a receita médica e até mesmo receita para emagrecer, para o cabelo crescer, por exemplo. Um caderno pode ser usado para registrar receitas culinárias, portanto, pode ser um caderno culinário. Todavia, pode também ser utilizado para registrar outros tipos de receitas. Reiterando: embora o texto mencione em diversos momentos a ideia de receita culinária, o mesmo não ocorre no enunciado da questão, que não determinou uma receita em específico. **Portanto, o gabarito é a letra C.**

Fontes:

- AZEREDO, J. C. **Gramática Houaiss da língua portuguesa** . 2ª ed. São Paulo: Publifolha, 2008.
- BECHARA, Evanildo. **Moderna Gramática Portuguesa** . 37ª ed. Rio de Janeiro : Lucerna, 1999.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. **Nova Gramática do Português Contemporâneo** . Rio de Janeiro: Lexikon, 2014.
- SACCONI, Luiz A. **Nossa gramática completa** . 34ª ed. São Paulo: Matrix, 2021.

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
------------------------

<b>11</b>
-----------

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

De acordo com as informações do enunciado, somente um dos netos mentiu, de modo que os demais netos disseram a verdade. Além disso, as quantidades de bolinhas de gude deles são distintas. É necessário avaliar cada afirmação:

- Se Arthur mente, os demais falam a verdade. Consequentemente, ele e Diego possuem 8 bolinhas de gude = CONTRADIÇÃO.
- Se Bernardo mente, os demais falam a verdade. Consequentemente, Arthur possui 4 e 8 bolinhas de gude = CONTRADIÇÃO.

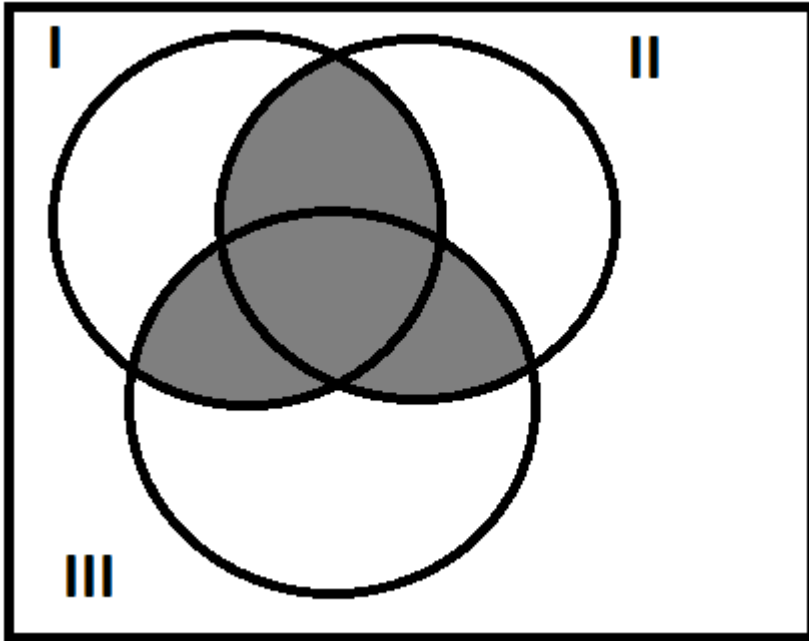


- Se Celso mente, os demais falam a verdade. Consequentemente, Diego possui 8 bolinhas de gude, Bernardo possui 10 bolinhas de gude, Arthur possui 4 bolinhas de gude e Celso possui 6 bolinhas de gude = CORRETO
  - Se Diego mente, Arthur possui 4 e 8 bolinhas de gude = CONTRADIÇÃO
- Assim, Arthur, Bernardo e Celso possuem, no total, 20 bolinhas.

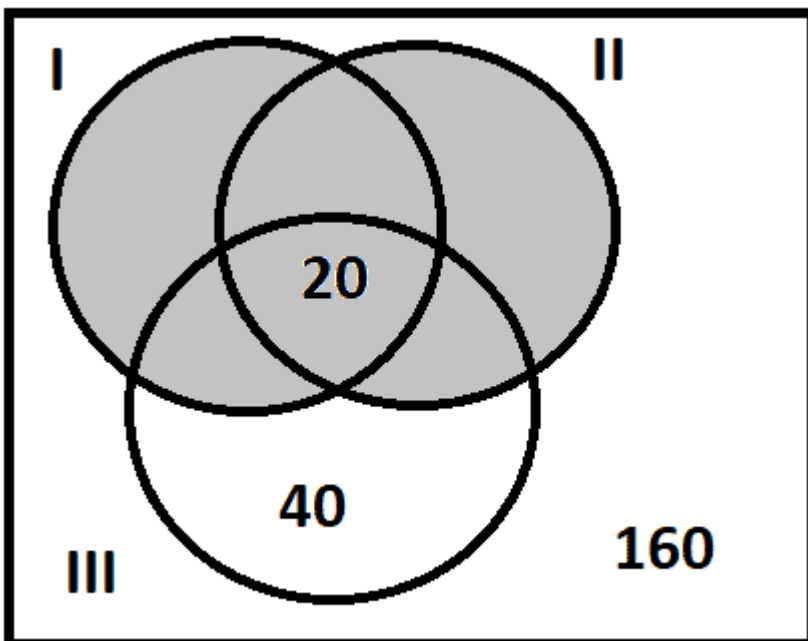
<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
<b>12</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O enunciado questiona quantas pessoas, no mínimo, foram aprovadas em pelo menos duas das provas I, II e III. O número de pessoas que foram aprovadas em pelo menos duas provas é dado pela área cinza do seguinte diagrama:

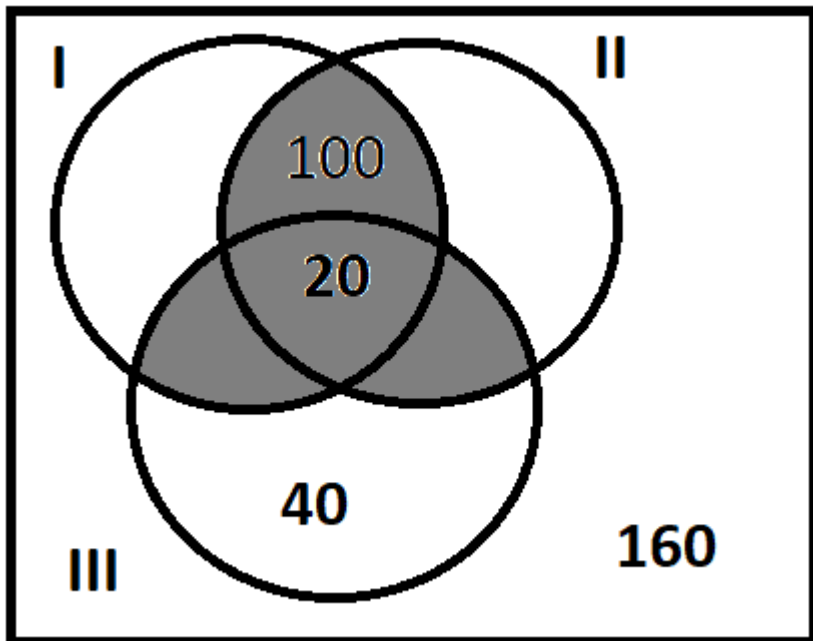


Com o primeiro, quarto e quinto resultados apresentados no enunciado, pode-se construir o seguinte diagrama:

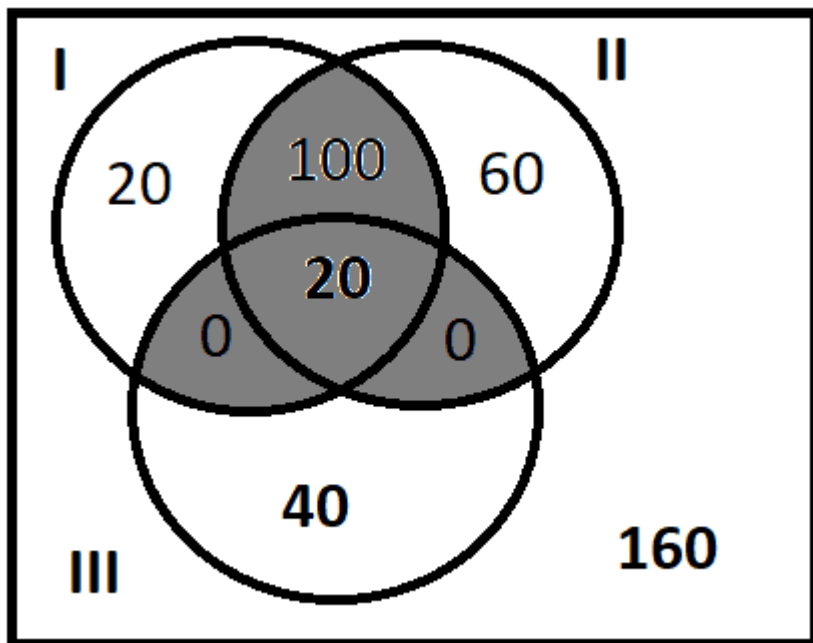


Assim, sobram  $400(\text{total de candidatos}) - 160 - 40 = 200$  para o total das áreas preenchidas em cinza (pelo menos uma aprovação nas provas I e II). De acordo com o enunciado, 140 candidatos foram aprovados na prova I e 180 candidatos foram aprovados na prova II. Assim, usando o princípio da adição de conjuntos, o número de candidatos

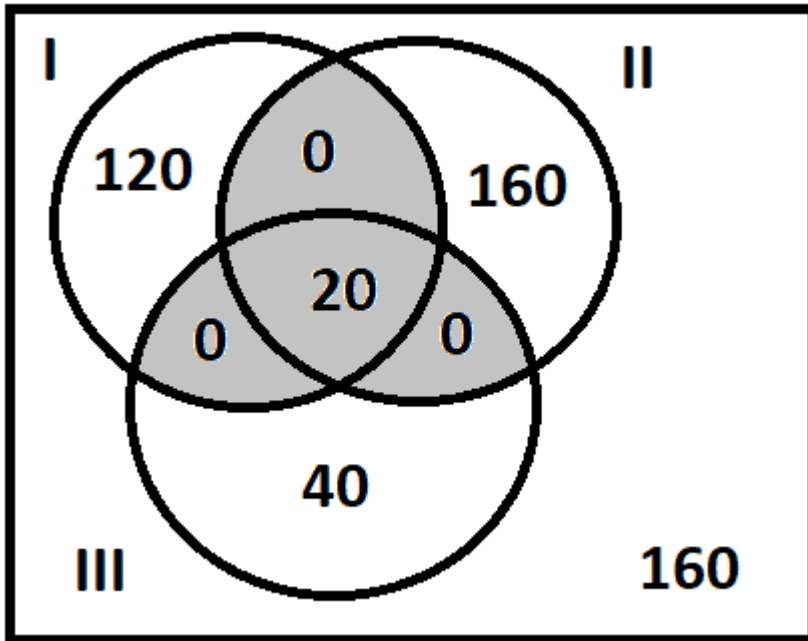
que foram aprovados nas duas provas (I e II) é dado por  $140$  (prova I) +  $180$  (prova II) –  $200$  (total) =  $120$  e tem-se o seguinte diagrama:



Assim, o número mínimo de candidatos aprovados em pelo menos duas provas é  $120$ , conforme o seguinte diagrama:



Em qualquer outra possibilidade, haverá mais de  $120$  alunos aprovados em pelo menos duas provas. Se a resposta para esta questão fosse  $20$ , teríamos o seguinte diagrama:



Essa situação não retrata a realidade, pois  $120+20+160+40+160 > 400$  (total de candidatos)

Tipo 1 - BRANCA
15

**Recurso Procedente. Questão Anulada.**

A questão apresenta ambiguidade, uma vez que não fica evidente que a equivalência das 4 moedas do país A deve ser dada pelo total dos valores apresentados em cada uma das alternativas. Se nas alternativas estivesse escrito “10 moedas do país B **mais** 20 moedas do país C” e “10 moedas do país B **mais** 30 moedas do país C” seria evitada esta ambiguidade. Assim, a questão deve ser anulada.

Tipo 1 - BRANCA
18

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O objetivo do planejamento e da programação local de saúde é garantir que as ações e serviços de saúde atendam às necessidades específicas da população de cada território, com base em dados epidemiológicos, sociais e de capacidade de atendimento. São processos interligados e complementares:

- **Planejamento:** O planejamento em saúde visa a definição de diretrizes e metas a longo prazo, identificando as necessidades de saúde da população e estabelecendo políticas públicas e estratégias para a melhoria da saúde coletiva. Ele busca organizar e distribuir recursos de forma eficiente para atingir os objetivos estabelecidos.
- **Programação:** A programação é a fase em que as ações planejadas são detalhadas, organizando a execução de serviços e atividades de forma concreta. Ela envolve a alocação de recursos, distribuição de responsabilidades e cronogramas, além de prever a avaliação e o monitoramento dos resultados.

Assim, o objetivo do planejamento é orientar a definição de metas e estratégias para a saúde local, enquanto a programação organiza e operacionaliza essas ações de maneira prática para garantir a sua execução.

Planejamento local de saúde envolve diagnosticar as necessidades da população e formular estratégias, enquanto a programação local foca na implementação efetiva das ações planejadas, garantindo a adequada gestão e melhoria dos serviços de saúde em nível municipal ou regional.

Dessa forma a unica alternativa que responde corretamente a questao:

“Processo de diagnóstico das necessidades de saúde da população e definição de estratégias para atendê-las; execução das ações planejadas”

Fonte:

- MENDES, Eugênio Vilaça. **Planejamento, gestão e avaliação em saúde: identificando problemas de saúde, determinantes e condicionantes**. São Paulo: Atheneu, 2018.

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
<b>27</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Não há previsão de decisão pelo chefe imediato quanto à permanência ou exoneração do servidor; legislações nesse sentido abririam margem para eventuais perseguições ou desvios na avaliação de desempenho. Conforme art. 31 da LC n. 009/1992, o Chefe imediato do servidor em estágio probatório convocará uma comissão eleita pelos próprios trabalhadores de no mínimo 03 (três) servidores do mesmo local de trabalho, que farão a avaliação e competirá ao chefe informar a seu respeito, acatando a decisão da comissão publicamente, 90 (noventa) dias antes do término do período, ao órgão de pessoal, com relação ao preenchimento dos requisitos mencionados no artigo anterior.

O gabarito preliminar divulgado possui embasamento expresso no art. 32 da referida Lei Complementar ( “Art. 32 Ficar dispensado de novo estágio probatório o servidor estável que for nomeado para outro cargo público Municipal.” ). Não há, no dispositivo legal, qualquer condicionante para tal dispensa, cabendo destacar que os fatores avaliados no estágio probatório são aplicáveis a quaisquer cargos da Administração (I – assiduidade; II – disciplina; III - capacidade de iniciativa; IV – produtividade; V – responsabilidade).

Confirma-se, portanto, o gabarito preliminar divulgado.

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
<b>33</b>

**Recurso Procedente. Gabarito alterado para alternativa D.**

A teoria psicossocial de Erik Erikson propõe oito estágios de desenvolvimento que abrangem toda a vida, desde o nascimento até a velhice.

Explica-se os próximos estágios:

**Autonomia vs. Vergonha e Dúvida (18 meses a 3 anos):** Nesta fase, as crianças começam a ganhar independência. Elas fazem escolhas simples e executam ações por conta própria. Pais e cuidadores podem ajudar a desenvolver um senso de autonomia permitindo que as crianças tomem decisões e controlem suas funções corporais.

**Iniciativa vs. Culpa (3 a 5 anos):** Durante os anos pré-escolares, as crianças exploram o mundo e iniciam atividades criativas. Se forem encorajadas, desenvolvem um senso de iniciativa. Caso contrário, podem sentir culpa por suas ações.

**Indústria vs. Inferioridade (6 a 11 anos):** Nessa fase, as crianças estão na escola e buscam realizar tarefas e aprender habilidades. O sucesso leva à sensação de competência (indústria), enquanto o fracasso pode resultar em sentimentos de inferioridade.

**Identidade vs. Confusão de Papéis (adolescência):** Os adolescentes exploram sua identidade, incluindo valores, interesses e objetivos. A resolução bem-sucedida leva a uma identidade coesa, enquanto a confusão de papéis resulta em incerteza.

**Intimidade vs. Isolamento (jovens adultos):** Nesse estágio, os jovens adultos buscam relacionamentos íntimos e conexões significativas. O fracasso pode levar ao isolamento emocional.

**Generatividade vs. Estagnação (meia-idade):** As pessoas se concentram em criar e contribuir para a sociedade. A generatividade envolve cuidar dos outros e deixar um legado, enquanto a estagnação é a falta de crescimento pessoal.

**Integridade vs. Desespero (idosos):** Na fase final, as pessoas refletem sobre suas vidas. A integridade envolve aceitar experiências e alcançar satisfação. O desespero surge da sensação de que a vida foi mal vivida.

Embora esses estágios sejam complexos e não ocorram de forma linear, cada pessoa enfrenta desafios e oportunidades em diferentes momentos da vida. Isso significa que a resposta correta para essa questão é **(D) Autonomia versus vergonha e dúvida**. Esse estágio corresponde ao desenvolvimento da autonomia em crianças,

quando elas começam a explorar o ambiente e aprendem a controlar suas ações, enquanto o cuidado consistente das necessidades básicas contribui para essa segurança em suas ações.

Fonte:

- LEITE, Artur Alexandre de M.; SILVA, Marcos Leandro. Um estudo bibliográfico da Teoria Psicossocial de Erik Erikson: contribuições para a educação. **Debates em Educação**, [S. l.], v. 11, n. 23, p. 148–168, 2019. DOI: 10.28998/2175-6600.2019v11n23p148-168. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/debateseducacao/article/view/6332>.

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
<b>35</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O edital previu com conteúdo teorias e técnicas psicoterápicas, o qual tem com o referência clássica na literatura científica sobre o tema, o livro de Cordioli, A. V. & Grevet, Eugenio Horacio (Org.). (2018). *Psicoterapias: Abordagens Atuais*. 4ªed. Porto Alegre: Artmed, o qual possui nos seus 6 primeiros capítulos conteúdos sobre terapias cognitivas e também capítulos dedicados a conteúdos específicos dessa abordagem.

A questão está adequada indicando como resposta correta o conteúdo referente à catastrofização. Este pensamento é uma catastrofização, pois ele toma o pior resultado possível (e aquele que João teme) das suas interações amorosas com outras pessoas como um resultado provável. Existe uma chance de que ele nunca encontre um(a) parceiro(a), no entanto, ter fracasso em uma tentativa de interação não traz nenhuma evidência sobre suas relações no futuro.

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
<b>36</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Dentre as técnicas apresentadas, o diário de humor permite apenas o monitoramento do estado afetivo, não objetiva intervir nas cognições e o RPD (registro de pensamentos disfuncionais), é uma técnica clássica utilizada na Terapia Cognitiva Comportamental (TCC) para ajudar os pacientes a identificar e contestar pensamentos negativos e automáticos. O Exame de evidências busca verificar evidências que apoiam ou contradigam a cognição em análise. A Rotulação de distorções cognitivas possibilita que o cliente observe os seus erros sistemáticos de pensamento. Essa consciência permite flexibilizar a sua cognição, ou reavaliar sua interpretação da situação. O gráfico de pizza /torta (Reatribuição de responsabilidade /culpa) é uma técnica específica para trabalhar as cognições relacionadas a responsabilidade e culpabilização. A partir de uma análise gráfica das diferentes variáveis e pesos pode se chegar a uma nova atribuição causal.

Essa reatribuição gera um impacto cognitivo ocasionando flexibilidade.

Logo, as respostas corretas para a questão são: II. Exame de evidências; III. Rotulação de distorções cognitivas; e, IV. Reatribuição de responsabilidade /culpa.

Fonte:

- Beck, J. S. (2013). *Terapia Cognitiva-Comportamental: teoria e prática*. 2ª Ed. Porto Alegre. Artmed. 413 p.

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
------------------------

<b>38</b>
-----------

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A única opção que responde à questão é a letra (C) Em uma entrevista de tomada de dados possui como um de seus objetivos a determinação do tipo de tratamento e profissional mais indicado. Isso porque o processo de entrevista envolve observações e relatos oriundos de entrevistas do tipo não estruturadas e por serem mais flexíveis. Mesmo não respeitando uma sequência, viabilizam a tomada de dados para delineamento do tratamento e identificação do profissional mais indicado para o acompanhamento e assistência, bem como permitem observar a condição voluntária ou involuntária do paciente, os fatores facilitadores de adesão a tratamentos e a distinção de motivos aparentes e latentes relativos à queixa ou problema apresentado, fundamentais para quaisquer intervenções.

As demais opções não respondem à questão, porque (A) A entrevista do tipo estruturada não é a mais comumente utilizada nos *settings* clínicos, visto que neles são mais utilizadas as entrevistas abertas, menos diretas. (B) A entrevista não se pauta apenas na descrição do relato do paciente, com vistas a elaboração de uma hipótese diagnóstica, mas também no exame do estado mental, dados clínicos e de desenvolvimento, entre outros; e (D) em uma entrevista a condição voluntária ou involuntária do paciente, bem como o propósito da mesma e a percepção sobre o profissional são fatores, na verdade, fundamentais e prioritários.

Fonte:

- SCORSOLINI-COMIN, F. **Técnicas de entrevista: método, planejamento e aplicações**. São Paulo, SP: Vetor, 2016.

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
------------------------

<b>39</b>
-----------

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A resposta correta é a alternativa (A) O estudante está fazendo uma atribuição disposicional, focando no esforço individual de seus colegas como causa da baixa nota. Essa explicação tende a ser automática e inicial, de acordo com a teoria de atribuição causal. Não pode ser (D) Aplicando o princípio de covariação, porque isso envolveria observar o comportamento dos colegas ao longo do tempo e relacioná-lo ao desempenho no trabalho. No cenário dado, o estudante não está fazendo esse tipo de observação detalhada.

Fontes:

- Camino, L., Torres, A. R. R., Lima, M. E. O., & Pereira, M. E. (2013). *Psicologia Social: temas e teorias*. Brasília: Technopolitik. [http://www.technopolitik.com.br/downloads/files/PSI-SOCIAL\\_ed2R.pdf](http://www.technopolitik.com.br/downloads/files/PSI-SOCIAL_ed2R.pdf)
- MYERS, David G. (2014). *Psicologia Social*. 10 ed. Porto alegre: Amgh.
- RODRIGUES, Aroldo, ASSMAR, Eveline Maria Leal & JABLONSKI, Bernardo. (2000). *Psicologia Social*. Petrópolis: Editora Vozes.

**Cargo: Psicólogo da Educação**

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
------------------------

<b>2</b>
----------

**Recurso Procedente. Questão Anulada.**

De acordo com o enunciado da questão “Considerando o primeiro parágrafo do texto, é possível observar o emprego do acento grave indicador de crase. Assinale a afirmativa correta em relação à(s) ocorrência(s) relacionada(s).”, a alternativa “C) A indicação de crase vista em “à escravidão” permite reconhecer uma relação entre termos que se relacionam diretamente na oração.” não pode ser indicada como correta. A crase é o sinal gráfico (') utilizado para indicar a fusão de duas letras A. Em geral, essa fusão acontece quando, em uma mesma

frase, você precisa utilizar a preposição A (pedida depois de alguns verbos transitivos indiretos ou adjetivos) e o artigo A, que precede palavras femininas. Exemplos: Vou à (a preposição + a artigo) academia. Para identificar se a crase é necessária, uma das maneiras possíveis é trocar a palavra que acompanha o A por uma palavra masculina. Se o À se transformar em AO, significa que se trata da fusão entre uma preposição e um artigo. Se o A se mantiver mesmo ao lado de uma palavra masculina, ele não leva crase.

“O ano de 2023 foi marcado por um número alarmante de denúncias de trabalho análogo à escravidão no Brasil, com um total de 3.422 registros em apenas 12 meses, representando um aumento de 61% em relação ao ano anterior, de acordo com dados do Ministério de Direitos Humanos e Cidadania. Assim como o racismo, o trabalho análogo à escravidão tende a ser visto como uma questão superada – talvez porque ainda haja aqueles que optam pela ignorância ou tragam consigo vieses enraizados de uma sociedade historicamente colocada à margem.” (1º§) Em “à escravidão” os termos não se relacionam de forma direta, a regência entre “análogo” e “escravidão” acontece de forma indireta já que há o emprego da preposição “a” identificada por meio do registro de “à” = a (preposição) mais a (artigo). Ocorre que os termos não estão relacionados diretamente, mas sim indiretamente já que trata-se de transitividade indireta tendo a preposição como termo que liga indiretamente o termo regido ao termo regente. A alternativa “A) A expressão “à margem” recebe acento grave pelo mesmo motivo visto em “à escravidão.” não pode ser indicada como correta. “à margem” •De lado, ao abandono (ex.: A cultura foi deixada à margem). Não se trata de uma exigência de regência, mas sim de uma expressão cristalizada por se tratar de uma locução feminina.

Fontes:

- BECHARA, E. Moderna gramática portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- CUNHA, C.; CINTRA, L. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Lúxikon, 2013.
- LUFT, Celso Pedro. Dicionário Prático de Regência Verbal. Ática, 2008.

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
------------------------

<b>3</b>
----------

### **Recurso Procedente. Questão Anulada.**

De acordo com o enunciado da questão “Assinale, a seguir, a alternativa que apresenta a reescrita que se mostra INCOERENTE, considerando o contexto em que o trecho destacado está inserido.”, a alternativa “C) “Esse cenário evidencia uma realidade desafiadora e inaceitável vivenciada no Brasil e, neste sentido, a questão requer uma resposta coordenada e vigorosa da sociedade civil, do governo e do setor privado.” (2º§) / Assim, esse cenário evidencia uma realidade desafiadora e inaceitável vivenciada no Brasil e, todavia, a questão requer uma resposta coordenada e vigorosa da sociedade civil, do governo e do setor privado.” atende adequadamente ao enunciado proposto. Na construção de um texto, assim como na fala, usamos mecanismos para garantir ao interlocutor a compreensão do que se lê / diz. Esses mecanismos linguísticos que estabelecem a conectividade e a retomada do que foi escrito / dito são os referentes textuais e buscam garantir a coesão textual para que haja coerência, não só entre os elementos que compõem a oração, como também entre a sequência de orações dentro do texto. Essa coesão também pode muitas vezes se dar de modo implícito, baseado em conhecimentos anteriores que os participantes do processo têm sobre o tema. Dessa forma, com o emprego de diferentes procedimentos, sejam lexicais (repetição, substituição, associação), sejam gramaticais (emprego de pronomes, conjunções, numerais, elipses), constroem-se frases, orações, períodos, que irão apresentar o contexto – decorre daí a coerência textual. Um texto incoerente é o que carece de sentido ou o apresenta de forma contraditória. Muitas vezes, essa incoerência é resultado do mau uso daqueles elementos de coesão textual. Na organização de períodos e de parágrafos, um erro no emprego dos mecanismos gramaticais e lexicais prejudica o entendimento do texto. Construído com os elementos corretos, confere-se a ele uma unidade formal. Nas palavras de Evanildo Bechara, “o enunciado não se constrói com um amontoado de palavras e orações. Elas se organizam segundo princípios gerais de dependência e independência sintática e semântica, recobertos por unidades melódicas e rítmicas que sedimentam estes princípios”. Por coesão, entende-se ligação, relação, nexos entre os elementos que compõem a estrutura textual. Há diversas formas de se garantir a coesão entre os elementos de uma frase ou de um texto: 1. Substituição de palavras com o emprego de sinônimos ou de palavras ou expressões de mesmo campo associativo. 2. Nominalização – emprego alternativo entre um verbo, o substantivo ou o adjetivo correspondente (desgastar / desgaste / desgastante). 3. Repetição na ligação semântica dos termos, empregada como recurso estilístico de

intenção articulatória, e não uma redundância - resultado da pobreza de vocabulário. Por exemplo, “Grande no pensamento, grande na ação, grande na glória, grande no infortúnio, ele morreu desconhecido e só.” (Rocha Lima)

4. Uso de hipônimos – relação que se estabelece com base na maior especificidade do significado de um deles. Por exemplo, mesa (mais específico) e móvel (mais genérico). 5. Emprego de hiperônimos - relações de um termo de sentido mais amplo com outros de sentido mais específico. Por exemplo, felino está numa relação de hiperonímia com gato. 6. Substitutos universais, como os verbos vicários (ex.: Necessito viajar, porém só o farei no ano vindouro.)

A coesão apoiada na gramática dá-se no uso de conectivos, como certos pronomes, certos advérbios e expressões adverbiais, conjunções, elipses, entre outros. A elipse se justifica quando, ao remeter a um enunciado anterior, a palavra elidida é facilmente identificável (Ex.: “O jovem recolheu-se cedo. ... Sabia que ia necessitar de todas as suas forças.” O termo “o jovem” deixa de ser repetido e, assim, estabelece a relação entre as duas orações.). Dêiticos são elementos linguísticos que têm a propriedade de fazer referência ao contexto situacional ou ao próprio discurso. Exercem, por excelência, essa função de progressão textual, dada sua característica: são elementos que não significam, apenas indicam, remetem aos componentes da situação comunicativa. Já os componentes concentram em si a significação. Somente a coesão, contudo, não é suficiente para que haja sentido no texto, esse é o papel da coerência, e coerência se relaciona intimamente a contexto. Quanto à conjunção utilizada na reescrita proposta e identificada como incoerente, de acordo com o expresso anteriormente, “todavia” trata-se de uma conjunção coordenativa com o mesmo sentido de: mas, contudo, porém, no entanto, entretanto. O que causa a incoerência destacada em relação ao fragmento original correspondente. A alternativa “**D**” “No entanto, a escassez de auditores fiscais é um desafio adicional que precisa ser superado, além dos cortes orçamentários dos últimos anos que têm agravado ainda mais a situação, tornando mais difícil a realização de inspeções e a aplicação eficaz das leis trabalhistas.” (3º§) / A escassez de auditores fiscais, no entanto, é um desafio adicional a ser superado, além dos cortes orçamentários dos últimos que têm agravado ainda mais tal situação, tornando mais difícil a realização de inspeções e a aplicação eficaz das leis trabalhistas.” atende ao enunciado proposto.

“A publicação mais recente da Lista Suja, documento que divulga pessoas físicas e empresas que submetem trabalhadores a mão de obra forçada, jornadas exaustivas, condições degradantes ou restrição de locomoção, adicionou 248 empregadores em 2024, totalizando 654 e representando o maior número desde sua criação pelo Ministério do Trabalho e Emprego, em 2003. Esse cenário evidencia uma realidade desafiadora e inaceitável vivenciada no Brasil e, neste sentido, a questão requer uma resposta coordenada e vigorosa da sociedade civil, do governo e do setor privado.

No entanto, a escassez de auditores fiscais é um desafio adicional que precisa ser superado, além dos cortes orçamentários **dos últimos anos que têm** agravado ainda mais a situação, tornando mais difícil a realização de inspeções e a aplicação eficaz das leis trabalhistas. Por isso, a criação de concursos públicos e o investimento na estrutura de fiscalização são essenciais para garantir inspeções regulares e uma resposta eficaz às violações trabalhistas.” O apagamento do termo “anos” compromete a coerência textual, inviabilizando o entendimento da mensagem conforme o texto original.

Fontes:

- BECHARA, E. Moderna gramática portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- CUNHA, C.; CINTRA, L. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Léxikon, 2013.
- LUFT, Celso Pedro. Dicionário Prático de Regência Verbal. Ática, 2008.
- ROCHA LIMA, Gramática normativa da língua portuguesa. 31ª ed. (retocada e enriquecida). Rio de Janeiro, José Olympio Editora, 1992.

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
------------------------

<b>4</b>
----------

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

De acordo com o enunciado da questão “ Em, “No entanto, a escassez de auditores fiscais é um desafio adicional que precisa ser superado, além dos cortes orçamentários dos últimos anos que têm agravado ainda mais a situação, tornando mais difícil a realização de inspeções e a aplicação eficaz das leis trabalhistas.” (3º§):”, a alternativa “ **B**” A expressão “a escassez de auditores fiscais” permite a identificação da correção do emprego do verbo “ser” na forma apresentada.” foi adequadamente indicada como correta. Em “a escassez de auditores fiscais é”, o núcleo do



sujeito - escassez – tem a concordância corretamente estabelecida com a forma verbal “é”, terceira pessoa do singular do verbo “ser” no infinitivo. A alternativa “ C) A expressão “dos últimos anos” atua como determinante de “cortes orçamentários” e, por isso, obrigatoriamente, apresenta a forma dos vocábulos no plural.” não pode ser indicada como correta. Retomando o trecho em análise: “No entanto, a escassez de auditores fiscais é um desafio adicional que precisa ser superado, além dos cortes orçamentários **dos últimos anos** que têm agravado ainda mais a situação, tornando mais difícil a realização de inspeções e a aplicação eficaz das leis trabalhistas.” (3º§) Apesar de haver a indicação da atuação da expressão “dos últimos anos” como determinante de “cortes orçamentários”, não há obrigatoriedade do emprego do plural por tal motivo. Não há relação de concordância entre as duas expressões, tanto que se os cortes orçamentários poderiam ter ocorrido apenas no último ano, e assim, teríamos: “cortes orçamentários do último ano”.

Fontes:

- BECHARA, E. Moderna gramática portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009. CUNHA, C.; CINTRA, L. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Lexikon, 2013.
- ROCHA LIMA, Gramática normativa da língua portuguesa. 31ª ed. (retocada e enriquecida). Rio de Janeiro, José Olympio Editora, 1992.

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
<b>8</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

De acordo com o enunciado da questão “Dentre os trechos destacados a seguir, NÃO é possível identificar a expressão explícita de perspectiva particular do enunciador em:”, a alternativa “ D) “[...] que divulga pessoas físicas e empresas que submetem trabalhadores a mão de obra forçada, jornadas exaustivas, condições degradantes ou restrição de locomoção, adicionou 248 empregadores em 2024, [...]” (2º§)” foi adequadamente indicada como correta. Em “A publicação mais recente da Lista Suja, documento que divulga pessoas físicas e empresas que submetem trabalhadores a mão de obra forçada, jornadas exaustivas, condições degradantes ou restrição de locomoção, adicionou 248 empregadores em 2024, totalizando 654 e representando o maior número desde sua criação pelo Ministério do Trabalho e Emprego, em 2003.” pode-se constatar que as informações apresentadas são de acordo com publicação denominada “Lista Suja”, documento que as divulgou. A alternativa “ C) “O ano de 2023 foi marcado por um número **alarmante** de denúncias de trabalho análogo à escravidão no Brasil, com um total de 3.422 registros em apenas 12 meses, [...]” (1º§)” não pode ser indicada como correta. O termo destacado “alarmante” indica uma perspectiva particular do enunciador em relação ao número de denúncias de trabalho análogo à escravidão no Brasil.

Fontes:

- ANTUNES, I. Lutar com palavras: coesão e coerência. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.
- AQUINO, Renato. Interpretação de Textos. Ed. Impetus.
- EMEDIATO, W. A fórmula do texto: redação, argumentação e leitura. São Paulo: Geração Editoria, 2004.
- FIORIN, J. L.; SAVIOLI, F. P. Lições de texto: leitura e redação. São Paulo: Ática, 2006. GARCIA, O. M. Comunicação em prosa moderna. 27. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010.

Tipo 1 - BRANCA
19

**Recurso Prejudicado. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Recurso prejudicado por não apresentar questionamentos a respeito das questões aplicadas na prova objetiva.

Tipo 1 - BRANCA
37

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O conteúdo programático do concurso trouxe em um dos seus temas as técnicas psicoterápicas, cabe mencionar que diante do contexto educacional o profissional da psicologia não atua enquanto clínico, porém ao dar suporte em um caso nesse contexto, é comum utilizar de técnicas e teorias que respaldam a sua atuação. neste sentido, a questão elaborada trouxe um caso hipotético sobre as questões comportamentais em contexto escolar, sendo possível o psicólogo intervir usando algumas técnicas. A técnica descrita foi a de auto-instrução, a s afirmativas da questão abordaram o passo a passo dessa técnica corretamente.

**Cargo: Supervisor Orientador de Ensino**

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE
1	1

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

De acordo com o enunciado da questão “A partir das ideias apresentadas no texto, defende-se que:”, a alternativa “**D)** A interação observada nas redes sociais é um dos aspectos observados e considerados para que haja o entendimento de que a educação midiática é necessária.” foi adequadamente indicada como correta assim como as demais alternativas são incorretas de acordo com os trechos destacados e indicações a seguir: “Vamos começar do começo, o que é educação midiática, afinal? É o “**C)** conjunto de habilidades para acessar, analisar, criar e participar de maneira crítica do ambiente informacional e midiático em todos os seus formatos — dos impressos aos digitais” (referência). Em um contexto onde as redes sociais, como o TikTok, têm sido cada vez mais utilizadas por crianças e adolescentes e os perfis em aplicativos de mensagens instantâneas, como o WhatsApp, também têm aumentado nos últimos anos, a **A)** educação midiática se mostra essencial. E não é apenas **B)** a ampliação do acesso a estas redes e plataformas que aponta a urgência de uma melhor educação midiática, mas a forma como a **D)** população interage com os conteúdos delas também.”

Fontes:

- AQUINO, Renato. Interpretação de Textos. Ed. Impetus.
- COSTA, S. R. Dicionário de gêneros textuais. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.
- EMEDIATO, W. A fórmula do texto: redação, argumentação e leitura. São Paulo: Geração Editoria, 2004.
- FIORIN, J. L.; SAVIOLI, F. P. Lições de texto: leitura e redação. São Paulo: Ática, 2006. GARCIA, O. M. Comunicação em prosa moderna. 27. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010.

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE
3	3

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

“Pode-se concluir a partir das ideias e informações apresentadas que:

- I. Um maior investimento em educação midiática é fator a ser mantido de acordo com as pesquisas apresentadas.
- II. A urgência de uma melhor educação midiática justifica-se a partir dos resultados de pesquisa constatados de forma objetiva.
- III. Desigualdades sociais são, muitas vezes, a causa de consequências prejudiciais mediante o acesso às informações na internet.”

De acordo com o enunciado da questão a alternativa “**D**) II e III, apenas.” foi adequadamente indicada como correta de acordo com os destaques a seguir:

Vamos começar do começo, o que é educação midiática, afinal? É o "conjunto de habilidades para acessar, analisar, criar e participar de maneira crítica do ambiente informacional e midiático em todos os seus formatos — dos impressos aos digitais" (referência). Em um contexto onde as redes sociais, como o TikTok, têm sido cada vez mais utilizadas por crianças e adolescentes e os perfis em aplicativos de mensagens instantâneas, como o WhatsApp, também têm aumentado nos últimos anos, a educação midiática se mostra essencial. E não é apenas a ampliação do acesso a estas redes e plataformas que aponta a urgência de uma melhor educação midiática, mas a forma como a população interage com os conteúdos delas também.

O relatório "Leitores do século 21: Desenvolvendo habilidades de alfabetização em um mundo digital", da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), realizado entre estudantes brasileiros de 15 anos, constatou que 67,3% deles têm dificuldade em diferenciar fatos de opiniões ao lerem textos. **III - Em outro estudo, somente 27% dos estudantes de escolas públicas e 18% de escolas privadas receberam orientações sobre como avaliar a qualidade das informações online**, mas metade dos professores afirmou ter apoiado os alunos em situações sensíveis na internet, incluindo o uso excessivo de jogos digitais e experiências de discriminação e cyberbullying. 56% das(os) professoras(es) relatam já terem trabalhado com educação para a mídia, mas apenas 20% se sentem bem preparados para ensinar sobre o tema e somente 37% de fato participaram de iniciativas de formação sobre o assunto.

**II - Mais alguns números que permitem entender a crescente necessidade de maior investimento ( I - e não fator a ser mantido) em educação midiática são os resultantes de pesquisa realizada pela OCDE: aproximadamente 41,9% das(os) estudantes foram ensinadas(os) a usar palavras-chave em mecanismos de busca; 52% aprenderam a avaliar a confiabilidade das informações online; 48,9% discutiram as consequências de compartilhar informações em redes sociais; e 45,7% foram orientadas(os) a identificar informações subjetivas ou tendenciosas.**

É preciso manter em mente, também, as desigualdades socioeconômicas, digitais e educacionais, pois um menor acesso a dispositivos digitais e ao direito à educação, por exemplo, pode resultar em uma maior dificuldade na detecção de informações tendenciosas ou falsas. É o que mostra o estudo "Políticas de Educação Midiática", publicado pelo Instituto Veredas sob encomenda da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (Secom).”

Fontes:

- AQUINO, Renato. Interpretação de Textos. Ed. Impetus.
- COSTA, S. R. Dicionário de gêneros textuais. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.
- EMEDIATO, W. A fórmula do texto: redação, argumentação e leitura. São Paulo: Geração Editoria, 2004.
- FIORIN, J. L.; SAVIOLI, F. P. Lições de texto: leitura e redação. São Paulo: Ática, 2006. GARCIA, O. M. Comunicação em prosa moderna. 27. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010.

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE
4	4

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

De acordo com o enunciado da questão “A expressão inicial do texto “Vamos começar do começo, [...]” (1º§) pode ser reconhecida como:”, a alternativa “**A**) Ênfase atribuída a uma ideia por meio da repetição de determinado efeito de sentido.” Se, por um lado, começar é «principiar, dar começo», por outro, começo significa o ponto onde começa, principia ou se inicia alguma coisa. Sendo assim, «começar pelo começo» é literalmente «dar começo ao começo» ou «começar a começar», que são evidentes redundâncias, pois, do ponto de vista informativo, começo nada acrescenta a começar. Contudo, os pleonasmos podem ter aproveitamento literário e ocorrem muitas vezes enfaticamente (como reforço, conforme o caso em análise), outras com propósito irônico ou humorístico. Exemplo: «Para começar do/pelo começo, é preciso que se diga....». Neste caso, o pleonasma tem paradoxalmente valor expressivo e torna-se uma maneira de dizer o mesmo que «para começar pelo que é prioritário» ou «para começar de maneira metódica». O pleonasma é uma figura de linguagem que consiste em usar palavras redundantes para reforçar a comunicação de forma expressiva e com bom gosto. Quando o pleonasma não é usado como um recurso estilístico, mas por descuido da língua, é chamado de pleonasma vicioso, porque esse tipo de erro é chamado de vício de linguagem. Exemplo da figura de linguagem pleonasma: “E RIR MEU RISO e derramar meu pranto” (Vinicius de Moraes). Exemplo de pleonasma vicioso: ENTREI PARA DENTRO, porque começou a chover. Do Latim, o termo pleonasmu significa superabundância. Como figura de linguagem, o pleonasma é usado com intenção poética, para oferecer maior expressividade ao texto. Também chamado de pleonasma literário, ele é utilizado intencionalmente como recurso estilístico para reforçar o discurso de seu enunciador. Exemplos: “E rir meu riso e derramar meu pranto” (Vinicius de Moraes) “E ali dançaram tanta dança” (Chico Buarque e Vinicius de Moraes) “Me sorri um sorriso pontual e me beija com a boca de hortelã” (Chico Buarque) “Ó mar salgado, quanto do teu sal são lágrimas de Portugal” (Fernando Pessoa) “Morrerás morte vil na mão de um forte” (Gonçalves Dias) “Quando com os olhos eu quis ver de perto” (Alberto de Oliveira) “Chovia uma triste chuva de resignação” (Manuel Bandeira). A alternativa “**B**) Uso de palavras redundantes para reforçar a comunicação de forma expressiva e poética.” não pode ser indicada como correta já que, a expressão em análise foi empregada como recurso estilístico e não como redundância, conforme exposto anteriormente. A alternativa “**C**) Recurso estilístico denominado vício de linguagem, cujo objetivo é despertar o interesse do leitor.” não pode ser indicada como correta de acordo com o exposto anteriormente. A alternativa “**D**) Emprego de expressão com propósito irônico em razão de um conceito que já deveria estar claramente compreendido.” não pode ser considerada correta. Ironia é uma figura por meio da qual se diz o contrário do que se quer dar a entender; uso de palavra ou frase de sentido diverso ou oposto ao que deveria ser empregado, para definir ou denominar algo. Assim tal alternativa não pode ser indicada como correta.

**Fontes:**

- AQUINO, Renato. Interpretação de Textos. Ed. Impetus.
- COSTA, S. R. Dicionário de gêneros textuais. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.
- EMEDIATO, W. A fórmula do texto: redação, argumentação e leitura. São Paulo: Geração Editoria, 2004.
- FIORIN, J. L.; SAVIOLI, F. P. Lições de texto: leitura e redação. São Paulo: Ática, 2006. GARCIA, O. M. Comunicação em prosa moderna. 27. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010.

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE
5	5

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

De acordo com o enunciado da questão “Um dos motivos que pode contribuir para que NÃO haja a devida percepção quanto a informações falaciosas no ambiente digital, de acordo com o texto, é:”, a alternativa “**C**) A redução de acesso a instrumentos relacionados ao mundo digital, assim como de adequada orientação para tal prática.” foi adequadamente indicada como correta de acordo com os destaques a seguir: “É preciso manter em mente, também, as desigualdades socioeconômicas, digitais e educacionais, **pois um menor acesso a dispositivos digitais e ao direito à educação, por exemplo, pode resultar em uma maior dificuldade na detecção de informações tendenciosas ou falsas.** É o que mostra o estudo “Políticas de Educação Midiática”, publicado pelo

Instituto Veredas sob encomenda da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (Secom).” A alternativa “B) A possibilidade ilimitada de “navegação” pela internet através dos mais diversos recursos tecnológicos.” não pode ser indicada como correta. O texto não se refere a tal informação.

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE
6	6

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

De acordo com o enunciado da questão “Para que haja coesão e coerência textual é necessário que as informações e ideias estejam bem articuladas não apenas entre as orações e os períodos do texto, mas também entre os parágrafos que o constituem. Assim, pode-se afirmar que entre o segundo e o terceiro parágrafos ocorre:”, a alternativa “ D) Indicação de que informações serão acrescidas estabelecendo continuidade com as apresentadas anteriormente.” foi adequadamente indicada como correta. Trecho destacado: “O relatório “Leitores do século 21: Desenvolvendo habilidades de alfabetização em um mundo digital”, da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), realizado entre estudantes brasileiros de 15 anos, constatou que 67,3% deles têm dificuldade em diferenciar fatos de opiniões ao lerem textos. Em outro estudo, somente 27% dos estudantes de escolas públicas e 18% de escolas privadas receberam orientações sobre como avaliar a qualidade das informações online, mas metade dos professores afirmou ter apoiado os alunos em situações sensíveis na internet, incluindo o uso excessivo de jogos digitais e experiências de discriminação e cyberbullying. 56% das(os) professoras(es) relatam já terem trabalhado com educação para a mídia, mas apenas 20% se sentem bem preparados para ensinar sobre o tema e somente 37% de fato participaram de iniciativas de formação sobre o assunto.

Mais alguns números que permitem entender a crescente necessidade de maior investimento em educação midiática são os resultantes de pesquisa realizada pela OCDE: aproximadamente 41,9% das(os) estudantes foram ensinadas(os) a usar palavras-chave em mecanismos de busca; 52% aprenderam a avaliar a confiabilidade das informações online; 48,9% discutiram as consequências de compartilhar informações em redes sociais; e 45,7% foram orientadas(os) a identificar informações subjetivas ou tendenciosas.”

A palavra “mais” tem sentido de adição, soma, comparação ou quantidade. É antônima de “menos”.

Exemplos:

- Mais café, por favor! / + café, por favor!
- Seis mais seis é igual a doze. / Seis + seis é igual a doze.
- Quanto mais conhecimento, melhor. / Quanto + conhecimento, melhor.
- Iolanda é a garota mais alta da turma. / Iolanda é a garota + alta da turma.
- Gostaria de mais frutas no café da manhã. / Gostaria de + frutas no café da manhã.

A alternativa “ A) Confronto de ideias diferentes, mas que contribuem para a formação da conclusão textual.” não pode ser indicada como correta de acordo com o exposto anteriormente.

Fontes:

- BECHARA, E. Moderna gramática portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- CUNHA, C.; CINTRA, L. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Lúxikon, 2013.
- ROCHA LIMA, Gramática normativa da língua portuguesa. 31ª ed. (retocada e enriquecida). Rio de Janeiro, José Olympio Editora, 1992.

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE
7	7

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

De acordo com o enunciado da questão “Vamos começar do começo, o que (1) é educação midiática, afinal? É o ‘conjunto de habilidades para acessar, analisar, criar e participar de maneira crítica do ambiente informacional e midiático em todos os seus formatos – dos impressos aos digitais’. Em um contexto onde (2) as redes sociais, como o TikTok, têm sido cada vez mais utilizadas por crianças e adolescentes e os perfis em aplicativos de mensagens instantâneas, como o WhatsApp, também têm aumentado nos últimos anos, a educação midiática se (3) mostra

essencial. E não é apenas a ampliação do acesso a estas (4) redes e plataformas que (5) aponta a urgência de uma melhor educação midiática, mas a forma como a população interage com os conteúdos delas também.” (1º§) Entre os termos destacados anteriormente, pode-se afirmar que NÃO constitui/constituem indicação de retomada de referente já introduzido no texto (Considere os números indicados como identificação dos termos no trecho destacado):”, a alternativa “ **A** ) 1.” foi adequadamente indicada como correta. “Vamos começar do começo, o que é educação midiática, afinal? É o "conjunto de habilidades para acessar, analisar, criar e participar de maneira crítica do ambiente informacional e midiático em todos os seus formatos — dos impressos aos digitais". Em um contexto onde as redes sociais, como o TikTok, têm sido cada vez mais utilizadas por crianças e adolescentes e os perfis em aplicativos de mensagens instantâneas, como o WhatsApp, também têm aumentado nos últimos anos, a educação midiática se mostra essencial. E não é apenas a ampliação do acesso a estas redes e plataformas que aponta a urgência de uma melhor educação midiática, mas a forma como a população interage com os conteúdos delas também.” Em “Vamos começar do começo, o que (1) é educação midiática, afinal?” o “que” trata-se de um pronome interrogativo. Pronomes interrogativos são aqueles usados em orações interrogativas. Eles podem aparecer em perguntas diretas ou indiretas. Os pronomes relativos retomam um substantivo mencionado anteriormente na frase. Eles podem ser variáveis ou invariáveis e podem estar acompanhados ou não por uma preposição. Os pronomes interrogativos invariáveis são aqueles cuja forma não se altera, independentemente do gênero (masculino ou feminino) ou do número (singular ou plural) do termo que acompanham. Exemplos: “Quem é o novo professor de Matemática?”; “Quem são as novas professoras da escola?”; “O que você está fazendo neste momento?”; “O que são glóbulos vermelhos?”” A alternativa “ **C** ) 2 e 3.” não pode ser indicada como correta. “Em um contexto onde ” (2) indicando retomada do termo anterior, assim como “educação midiática se (3) mostra essencial.” Indicando retomada de “educação midiática”, termo anterior. A alternativa “ **D** ) 3 e 4.” não pode ser indicada como correta. Em “Em um contexto onde (2) as redes sociais, como o TikTok, têm sido cada vez mais utilizadas por crianças e adolescentes e os perfis em aplicativos de mensagens instantâneas, como o WhatsApp, também têm aumentado nos últimos anos, a educação midiática se (3) mostra essencial. E não é apenas a ampliação do acesso a estas (4) redes [...]” é possível observar que as redes já haviam sido citadas anteriormente.

Fontes:

- BECHARA, E. Moderna gramática portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- CUNHA, C.; CINTRA, L. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Lúxikon, 2013.
- ROCHA LIMA, Gramática normativa da língua portuguesa. 31ª ed. (retocada e enriquecida). Rio de Janeiro, José Olympio Editora, 1992.

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE
8	8

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A sequência está correta em:”, a alternativa “ **A** ) F, F, V.” foi adequadamente indicada como correta de acordo com os trechos destacados a seguir: “Vamos começar do começo, o que é (**Primeira afirmativa - não há referência a todos os segmentos sociais**) educação midiática, afinal? É o "conjunto de habilidades para acessar, analisar, criar e participar de maneira crítica do ambiente informacional e midiático em todos os seus formatos — dos impressos aos digitais" . Em um contexto onde as redes sociais, como o TikTok, (**Segunda afirmativa - Exatamente em virtude das redes sociais citadas é que a intervenção de uma educação midiática se faz necessária**) têm sido cada vez mais utilizadas por crianças e adolescentes e os perfis em aplicativos de mensagens instantâneas, como o WhatsApp, também têm aumentado nos últimos anos, a educação midiática se mostra essencial) E não é apenas a ampliação do acesso a estas redes e plataformas que aponta a urgência de uma melhor educação midiática, mas a forma como a população interage com os conteúdos delas também.

O relatório "Leitores do século 21: Desenvolvendo habilidades de alfabetização em um mundo digital", da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), realizado entre estudantes brasileiros de 15 anos, constatou que 67,3% deles têm dificuldade em diferenciar fatos de opiniões ao lerem textos. Em outro estudo, somente 27% dos estudantes de escolas públicas e 18% de escolas privadas receberam orientações sobre como avaliar a qualidade das informações online, mas metade dos professores afirmou ter apoiado os alunos em situações sensíveis na internet, incluindo o uso excessivo de jogos digitais e experiências de discriminação e cyberbullying.

56% das(os) professoras(es) relatam já terem trabalhado com educação para a mídia, mas apenas 20% se sentem bem preparados para ensinar sobre o tema e somente 37% de fato participaram de iniciativas de formação sobre o assunto.

**(Terceira afirmativa – relatórios de pesquisas como argumentos)** Mais alguns números que permitem entender a crescente necessidade de maior investimento em educação midiática são os resultantes de pesquisa realizada pela OCDE: aproximadamente 41,9% das(os) estudantes foram ensinadas(os) a usar palavras-chave em mecanismos de busca; 52% aprenderam a avaliar a confiabilidade das informações online; 48,9% discutiram as consequências de compartilhar informações em redes sociais; e 45,7% foram orientadas(os) a identificar informações subjetivas ou tendenciosas.

É preciso manter em mente, também, as desigualdades socioeconômicas, digitais e educacionais, pois um menor acesso a dispositivos digitais e ao direito à educação, por exemplo, pode resultar em uma maior dificuldade na detecção de informações tendenciosas ou falsas. É o que mostra o estudo "Políticas de Educação Midiática", publicado pelo Instituto Veredas sob encomenda da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (Secom). Argumentação é um recurso da linguagem usado na defesa de um ponto de vista acerca de um assunto em situações de debate e discussão de ideias. Os debates formais, ou mesmo os informais, exigem uma ótima capacidade argumentativa por parte dos participantes.

Fonte:

- ERSE, Ricardo do Amaral. Português para os concursos de Técnico e Analista. 3ª edição. Bahia: Editora Juspodivm, 2014.

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>	<b>Tipo 2 - VERDE</b>
<b>10</b>	<b>10</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

De acordo com o enunciado da questão “Indique a reescrita do trecho destacado a seguir em que a correção gramatical, assim como semântica, foram preservadas: “E não é apenas a ampliação do acesso a estas redes e plataformas que aponta a urgência de uma melhor educação midiática, mas a forma como a população interage com os conteúdos delas também.” (1º§)”, a alternativa “ **C** ) E não é apenas a ampliação do acesso a estas redes e plataformas que aponta a urgência de uma melhor educação midiática, mas também o modo como a população interage com os conteúdos delas.” foi adequadamente indicada como correta. Ocorre uma alteração na posição do vocábulo “também” que não altera o sentido do trecho original e, ainda, a substituição da expressão “a forma” por “o modo”, expressões equivalentes semanticamente no contexto apresentado. A alternativa “ **B** ) E não é apenas a ampliação do acesso a estas redes e plataformas que aponta a urgência de uma melhor educação midiática, todavia a forma como a população interage com os conteúdos delas.” não pode ser indicada como correta. O termo “todavia” não substitui “mas também” sem que haja alteração de sentido. Sinônimo de “mas também” Indica adição: 1 e, além disso, ainda, outrossim, como também, e também, bem como, assim como. Todavia: conjunção coordenativa: mas, contudo, porém, no entanto, entretanto. A alternativa “ **A** ) E não é apenas a ampliação do acesso a toda rede virtual que aponta a urgência de uma melhor educação midiática, mas a forma como a população interage com os conteúdos delas também.” não pode ser indicada como correta. A expressão “a estas redes” (específico) tem diferente sentido da expressão “a toda rede virtual” (geral).

Fontes:

- BECHARA, E. Moderna gramática portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- CUNHA, C.; CINTRA, L. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Lúxikon, 2013.
- ERSE, Ricardo do Amaral. Português para os concursos de Técnico e Analista. 3ª edição. Bahia: Editora Juspodivm, 2014.
- ROCHA LIMA, Gramática normativa da língua portuguesa. 31ª ed. (retocada e enriquecida). Rio de Janeiro, José Olympio Editora, 1992.

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE
12	12

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A questão possui o conteúdo de razões especiais, presente no edital. Existem algumas razões especiais muito utilizadas em nosso cotidiano, entre as quais se destaca a velocidade média.

Considere que cada volta na lagoa possua  $x$  km. Assim, na ida, foram gastos  $x/22.5$  horas. Na volta, foram gastos  $x/15$  horas. Assim, no trajeto total de  $x+x = 2x$  km, a velocidade média é

$$\frac{2x}{\frac{x}{22.5} + \frac{x}{15}} = 18$$

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE
15	15

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

De acordo com as informações do enunciado, pode-se concluir que:

- Joana fez menos pontos que Míriam e Lorraine  
Joana < Míriam e Lorraine
- Míriam fez menos pontos que Olívia  
Míriam < Olívia
- Kelly fez menos pontos que Joana

Kelly < Joana

Assim, obtém-se a seguinte ordem

Kelly < Joana < Míriam < Olívia < Lorraine

Portanto, Lorraine obteve a maior pontuação.

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE
16	16

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A resposta "B" propõe trabalho em pares onde os alunos mais experientes ou em nível de aprendizagem mais avançado possa cooperar com os menos avançados. Para que o professor possa montar essas "tutorias" é necessário que ele saiba o nível de todos os alunos. A "avaliação diagnóstica" (C) dá a ele esse subsídio. A banca julga improcedente o recurso pois não há nenhuma opção que contemple o argumento apresentado, já que o foco da afirmativa reivindicada como correta é a avaliação "padronizada" na perspectiva da gestão da aprendizagem. As avaliações padronizadas são utilizadas para a avaliação de sistemas, grandes avaliações, também chamados de avaliações de larga escala ou avaliações externas. As avaliações padronizadas, embora possam fornecer informações sobre o desempenho geral dos alunos, não são suficientes para identificar as necessidades individuais de cada um, limitando a personalização da aprendizagem. A opção B apresenta a ação mais adequada à perspectiva da Gestão da Aprendizagem Escolar, pois promove a personalização da aprendizagem, valoriza a colaboração entre os alunos e considera as diferentes necessidades e estilos de aprendizagem presentes na turma.

Fontes:

- <https://descomplica.com.br/blog/gestao-de-aprendizagem/>
- <https://todospelaeducacao.org.br/noticias/uais-sao-as-avaliacoes-brasileiras-e-porque-elas-sao-importantes/>



<b>Tipo 1 - BRANCA</b>	<b>Tipo 2 - VERDE</b>
<b>17</b>	<b>17</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A Teoria Sociointeracionista de Lev Vygotsky, com sua ênfase na interação social e na colaboração, se aproxima da estratégia da professora Ana, de fato. Entretanto, o trabalho em pequenos grupos não é um elemento fundamental da teoria, que se concentra na aprendizagem através da interação com indivíduos mais experientes, não tendo Vygotsky apresentado nenhum condicionamento ao tamanho dos grupos em sua teoria. Já o gabarito, a Teoria de Campo de Kurt Lewin, considera a aprendizagem como um processo dinâmico influenciado por "campos de forças" compostos por fatores individuais, sociais e ambientais. A mudança na estratégia da professora Ana, ao dividir a turma em grupos e estimular a criatividade, modificou o campo de forças na sala de aula, despertando o interesse e a participação dos alunos.

Fonte:

- Piletti, Nelson. Aprendizagem, teoria e prática. São Paulo: Editora Contexto, 2013. P. 22.

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>	<b>Tipo 2 - VERDE</b>
<b>20</b>	<b>20</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Entre as teorias surgidas nas últimas décadas, os paradigmas holonômicos chamaram a atenção dos educadores. Nessa perspectiva, é possível incluir as reflexões de Edgar Morin, autor de *O enigma do homem* (1975), que vai de encontro à razão produtivista e à racionalização moderna. Ele propõe, no lugar, uma "lógica do vivente", ou seja, um princípio que unifica o saber, o conhecimento em torno do homem. Além disso, a alternativa D- Contemporâneos, embora o texto mencione teorias surgidas nas últimas décadas, o termo "contemporâneo" é amplo e não específico o suficiente para descrever os paradigmas mencionados.

Fonte:

- Hein, Ana Catarina (Org). Fundamentos da Educação, página 65. Editora Pearson.

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>	<b>Tipo 2 - VERDE</b>
<b>25</b>	<b>25</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Somente a afirmativa I está errada, conforme segue: Para Piaget, conhecimento é construído do individual para o social, enquanto para Vygotsky e Wallon, do social para o indivíduo, e não ao contrário, como está apresentada na afirmativa I. As demais corretas: Piaget e Wallon focaram suas análises sobre o desenvolvimento cognitivo e afetivo do nascimento à adolescência, já Vygotsky pensou o desenvolvimento e aprendizagem como algo que ocorre por toda vida; Para Piaget, os estágios de desenvolvimento eram ordenados e universais, para Wallon, os estágios sofriam rupturas e retrocessos. Vygotsky e Wallon viam o desenvolvimento como resultante do meio, portanto, se o meio mudasse, isso impactaria o desenvolvimento; Para Piaget, o desenvolvimento cognitivo é determinado pela oposição da coação à cooperação; Vygotsky considera questões econômicas e socioculturais como determinantes e Wallon considera questões econômicas, socioculturais e afetivas como determinantes; Os três eram sociointeracionistas e acreditavam que os processos filogenéticos e ontogenéticos tinham implicações diretas no desenvolvimento. O enunciado considera os três sendo sociointeracionistas na perspectiva de pensarem o homem como ser social, não se constitui um erro de construção da questão, portanto.

Fonte:

- <https://pontodidatica.com.br/aprendizagem-piaget-vygotsky-wallon/>

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE
26	26

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O enunciado da questão solicita a indicação das afirmativas que são de competência PRIVATIVA do Município de Divinópolis, estabelecidas pelo artigo 11 da Lei Orgânica do Município, ou seja, as afirmativas I e II, constantes nos incisos II e XIX do referido artigo 11. Cumpre esclarecer que as competências privativas de um município são as atribuições legais que se referem ao interesse local, não cabendo a outro ente estabelecê-las. As afirmativas III e IV estão previstas no artigo 12, incisos V e VIII da LOM, e trazem competências comuns ao Município, Estados e à União. Destarte, julga-se improcedentes os recursos e mantem-se o gabarito preliminarmente divulgado.

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE
28	28

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Analisadas as razões recursais, verifica-se que estas não merecem acolhimento. Ao analisarmos detidamente as afirmações de Carlos e José, à luz do que estipula a Lei Orgânica Municipal, verificamos que a única alternativa correta é apresentada pelo gabarito preliminar, ou seja, letra “C”.

Em sua explanação, José está correto, visto que no artigo 57, inciso I, alínea “a”, consta que:

*“Art. 57. O Prefeito e o Vice-Prefeito Municipal não poderão, sob pena de perda do cargo:*

***I - desde a expedição do diploma :***

*a) firmar ou manter contrato com pessoa jurídica de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público, em operações no âmbito do Município, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes”.*

Carlos, por sua vez, está equivocado, conforme indicado na alternativa “C”, visto que a proibição de ser proprietário, controlador ou diretor de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa de direito público no Município, ou nela exerça função remunerada, ocorre desde a posse, conforme previsto no artigo 57, inciso II, alínea “a”, vejamos:

*“Art. 57. O Prefeito e o Vice-Prefeito Municipal não poderão, sob pena de perda do cargo:*

***II - desde a posse:***

*a) ser proprietário, controlador ou diretor de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa de direito público no Município, ou nela exercer função remunerada;”*

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE
30	30

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Analisadas as razões recursais, verifica-se que estas não merecem guarida. Isso porque o artigo 8º da Lei Municipal nº 7.290, de 11 de fevereiro de 2011 é hialino em trazer o enquadramento do cargo de Secretário Escolar, exercido por Theo. O referido artigo assim dispõe:

Art. 8º Ficam instituídas, na forma desta lei, as seguintes carreiras que integram a classe de cargos públicos de provimento efetivo do Quadro Geral de Pessoal da Educação:

**I - Profissionais ou Servidores do Magistério:**

a) Professor Nível Superior;

b) Supervisor Orientador de Ensino;

**II - Servidor Técnico de Nível Superior:**

**a) Secretário Escolar**

**III - Servidor Técnico de nível médio:**

a) Técnico Escolar

b) Técnico de Informática

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>	<b>Tipo 2 - VERDE</b>
<b>31</b>	<b>31</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A supracitada questão apresenta situação hipotética onde solicita que o candidato indique qual Tendência Pedagógica está contemplada na abordagem da professora. Trata-se da Abordagem Liberal Tecnicista. Tal abordagem é adaptada às necessidades e níveis de desenvolvimento dos alunos do ensino fundamental, focando na transmissão clara de conceitos e no desenvolvimento de habilidades básicas de cálculo através de atividades práticas e interativas. Ressalta-se que foi na segunda metade do século XX, com o crescimento da sociedade industrial, fortemente calcada na tecnologia, desponta uma outra tendência: a TECNICISTA. Os meios passam a ser o foco, como forma de garantir os resultados do processo ensino aprendizagem, e os métodos de ensino tornam-se sofisticados. O foco dessa tendência é a supervalorização dos meios tecnológicos, dos métodos de ensino, que se tornam extremamente sofisticados, com uma preocupação de garantir a eficiência e eficácia no processo de ensinar nas escolas brasileiras. Os planejamentos na educação e no ensino são institucionalizados, os objetivos de ensino operacionalizados e a avaliação é extremamente técnica. Os conteúdos de ensino valorizados são os de caráter científico, exigidos para uma sociedade industrial e tecnológica. O planejamento didático, com base neste modelo “fabril”, estabelecia os objetivos de forma bem operacionalizada. A metodologia sofreu grande sofisticação, pois ela passou a ser o que fundamentam a pedagogia TECNICISTA - aprender é uma questão de modificação do desempenho: o bom ensino depende de organizar eficientemente as condições estimuladoras, de modo que o aluno saia da situação de aprendizagem diferente de como entrou (LIBÂNEO, 1987, p. 30). Nesta tendência, a avaliação voltou-se para todo o processo de ensino, utilizando procedimentos extremamente técnicos. Os conteúdos valorizados eram os de caráter científico, exigidos para a capacitação profissional em uma sociedade industrial e tecnológica. O objetivo da prática avaliativa era verificar se o estudante havia aprendido fazer, reforçando as informações, visando ao controle do comportamento individual de acordo com os objetivos preestabelecidos, realizando testes objetivos para que professores e estudantes não desperdiçassem seu tempo com informações desnecessárias.

Portanto, ao verificar alguns fragmentos da situação hipotética dada, é possível observar como se apresenta uma abordagem tecnicista na sala de aula quando: (...) *A preparação da aula inclui materiais didáticos, tais como fichas de exercícios, cartões contendo problemas para resolver e fichas com exemplos ilustrativos. A aula acontece em mesas organizadas, com objetivo de promover a colaboração entre os alunos durante as atividades práticas. (...). Na sequência da aula, distribui as fichas de exercícios, explicando claramente as instruções e as etapas para resolver cada problema. Os alunos resolvem as atividades dadas aplicando os métodos ensinados para resolver os problemas propostos, (...) Após o término dos exercícios, a professora conduz uma revisão coletiva, destacando os conceitos chave e esclarecendo quaisquer pontos que possam ter gerado dúvidas. (...) professora conduz uma revisão coletiva, (...)* O que difere de demais abordagens como dispõem argumentos recursais.

**No que informa acerca da Tendência Crítica Social dos conteúdos, não procede.** A Pedagogia Crítico social dos Conteúdos atribui grande importância à didática, considerando que esta tem como objetivo a direção do processo de ensinar, tendo em vista as finalidades sociopolíticas e pedagógicas e as condições e meios formativos, convergindo para promover a autoatividade dos alunos que é a aprendizagem. Para Libâneo, um dos principais expoentes dessa teoria, o que importa é que os conhecimentos sistematizados sejam confrontados com as experiências socioculturais e com a vida concreta dos alunos, de forma a assegurar o acesso aos conhecimentos sistematizados a todos como condição para a efetiva participação do povo nas lutas sociais. Para o autor, os professores não podem, de maneira nenhuma, perder de vista o conteúdo da sua disciplina, contextualizando e orientando o aluno para aplicá-lo na sua vida prática. Para tanto, a seleção do conteúdo deve ser feita considerando a sua utilidade e o seu caráter científico. O autor defende os conteúdos que, por sua natureza, possibilitam maior capacidade de intervenção e análise da realidade. O ato avaliativo ancora-se na reavaliação crítica dos conteúdos, iniciando pela constatação da prática real, havendo, em seguida, a consciência desse exercício com vistas a referi-la aos termos do conteúdo proposto, na forma de um confronto entre a experiência e a explicação do professor;

partindo da ação à compreensão e da compreensão à ação, ou seja, avaliação tem como aporte a unidade entre a teoria e a prática. **Portanto, a situação hipotética não apresenta ações coerentes com esta tendência.**

**Argumentos que dispõe acerca da Tendência Progressista Renovada, também não procede.** Na tendência Renovada Progressista, a Didática fundamenta-se muito na Psicologia, entendendo que o aluno deve participar diretamente do seu processo de aprendizagem. Assim, o aluno é o foco do processo de ensino - aprendizagem, a metodologia é ativa, os conteúdos são meios para o desenvolvimento de habilidades e atitudes. Considera o estudante como sujeito da aprendizagem, baseada no aprender a aprender, e o docente como mediador de conhecimento e experiências. Avaliação é fluida e tenta ser eficaz, à medida que os esforços e os êxitos são reconhecidos pelo professor, sendo observados o processo de aquisição das aprendizagens e a superação das dificuldades escolares com a mediação docente. **Assim sendo, a situação hipotética também não apresenta ações similares com esta tendência.**

Fontes:

- LIBÂNEO, José Carlos. Democratização da Escola Pública. A Pedagogia Crítico- Social dos Conteúdos. São Paulo: Edições Loyola, 1992.
- LIBÂNEO, José Carlos. Didática. São Paulo: Cortez, 2008.

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE
34	34

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Considerando que os grupos formais, podem ser de comando, de tarefa ou de afinidade, a supracitada questão apresenta três situações hipotéticas para que o candidato relacione cada uma aos grupos. Portanto, situação I, representa um grupo por afinidade - Um grupo por **afinidade** é relativamente permanente e caracteriza-se por reunir funcionários do mesmo nível para troca de informações, entendimento de oportunidades e resolução de problemas. Estes grupos são criados pela empresa, através do compartilhamento de atribuições, responsabilidades e interesses dos seus membros, mas não participam do organograma formal da empresa. Apresenta como maior vantagem a ultrapassagem das barreiras setoriais, facilitando a comunicação entre os diferentes departamentos e divisões (GRIFFIN, 2006). A situação hipotética II, representa a situação de um grupo de **tarefas**. O grupo de **tarefa** é relativamente temporário e criado para realizar uma tarefa ou atividade específica como, por exemplo, resolver um problema de qualidade e, geralmente, é dissolvido depois de resolver a situação. Já a situação hipotética III, representa um grupo de **comando**. Um grupo de **comando** é relativamente permanente e se caracteriza por relacionamentos funcionais, como o de um gestor e seus subordinados. Este grupo costuma estar especificado no organograma oficial da empresa e engloba a maioria dos funcionários.

Fontes:

- CHIAVENATO, Idalberto. Introdução à teoria geral da administração. Rio de Janeiro: Campus, 2000.
- CURY, Antonio. Organização e métodos: uma visão holística. São Paulo: Atlas, 1993.
- GRIFFIN, Ricky W.; MOORHEAD, Gregory. Fundamentos do comportamento organizacional. São Paulo: Ática, 2006.

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE
36	36

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A supracitada questão, no comando dado, solicita do candidato que identifique acerca do contexto histórico da supervisão no Brasil, quando foi reconhecida legalmente pela primeira vez. Destaca-se, portanto, que data de 1931 o primeiro registro legal sobre a atuação do Supervisor Escolar no Brasil. A supervisão escolar no Brasil foi identificada pela primeira vez a partir da Reforma Francisco Campos – Decreto-Lei 19.890 de 18/4/1931, mas com a função de apenas fiscalizar, ainda permanecendo com a nomenclatura de inspetor. Neste período estes profissionais

executavam as normas 'prescritas' pelos órgãos superiores, e eram chamados de 'orientadores pedagógicos' ou 'orientadores de escola', tendo como função básica à inspeção (ANJOS, 1988).

Já com a Lei Orgânica do Ensino Secundário, promulgada pelo Decreto-Lei 4.244 de 9/4/1942, no artigo 75, parágrafo 1º aponta que: "A inspeção, far-se-á, não somete sob o ponto de vista administrativo, mas ainda com o caráter de orientação pedagógica", determinando assim, a função de inspetor (RANGEL, 2001). Sendo definida a função do inspetor, de não somente fiscalizar e sim a orientar pedagogicamente, buscando auxiliar professores e alunos.

Fontes:

- ANJOS, Almerinda dos. Relação entre a função de liderança do Supervisor Escolar e a satisfação de professores: estudo de caso na 1ª D. E. de Porto Alegre. Dissertação (Mestrado em Educação). Porto Alegre: PUCRS, 1988.
- BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional
- <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19890-18-abril-1931-504631-publicacaooriginal-141245-pe.html#:~:text=Art.,sob%20regimen%20de%20inspec%C3%A7%C3%A3o%20official>
- Revista Devir Educação, Lavras, vol.6, n.1, e-538, 2022.

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>	<b>Tipo 2 - VERDE</b>
<b>37</b>	<b>37</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

**Para Piaget (1999)**, no Construtivismo a aprendizagem só ocorre mediante a consolidação das estruturas de pensamento, portanto a aprendizagem sempre se dá após a consolidação do esquema que a suporta, da mesma forma a passagem de um estágio para outro da criança estaria dependente da consolidação e superação do estágio anterior. Sendo assim, a aprendizagem em si nada mais é do que a substituição de uma resposta generalizada por outra mais complexa.

**Argumentos que dispõem acerca alternativa D ser a correta não procedem, pois para o teórico Wallon**, a aprendizagem está relacionada com o desenvolvimento da individualidade como unidade afetiva e cognitiva dos sujeitos. O estudo do desenvolvimento humano deve ser feito na sucessão das etapas e dos conflitos no decorrer da vida, sendo a linguagem e a cultura que fornecem ao pensamento as ferramentas para a sua evolução; a sua interação com o mundo biológico não depende apenas do seu amadurecimento intelectual, mas de habilidades mais complexas para interagir com a cultura existente entre o sujeito e seu meio.

**E ainda, argumentos que indicam como correto gabarito A, não procedem. No Behaviorismo**, o processo de aprendizagem e conhecimento decorre da relação estímulo - resposta (S-R) e das ações praticadas pelas crianças, tendo como objetivo a aquisição de novos comportamentos ou a mudança dos já existentes; pois o ensino decorre da adaptação e planejamento de reforços através dos quais o aluno é levado a adquirir ou modificar uma conduta.

Fontes:

- PIAGET, Jean. Seis Estudos de Psicologia. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1999.
- SKINNER, Burrhus Frederic. Sobre o behaviorismo. Tradução de Maria da Penha Villalobos. 10. ed. São Paulo: Cultrix, 2006.
- VASCONCELLOS, Vera Maria Ramos de. Perspectiva Co-construtivista na Psicologia e na Educação. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995. VYGOTSKY,
- Lev Semyonovitch. Pensamento e Linguagem. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- WALLON, Henri. Henri Wallon: a evolução psicológica da criança. Tradução Claudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2007. (Coleção Psicologia e Pedagogia)

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE
38	38

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A supracitada questão trata das alterações recentes do ECA e define em seu comando acerca da **Lei 14.811, de janeiro de 2024 que estabeleceu novas medidas contra a possibilidade de ocorrências de violências e solicita que o candidato indique qual das alternativas NÃO se refere a uma das importantes alterações da referida lei. Única alternativa que se trata de alteração de 2015 é a “C”.**

*Art. 243. Vender, fornecer, servir, ministrar ou entregar, ainda que gratuitamente, de qualquer forma, a criança ou a adolescente, bebida alcoólica ou, sem justa causa, outros produtos cujos componentes possam causar dependência física ou psíquica: (Redação dada pela Lei nº 13.106, de 2015) Pena - detenção de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa, se o fato não constitui crime mais grave. (Redação dada pela Lei nº 13.106, de 2015)*

**As demais afirmativas A, B e D, retratam a Lei 14.811, instituída em de 12 de janeiro de 2024, que estabeleceu novas medidas de proteção de crianças e adolescentes contra a possibilidade de ocorrência de violências. A primeira medida foi a introdução, no ECA, do artigo 59-A, segundo o qual as instituições sociais públicas ou privadas que desenvolvam atividades com crianças e adolescentes e que recebam recursos públicos deverão exigir e manter certidões de antecedentes criminais de todos os seus colaboradores, as quais deverão ser atualizadas a cada seis meses.** O parágrafo único desse novo artigo determina que os estabelecimentos educacionais e similares, públicos ou privados, que desenvolvem atividades com crianças e adolescentes, independentemente de recebimento de recursos públicos, deverão manter fichas cadastrais e certidões de antecedentes criminais atualizadas de todos os seus colaboradores.

Na secção do ECA que define os crimes em espécie contra crianças e adolescentes e estabelece penas para esses crimes, a Lei 14.811/2024 **agregou o artigo 244-C, que define como crime o fato de o pai, a mãe ou o responsável deixar, de forma dolosa, de comunicar à autoridade pública o desaparecimento de criança ou adolescente, caso em que o autor do referido crime será submetido a pena de reclusão de dois a quatro anos, além de multa.**

A Lei 14.811/2014 também **introduziu novos artigos no ECA para enfrentamento de casos de violência sexual e cyberbullying contra crianças e adolescentes. No artigo 240 do ECA a nova lei introduziu o §1º, incisos I e II, estabelecendo que incorrerá em pena de reclusão de quatro a oito anos, e multa, quem agenciar, facilitar, recrutar, coagir ou intermediar a participação de criança ou adolescente em cenas de sexo explícito ou cenas pornográficas produzidas por qualquer meio, bem como quem contracenar com crianças e adolescentes envolvidos nessas produções cenográficas.** Também incorrerá na mesma pena quem exibir, transmitir, auxiliar ou facilitar a exibição ou transmissão, em tempo real, pela internet, por aplicativos, por meio de dispositivo informático ou qualquer meio ou ambiente digital, de cena de sexo explícito ou cena pornográfica que envolva a participação de crianças ou adolescentes.

*Art. 59-A. As instituições sociais públicas ou privadas que desenvolvam atividades com crianças e adolescentes e que recebam recursos públicos deverão exigir e manter certidões de antecedentes criminais de todos os seus colaboradores, as quais deverão ser atualizadas a cada 6 (seis) meses. (Incluído pela Lei nº 14.811, de 2024)*

*Parágrafo único. Os estabelecimentos educacionais e similares, públicos ou privados, que desenvolvem atividades com crianças e adolescentes, independentemente de recebimento de recursos públicos, deverão manter fichas cadastrais e certidões de antecedentes criminais atualizadas de todos os seus colaboradores. (Incluído pela Lei nº 14.811, de 2024)*

*Art. 240.*

*§ 1º Incorre nas mesmas penas quem: (Redação dada pela Lei nº 14.811, de 2024)*

*I - agencia, facilita, recruta, coage ou de qualquer modo intermedeia a participação de criança ou adolescente nas cenas referidas no **caput** deste artigo, ou ainda quem com esses contracena; (Incluído pela Lei nº 14.811, de 2024)*

*II - exhibe, transmite, auxilia ou facilita a exibição ou transmissão, em tempo real, pela internet, por aplicativos, por meio de dispositivo informático ou qualquer meio ou ambiente digital, de cena de sexo explícito ou pornográfica com a participação de criança ou adolescente. (Incluído pela Lei nº 14.811, de 2024)*

*Art. 244-C. Deixar o pai, a mãe ou o responsável legal, de forma dolosa, de comunicar à autoridade pública o desaparecimento de criança ou adolescente: (Incluído pela Lei nº 14.811, de 2024)*

*Pena - reclusão, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa. (Incluído pela Lei nº 14.811, de 2024)*

Destaca-se ainda, que argumento que indica o Estatuto da Criança e Adolescente, lei 8069 - ter 32 anos de sua publicação não procede, a lei foi promulgada em 1990, portanto, completou 34 anos este ano. No que se refere a indicação do site citado como referência no texto que contextualizou a supracitada questão, importante ressaltar que está indicado na própria referência citada que encontra-se “adaptada”, ou seja, não é uma referência copiada literalmente, foi ajustada, adaptada para atender o contexto atual, no caso, a data de publicação da lei.

Fonte:

- [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069).

### Cargo: Técnico de Enfermagem

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE
1	5

#### **Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

De acordo com a leitura do texto, seguem as análises das alternativas de respostas:

A constante busca por sensação de prazer estimula o vício ao celular: alternativa correta. “ Além disso, os estímulos rápidos ocasionam a liberação de dopamina pelo cérebro , conhecida como hormônio do prazer e da satisfação. À primeira vista, pode parecer bom, mas o uso exagerado cria um ciclo que faz o cérebro buscar cada vez mais essa sensação.”

A angústia e a falta de acesso à comunicação virtual estimulam a nomofobia: alternativa incorreta. A nomofobia pode ser desenvolvida pelo uso exagerado das redes sociais como é anunciado no título do texto. Segundo o texto, a angústia e o desconforto gerados pela falta de comunicação são características de um quadro vicioso, portanto, é uma consequência da nomofobia. “ Porém, o uso exagerado, principalmente das redes sociais, pode gerar um quadro de vício, que se caracteriza pela angústia e pelo desconforto gerados pela falta de acesso à comunicação via internet.”

Quadros de ansiedade e agonia estimulam a procura por redes sociais e, assim, ocasionando a dependência da internet: alternativa incorreta. A ansiedade e a agonia são características da nomofobia. “A ansiedade e a agonia provocadas por estar separado de dispositivos com acesso a redes sociais, ou apenas de imaginar esse cenário, são os principais indicativos da nomofobia.”

Apesar de não fugirem de relacionamentos presenciais, as pessoas dependentes das redes sociais preferem se relacionar virtualmente.: alternativa incorreta. "As pessoas evitam se socializar em ambientes que não têm acesso à internet. Amanda explica que esse estresse causado pelo medo de ficar incomunicável dificulta a manutenção e a criação de novas relações humanas. “Em caráter comportamental, essa pessoa pode evitar estar em ambientes onde seja impossibilitada de usar o celular”, exemplifica a especialista.

Fontes:

- AQUINO, Renato. **Interpretação de Textos:** teoria e 815 questões comentadas. Série Concursos. 15. ed. Niterói: Impetus, 2014. 519p.
- CEREJA, William Roberto; MAGALHÃES, Thereza Cochar; CLETO Ciley.
- **Interpretação de textos** : construindo competências e habilidades em leitura. Ensino Médio. 2. ed. São Paulo: Atual, 2012. 304p.

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE
9	2

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A ortografia é um conjunto de regras estabelecidas pela gramática normativa que orienta a grafia correta das palavras. Em 1990, foi estabelecido pelos países lusófonos este novo acordo. No entanto, apenas em 2016 que entrou em uso. Assim, algumas palavras tiveram alterações em sua forma de grafar, Outras permaneceram com a grafia anterior. Já as palavras que surgiram a partir de 2016 seguem as regras do novo acordo. A partir deste contexto e considerando que todas as palavras foram retiradas do texto base, as seguintes exposições quanto à questão:

dia a dia: O novo Acordo Ortográfico alterou o uso do hífen. Assim, a expressão dia-a-dia deixou de ser escrita com hífen. Locuções não têm hífen, salvo em exceções consagradas pelo uso (à queima-roupa, ao deus-dará, por exemplo).

Pré-histórico: Pré-história: Quando o prefixo é tônico acentuado (pós, pré, pró) e o segundo elemento é entendido separadamente, usa-se hífen: pós-graduação, pré-datado, pré-escolar, pré-história, pré-natal, pró-africano, pré-sal.

Cana-de-açúcar: Nomes das espécies animais e vegetais também continuam com hífen, estejam ou não ligados por preposição ou outro elemento: louva-a-deus, bem-te-vi, joão-de-barro, cana-de-açúcar, pimenta-do-reino, copo-de-leite, castanha-do-pará, couve-flor.

Ressignificação: a palavra é formada pelo prefixo “re” que significa “de novo” ou “novamente” + a palavra significação.

De acordo com a Academia Brasileira de Letras, a palavra significa: “ Dar novo sentido, valor, forma ou função a (algo), geralmente com o intuito de superar padrões (comportamentais, psíquicos, estéticos, morais, ideológicos, etc.) estabelecidos pela tradição ou pela experiência de um indivíduo ou grupo social.”

Por se tratar de uma palavra recente no vocabulário brasileiro, ela não apresenta grafia anterior, portanto, não sofreu alteração a partir do novo acordo. Com isso, a alternativa correta é “Ressignificação”, letra D.

Fonte:

- HOUAISS, Antônio. Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro, Ed. Objetiva, 2001.

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE
13	19

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Apresenta-se uma proposta de solução que confirma a correção do item:

Serão selecionados 4 alunos por sala = 28 alunos

Sobram 4 vagas para todos os 112 alunos não selecionados.

Assim, a probabilidade de um aluno não selecionado ser sorteado será:

$$\frac{1}{112} + \frac{1}{111} + \frac{1}{110} + \frac{1}{109} = 0,0362 \text{ ou } 3,62\%$$

Ratifica-se o gabarito preliminar.

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE
14	11

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Apresenta-se uma proposta de solução para fins de elucidação e confirmação da correção do item:

Sejam C, B e S os valores do corte, da barba e da sobrancelha, respectivamente. Assim:

$$C + B = 45$$

$$C + S = 35$$

$$B + S = 25$$



$$B - S = 10$$

$$B = 10 + S$$

$$10 + S + S = 25$$

$$2S = 15$$

$$S = 7,5$$

$$B = 17,5$$

$$C = 27,5$$

Portanto, verifica-se que o corte custa R\$ 27,50;

Ratifica-se o gabarito preliminar.

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE
15	18

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A solução não consiste na simples soma, mas pode ser obtida pela aplicação do Teorema de Pitágoras.

Dado um retângulo de 4 metros por 3 metros, sua diagonal terá 5 metros.

$$4^2 + 3^2 = 5^2$$

Uma vez que o interruptor está no meio da parede, sua distância até qualquer um dos vértices desse retângulo será metade da diagonal, isto é, 2,5 metros.

Ratifica-se o gabarito preliminar.

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE
17	14

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Para fins de elucidação, apresenta-se uma proposta de solução:

Aplica-se a regra de três composta:

2 enfermeiros	40 doses	4 h
5 enfermeiros	X	6h

$$\frac{40}{x} = \frac{2}{5} \cdot \frac{4}{6}$$

$$\frac{10}{x} = \frac{1}{5} \cdot \frac{1}{3}$$

$$x = 150 \text{ doses por dia}$$

$$15000/75 = 100 \text{ dias}$$

Ratifica-se o gabarito preliminar.

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE
26	29

**Recurso Procedente. Gabarito alterado para alternativa B.**

Com base no Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Divinópolis (Lei Complementar nº 9/1992) e a modificação sofrida a partir da Lei Complementar 171 de 2014, o gabarito da presente questão deve ser alterado para a letra **B**. O que se afirma na alternativa **B** está correto, posto que a idade mínima mencionada na assertiva está em conformidade com a disposição do art. 7º, inciso IV, da Lei Complementar nº 9 de 3 de dezembro de 1992, qual seja o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Divinópolis:

*Art. 7º São requisitos básicos para ingresso no serviço público:*

*IV - idade mínima de 18 (dezoito) anos;*

As demais assertivas estão erradas. A alternativa **D** está incorreta, pois está em desacordo com o art. 7º, inciso III do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Divinópolis:

*Art. 7º São requisitos básicos para ingresso no serviço público:*

*III - a quitação com as obrigações militares e eleitorais;*

Já a alternativa **C** está incorreta, pois o fato de Marta não ser brasileira a torna inapta para o ingresso no serviço público, conforme art. 7º, inciso I, da Lei supramencionada. Por fim, a alternativa **A** está incorreta, uma vez que tanto Jorge quanto Marta não poderão ingressar no serviço público. Jorge, devido ao fato de possuir apenas 15 (quinze) anos na data de inscrição para o concurso público, não cumprindo assim a idade mínima especificada no art. 7º, inciso IV, da Lei Complementar nº 9 de 3 de dezembro de 1992. Já Marta, em razão de não ser brasileira, o que a torna inapta para o ingresso no serviço público, conforme art. 7, inciso I, da referida norma.

Diante da análise e, com base atualização legislativa supracitada, o recurso deve ser deferido, reconhecendo a alteração de gabarito para a letra **B**.

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE
31	33

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Embora o técnico de enfermagem não tenha autoridade para prescrever ou administrar medicamentos sem supervisão e orientação de um enfermeiro ou médico, é essencial que ele compreenda as condutas médicas adequadas para situações clínicas emergenciais. Esse conhecimento permite que o técnico de enfermagem identifique rapidamente a gravidade da condição do paciente, como no caso hipotético descrito na referida questão. Na resposta da mesma, considera-se que a conduta indicada seria realizada sob orientação médica, destacando o papel do técnico de enfermagem em oferecer suporte eficaz, antecipar as necessidades do paciente e assegurar a segurança e a eficácia do atendimento em equipe. Ao entender a importância de uma intervenção rápida com anti-hipertensivos nesses casos, o técnico pode atuar de forma colaborativa e proativa, comunicando prontamente a necessidade de intervenção ao enfermeiro ou médico responsável. Dessa maneira, ele contribui para uma resposta ágil e coordenada, priorizando o bem-estar e a segurança do paciente.

Fonte:

- <https://www.cofen.gov.br/resolucao-cofen-no-5642017/>

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE
37	36

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A questão versa sobre as alterações emocionais e suas manifestações durante o puerpério, apresentando todas as afirmativas como verdadeiras.

A afirmativa “A amamentação pode acometer medo de ficar ligada eternamente ao bebê, preocupação estética com as mamas, além do leite insuficiente.” é verdadeira, pois é considerada como forma de alteração emocional durante a amamentação no puerpério, segundo o Manual Técnico Pré-natal e Puerpério na atenção qualificada e humanizada, preconizado pelo Ministério da Saúde.

Materno ou baby blues: mais frequente, acometendo de 50 a 70% das puérperas. É definido como estado depressivo mais brando, transitório, que aparece em geral no terceiro dia do pós-parto e tem duração aproximada de duas semanas. Caracteriza-se por fragilidade, hiperemotividade, alterações do humor, falta de confiança em si própria, sentimentos de incapacidade;

Depressão: menos freqüente, manifestando-se em 10 a 15% das puérperas, e os sintomas associados incluem perturbação do apetite, do sono, decréscimo de energia, sentimento de desvalia ou culpa excessiva, pensamentos recorrentes de morte e ideação suicida, sentimento de inadequação e rejeição ao bebê;

Fontes:

- Ministério da Saúde – Manual Técnico PRÉ-NATAL E PUERPÉRIO ATENÇÃO QUALIFICADA E HUMANIZADA

- Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Área Técnica de Saúde da Mulher. Pré-natal e Puerpério: atenção qualificada e humanizada – manual técnico/Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas – Brasília: Ministério da Saúde

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE
38	39

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A questão solicita que sejam analisadas as assertivas em relação ao Pré-natal e que seja marcada a sequência correta. A questão apresenta como gabarito correto as assertivas “I e II, apenas”.

A afirmativa I - O pré-natal deve ser iniciado na Atenção Primária à Saúde de preferência até a 12ª semana de gestação (captação precoce); a continuidade do acompanhamento deverá ser periódica, nos intervalos preconizados, mensalmente, até a 28ª semana; quinzenalmente, da 28ª até a 36ª semana. De acordo, com a Caderneta da Gestante do Ministério da Saúde, que preconiza o cronograma das consultas, estabelece que as elas sejam realizadas conforme o cronograma: até a 28ª semana – mensalmente; da 28ª até a 36ª semana – quinzenalmente; da 36ª até a 41ª semana – semanalmente. Desta forma, a afirmativa, mesmo não contemplando o período da 36ª até a 41ª semana, não a torna incorreta.

A questão apresenta a seguinte afirmativa: III. As gestantes adolescentes, através do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), têm a seguridade de ter atendimento na unidade de atenção básica, assegurando uma gestação saudável, desde que acompanhadas de seus responsáveis legais. Tal afirmativa é incorreta, segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente e conforme o Ministério da Saúde, através da saúde integral de adolescentes e jovens é assegurado às gestantes adolescentes: Privacidade – adolescentes e jovens podem ser atendidos sozinhos, caso desejem. Confidencialidade e sigilo – adolescentes e jovens devem ter a garantia de que as informações obtidas no atendimento não serão repassadas aos seus pais e/ou responsáveis, bem como aos seus pares, sem a sua concordância explícita. No entanto, eles devem ser informados sobre as situações que requerem quebra de sigilo, ou seja, sempre que houver risco de vida ou outros riscos relevantes tanto para o cliente quanto para terceiros, a exemplo de situações como abuso sexual, ideia de suicídio, informação de homicídios e outros. Mediante o exposto, o recurso é IMPROCEDENTE, pois não há fator condicionante para a obtenção do atendimento.

Fontes :

- [https://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/0101adolescente\\_gravida.pdf](https://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/0101adolescente_gravida.pdf)
- [https://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/crianca\\_feliz/Treinamento\\_Multiplicadores\\_Coordenadores/Caderneta-Gest-Internet\(1\).pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/crianca_feliz/Treinamento_Multiplicadores_Coordenadores/Caderneta-Gest-Internet(1).pdf)

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE
39	40

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Recurso improcedente, a questão apresenta como única afirmativa correta quanto aos cuidados com o recém-nascido a assertiva: “A) O cordão umbilical deverá ser cortado somente após a parada total da circulação do sangue, estando ele achatado e sem pulso.” Mesmo que nela não há descrição detalhada do procedimento, o Ministério da Saúde e a Organização Mundial da Saúde recomendam cortar o cordão umbilical de todos os recém-nascidos, independentemente de sua idade gestacional, somente após a parada total da circulação, quando o cordão está achatado e sem pulso (aproximadamente 3 minutos ou mais depois do nascimento). As demais afirmativas estão incorretas, a saber: B) O aleitamento materno deverá ocorrer unicamente cinco horas após o parto, garantindo a recuperação da mulher e a fase do puerpério. O início da amamentação o mais cedo possível, de preferência logo após o parto, fortalece a proteção à saúde da criança e assegura que o recém-nascido receba o colostro, sendo o leite que sai nos primeiros dias após o parto, rico em importantes nutrientes que ajudam a fortalecer a imunidade e a proteger a criança de doenças comuns no primeiro ano de vida e na fase adulta. C) A Escala de Apgar é utilizada para avaliar o estado fisiológico do recém-nascido nos primeiros minutos de vida; através dela, são verificados

apenas três sinais vitais, como frequência cardíaca, respiração e cor da pele . A escala de Apgar foi proposta em 1953 pela médica Virgínia Apgar, inicialmente sendo uma rápida análise clínica do recém-nascido. Após mudanças, a escala tornou-se um padrão de avaliação do bebê, sendo a soma de cinco sinais, determinados nos primeiros um e cinco minutos de vida da criança. Os sinais avaliados são: força muscular, frequência de batimentos do coração, reflexo, respiração e cor. A somatória desses sinais gera uma nota que varia de 0 a 10. D) Colocar o bebê sem roupa, de bruços, sobre o tórax ou abdômen desnudo da mãe, e cobri-lo com um cobertor aquecido, permite o contato pele a pele – prática que favorece a adaptação do recém-nascido à vida fora do útero. Esse procedimento poderá ocorrer exclusivamente em partos normais. Recomenda-se colocar o bebê sem roupa, de bruços, sobre o tórax ou abdômen desnudo da mãe, e cobri-lo com um cobertor aquecido, independentemente se o parto for normal ou cesariana. Mediante o exposto, recurso IMPROCEDENTE.

Fontes:

- <https://www.medicina.ufmg.br/observaped/escala-de-apgar/>
- Ministério da Saúde – Saúde da criança.

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE
40	37

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O enunciado da questão solicita que sejam analisadas as afirmativas “ Sobre os principais exames durante o pré-natal disponibilizados pelo Sistema Único de Saúde (SUS).” A questão apresenta como gabarito todas as afirmativas como corretas. A afirmativa - III. Os exames para sífilis (teste rápido e VDRL), anti-HIV (teste rápido), hepatites virais B e C (testes rápidos), tipo sanguíneo e fator Rh, hemograma, lipidograma, glicose e eletroforese de hemoglobina são disponibilizados para todos os homens adultos, jovens e adolescentes que participam do pré-natal. Tal afirmativa está correta, pois o Ministério da Saúde preconiza a oferta dos exames citados na afirmativa aos pais que participam do pré-natal, não havendo obrigatoriedade. Tal recurso é IMPROCEDENTE.

Fonte:

- Ministério da Saúde - <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/g/gravidez/exames-e-vacinas>

**Cargo: Técnico de Enfermagem PSF**

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE
1	6

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Abaixo, reproduzem-se definições para o termo “*empistolado*” e “*pistolão*” de modo a corroborar a alternativa apontada como correta, conforme os dicionários Michaelis On-line e Dicionário Online de Português:

*empistolado*

*em·pis·to·la·do*

*adj*

*Favorecido por pistolão; recomendado por alguém importante.*

*Significado de Empistolado*

*adjetivo, substantivo masculino*

*[Brasil] Diz-se de, ou aquele que é protegido por pistolão, que tem bons empenhos.*

*Significado de Pistolão*

*substantivo masculino Pistola grande.[Brasil] Fig. Pessoa influente que intervém em favor de outra.*

Fontes:

- <https://dicionario.priberam.org/empistolado>
- <https://www.dicio.com.br/empistolado/>
- <https://www.dicio.com.br/pistolao/>

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE
2	10

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Seguem, abaixo, as definições para os termos “apinhado” e “frondoso”, de modo a corroborar a resposta apontada como correta.

*apinhado*

*a·pi·nha·do*

*adj*

1 *Em forma de pinha.*

2 *Muito cheio; abarrotado: Estante apinhada de livros.*

3 *por ext, fig Em que há aglomeração; adensado, amontoado: Estudantes apinhados na porta da escola.*

*sm*

*Reg (RS) Aglomeração, porção de coisas apinhadas.*

*frondoso*

*fron·do·so*

*adj*

1 *Que tem fronde ou que se encontra coberto, revestido de fronde (ramos, galhos etc.).*

2 *Que apresenta copas; copado, denso, cerrado.*

3 *por ext, fig Diz-se de tudo aquilo que se caracteriza por muitas ramificações, com inúmeras variações, conclusões, possibilidades e/ou alternativas.*

4 *fig Que é pródigo, abundante; que é extenso, prolixo.*

Ambos os termos referem-se à abundância de algo; neste caso, as jabuticabas. A alternativa que aponta o termo “frondosas” como a resposta é, portanto, a correta.

Fontes:

- <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/frondoso/>
- <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/apinhado/>

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE
3	7

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Abaixo, reproduzem-se significados para “somenos” e “de somenos”, conforme os dicionários Priberam e Michaelis On-line, de modo a corroborar a alternativa apontada como correta.

*somenos*

*|ê|*

*(so·me·nos)*

*adjetivo de dois gêneros e de dois números*

1. *Que vale menos que outro (ex.: isso tem somenos importância). = INFERIOR, IRRELEVANTE*

2. *Ordinário, vil.*

*de somenos*

• *Com pouca ou nenhuma importância (ex.: a questão não é de somenos, merece reflexão).*

*so·me·nos*

*adj m+f sing e pl*

*De menor valor ou importância que outro; inferior, irrelevante.*

Fontes:

- <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/somenos/>
- "somenos", in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2024, <https://dicionario.priberam.org/somenos>.

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE
6	2

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

“Meninada”, “saudosista” e “passarinho” são termos formados por derivação sufixal, enquanto “atropelo” é termo formado por derivação regressiva, conforme abaixo se demonstra a partir das definições dos termos segundo os dicionários Priberam, Michaelis On-line e Dicionário Online de Português:

*meninada*

*me·ni·na·da*

*sf*

*Grupo de meninos ou meninas; criançada, gurizada.*

**ETIMOLOGIA**

*der de menino+ada1.*

*meninada*

*(me·ni·na·da)*

*substantivo feminino*

*Conjunto de meninos e/ou meninas. = CRIANÇADA, PEQUENADA*

**etimologia**

*Origem etimológica: menino + -ada.*

*saudosista*

*sau·do·sis·ta*

*adj m+f*

*Relativo a saudosismo.*

*adj m+f sm+f*

*Que ou aquele que é adepto do saudosismo.*

**ETIMOLOGIA**

*der de saudoso+ista.*

**Significado de Saudosista**

*substantivo masculino e feminino Quem tem um gosto exagerado por coisas ou momentos do passado. Quem prefere valorizar coisas que já não existem. Algo ou alguém que mantém o saudosismo ou o adota. adjetivo Que se refere ao saudosismo, ao gosto exagerado pelo passado.*

*Etimologia (origem da palavra saudosista). Saudoso + ista.*

*passarinho*

*pas·sa·ri·nho*

*sm*

*1 Pequeno pássaro.*

*2 Bot V faveiro, acepção 4.*

*der de pássaro+inho.*

*passarinho*

*(pas·sa·ri·nho)*

*substantivo masculino*

*1. Pássaro pequeno.*

*2. [Viticultura] Casta de uva.*

*3. [Brasil] Nome vulgar de algumas plantas.*

*à passarinho*

• *[Culinária] Em pedaços bem pequenos (ex.: frango à passarinho).*

**etimologia**

Origem etimológica: pássaro + -inho.

atropelo

|ê|

(a·tro·pe·lo)

substantivo masculino

Atropelamento.

etimologia

Origem etimológica: derivação regressiva de atropelar.

atropelo

a·tro·pe·lo

sm

1 Ato ou efeito de atropelar; atropelação, atropelamento.

2 Ajuntamento desordenado de coisas ou pessoas; confusão, desordem.

3 Falta de cuidado ou organização; descuido, desleixo.

4 fig Menosprezo à lei, às ordens, às autoridades; infração, injustiça.

5 fig Tudo que gera desassossego e preocupação; atribulação.

ETIMOLOGIA

der regr de atropelar, como esp atropello.

Fontes:

- "atropelo", in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2024, <https://dicionario.priberam.org/atropelo>.
- "passarinho", in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2024, <https://dicionario.priberam.org/passarinho>.
- "meninada", in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2024, <https://dicionario.priberam.org/meninada>.
- <https://www.dicio.com.br/saudosista/>
- <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/atropelo/>
- <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/passarinho/>
- <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/saudosista/>
- <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/meninada/>

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE
8	4

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Tanto “*empistoladíssimo*” quanto “*época*” levam acento por serem termos proparoxítonos, e todos os proparoxítonos levam acento.

Já “*distraído*” se acentua porque “*levam acento agudo o i e u, quando representam a segunda vogal tônica de um hiato, desde que não formem sílaba com r, l, m, n, z ou não estejam seguidos de nh: saúde, viúva, saída, caído, fásca, aí, Grajaú; raiz (mas raízes), paul, ruim, ruins, rainha, moinho*” .

Já “*até*” e “*você*” levam acento porque “*levam acento agudo ou circunflexo os oxítonos terminados em: [...]– e, – es: você, café, pontapés*” .

Fonte:

- BECHARA, Evanildo. Moderna Gramática Portuguesa. 36 ed., SP: Companhia Editora Nacional, 1997.

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE
10	5

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Enquanto os termos “época”, “público” e “clássica” são acentuados porque “têm a antepenúltima sílaba como sílaba tônica, ou seja, a sua antepenúltima sílaba é aquela que é pronunciada com mais força”, o termo “miséria” é acentuado porque trata-se de “uma paroxítona terminada em ditongo crescente”.

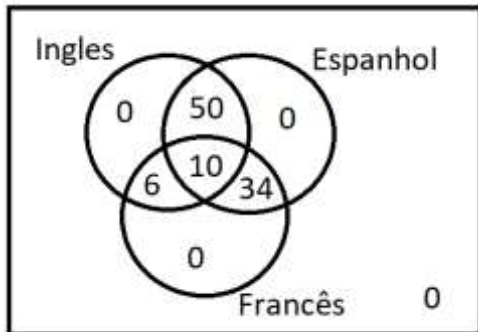
Fonte:

- BECHARA, Evanildo. Moderna Gramática Portuguesa. 36 ed., SP: Companhia Editora Nacional, 1997.

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE
11	18

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

De acordo com as informações do enunciado, pode-se montar o seguinte diagrama de Venn:



O enunciado solicita quantos estudantes fazem os cursos de francês e espanhol. Esse contingente inclui aqueles estudantes que fazem apenas francês e espanhol e aqueles estudantes que fazem os três cursos. De acordo com o diagrama, são  $34 + 10 = 44$  estudantes.

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE
13	15

**Recurso Procedente. Gabarito alterado para alternativa C.**

De acordo com as informações do enunciado, pode-se montar o seguinte sistema de equações lineares, em que  $x$  = lado do quarto de Fernanda e  $y$  = lado do quarto de seu filho:

$$\begin{cases} 4x + 4y = 40 \\ x^2 + y^2 = 52 \end{cases}$$

cuja solução é  $x=6$  e  $y=4$ . Assim a razão entre o lado da base do quarto de Fernanda e o lado da base do quarto de seu filho é  $6/4 = 1,5$ .

Dessa forma, o gabarito deve ser alterado para a resposta correta 1,5.



Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE
14	17

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A questão envolve o conhecimento de regra de três composta, presente na ementa. De acordo com as informações do enunciado, pode-se montar o seguinte esquema de regras de três composta:

Amigas	Bolos	Dias
3	120	6
x	200	7,5
↓	↓	↑

Assim, o valor de x deve satisfazer:

$$\frac{3}{x} = \frac{120}{200} * \frac{7,5}{6} \rightarrow x = 4$$

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE
16	14

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O enunciado da presente questão solicita a partir de qual quantidade de votos recebidos um candidato consegue, **necessariamente**, garantir sua eleição. Assim, qualquer número a partir dessa quantidade de votos garante, **necessariamente**, que o candidato seja eleito. Observe a situação em que um candidato possuindo 80 votos não consiga ser eleito:

1º= 81, 2º= 81, 3º= 81, 4º= 80, 5º= 0 e 6º= 0

A partir de 81 votos, necessariamente, o candidato estará eleito.

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE
22	24

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A alternativa correta da questão 22 é a letra C) Paisagem.

Existem apenas dois tipos de orientação de página: Retrato (orientação vertical) e Paisagem (orientação horizontal).

Alterar a orientação da página para paisagem ou retrato

- Para alterar a orientação do documento inteiro, selecione a guia Layout > Orientação.
- Escolha Retrato ou Paisagem.

No Microsoft Word, a orientação de página "Paisagem" oferece uma visualização horizontal, ideal para documentos que contêm gráficos e tabelas amplas, proporcionando uma melhor organização e legibilidade para esses elementos.

Fonte:

- Alterar a orientação da página para paisagem ou retrato. Disponível em: <https://support.microsoft.com/pt-br/office/alterar-a-orienta%C3%A7%C3%A3o-da-p%C3%A1gina-para-paisagem-ou-retrato-9b5ac1af-9998-4a37-962b-a82b689572a9>

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE
24	25

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A alternativa correta é a letra D) HTTPS. A questão propõe identificar um protocolo amplamente utilizado para a transmissão segura de dados pela internet em termos de segurança nativa na transmissão de dados em rede pública é o HTTPS (Hypertext Transfer Protocol Secure)

O protocolo de transferência de hipertexto (HTTP) é um conjunto de regras que orienta a comunicação entre cliente e servidor. Quando você visita um site, o navegador envia uma solicitação HTTP ao servidor Web, que responde com uma resposta HTTP. O servidor Web e o navegador trocam dados como texto simples. Contudo, como esses dados não são protegidos, eles ficam vulneráveis a interceptações de terceiros.

Já o protocolo de transferência de hipertexto seguro (HTTPS) é uma extensão segura do HTTP, que criptografa a comunicação entre navegador e servidor. No HTTPS, o navegador e o servidor estabelecem uma conexão segura antes de transferir dados, garantindo que as informações trocadas permaneçam privadas e protegidas contra ataques. Com o uso do SSL/TLS, o HTTPS assegura a confidencialidade e integridade dos dados, protegendo informações sensíveis como credenciais de login, dados bancários e informações pessoais, especialmente ao serem transmitidas em redes públicas, como a internet. O protocolo HTTPS (Hypertext Transfer Protocol Secure) é amplamente utilizado em sites para garantir a confidencialidade e a integridade dos dados transmitidos, sendo considerado o protocolo padrão para comunicações seguras na internet. Ele é essencial na proteção contra ataques de intermediários (man-in-the-middle) e na preservação da privacidade e integridade dos dados dos usuários.

O protocolo FTP (File Transfer Protocol): embora baseado no TCP, não oferece criptografia nativa. A transmissão de dados ocorre em texto plano, a menos que seja utilizado o FTPS ou SFTP, que são versões seguras do FTP. O protocolo FTP original não foi projetado para transmissão segura e não possui segurança incorporada.

O protocolo SMTP (Simple Mail Transfer Protocol): é um protocolo padrão para envio de emails, que também não possui criptografia nativa. Para garantir segurança na transmissão de e-mails, são necessários complementos como SSL/TLS, mas o SMTP em sua forma original não é seguro.

Com a crescente preocupação com a privacidade e segurança dos dados, o HTTPS se tornou o padrão para quase todos os sites e aplicativos online, sendo amplamente adotado para proteger informações sensíveis. Navegadores modernos até mesmo emitem alertas de segurança para sites que utilizam HTTP em vez de HTTPS, incentivando a adoção do protocolo seguro.

Portanto, a alternativa que responde a questão é a letra D) HTTPS

**Fontes:**

- COMER, Douglas E. Redes de computadores e internet. Grupo A, 2016. E-book. ISBN 9788582603734. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788582603734/>. Acesso em: 22 out. 2024.
- LAMBERT, Joan; LAMBERT, Steve. Windows 10. Grupo A, 2016. E-book. ISBN 9788582604144. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788582604144/>. Acesso em: 22 out. 2024.
- VELLOSO, Fernando de C. Informática: Conceitos Básicos . Grupo GEN, 2022. E-book. ISBN 9788595159099. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595159099/>. Acesso em: 22 out. 2024..
- Qual é a diferença entre HTTP e HTTPS?. Disponível em: <https://aws.amazon.com/pt/compare/the-difference-between-https-and-http/>. Acesso em 22 out. 2024.

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE
25	22

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A alternativa correta é a letra D) I, II e III apenas. A memória de armazenamento secundário, como discos rígidos (HDs) e unidades de estado sólido (SSDs), oferece capacidade de armazenamento permanente para dados e programas. Ao contrário da RAM, essa memória é não volátil, o que significa que os dados persistem mesmo quando o computador é desligado.

A principal diferença entre HD e SSD está na tecnologia de armazenamento. Enquanto os discos rígidos utilizam partes mecânicas para acessar dados, os SSDs são baseados em memória flash para operações de armazenamento, não possuindo partes móveis. Isso resulta em maior velocidade de acesso e transferência de dados nos SSDs, tornando-os mais rápidos em comparação com os HDs.

Analisando as afirmativas:

I. O disco rígido é utilizado para armazenamento permanente de dados. - Correta

O disco rígido (HDD) é um dispositivo de armazenamento permanente, onde os dados são mantidos mesmo após o desligamento do computador.

II. A memória RAM é volátil e usada para armazenamento temporário. - Correta

A memória RAM (Random Access Memory) é volátil, o que significa que seus dados são perdidos quando o computador é desligado. Ela é usada para armazenar temporariamente dados e instruções que o sistema precisa acessar rapidamente.

III. O SSD (Solid State Drive) é mais rápido que o disco rígido tradicional. Correta

O SSD é mais rápido que o disco rígido (HDD) tradicional, pois utiliza memória flash para armazenamento e não possui partes mecânicas, o que resulta em maior velocidade de leitura e escrita.

IV. A memória ROM é utilizada para armazenar dados que podem ser apagados e reescritos frequentemente. - Incorreta

A memória ROM (Read-Only Memory) mantém informações mesmo quando o computador é desligado, ou seja, de forma permanente. Geralmente, ela armazena instruções de inicialização essenciais para o sistema operacional e firmware.

Portanto a alternativa que apresenta as afirmativas corretas é a letra D) I, II e III apenas.

Fontes:

- Tanenbaum, A. S., & Bos, H. Sistemas Operacionais Modernos. São Paulo: Pearson, 2016. P. 19.
- VELLOSO, Fernando de C. Informática: Conceitos Básicos .Grupo GEN, 2022. E-book. ISBN 9788595159099. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595159099/>. Acesso em: 22 out. 2024

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE
26	30

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A questão solicita que o candidato identifique a opção de resposta correta levando-se em consideração a EXPEDIÇÃO DO DIPLOMA do prefeito e do vice-prefeito, deste modo nos exatos termos da Lei Orgânica do Município de Divinópolis, vejamos:

Art. 57. O Prefeito e o Vice-Prefeito Municipal não poderão, sob pena de perda do cargo:

**I - desde a expedição do diploma:**

a) firmar ou manter contrato com pessoa jurídica de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público, em operações no âmbito do Município, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes; [...]

**II - DESDE A POSSE:**

a) ser proprietário, controlador ou diretor de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa de direito público no Município, ou nela exercer função remunerada;

- b) ocupar cargo ou função de que sejam demissíveis ad nutum, nas entidades referidas no inciso I, alínea “a”;
- c) patrocinar causa em que seja interessada qualquer das entidades a que se refere o inciso I, alínea “a”;
- d) ser titular de mais de um cargo ou mandato público eletivo.

Fonte:

- [https://sapl.divinopolis.mg.leg.br/media/sapl/public/normajuridica/1998/1865/lom\\_Lhq2HZs.pdf](https://sapl.divinopolis.mg.leg.br/media/sapl/public/normajuridica/1998/1865/lom_Lhq2HZs.pdf)

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE
28	29

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Nos exatos termos da Lei:

CAPÍTULO VIII

DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E A SAÚDE

Art. 165 A assistência à saúde do servidor ativo ou inativo e de sua família, assim considerados o cônjuge ou companheiro e os dependentes, compreende assistência médica, hospitalar, odontológica, psicológica e farmacêutica prestada pelo Sistema Único de Saúde ou diretamente, pelo órgão ou entidade ao qual estiver vinculado o servidor ou ainda, mediante convênio, na forma estabelecida em ato próprio.

Art. 166 Fica assegurada a assistência gratuita, em creches e na pré-escola, para os filhos e dependentes dos servidores, desde o nascimento até os 06 (seis) anos de idade.

Art. 167 Será garantido pelo Município o transporte gratuito do Servidor que preste serviço na zona rural, e ao residente no meio rural que preste serviço na zona urbana.

A afirmativa C não está contemplada no rol do CAPÍTULO VIII da Lei Complementar nº 009, de 3 de dezembro de 1992 - Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Divinópolis.

Fonte:

- <https://sapl.divinopolis.mg.leg.br/media/sapl/public/normajuridica/1992/1739/9.pdf>

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE
31	37

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem estabelece diversas responsabilidades e deveres relacionados ao sigilo profissional.

**Alternativa B:** Afirma que as informações sobre o estado de saúde do paciente podem ser divulgadas a familiares sem autorização. Isso vai contra o Código de Ética, que exige consentimento do paciente para a divulgação de informações, mesmo para familiares.

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE
33	40

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Com base nos sinais e sintomas das doenças apresentadas, o candidato que possui o conhecimento adequado deve ser capaz de identificar a alternativa correta. A leishmaniose, embora não apresente prurido como um sintoma clássico, é **caracterizada por lesões cutâneas avermelhadas com bordas elevadas**. O histórico do paciente, que trabalhou em áreas rurais, também é um fator importante a ser considerado. Um candidato bem informado reconhecerá que, apesar do prurido, a leishmaniose é uma opção clara e relevante, especialmente em contextos

epidemiológicos pertinentes. Assim, ao avaliar as opções, o candidato deverá identificar que a combinação dos sintomas e do histórico do paciente confirma o diagnóstico de leishmaniose em relação às outras condições listadas.

Na maioria das normas acadêmicas e científicas, como as da ABNT, os nomes de doenças, espécies e termos em latim devem ser escritos em *itálico*. No caso de *leishmaniose*, por se tratar de uma doença, foi utilizada para mencionar o nome da condição em português.

As outras opções não se alinham com essa descrição:

- **A) Dengue:** Pode causar erupções cutâneas, mas não são típicas lesões com bordas elevadas.
- **C) Estrongiloidíase:** Normalmente está associada a sintomas gastrointestinais e respiratórios, e não apresenta as lesões descritas.
- **D) Esquistossomose:** Geralmente causa sintomas gastrointestinais ou urinários, e as lesões cutâneas não têm essa característica.

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE
34	39

#### Recurso Procedente. Questão Anulada.

O papel do técnico é reportar suas observações ao enfermeiro, que então poderá decidir se o encaminhamento é necessário e, se for o caso, orientar o técnico sobre como proceder.

Assim, fica claro que o encaminhamento deve seguir as diretrizes do enfermeiro, garantindo que as responsabilidades de cada profissional sejam respeitadas.

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE
35	31

#### Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A Organização Mundial de Saúde (OMS) recomenda que o primeiro banho seja realizado após 24 horas do nascimento ou, se isso não for possível por razões culturais, que seja adiado por pelo menos 6 horas. É importante que primeiro banho do recém-nascido seja adiado até que ele alcance a estabilidade da temperatura corporal. Além disso, o banho precoce interrompe desnecessariamente a amamentação e o contato pele a pele da mãe com o bebê.

Fonte:

- <https://www.sbp.com.br/especiais/pediatria-para-familias/cuidados-com-o-bebe/banho-do-bebe/>

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE
37	35

#### Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O principal objetivo dessa questão é avaliar o conhecimento do candidato sobre as atribuições específicas do técnico de enfermagem no processo de rastreamento do câncer de colo do útero. A questão exige que o candidato saiba distinguir as funções do técnico de enfermagem das funções que são atribuídas a outros profissionais de saúde, como enfermeiros e médicos, dentro da equipe multiprofissional.

Dentre as opções de resposta, a única possível no exercício profissional do técnico de enfermagem é:

c) Realizar cuidado norteado por um plano assistencial elaborado pelo enfermeiro, participando das ações de prevenção dos fatores de risco.

O técnico de enfermagem atua sob supervisão do enfermeiro, seguindo planos assistenciais e participando ativamente das ações de prevenção, o que inclui o rastreamento e a educação sobre os fatores de risco.

Fontes:

- Garcia RA et al. Protocolo de enfermagem na atenção primária à saúde, módulo 1: saúde da mulher. São Paulo : COREN-SP, 2019. Disponível em: protocolo-de-enfermagem-na-atencao-primaria-a-saude-modulo-1-saude-da-mulher.pdf (cofen.gov.br)
- Brasil. Ministério da Saúde. Protocolos da Atenção Básica: Saúde das Mulheres / Ministério da Saúde, Instituto Sírio-Libanês de Ensino e Pesquisa – Brasília: Ministério da Saúde, 2016. Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/protocolos\\_atencao\\_basica\\_saude\\_mulheres.pdf](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/protocolos_atencao_basica_saude_mulheres.pdf)
- Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva. Estimativa 2020 : incidência de câncer no Brasil / Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva. – Rio de Janeiro: INCA, 2019. Disponível em: <https://www.inca.gov.br/sites/ufu.sti.inca.local/files/media/document/estimativa-2020-incidencia-de-cancer-no-brasil.pdf>

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE
40	34

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A recomendação é que as crianças sejam amamentadas até dois anos de idade ou mais. E, enquanto a criança estiver em amamentação exclusiva, ou seja, até os 6 meses de vida, nenhum outro tipo de alimento precisa ser oferecido: nem líquidos, como água, água de coco, chá, suco ou outros leites; nem qualquer outro alimento, como frutas, verduras, papinha e mingau. Portanto, a resposta correta: 2 anos ou mais / 6 meses.

Fontes:

- Brasil. Ministério da Saúde. Guia alimentar para crianças brasileiras menores de 2 anos- versão resumida. Brasília: Ministério da Saúde, 2021. Disponível: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia\\_alimentar\\_crianca\\_brasileira\\_versao\\_resumida.pdf](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_alimentar_crianca_brasileira_versao_resumida.pdf)
- Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Estratégia Nacional para Promoção do Aleitamento Materno e Alimentação Complementar Saudável no Sistema Único de Saúde: manual de implementação / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde. – Brasília : Ministério da Saúde, 2015. 152 p. : il. Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/estrategia\\_nacional\\_promocao\\_aleitamento\\_materno.pdf](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/estrategia_nacional_promocao_aleitamento_materno.pdf)

**Cargo: Técnico de Informática**

Tipo 1 - BRANCA
13

**Recurso Procedente. Gabarito alterado para alternativa C.**

De acordo com as informações do enunciado, pode-se montar o seguinte sistema de equações lineares, em que x = lado do quarto de Fernanda e y = lado do quarto de seu filho:

$$\begin{bmatrix} 4x + 4y = 40 \\ x^2 + y^2 = 52 \end{bmatrix}$$

cuja solução é x=6 e y=4. Assim a razão entre o lado da base do quarto de Fernanda e o lado da base do quarto de seu filho é  $6/4 = 1,5$ .

Dessa forma, o gabarito deve ser alterado para a resposta correta 1,5.

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
------------------------

<b>33</b>
-----------

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A questão indaga qual tipo de conector USB é comumente utilizado para a conexão de impressoras a computadores, o que determina o conector que prevalece no mercado.

Nesse sentido, a alternativa correta permanece como A) USB-B.

Embora o USB-C esteja ganhando espaço, é importante destacar que a maioria das impressoras ainda utiliza o USB-B como padrão, enquanto o USB-C é comumente utilizado em outras aplicações.

Fonte:

- <https://www.samsung.com/br/support/mobile-devices/quais-sao-os-tipos-diferentes-de-cabos-usb/>

**Cargo: Técnico de Laboratório**

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
------------------------

<b>13</b>
-----------

**Recurso Procedente. Gabarito alterado para alternativa C.**

De acordo com as informações do enunciado, pode-se montar o seguinte sistema de equações lineares, em que  $x$  = lado do quarto de Fernanda e  $y$  = lado do quarto de seu filho:

$$\begin{cases} 4x + 4y = 40 \\ x^2 + y^2 = 52 \end{cases}$$

cuja solução é  $x=6$  e  $y=4$ . Assim a razão entre o lado da base do quarto de Fernanda e o lado da base do quarto de seu filho é  $6/4 = 1,5$ .

Dessa forma, o gabarito deve ser alterado para a resposta correta 1,5.

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
------------------------

<b>28</b>
-----------

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Nos exatos termos da Lei:

CAPÍTULO VIII

DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E A SAÚDE

Art. 165 A assistência à saúde do servidor ativo ou inativo e de sua família, assim considerados o cônjuge ou companheiro e os dependentes, compreende assistência médica, hospitalar, odontológica, psicológica e farmacêutica prestada pelo Sistema Único de Saúde ou diretamente, pelo órgão ou entidade ao qual estiver vinculado o servidor ou ainda, mediante convênio, na forma estabelecida em ato próprio.

Art. 166 Fica assegurada a assistência gratuita, em creches e na pré-escola, para os filhos e dependentes dos servidores, desde o nascimento até os 06 (seis) anos de idade.

Art. 167 Será garantido pelo Município o transporte gratuito do Servidor que preste serviço na zona rural, e ao residente no meio rural que preste serviço na zona urbana.

A afirmativa C não está contemplada no rol do CAPÍTULO VIII Lei Complementar nº 009, de 3 de dezembro de 1992 - Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Divinópolis.

Fonte:

- <https://sapl.divinopolis.mg.leg.br/media/sapl/public/normajuridica/1992/1739/9.pdf>

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
------------------------

<b>31</b>
-----------

**Recurso Procedente. Questão Anulada.**

Ao fazer a análise da questão, os membros da banca verificaram que, de fato, dada a ordem em que os itens “a, b e c” foram apresentados no enunciado, nenhuma das alternativas é correta. Portanto, os membros da banca julgam que o recurso é procedente e recomendam que a questão seja anulada.

Fontes:

- BOUZON, Z.L.; GARGIONI, L.O. Biologia celular, 2ª ed. Florianópolis: UFSC, 2010.
- CAPARROS, E.M. Biologia celular e molecular. Maringá: Unicesumar, 2019.
- JUNQUEIRA, L.C.U.; SILVA FILHO, J.C. Biologia Celular e Molecular. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012.
- PIRES, CBM.; ALMEIDA, L.M. Biologia celular: Estrutura e organização molecular. Rio de Janeiro: Saraiva. 2014.

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
------------------------

<b>33</b>
-----------

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

É solicitado que seja indicada a alternativa incorreta. Uma vez que a estrutura indicada pela seta 11 é o citoplasma, as alternativas A, C e D, estão corretas, pois, o citoplasma é típico das células nucleadas e anucleadas; é rico em componentes químicos que facilitam a troca de substâncias dentro da célula e entre células; e, contém filamentos de actina, microtúbulos e filamentos intermediários, que asseguram a função de sustentação celular. Por outro lado, o citoplasma não é formado por bicamada fosfolipídica.

Portanto, os membros da banca julgam que o recurso é improcedente e mantém o gabarito divulgado “B” como a alternativa correta.

Fontes:

- BOUZON, Z.L.; GARGIONI, L.O. Biologia celular, 2ª ed. Florianópolis: UFSC, 2010.
- CAPARROS, E.M. Biologia celular e molecular. Maringá: Unicesumar, 2019.
- PIRES, CBM.; ALMEIDA, L.M. Biologia celular: Estrutura e organização molecular. Rio de Janeiro: Saraiva. 2014.

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
------------------------

<b>36</b>
-----------

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Entre as alternativas apresentadas, somente o Erlenmeyer pode ser utilizado para tal finalidade, tendo em vista que é uma vidraria graduada, que pode ser submetida à temperatura superior a 100 graus Celsius, sem que possíveis variações comprometam seu uso, ao contrário do observado para aquelas que são volumétricas, como o balão. Ademais, ao contrário dos beakers, os Erlenmeyers podem ser adequadamente tampados com rolha de gaze para que não ocorram vazamentos durante a esterilização por calor e pressão de vapor, seguido de armazenagem sem que a esterilidade do meio neles contido seja comprometida.

Portanto, os membros da banca julgam que o recurso é improcedente e mantém o gabarito divulgado “A” como a alternativa correta.

Fontes:

- FREITAS, D.R.J. (Org.). Microbiologia básica e aplicada. Ponta Grossa: Atena. 2022. DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.537221802>
- GAVETTI, S. M. V. C. Guia para utilização de laboratórios químicos e biológicos. Disponível em: Acesso em: 01 jul. 2023.



- MURITO, M.M.C.; FINENTE, V.L.M. Fundamentos em química experimental. Disponível em: Acesso em: 01 jul. 2023.
- VIEIRA, A.P.D. (Org.). Microbiologia aplicada. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria. 2012.

## Cargo: Técnico de Radiologia

Tipo 1 - BRANCA

26

### Recurso Procedente. Gabarito alterado para alternativa B.

Com base no Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Divinópolis (Lei Complementar nº 9/1992) e a modificação sofrida a partir da Lei Complementar 171 de 2014, o gabarito da presente questão deve ser alterado para a letra **B**. O que se afirma na alternativa **B** está correto, posto que a idade mínima mencionada na assertiva está em conformidade com a disposição do art. 7º, inciso IV, da Lei Complementar nº 9 de 3 de dezembro de 1992, qual seja o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Divinópolis:

*Art. 7º São requisitos básicos para ingresso no serviço público:*

*IV - idade mínima de 18 (dezoito) anos;*

As demais assertivas estão erradas. A alternativa **D** está incorreta, pois está em desacordo com o art. 7º, inciso III do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Divinópolis:

*Art. 7º São requisitos básicos para ingresso no serviço público:*

*III - a quitação com as obrigações militares e eleitorais;*

Já a alternativa **C** está incorreta, pois o fato de Marta não ser brasileira a torna inapta para o ingresso no serviço público, conforme art. 7º, inciso I, da Lei supramencionada. Por fim, a alternativa **A** está incorreta, uma vez que tanto Jorge quanto Marta não poderão ingressar no serviço público. Jorge, devido ao fato de possuir apenas 15 (quinze) anos na data de inscrição para o concurso público, não cumprindo assim a idade mínima especificada no art. 7º, inciso IV, da Lei Complementar nº 9 de 3 de dezembro de 1992. Já Marta, em razão de não ser brasileira, o que a torna inapta para o ingresso no serviço público, conforme art. 7, inciso I, da referida norma.

Diante da análise e, com base atualização legislativa supracitada, o recurso deve ser deferido, reconhecendo a alteração de gabarito para a letra **B**.

Tipo 1 - BRANCA

39

### Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Conforme destacado no gabarito da questão, a radiação de frenagem (Bremsstrahlung) é caracterizada pelos fótons gerados da desaceleração dos elétrons que colidiram no ânodo (um eletrodo através do qual a carga elétrica positiva flui para o interior de um dispositivo elétrico polarizado - não se trata apenas do núcleo atômico).

As demais alternativas estão erradas, já que: quanto maior o número atômico (Z) do ânodo, maior a energia dos fótons de Raio-X; apenas a minoria gera radiação de frenagem e Raios-X característicos; o ânodo é o polo positivo de uma célula eletroquímica.

Fonte:

- manual do Residente de Radiologia - 2006.

**Recurso Procedente. Gabarito alterado para alternativa B.**

Com base no Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Divinópolis (Lei Complementar nº 9/1992) e a modificação sofrida a partir da Lei Complementar 171 de 2014, o gabarito da presente questão deve ser alterado para a letra **B**. O que se afirma na alternativa **B** está correto, posto que a idade mínima mencionada na assertiva está em conformidade com a disposição do art. 7º, inciso IV, da Lei Complementar nº 9 de 3 de dezembro de 1992, qual seja o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Divinópolis:

*Art. 7º São requisitos básicos para ingresso no serviço público:*

*IV - idade mínima de 18 (dezoito) anos;*

As demais assertivas estão erradas. A alternativa **D** está incorreta, pois está em desacordo com o art. 7º, inciso III do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Divinópolis:

*Art. 7º São requisitos básicos para ingresso no serviço público:*

*III - a quitação com as obrigações militares e eleitorais;*

Já a alternativa **C** está incorreta, pois o fato de Marta não ser brasileira a torna inapta para o ingresso no serviço público, conforme art. 7º, inciso I, da Lei supramencionada. Por fim, a alternativa **A** está incorreta, uma vez que tanto Jorge quanto Marta não poderão ingressar no serviço público. Jorge, devido ao fato de possuir apenas 15 (quinze) anos na data de inscrição para o concurso público, não cumprindo assim a idade mínima especificada no art. 7º, inciso IV, da Lei Complementar nº 9 de 3 de dezembro de 1992. Já Marta, em razão de não ser brasileira, o que a torna inapta para o ingresso no serviço público, conforme art. 7, inciso I, da referida norma.

Diante da análise e, com base atualização legislativa supracitada, o recurso deve ser deferido, reconhecendo a alteração de gabarito para a letra **B**.

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE
1	6

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Abaixo, reproduzem-se definições para o termo “empistolado” e “pistolão” de modo a corroborar a alternativa apontada como correta, conforme os dicionários Michaelis On-line e Dicionário Online de Português:

*empistolado*

*em·pis·to·la·do*

*adj*

*Favorecido por pistolão; recomendado por alguém importante.*

*Significado de Empistolado*

*adjetivo, substantivo masculino*

*[Brasil] Diz-se de, ou aquele que é protegido por pistolão, que tem bons empenhos.*

*Significado de Pistolão*

*substantivo masculino Pistola grande.[Brasil] Fig. Pessoa influente que intervém em favor de outra.*

Fontes:

- <https://dicionario.priberam.org/empistolado>
- <https://www.dicio.com.br/empistolado/>
- <https://www.dicio.com.br/pistolao/>

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE
2	9

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Seguem, abaixo, as definições para os termos “apinhado” e “frondoso”, de modo a corroborar a resposta apontada como correta.

*apinhado*

*a·pi·nha·do*

*adj*

1 *Em forma de pinha.*

2 *Muito cheio; abarrotado: Estante apinhada de livros.*

3 *por ext, fig Em que há aglomeração; adensado, amontoado: Estudantes apinhados na porta da escola.*

*sm*  
Reg (RS) *Aglomeração, porção de coisas apinhadas.*

*frondoso*

*fron·do·so*

*adj*

1 *Que tem fronde ou que se encontra coberto, revestido de fronde (ramos, galhos etc.).*

2 *Que apresenta copas; copado, denso, cerrado.*

3 *por ext, fig Diz-se de tudo aquilo que se caracteriza por muitas ramificações, com inúmeras variações, conclusões, possibilidades e/ou alternativas.*

4 *fig Que é pródigo, abundante; que é extenso, prolixo.*

Ambos os termos referem-se à abundância de algo; neste caso, as jabuticabas. A alternativa que aponta o termo “frondosas” como a resposta é, portanto, a correta.

Fontes:

- <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/frondoso/>
- <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/apinhado/>

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE
3	7

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Abaixo, reproduzem-se significados para “somenos” e “de somenos”, conforme os dicionários Priberam e Michaelis On-line, de modo a corroborar a alternativa apontada como correta.

*somenos*

*|ê|*

*(so·me·nos)*

*adjetivo de dois gêneros e de dois números*

1. *Que vale menos que outro (ex.: isso tem somenos importância). = INFERIOR, IRRELEVANTE*

2. *Ordinário, vil.*

*de somenos*

• *Com pouca ou nenhuma importância (ex.: a questão não é de somenos, merece reflexão).*

*so·me·nos*

*adj m+f sing e pl*

*De menor valor ou importância que outro; inferior, irrelevante.*

Fontes:

- <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/somenos/>
- "somenos", in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2024, <https://dicionario.priberam.org/somenos>.

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE
5	1

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Trata-se de derivação do termo “jabuticaba” acrescido do sufixo “-eiro”, no feminino. Tem-se, portanto, um caso de derivação sufixal.

Conforme demonstrado pelo dicionário Michaelis On-line:

*der de jabuticaba+eiro, no fem.*

Assim também define o Priberam:

Origem etimológica: jabuticaba + -eira.

Fontes:

- <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/jabuticabeira/>
- "jabuticabeira", in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2024, <https://dicionario.priberam.org/jabuticabeira>.

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE
6	10

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

“Meninada”, “saudosista” e “passarinho” são termos formados por derivação sufixal, enquanto “atropelo” é termo formado por derivação regressiva, conforme abaixo se demonstra a partir das definições dos termos segundo os dicionários Priberam, Michaelis On-line e Dicionário Online de Português:

*meninada*

*me·ni·na·da*

*sf*

*Grupo de meninos ou meninas; criançada, gurizada.*

**ETIMOLOGIA**

*der de menino+ada1.*

*meninada*

*(me·ni·na·da)*

*substantivo feminino*

*Conjunto de meninos e/ou meninas. = CRIANÇADA, PEQUENADA*

**etimologia**

*Origem etimológica: menino + -ada.*

*saudosista*

*sau·do·sis·ta*

*adj m+f*

*Relativo a saudosismo.*

*adj m+f sm+f*

*Que ou aquele que é adepto do saudosismo.*

**ETIMOLOGIA**

*der de saudoso+ista.*

**Significado de Saudosista**

*substantivo masculino e feminino Quem tem um gosto exagerado por coisas ou momentos do passado. Quem prefere valorizar coisas que já não existem. Algo ou alguém que mantém o saudosismo ou o adota. adjetivo Que se refere ao saudosismo, ao gosto exagerado pelo passado.*

*Etimologia (origem da palavra saudosista). Saudoso + ista.*

*passarinho*

*pas·sa·ri·nho*

*sm*

*1 Pequeno pássaro.*

2 Bot V faveiro, acepção 4.

der de pássaro+inho.

passarinho

(pas·sa·ri·nho)

substantivo masculino

1. Pássaro pequeno.

2. [Viticultura] Casta de uva.

3. [Brasil] Nome vulgar de algumas plantas.

à passarinho

• [Culinária] Em pedaços bem pequenos (ex.: frango à passarinho).

etimologia

Origem etimológica: pássaro + -inho.

atropelo

|ê|

(a·tro·pe·lo)

substantivo masculino

Atropelamento.

etimologia

Origem etimológica: derivação regressiva de atropelar.

atropelo

a·tro·pe·lo

sm

1 Ato ou efeito de atropelar; atropelação, atropelamento.

2 Ajuntamento desordenado de coisas ou pessoas; confusão, desordem.

3 Falta de cuidado ou organização; descuido, desleixo.

4 fig Menosprezo à lei, às ordens, às autoridades; infração, injustiça.

5 fig Tudo que gera desassossego e preocupação; atribulação.

ETIMOLOGIA

der regr de atropelar, como esp atropello.

Fontes:

- "atropelo", in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2024, <https://dicionario.priberam.org/atropelo>.
- "passarinho", in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2024, <https://dicionario.priberam.org/passarinho>.
- "meninada", in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2024, <https://dicionario.priberam.org/meninada>.
- <https://www.dicio.com.br/saudosista/>
- <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/atropelo/>
- <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/passarinho/>
- <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/saudosista/>
- <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/meninada/>

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE
8	5

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Abaixo, reproduzem-se definições para o termo “empistolado” e “pistolão” de modo a corroborar a alternativa apontada como correta, conforme os dicionários Michaelis On-line e Dicionário Online de Português:

empistolado

em·pis·to·la·do

adj

Favorecido por pistolão; recomendado por alguém importante.

Significado de Empistolado

adjetivo, substantivo masculino

[Brasil] Diz-se de, ou aquele que é protegido por pistolão, que tem bons empenhos.

Significado de Pistolão

substantivo masculino Pistola grande.[Brasil] Fig. Pessoa influente que intervém em favor de outra.

Fontes:

- <https://dicionario.priberam.org/empistolado>
- <https://www.dicio.com.br/empistolado/>
- <https://www.dicio.com.br/pistolao/>

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE
9	3

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Trata-se de um vocativo, pois constitui exemplo de “*termo (nome, título, apelido) usado para chamar ou interpelar a pessoa, o animal ou a coisa personificada a que nos dirigimos*” .

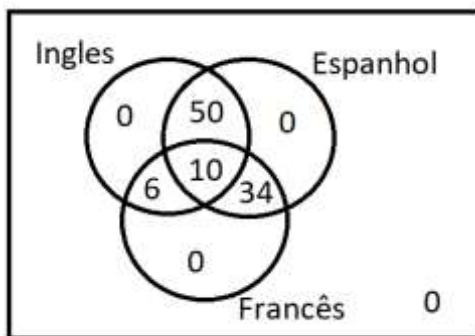
Fonte:

- CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da língua portuguesa. 48. Ed. São Paulo: IBEP, 2009.

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE
11	17

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

De acordo com as informações do enunciado, pode-se montar o seguinte diagrama de Venn:



O enunciado solicita quantos estudantes fazem os cursos de francês e espanhol. Esse contingente inclui aqueles estudantes que fazem apenas francês e espanhol e aqueles estudantes que fazem os três cursos. De acordo com o diagrama, são  $34 + 10 = 44$  estudantes.

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE
13	18

**Recurso Procedente. Gabarito alterado para alternativa C.**

De acordo com as informações do enunciado, pode-se montar o seguinte sistema de equações lineares, em que  $x =$  lado do quarto de Fernanda e  $y =$  lado do quarto de seu filho:

$$\begin{bmatrix} 4x + 4y = 40 \\ x^2 + y^2 = 52 \end{bmatrix}$$

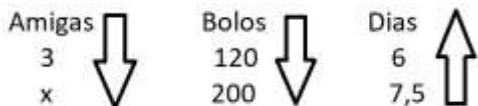
cuja solução é  $x=6$  e  $y=4$ . Assim a razão entre o lado da base do quarto de Fernanda e o lado da base do quarto de seu filho é  $6/4 = 1,5$ .

Dessa forma, o gabarito deve ser alterado para a resposta correta 1,5.

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE
14	11

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A questão envolve o conhecimento de regra de três composta, presente na ementa. De acordo com as informações do enunciado, pode-se montar o seguinte esquema de regres de três composta:



Assim, o valor de  $x$  deve satisfazer:

$$\frac{3}{x} = \frac{120}{200} * \frac{7,5}{6} \rightarrow x = 4$$

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE
20	13

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

De acordo com as informações do enunciado, pode-se montar o seguinte diagrama lógico.

	Artes	Ciências	Geografia	A pé	Carro	Moto
Adriana	n	n	s	n	s	n
Eulália	n	s	n	s	n	n
Ivone	s	n	n	n	n	s
A pé	n	s	n			
Carro	n	n	s			
Moto	s	n	n			

Logo, a única alternativa correta é que Eulália é professora de Ciências e vai para a escola a pé.

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE
24	21

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A alternativa correta é a letra D) HTTPS. A questão propõe identificar um protocolo amplamente utilizado para a transmissão segura de dados pela internet em termos de segurança nativa na transmissão de dados em rede pública é o HTTPS (Hypertext Transfer Protocol Secure)

O protocolo de transferência de hipertexto (HTTP) é um conjunto de regras que orienta a comunicação entre cliente e servidor. Quando você visita um site, o navegador envia uma solicitação HTTP ao servidor Web, que responde com uma resposta HTTP. O servidor Web e o navegador trocam dados como texto simples. Contudo, como esses dados não são protegidos, eles ficam vulneráveis a interceptações de terceiros.

Já o protocolo de transferência de hipertexto seguro (HTTPS) é uma extensão segura do HTTP, que criptografa a comunicação entre navegador e servidor. No HTTPS, o navegador e o servidor estabelecem uma conexão segura antes de transferir dados, garantindo que as informações trocadas permaneçam privadas e protegidas contra ataques. Com o uso do SSL/TLS, o HTTPS assegura a confidencialidade e integridade dos dados, protegendo informações sensíveis como credenciais de login, dados bancários e informações pessoais, especialmente ao serem

transmitidas em redes públicas, como a internet. O protocolo HTTPS (Hypertext Transfer Protocol Secure) é amplamente utilizado em sites para garantir a confidencialidade e a integridade dos dados transmitidos, sendo considerado o protocolo padrão para comunicações seguras na internet. Ele é essencial na proteção contra ataques de intermediários (man-in-the-middle) e na preservação da privacidade e integridade dos dados dos usuários.

O protocolo FTP (File Transfer Protocol): embora baseado no TCP, não oferece criptografia nativa. A transmissão de dados ocorre em texto plano, a menos que seja utilizado o FTPS ou SFTP, que são versões seguras do FTP. O protocolo FTP original não foi projetado para transmissão segura e não possui segurança incorporada.

O protocolo SMTP (Simple Mail Transfer Protocol): é um protocolo padrão para envio de emails, que também não possui criptografia nativa. Para garantir segurança na transmissão de e-mails, são necessários complementos como SSL/TLS, mas o SMTP em sua forma original não é seguro.

Com a crescente preocupação com a privacidade e segurança dos dados, o HTTPS se tornou o padrão para quase todos os sites e aplicativos online, sendo amplamente adotado para proteger informações sensíveis. Navegadores modernos até mesmo emitem alertas de segurança para sites que utilizam HTTP em vez de HTTPS, incentivando a adoção do protocolo seguro.

Portanto, a alternativa que responde a questão é a letra D) HTTPS

Fontes:

- COMER, Douglas E. Redes de computadores e internet. Grupo A, 2016. E-book. ISBN 9788582603734. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788582603734/>. Acesso em: 22 out. 2024.
- LAMBERT, Joan; LAMBERT, Steve. Windows 10. Grupo A, 2016. E-book. ISBN 9788582604144. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788582604144/>. Acesso em: 22 out. 2024.
- VELLOSO, Fernando de C. Informática: Conceitos Básicos . Grupo GEN, 2022. E-book. ISBN 9788595159099. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595159099/>. Acesso em: 22 out. 2024..
- Qual é a diferença entre HTTP e HTTPS?. Disponível em: <https://aws.amazon.com/pt/compare/the-difference-between-https-and-http/>. Acesso em 22 out. 2024.

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>	<b>Tipo 2 - VERDE</b>
<b>25</b>	<b>22</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A alternativa correta é a letra D) I, II e III apenas. A memória de armazenamento secundário, como discos rígidos (HDs) e unidades de estado sólido (SSDs), oferece capacidade de armazenamento permanente para dados e programas. Ao contrário da RAM, essa memória é não volátil, o que significa que os dados persistem mesmo quando o computador é desligado.

A principal diferença entre HD e SSD está na tecnologia de armazenamento. Enquanto os discos rígidos utilizam partes mecânicas para acessar dados, os SSDs são baseados em memória flash para operações de armazenamento, não possuindo partes móveis. Isso resulta em maior velocidade de acesso e transferência de dados nos SSDs, tornando-os mais rápidos em comparação com os HDs.

Analisando as afirmativas:

I. O disco rígido é utilizado para armazenamento permanente de dados. - Correta

O disco rígido (HDD) é um dispositivo de armazenamento permanente, onde os dados são mantidos mesmo após o desligamento do computador.

II. A memória RAM é volátil e usada para armazenamento temporário. - Correta

A memória RAM (Random Access Memory) é volátil, o que significa que seus dados são perdidos quando o computador é desligado. Ela é usada para armazenar temporariamente dados e instruções que o sistema precisa acessar rapidamente.

III. O SSD (Solid State Drive) é mais rápido que o disco rígido tradicional. Correta

O SSD é mais rápido que o disco rígido (HDD) tradicional, pois utiliza memória flash para armazenamento e não possui partes mecânicas, o que resulta em maior velocidade de leitura e escrita.



IV. A memória ROM é utilizada para armazenar dados que podem ser apagados e reescritos frequentemente. -  
Incorreta

A memória ROM (Read-Only Memory) mantém informações mesmo quando o computador é desligado, ou seja, de forma permanente. Geralmente, ela armazena instruções de inicialização essenciais para o sistema operacional e firmware.

Portanto a alternativa que apresenta as afirmativas corretas é a letra D) I, II e III apenas.

Fontes:

- Tanenbaum, A. S., & Bos, H. Sistemas Operacionais Modernos. São Paulo: Pearson, 2016. P. 19.
- VELLOSO, Fernando de C. Informática: Conceitos Básicos .Grupo GEN, 2022. E-book. ISBN 9788595159099. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595159099/>. Acesso em: 22 out. 2024

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE
26	29

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A questão solicita que o candidato identifique a opção de resposta correta levando-se em consideração a EXPEDIÇÃO DO DIPLOMA do prefeito e do vice-prefeito, deste modo nos exatos termos da Lei Orgânica do Município de Divinópolis, vejamos:

Art. 57. O Prefeito e o Vice-Prefeito Municipal não poderão, sob pena de perda do cargo:

**I - desde a expedição do diploma:**

a) firmar ou manter contrato com pessoa jurídica de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público, em operações no âmbito do Município, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes; [...]

**II - DESDE A POSSE:**

a) ser proprietário, controlador ou diretor de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa de direito público no Município, ou nela exercer função remunerada;

b) ocupar cargo ou função de que sejam demissíveis ad nutum, nas entidades referidas no inciso I, alínea "a";

c) patrocinar causa em que seja interessada qualquer das entidades a que se refere o inciso I, alínea "a";

d) ser titular de mais de um cargo ou mandato público eletivo.

Fonte:

- [https://sapl.divinopolis.mg.leg.br/media/sapl/public/normajuridica/1998/1865/lom\\_Lhq2HZs.pdf](https://sapl.divinopolis.mg.leg.br/media/sapl/public/normajuridica/1998/1865/lom_Lhq2HZs.pdf)

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE
28	30

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Nos exatos termos da Lei:

CAPÍTULO VIII

DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E A SAÚDE

Art. 165 A assistência à saúde do servidor ativo ou inativo e de sua família, assim considerados o cônjuge ou companheiro e os dependentes, compreende assistência médica, hospitalar, odontológica, psicológica e farmacêutica prestada pelo Sistema Único de Saúde ou diretamente, pelo órgão ou entidade ao qual estiver vinculado o servidor ou ainda, mediante convênio, na forma estabelecida em ato próprio.

Art. 166 Fica assegurada a assistência gratuita, em creches e na pré-escola, para os filhos e dependentes dos servidores, desde o nascimento até os 06 (seis) anos de idade.

Art. 167 Será garantido pelo Município o transporte gratuito do Servidor que preste serviço na zona rural, e ao residente no meio rural que preste serviço na zona urbana.

**A afirmativa C não está contemplada no rol do CAPÍTULO VIII Lei Complementar nº 009, de 3 de dezembro de 1992 - Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Divinópolis.**

Fonte:

- <https://sapl.divinopolis.mg.leg.br/media/sapl/public/normajuridica/1992/1739/9.pdf>

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE
30	26

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A resposta correta reproduz na literalidade os termos do Art. 174 da Lei Complementar nº 009, de 3 de dezembro de 1992 - Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Divinópolis, vejamos:

Art. 174 O direito de requerer prescreve:

I - **em 05 (cinco) anos**, quanto ao ato de demissão e de cassação de aposentadoria ou disponibilidade ou que afete interesse patrimonial e créditos resultantes da relação do trabalho;

Fonte:

- <https://sapl.divinopolis.mg.leg.br/media/sapl/public/normajuridica/1992/1739/9.pdf>

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE
31	38

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

As relações sociais, que alicerçam e constituem os processos individuais, são desenhadas por acordos, compatibilidades, simetrias, partilhas e solidariedades, mas também por imposições, coações, tensões, conflitos e contradições, o que significa que estão sempre em equilíbrio instável. A Supracitada questão solicita que indique apenas, dentre os pressupostos indicados, quais os corretos. Itens, I, II e IV, que tratam da Confidencialidade, da Comunicação, e da Organização estão corretas. Observa-se que manter um bom relacionamento precisamos entender e respeitar o fato de que as pessoas são diferentes, portanto, pensam e agem, muitas vezes, diferentemente do que gostaríamos. Entretanto, **a má gestão de conflitos, evitando-os ou ignorando-os em vez de abordá-los de maneira construtiva, permitindo que os problemas persistam e se intensifiquem ao longo do tempo, são ações que podem minar a confiança, prejudicar a colaboração e criar um ambiente de trabalho tóxico e desagradável. Portanto, o item III, está incorreto.**

Considera-se na atualidade o olhar sobre o conflito, diferente do viés negativo e baseia-se fundamentalmente na concepção de Simmel (1983), que o entende como um fenômeno social comum presente nas relações sociais: “todas as formas sociais aparecem sob nova luz quando vistas pelo ângulo do caráter sociologicamente positivo do conflito” (p. 123). O conflito faz parte da vida social, alterando e provocando mudanças sociais necessárias como força integradora dos indivíduos, que move e dá vida ao processo relacional. A concepção do autor rompe com a visão do conflito como elemento meramente dissociativo e instaura a ideia de ele ser o fator necessário no processo de sociação. Para Simmel (*Ibid.*), esse processo significa que “toda interação entre os homens é uma sociação” (p. 122), constituída de impulsos, motivações e interesses em que o conflito é uma das formas mais presentes da relação, observado nessa complexa rede de relacionamentos que divergem e se dissociam, em que o conflito é o modo de conseguir a unidade, de resolver os dualismos entre os indivíduos. Desse modo, o conflito pode ser considerado benéfico para a vida social, em que, mesmo diante das inúmeras divergências e turbulências entre os indivíduos, os processos sociais permanecem (SIMMEL, 2005). Por conseguinte, é nesse jogo de forças de atração e repulsão que há a configuração social necessária para a existência do conflito.

Fontes:

- ABRAMOVAY, Miriam. Cotidiano das escolas: Entre violências. Brasília: Unesco/Observatório de Violência/MEC, 2006.

- SIMMEL, Georg. "A natureza sociológica do conflito". In: MORAES FILHO, Evaristo (org). Simmel: Sociologia. São Paulo: Ática, 19

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE
32	37

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A avaliação diagnóstica é considerada uma avaliação preliminar que implica um procedimento de sondagem. Não deve ser colocada de lado em vários outros andamentos da prática do processo de ensino, pois pode ser necessário o seu aproveitamento quando o estudante evidencia dificuldades de aprendizagem. Seu procedimento se aplica no início do curso, período letivo ou unidade de ensino, com a intenção de constatar se os alunos apresentam ou não o domínio dos conhecimentos e habilidades imprescindíveis para as novas aprendizagens. Portanto, considerando a situação hipotética dada na supracitada questão a professora desejava realizar uma sondagem dos conhecimentos já adquiridos por seus novos alunos, uma vez que desejava introduzir novos conteúdos. Já a avaliação formativa, como indica o argumento recursal, não procede pois Constata se os objetivos estabelecidos foram alcançados pelos alunos, fornecendo dados para aperfeiçoar o processo de ensino aprendizagem e poderá ser realizada durante todo o ano letivo, isto é, ao longo do processo ensino aprendizagem.

Fonte:

- Pandini, Carmen Maria Cipriani Planejamento e avaliação educacional e institucional / Carmen Maria Cipriani Pandini (org.), Giselia Antunes Pereira, Vanessa de Almeida Maciel – Florianópolis : UDESC/CEAD/UAB, 2011

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE
33	39

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Refere-se ao conteúdo programático "Noções de organização escolar: currículo; avaliação; e, planejamento" ANEXO I - CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DAS PROVAS OBJETIVAS E DISCURSIVAS PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS/MG EDITAL Nº 1, DE 28 DE MAIO DE 2024.

Planejamento Educacional, de acordo com Vasconcellos (1995, p. 53), "o planejamento do Sistema de Educação é o de maior abrangência, correspondendo ao planejamento que é feito em nível nacional, estadual e municipal", incorporando as políticas educacionais. A situação hipotética apresentada na supracitada questão, refere-se a elaboração do PLANEJAMENTO ESCOLAR, onde envolve **o processo de reflexão, de decisões sobre a organização, o funcionamento e a proposta pedagógica da instituição. "É um processo de racionalização, organização e coordenação da ação docente, articulando a atividade escolar e a problemática do contexto social" (LIBÂNEO, 1992, p. 221).** "É o documento mais global da escola; expressa orientações gerais que sintetizam, de um lado, as ligações do projeto pedagógico da escola com os planos de ensino propriamente ditos" (LIBÂNEO, 1993, p. 225).

Fontes:

- LIBÂNEO, José Carlos. *Didática*. São Paulo: Cortez, 1991.
- VASCONCELLOS, Celso dos Santos. *Planejamento*: plano de ensino-aprendizagem e projeto educativo – elementos metodológicos para a elaboração e realização. São Paulo: Libertad, 1995.

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE
35	40

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Primeiros Socorros podem ser definidos como ações que são realizadas a um indivíduo diante de uma situação que possa causar sofrimento ou risco de vida (SILVA et al., 2018). Este manejo inicial tem por finalidade evitar agravamentos e sequelas, garantindo a integridade do indivíduo (ZONTA; EDUARDO; OKIDO, 2018). No ambiente escolar, as condutas iniciais das intercorrências em saúde são efetuadas pelos professores, o que justifica a importância do empoderamento destas pessoas em relação as técnicas de primeiros socorros (ZONTA; EDUARDO; OKIDO, 2018; NETO et al., 2018). A supracitada questão apresenta uma situação hipotética de um aluno com quadro convulsivo. **No comando dado, solicita-se que assinale a alternativa que NÃO se deve fazer na situação apresentada. Portanto, o gabarito correto é D, pois nunca deve-se introduzir objetos na boca da vítima durante a crise convulsiva.** Aplicar medidas de bioproteção trata-se de um procedimento correto na situação apresentada. Bioproteção, é compreendida como um conjunto de medidas de segurança institucional, pessoal e de procedimentos que visam minimizar o risco do uso indevido de material biológico com potencial risco à saúde humana, animal, vegetal e ambiental.

Fontes:

- CANETTI, .et.al MANUAL BÁSICO DE SOCORRO DE EMERGÊNCIA. 2 ed. editora: Atheneu,2007
- UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. NOÇÕES DE PRIMEIROS SOCORROS EM AMBIENTES DE SAÚDE.
- [https://portal.fiocruz.br/sites/portal.fiocruz.br/files/documentos\\_2/folder\\_ctbio\\_web\\_versao.pdf](https://portal.fiocruz.br/sites/portal.fiocruz.br/files/documentos_2/folder_ctbio_web_versao.pdf)
- <https://portal.ufrrj.br/wp-content/uploads/2020/12/Cartilha-Nocoos-de-Primeiros-Socorros-e-Principais-Emergencias.pdf>

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE
36	32

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Segundo Heloisa Bellotto, os documentos de arquivo são aqueles [...] produzidos e/ou acumulados pelas entidades públicas e privadas, ou por uma família, ou pessoa física, no decurso do cumprimento de suas atividades ou funções. Surgem por razões funcionais, administrativas e legais. Tratam, sobretudo, de dispor ou determinar sobre alguma coisa ou provar algum ato. (1994, p.13). Mogarro (2005) ressalta a importância dos arquivos escolares para salvaguarda da memória das instituições. Para a autora, a escola constitui um universo com uma cultura própria e historicamente sedimentada, sendo ela mesma a produtora dos documentos dessa cultura. Não existe uma determinação específica do Ministério da Educação (MEC) sobre a responsabilidade da instituição em guardar tais arquivos. Porém, o Código Civil, na lei nº 8.159 DE 1991, atribui responsabilidade penal, civil e administrativa àquele que danificar ou destruir qualquer documento de valor, ou de interesse público e social. Sendo assim, se a instituição não arquivar, pode ser processada e responder judicialmente pelo fato. Cada documento tem um período de vigência e prazos de precaução (em que se guarda por um prazo maior, caso alguém precise acessá-lo) para continuar nos arquivos da escola. Alguns podem ser descartados após um período, enquanto outros precisam ser mantidos permanentemente na instituição.

Os documentos escolares em arquivo são classificados de acordo com seu tipo e uso como: correntes, intermediários e documentos de uso permanente. São chamados de arquivos correntes aqueles que constituem documentação em curso, usados para eventuais consultas. Os intermediários são aqueles que não são usados com frequência, mas, por razões administrativas, aguardam eliminação ou serem recolhidos à guarda permanente. Por último, estão os arquivos de valor histórico, probatório e informativo. Estes requerem um cuidado especial, pois são documentos permanentes. Essa classificação está prevista por lei para os arquivos em geral, sendo, portanto, a mesma utilizada para os arquivos escolares. Considerando o comando dado na supracitada questão, solicita qual dos documentos indicados refere-se a guarda passivo e permanente (EXCETO), portanto, argumento que dispõe acerca da alternativa A, ser o gabarito não procede, pois a Ata de Descarte (livro), trata de um Documento Permanente, ou seja, aqueles com valor histórico, probatório e informativo, que devem ser definitivamente preservados. Já o Calendário Escolar, poderá ser descartado logo se finde o ano letivo o qual se refere. **Portanto, gabarito correto é B.**

Fontes:

- BELLOTTO, Heloísa L. Patrimônio cultural, arquivo e Universidade. Boletim do Centro de Memória - Unicamp. Campinas, v. 6, n.11, p.11-18, jan-jun/1994.
- GUSMÃO, E.M. Arquivos escolares, memória e cultura. Patrimônio e Memória. V1, n1, Assis, 2005. p
- MOGARRO, Maria J. Os arquivos escolares nas instituições educativas portuguesas. Preservar a informação, construir a memória. Pro-Posições, v.16, n.1, p.103-116, jan./abr. 2005.

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE
37	35

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A escrituração escolar e o arquivamento de documentos são de responsabilidade do secretário da unidade escolar, cabendo a supervisão à direção. Alguns princípios como objetividade, simplicidade, autenticidade e racionalidade devem ser observados no ato da efetivação do registro. Todo registro escolar efetuado pela unidade escolar deve conter a data e assinatura do responsável pelo registro. **Os documentos expedidos pela unidade escolar serão, obrigatoriamente, assinados pelo diretor e pelo secretário, corresponsáveis pela verdade do registro, atribuição indelegável a outrem. Suas assinaturas acompanharão os respectivos nomes, por extenso, um sob o outro, bem como do número da portaria de designa.** O Arquivo Escolar deve obedecer a critérios pré-estabelecidos que norteiem o trabalho, proporcionando um mínimo essencial de diretrizes, capazes de conduzir com eficácia e agilidade as atividades a que o serviço se destina. Os documentos constituem arquivo quando são guardados em satisfatórias condições de segurança. Apresentam-se classificados e ordenados de modo a permitir rapidamente a sua localização e consulta, observando: facilidade na busca de documentos; simplificação na manipulação; acesso para pessoas autorizadas; economia de tempo e espaço; resistência ao uso constante; capacidade de extensão; disposição lógica; arranjo que possibilite limpeza e conservação; segurança; resistência à ação do tempo, que assegure a invulnerabilidade dos documentos.

Fontes:

- BELLOTTO, Heloísa L. Patrimônio cultural, arquivo e Universidade. Boletim do Centro de Memória - Unicamp. Campinas, v. 6, n.11, p.11-18, jan-jun/1994.
- GUSMÃO, E.M. Arquivos escolares, memória e cultura. Patrimônio e Memória. V1, n1, Assis, 2005. p
- MOGARRO, Maria J. Os arquivos escolares nas instituições educativas portuguesas. Preservar a informação, construir a memória. Pro-Posições, v.16, n.1, p.103-116, jan./abr. 2005.

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE
38	36

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Segundo Berg (2012, p. 35) há várias formas de reação e gestão de conflitos, porém destaca como a de melhor eficácia a de Estilos de Administração de Conflitos, método criado por Kenneth Thomas e Ralph Kilmann, o qual sugere os seguintes estilos: competição, acomodação; afastamento, e colaboração. **A supracitada questão apresenta a situação onde o indivíduo tem uma atitude assertiva e cooperativa, busca junto a outra parte uma solução em que atenda os interesses de ambas. Trata-se do estilo de colaboração, uma gestão eficaz do conflito,** onde é importante que as partes envolvidas no conflito tenham habilidades com a comunicação, pois é através do diálogo que elas poderão expor os seus sentimentos e chegar a um consenso. Sem diálogo é impossível resolver qualquer situação conflitante com sucesso. Saber ouvir é fundamental para o processo, pois só assim as partes conseguiram convergir em uma mesma direção. É importante também que as partes ajam com empatia, buscando sempre se colocar no lugar da outra.

**Argumento que dispõe acerca do estilo se referir a acomodação, não procede,** pois trata-se de um estilo generoso, altruísta e docio, onde o indivíduo age de forma inassertiva, cooperativa e auto sacrificante. Ao acomodar-se ele abre mão dos seus próprios interesses em detrimento da satisfação do outro, justamente o contrário do que ele faria utilizando os estilos da competição.

Fontes:

- BERG, Ernesto Artur. Administração de conflitos: abordagens práticas para o dia a dia. 1. ed. Curitiba: Juruá, 2012.
- CHIAVENATO, IDALBERTO. Administração de recursos humanos: fundamentos básicos. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>	<b>Tipo 2 - VERDE</b>
<b>39</b>	<b>33</b>

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

*Uma equipe interdisciplinar é um grupo de pessoas com conhecimentos variados que se une para alcançar um objetivo em comum. Muitas vezes inclui funcionários de todos os níveis da instituição. A equipe interdisciplinar se define pelo grau de integração entre as disciplinas e a intensidade de trocas entre os especialistas, troca a partir da qual todas as disciplinas saem enriquecidas. Não é somente o empréstimo de elementos de outras disciplinas, mas comparar, julgar e incorporar esses elementos na produção de uma disciplina terceira. Para que a equipe interdisciplinar exista e funcione, é necessário que os profissionais invistam seus esforços para transformar as práticas cotidianas na construção de novas formas de saber. A interdisciplinaridade traz criatividade para as equipes, que não ficam segmentadas na aplicação de seus recursos. São equipes cuja atuação é dialogada e as decisões são tomadas em conjunto. Já as equipes multidisciplinares são integradas por colaboradores com capacitações distintas e experiências em diferentes áreas da instituição, ou seja, trajetórias específicas se encontrando em direção ao mesmo objetivo. O fato é que esses profissionais não necessariamente devem ser oriundos do mesmo setor da organização em que farão parte no momento. Contudo, é preciso que as suas vivências façam sentido para a necessidade da empresa diante de um determinado contexto. Essa diversidade no ambiente organizacional proporcionará pontos de vista mais específicos sobre cada etapa de realização dos projetos, isto é, algo que só poderia ser proporcionado pela experiência que cada membro da equipe tem. A equipe multidisciplinar possui foco no trabalho cooperativo, que pressupõe solidariedade e confiança. A partir dessa perspectiva, cabe a cada profissional reavaliar sua visão do processo em trabalho para pensar no trabalho em equipe de modo integrado, buscando possibilidades de desenvolver a sua prática de modo mais completo. Esse cuidado multiprofissional é calcado na contribuição de diversas áreas profissionais que sejam capazes de conhecer e analisar as demandas a serem assistidas, já que demandas que possuem múltiplas dimensões não podem ser alvo de ações isoladas de um único agente, necessitando-se da composição de profissionais de diferentes áreas focados em uma mesma demanda, atingindo os diversos impactos de cada demanda.*

Na prática, a diferença entre uma equipe multidisciplinar e uma equipe interdisciplinar é o modo de interação entre os diferentes profissionais e áreas do saber ao construir seus procedimentos de atuação. Na primeira, a visão concentra-se na atuação isolada de profissionais de diferentes áreas, na qual não há comunicação e existem relações verticais de poder que atrapalham a comunicação e o trabalho conjunto da equipe. Já na equipe interdisciplinar, os saberes são construídos em conjunto pelas diversas áreas, através de uma visão integral do ser humano e do papel de seu contexto na relação à demanda existente. A equipe interdisciplinar é uma evolução da equipe multiprofissional e deve ser levada em consideração por equipes que visam produzir novos saberes existentes na atualidade. Portanto, gabarito correto é C.

Fontes:

- FERIOTTI, M.L. Equipe multiprofissional, transdisciplinaridade e saúde: desafios do nosso tempo. Vínculo. 2009
- FERREIRA, R.C. et al. Trabalho em equipe multiprofissional: a perspectiva dos residentes médicos em saúde da família. Ciência & Saúde Coletiva. 2007

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE
40	34

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A supracitada questão, solicita do candidato que considere as características fundamentais da redação oficial, analise o texto dado e assinale qual(is) do(s) atributo(s) **NÃO atende**. Portanto, o único atributo inadequado ao texto dado é a concisão. **A concisão** é antes uma qualidade do que uma característica do texto oficial. **Conciso é o texto que consegue transmitir o máximo de informações com o mínimo de palavras**. Não se deve de forma alguma entendê-la como economia de pensamento, isto é, não se deve eliminar passagens substanciais do texto com o único objetivo de reduzi-lo em tamanho. Trata-se, exclusivamente, de excluir palavras inúteis, redundâncias e passagens que nada acrescentem ao que já foi dito. Detalhes irrelevantes são dispensáveis: o texto deve evitar caracterizações e comentários supérfluos, adjetivos e advérbios inúteis, subordinação excessiva. No texto apresentado, há vários detalhamentos desnecessários, abusou-se no emprego de adjetivos (impressionante, esmagadora, ampla, inconformada, indignada), o que lhe confere carga afetiva injustificável, sobretudo em texto oficial, que deve primar pela impessoalidade. São atributos da redação oficial: clareza e precisão; objetividade; concisão; coesão e coerência; impessoalidade; formalidade e padronização; e o uso da norma padrão da língua portuguesa.

Fonte:

- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil Manual de redação da Presidência da República / Casa Civil, Subchefia de Assuntos Jurídicos ; coordenação de Gilmar Ferreira Mendes, Nestor José Forster Júnior [et al.]. – 3. ed., rev., atual. e ampl. – Brasília: Presidência da República, 2018. <https://www4.planalto.gov.br/centrodeestudos/assuntos/manual-de-redacao-da-presidencia-da-republica/manual-de-redacao.pdf>

**Cargo: Técnico de Higiene Dental para Atendimento ao PSF**

Tipo 1 - BRANCA
13

**Recurso Procedente. Gabarito alterado para alternativa C.**

De acordo com as informações do enunciado, pode-se montar o seguinte sistema de equações lineares, em que  $x$  = lado do quarto de Fernanda e  $y$  = lado do quarto de seu filho:

$$\begin{cases} 4x + 4y = 40 \\ x^2 + y^2 = 52 \end{cases}$$

cuja solução é  $x=6$  e  $y=4$ . Assim a razão entre o lado da base do quarto de Fernanda e o lado da base do quarto de seu filho é  $6/4 = 1,5$ .

Dessa forma, o gabarito deve ser alterado para a resposta correta 1,5.

Tipo 1 - BRANCA

12

**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A questão possui o conteúdo de razões especiais, presente no edital. Existem algumas razões especiais muito utilizadas em nosso cotidiano, entre as quais se destaca a velocidade média.

Considere que cada volta na lagoa possua x km. Assim, na ida, foram gastos  $x/22.5$  horas. Na volta, foram gastos  $x/15$  horas. Assim, no trajeto total de  $x+x = 2x$  km, a velocidade média é

$$\frac{2x}{\frac{x}{22.5} + \frac{x}{15}} = 18$$

Tipo 1 - BRANCA

24

**Recurso Procedente. Gabarito alterado para alternativa B.**

O **controlador responde solidariamente com o operador**. De acordo com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), tanto o controlador quanto o operador de dados podem ser responsabilizados pelos danos causados pelo tratamento inadequado de dados pessoais. O artigo 42 da LGPD estabelece que o controlador ou o operador que, em razão do exercício de atividade de tratamento de dados pessoais, causar dano patrimonial, moral, individual ou coletivo, em violação à legislação de proteção de dados pessoais, é obrigado a repará-lo. O parágrafo 1º do mesmo artigo reforça que os agentes de tratamento respondem solidariamente pelos danos causados. Ressalta-se ainda, que o art. 43 da referida lei exclui a responsabilidade em alguns casos, quais sejam: Art. 43. Os agentes de tratamento só não serão responsabilizados quando provarem: I - que não realizaram o tratamento de dados pessoais que lhes é atribuído; II - que, embora tenham realizado o tratamento de dados pessoais que lhes é atribuído, não houve violação à legislação de proteção de dados; ou III - que o dano é decorrente de culpa exclusiva do titular dos dados ou de terceiro. O que não é o caso sob análise.

Fonte:

- BRASIL. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2018/Lei/L13709.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Lei/L13709.htm).

Tipo 1 - BRANCA

24

**Recurso Procedente. Gabarito alterado para alternativa B.**

O **controlador responde solidariamente com o operador**. De acordo com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), tanto o controlador quanto o operador de dados podem ser responsabilizados pelos danos causados pelo tratamento inadequado de dados pessoais. O artigo 42 da LGPD estabelece que o controlador ou o operador que, em razão do exercício de atividade de tratamento de dados pessoais, causar dano patrimonial, moral, individual ou coletivo, em violação à legislação de proteção de dados pessoais, é obrigado a repará-lo. O parágrafo 1º do mesmo artigo reforça que os agentes de tratamento respondem solidariamente pelos danos causados. Ressalta-se ainda, que o art. 43 da referida lei exclui a responsabilidade em alguns casos, quais sejam: Art. 43. Os agentes de tratamento só não serão responsabilizados quando provarem: I - que não realizaram o tratamento de dados



peçoais que lhes é atribuído; II - que, embora tenham realizado o tratamento de dados peçoais que lhes é atribuído, não houve violação à legislação de proteção de dados; ou III - que o dano é decorrente de culpa exclusiva do titular dos dados ou de terceiro. O que não é o caso sob análise.

Fonte:

- BRASIL. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. Lei Geral de Proteção de Dados Peçoais (LGPD). Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2018/Lei/L13709.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Lei/L13709.htm).

**Cargo: Sociólogo**

<b>Tipo 1 - BRANCA</b>
------------------------

<b>24</b>
-----------

**Recurso Procedente. Gabarito alterado para alternativa B.**

O **controlador responde solidariamente com o operador**. De acordo com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), tanto o controlador quanto o operador de dados podem ser responsabilizados pelos danos causados pelo tratamento inadequado de dados peçoais. O artigo 42 da LGPD estabelece que o controlador ou o operador que, em razão do exercício de atividade de tratamento de dados peçoais, causar dano patrimonial, moral, individual ou coletivo, em violação à legislação de proteção de dados peçoais, é obrigado a repará-lo. O parágrafo 1º do mesmo artigo reforça que os agentes de tratamento respondem solidariamente pelos danos causados. Ressalta-se ainda, que o art. 43 da referida lei exclui a responsabilidade em alguns casos, quais sejam: Art. 43. Os agentes de tratamento só não serão responsabilizados quando provarem: I - que não realizaram o tratamento de dados peçoais que lhes é atribuído; II - que, embora tenham realizado o tratamento de dados peçoais que lhes é atribuído, não houve violação à legislação de proteção de dados; ou III - que o dano é decorrente de culpa exclusiva do titular dos dados ou de terceiro. O que não é o caso sob análise.

Fonte:

- BRASIL. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. Lei Geral de Proteção de Dados Peçoais (LGPD). Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2018/Lei/L13709.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Lei/L13709.htm).

### III DAS CONCLUSÕES

Face ao exposto, após análise dos recursos, os mesmos foram julgados, de acordo com as decisões e fundamentações supra elencadas.

Publique-se,

18 de novembro de 2024  
INSTITUTO CONSULPLAN